

Estudos e Investigações

13

Miguel Chaves

**Casal Ventoso:
da Gandaia
ao Narcotráfico**

**Marginalidade económica
e dominação simbólica
em Lisboa**

Estudos e Investigações
I 3



Imprensa
de Ciências
 Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

CHAVES Miguel, 1969-

Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico : marginalidade económica
e dominação simbólica em Lisboa / Miguel Chaves. - 2ª ed. -

Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013. - 329 p. ; 23 cm

ISBN 978-972-671-310-4

CDU 316.7(469)

CDU 364(469)



Capa e concepção gráfica: João Segurado

Revisão: Soares de Almeida

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 353898/13

1.ª edição: Novembro de 1999

2.ª edição: Janeiro de 2013

Índice

Agradecimentos	13
Prefácio	15
Capítulo 1	
Introdução: no interior da cidade	19
Défices de significado e outros pontos de partida	22
Casal Ventoso – o sítio	31
Capítulo 2	
O Casal Ventoso na construção da cidade	37
Breves considerações sobre os movimentos migratórios e o povoamento de Lisboa na segunda metade do século XIX.	37
As áreas de concentração operária e a gestão urbanística.	39
A zona industrial de Alcântara e o alojamento no Vale	42
O processo de edificação do Casal Ventoso	44
Capítulo 3	
O Casal Ventoso no sistema urbano: 1902-1980	53
Habitação, aspectos demográficos e ocupações internas.	53
O período da gandaia: da edificação até ao princípio da década de 50	53
O período das docas e da estiva: da segunda metade da década de 50 a inícios da década de 70	63
O período das indefinições e redefinições profissionais: do início da década de 70 ao início da década de 80.	68
O estigma, o Estado e a representação	71
O estigma	71
O Estado e as organizações exteriores.	76
Formas de representação no interior do sistema político.	82
Conclusão	90

Capítulo 4	
O Casal Ventoso no sistema urbano: 1980-1995	93
Habitação, aspectos demográficos e ocupações internas: do início da década de 80 a 1995 – o «período do tráfico»	93
O estigma, o Estado e a representação	96
O estigma	96
O Estado e as organizações exteriores	106
Formas de representação no interior do sistema político	110
Conclusão	114
Capítulo 5	
«Estilos de vida» – as dinâmicas centrais da diferenciação interna	115
«Estilos de vida» dos agregados: definições	116
Trabalho	119
O «estilo de vida estável»	124
O «estilo de vida instável»	132
Caso 1: Olívia	144
Caso 2: «Os segregados»	149
Conclusão	153
Capítulo 6	
«Estilos de vida» e ilegalidade	155
O «homem de rua», casa sem pai e ilegalidade	155
O «estilo de vida ilegal» e as <i>famílias-seitas</i>	164
Conclusão	172
Capítulo 7	
Narcotráfico e tendências de alteração da estrutura interna no presente	175
Estrutura de oportunidades: início, organização e mutações	176
As novas formas internas de diferenciação	191
Obstáculos e contradições do narcotráfico	201
Conclusão	213

Capítulo 8

A construção da comunidade num contexto de narcotráfico	215
Definição de comunidade	216
<i>Dar à fuga</i> : a prática	218
Caso 1: aspectos de vigilância	219
Caso 2: <i>dar à fuga</i> – o insucesso	221
Caso 3: <i>dar à fuga</i> – o sucesso	225
Caso 4: a defesa impossível e o desespero	226
A comunidade de representações como sustentáculo do <i>dar à fuga</i>	227
O <i>dar à fuga</i> e a prossecução de interesses pessoais e colectivos	233
<i>Dar à fuga</i> como prática simbólica: a confirmação e actualização da comunidade de representações.	236
Conclusão	239

Capítulo 9

Transformação da comunidade de representações	241
Acerca de valores e de fronteiras.	241
(Re)trabalhar os valores e as representações	243
(Re)construir as fronteiras	249
Conclusão	264

Capítulo 10

Conclusão	265
----------------------------	-----

Capítulo 11

Do interior da cidade para a teoria sociológica: perguntas e respostas acerca do Casal Ventoso.	281
Uma alternativa à concepção de subcultura delincente	281
Por que se trafica no Casal Ventoso? Uma alternativa sociológica às concepções de sujeito unitário	286
Valores e representações relativos ao narcotráfico	291
Ideais de pessoa/ideais de vida	298

Apontamentos fotográficos	307
Bibliografia	311
Índice remissivo	321
Índice de autores	327

Aos adolescentes do Casal Ventoso

Agradecimentos

Antes de iniciar este texto não posso deixar de lembrar a importância que algumas instituições que me acolheram tiveram na sua realização.

Não o faço para obedecer a qualquer tipo de homenagem ritualizada, mas porque cometeria uma real injustiça se não as mencionasse. Sem elas, este trabalho não teria passado, provavelmente, de uma ideia fugaz e a sua concretização teria sido muito improvável. Em primeiro lugar, destaco a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, que me concedeu uma bolsa ao longo de dois anos, permitindo-me realizar um trabalho de campo e encetar um processo de escrita que se afiguraram longos. Em boa verdade, esta instituição é a responsável pela própria existência deste livro. A segunda instituição é o Instituto de Ciências Sociais, onde tive o privilégio de desenvolver o meu curso de mestrado. Encontrei aqui a oportunidade de dialogar com investigadores e professores notáveis. Por último, gostaria de salientar a instituição que me acolheu no interior do Bairro – o Centro Social do Casal Ventoso –, mas sobretudo, devo confessá-lo, José Luís Coelho. Pessoa singular e empreendedora que na altura o dirigia e à qual nunca pensei ter de vir a agradecer de forma póstuma.

Para além destas instituições, esta pesquisa não teria sido também possível sem o envolvimento e o amor quotidiano e insubstituível dos meus pais, avós, da Patrícia e da Inês, que serenamente se encarregaram de mim enquanto eu me encarregava disto.

Estou também muito grato a um leque de pessoas que comigo dialogaram e me deram sugestões cruciais, algumas tão breves que elas próprias não podem supor o quanto me foram úteis. Outras, como, por exemplo, Fátima Valentim e a Dr.^a Marluce Menezes, reconhecerão decerto a sua contribuição benéfica em diversos momentos da leitura. Não obstante as contribuições terem sido diversas, algumas pessoas salientaram-se de forma particularmente clara, mesmo quando aquilo que me diziam não se prendia directamente com o âmbito deste trabalho: o Professor Manuel Villaverde Cabral, a Doutora Cristiana Bastos e o Doutor Carlos Alberto Afonso. Não posso também esquecer os meus amigos Joana da Cunha Leal, João Freire e João Sedas Nunes, que me encorajaram na reavaliação das partes deste livro que careciam de revisão, bem como

o Doutor Miguel Vale de Almeida, que, quer enquanto arguente, quer enquanto comentador de artigos que entretanto produzi, me tem ajudado a descobrir as falhas e as possibilidades de reconstrução dos meus textos. O mesmo precioso contributo, esse na introdução das constantes correcções que fui fazendo, foi-me dado pela Celeste Pires, do ICS, de cuja qualidade e envolvimento no trabalho este texto dependeu em muito.

Para último, e em lugar destacado, reservo o nome do Professor João de Pina Cabral. Muito mais do que uma orientação exigente e criativa, representou para mim uma influência intelectual com profundas repercussões no futuro.

Prefácio

Quando o autor do presente estudo entrou no meu gabinete para discutir qual viria a ser o seu futuro projecto de investigação, estava longe de imaginar quanto eu próprio viria a ganhar na qualidade de acompanhante deste percurso. Desde logo era evidente que tinha perante mim um estudante de pós-graduação que trazia consigo uma pergunta cuja resposta o motivava profundamente. Ora, como dizia Max Weber no seu discurso sobre «Ciência como vocação», «quem não tiver a capacidade de pôr palas nos olhos, por assim dizer, e chegar à noção de que a sorte da sua alma depende da capacidade de fazer a conjectura correcta nesta ou naquela passagem do seu manuscrito, deverá simplesmente afastar-se da ciência. [...] Porque nada é merecedor do homem enquanto homem excepto o que é realizado com devoção apaixonada».¹

Miguel Chaves tinha-se já iniciado às lides de um bairro que, na altura, assumira nos *mass media* portugueses o estatuto do espaço demonizado por excelência. Tinha-se, aliás, aí iniciado de uma forma inesperada: como monitor de um grupo de teatro para «adolescentes em risco». A pergunta que trazia consigo era: «Como é que estes jovens pensam o futuro das suas vidas?» Tinha percebido já que qualquer resposta a esta pergunta que seguisse as linhas interpretativas fornecidas pelas interpretações sociológicas mais vulgarizadas era insuficiente. Queria, então, perceber mais e melhor.

A minha primeira reacção foi de preocupação pela segurança pessoal do investigador. Com o tempo, porém, foi-se tornando claro que a situação era realmente perigosa, mas que Miguel Chaves possui dotes comunicacionais excepcionais, que lhe permitiram ir ultrapassando uma a uma as barreiras à comunicação e à segurança que um terreno desta natureza levanta.

Finalmente, chegou o dia em que fui eu próprio visitar o bairro, guiado pelas suas mãos. Creio que para os meus companheiros de então (o João Sedas Nunes e a Idalina Conde), tanto quanto para mim, essa manhã passada por aquela encosta constituiu uma lição única sobre Lisboa e sobre a forma como as cidades se criam através de uma sobreposição de margens. A ideia de produzir um nú-

¹Max Weber, 1948 (1919), «Science as vocation», in *From Max Weber: Essays in Sociology*, H. H. Gerth e C. Wright Mills (orgs.), Routledge and Kegan Paul, Londres, p. 135.

mero especial da *Análise Social* (n.º 151, 1999) dedicado a uma exploração da forma como a marginalidade e a centralidade se produzem mutuamente no âmbito da cidade de Lisboa encontrou o seu germe na minha mente a partir dessa experiência.

O meu interesse pela temática foi ainda aumentando quando, à luz do conceito de dominação simbólica, Miguel Chaves começou a questionar o pressuposto da existência de uma «subcultura da delinquência». Este problema vinha inserir-se directamente em debates que tinham surgido no seio da antropologia por relação à forma como as comunidades piscatórias pobres lidam com a sua relativa marginalidade e a sua relativa incapacidade de conformar os modelos de vida familiar hegemonicamente valorizados. Autores estrangeiros tais como Sally Cole² ou Jan Brogger³ tinham abordado estas comunidades como possuindo uma «cultura de resistência contra-hegemónica»⁴ que as distingue do *mainstream* cultural que as rodeia. Estas análises revelaram-se insatisfatórias à luz do conhecimento comparativo mais aprofundado que íamos formando da realidade portuguesa⁵. Já o estudo realizado por Inês Salema Meneses e Paulo Mendes⁶ de uma comunidade piscatória alentejana mostrava que estávamos perante uma questão da máxima relevância, tanto metodológica como teoricamente, e que a compreensão destas comunidades relativamente marginalizadas exigia um esforço analítico que superasse uma simples dicotomia dominante/dominado.

Na presente obra, Miguel Chaves lança uma proposta altamente inovadora, que creio virá a constituir um marco incontornável na área da sociologia urbana portuguesa – superando algumas das limitações que têm vindo a ser reveladas pelos estudos do desvio, da degradação urbana, da delinquência e do narcotráfico. Partindo de uma análise cuidada das raízes históricas do Casal Ventoso no seio da formação da Lisboa moderna, o autor passa à forma como o bairro se constitui enquanto entidade social auto-referenciada no recurso a estilos de vida identificáveis. Termina, por fim, com a análise do bairro enquanto comunidade enquadrada por uma estrutura de oportunidades ilegais.

O posfácio à obra («Do interior da cidade para a teoria sociológica»), sustentando-se implicitamente no material apresentado, pode ser lido enquanto

² Cf. João de Pina Cabral, 1991-1992, recensão de *Women of the Praia*, de Sally Cole, *Antropologia Portuguesa*, 9/10, pp. 207-212 (versão inglesa em Man, 1992).

³ Cf. Joao de Pina Cabral, 1991, recensão do livro de Jan Bragger *Pre-Bureaucratic Europeans*, Man, n. s. 26 (1), p. 174.

⁴ Sally Cole, 1991, *Women of the Praia. Work and Lives in a Portuguese Coastal Community*, Princeton University Press, Princeton, p. 98.

⁵ Cf. João de Pina Cabral, 1991, *Os Contextos da Antropologia*, Difel, Lisboa.

⁶ Inês Salema Meneses e Paulo Mendes, 1996, *Se o Mar Deixar*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

um comentário à parte. Livre das limitações decorrentes da apresentação de dados empíricos que acompanharam o corpo central da obra, Miguel Chaves tenta aqui responder directamente às questões que inicialmente o tinham trazido para o terreno. Este texto constitui, assim, um contributo teórico definitivo para a discussão da problemática da dominação simbólica e da processualidade da constituição do *self* em contextos de discriminação sócio-cultural.

João de Pina Cabral
Maio de 1999

Capítulo 1

Introdução: no interior da cidade

A primeira vez que entrei no Casal Ventoso foi no mês de Março de 1992. Manhã cinzenta em que caía uma pequena chuva insistente. Da Meia-Laranja, no alto da encosta, não se via o Bairro. O edificado da Rua Maria Pia tornava-o invisível. A partir daí iniciei um percurso que viria a ser sempre descendente. Surgiu, de repente, um pequeno arruamento com cerca de trinta metros que me guiou às Escadinhas do Bordas. Sabia antecipadamente que, quando as descesse, estaria já em pleno Bairro. Comecei a ouvir o tema musical do filme *A Ponte sobre o Rio Kwai*, assobiado à distância. Tratava-se de um comprador de droga que, pouco depois, interrompeu a melodia abruptamente. Parou, apanhando uma tampa de plástico do chão. Depois de a apreciar numa fracção de segundo, soprou para o interior, limpou-a, retomou o assobio e, apressando o andar, desapareceu por entre as Escadinhas. Foi nesse momento que soube que as escadas eram ali. A sua existência não é perceptível, mesmo a curta distância. Parecem simplesmente uma pequena fenda por onde entram e saem pessoas. São íngremes e compostas por dois lanços, cada um com cerca de sete metros de comprimento. Num dos lados há um muro. No outro, uma pequena zona de despejos onde estão espalhadas caixas de detergente vazias, sacos plásticos e, por vezes, um ou outro sapato. No cimo das escadas encontravam-se três homens. Um deles procurava manufacturar uma «chinesa». Um outro tentava afastá-lo, dizendo que passavam ali crianças. O terceiro estava simplesmente deitado, aparentemente adormecido sobre uns cartões, tapado por um cobertor no fundo do qual despontavam os pés descalços.

Procurei descer as escadas rapidamente. Na direcção contrária surgiu um outro rapaz que me questionou acerca de qualquer coisa. Não percebi, no início, do que se tratava e pedi para repetir. Anunciou: *boa coca, bom cavalo*, ao que respondi: «não, não quero, vou para o Centro Social». *Eh pá, desculpa lá...*, disse-me. No momento em que já me tinha afastado repetiu, agora mais alto: *Eh pá, desculpa lá mesmo*. Retorqui-lhe que «não fazia mal» e prosegui a descida pela encosta, agora através da Rua Fresca. O caminho era marginado de ambos os lados por casas não tão degradadas como as que, um pouco mais acima, tinha

avistado, num breve relance do Bairro. Encontravam-se aí algumas crianças e mulheres sentadas em degraus que conversavam e riam. Três rapazes testavam os travões de uma mota e verificavam o óleo. À medida que me distanciava seguiram-me com o olhar. Mais abaixo ainda, um homem brincava com uma criança com cerca de quatro anos. Jogavam à apanhada em pequenos círculos. Uma mulher, de robe vermelho, fitava-os, com as mãos nos bolsos, sem prestar grande atenção. Não me foi difícil encontrar o edifício que procurava. Alguns metros abaixo, ele aí estava, cor-de-rosa pálido e as janelas gradeadas.¹

Esta viagem ao Casal Ventoso tinha como objectivo propiciar o encontro com uma assistente social. Por ela havia sido convidado, ainda não concluída a licenciatura em Sociologia na Universidade Nova de Lisboa, para trabalhar como animador cultural. A existência dessa categoria profissional estava prevista num projecto intitulado de «Intervenção Comunitária». Nesse âmbito, procuraria desenvolver actividades culturais com uma população de trinta adolescentes até aos vinte anos, designada de «jovens em risco», que «dado o meio envolvente podem facilmente ser aliciáveis para uma vida marginal».² Devido a atrasos na aprovação do projecto, as actividades só principiaram em Outubro de 1992. Durante um ano, incidiram sobre um grupo de adolescentes que, no ano seguinte, foi substituído por outro. O último destes projectos encerrou definitivamente em Julho de 1995. Até Julho de 1993 continuei a trabalhar como animador cultural. Só a partir dessa data, embora tivesse sempre continuado a colaborar no projecto, empreendi uma pesquisa, a título pessoal, que se prolongou até Agosto de 1995 e que culminou na escrita da minha dissertação de mestrado, já em 1996. Essa dissertação corresponde, em larga medida, ao texto que aqui se apresenta, salvo algumas alterações na organização dos capítulos e, naturalmente, as que decorreram do trabalho de revisão.

O texto encontra-se conjugado no presente. Como se tivesse sido escrito há algumas horas atrás. Este é, e permanecerá, portanto, o Casal Ventoso de 1996. No entanto, o tempo passou por Lisboa e naturalmente percorreu também estas páginas. Cidade e livro são em parte feitos da mesma matéria. Três anos volvidos sobre ela deixaram nele marcas. E que três anos foram estes últimos de Lisboa! Se dela nos aproximarmos provenientes do estuário fluvial, é fácil presenciar as mudanças profundas que se sucederam. A oriente, a Expo 98, a edificação de uma nova ponte sobre o rio e novas zonas residenciais substituíram uma extensa área industrial e portuária – aqui as alterações foram radicais. Na zona ocidental à Praça do Comércio desmantelaram-se os espaços portuários escusos, inaugurando-se, com algumas interrupções, novas áreas votadas ao lazer. A Lisboa som-

¹ Dois anos depois o edifício do Centro Social viria a ser pintado de azul claro.

² V. «Acção de formação para interventores de terreno» (NICPT, projecto «Amanhã», 1992, p. 147) no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

bria, das docas labirínticas com recantos, dos armazéns, dos vidros estilhaçados, das figuras lunares e inquietantes da beira-rio, não pode já ser assim imaginada. O conjunto dos bares, e a oriente dos pavilhões de exposição e dos auditórios, tende a convergir num espaço tendencialmente amplo de *vie en rose*.

Esta foi a alteração do cenário fluvial. Uma imagem postal da Lisboa que se desarticulou.

E com que imagem impressionista de transformação ficamos se continuarmos a progredir do rio para norte, pela cidade dentro? Deparamos, antes do mais, com uma profunda expansão das redes viárias que, em articulação com as cinturas rodoviárias externas e internas, conduziram a um aumento significativo das acessibilidades. Se nos quisermos aproximar porém do Casal Ventoso, o melhor será deslocarmo-nos em voo rasante através do Vale de Alcântara, quase como se utilizássemos o mesmo percurso da Ponte 25 de Abril para penetrar na cidade. Quem antes conheceu esta área aperceber-se-á decerto de como a sua característica de nó viário se intensificou mais ainda. Estradas e viadutos cortam o vale em todas as direcções. Os últimos hectares de oliveiras da encosta oeste que restavam do início do século foram suplantados pelo caminho de ferro, que, não atravessando ainda a ponte no momento em que escrevo estas linhas, a atravessará já, porém, no momento em que o leitor as estiver a percorrer.

Os três anos que passaram por Lisboa trouxeram para o Casal Ventoso alterações profundas. Com base num «plano integrado de reconversão», financiado na sua maior parte pelo Programa Urban da Comunidade Europeia e, num montante mais reduzido, pelo Estado português, a população do Casal Ventoso começou a sofrer desde final de 1998 um processo de realojamento em larga escala que culminará com o desmantelamento da maior parte do tecido residencial do Bairro.

O solo de aparência lunar árido e desabitado que correspondia em 1996 apenas a uma curta faixa do seu território, junto à Avenida de Ceuta, alastra-se agora como uma clareira ascendente por toda uma vasta extensão, alcançando a Rua Costa Pimenta.

Presentemente, esta pesquisa não se encontra já portanto apenas concentrada nas vivências e nas dinâmicas do Bairro. Ela vê-se projectada para fora desses limites, constituindo um olhar sobre aqueles que daí transitaram em bloco para a Quinta do Cabrinha, na outra margem da Avenida de Ceuta, para os edifícios do PER que se situarão na parte inferior da encosta ou ainda sobre aqueles que se dispersarão pela cidade e concelhos limítrofes. Espero portanto que este livro consista numa boa sugestão para acompanhar os seus percursos. Gostaria também de sentir que, salvaguardada de extrapolações arriscadas, a pesquisa que aqui vos apresento acaba por trazer algum contributo para investigações realizadas noutras zonas urbanas que existam já ou que entretanto venham a surgir.

A passagem do tempo, que mudou a cidade, encarregou-se também de neutralizar parcialmente o efeito de comprometimento que um ou outro apontamento, uma ou outra referência a situações ou denominações, pudessem vir a ter para qualquer habitante do Casal Ventoso. No entanto, creio ter-se garantido, através da alteração de parte substancial dos nomes e de uma identificação pouco definida de certos espaços, que efeitos não premeditados possam advir para a vida das pessoas que se encontram na base deste livro.

Défices de significado e outros pontos de partida

Em 1992, no início do meu trabalho enquanto interventor, que coincidiu com o início do próprio projecto de intervenção, as actividades realizadas com os adolescentes pareceram-me adequadas e frutuosas. Para além de se coadunarem com o tipo de noções que possuía acerca daquela população, tinham resultado de discussões entre todos os membros da equipa e haviam sido sujeitas a uma avaliação prévia. Todas elas se organizavam a partir de uma ideia central: transformar o comportamento e as atitudes destes adolescentes, designados de pré-desviantes e pré-delinquentes. Com essa finalidade dispúnhamo-nos a fornecer-lhes ideais e modelos assertivos, reduzindo o peso que teriam na construção da sua identidade modelos e disposições desviantes. Não nos suscitava, à partida, qualquer dúvida que estes traços consistiam num aspecto central a ter em conta nas actividades que iríamos desenvolver com esses jovens, mesmo sem os conhecermos e sem sequer lhes termos colocado qualquer questão a propósito da forma como concebiam a sua vida. Essa preocupação de ressocializar por relação a ideais, se não consistia no único objectivo do projecto, tornou-se, aos poucos, uma preocupação exclusiva.

No entanto, à medida que fui realizando o trabalho programado com os adolescentes e que com eles ia criando vínculos afectivos, um sentimento de desconforto foi-se progressivamente adensando. Poderiam as actividades de animação que orientava, bem como a generalidade das acções realizadas no projecto, contribuir para uma «melhoria da vida dos adolescentes» com os quais me viria a confrontar diariamente durante um ano? E o que poderia significar uma «vida melhor» para adolescentes que, ao contrário das pessoas que trabalhavam naquele projecto, não tinham concluído cursos universitários, nem sequer o ensino obrigatório, e que tinham fortes probabilidades de ficarem desempregados do trabalho legal? Seria possível contribuir para a redução dos «riscos» que me tinham sido sugeridos pela designação «adolescentes em risco»? E afinal que «riscos» eram esses que ninguém definira à partida de forma suficiente? Tornarem-se consumidores, traficantes de droga? E, se não viessem a ser nem uma coisa nem outra, o que poderiam (ou deveriam) ser eles, então?

Este tipo de inquietações encontrava, por vezes, ressonância em alguns dos meus colegas. Pessoas de distintas formações científicas que comigo partilhavam o facto de, em certa altura da sua vida, se terem encontrado no Casal Ventoso e que, em certos casos, e à semelhança de alguns dos seus habitantes, se preparavam a utilizá-lo como uma *stepping stone* rumo a melhores sítios ou, simplesmente, como um interregno votado à sobrevivência imediata. Juntos passámos também a colocar a nós mesmos, embora de diferentes formas, uma mesma questão: o que poderíamos vir a ser e a não ser no Casal Ventoso?

Pessoalmente, devo afirmar que foi crescendo em mim a convicção de que nada sabíamos acerca do Bairro e que pouco mais conhecíamos acerca do grupo com quem trabalhávamos, das suas atitudes, valores e projectos. Por isso mesmo, as respostas que circunstancialmente formulávamos não decorriam de um trabalho de questionamento sistemático. Atribuíamos, simplesmente, a explicação dos comportamentos individuais que se iam sucedendo a putativas características idiossincráticas que estes jovens possuiriam em conjunto. Entre elas, destacava-se a «passagem ao acto», a ausência de dispositivos de «gratificação diferida» ou a existência de um problemático quadro afectivo, às quais adicionávamos, sociologicamente, uma concepção de «cultura de bairro» ou «cultura marginal». Embora destas últimas desconhecêssemos os traços, destacávamos, porém, *ad hoc*, um rol de certas características, como sejam a «delinquência», a «violência», ou a «promiscuidade». Estas noções, das quais não procurámos investigar a real valia analítica, confrontavam-nos com a convicção de que aqueles jovens constituíam casos «quase perdidos». Encarregar-nos-íamos, pois, nós de esgotar as últimas esperanças de ressocialização, lamentando não ter chegado mais cedo, no momento anterior ao da conversão da sua personalidade à «delinquência potencial».

Neste sentido, o falhanço em que redundaram dois anos de trabalho não foi considerado digno de avaliação, a não ser para se constatar que os parcos resultados eram já previsíveis, enunciando-se, em paralelo, algumas consoladoras vitórias. Eram disso exemplos o de um único rapaz que começou a trabalhar como canalizador e o de uma adolescente que, com uma escolaridade elevada no contexto do Bairro (desistira da escola já com o décimo ano finalizado), começou a trabalhar no secretariado do NICPT³ antes do seu encerramento em 1995 e, mais tarde, como «ajudante de educadora» no Centro Social.

Progressivamente, fui-me apercebendo que grande parte dos fenómenos empíricos com que me confrontava diariamente não podiam ser compreendidos com base nas explicações que possuía, comprometendo os meus pré-conceitos. Esses dados foram inicialmente ignorados. No entanto, mais tarde, avoluma-

³ O NICPT foi o organismo de gestão do projecto Amanhã, presentemente já extinto.

ram-se de tal forma que se tornaram intransponíveis, confrontando-me com uma multiplicação de «défices de significado» que, a partir desse momento, procurei começar a resolver.

Nesse processo vi-me, porém, incapacitado da própria possibilidade de interrograr. Armado de diversos modelos, era desconhecedor tanto de propostas teóricas fundamentais como de informações sistematicamente recolhidas sobre o Bairro. Melhor dizendo, encontrava-me privado de um quadro analítico adequado para colocar questões de um modo articulado acerca do Casal Ventoso. A criação de um quadro analítico deste tipo é precisamente a preocupação fundamental desta pesquisa. Se tiver conseguido aproximar-me desse objectivo, quer para futuros projectos de investigação, quer para projectos de «intervenção» ou, simplesmente, para o leitor, tal não me deixará já totalmente descontente. Devo reconhecer, porém, que as condições difíceis de recolha de informação com que deparei levaram a que muitas das questões ficassem em aberto, conferindo a este estudo um carácter manifestamente exploratório.

Logo no início do trabalho de campo, fui-me apercebendo que os meus défices de significado resultavam, em larga medida, do facto de não ter conferido a devida importância a uma ideia que, aliás, já conhecia: o Casal Ventoso e os seus habitantes estão incluídos e encontram-se dependentes do sistema social global. Poderíamos mesmo afirmar, tal como o fez Hannerz (1969, p. 32): *Ghetto is a dependency* (isto se entendermos que o próprio termo *ghetto*, em lugar de mistificações, nos confere alguma valia analítica). Essa dependência não constitui simplesmente «um dado a ter também em conta». Trata-se, muito mais do que isso, de uma dimensão que se encontra permanentemente entrecruzada nas próprias dinâmicas internas, por mais autónomas que estas se apresentem a um olhar exterior.

Desta ideia decorrem cinco pontos de partida para a pesquisa: é essencial, *a*) compreender a forma como se constrói essa posição de dependência, quer por relação às actividades económicas, quer por relação às práticas desenvolvidas; *b*) conhecer quais são os valores, representações e formas comportamentais internas, não partindo simplesmente do princípio de que essas representações e valores são diferentes ou mesmo inexistentes, nem convertendo os comportamentos registados no melhor indicador dessa diferença. Ou seja, não confundindo os comportamentos com as suas condições de produção; *c*) detalhar a forma como, neste contexto de dependência, os comportamentos e as representações sociais se produzem e se transmitem no interior do Bairro, considerando que são produzidos e transmitidos de forma diferenciada internamente; *d*) entender o sujeito-habitante como uma instância decisional. Para além de ser socializado no interior de determinados quadros de valores e ideais, encontra-se sempre perante contextos de socialização multirreferenciais; *e*) reconhecer a capacidade dos colectivos para construir permanentemente as

suas práticas e representações mediante as oportunidades e os constrangimentos com que se confrontam e através dos circuitos comunicacionais internos e externos ao Bairro.

Os pontos de partida que acabaram de ser referidos não nos colocam claramente no interior de um único programa teórico. Defendemos antes que o procedimento mais profícuo consiste em procurar associar e integrar dois tipos de paradigmas que frequentemente são considerados inconciliáveis ou mesmo antagónicos para a compreensão das problemáticas da «pobreza» e do «desvio».⁴

Apresentados de uma forma sintética e fazendo tábua rasa da sua real diversidade interna, eles podem ser entendidos da seguinte forma: um primeiro, que designámos como «teses de transmissão cultural», valoriza os elementos de aprendizagem e inculcação cultural ao longo do processo de socialização, bem como a presença do grupo de pares. Estes factores determinariam, em larga medida, valores, ideais, aspirações e disposições que estariam na base de condutas recorrentes das classes populares. Disso são exemplo comportamentos como a tendência para a matrifocalidade, a ausência e a dureza do homem no interior do agregado, a exaltação da masculinidade, as actividades ilegais, a violência, o abandono escolar precoce e a intensa vida social na rua, mas também uma série de traços comportamentais que parecem antagónicos por relação aos anteriores, como, por exemplo, a poupança e a austeridade económica ou um «*ethos* de trabalho».

O segundo, pelo contrário, secundariza a importância dos factores de inculcação resultantes dos processos de transmissão e de socialização no interior de grupos ou de determinados espaços. Defende antes que as classes populares, designadamente as pessoas desprovidas de capitais, têm como referência ideais e valores globais. Os comportamentos são adaptativos à circunstância de se encontrarem numa posição de exclusão da possibilidade de obterem bens globalmente valorizados, podendo, inclusivamente, construir valores alternativos que se cristalizam em subculturas alternativas. Estas teses podem ser designadas por «adaptativas».

Embora defendendo que a exclusão de qualquer um destes paradigmas poderá fazer incorrer em importantes erros de análise, devo reconhecer que, ao longo do processo de resposta aos meus défices de significado, me fui aproximando mais do segundo tipo de paradigmas do que do primeiro e que, em alguns aspectos, me afastei de ambos. Curiosamente, esse percurso analítico correspondeu a um processo de evolução pessoal. De facto, no início, o meu posicionamento teórico em torno das questões da «pobreza» e do «desvio»,

⁴V., por exemplo, O. Lewis (1961, 1966) e J.-C. Chamboredon (1970), por um lado, e os diversos herdeiros do paradigma mertoniano, como E. Liebow (1967) e Cloward e Ohlin (1960), por outro.

bem como do próprio Casal Ventoso, correspondia integralmente às teses de «transmissão cultural», sendo praticamente desconhecedor do segundo tipo de perspectivas.

É importante, contudo, referir que não fui propriamente obrigado a prescindir de quaisquer paradigmas na sua globalidade. Opus-me antes a certas perspectivas que, sendo mais localizáveis em autores do primeiro paradigma, designadamente O. Lewis (1961, 1966), Chamboredon (1970) e, principalmente, Tannebaum (1938), estão na base de múltiplas obras e trabalhos de investigação, encontrando-se mesmo generalizadas em toda a sociedade. Estas perspectivas são, resumidamente, as seguintes:

- a) A que considera os valores e os ideais como elementos que se apresentam de forma reificada. O «sistema central de valores» é pensado como uma realidade totalizante, sistemática, unívoca e não contraditória e colocado em oposição a «sistemas não centrais» ou mesmo ilegítimos de valores, que seriam igualmente reificados. Este pressuposto é discernível, quer no primeiro tipo de paradigmas, quer no segundo.
- b) A que considera o processo de socialização do sujeito com base apenas em três possibilidades alternativas: *i)* o sujeito é socializado no interior de um sistema central de valores; *ii)* tem défices de socialização por relação a esse sistema; *iii)* é socializado com base noutros quadros de valores distintos dos centrais, como, por exemplo, numa «subcultura da pobreza».⁵
- c) Desta segunda perspectiva decorre uma terceira, que se prende com a questão das condutas ilegítimas. Nela se defende que tais condutas, habitualmente registadas num determinado espaço, podem ser explicadas através da ideia de que, nesses espaços, se encontram valores e ideais «diferentes» por relação aos quais as pessoas são socializadas, registando-se défices de assimilação dos valores centrais. Algumas vezes, tais valores e ideais específicos são interpretados como prolongamentos de culturas de classe. Noutros casos, são designados como valores regionais e explicados através de noções vagas que não possuem qualquer utilidade analítica, como, por exemplo, «cultura de bairro» ou «cultura delinquente». Curiosamente, estes ideais e valores raramente são definidos e, mesmo quando tal é feito, eles parecem confundir-se com os próprios comportamentos em si. Por exemplo, a delinquência resultaria de valores que

⁵ Como refere, por exemplo, Hannerz (1969, p. 181) a propósito de O. Lewis: «[...] it could be held that the culture of poverty causes poverty, rather than the other way around. [...] O. Lewis himself makes allowance for this as he states that once the culture of poverty comes into existence, it tends to perpetuate itself in new generations. Slum children soon absorb the values and attitudes of their sub-culture so that they may not be able later to take advantage of increased opportunities.»

defendem a delinquência ou a violência; a deserção do homem de casa resultaria de uma ausência de socialização segundo os valores de «chefe de família»; a rejeição do trabalho prender-se-ia com valores antitrabalho; o tráfico de drogas seria compreensível à luz de uma putativa «tradição delinquente».

Estamos em crer que o recurso frequente a este tipo de perspectivas se deve, em primeiro lugar, à ausência de estudos prolongados em contextos de delinquência urbana, guiados por metodologias de observação e de permanência no terreno, que permitam o confronto com fenómenos geradores de perplexidade, como, por exemplo, com o facto de se registarem profundas clivagens entre os valores manifestados e os comportamentos registados, bem como com as acentuadas diferenciações internas entre a população. Em segundo lugar, prender-se-á com a utilização de formulações teóricas demasiado vagas e pouco instrumentalizáveis. São disso exemplo as noções de «subcultura de classe», «subcultura de bairro», «subcultura delinquente» ou mesmo algumas apropriações do conceito de *habitus*.

De facto, estas noções agrupam, no seu interior, um número demasiado vasto de conceitos, como, por exemplo, ideais de vida, valores, gostos, modos de apresentação, representações, competências, esquemas de percepção e avaliação, disposições ou mesmo as próprias aspirações, recursos e oportunidades. Por vezes, não se detalham nem se identificam os aspectos a que corresponde cada uma destas noções, partindo-se de uma espécie de acordo prévio de que ninguém terá dúvidas relativamente aos respectivos conteúdos e que elas se encontram forçosamente associadas. Ora, essa vastidão e falta de detalhe impossibilitam o desenvolvimento daquilo que designamos por análise dinâmica. Ou seja, uma análise que, desintegrando estas noções, permita compreender a forma como os sujeitos e os grupos se confrontam com cada uma delas, mesmo que isso signifique ter de se entrar em linha de conta na análise com as contradições e os paradoxos.

À semelhança do que sucedeu com as motivações para a pesquisa, a orientação metodológica resultou, também ela, de uma tentativa de resolução de problemas. Na sua base encontravam-se os procedimentos de secretismo existentes no Bairro. Esta questão era ainda agravada pela baixa fiabilidade dos dados que poderiam obter-se com base em processos de inquirição por questionário.

Pareceu-me assim claro, desde o início, que, atendendo a estes constrangimentos, a metodologia mais adequada seria a da observação directa. Esta ideia resultou cada vez mais reforçada consoante se ia tornando patente que tanto as diferenciações internas quanto a relação entre crenças e práticas constituiriam dois aspectos cruciais nesta pesquisa.

Não irei, aqui, desenvolver a questão da observação e do que é ser observador (e observado) no Casal Ventoso. Interessa apenas registar que segui os

procedimentos mais clássicos do método de observação, nomeadamente a selecção de uma amostra não probabilística, tipo «bola de neve», o recurso a diversos informadores-chave e a outros que, sem terem sido por mim considerados detentores desta qualidade, se revelaram cruciais ao longo do trabalho.

Procurei, além disso, penetrar de forma progressiva nas redes de intercâmbio com a preocupação de diversificar e seleccionar os diversos segmentos internos, procurando não me restringir a nenhum deles. Conferi também importância aos «tempos internos». Por conseguinte, procurei diversificar os períodos de estadia, permanecendo no Bairro durante várias fases do dia e da semana, mantendo-me atento ao desenvolvimento de vivências e de acontecimentos particulares, procurando não os perder.

Experimentei, enquanto principal «motor da pesquisa» e, no caso da observação, enquanto seu «principal instrumento», um conjunto de ansiedades relacionais que são comuns a diversos outros contextos de pesquisa, mas que, no Casal Ventoso, se vêem porventura, agravadas. Tratava-se do processo de «obter acesso» às redes sociais. Isto apesar de a justificação para a minha presença naquele espaço, onde só afluem os habitantes e os consumidores de droga, se encontrar consideravelmente facilitada, facto que se ficava a dever, naturalmente, ao próprio trabalho que realizava no Centro Social. As ansiedades prendiam-se, sobretudo, com a dificuldade de gerir o estatuto de investigador fora das instalações do Centro, continuando a colocar questões que não se prendiam já com o âmbito do trabalho de intervenção. Procurei ultrapassá-las através de um trabalho de redefinição constante do papel de investigador, quotidianamente e em cada situação específica. Gerir esse estatuto consistiu, sem dúvida, na maior dificuldade do processo de observação, visto que a pesquisa corria permanentemente o risco de ficar comprometida. Esses riscos eram de dois tipos: por um lado, o de não penetrar nos circuitos de informação, não obtendo, portanto, dados suficientes para responder às questões colocadas. Por outro lado, o de obter tais informações (ou de tornar tão visível a recolha dessa informação), que passasse a ser pressentido como um perigo, ficando, igualmente, a pesquisa comprometida. Se, como é fácil de notar, estes elementos são paradoxais, interessa desde já afirmar que os paradoxos da recolha de informação numa situação deste tipo não ficam por aqui. Um outro resulta, por exemplo, da própria relação do investigador com os autóctones: é que, se a obtenção de informações está dependente da criação de relações íntimas no Bairro, é também verdade que esta intimidade pode também comprometer a própria possibilidade de colocar questões. Entre pessoas íntimas gera-se uma espécie de acordo tácito de que certas temáticas não serão afloradas.

O facto de a permanência do investigador neste contexto não se encontrar totalmente assegurada, tendo de ser quotidianamente negociada, consistiu numa das razões que me conduziram à diversificação das metodologias, das estratégias

e das fontes de obtenção da informação. De qualquer forma, a minha convicção era já, desde o início, a de que deveria procurar conceber um plano integrado de recolha de informação que incluísse uma diversidade de metodologias. Por conseguinte, para além das entrevistas informais e da observação diária, realizei:

- Contactos quotidianos com três informadores-chave e realização de entrevistas a quatro pessoas que forneceram indicações relevantes.
- Quarenta entrevistas semidirigidas aos adolescentes que frequentaram o projecto «Intervenção Comunitária». A partir delas obtiveram-se genealogias, mas, sobretudo, dados acerca dos projectos de vida. Cerca de trinta foram parcial ou totalmente transcritas. Das restantes extraíram-se anotações.
- Trinta e cinco entrevistas a adultos, trinta das quais foram realizadas a mães dos adolescentes, duas a avós (uma da linha materna e outra da linha paterna), duas entrevistas a tias (ambas da linha materna). Obtiveram-se, nestes casos, genealogias, informações acerca de como os familiares se confrontam com os projectos de vida dos adolescentes e opiniões acerca do Bairro e do tráfico. Vinte e cinco destas entrevistas foram total ou parcialmente transcritas.
- Sete entrevistas a adultos com idades superiores a 60 anos, que, em três dos casos, eram avós dos adolescentes referidos, o que nos permitiu realizar breves histórias de família. Destas entrevistas obtivemos, sobretudo, registos de «história oral», genealogias e opiniões acerca do Bairro. Três delas foram integralmente transcritas.
- Entrevistas a dirigentes das seguintes colectividades: O Casalense, O Imparcial, União Futebol Clube e a um frequentador do Lisboa Futebol Clube. Duas entrevistas ao director do Centro Social e uma entrevista ao director da Comissão de Moradores.
- Quatro entrevistas colectivas aos adolescentes frequentadores de cada um dos cursos de pré-profissionalização do projecto. Duas delas contaram com a presença de dois adultos. As entrevistas colectivas revelaram-se uma metodologia importante, pois não permitiram apenas realizar discussões acerca dos projectos de vida e obter opiniões acerca do Bairro, mas também localizar divergências e clivagens internas.
- Entrevistas sem guião à assistente social do Centro Social, às educadoras do Centro Social, bem como às enfermeiras do Centro de Saúde. Uma conversa com o conselho directivo da Escola Manuel da Maia.
- Entrevistas a três consumidores que se deslocam regularmente ao Bairro, dois deles há mais de dez anos e um terceiro há cerca de três anos. Entrevistas em âmbito policial, bem como consultas de acórdãos do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa.

- Consulta dos processos respeitantes a diversos detidos do Casal Ventoso acompanhados pelo Instituto de Reinserção Social. Consulta que foi acompanhada de conversas com técnicos desse Instituto.
- Foi também realizada uma pesquisa documental onde se procedeu a um levantamento de plantas, planos de melhoramentos e actas camarárias existentes no Arquivo do Arco do Cego da Câmara Municipal de Lisboa. Apesar de largamente insuficientes, estes documentos permitiram-nos delinear um dos blocos do primeiro capítulo intitulado «O processo de edificação do Casal Ventoso».

Algumas informações existentes não foram consultadas nem tratadas, devido aos constrangimentos temporais desta pesquisa. É o caso, em primeiro lugar, da pesquisa de arquivos policiais, visto que, para além de dificuldades na obtenção de autorizações, os ficheiros não se encontravam organizados por áreas de residência dos infractores, e dado que se verificou o encerramento da Esquadra dos Terramotos, que policiava a área do Casal Ventoso. Em segundo lugar, realizaram-se entrevistas em situação formal apenas a três homens adultos do Bairro, visto que foram quase sempre as mulheres a apresentarem-se quando se solicitava a comparência, para entrevista, dos «encarregados de educação» dos jovens com quem trabalhava. Procurou-se compensar essa falta com a realização de entrevistas informais.

Por último, confrontei-me com um défice considerável de dados quantitativos relativos ao presente. A elevada margem de não cobertura do censo de 1992 no que concerne aos quarteirões do Bairro e às próprias condições em que este foi realizado levaram-me inclusivamente a preteri-lo relativamente aos dados obtidos pela Hidrotécnica Portuguesa (1993) e pelo Grupo de Ecologia Social do LNEC (Menezes *et al.* 1992). No entanto, mesmo esses dados não me concederam grandes veleidades interpretativas, dado não conterem informações essenciais para responder a múltiplas interrogações centrais suscitadas pelas vivências internas.

Felizmente, esta situação de grande escassez de informações quantitativas encontra-se em vias de ser parcialmente suprimida, pela construção de uma base de dados acerca do Bairro no Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso. Neste caso, não será tanto a margem de cobertura e as condições em que a inquirição está a ser realizada que deverá ser acautelada na leitura e no tratamento dos dados, mas, sobretudo, a veracidade de algumas respostas.

Este livro encontra-se organizado do seguinte modo. No capítulo 2 procura-se reconstituir o processo de edificação do Casal Ventoso situando-o no interior do sistema urbano. No terceiro e quarto capítulos assinalam-se os vectores fundamentais de integração da população do Bairro no sistema social até à contemporaneidade. Qualquer um destes três primeiros capítulos está delineado

numa perspectiva diacrónica. No capítulo 5 procuramos identificar os diferentes «estilos de vida» existentes no Bairro antes do advento do tráfico (que, como oportunamente defenderemos, são também, e em larga medida, os desenvolvidos por aqueles que não aderiram ao tráfico no presente). Nesse capítulo tivemos também a preocupação de identificar quais as dinâmicas de diferenciação dos estilos de vida internos. O capítulo 6 ocorre no seguimento do anterior. Nele abordamos a problemática da ilegalidade antes do período do tráfico. No capítulo 7 situamos os aspectos analíticos que consideramos centrais para a compreensão da instalação do narcotráfico no Bairro. Os dois capítulos seguintes versam sobre a construção da comunidade num contexto de narcotráfico: no capítulo 8 veremos como as actividades associadas ao narcotráfico se inscrevem no interior da comunidade preexistente, promovendo a confirmação das práticas comunitárias no presente; no capítulo 9 procuramos ilustrar como é que as actividades associadas ao narcotráfico possibilitam a reconstrução das representações internas. A conclusão (capítulo 10) consiste, essencialmente, numa síntese. No último capítulo procuramos responder a duas questões fundamentais acerca do Casal Ventoso. A maior parte desse capítulo será ocupada pela tentativa de se conceber um quadro teórico que permita dar conta das motivações de adesão ao tráfico e do lugar que esta actividade ocupa presentemente nos projectos de vida dos habitantes.

Casal Ventoso – o sítio

O Casal Ventoso é uma área residencial do concelho de Lisboa que se estende ao longo de uma das encostas do Vale de Alcântara, ocupando cerca de 10 ha. O facto de se encontrar situado numa colina, bem como a aparência das edificações e o próprio tecido residencial, assemelham-no visualmente às favelas do Rio de Janeiro. Alguns dos aspectos mais conhecidos acerca do Bairro, nomeadamente a pobreza e a proliferação do narcotráfico, estreitaram as associações produzidas entre este espaço e os morros sul-americanos.

Administrativamente, o Bairro insere-se na freguesia do Santo Condestável, criada em 7 de Fevereiro de 1959 e que se encontra localizada entre as freguesias de Campolide (norte), Prazeres (sul), Santa Isabel (este) e Alcântara (oeste).

O Santo Condestável tem uma função predominantemente residencial e apresenta uma composição social muito heterogénea. Por exemplo, o bairro de Campo de Ourique, que dele também faz parte, estabelece um contraste evidente com o Casal Ventoso.⁶ Enquanto o primeiro se encontra edificado na

⁶ Em diversas situações, procuram estabelecer-se diferenças sócio-urbanísticas claras e absolutas entre o bairro do Casal Ventoso e o de Campo de Ourique. De facto, se considerarmos apenas a zona habitacional construída sobre o traçado ortogonal de Campo de Ourique, não

zona cimeira da encosta, sendo maioritariamente habitado por classes médias e dispondo de planeamento e equipamentos urbanos, o segundo é habitado por classes populares, situa-se ao longo da zona mais baixa e íngreme da encosta e é marcado pela degradação habitacional e ambiental, pelo uso de materiais provisórios na habitação e por défices, quer infra-estruturais, quer de redes de abastecimento.⁷

Em termos de localização, o Casal Ventoso encontra-se situado no extremo ocidental da freguesia do Santo Condestável, no momento em que a encosta se precipita na direcção de Alcântara, abrindo-se a ocidente sobre o cenário do Vale de Alcântara. Tem a leste o bairro de Campo de Ourique, sendo dele separado pela Rua Maria Pia, que funciona como fronteira. A norte, situa-se a Rua do Arco do Carvalhão, seguida do bairro de Sete Moinhos, que, fazendo parte da mesma freguesia, partilha com o Casal Ventoso o estatuto de bairro degradado. Por último e a sul, o Bairro tem apenas como fronteira uma colina com uma forte inclinação, de construção praticamente inviável, coberta por pequena vegetação e por entulho. Esses factos não obstaram a que tivessem sido aí construídas barracas dispersas.

As fronteiras do Bairro não são inequívocas. Todavia, para efeitos de análise estatística e, actualmente, para a definição do «núcleo crítico» do plano de reconversão previsto, as fronteiras consignadas são as que se encontram delineadas no mapa apresentado (p. 36). Como se depreenderá dessa figura, os limites físicos correspondem, em larga medida, a redes viárias, designadamente à Rua do Arco do Carvalhão, à Rua Guilherme Anjos e à Rua Maria Pia. As habitações que se encontram na margem da rua na qual o Bairro se encontra edificado são consideradas como pertencentes ao Casal Ventoso, o que já não acontece com a margem oposta. Não obstante a arbitrariedade desta delimitação física, ela acaba por ser partilhada pela generalidade dos habitantes.

Visto que o Bairro conta, na sua margem mais elevada, ou seja, a este, com os edifícios mais altos, e com as restantes habitações situadas ao longo da Rua Maria Pia, torna-se quase invisível a partir desse ponto, a não ser através de uma ou outra nesga entre muros ou entre casas. É a partir da zona ocidental, ou melhor, das vias de circulação de grande importância situadas a oeste e a noroeste, nomeadamente a Avenida de Ceuta, a linha do caminho de ferro e a Avenida Duarte Pacheco, que se torna visível em toda a sua extensão.

restam quaisquer dúvidas quanto às diferenças existentes em termos de composição social e de qualidade habitacional. No entanto, se nos detivermos nas zonas da margem da Rua Maria Pia, sobretudo junto ao muro do cemitério, arriscar-nos-emos a registar que as diferenças, a estes dois níveis, não são consideráveis. O contraste entre Campo de Ourique e o Casal Ventoso presta-se claramente a leituras semióticas e poderá ser abordado segundo perspectivas próximas de uma «poética da cidade». V., por exemplo, Bachelard (1957) e Fremont (1980 [1976]).

⁷ V. Menezes *et al.* (1992, pp. 47-55), trabalho dirigido para as questões da «reabilitação urbana».

O Casal Ventoso encontra-se «cercado» por importantes vias de circulação rodoviária, designadamente pelas que ligam Lisboa à margem sul do Tejo. Encontra-se também próximo de importantes carreiras de transportes públicos. Estes factos convertem as suas imediações em lugares relativamente acessíveis, quer ao concelho de Lisboa, quer aos próprios concelhos circundantes. Este aspecto contrasta com o cenário da primeira metade do século. Nesse período, como veremos, ele não passava de uma colina periférica de difícil acessibilidade.

Apesar da relativa centralidade e da visibilidade exterior, o Bairro não consiste porém num lugar de trânsito, nem para peões, nem para automóveis. A entrada de forasteiros é muito rara, excepção feita à penetração diária de centenas de consumidores de droga, de agentes policiais e, muito raramente, de um ou outro político, jornalista ou técnico camarário.

O interior do Casal Ventoso é percorrido apenas por uma estreita via automóvel de difícil circulação, que é praticamente desconhecida no exterior: a Rua Costa Pimenta. Aí, apenas circulam viaturas de habitantes e de consumidores de droga. Fazem também a sua aparição veículos policiais em visitas rotineiras ou em rusgas. A Rua Costa Pimenta é o local onde se concentra um maior número de habitantes. Nela se vende droga ao longo do dia. Ao cruzar o Casal Ventoso de um extremo ao outro, a Costa Pimenta acaba por ligar o Casal Ventoso de Baixo ao Casal Ventoso de Cima. Curiosamente, estas duas zonas, que não possuem fronteiras claramente delimitadas, não acompanham a inclinação da encosta da Rua Maria Pia para a Avenida de Ceuta, ou seja, de este para oeste, mas sim uma inclinação ascendente menos pronunciada que se regista de sul para norte. Essa inclinação é semelhante à que se regista na conhecida Rua Maria Pia.

Para além desta via principal, o Bairro possui, no seu interior, escassas, degradadas e imbrincadas vias pedonais que partem da Rua Maria Pia até à Costa Pimenta. Não são lineares. Têm algumas curvas e os acessos culminam quase sempre em escadas. Descortinam-se também algumas escadarias que, serpenteando por entre as casas, dão acesso à linha de caminho de ferro e à Avenida de Ceuta. A mais conhecida de todas termina num dos túneis do caminho de ferro e é designada por *Escadinhas da Morte*.⁸

Existem outras vias de acesso quase indiscerníveis. São, em grande parte, constituídas por estreitas *escadinhas*. Os seus traçados e ligações são tão labirínticos que se torna muito difícil descrevê-los, emergindo como uma geografia de conhecimento apenas local. Estas ruelas e escadas, por vezes simples corredores, culminam em becos ou encontram-se resguardadas por portões.

⁸ Neste livro, as declarações proferidas por habitantes e as noções de carácter émico serão transcritas em *italico* de forma a distingui-las com clareza do resto do texto.

Inscrevem-se numa densa malha urbana constituída, na sua maior parte, por pátios e vilas muito degradados. Segundo dados da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana existem 46 pátios e vilas no Casal Ventoso. Comparativamente com outros pátios da cidade, os do Casal Ventoso são particularmente estreitos e constituídos por edificações de baixo custo tecnológico que foram progressivamente convertidas de barraca em casa. Em alguns casos, sofreram consideráveis melhoramentos ao longo do tempo. A maior parte das edificações, bem como os seus anexos, encontram-se sobrepostas e interligadas. Como num jogo de dominó, a demolição de um edifício provocaria facilmente o desmoronamento das casas circundantes.

Todo o Bairro, ou seja, não só os edificios dos pátios mas também as outras edificações e os caminhos, compõem um universo habitacional que é consideravelmente fechado e autocontido.

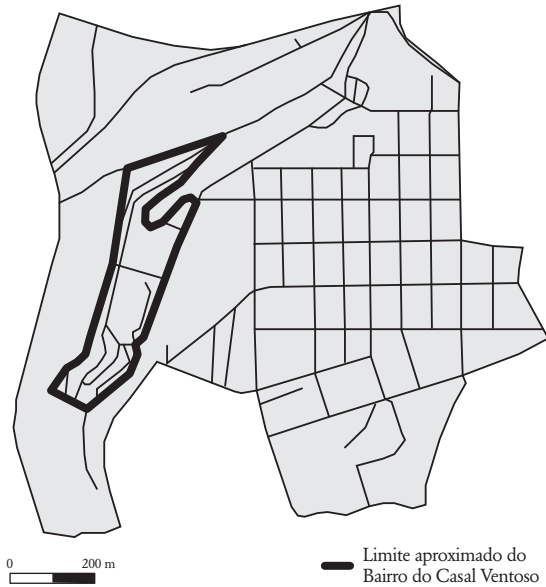
Não se dispõe ainda de um número definitivo de habitantes para o Casal Ventoso. O Recenseamento Geral da População de 1991 aponta para um quantitativo na ordem dos 2700 habitantes. As condições em que este recenseamento foi realizado nos quarteirões correspondentes ao Bairro fazem supor uma larga margem de não cobertura e uma subavaliação do número de habitantes. Quer a Junta de Freguesia, quer o director do Centro Social do Casal Ventoso, por exemplo, apontavam para um número na ordem das 12 000 pessoas. Cálculos mais recentes propunham, no entanto, um contingente aproximado de 4200 habitantes (Hidrotécnica Portuguesa, 1992) e de 3611 habitantes (Menezes *et al.*, 1992). A estimativa mais recente foi realizada pelo Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso através de uma inquirição a todos os alojamentos com a qual se pretendeu abranger a totalidade do universo. Considerando as condições em que esta inquirição foi realizada, tal estimativa parece-nos ser a mais credível. Nela se apontava para um número de 3653 habitantes em alojamentos.⁹

⁹ Estimativa de Setembro de 1966, quando o processo de inquirição já se encontrava praticamente concluído.

Localização do Casal Ventoso na cidade de Lisboa

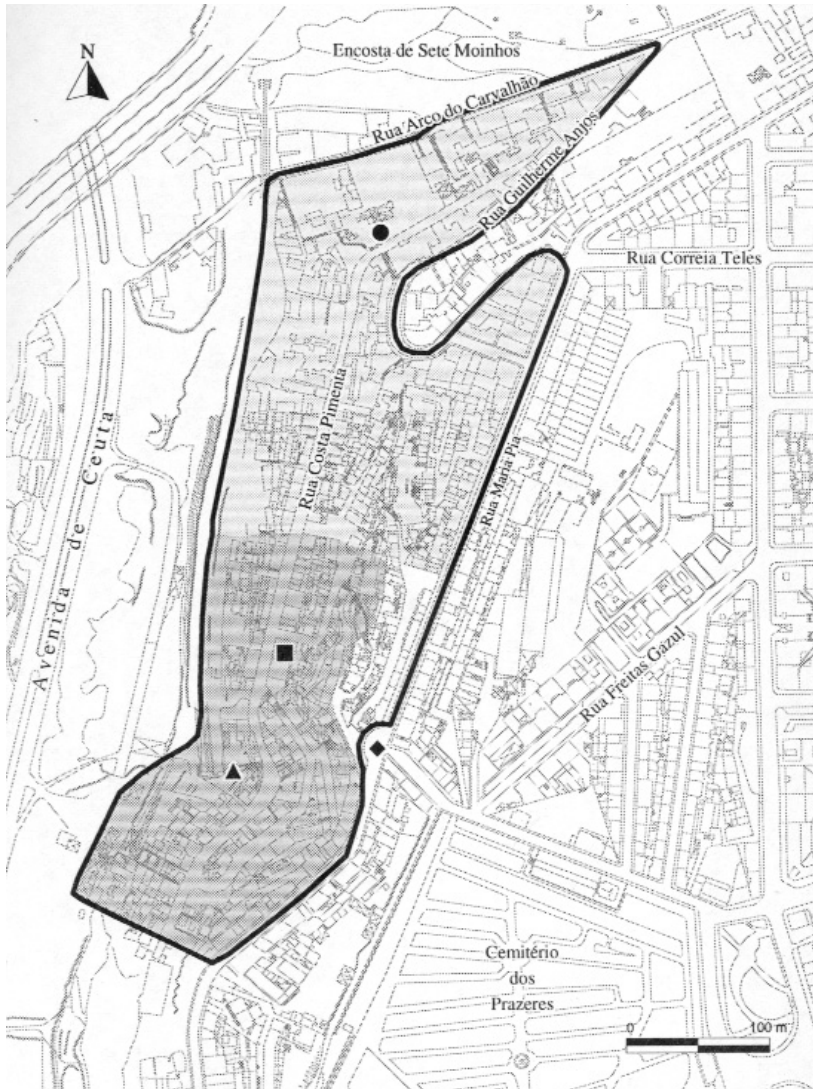


Freguesia do Santo Condestável










Fonte: CML, freguesias de Lisboa e eixos de via, 1992.

Bairro do Casal Ventoso



Referências espaciais

- | | | | |
|---|------------------------|---|---------------------|
|  | Casal Ventoso de Cima |  | Centro Social |
|  | Meia-Laranja |  | Casal Viúva Teles |
|  | Casal Ventoso de Baixo |  | Escadinhas da Morte |
| | |  | Encosta do Manez |

Capítulo 2

O Casal Ventoso na construção da cidade

A edificação do Casal Ventoso ou de qualquer outro conjunto urbano é inseparável da dinâmica de produção e transformação do sistema urbano na sua globalidade, resultando da combinação histórica de quatro tipos de processos e da sua relação com o espaço: produção, consumo, gestão e intercâmbio.¹

Por essa razão, procuraremos, neste capítulo inicial, ilustrar brevemente a forma como se processou a construção do 2.º bairro de Lisboa. Ele consistiu num dos segmentos resultantes da expansão para ocidente da cidade que teve lugar na segunda metade do século XIX e no interior do qual se inseriu a construção do Bairro e das suas áreas adjacentes.

Breves considerações sobre os movimentos migratórios e o povoamento de Lisboa na segunda metade do século XIX

A partir, sensivelmente, de 1864, regista-se um aumento do quadro demográfico do concelho de Lisboa. É, aproximadamente, a partir dessa data que o número de habitantes da capital descola relativamente ao quantitativo registado para o concelho do Porto, do qual se tinha aproximado até aí. De 178 404 habitantes em 1878, a cidade cresce abruptamente para 301 206 em 1890.² Desconhecemos se estes números encerrarão também, e em que medida, os diversos alargamentos da área administrativa da cidade de Lisboa, nomeadamente a duplicação da sua área espacial, que, a partir de 1885, passa também a integrar os concelhos de Belém e dos Olivais (carta de lei de 18 de Julho de 1885). De qualquer forma, este forte acréscimo populacional (bem como o das décadas seguintes), que se traduz na ocupação de muitos espaços espectantes para cons-

¹ V. M. Castells (1984).

² V. V. Matias Ferreira (1987).

trução de habitações, não tem certamente apenas a ver com quaisquer alargamentos administrativos. Encontra-se, pelo contrário, estreitamente associado com o incremento migratório. Os surtos migratórios parecem, aliás, sustentar o crescimento da cidade quase na sua totalidade, pois as taxas de declínio da natalidade muito possivelmente nem sequer lhe permitiriam manter o número de efectivos.³

Em finais do século XIX, a forma como se processa a produção e o consumo de habitação conduzirá a uma distribuição diferenciada dos diversos grupos sociais pelo espaço urbano existente ou em expansão. Este processo conduz à emergência de áreas de forte homogeneidade interna e de forte disparidade entre elas. Tendo já ocorrido noutras fases do desenvolvimento urbano, este processo adquire, a partir deste período, um grande incremento. A apropriação diferencial das novas áreas urbanizadas pelos diversos grupos passou a basear-se, primordialmente, na diversidade de recursos económicos que cada um deles pôde mobilizar no acesso ao alojamento. Assim se constituíram submercados de habitação correspondentes ao preço máximo que cada grupo de utentes pôde depender para lhes ter acesso.⁴ A submercados diferentes sucederam-se, na generalidade, territórios socialmente diferenciados.⁵ Ou seja, os processos de produção e de apropriação de alojamentos acabaram por conduzir a formas de hierarquização e segregação espaciais.

Para a compreensão do surto migratório em finais do século XIX e, mais particularmente, para a relação entre esse fenómeno e o surgimento de áreas socialmente diferenciadas, deparamo-nos com dois tipos de problemas. Em primeiro lugar, o problema das «motivações», que poderemos resumir nas seguintes questões: «que procuram os migrantes em Lisboa? Porquê Lisboa e porquê determinadas áreas da cidade?». Em segundo lugar, o problema relacionado com os diversos tipos de populações migrantes: «qual a proveniência dessas populações?» e «como se articulam as características e os recursos dos diversos segmentos da população migrante com o tipo particular de posição que cada um deles irá ocupar no interior da estrutura produtiva e do tecido residencial?».

Se é possível aceitar que uma causa fundamental das migrações assentou no incremento e expansão do sector industrial lisboeta, decorrente da formação de uma base de desenvolvimento industrial que conferiu atractibilidade à cidade (e pela qual terão sido, em larga medida, responsáveis os dois governos regene-

³ Para a questão das migrações, crescimento e expansão das áreas urbanas, v. Amorim Girão (1945).

⁴ Antecipando um pouco a análise, gostaríamos de afirmar o nosso interesse num submercado específico: o clandestino.

⁵ Segundo T. Barata Salgueiro (1992), verifica-se, na constituição de submercados, uma íntima relação entre o preço das casas e dos terrenos: se o terreno representa uma parcela importante do custo dos imóveis, o valor de um terreno depende, por seu lado, do edifício que pode suportar.

radores de F. Pereira de Melo), pensamos que a causa fundamental da migração terá sido a «fuga» à propalada «miséria dos campos».

Mas porquê diferenciar estes dois fenómenos que, na realidade, não são antagónicos? É que, embora possam ter agido em simultâneo nas decisões dos migrantes para se lançarem em direcção a Lisboa, não cremos que tenham encontrado, entre si, uma sintonia perfeita. Atraídos por horizontes de emprego industrial, muitos destes migrantes podem ter experimentado grandes dificuldades na obtenção de trabalho, bem como um confronto endémico com vagas cíclicas de desemprego. Colocamos, portanto, claramente em dúvida que a oferta de emprego, induzida pelo desenvolvimento industrial, tenha permitido oferecer a uma parte dos «novos lisboetas» mais do que formas de assegurar uma subsistência periclitante, com níveis de pauperização extraordinariamente acentuados. Mais do que razões para chegarem e para se instalarem, estes migrantes terão porventura encontrado motivos para saírem, e, como a própria expressão indica, para «fugirem».

Nesse sentido, uma fatia da população migrante terá sido à chegada excluída do sistema produtivo ou, pelo menos, remetida para as suas franjas. Parcela de «excluídos» que dará lugar a um subproletariado cujas condições de existência em Lisboa, em finais do século XIX e primeira metade do século XX, não são ainda suficientemente conhecidas. Esta população alojou-se naturalmente nas áreas do espaço urbano correspondentes aos submercados de habitação a que, com a sua frágil situação financeira, pôde ter acesso.

As áreas de concentração operária e a gestão urbanística

A forma como decorreu o processo de alojamento do operariado de Lisboa deveu-se, em grande parte, às medidas de gestão urbanística. Logo à partida, devido ao direccionamento e ao papel atribuído por esta ao caminho de ferro. À semelhança do processo que teve lugar noutras escalas e em vários contextos de industrialização,⁶ o incremento do comboio teve, em Lisboa, para além de responsabilidades no fomento e na localização das actividades produtivas, implicações na ampliação de concentrações urbanas de mão-de-obra em torno de unidades de produção cada vez mais vastas.

Os pressupostos subjacentes ao incremento e direccionamento das vias de caminho de ferro em Lisboa estão muito associados aos interesses e princípios incorporados na gestão da política urbanística, nomeadamente da que foi pro-

⁶ Inicialmente nos casos inglês, belga, francês e alemão. Nos EUA, o crescimento dos caminhos de ferro caminhou a par com o incremento industrial.

tagonizada por Ressano Garcia.⁷ Segundo Barata Salgueiro (1992), este terá canalizado, conjuntamente com Rosa Araújo, os interesses da burguesia em ascensão através de medidas simultaneamente de política económica e de obras públicas. Ao incremento do caminho de ferro subjaz uma concepção que emerge aproximadamente em 1879: «Lisboa teria de ser a testa de todas as vias férreas e a circulação de múltiplas artérias ramificadas por todos os pontos do país.» Como surge referido numa acta da Câmara de 7 de Junho: «Esse caminho de ferro, partindo provavelmente da linha leste pelo Vale de Chelas, seguirá pelo Campo Pequeno, Rego e Sete Rios, indo embeber-se no Vale de Alcântara e comunicando com a faixa marginal do Tejo, abrangendo, assim, todo o circuito da cidade e pondo-a em rápida comunicação entre si e os seus arredores e com todo o país pelas linhas que a ela ligam.»⁸

Um outro aspecto da política urbanística que interessa ressaltar, já que constitui, em nosso entender, o seu ponto central, é a sua inspiração liberal. A burguesia que domina o aparelho do Estado incorporou os princípios do capitalismo concorrencial. Desta forma, a promoção do sector habitacional é deixada à responsabilidade da iniciativa privada. O Estado restringe a sua intervenção à isenção fiscal na promoção de habitações para as «classes laboriosas» e à construção de arruamentos para interesse do proprietário e para facilitar a venda do terreno. Em suma, a autoridade pública pretende sobretudo fazer convergir dois interesses: o do proprietário e o do contribuinte.⁹

Em consonância com estes princípios, a CML abre o processo de construção de alojamentos aos dispositivos de especulação imobiliária, facilitando os mecanismos de apropriação distintiva do espaço. O desenvolvimento para norte da cidade, por exemplo, é destinado à instalação das classes altas dirigentes, enquanto, para a instalação de diversos segmentos da burguesia, se procede, por exemplo, à traçagem de uma rede ortogonal de ruas entre a antiga Rua de Campo de Ourique e o último troço da Silva Carvalho, aberta em 1863 para dar acesso ao cemitério ocidental.¹⁰ Nessa rede virá a ser construído o bairro de Campo de Ourique (que se aproximará, em termos de apropriação classista, do da Estefânia, construído pouco tempo depois). Em 1877 inicia-se, também, a edificação do bairro do Calvário, que se enquadrava na ideia de desenvolvimento de bairros nas periferias da cidade, sobretudo destinados às camadas baixas das classes médias.¹¹

⁷ Ressano Garcia ingressou na Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa por volta de 1874, tendo antes estudado e trabalhado em Paris. Tornou-se engenheiro des Ponts et Chaussées de Paris, tendo sido fortemente influenciado pelo modelo de urbanismo haussmanniano.

⁸ V. M. Madeira Rodrigues (1979).

⁹ V. T. Barata Salgueiro (1992, p. 194)

¹⁰ Para a história de Campo de Ourique, v. Sabido Costa (s. d.)

¹¹ V. M. Madeira Rodrigues (1979).

Por sua vez, as populações provenientes das vagas de migração que ficaram ligadas às actividades fabris irão utilizar, inicialmente, os casarões abandonados pela aristocracia, os terrenos baldios junto às fábricas da zona ribeirinha, mas, sobretudo, as zonas antigas da cidade, provocando um grande aumento da densidade populacional destas últimas. Contudo, apesar do seu sobrepopoamento, o tecido preexistente não será suficiente para responder à procura de alojamentos operários, ou seja, e de outro modo, a procura desses alojamentos permite o aparecimento de mercados habitacionais que exigem a construção e não apenas o aproveitamento de estruturas preexistentes.¹² E vão ser os construtores e os industriais a interessar-se pelo desenvolvimento imobiliário. Se os primeiros procuravam extrair algum rendimento desse investimento, os segundos acumulavam, com esse objectivo, o de controlar mais eficazmente a mão-de-obra.

O tipo de construção a que o operariado e mesmo determinados segmentos da pequena burguesia têm acesso vai quase sempre adquirir a forma de vila ou de pátio. Embora registando alguma variabilidade interna, nomeadamente a nível das rendas, estas construções inserem-se em submercados de habitação de baixo preço e são caracterizadas por uma enorme precariedade, facto que poderá ser avaliado através da consulta dos «Inquéritos aos pátios de Lisboa de 1902 e 1905».¹³ Nesse mesmo período, um terço dos 120 pátios existentes está já completamente irrecuperável, apesar de só terem sido construídos há menos de duas ou três décadas.¹⁴

Em Lisboa, a actividade industrial intensificou-se, particularmente em três áreas: Xabregas, Janelas Verdes, mas, sobretudo, em Alcântara. Nesta última, o desenvolvimento industrial encontra já precedentes que remontam pelo menos ao século XVIII. Encontramos notícias relativas ao estabelecimento nessa área de diversas unidades industriais: a Real Fábrica da Pólvora; uma fábrica de louça; azenhas; manufacturas de tratamento de couros; e, mais tarde, fiações, fábricas de curtumes e estamparias, uma fábrica de azeite e outra de sabão, uma

¹² Em «Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909» (CML, 1989, p. 32) afirma-se: «Permanecia [...], por encarar a questão do alojamento operário. Afastadas pragmaticamente soluções catastróficas que, até plenos anos de 1900, propuseram com grande irresponsabilidade, o arrastamento definitivo dos bairros populares da cidade, em 1883, foi apresentado um plano de melhoramentos para a Mouraria e Alfama. [...] obras, bastante parcelares, não resolveram o problema das condições de alojamento de uma população densa que continua a viver uma existência muito antigo regime, presa fácil de endemias e epidemias.» Acerca deste último aspecto e para o caso francês, consultar Yves Lequin (1983).

¹³ V. Conselho dos Melhoramentos Sanitários (1903, 1905).

¹⁴ Segundo refere M. Madeira Rodrigues (1979), o inquérito aos pátios de Lisboa de 1902-1905 indica a existência de 102 pátios [...] agrupando 4294 habitantes, distribuídos por 1106 habitações. Desses pátios em 1902, 32 foram considerados habitáveis (363 habitações – 918 habitantes), 45 passíveis de melhoramentos (550 habitações – 1225 habitantes) e 35 completamente irrecuperáveis.

fábrica de velas de estearina, etc., salientando-se também o aparecimento das primeiras fábricas do complexo da CUF.¹⁵

As referidas concentrações de emprego industrial constituem logicamente «horizontes de trabalho» e incrementam zonas importantes de concentração habitacional. Por relação a este último aspecto destacam-se três sectores: um oriental, constituído por Xabregas, Beato, Poço do Bispo; um ocidental, associado ao Vale de Alcântara, que compreende Alcântara, Prazeres, Campo de Ourique e Campolide, acompanhando, sobretudo, a Estrada da Circunvalação; e um terceiro que engloba as zonas da Graça, Penha de França e Alto do Pina.

Não existem estudos que relacionem as várias zonas de residência operárias nos finais do século XIX com as áreas de oferta de emprego e que, simultaneamente, procurem iluminar a problemática da mobilidade espacial da população ao longo dos diversos pólos industriais e residenciais. Por essa razão, é extremamente difícil articular o pólo de desenvolvimento industrial constituído pelo Vale de Alcântara com o incremento de áreas residenciais particulares, mas que, provavelmente, se estenderão às freguesias hoje administrativamente consignadas de Santa Isabel, Santo Condestável, Campolide, Prazeres e Alcântara. Estamos portanto a trabalhar sobre informações escassas. Procuremos, no entanto, situar as áreas de alojamento do Vale, nomeadamente o bairro do Casal Ventoso, no crescimento deste segmento particular da área ocidental da cidade.

A zona industrial de Alcântara e o alojamento no Vale

Durante todo o século XVIII, grande parte dos terrenos que subiam do Príncipe Real, Vale de São Bento, Rato, Amoreiras, Santa Isabel e Campo de Ourique compreendiam, na sua maioria, quintas, conventos e casas apalaçadas. Em 1742, estas áreas foram administrativamente integradas numa única e grande freguesia: Santa Isabel. «O alvará que a criou estabelecia determinados limites: principiava do lado de cá da ribeira de Alcântara e subia até aos Prazeres, incluía também Amoreiras, Rato, o Vale do Pereira, a Patriarcal, o Vale de São Bento, inflectia em direcção à Estrela e depois à Boa Morte, para descer as Necessidades de novo até Alcântara.» (Sabido Costa, s. d., p. 14.)

Toda esta área fica próxima, portanto, dos «justos limites» da cidade que são decretados a 3 de Dezembro de 1755.¹⁶ Junto às estradas que os atravessam instalaram-se os postos de cobrança dos impostos de géneros.

Mais de um século depois, aproximadamente em 1869, traça-se a Estrada da Circunvalação, acompanhando a Rua Maria Pia e a encosta dos Prazeres

¹⁵ V. Barata Salgueiro (1992) e Janeira e Lobo Antunes (1983).

¹⁶ V. Vieira da Silva (1941).

acima até à Rua do Arco do Carvalhão. Entre o ano de 1755 e o de 1869 assinala-se um lento aumento do edificado.

Aproximadamente até à década de 1850 e antes da abertura da Rua Maria Pia, que correspondia precisamente ao limite ocidental da cidade, a zona urbanizada chegava aos limites de Campo de Ourique, mas, a partir do Quartel da Parada, são já só terras de «pão e oliveiras», segundo descreve Alberto Meyres, em «Lisboa Ocidental».¹⁷ Progressivamente, sobretudo junto à Rua de Campo de Ourique, nas imediações das quintas, das casas apalaçadas com jardins e dos conventos, começam a despontar algumas manchas residenciais operárias, que, na sua maior parte, irão utilizar estruturas de edificado preexistentes.

Contudo, é apenas nas últimas duas décadas do século XIX que surge uma nova área habitacional, cuja edificação corresponde, porém, a dois processos de natureza diferente. Por um lado, a construção que se irá entroncar no traçado ortogonal de Campo de Ourique; por outro, a edificação de vilas operárias que teve lugar junto às margens da Rua Maria Pia. Esses dois processos correspondem, na verdade, a dois patamares distintos de acessibilidade ao mercado da habitação.

A construção das vilas contou, nesta zona, com a presença de senhorios muito diversificados, como, por exemplo, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro, a Igreja do Coração de Jesus, o marquês de Ponte de Lima. No entanto, foi, na sua maior parte, protagonizada por especuladores anónimos.

Entretanto, a área residencial continuava em plena expansão, estendendo-se até Alcântara e partilhando o seu espaço com fábricas, oficinas e armazéns. Entre a zona burguesa correspondente a Campo de Ourique e a zonagem operária, junto à Rua Maria Pia, colocadas em grande proximidade espacial, existiram durante algum tempo fronteiras naturais de demarcação constituídas por terrenos de quintas. Estes foram, contudo, rapidamente transformados em terrenos para construção, o que conduziu ao esbatimento das fronteiras entre duas zonas socialmente distintas, tornando-as coniventes e, em algumas áreas, justapostas.

A diversidade habitacional de toda esta área do Vale é já profunda em inícios do século, podendo aceitar-se a mesma imagem de conjunto com que nos deparamos no presente: à medida que se vai subindo na encosta, a qualidade do edificado vai melhorando e os prédios mais valorizados vão sendo apropriados por categorias superiores. Por seu lado, as zonas mais débeis do ponto de vista do edificado, das quais o Casal Ventoso é o exemplo mais notório, são «relegadas» para as proximidades de Monsanto.¹⁸ Em Campo de Ourique cons-

¹⁷ Citado em Sabido Costa (s. d., p. 17).

¹⁸ Monsanto foi alvo de determinadas conotações simbólicas, como sugere um romance de 1929 (Belo Redondo, 1929, p. 75): «Às quatro horas da madrugada, extinto o último eco de existência, Monsanto dorme. Essa inquietação é feita, porém, de terrores, da memória dos fantasmas que espreitam ao fundo das pedreiras os tímidos que ousam escalar a serra. Monsanto é a grande colónia criminal da cidade, o refúgio da fraudulagem audaciosa que, todos os dias, desce até ao

troem-se prédios de rendas altas e dimensões amplas (como, por exemplo, os edifícios com fachadas *arte nova* na esquina da Rua Saraiva de Carvalho) que são apropriados por segmentos relativamente elevados da burguesia. Surgem-nos depois prédios de renda inferior, com corredores estreitos e dimensões reduzidas, habitados por pessoas com menores rendimentos. Parte deles são contíguos às vilas ou estabelecem-se nos seus interstícios, junto ao cemitério dos Prazeres.

Com excepção das zonas operárias, grande parte da população de Campo de Ourique estaria dissociada, pelo menos directamente, do incremento industrial do Vale de Alcântara, estabelecendo relações profissionais mais estreitas com o centro da cidade, mas também com o terciário que se instalou no próprio bairro: pequeno comércio, empresas de equipamentos, agências de navegação, editoras, mas sobretudo consultórios médicos e de advocacia. Em Campo de Ourique fixou-se também grande parte dos proprietários ou directores fabris da zona.

Na extensa área residencial operária que referimos anteriormente distinguem-se diversas zonagens. E, se é certo que se torna bastante difícil estabelecer formas de demarcação, podem, evidentemente, definir-se áreas distintas a partir de critérios de antiguidade ou de qualidade habitacional.

Pelo menos e por relação à outra margem da Rua Maria Pia, convertida em fronteira na encosta do Vale e em direcção à ribeira de Alcântara, podemos afirmar que a qualidade habitacional se degradava de forma clara. Essa «outra margem» correspondia ao bairro do Casal Ventoso.

O processo de edificação do Casal Ventoso

A área do Casal Ventoso surge mencionada num mapa de Lisboa de 1837 sob a designação de Castelo Ventoso.¹⁹ Nessa data tratava-se de uma área exterior aos limites administrativos da cidade. A designação «Ventoso» teria a ver com o facto de aí soprarem ventos de encosta originários do Tejo e da serra de Monsanto. Não encontramos, nas cartas consultadas, quaisquer vestígios de habitações nesse período. A existirem não passariam, porventura, de barracas onde se armazenavam alguns utensílios e produtos agrícolas sem finalidades de alojamento. Esta zona assemelhava-se a toda a restante área do Vale, sendo constituída por algumas casas dispersas envolvidas por quintas onde se desenvolviam culturas agrícolas e criação de animais (as Quintas do Farelo, Lobato, Quintas

burgo, para surpreender a Polícia com as proezas mais atrevidas [...] Os seus caminhos, as suas furnas, os seus recessos têm histórias tétricas, povoam-se de duendes que evocam singulares episódios de sangue e de latrocínio.»

¹⁹V. Castello Branco (1981).

do Domingo, do Marujinho e do Fernandinho e as Terras da Gaja). Os acessos eram sobretudo realizados por caminhos relativamente estreitos, entre quintas. Tratava-se, pois, de uma zona com uma paisagem de feições rurais.

Até à década de 1880, mesmo as fábricas e as vilas operárias que se vão construindo surgem rodeadas de propriedades agrícolas. É o caso, por exemplo, da área onde se vai instalar a Real Fábrica da Pólvora e a vila operária que servirá para alojar o operariado desta fábrica. Todo este complexo encontra-se cercado pela Quinta do Loureiro, que se estende desde Alcântara, espalhando-se ao longo da ribeira e prolongando-se pela encosta onde viria a constituir-se o Casal Ventoso.

É a partir da década de 1880 que o quadro ecológico do Vale de Alcântara e das áreas circundantes começa a sofrer alterações notórias, designadamente a construção da linha do caminho de ferro e as alterações nas redes de acesso. Factores que provocaram fortes mudanças no tecido habitacional.

Com a construção da Estrada da Circunvalação (Rua Maria Pia) e, sobretudo, com a construção do caminho de ferro estabelecem-se condições para se registar um incremento populacional forte e para se criarem dispositivos de fixação. As novas condições abrem também novas oportunidades aos antigos proprietários. Estes aperceberam-se da previsível expansão urbana que se anunciava ao longo desta periferia.

Inicia-se, desta forma, um processo imparável de reconversão dos solos. Pequenos e médios proprietários de explorações agrícolas são atraídos pela especulação imobiliária, quer directamente, ensaiando a construção de imóveis, quer indirectamente, vislumbrando um período ideal para venderem as suas propriedades a construtores de habitações.

O surto especulativo atraiu uma pleiade bastante heterogénea de proprietários. Desde membros da nobreza, como é o caso do conde do Paço do Lumiar (que vende parte de uma propriedade retalhada em Campolide, tendo feito o mesmo para algumas propriedades junto ao cemitério dos Prazeres), até pequenos e médios proprietários que constroem um número considerável de vilas e prédios nas margens da Estrada da Circunvalação. O próprio Município «põe em praça» alguns terrenos, expropriando outros, de forma a facilitar a venda de terrenos para construção.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o Casal Ventoso, já com esta designação, correspondia a uma propriedade de Benjamim Cid, adjacente a outras antigas quintas em processo de rápida reconversão, e o seu processo de transformação não foi também ele muito diferente.²⁰ Benjamim Cid constrói

²⁰ Na colina onde se erigiu o Bairro existiam, segundo pudemos apurar, duas barracas anteriores ao ano de 1900. Os habitantes eram dois trabalhadores de pedreiras aí existentes. Um deles era um exposto e em 1948 tinha 110 anos, sendo considerado pelos habitantes um símbolo da antiguidade do Bairro. V. Alves (1948).

alojamentos junto à margem oeste da Circunvalação, em simultâneo com a construção de pátios e vilas, efectuada por outros proprietários na margem contrária, junto ao muro do cemitério. Neste período inicial não encontramos sequer diferenças significativas entre o processo de construção que se concretiza aquém e além da estrada. Actualmente, porém, as construções de Benjamim Cid pertencem ao Casal Ventoso, enquanto as que estão situadas no lado oposto da Rua Maria Pia não se inscrevem no Bairro.

Do primeiro conjunto de edificações do Casal Ventoso, que se encontra já concluído no dealbar do século XX, consta a Vila Cid, alguns edifícios que chegam ao Largo da Meia-Laranja e um outro conjunto de edifícios, um pouco mais tardio, que desce a encosta a partir da Vila Cid em direcção à ribeira de Alcântara. Todo este conjunto pertence ao Casal Ventoso de Baixo. Constroem-se quase no mesmo período edifícios situados mais acima na encosta, na direcção de Campolide, que dão lugar à primeira mancha residencial do Casal Ventoso de Cima, acompanhando também a inflexão da encosta na direcção da ribeira ao longo de um caminho onde foi posteriormente construída a Rua do Arco do Carvalhão.

Em suma, nos primeiros anos do século, fase inicial de construção do Bairro, deparamos com uma área construída no Casal Ventoso de Baixo, outra no Casal Ventoso de Cima, e ainda uma outra edificada ao longo de um caminho que serviria a posterior abertura da Rua Guilherme Anjos. Todo o resto da encosta que corresponde presentemente ao centro do Casal Ventoso não tinha dado lugar à construção de habitações, revelando mesmo diversas particularidades que a tornavam difícil. A primeira tinha a ver com a existência de túneis naturais subterrâneos, declive muito acentuado e com o perigo constante de aluimentos.²¹ A segunda prendia-se com a sua utilização, possivelmente incrementada a partir deste período, como vazadouro público e como esgoto ao ar livre, permanecendo nestas condições por muitas décadas (a própria toponímia do Bairro identifica o local dos despejos, encontrando-se uma zona com o nome de «Rampa do Vazadouro»). A terceira prendia-se com a ausência de acessos e de infra-estruturas pedonais mínimas.

Embora tivesse deparado com estas dificuldades, Benjamim Cid pretendia, no entanto, alargar a possibilidade de edificar ao centro do Casal Ventoso, criando um complexo habitacional dentro da sua propriedade. Para o concretizar, procurou construir uma via de circulação pela qual o Casal Ventoso de Cima e o de Baixo seriam ligados. Cede para isso, gratuitamente, uma parte do terreno à Câmara Municipal, destinando-o, previamente, à sua construção. O objectivo desse arruamento seria não só o de proporcionar a edificação de

²¹ Tivemos acesso, nas entrevistas realizadas, a algumas descrições de desabamentos de edifícios ao longo das décadas.

habitações operárias, mas também o de facilitar a venda e o de aumentar o valor dos terrenos que viessem a transaccionar-se nesse espaço.

A 2 de Maio de 1901, a acta da Câmara refere que:

[...] Benjamim Cid, alegando que não pode resolver dois proprietários dos terrenos contíguos ao seu Casal Ventoso, a abrirem cada qual um lanço de rua em continuação do que elle pretende abrir no seu, pede que se lhe permita abrir e construir desde já só este lanço da dita rua, dando-lhe serventia para a estrada da circunvalação por um caminho que já alli existe e conduzindo os exgotos do dito lanço para uma fossa geral construída no seu próprio terreno ou no de um seu vizinho, até à Ribeira de Alcântara.

E muito possível que, antes mesmo da construção daquele lanço de rua (que Cid pretendia tivesse cerca de 10 m de largura), já se tivesse procedido ao loteamento de diversos terrenos a que a Câmara concedeu licença de edificação, como parece depreender-se de uma acta da sessão camarária de 30 de Outubro de 1902.²²

O protagonismo do antigo proprietário ter-se-á resumido ao que acima foi descrito. Dele constou, portanto, a edificação de uma zona de construção licenciada e o loteamento de alguns terrenos numa área central do Bairro, junto à margem de um futuro arruamento à data inexistente. Sobre o processo de construção dessa rua que ligaria os dois «Casais», apenas voltamos a encontrar documentação datada de 1911, em que este aparece baptizado de «Plano de Melhoramentos do Casal Ventoso». Talvez seja esta a proposta de viabilização para o Bairro cuja responsabilidade coube ao arquitecto vereador Ventura Terra e que apareceria citada, numa acta de sessão da CML de 1910, como um «exemplo a seguir».²³

É, de facto, por volta destas datas (aproximadamente 1910) que nos encontramos no limiar da construção do Casal Ventoso enquanto «processo legal». A partir desse momento, a situação começará a ser caracterizada, maioritariamente ou totalmente, pela clandestinidade.

Quando, com mais alguns anos de interregno (1915), se procede finalmente ao «Plano de Melhoramentos», tentando viabilizar a construção da estrada anunciada, a Câmara deparar-se-á já com novos edificios que prejudicam o alinhamento estudado, nomeadamente com prédios e barracas construídos sem

²²Nessa acta pode ler-se: «Deliberou-se submeter à aprovação superior, o alinhamento proposto pela repartição e bem assim pedir autorização para adquirir, pelo preço constante da informação, os terrenos a que a mesma se refere.» E num outro momento da mesma acta: «De diversos donos dos terrenos que compraram a Benjamim Cid, proprietário do Casal Ventoso pretendendo ali edificar, pedem à commissão administrativa que tome conta do terreno destinado para uma rua, visto o dito proprietário se promptificar a cedel-o gratuitamente à Câmara e lhes conceda a necessária licença para edificarem.»

²³Informação recolhida em *Lisboa* de Frederico Ressano Garcia (CML, 1989).

licença e possuindo anexos clandestinos sustentados em cavancas de alvenaria. Para além de habitadas, parte destas habitações tinha já sido inclusivamente submetida a arrendamento ou venda.

A rua, entretanto construída, não possuía condições mínimas de trânsito para veículos e é hoje referida por alguns habitantes como não passando, até há bem pouco tempo, de um caminho de lama que, no Inverno, se tornava quase intransitável. Tal não obstou que tenha sido a partir da sua margem que o edificado se expandiu na área central da encosta.

O estilhaçamento da propriedade acaba por fazer desaparecer o antigo e único proprietário, trazendo à cena pequenos especuladores imobiliários que, logo a partir de 1913, começam a desenvolver uma intensa actividade de construção clandestina. Esta actividade não será uniforme, acabando por congregiar motivações e agentes construtores diversos. No conjunto dos pequenos proprietários que emergem dos primeiros loteamentos, registamos dois tipos particulares de «apelo» à construção. Por um lado, registam-se interesses simplesmente comerciais, englobando construtores que encontram aqui uma possibilidade de participação no mercado clandestino, constando sobretudo de investidores que continuam a residir no exterior. O melhor exemplo parece ser o de Amorim, que era proprietário de casas e também de um forno de cal. O *patrão Amorim*, tal como dois entrevistados o designaram, morava na Manuel da Maia, alguns metros acima na encosta, mas já claramente no bairro de Campo de Ourique.²⁴ Por outro lado, há proprietários que utilizam o seu pequeno lote para a construção de vilas e edifícios, acabando por passar a residir no local. Esses últimos, com menores recursos financeiros e menores competências na gestão do investimento, terão promovido a construção por etapas e, provavelmente, através do reinvestimento dos rendimentos provenientes das rendas.²⁵

Embora possam ter-se concretizado algumas vendas, estamos em crer que a maior parte dos construtores tornaram-se senhorios, dado que dificilmente os locatários em causa poderiam ascender ao mercado habitacional através da compra de habitação.

Todo este processo inicial de especulação, em que a posse legal do lote se associou à ilegalidade da construção, não termina em inícios do século e é, por-

²⁴ O *patrão Amorim* empregava algumas pessoas no forno de cal e arrendava casas na Vila Amorim. É provável que alguns dos arrendatários fossem também operários do forno. De qualquer forma, soubemos que alguns deles trabalhavam noutras locais. Depois do falecimento desse proprietário, quer a Vila Amorim, quer uma grande parte das casas junto à Rua Maria Pia, passaram a ser propriedade da «Viúva Teles». Esse nome pelo qual era conhecida foi conferido a uma zona do Casal que lhe pertencia maioritariamente – o Casal Viúva Teles.

²⁵ Grande parte dos proprietários usavam diversas estratégias para reduzir a sua tributação às finanças. Era comum registarem-se, por exemplo, casas destinadas à habitação como cocheiras. Até aos anos 40, existiam no Casal Ventoso muitos animais de transporte: cavalos e burros, bem como carroças e cocheiras.

ventura, responsável pela construção da maior parte do Bairro. A sua importância é pois decisiva, em termos de edificação, logo a seguir ao momento em que Benjamim Cid desaparece de cena.

Entre 1919 e 1945 assiste-se a um conjunto de décadas em que a construção prossegue mais lentamente, mas no final das quais o Bairro se encontrava praticamente concluído. Este período é sobretudo caracterizado pela autoconstrução. No Casal Ventoso, a autoconstrução foi de dois tipos: ou resultou de um alargamento das construções já existentes, promovida pelos locatários e pelos senhorios,²⁶ ou tratou-se de uma construção clandestina, concebida de raiz pelo morador. Este último caso pode, também ele, ser subdividido em dois. Num primeiro, a construção foi antecedida pela aquisição dos respectivos lotes não urbanizados, tendo o processo construtivo incluído dinâmicas de contratação informais onde se salientou um conhecimento prévio do lote e a constituição de «uma rede alargada de informações e solidariedades» (Guerra e Matias, 1989, p. 107).²⁷ A relação com o loteador produziu-se de uma forma personalizada, diluindo-se a noção de especulação e emergindo a ideia de que o loteador consistia, antes de tudo o mais, num «benfeitor».²⁸ O segundo tipo de construção de raiz não passou já pela aquisição de lotes não urbanizados, mas antes pela apropriação ensaiada directamente sobre terrenos abandonados, onde a construção parecia impossível. Tal processo de ocupação correspondeu às formas de edificação menos valorizadas, constando sobretudo de barracas relegadas para a parte inferior da encosta. Em qualquer destes casos (que fazem directamente apelo aos engenhos da autoconstrução e da gestão directa), o princípio de mobilização de um quadro informal de solidariedades parece ter sido activado na própria execução do «desenho» da casa, bem como no levantamento da construção.²⁹

E que dizer, por sua vez, da complexa problemática das lutas urbanas que se travaram para «fazer existir» o Bairro enquanto edificação sustentada sobre princípios de ilegalidade, nomeadamente em dispositivos de evasão fiscal e na constituição de um mercado negro de habitação?

²⁶ É necessário ter em atenção que estes processos de edificação se produzem no interior de um contexto de grande debilidade económica, quer da parte dos arrendatários, quer da parte dos construtores-senhorios.

²⁷ V. Guerra e Matias (1989).

²⁸ Embora as informações sejam de facto muito fluidas, consideramos que estas formas de representar o agente loteador adquirem uma importância especial a partir do momento em que passamos a assistir a um desmembramento dos próprios lotes em parcelas mais pequenas votadas a actividades de autoconstrução.

²⁹ A emergência de grande parte do edificado do Casal Ventoso como zona clandestina é sintetizada por Macedo Rodrigues (1989, p. 76) quando afirma, para a problemática geral do clandestino, que uma das suas condições reside na «disponibilidade de médias/grandes parcelas de terrenos caídos no limbo entre uma exploração agrícola pouco rentável e uma urbanização legal impossível ou problemática».

A resposta coloca-se de forma diferenciada em dois períodos. O primeiro estende-se desde o aparecimento das primeiras edificações clandestinas até à década de 30. Um segundo desenrola-se desde essa década até 1945. O factor que os distingue é o maior controlo exercido sobre o clandestino registado precisamente a partir dos anos 30.

No primeiro período, os problemas mais gerais do clandestino, como sendo o de «interferir com o conceito de legalidade instituída como um mau precedente, ou com o normal funcionamento da economia urbana», bem como o de «ser origem de conflitos que perturbam a ordem estabelecida» (Cabral, 1989, p. 60), não foram considerados importantes pela CML. Este facto prendeu-se, a nosso ver, com quatro factores. Em primeiro lugar, no período inicial de edificação dos clandestinos, o Estado não tinha ainda desenvolvido dispositivos legais eficazes para gerir um «problema novo» em espaço urbano português, para o qual o Casal Ventoso representa um dos primeiros exemplos. Em segundo, e como já foi referido, o Bairro ocupava uma posição espacial particularmente inactiva para investimentos habitacionais, considerados juridicamente legítimos. Em terceiro, salientamos que do triângulo conflitual que, em muitos casos de apropriação clandestina, envolve proprietários-moradores-Estado (Sousa Santos, 1983) encontra-se excluído, para o Casal Ventoso, o primeiro dos vértices. Aqui a ocupação não é directa, consumada à revelia do proprietário. Pelo contrário, realiza-se através de processos iniciais de loteamento. Excluindo-se, assim, um dos vértices do triângulo, esbate-se o problema da ilegalidade da ocupação, ficando por resolver a questão da ilegalidade da construção. Por último, tudo indica que do próprio Estado emanava fortemente a noção de que os estrangulamentos da oferta no campo da habitação, sobretudo para camadas operárias com baixos níveis de solvência, eram tão profundos que seria difícil não tolerar ou mesmo não institucionalizar um «modo alternativo» de produção do espaço urbanizado.³⁰ Reconheceu-se, portanto, num período em que se verificava uma ausência de programas de habitação social, que estas formas embrionárias de construção clandestina traduziam as potencialidades económicas e as próprias aspirações à habitação deste tipo de populações. Se a construção fosse legalizada, o loteador teria incluído os custos da urbanização no preço dos lotes: «O morador tê-los-ia pago e a via da valorização do património seria legal, isto é, a da especulação institucionalizada a que só alguns chegam [...]» (Guerra e Matias, 1989, p. 114.)

Num segundo período, iniciado na década de 30, a tolerância relativa que o Estado demonstrara para com a construção clandestina diminuiu. Algumas das informações referem-se, precisamente, às estratégias utilizadas pelas novas cons-

³⁰V. Macedo Rodrigues (1989).

trutores para ultrapassarem os dispositivos de controlo. Como referiu um informante acerca da situação vivida na década de 50:

Andava aí um António Bigodes que... ao sábado a Polícia da Câmara andava sempre até às 12 horas, como só vinha depois, na segunda-feira de manhã, os proprietários contratavam esse pedreiro, e esse pedreiro das barracas fazia casas de tijolo, e punha lá um divã. Quando passava a Câmara e via a barraca, que já não era barraca era de tijolo..., e como já tinha uma cama com uma pessoa a dormir já não deitavam abaixo.

Neste depoimento, à semelhança de outros, salienta-se a rapidez da edificação e a utilização dos períodos de paragem nas actividades de controlo do Estado, nomeadamente os fins-de-semana. Na segunda-feira, e perante um facto consumado, as leis da construção protegem já os interesses do construtor (Sousa Santos, 1983). Esta modalidade de construção clandestina corresponde ao que Guerra e Matias (1989, p. 89) designam por «fase heróica». Tratava-se de uma fase de construção muito acelerada, em que se colocava a placa e se habitava a casa em 12 horas. Ela vem suceder a um período em que, como vimos, se assistia a um processo de «quase legalização do clandestino».

No final de todo este processo (final da década de 40), o Casal Ventoso apresenta-se já muito próximo da sua forma actual. Nomeadamente com a construção dos três «Casais» (Casal Ventoso de Cima, de Baixo e Viúva Teles) e com um denso tecido habitacional constituído, na sua maior parte, por pátios e vilas. Nas décadas posteriores, o crescimento do edificado é muito residual.

Capítulo 3

O Casal Ventoso no sistema urbano: 1902-1980

Estamos agora em condições de identificar o «lugar» que a população do Bairro ocupa no sistema urbano.

Relativamente a este aspecto, entendemos existirem dois grandes períodos históricos a considerar. Este capítulo versará sobre o primeiro, que corresponde, aproximadamente, ao espaço que medeia entre o ano de 1900 e o início da década de 80.

As dimensões mais significativas para a compreensão do «lugar» da população no interior do sistema urbano surgirão aqui agrupadas em dois blocos temáticos. O primeiro intitula-se «Habitação, aspectos demográficos e ocupações internas». Nele estão compreendidas dimensões, como a dos horizontes ocupacionais da população, as condições de habitabilidade e aspectos relevantes de ordem demográfica. No segundo bloco abordamos a constituição do estigma, a intervenção do Estado e das organizações exteriores no Bairro e ainda a forma como a população se confrontou e se fez representar junto dessas entidades.

Este período de cerca de 80 anos é vasto; contudo, ele aparecerá subdividido em períodos mais curtos que correspondem a diferenças importantes por relação ao primeiro bloco acima explicitado. Já por relação às dimensões do «estigma», da «intervenção» e da «representação», não descortinámos, e por isso mesmo não apresentamos, subperíodos claramente definidos.

Habitação, aspectos demográficos e ocupações internas

O período da gandaia: da edificação até ao princípio da década de 50

O período da gandaia corresponde a cerca de 50 anos, em que tem lugar a fixação no Bairro da população proveniente, maioritariamente, dos pronunciados fluxos migratórios da primeira metade do século.

Embora só disponhamos de dados populacionais para 1960 e não para períodos anteriores, é aí patente uma débil sobreposição dos efectivos do sexo masculino aos do sexo feminino.¹ Esses dados reforçam a hipótese de que a maior parte dos migrantes eram homens, hipótese inicialmente concebida a partir de diversos relatos de história oral. Nestes se dão conta de casas onde coabitavam somente homens ou isolados do sexo masculino, fenómeno que não acontecia com as mulheres. São exemplos disso os casos de um grupo de padeiros que dormia num sótão de uma casa situada no Casal Viúva Teles e que era declarada como cocheira, bem como de alguns ferro-velhos. Presumimos que a relação de masculinidade tenha progressivamente diminuído ao longo das décadas, conduzindo a uma equalização do número de efectivos dos dois sexos.²

De qualquer forma, são outras as ideias fundamentais que retivemos das entrevistas em que se procurou reconstituir os momentos de fixação no Bairro. Registou-se, por um lado, que os fluxos de chegada ao Casal Ventoso foram, na sua maior parte, constituídos por casais ou casais e filhos e, por outro lado, uma grande dispersão dos locais de proveniência geográfica. Embora algumas pessoas provenham de outras áreas de Lisboa, os dados disponíveis indicam-nos que são os distritos de Viseu, Castelo Branco e Guarda os principais responsáveis por esses surtos.³

Independentemente de se ter realizado a partir de Lisboa, ou tendo como base outros distritos, a deslocação para o Casal Ventoso não se fez, em muitos dos casos, imediatamente. «Vir residir para o Casal Ventoso» não se tratava, muitas das vezes, de um processo linear. Pelo contrário, a instalação no Bairro foi antecedida de outras tentativas para se obter alojamento no espaço urbano, pois, como vimos, alajar-se no Casal Ventoso significava descer ao mais baixo patamar da hierarquia residencial.

Um exemplo do carácter progressivo da deslocação para o Casal Ventoso e das tentativas goradas de permanecer noutros locais foi o do João, que nasceu no concelho da Covilhã e que se fixou no Casal Ventoso nos finais dos anos 30.⁴

¹ Estes dados foram apresentados em Menezes *et al.* (1992, pp. 37-40) e extraídos do *Inquérito Habitacional aos «Bairros de Barracas, e Construções Abarracadas Existentes na Área Administrativa da Cidade de Lisboa* (Gabinete Técnico de Habitação, 1961). Aqui se aponta para um número de 4611 residentes no Bairro, 2310 do sexo masculino e 2301 do sexo feminino.

² Novamente um dado do *Inquérito* (Gabinete Técnico de Habitação, 1961) citado por Menezes *et al.* (1992, pp. 37-40). Em 1981, do total de habitantes, 2582 eram do sexo masculino e 2919 do sexo feminino, registando-se, portanto, um predomínio de mulheres. Os autores referem que esse predomínio «pode ser entendido como normal, devido ao efeito da sobrevivência masculina nas idades mais avançadas» (p. 40).

³ Em Menezes *et al.* (1992) refere-se este dado apenas para os migrantes da década de 60. Contudo, as informações por nós obtidas em entrevistas fazem-nos supor que estes distritos poderão estar na origem da maior parte das migrações para o Bairro em diversos períodos.

⁴ O caso foi apresentado num trabalho monográfico (Alves, 1948) e é aqui reescrito sem adular os dados contidos na monografia.

Tratava-se de um pequeno proprietário agrícola. Casou com a Laura e tiveram duas filhas. Segundo Laura, ... *o campo não deu, estragou-se tudo, perderam-se as colheitas, algum tempo depois o repulhal murchou, mataram o cavalo e tudo desandou.* Começaram então progressivamente a vender propriedades para colmatar as perdas. *Gastou-se as economias e depois vendeu-se o ouro.* Abandonaram a quinta, alegadamente porque não tinham 3500\$00 para pagar o aluguer anual. Vieram então para Lisboa, onde passaram a residir na Rua da Horta-Navia, em Alcântara. João foi trabalhar para uma fábrica nessa freguesia. Mais tarde a família foi viver para a Malveira da Serra. O casal instalou-se na qualidade de caseiros, regressando pouco tempo depois a Lisboa, pois a quinta prescindiu desse tipo de empregados. Foi ainda enquanto trabalhadores agrícolas que empreenderam o regresso a Lisboa, dado que, por intermédio de pessoas conhecidas, começaram a laborar num campo em Chelas.

Algum tempo mais tarde João conseguiu emprego numa fábrica de ácido sulfúrico, retornando com o agregado ao Vale de Alcântara. Desta vez foi viver então para o Casal Ventoso, onde já se encontrava a residir um irmão de Laura, arrendando uma casa por cerca de 80\$00 mensais.⁵

Outro exemplo é o de Filomena, que já nasceu no Bairro em inícios da década de 40. Filomena é a mais nova de 10 irmãos (2 homens que morreram ainda crianças e 8 irmãs). Foi a única que nasceu no Bairro. Os restantes irmãos nasceram na Madragoa, com excepção de um deles, que, segundo dizem na família, nasceu no Barreiro, já que o parto se verificou numa travessia de cacilheiro para a outra margem do Tejo.

O pai de Filomena veio do Alentejo para Lisboa cumprir o serviço militar. A mãe era natural de Lisboa e vivia na Madragoa. O ingresso do pai na GNR possibilitou ao casal deslocar-se para um bairro destinado a esta corporação nas Necessidades. Contudo, mais tarde, *o pai foi corrido da Guarda, por ser tão bom ou ao contrário e tivemos de nos refugiar no Casal Ventoso, que era o bairro com as casas mais baratas, casas abarracadas.*⁶

⁵ As informações apresentadas para a história desta família, já no Casal Ventoso, durante os anos 40, revelam-nos que a fábrica paralisou a sua actividade após a Segunda Guerra Mundial, mas que o João continuou a trabalhar nas obras de uma garagem, construída pelo patrão, ganhando cerca de 28\$00 diários. Em 1948, cerca de 10 anos depois da sua chegada ao Casal Ventoso, o João tinha 56 anos. A Laura, com 50 anos, trabalhava essencialmente como doméstica, embora algumas vezes fosse trabalhar para casa de pessoas como criada de servir. As duas filhas (Maria Fernanda, de 19 anos, e Maria Rosa, de 18 anos) trabalhavam num «atelier» de costura como «aprendizes de modista». Um terceiro filho, que já nasceu no Casal Ventoso, andava na 4.ª classe da escola primária oficial (*Escola das terras*, como era designada no Casal Ventoso a Escola Primária n.º 6).

⁶ O pai de Filomena começou algum tempo depois a trabalhar em descargas no Grémio do Bacalhau, em Santos. Algumas das irmãs de Filomena permaneceram na escola até à 3.ª classe, a maior parte abandonou a escolaridade antes desse ano. Segundo Filomena... *A mãe pôs toda a gente a trabalhar... a que estava melhor empregada era numa pastelaria.* A maior parte das irmãs e a própria mãe *andavam à gandaia.*

Estes são dois exemplos de processos de despromoção social que se traduziram claramente em percursos de despromoção espacial. A característica comum dos diversos processos de fixação no Casal Ventoso que obtivemos em entrevista é o facto de se terem realizado num contexto de grande debilidade económica com repercussões legíveis na própria forma de habitar. As famílias envolviam-se, muitas vezes, em processos de coabitação, de coaluguer ou de sublocação, pois, embora o aluguer de uma casa no Casal Ventoso significasse uma redução considerável do peso da renda no orçamento familiar, a diminuição não era, muitas das vezes, suficiente para que a despesa pudesse ser suportada por uma só família. Estas «formas de habitar» aliavam à enorme densificação da área residencial uma grande densidade por fogo. Os relatos de como se construía, alargava e mantinha habitável uma barraca ou uma casa nestas condições são inúmeros:

A minha casa, era a minha casa mais a casa dos meus vizinhos que já morreram, dais padeiros... era assim: numa metade do sótão vivia eu, a minha mãe e o meu pai. Na outra metade do sótão vivia a Dolores, mais a irmão e a avó, que era espanhola, e na parte de baixo viviam o pai e a mãe. Quando se foram todos embora aproveitei um quintal que era a capoeira das galinhas para construir a minha casa agora. Num bocadinho estávamos lá dez, agora é quatro vezes o espaço onde eu vivi e estou eu sozinho.

O entrevistado prosseguiu, fazendo uma descrição das casas mais próximas:

Em frente da minha casa havia uma família que tinha uma cozinha e um quarto. Aí morava a tia Henriqueta com o marido e cinco filhos, neste espaço... [exemplificou a exiguidade do espaço com as mãos]. À noite, quando a malta se deitava, o pai deitava-se na cama mais a Henriqueta. As duas filhas deitavam-se no chão ao pé deles e a rapaziada, os três filhos, deitavam uns panos ou uns colchões velhos na cozinha e dormiam na cozinha. De manhã toca a levantar, se não o pai pisava os gajos todos. Levantava-se muito cedo; trabalhava lá em baixo na estiva. E onde é que estava o marido à noite e os outros homens? Estavam na tasca. Não iam para casa. Estavam já a cair de sono com uma g'anda piela em cima. Já nem viam nada. Deitavam-se para dormir e pronto.

Factores como a redução da renda e a densidade dos alojamentos não são contudo suficientes para resumir o esforço de habitar no Casal Ventoso. Colocava-se também o objectivo de melhorar a casa através do alargamento do espaço ocupado e, no caso das barracas, da sua transformação em «casa» através do emprego de materiais mais sólidos. Foram, em grande medida, essas estratégias de melhoramento as responsáveis pela densificação da área residencial e por uma maior resistência do tecido habitacional contra as intempéries. Nas barracas utilizavam-se frequentemente remendos, painéis, placas de metal para tapar buracos. As que foram construídas com madeira de pior qualidade, bem

como as casas subterrâneas, quase invisíveis e cobertas com um pano à entrada, eram as de maior risco. Encontravam-se sempre perante a iminência de desaparecerem, obrigando os moradores à adopção de técnicas defensivas contra os desabamentos e as enxurradas. Os casos de inundações no Inverno eram particularmente frequentes, mas verificava-se ainda outro tipo de incidentes: no Inverno de 1947, por exemplo, registou-se o afogamento de uma criança que dormia com a mãe e que caiu da cama durante a noite. Nesse mesmo ano deu-se um incêndio que devastou três barracas e que carbonizou duas crianças em poucos minutos.

É certo que o processo de alojamento no Casal Ventoso permitiu a manutenção de homens e mulheres na cidade.⁷ Implicou, no entanto, que a casa fosse utilizada, sobretudo no caso das barracas, como mero «abrigo». Nela se podia simplesmente dormir e cozinhar, ou seja, sobreviver numa situação extrema de privação, próxima, em alguns casos, dos limites da subsistência física.⁸

Se a impossibilidade financeira de permanecer noutros espaços consistia num forte motivo de fixação populacional no Bairro, identifica-se também um outro: a proximidade dos horizontes de trabalho vislumbráveis. Este facto não é estranho, dada a reduzida mobilidade espacial diária nessa época.

Distinguem-se três versões que responsabilizam os «horizontes de trabalho» pela fixação populacional.

Uma primeira associa o período inicial de edificação do Bairro à existência de uma pedreira no Vale de Alcântara (segundo consta, existiam várias nessa área) que necessitava de mão-de-obra para prosseguir a sua exploração. Uma segunda relaciona o surgimento do Bairro com o estabelecimento de intermediações entre as hortas da linha de Sintra e a comercialização de produtos hortícolas no mercado de Campo de Ourique e num mercado de vinho nas imediações da Rua Maria Pia. Uma terceira versão estabelece uma relação estreita entre a edificação do Bairro e o incremento industrial do Vale de Alcântara.

Na verdade, tais versões não se excluem mutuamente. A hipótese mais plausível é mesmo a de que se terá verificado uma sucessão da sua importância no

⁷ Quem não tivesse, pelo menos, uma possibilidade de acesso a zonagens habitacionais com estas características dificilmente poderia permanecer no interior do sistema urbano. Não obstante algumas pessoas residentes no Vale, sem recurso sequer a este sector, terem conseguido manter-se em reentrâncias ou grutas que existiam na encosta.

⁸ Estas condições de alojamento favoreciam o incremento de surtos epidémicos com fortes repercussões na primeira metade do século, como, por exemplo, a febre tifóide, a gripe pneumónica, mas sobretudo a tuberculose. A forte mortalidade infantil era frequentemente devida à difteria e à varíola. A mortalidade infantil era tão elevada que vários entrevistados referiram, frequentemente – por relação ao «passado» –, o *enterro dos anjinhos*, transportados em caixões brancos rumo ao cemitério dos Prazeres. Curiosamente, os adultos eram enterrados noutros cemitérios, como o da Ajuda. A explicação adiantada por um informador foi a de que o *cemitério dos Prazeres era demasiado importante para enterrar gente do Casal Ventoso*.

tempo. Se numa primeira fase, antes do grande crescimento do edificado, as hortas e a pedreira consistiam em actividades predominantes, o período de grande crescimento do edificado correspondeu já a uma ligação estreita às actividades industriais do Vale e às da própria freguesia de Alcântara no seu conjunto. Ligação que se irá acentuar até aos inícios da década de 50.

Para além das actividades industriais fabris, regista-se um reforço das actividades operárias das docas de Alcântara e de Santos. *Ser descarregador de mar e terra, trabalhar na praia* ou *andar na estiva* são diferentes designações que os habitantes utilizam para um mesmo leque de ocupações portuárias que surgem muito regularmente nas entrevistas. Estes empregos estavam sobretudo associados à Doca do Pinho, cuja designação se deve precisamente à descarga deste produto, uma das mercadorias mais importantes considerando as quantidades descarregadas. O trabalho nas docas era, muitas vezes, um emprego alternativo ao qual recorriam desempregados que ocupavam os postos mais baixos das hierarquias fabris. Sabemos de diversos casos de pessoas que *recorreram às docas* por terem ficado desempregadas das fábricas. São exemplos disso um embalador, um «moço de fretes» ou um «moço» num armazém de adubos. Sabemos também de um cortador de um talho que nesse caso não foi despedido mas que preferiu a descarga.⁹ Na primeira metade da década de 40, as actividades das docas são reforçadas pelo incremento das descargas do volfrâmio e dos carvões que se vêm adicionar à descarga do pinho e do sal.

Uma outra actividade com uma forte expressão era o pequeno comércio. Proliferaram, até à década de 40, actividades de venda ambulante no interior do Bairro e em Campo de Ourique, salientando-se a venda do peixe, do marmelo, da castanha e de produtos hortícolas, mas também de animais provenientes das capoeiras que existiam no Bairro. Essas actividades eram muito importantes na criação de emprego. No mesmo sector, salientou-se também a existência de um número expressivo de 26 mercearias – tabernas no interior do Casal Ventoso. Embora não possuíssem uma grande importância na criação de emprego, estas últimas desempenhavam um importante papel a nível do consumo e da própria subsistência dos habitantes, já que favoreciam a venda a fiado, expediente ao qual a população recorria frequentemente.

Todavia, a actividade que distinguiu com maior clareza o Casal Ventoso de outros bairros igualmente próximos das docas e da zona industrial foi a gandaia, razão pela qual a escolhemos para designar este período. Gandaia é a designação conferida à actividade de apanha, selecção e venda dos lixos aos ferro-velhos, essencialmente trapos e cartão provenientes dos vazadouros existentes no

⁹ Perguntámos à mãe deste se «era melhor ser descarregador ou trabalhar num talho». Respondeu que era melhor estar num talho: *é mais sossegado e há mais asseio*. O filho preferiu a descarga *porque eram ideias de rapazes*.

Bairro. Em praticamente todas as entrevistas em que colocámos questões relativas às ocupações para este período, a gandaia foi a actividade mais vezes mencionada, quer em relação ao passado dos entrevistados, quer em relação à ideia que os entrevistados fazem acerca do passado ocupacional da maior parte da população. Em alguns casos, a gandaia consistiu numa actividade de recurso, mas, em muitos outros, era a actividade quase exclusivamente desenvolvida pelas pessoas e pelos agregados. Praticamente todas as mulheres e crianças do Casal Ventoso de Baixo *andaram à gandaia* neste período. Nesta zona do Bairro, ao contrário das outras, era também frequente a participação dos homens. Este tipo de ocupação era desenvolvido, essencialmente, devido às dificuldades surgidas no emprego de todos os membros do agregado doméstico ou em conjunturas particularmente recessivas, nas quais se verificavam muitos despedimentos. As pessoas *andavam à gandaia* no espaço de tempo que antecedia a obtenção de uma nova fonte de rendimento, mas, muitas vezes, esse período acabava por ter uma longa duração. A gandaia conferia também à mulher a possibilidade de se manter próxima de casa, realizando trabalhos domésticos e, simultaneamente, contribuindo financeiramente para o agregado.

Um exemplo de participação na gandaia foi-nos narrado por uma mulher com o apelido de Natividade:

Chamo-me Natividade. Não tinha o nome do meu pai nem da minha mãe porque a gente era baptizada pelo «Amor de Deus». Não tínhamos cédula, era um papel só. E depois vinha ali o nome. Naquele dia foi Santa Natividade e fiquei a ser a Natividade só.

A este apelido associou, depois de casada, o do marido, que tinha a profissão de carroceiro. A Natividade tem, neste momento, 85 anos. *Deitou-se à gandaia* na década de 20, quando tinha cerca de 8 anos:

A minha mãe era do Casal Ventoso. O meu pai era algarvio e eu nasci na freguesia de Alcântara porque nasci ao pé do Tijolo na Fonte Santa e fui para o Casal Ventoso com um mês de nascida. O meu pai era cozeiro no cemitério dos Prazeres. Depois ficou muito doente e não podia trabalhar. Tinha hemorróidas, coitadinho. Deitava muito sangue pelo rabo. A minha mãe também, era muito míope. [...] Às vezes o meu pai andava a pedir. Pelos Natais é que trazia comida para casa... mas só às vezes. Éramos muito pobrezinhos... dormíamos todos num quartinho. Fizemos uma divisão com sacos de cimento... uma «farinha» que pusemos e ficava a porta para entrar para dentro para ninguém ver a nossa miséria e ali estávamos. Eu e os meus irmãos não podíamos ir à escola por causa da doença dos meus pais... também não nos deixavam entrar descalços... e a gente deitou-se à gandaia.

Tal como neste exemplo, a gandaia era realizada, em grande parte dos casos, por crianças. A maior parte dos entrevistados exerceram-na como actividade exclusiva durante um largo período da sua infância, emergindo como uma

presença muito forte nas suas memórias. As crianças acumulavam com essa ocupação a tarefa de recolha da sopa dos pobres em Campo de Ourique. São comuns histórias e recordações acerca de como se entornou a sopa ou de como foi benevolente a distribuidora das sopas num determinado dia. A Natividade refere, por exemplo, que uma das suas actividades infantis consistia em ir ao rancho do Quartel da Marinha e ao rancho da Cova da Moura transportar alimentos para os pais e irmãos.

Uma outra mulher que também andou à gandaia na mesma década e com a mesma idade que a Natividade conta uma história acerca dessa actividade. Nela trabalhou cerca de dez anos, antes de ingressar numa fábrica como agra-fadora de latas, onde já se encontrava o irmão a trabalhar, e de, mais tarde, ter ido *grelhar e descabeçar sardinhas para a Viúva Ferrão*, uma fábrica de conservas:

Uma vez fui à gandaia à Praça de S. Bento. Andava pelas portas a pedir caixotes. Um China mandou-me entrar para dentro e eu entrei. Ele com uma grande trança. Já tinha para aí uns dezassete anos, já era engrelada. Pus-me assim... de pé e ele veio de lá com uma trança muito grande e pôs-se mesmo de frente. Não me fez mal porque bateu um padeiro à porta, senão fazia-me mal. Fazia assim tch, tch, tch... naturalmente era a pedir a cochicha... e eu toda encolhidinha. Não sei como não estraguei a parede com os saltos dos sapatos. Depois bateu um padeiro à porta e eu... pernas para que te quero. Nunca mais entrei em casa de ninguém.

Para além de consistir para muitos numa actividade que se estendia ao longo de uma série de anos, a gandaia entrecruzava-se permanentemente com as outras vivências diárias. No final da manhã, a fase de acumulação dos lixos estava concluída. Por essa altura os sacos do lixo eram colocados à porta de casa e os objectos seleccionados, separando-se então o trapo do cartão e dos ossos, que consistiam na mercadoria mais cara.¹⁰ Mais tarde, o lixo já separado era vendido aos ferro-velhos.

Embora o Bairro tivesse vazadouros, aproveitados pelos moradores da Rua Maria Pia, de Campo de Ourique e do próprio Casal Ventoso para realizarem despejos, era frequente recorrer-se a pessoas das quais se recebia directamente o lixo e que eram denominadas de *fregueses*. Em torno destes contam-se algumas histórias e, provavelmente, elaboram-se algumas lendas. Por exemplo, depois de ter vindo residir para o Casal Ventoso, a mãe de Filomena *dedicou-se a apanhar papel e trapo*. Acerca dela, a Filomena refere:

Timba fregueses certos e ia despejar os caixotes desses fregueses. Havia um que era o «cação», que limpava o cu às moedas e às notas. Quando ela ia lá despejar os caixotes, era depois lá tudo em casa a arear a merda. Naquela altura era milionário 20 vezes e depois, como era

¹⁰ O preço dos ossos devia-se à sua utilização como carvão animal e, por vezes, como matéria-prima na indústria dos pentes.

muito porco e não tinha ninguém que lhe fizesse nada, tudo quanto apanhava varria e mandava para o caixote. A minha mãe é que ia despejar o caixote dele... já era certo, e depois trazia o lixo todo para casa e nós escolhíamos. Para além do dinheiro que trazia, trazia também ratos mortos e tal. E nós cá é que escolhíamos. O que era bom íamos vender aos ferro-velhos, que compravam trapos, papel, garrafas...

O processo de selecção, tratamento e transacção de dejectos era uma actividade que incluía regras, saberes, bem como formas de fraude entre os apanhadores de lixo e entre esses e os ferro-velhos que o adquiriam. Como contou um homem aproximadamente com a mesma idade de Filomena:

Havia já nessa altura os «industriais». Chamavam-se «industriais» que era assim: andavam as pessoas ao papel com sacos pequenos, depois havia uma saca maior que enchiam. Depois haviam os «industriais», que eram os tipos que sabiam onde é que estava a saca e iam lá roubá-la quando ela estava cheia. Estava um desgraçado a encher a saca e eles abriam a porta e tiravam a saca do vão da escada... Muitas vezes o papel, como era muito leve, o que é que se fazia? Envolviam-se pedras à volta dos papéis e nos cartuchos pequenos, para pesarem mais. E aqui o «Avante» dedicava-se ao papel e comprava. Era o «Avante» porque o homem era comunista... esteve preso muitas vezes e... pronto, dedicava-se ao papel.

Estes depoimentos fazem-nos supor que a gandaia não representava simplesmente uma fonte importante de receitas. A forma como se entrecruzava com as restantes vivências diárias, as técnicas envolvidas, as histórias e efabulações sugerem-nos que a gandaia representava não só «um meio de ganhar a vida» mas um «modo de vida» de grande parte da população do Bairro.

A par de actividades como a da apanha do trapo e do cartão, não reconhecidas como actividades profissionais mas consideradas legais, emergiram no Casal Ventoso algumas actividades ilegais. Foram referidos, por alguns entrevistados e informadores, roubos que se encontravam, sobretudo, associados à alimentação. Um dos exemplos dados foi o do *Vasquinho*. Em inícios da década de 40, o *Vasquinho* tinha 11 irmãos, o pai era embarcadiço e a mãe era varina. Alguns dos seus irmãos andavam na gandaia. À passagem de uma camioneta ou de uma carroça com melões era habitual saltar para o seu interior, distribuindo melões (e, pelo menos uma vez, distribuindo galinhas) ao longo da Rua Maria Pia. O furto de animais como gado, coelhos e galinhas é, aliás, referido como o tipo de furto mais vulgar durante esse período. O furto de mercearias para a obtenção de géneros alimentícios acontecia também algumas vezes.

Para além das nomeações circunstanciais a pessoas do Bairro envolvidas em formas de ilegalidade relacionadas com o furto de produtos alimentares, depa-ramos também com referências extremamente raras a outras actividades ilegais. Um bom exemplo é a referência feita a um lugar particularmente assolado por

assaltos. Trata-se das Escadinhas do Sertão, um dos acessos da Rua Maria Pia à Fonte Santa. Os assaltantes que aí actuavam desapareciam na direcção da Fonte Santa com o resultado dos roubos. No entanto, é muito difícil perceber qual era de facto a área residencial donde provinha a maioria dos assaltantes que actuavam nesta zona. Se é possível presumir que este tipo de assaltos se associava às áreas residenciais de classes populares, nada faz supor que os assaltantes viessem apenas do Casal Ventoso, e não também de outros bairros, como de Sete Moinhos, da Fonte Santa ou mesmo de algumas zonas de Campo de Ourique e Alcântara.

O conjunto dos episódios narrados não se demonstrou suficiente para lançarmos como hipótese que as actividades ilegais eram realizadas por uma maioria dos habitantes do Casal Ventoso. Pelo contrário, as ideias que saíram reforçadas da análise apontam noutro sentido. A principal é a de que as ocupações ilegais eram bastante residuais. Em primeiro lugar porque a maior parte da população não se encontrava envolvida nessas práticas, em segundo lugar porque delas apenas se auferiam pequenos rendimentos. De facto, não encontramos nos registos jornalísticos a propósito do Bairro referências ao desenvolvimento de práticas ilegais. Por sua vez, uma monografia produzida em 1948¹¹ parece apontar no mesmo sentido. Nela não se fazem quaisquer referências, mesmo que superficiais, a esta questão. Finalmente, todos os registos orais que se obtiveram em entrevistas relativos a actividades ilegais potencialmente desenvolvidas durante este período não nos deram conta de que tivessem sido realizadas em larga escala. Todos os entrevistados e alguns informadores privilegiados referiram-se a elas como tratando-se de manifestações residuais, embora os tenhamos questionado com insistência a este respeito. Os casos de ilegalidade apontados para este período foram repetidos por várias pessoas e pouco foi acrescentado de um depoimento para outro. Ou seja, em lugar de se acumularem, estas histórias são quase sempre as mesmas.

Inicialmente, julgámos que os informadores não nos facultavam informações acerca das ocupações ilegais pois desejavam devolver ao investigador uma imagem ideal do passado do Bairro, mesmo que tal não fosse premeditado. Todavia e presentemente, não cremos que informadores que nos falaram das práticas ilegais em que eles próprios estiveram envolvidos, e que não tiveram qualquer problema em referir ou mesmo em criticar essas condutas, nos estivessem a iludir de uma forma deliberada. O seu esforço nas entrevistas foi investido, supomos agora, mais no sentido da «recordação» do que propriamente na elaboração de mistificações.

¹¹ V. Alves (1948). Esta monografia foi o único trabalho produzido acerca do Bairro até à década de 90.

A segunda hipótese é a de que as actividades ilegais ocupavam apenas um estreito espaço no interior do leque das oportunidades de obtenção de rendimentos com que se deparavam alguns agregados, designadamente pessoas que obtinham maioritariamente rendimentos provenientes do trabalho. Não conhecemos casos de pessoas que tivessem, neste período, vivido exclusivamente de actividades ilegais e que tivessem suprimido o trabalho legal dos seus horizontes de actividade. As práticas ilegais consistiam essencialmente em formas de prolongamento das próprias actividades legais. A criação de animais, por exemplo, mobilizava actividades de furto de animais das mesmas espécies dos que eram aqui criados.

A terceira hipótese é a de que a aquisição de rendimentos auferidos, quer das actividades legais, quer das ilegais, tinha sobretudo como motivação a angariação de meios de subsistência em dinheiro ou em produtos facilmente trocáveis por dinheiro (sobretudo de alimentação), e não um carácter cumulativo.

Assim, a ideia que emerge mais fortemente do conjunto destas três hipóteses é a de que não existiam, de forma generalizada, neste período, ocupações ilegais, mas simplesmente algumas práticas ilegais no Casal Ventoso. O que sabemos acerca da sua difusão, bem como da sua escala e repercussões, não nos permite afirmar que, durante o «período da gandaia», estas práticas ilegais correspondessem a algo de endémico que se encontrava estendido a grande parte da população.

O período das docas e da estiva: da segunda metade da década de 50 a inícios da década de 70

Ao longo deste novo período, de aproximadamente 15 anos, as correntes migratórias para o interior do Casal Ventoso foram sendo reduzidas. Mesmo os movimentos migratórios da década de 60 não provocaram no Bairro um grande afluxo populacional ou, pelo menos, não tão expressivo quanto o foi nas décadas anteriores.

Em primeiro lugar, o espaço já edificado encontrava-se sobreocupado para que pudesse ser sujeito a um novo acréscimo populacional. Embora se tenham realizado alguns movimentos de saída do Bairro, os recursos económicos disponíveis nunca foram suficientes para possibilitar uma transferência de populações em larga escala, e concomitantemente a sua substituição; por outro lado, as taxas de fecundidade eram elevadas. Em inícios da década de 60,¹² 38,4% dos casais tinham mais de três filhos e 31% dos residentes tinham menos de

¹² Dado do *Inquérito Habitacional aos «Bairros de Barracas» e Construções Abarracadas Existentes na Área Administrativa da Cidade de Lisboa* (Gabinete Técnico de Habitação, 1961), citado por Menezes *et al.* (1992, p. 44).

14 anos de idade, o que reflecte uma relação de dependência dos jovens bastante alta por comparação com as médias para a freguesia e para a cidade.¹³ As taxas de fecundidade elevadas, aliadas às formas de coabitação interfamiliares que referimos para a fase anterior, e que se mantêm durante este novo período, resultam num número médio expressivo de habitantes por agregado doméstico de 4,3. As concomitantes dificuldades de acolhimento de novos residentes para o tecido residencial disponível são, assim, facilmente compreensíveis. A construção em altura, a construção de anexos e o prolongamento das casas foram, fundamentalmente, orientados para o alojamento de descendentes.

Em segundo lugar, a área espectral e sem ocupação do Bairro era quase nula, vindo a tornar-se ainda menor com as alterações viárias verificadas na zona. Assim, desde finais dos anos 40 até ao momento presente, registou-se a construção de apenas cerca de 5% da totalidade do edificado.

Na segunda metade da década de 50, verificaram-se profundas alterações na zona do Vale de Alcântara. A sua conversão num importante nó rodoviário, com a construção dos acessos à Ponte 25 de Abril, mas fundamentalmente com a construção da Avenida de Ceuta e o respectivo entaipamento do caneiro de Alcântara,¹⁴ provocou uma redução das zonas onde a edificação era ainda possível. Acarretou também a destruição de barracas situadas na parte inferior da encosta. Verificou-se, inclusivamente, uma transferência populacional para fora do Bairro, conduzida por processos de realojamento que foram dirigidos essencialmente para as zonas de Musgueira e Chelas.

A transformação das redes viárias decorreu em paralelo com um outro fenómeno, acabando inclusivamente por acelerá-lo: o declínio industrial do Vale de Alcântara. Declínio que foi progressivo e que se verificou ao longo das duas décadas de 50 e de 60. As consequências ocupacionais para a população do Casal Ventoso são difíceis de avaliar na totalidade. Cremos, no entanto, que terão sido profundas, assistindo-se a despedimentos e ao aumento da dificuldade de obtenção de emprego nessa área.¹⁵ Estes eventos traduziram-se no

¹³ À elevada taxa de fecundidade associava-se a reduzida idade da mãe ao primeiro nascimento. A concepção desse filho conduzia, geralmente, à formação de um novo casal.

¹⁴ A. Janeiro e C. Lobo Antunes (1983, p. 22) referem que a Avenida de Ceuta e o encanamento da ribeira «vieram trazer a morte e o esquecimento ao grande número de fábricas [...] que existiam nesta zona». As mesmas autoras apontam as fábricas de curtumes como as principais responsáveis pelo estado de poluição a que tinha chegado o caneiro e citam «Lisboa Antiga e Moderna. Elementos Históricos da sua Evolução» (Vidal, Angelina, *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1900): «[...] foco de emanações pútridas de miasmas fétidos, de perigosa vizinhança. O caneiro de Alcântara foi afamado como uma das coisas mais dignas de lástima, e mais repugnantes da capital.»

¹⁵ Este dado parece, apesar de todo o seu generalismo, seguir a ideia defendida no trabalho de Menezes *et al.* (1992, pp. 23-24): «[...] em certa medida o Bairro nasceu, cresceu e transformou-se sob a mola impulsionadora das actividades produtivas que no Vale se foram instalando. O divórcio do Casal Ventoso com a zona ribeirinha e com o berço de Alcântara haveria de se consumir não tanto pelo bairro e pela dinâmica própria mas, fundamentalmente, pelo facto de Alcântara ter per-

surgimento de um expressivo contingente de desempregados de longa duração. Por sua vez, a gandaia desaparece quase totalmente a partir da década de 60, bem como a própria venda ambulante, que foi proibida e sujeita a pesadas multas, entrando em fase de declínio. Comparativamente ao que sucedera no período da gandaia, a qualificação e a especialização laboral converteram-se em elementos bastante mais decisivos para a obtenção de trabalho.

No entanto, se o dado geral a reter é o de que a população do Bairro foi afectada pelo recuo da importância das indústrias de Alcântara e do seu vale, os trabalhadores do Casal Ventoso não perderam, totalmente, oportunidades de emprego. De facto, parte deles já não possuía, por essa altura, uma relação profissional com o Vale, encontrando-se a trabalhar noutras áreas, fenómeno que se deveu essencialmente à melhoria das redes viárias registada durante as décadas de 50 e 70. Tal melhoria aumentou consideravelmente a acessibilidade do Bairro a outras zonas da cidade, alargando os espaços de oferta de emprego sem que tivesse sido necessário aos habitantes transferirem-se para outras zonas de residência. Não é raro nas entrevistas encontrarmos pessoas que declaram ter trabalhado, e continuar a trabalhar, em fábricas de Sacavém, Cabo Ruivo ou noutras zonas industriais da área metropolitana.

Se é certo que as grandes concentrações industriais tenderam a desaparecer do local, surgiu, no entanto, uma série de novas profissões, particularmente as que estão ligadas às oficinas de reparação de automóveis: mecânicos, pintores de automóveis, bate-chapas, etc. Surgem também exemplos de ofícios como o de seralheiro, carpinteiro, estofador, gráficos, reparadores de electrodomésticos. Grande parte dos habitantes do Bairro tiveram profissões deste tipo. Muitos eram apenas ajudantes e aprendizes, não possuindo necessariamente uma carteira profissional.

Durante a década de 60 verifica-se também um reforço do peso das indústrias da construção civil no leque das ocupações disponíveis. A maior parte do trabalho nessa actividade era realizado por mão-de-obra indiferenciada, tal como já o tinha sido e continuava a ser para as restantes indústrias.

No que concerne à mão-de-obra feminina, parte das trabalhadoras fabris desempregadas e das vendedoras ambulantes foi transferida para os mercados de Campo de Ourique e da Ribeira, começando também a desenvolver, em larga escala, ocupações como a de «mulher a dias», sobretudo em casas de Campo de Ourique.

dido a sua função industrial deixando o bairro entregue a si mesmo, sem uma vocação (e condições sociais e urbanísticas) que favorecessem a sua integração adoptiva em Campo de Ourique.» Considera-se portanto, neste trabalho, como o facto mais importante na modificação das condições de subsistência dos habitantes do vale, «o processo urbano induzido pela metropolização que expulsará, a partir da década de 50, a indústria dos limites da urbe». Embora este processo tivesse tido repercussões, não cremos que, como se depreenderá das nossas posições, ele fosse absolutamente determinante para a generalidade dos trabalhadores do Casal Ventoso.

Paralelamente ao declínio da zona industrial, as actividades de descarga de contentores e de peixe nas docas, nomeadamente na Docapesca e nos cais ribeirinhos, mantiveram uma considerável importância. Se o peso de produtos como o pinho e o carvão diminuía progressivamente, as descargas de outra natureza, particularmente as de produtos alimentares, terão aumentado nas décadas do pós-guerra. A estiva de contentores e a descarga de mar e terra dos cais eram actividades que empregavam uma grande parte dos trabalhadores do Bairro. Elas apresentavam-se, aliás, como actividades fundamentais, sobretudo para os trabalhadores não especializados e sem qualquer qualificação.

Desta forma, e como aconteceu com a gandaia no período anterior, delas dependia a subsistência de um considerável número de agregados. Era pois a estiva que se apresentava agora como o último dos empregos legais possíveis para muitos homens, bem como o único a que estes podiam aspirar. O nível hierárquico baixo em que se encontrava a estiva no conjunto das ocupações legais era facilmente discernível em diversos aspectos do seu funcionamento. Entre eles destacava-se o facto de consistir numa actividade sem salário fixo,¹⁶ mas também o de depender de uma escolha quase aleatória realizada por um seleccionador às primeiras horas da manhã. A selecção revestia-se de uma elevada carga dramática e de acentuados níveis de tensão para os trabalhadores «concorrentes», pois a escolha dependia de vários factores. Primeiro, da quantidade de trabalhadores que tinha sido considerada necessária nesse dia, assim como do tipo de relação que o trabalhador mantinha com os seleccionadores. Em segundo lugar, de outros factores, como o estado de saúde, a idade ou a própria sorte.

A transformação da actividade deu-se mais tarde, a partir dos inícios da década de 60, com o estabelecimento de contratos e de um salário mensal fixo para os estivadores. Só nessa última fase, em que o número de postos de trabalho nesta actividade se reduziu drasticamente, é que a estiva passou a ser considerada um «bom trabalho» para a mão-de-obra desqualificada. Vários homens procuraram, então, tornar-se estivadores. Pedro, que é presentemente reformado da estiva, acompanhou essa transformação:

Antes de ser estivador 100% ia lá no mês tal e trabalhava só quatro ou cinco dias. Antigamente tinha que ir para a estiva cedo à procura da chapa e se não se apanhava a chapa... havia aquelas amizades. Os encarregados só davam chapas a quem eles queriam e lhes apetecia... assim como em todo o lado só dão emprego a quem quer e lhes apetece. Às vezes tínhamos que comer e íamos pedir fiado, como muita gente tem de certeza. Ia-se pedir fiado e depois pagava-se. Depois passei a efectivo, já o ordenado estava sempre batido, houvesse trabalho ou não houvesse.

¹⁶ Não ter um «salário fixo» não era uma característica exclusiva da estiva. Os trabalhadores não recebiam salário fixo num vasto leque de actividades. Possuir uma actividade com salário fixo correspondia a uma aspiração comum em diversos segmentos das classes populares.

Para finalizar este ponto referente ao quadro ocupacional legal é conveniente assinalar que, segundo o inquérito habitacional realizado em 1960, 40,7% dos chefes de família do Casal Ventoso e Sete Moinhos eram operários, dos quais 15,7% no sector da construção civil, e os restantes 25% noutras indústrias, 8,8% declararam ser vendedores ambulantes e 26,6% foram classificados como estando a exercer actividades diversas (não contempladas nos 13 itens existentes).¹⁷

Relativamente às actividades ilegais que são desenvolvidas neste período, torna-se muito difícil realizar qualquer estimativa dos envolvidos. Estes porventura encontrar-se-iam com maior probabilidade no interior dos 26,6% que foram classificados como estando a exercer actividades diversas. É possível que fossem consideravelmente mais do que no período da gandaia. Às actividades ilegais desenvolvidas nessa fase vieram associar-se a prostituição e o proxenetismo. À semelhança do que acontecia no período anterior, parte das pessoas que se envolveram em práticas ilegais desenvolvia-as em simultâneo com ocupações legais. Sabemos, por exemplo, de algumas para quem o facto de se encontrarem na estiva ou na descarga lhes permitia o furto de alguns produtos que eram consumidos por si ou vendidos no Bairro. Era, por exemplo, frequente que os descarregadores de paletes de peixe «reservassem» algumas para si ou que alguns dos trabalhadores dos portos furtassem garrafas ou produtos alimentares. Conhecemos inclusivamente alguns casos de despedimento por terem sido descobertas ocorrências desse tipo.

Continuamos, para este novo período, a defender a hipótese de que as práticas ilegais não facultavam muito mais do que rendimentos indispensáveis à sobrevivência fisiológica. A par delas, algumas pessoas referiram-se também, com insistência, ao recurso à mendicidade e à penhora. Constituíam-se, assim, uma espécie de triângulo da sobrevivência cujos vértices correspondiam às várias possibilidades de obtenção de rendimentos num contexto de marginalidade económica: trabalho legalmente reconhecido; actividades ilegais; penhora, mendicidade e fiado.

Todavia, eram já emergentes, no período da estiva, focos de realização de práticas ilegais de maior alcance. De facto, alguns habitantes criaram organizações, designadas por *famílias* ou *seitas*, especificamente vocacionadas à prossecução de actividades ilegais. Eram elas as responsáveis fundamentais por algumas actividades de furto, como, por exemplo, o roubo de bicicletas ou de carteiras em Campo de Ourique.

Não aprofundaremos aqui estes aspectos. Eles serão novamente abordados no capítulo 5. Interessa para já ressaltar que às *famílias* ou *seitas* pertencia, muito possivelmente, um número muito restrito de habitantes do Casal Ventoso e

¹⁷V. Gabinete Técnico de Habitação (1961). Estes dados são citados por Menezes *et al.* (1992, pp. 28 e 46).

que a sua acção se estendeu ao próximo período através do desenvolvimento de acções cada vez mais sofisticadas e em maior escala, nomeadamente o roubo de automóveis. Os seus membros foram das poucas pessoas a extraírem rendimentos exclusivos e sistemáticos de actividades ilegais.

O período das indefinições e redefinições profissionais: do início da década de 70 ao início da década de 80

A grande alteração interna neste período prende-se com o aumento das cli-vagens profissionais internas, ou melhor, com a existência de duas grandes tendências paralelas. Se, por um lado, se assiste ao agravamento e à redução das oportunidades dos trabalhadores não qualificados, assiste-se, por outro, a uma melhoria das condições dos trabalhadores que possuíam alguma qualificação. De facto, um factor determinante neste período diz respeito às alterações tecnológicas introduzidas em largos sectores que prescindiram massivamente de trabalhadores, passando a exigir novas qualificações e um maior grau de especialização técnica dos operários. Criaram-se, portanto, novas profissões, ao mesmo tempo que se prescindiu de outras – é o caso da estiva – que, dado o baixo nível de qualificações exigido, se apresentavam como uma oportunidade profissional para muitos trabalhadores sem formação.

Estas alterações foram, portanto, particularmente sentidas pelas pessoas que trabalhavam nos cais. A estiva, que empregava um grande número de pessoas, vai começar a estabelecer acordos de rescisão de contrato com muitos dos seus trabalhadores.¹⁸ Alguns deles obtiveram posteriormente emprego em indústrias, em «biscates», enquanto ajudantes ou mesmo como empregados de mesa. De qualquer forma, grande parte deles ficou desempregada por muito tempo. A idade avançada de alguns não lhes permitiu voltar a obter qualquer trabalho.

No entanto, não foi apenas a estiva a sofrer com as inovações tecnológicas. Em muitas outras profissões assiste-se também a despedimentos ou mesmo a uma quase extinção. É o caso dos caldeireiros¹⁹ ou dos serralheiros. Muitos dos trabalhadores autodesignavam-se como carpinteiros, serralheiros, etc., sem que essas designações correspondessem à posse de uma carteira profissional ou sequer ao tipo de trabalho efectuado. Diziam simplesmente respeito ao facto de trabalharem com determinadas substâncias como a madeira ou o metal.

¹⁸ O caso da estiva é bastante paradigmático da complexidade das mudanças referidas. Os trabalhadores obtiveram acordos de rescisão de contrato e reformas antecipadas que foram considerados por muitos deles, bem como por outros que apenas assistiram a este processo, extremamente vantajosos. É provável que, em grande parte, tal se tenha ficado a dever ao poder negocial do Sindicato dos Estivadores.

¹⁹ O seu desaparecimento deveu-se em grande parte à crescente perda de importância do vapor enquanto fonte de energia.

Defendemos assim que, em termos gerais, os trabalhadores particularmente desqualificados e os não especializados se confrontaram com dificuldades acrescidas na obtenção de emprego, o que agravou a sua posição por relação ao mercado de trabalho. Porém, assistiu-se também a um progressivo aumento dos salários de trabalhadores com carteira profissional, nomeadamente canalizadores, electricistas, estofadores, bem como a um aumento previsível da oferta de emprego nas oficinas de automóveis, como mecânico, bate-chapas ou pintor de automóveis.

Outra tendência fundamental tem a ver com um grande acréscimo no recurso das mulheres ao emprego como «mulheres a dias» em casas particulares de Campo de Ourique ou ainda em empresas de limpeza, conjugando, por vezes, esta actividade com o pequeno comércio dos mercados.

Este tipo de empregos, sobretudo o das mulheres, parece ser responsável pela forte terciarização da força de trabalho no Bairro. Segundo os dados do censo de 1981, 60,2% da população empregada do Casal Ventoso encontrava-se no sector terciário e já só 39,6% no secundário. A população empregada no primário era quase insignificante.

Todavia, mesmo os trabalhadores mais qualificados e bem empregados do Casal Ventoso confrontaram-se com tendências muito diversas. Essa diversidade deve-se sobretudo ao facto de, no período de uma década, terem ocorrido transformações acentuadas a nível da estrutura produtiva e do mercado de trabalho nacionais. Apontar tendências gerais para este período torna-se bastante difícil. O dado mais importante a ter em conta é o da coexistência de uma série de tendências paralelas, mesmo se nos concentrarmos num único sector produtivo. Se se verifica, por exemplo, uma relativa estagnação do sector industrial, quando considerado na sua globalidade, notamos que «no interior do sector industrial coexistem diversas linhas de continuidade e de ruptura» (J. Ferrão, 1985, p. 583). A multiplicidade de tendências traduz-se nos próprios salários dos trabalhadores da indústria. O incremento da produção da Lisnave, que, por exemplo, não sofre com a crise petrolífera, beneficia claramente os operários desta indústria, onde trabalham algumas pessoas do Casal Ventoso. O mesmo acontece, mais tarde, com as indústrias base, cuja nacionalização acarretará benefícios salariais. Pelo contrário, os operários da construção civil, com uma baixa capacidade negocial, mantêm uma grande instabilidade no emprego, bem como baixos salários.

Mas a complexidade destas tendências não se resume às diferenças sincronicamente registadas entre sectores produtivos. Ela resulta também do facto de se terem registado rápidas alterações nas tendências verificadas em cada um dos subsectores (e em cada uma das empresas) em curtos espaços de tempo. É assim possível registar, por exemplo, uma elevação do nível dos salários a partir de 1974-1975, a par da criação de novos mecanismos de regulação tendentes a travar o surto de desemprego e a criar amplas zonas de emprego assalariado estável,

nomeadamente a partir das nacionalizações ou das reformas da legislação do trabalho. No entanto, esta tendência não irá alargar-se por muito tempo, sendo travada mais depressa em alguns subsectores e em algumas empresas do que noutros. É que já neste período se verificavam tensões no sentido do agravamento do desemprego e da agudização dos conflitos pela repartição do rendimento provocados pela crise internacional. Registaram-se, pois, fenómenos de inversão do crescimento dos salários reais e a institucionalização da figura jurídica do contrato a prazo. Alguns sectores, como o da construção e reparação naval, nomeadamente os estaleiros de reparação, como é o caso da Lisnave, inverteram, inclusivamente, a sua tendência de crescimento.²⁰

Naturalmente, a complexidade e a dissonância das tendências nacionais verificadas a nível salarial repercutiram-se no Casal Ventoso de forma, também ela, complexa. Ao mesmo tempo que se acentuavam as dificuldades de inserção de grande parte da população na estrutura produtiva, aumentavam as clivagens internas por relação a essa mesma estrutura.

Durante o início dos anos 70 assiste-se, de maneira geral, a uma subida de salários, bem como ao aumento da segurança no trabalho, tendências que se reforçaram no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril. Esse facto provocou um acréscimo no rendimento disponível de muitos agregados. Foi o caso daqueles que tinham trabalhadores empregados na Lisnave ou em empresas que aumentaram os salários e as regalias dos trabalhadores. Este processo foi, porém, travado nos anos seguintes, sobretudo na década de 80. Sabemos do despedimento de muitos trabalhadores do Bairro durante essa década, bem como da falência das empresas em que trabalhavam.

Embora os dados do censo de 1981 apontem para a existência de 4,2% da população activa do Bairro desempregada, o que traduz uma taxa de desemprego relativamente baixa, cremos que será lícito colocar muitas dúvidas quanto a este número. De facto, muito possivelmente, uma elevada percentagem de pessoas do Casal Ventoso, recenseada como «trabalhadores», apenas desenvolvia «biscates».

Em termos demográficos, registamos que entre as alterações mais profundas para este período se inclui uma nítida mudança nos modelos de comportamento procriador no Bairro que, com grande probabilidade, já se teria iniciado em finais da década de 60. Estas mudanças tornam-se legíveis nos dados disponíveis para 1981, nos quais se aponta para uma diminuição no número de nascimentos e para um envelhecimento populacional, quer na base, quer no topo da estrutura demográfica.²¹ Contudo, por relação à freguesia do Santo Condestável, o Casal Ventoso continua a manter uma maior dependência dos

²⁰ Estas questões são desenvolvidas em diversos artigos publicados nos n.ºs 87, 88 e 89 da revista *Análise Social*, nomeadamente no artigo de M. Rodrigues (1985).

²¹ Entre 1960 e 1981, o peso relativo da população jovem no Bairro baixou 10,3%, e o peso relativo da população com mais de 65 anos aumentou de 6% para 13%.

jovens e uma menor dependência dos idosos.²² Conhecemos, porém, muitos casos em que a idade da mãe ao primeiro nascimento é baixa, o que nos colocou claramente perante a hipótese de que o controlo dos nascimentos, através do uso relativamente generalizado de métodos contraceptivos, se começa geralmente a fazer apenas após o primeiro nascimento.

A par da quebra da natalidade, é possível ter-se verificado a saída de um número significativo de pessoas do Bairro. A redução do número de habitantes não parece, porém, ter encontrado expressão na redução do edificado. Pelo contrário, ter-se-á verificado uma melhoria na generalidade da área edificada que correspondeu à construção de vários anexos. Esse facto conduziu, em simultâneo com o fornecimento de electricidade, serviço de esgotos e água canalizada, a um melhoramento das condições habitacionais de muitos habitantes, o que não significa, contudo, que uma parte significativa dos alojamentos não tivesse prosseguido um processo de degradação acelerado.

O estigma, o Estado e a representação

O estigma

Utilizamos o conceito de estigma para caracterizar as representações largamente maioritárias que a sociedade global produz acerca de uma dada região do espaço urbano, neste caso o Casal Ventoso, pois ele permite-nos reter três ideias importantes:

- a) Em primeiro lugar, dizer que uma região é estigmatizada é o mesmo que afirmar que, para todo o observador exterior que conhece tal estigma, a diversidade e a complexidade internas dessa região são reduzidas, em larga medida, a uma única característica valorizada de forma negativa. Essa característica regional é socialmente construída e concebida como um «problema social».²³
- b) Em segundo lugar, a região que transporta esse estigma não é apenas portadora do problema, mas é também concebida enquanto símbolo desse problema. Com isto queremos dizer que ele não só existe nesse local como pode, através de processos de estigmatização exacerbados, passar a fazer parte «essencial» do próprio local ou ser mesmo considerado uma

²² Estes dados poderão ser consultados em Menezes *et al.* (1992, pp. 37-45).

²³ A questão da construção social de um «problema» remete-nos para a propalada distinção analítica entre «problema social» e «problema sociológico». A bibliografia sobre esta temática é extensa e recorrente. Um artigo de Patrick Champagne (1993) retoma-a de uma forma muito pertinente. Nele se explora a relação entre a construção das *malaises sociales* e o funcionamento do campo jornalístico.

característica exclusiva desse espaço e dos seus habitantes. Nesse caso, falar do «problema» ou desse «local simbólico» passa a ser uma e a mesma coisa. O nome «Casal Ventoso» foi, frequentemente, utilizado desta forma. Visto que ele adquiriu um estatuto de paradigma de uma *malaise social*, foi possível às pessoas, em diversos períodos e em diferentes quadrantes ideológicos, utilizarem a designação «Casal Ventoso» para ilustrarem, referirem ou criticarem questões globais de ordem jurídica ou política. É interessante, por exemplo, constatar que dois dos entrevistados, residentes em áreas próximas do Bairro, que se referiram aos «problemas do narcotráfico» tenham utilizado a expressão *vários Casais Ventosos por esse país fora*. Ao longo de todo este período, como veremos adiante, o Casal Ventoso era apresentado como um exemplo típico do subdesenvolvimento nacional, facto que é legível, por exemplo, na seguinte anedota crítica relativamente ao salazarismo e à política de obras públicas: «Um estrangeiro guiava um carro ao longo do Viaduto Duarte Pacheco. No banco ao lado ia Salazar, que falava com orgulho do Viaduto, da auto-estrada e do Estádio Nacional. O estrangeiro avistou então do lado direito o Casal Ventoso e perguntou a Salazar ‘o que é aquilo?’, tendo o Presidente do Conselho respondido para ele não se preocupar, que se tratava apenas de um grupo de existencialistas *avant la lettre*.»

- c) Por último, o próprio facto de um habitante pertencer ou habitar nessa região consiste num estigma transportado individualmente. Possuir o estigma significa, então, que o seu portador possui virtualmente o «problema» que se atribui à região por inteiro.²⁴

A primeira característica que distingue o estigma do Casal Ventoso é a sua antiguidade, que se aproxima da própria origem do Bairro. De facto, a construção de discursos sobre o Casal Ventoso nos quais o Bairro é caracterizado através de traços negativamente valorizados a um nível global não consiste apenas num processo recentemente encetado e monopolizado pela produção jornalística. Não se iniciou com o tráfico de drogas, nem sequer com a convicção de que o Bairro possui uma tradição endémica de «actividades marginais e criminosas», preconceito que se tornou aos poucos generalizado e indiscutido.

²⁴ A análise histórica que produzimos no momento anterior permite-nos levantar três hipóteses acerca das razões pelas quais o Casal Ventoso foi transformado em «símbolo nacional» ao longo deste período. Em primeiro lugar, o facto de ter consistido num primeiro bairro de grandes dimensões de casas abarracadas em Lisboa; em segundo lugar, por representar uma concentração bastante grande de pessoas com traços físicos e vivências que são facilmente identificados como formas de miséria superlativa («os mais miseráveis de todos»); por último, o facto de se ter tomado um bairro situado numa zona central do concelho, próximo da zona maioritariamente burguesa de Campo de Ourique. De qualquer forma, a produção de um estigma reconhecido globalmente mobiliza uma profunda relação dialéctica entre a produção discursiva e determinadas características endógenas e mutáveis da região estigmatizada. Deve, portanto, em larga medida, ser entendida enquanto processo comunicacional.

A segunda característica é a de que este estigma não se configurou sempre em torno dos mesmos traços característicos. O Casal Ventoso transportou vários estigmas, ou seja, foi símbolo de vários problemas que se sucederam no tempo e que, em diversos momentos, se sobrepuseram. Embora tenha consistido sempre num «símbolo», o Casal Ventoso não simbolizou sempre a mesma coisa.

Numa primeira fase, que se prolongou até ao início da década de 50, e que, portanto, coincide com o período da gandaia, o estigma do Bairro foi-se desenvolvendo, fundamentalmente, em torno do «problema da miséria». Esta estigmatização depreende-se do tipo de cobertura jornalística e das formas de divulgação geral que foram produzidas. Na verdade, embora não tenhamos procedido a uma leitura e a uma pesquisa exaustivas da literatura, todos os artigos que obtivemos até finais dos anos 40 incidem na problemática da pobreza. Ainda em inícios do século, por exemplo, o Casal Ventoso era descrito por Vieira da Silva²⁵ como uma «visão [...] mais digna de lástima que de repulsa, se considerarmos que os seus habitantes não têm culpa de que a civilização aqui não houvesse chegado». Numa descrição posterior, da década de 30, o Bairro aparece-nos mencionado como uma «mancha de pobreza vergonhosa»,²⁶ pretendendo referir-se, com certeza, o cenário observado de um ponto cimeiro da encosta: ausência de acessos, despejo de lixo, lamaçais, enxurradas e aluimento de terrenos.

Um bom exemplo de como, ainda nessa década, a imagem do Bairro, enquanto paradigma da miséria, se difundiu consideravelmente pode ser encontrado no espaço que ele virá a ocupar nas marchas populares de Lisboa. Esta nova «tradição» lisboeta consistiu num acontecimento importante no reforço das freguesias e dos bairros enquanto espaços de construção identitária, contribuindo decisivamente para o reforço da diferenciação «regionalista» de carácter bairrista no interior da cidade. O Casal Ventoso, que nunca formou isoladamente uma freguesia, e que esteve sempre integrado em unidades administrativas mais abrangentes, nunca concorreu ao concurso nem possuía marcha própria. Alguns dos seus habitantes desfilaram, inclusivamente, ao longo dos anos, pela Marcha de Campo de Ourique. Contudo, começou a difundir-se por Lisboa uma quadra para uma inexistente «Marcha do Casal Ventoso». Ela permite-nos, em parte, registar como o Bairro possuía já, por esta altura, um lugar na mitologia urbana, que o convertia na «zona da miséria» por excelência da cidade de Lisboa:

*Lá vai a Marcha do Casal Ventoso
Panelinha ao ombro à sopinha do Barroso
Não digas sim. Não digas não
A sopa do Barroso também tem feijão.*

²⁵ Em «As freguesias de Lisboa» (s. d., p. 75)

²⁶ Em *Diário de Notícias* (Abril de 1934).

É curioso e significativo que a difusão desta quadra tenha tido lugar essencialmente em bairros de classes populares onde parte da população se encontrava envolvida em práticas de sobrevivência semelhantes às que eram adoptadas no Casal Ventoso, nomeadamente o recurso sistemático à «sopinha do Barroso».²⁷ O local onde a ouvimos pela primeira vez foi num pátio da Ajuda, sendo aí bastante conhecida.

A mesma ideia da miséria, materializada em elementos fortes de grande e fácil visualização, como, por exemplo, a «sujidade», foi enunciada quer por várias pessoas de bairros populares, que nunca entraram no Casal Ventoso, quer por pessoas que o frequentaram. Um carteiro, que nos anos 40 aí fazia a distribuição, alegou-nos os mesmos motivos para desejar não voltar a lá entrar.

Já em finais da década de 40, mais propriamente em 1948, uma estudante da Escola de Serviço Social produzia a única monografia existente sobre o Bairro. Nela, o Casal Ventoso é designado como «um bairro à parte» que «deverá merecer a atenção do serviço social». A ideia que perpassa todo o trabalho é a de que se trata de uma população de «pobres merecedores» de ajuda,²⁸ embora se refira que em alguns deles se reconhecem características como a «preguiça e a ociosidade»:

Há ainda aqueles e aquelas que nada fazem senão «dar à língua», beber e zangatear [...] e que depois se vão arrastando molemente, durante o dia contraindo vícios e tornando-se preguiçosos [Alves, 1948, pp. 44-45].

Essa monografia traduz, por um lado, preocupações em torno da «pobreza material», referindo o mau estado das habitações e a recorrência frequente à gandaia e à esmola. Por outro lado, refere-se com grande incidência à «pobreza moral e espiritual». Este último tipo de pobreza encerra uma série de diversos traços mal sistematizados onde porventura se poderiam adicionar comportamentos delinquentes. Não se faz, contudo, qualquer referência directa ou indirecta à delinquência. Referem-se antes aspectos relativos à promiscuidade sexual, como, por exemplo, o de as raparigas na puberdade se encontrarem sempre

²⁷ A sopa do Barroso, ou sopa do Sidónio, era uma «sopa de sobrevivência» distribuída aos pobres.

²⁸ Esta é a tradução que sugerimos para o termo *pauvres méritants* ou *deserving poors*. Existem várias outras designações de natureza semelhante, como, por exemplo, a de *bon pauvre*, que nos é proposta por André Vant (1986, p. 14) e que nos surge por contraposição à de *mauvais pauvre*. A. Vant (1986, p. 14) sugere a oposição destas categorias: «[...] le pauvre enregistré, marqué et légitimé au sein de son territoire au pauvre forain rejeté et exclu, le pauvre honteux méritant aide et attention au pauvre orgueilleux et par là socialement dangereux.» A designação *mauvais pauvres* remete-nos para a concepção dos pobres «desintegrados», não adaptados ao sistema social e, por isso mesmo, excluídos (um bom exemplo é o de *Jack-Roller*, um paradigma da literatura antropológica). A ideia de «pobres merecedores» é uma categoria cuja criação nos remete para as ideias da caridade de Estado ou da «filantropia religiosa», como refere P. Bourdieu (1993, p. 223).

rodeadas de constante excitação sexual, sobretudo as que trabalham em fábricas. No entanto, o indicador mais relevante da «pobreza moral» corresponderia ao reduzido número de missalizantes e à sobreposição ou mesmo à relação entre essa característica e a adesão a ideologias «politicamente subversivas», que seria, segundo a autora, maioritária no Bairro:

O Casal Ventoso é o mais descristianizado possível [...] Devia haver uma capela no bairro. Os homens mais influenciados pelas ideias e palavras que, no dia a dia do seu trabalho, ouvem, são duma maneira geral contrários à religião e em especial à católica. [...] São os homens, como se pode calcular, que manifestam as suas ideias políticas.

As informações disponíveis obrigam-nos a colocar a hipótese de que a «natureza do problema» do Casal Ventoso se encontra em transformação a partir do início da década de 50. De um estigma baseado na «miséria» transita-se progressivamente para um estigma baseado na «delinquência». Essas informações indicam-nos que tal transformação não aconteceu de forma homogénea entre a população de Lisboa e mesmo no interior da população residente nas áreas próximas do Bairro. Para os habitantes dos pátios e das zonagens operárias de Campo de Ourique e Alcântara, por exemplo, a população do Casal Ventoso continuou, até inícios de 80, a representar fundamentalmente um espaço de miséria exacerbada, de zaragatas e de «maus comportamentos», como o alcoolismo ou a perversão sexual, não se descortinando tanto informações acerca da delinquência. Segundo refere um habitante de um pátio de Campo de Ourique, que tem neste momento cerca de 60 anos e que frequentou regularmente algumas colectividades do Casal Ventoso até aos inícios da década de 70:

[...] *a malta como eu sabe que no Casal Ventoso havia nesse tempo e há muitos desordeiros e ordinários... é o mesmo que nalguns pátios daqui de cima [referiu o nome de alguns pátios e distinguiu-os entre si]... Mas nunca houve muitos ladrões... às vezes roubava-se qualquer coisa, isto ou aquilo, e a malta dizia logo: devem ser gajos do Casal Ventoso que roubaram isto.*

Era também frequente nesses meios a utilização de expressões como «és do Casal Ventoso» ou «parece que vieste do Casal Ventoso» para se caracterizar um «mau comportamento» de alguém. Estas ideias não impediam que grande parte das crianças e mesmo adultos dos pátios próximos descessem frequentemente ao Bairro e mantivessem contactos com os seus habitantes. Temos algumas descrições de batalhas campais que envolviam o arremesso de pedras entre crianças de pátios circundantes e alguns pátios do Casal Ventoso. Esses acontecimentos eram semelhantes aos que ocorriam noutras zonas de Lisboa onde as vivências infantis tinham, essencialmente, a rua como palco. No entanto, eles traduzem-nos mais a existência de processos de intercâmbio e de proximidade

(evidenciados na própria forma como essas experiências nos são narradas, empregando-se frequentemente termos como «mania» ou «brincadeira») do que processos de segregação.

Estes relacionamentos permitem-nos supor que a delinquência do Casal Ventoso não era um dado importante para a produção de um estigma no interior destas zonas operárias próximas do Bairro, embora nos digam pouco sobre a forma como os seus habitantes concebiam a diferença e a similaridade por relação ao Casal Ventoso e como simbolizavam as suas fronteiras. Para além de não se referirem à delinquência como característica fundamental, as pessoas dessas áreas residenciais não pareciam também ser afugentadas pela iminência de assaltos ou agressões físicas.

Ao contrário, para a população das áreas maioritariamente burguesas de Campo de Ourique, para além de «malcomportada», esta era uma população associada a actividades ilegais. O Bairro foi elevado a «lugar de delinquência» e responsabilizado por variadas formas de ameaça à ordem jurídica. A mais referida consistia no roubo de bicicletas. Parte das crianças de Campo de Ourique era desaconselhada ou proibida pelos pais de descer às ruas mais próximas do Casal Ventoso. Algumas pessoas que sempre habitaram em Campo de Ourique referem-se ao horror que representava para elas, enquanto crianças, encontrarem-se próximas do Bairro por alguma razão, como, por exemplo, a de terem de apanhar um transporte público na Rua Maria Pia.²⁹

O Casal Ventoso comportou, portanto, ao longo de todo este período, um estigma conhecido pela generalidade das pessoas de Lisboa. Os problemas que simbolizou modificaram-se, contudo, quer no tempo, quer entre os diversos grupos sociais e as zonas de *habitat*.

O Estado e as organizações exteriores

À semelhança da estigmatização produzida pelos lisboetas, o Estado central e a autarquia passaram progressivamente a conceber o Bairro como um grave «problema urbano e urbanístico».

De facto, se, no início do processo de edificação, o Casal Ventoso foi temporariamente encarado pela edilidade camarária como uma solução urbanística para o alojamento de um determinado tipo de populações migrantes particularmente desprovidas de recursos económicos, algum tempo depois ele emergia já como o exemplo extremado de um «bairro difícil», depreendendo-se isso

²⁹ Acerca da coexistência de classes num mesmo espaço, e de como se manifesta a diferenciação dos grupos e a emergência de conflitos, salientamos, para o caso francês, um artigo clássico de Chamboredon e Lemaire (1970) em torno de um *grand ensemble*. No caso do Casal Ventoso, assistiu-se, assim, a um clássico processo de estigmatização que conduziu à sobreposição simbólica entre «classes laboriosas» e «classes perigosas».

mesmo dos diversos planos de melhoramento ou dos planos para a construção de um bairro novo de que temos notícia: em finais da década de 40, finais da década de 60 e ainda imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Ao procurar intervir neste tipo de bairros enquanto localidades onde diversos «problemas» da sociedade global adquirem uma expressão espacial, as alternativas que se apresentam ao Estado são, muito resumidamente, de três tipos.

A primeira possibilidade passa por transferir a população, colocando-a em bairros de habitação social ou noutras zonas da área metropolitana. Este processo implica a destruição total ou parcial do edificado existente. Como os próprios termos «transferência populacional» e «destruição do edificado» indicam, este processo incide apenas sobre as condições de alojamento dos seus habitantes. As consequências imediatas deste processo seriam as do reaparecimento da mesma população noutras locais ou a sua diluição no espaço urbano, tornando-a, porventura, invisível.

A segunda consta de uma acção do Estado produzida no interior de uma lógica de um *welfare state* que funcione como um paliativo social. Permite, na melhor das hipóteses, melhorar as condições de habitabilidade, promovendo algumas outras alterações circunstanciais. Este tipo de acção do Estado, que pode também envolver associações e organizações privadas e públicas, tem, no entanto, diversas amplitudes, podendo ir desde a simples construção de equipamentos públicos até à construção de uma estrada ou à edificação de creches e de centros de dia para jovens e idosos. Enquanto selecção das áreas da cidade a intervir, este procedimento projecta-se sobre «zonas de miséria explícita», tendo como base critérios de «privação absoluta».

O terceiro ocorreria no momento em que o tipo de acção acima descrita se torna mais ambicioso, passando a funcionar segundo princípios de «privação relativa» e de equalização das oportunidades à partida. O *welfare state* que a põe em prática orienta-se segundo princípios de justiça distributiva. Em termos gerais, este tipo de acção incidiria no desenvolvimento de «formas de compensação» das pessoas menos favorecidas pela distribuição dos benefícios da cooperação social. Segundo J. Rawls»: ³⁰

[...] para tratar igualmente todas as pessoas, para permitir uma genuína igualdade de oportunidades, a sociedade deve dar melhor atenção aos que nasceram em posições sociais menos favorecidas.

³⁰ V. Rawls (1993 [1971], p. 96). Embora seja naturalmente impossível expor aqui, mesmo que em traços gerais, a teoria da justiça de J. Rawls, existe, para os interessados, uma extensa bibliografia que poderá ser consultada, nomeadamente em Rawls (1993 [1971]) e Kukathas e Pettit (1990). Num artigo recente, M. Villaverde Cabral (1994) procura, como ele próprio afirma, realizar uma aproximação da sociologia à filosofia aplicada em que as hipóteses de trabalho empírico partem, em larga medida, de *A Theory of Justice* de J. Rawls, incidindo sobre a sociedade portuguesa.

Para um prosseguimento destas formas de compensação, Rawls propõe o fortalecimento de «princípios de reparação», dos quais se destaca uma acção sobre os menos favorecidos, nomeadamente através do incremento e de uma acentuação da importância da instituição escolar.³¹

O que interessa ressaltar no caso do Casal Ventoso é que, apesar das alterações políticas verificadas ao longo do século, o Estado não interveio. Nem seguindo algum destes três tipos de intervenção apresentados, nem seguindo quaisquer outros.

As estratégias de transformação induzidas foram, desde o início da edificação até ao início da década de 80, praticamente inexistentes.

No entanto, esta constatação deverá surgir a par de uma outra: a própria concentração de um grupo numa determinada zona do espaço urbano, a progressiva transformação dessa zona num «bairro difícil» e a manutenção desse bairro com as suas «dificuldades peculiares» não são efeitos espaciais espontâneos, alheios às orientações políticas de Estado. Dependem da sua intervenção activa e passiva entendidas num quadro mais amplo. Como refere Bourdieu (1993, pp. 219-220):

[...] il est certain que la vérité de ce qui arrive dans les «banlieus difficiles» ne réside pas en ces lieux ordinairement oubliés qui surgissent de loin en loin au premier plan de l'actualité [...] l'État contribue de manière déterminante à faire le marché immobilier, notamment à travers le contrôle qu'il exerce sur le marché du sol et les formes de l'aide qu'il apporte l'achat ou à la location de logements; et qu'il contribue, du même coup, à déterminer la distribution sociale de l'espace ou, si l'on préfère, la distribution des différentes catégories sociales dans l'espace (sur laquelle il agit aussi par l'action qu'il exerce sur le marché du travail et sur le marché scolaire).

Os anúncios de que se iriam verificar profundas modificações no Casal Ventoso, particularmente no referente à habitação, geraram grandes expectativas junto da população em diversas gerações. Muitas das pessoas com quem falámos referem-se ao facto de em diversos momentos da sua vida terem esperado modificações no Bairro, bem como processos de realojamento.

³¹ Nas críticas que lhe são feitas, nomeadamente por J. Habermas, Rawls procuraria fazer equivaler o princípio da «igualdade de oportunidades à partida» com o funcionamento de uma sociedade meritocrática. Trata-se de críticas pertinentes que não merecem todavia a nossa concordância, já que Rawls insiste, precisamente, no desenvolvimento de «formas de compensação» assentes em «princípios de reparação». Tais princípios estariam dependentes da actividade institucional, particularmente das instituições do Estado. Como o próprio J. Rawls afirma (1993 [1971], p. 96): «A distribuição natural não é justa nem injusta; tal como não é justo nem injusto que se nasça numa determinada posição social. Trata-se de simples factos naturais. A forma como as instituições lidam com esses factos é que pode ser justa ou injusta.»

Foi apenas na década de 50, com a construção dos grandes complexos viários da zona de Alcântara, que o Bairro sofreu a construção das primeiras infra-estruturas viárias.³² Até aí, a rua principal era quase intransitável e os acessos disponíveis para a entrada ou saída do Bairro resumiam-se aos caminhos que ligavam o Casal Ventoso de Cima à Rua Guilherme Anjos e à Rua do Arco do Carvalhão. Para que os habitantes do Casal Ventoso de Baixo atingssem de forma mais rápida a Meia-Laranja, sem terem de se deslocar até ao Casal Ventoso de Cima (o que implicaria uma caminhada de cerca de 10 minutos), tornava-se necessário treparem uma rocha e voltarem a descê-la no regresso ao Bairro, pois não tinham sido ainda construídas as Escadinhas do Bordas, que hoje facilitam o acesso. Excepção feita a alguns habitantes próximos da Rua Maria Pia, pois, para estes, esta rua era alcançável através de uma passagem junto à Vila Cid. Como iremos ver, a construção de infra-estruturas prossegue nas décadas seguintes e acentua-se, um pouco, a seguir ao 25 de Abril com a edificação de um balneário público de pequenas dimensões, mas sobretudo com o fornecimento mais generalizado de água, electricidade e serviços de esgotos.

As medidas políticas, estatais ou associativas, habitualmente designadas de «políticas de intervenção social», foram, no ano de 1939, marcadas pela entrada e permanência, no Bairro, da Obra das Mães pela Educação Nacional. Tal presença tinha como objectivo promover acções dirigidas contra a «miséria moral e material». A organização inaugurou, em 1943, uma «Casa de Trabalho» onde se ensinava costura e bordados a 20 raparigas, preparando uma «futura mulher e dona de casa». Abriu também um abrigo para crianças dos 2 aos 7 anos e promoveu a distribuição de uma refeição constituída por meio litro de sopa e 100 gramas de pão. Essa Casa funcionou num edifício de reduzidas dimensões, propriedade da Legião Portuguesa. Algumas pessoas afirmaram não gostar da «Obra» precisamente porque achavam que *era da Legião: aquilo era um quartel da Legião onde se tocava o hino e se içava a bandeira. Eu não gostava daquilo. O que eles queriam era inscrever gente do Casal Ventoso na Legião*. Falámos com algumas mu-

³² A instalação de infra-estruturas em todo o período inicial de edificação dificilmente poderia acompanhar a velocidade da construção de edifícios. Essa instalação experimentou sempre, na encosta do Casal Ventoso, dificuldades particularmente acentuadas. Para além dos obstáculos naturais, já referidos, existiram outros factores que se prendem com a questão mais global da «distribuição diferencial dos bens públicos». Segundo I. Cabral (1989, p. 76): «Uma vez que a urbanização clandestina tende a minimizar os custos iniciais, não é adequadamente servida por vias pavimentadas, infra-estruturas de água e esgotos, recolha de lixo, transportes públicos, equipamento escolar e assistencial.» Em todo o período inicial de construção junto à Rua Maria Pia, a Câmara Municipal disputava frequentemente com os construtores as responsabilidades de fornecimento de equipamentos às áreas urbanizadas. O conde do Paço do Lumiar, por exemplo, recorre à Câmara, sob solicitação de diversos proprietários de alguns dos edifícios construídos sobre as suas propriedades, pois esta tinha-se recusado a «servir» gás e electricidade às ruas, alegando que o anterior proprietário não tinha cumprido determinadas obrigações aquando da venda dos terrenos. Por seu lado, os proprietários alegavam ter pago as contribuições devidas.

lheres que frequentaram as instalações. Não se referiram com detalhe às actividades. A menos lacónica disse-nos que *era muito bom, aprendia-se a costurar*.

No 2.º aniversário da inauguração, a Casa de Trabalho foi visitada por Maria do Carmo Fragoso Carmona, esposa do chefe de Estado. Nessa visita foi acompanhada pela condessa de Rilvas (presidente da Obra), pela condessa de Penha Garcia e pelo reverendo prior da freguesia de Santa Isabel.

Estas actividades mantiveram-se praticamente inalteradas até 1959, ano em que foi criada a freguesia do Santo Condestável. Redigiram-se, então, os estatutos de uma associação que foi denominada «Centro Social do Casal Ventoso» e que passou a ter como responsável o presidente da Junta de Freguesia do Santo Condestável. De 1962 a 1974, o Centro funcionou sob a direcção do prior da paróquia do Santo Condestável, abandonando a antiga designação e adoptando a de Centro Paroquial do Santo Condestável.

Num breve período, até inícios da década de 70, funcionou uma organização que pretendeu ligar diversas colectividades do Bairro com o nome de «Intercolectividades». Essa iniciativa, que coube a uma assistente social, e que congregou os presidentes de algumas colectividades, realizou actividades com jovens, sobretudo ténis de mesa, funcionando no Centro Paroquial. Em Outubro de 1974, a direcção paroquial do Centro é substituída por uma outra constituída por pessoas do Bairro. A partir de Maio de 1975 começam de novo a vigorar os estatutos e a designação de «Centro Social». O processo de alterações na direcção do Centro não ficou por aqui, mas, dado o protagonismo ter cabido a partir desse período essencialmente aos moradores do Bairro, descrevê-lo-emos no bloco seguinte.

Embora nunca tivesse conferido qualquer grau de escolaridade, o Centro começou a ser denominado de *A Escola* pela população do Bairro. Designação que remonta ao período da Obra das Mães e que se mantém, para muitas pessoas, no momento presente.

Por seu lado, a passagem pela instituição escolar oficial, até inícios dos anos 80, foi, para a grande maioria da população, muito fugaz. Para muitos não chegou mesmo a suceder. O nível de instrução é comparativamente baixo relativamente à média da cidade de Lisboa para os mesmos períodos. Em 1960 (para a população com mais de 10 anos), a percentagem de homens que possuíam a 4.ª classe ou mais como nível de habilitações era de 32,3% e de mulheres 15,5%. No entanto, dessa população, apenas 1,2% obteve, de facto, mais do que a 4.ª classe. Em 1981, 35,3% dos residentes não tinham qualquer instrução, 36,8% dos residentes possuíam a instrução primária concluída e 6,2% possuíam mais do que a 4.ª classe.³³

³³Dados apresentados por Menezes *et al.* (1992), resultado de uma comparação entre os dados do recenseamento de 1981 e os dados do *Inquérito Habitacional aos «Bairros de Barracas»* (Gabinete Técnico de Habitação, 1961).

Os entrevistados nunca nos referiram espontaneamente quaisquer recordações de infância que incluíssem a escola, pelo que foi necessário solicitarmos a alguns, que atravessaram a escolaridade primária em inícios da década de 80, referências sobre esse assunto. Na grande generalidade, e de uma forma lacónica, as histórias narradas foram de abandono. Referiram-se quase exclusivamente ao processo de desistência e a pouco mais. No entanto, procurando interrogar de forma mais profunda os habitantes que frequentaram a escola primária até final da década de 60, e com particular incidência nas décadas de 30 e 40, encontramos diversas descrições nas quais se avalia de forma muito negativa a instituição escolar. Não simplesmente por relação a si próprios, enquanto estudantes, nem acerca da instituição em abstracto, mas relativamente à forma como esta «travava» a população estudantil do Casal Ventoso na generalidade. De facto, o funcionamento da escola primária é apresentado por todos os interrogados como tratando-se de um universo profundamente segregacionista. Grande parte das pessoas referem-se a ele com um ódio indiscutível que se projecta, particularmente, sobre determinados professores.

Pelo menos, em 1948, a *escola primária das terras* e outras escolas de Campo de Ourique recusaram-se a matricular parte das crianças do Casal Ventoso em idade escolar, alegadamente por falta de vagas. Até à década de 60, era comum algumas delas argumentarem que não se matricularam ou que abandonaram a escola por falta do material exigido ou, como nos afirmaram alguns entrevistados, por não terem sapatos.

Naturalmente, as exigências feitas pela escola, bem como a sua incapacidade para admitir um determinado número de alunos, podem não se ter feito sentir apenas no Casal Ventoso. No entanto, as exigências feitas para admissão e continuação na instituição acabaram por se projectar não aleatória nem indiscriminadamente, mas sobre populações em que as baixas pressões para a escolaridade eram já particularmente acentuadas. Era o caso dos habitantes do Bairro.

Para além destes aspectos de «exclusão involuntária», as descrições que um grande número de pessoas produziu da escola, pelo menos aquelas que a frequentaram até finais da década de 60, e que foi confirmada por habitantes do Bairro que trabalharam na Junta de Freguesia durante esse período, foi a de que a instituição e os professores adoptavam práticas de segregação explícitas. A mais habitual constava na divisão dos alunos segundo a sua origem residencial. No início do ano, as crianças que frequentavam o ensino primário eram indagadas sobre a sua zona de proveniência. As do Casal Ventoso eram colocadas nas carteiras de trás da sala de aula. Ninguém nos referiu que tivessem ocorrido protestos de crianças ou de adultos do Bairro relativamente a esta medida.

Outra prática habitual era a da «caça ao piolho», ritual diário que só incluía as crianças do Casal Ventoso. O Valério, que frequentou a *escola das terras* em inícios da década de 40, descreve deste modo os acontecimentos:

A escola n.º 6 e a escola n.º 9, dum lado eram as raparigas, do outro lado os rapazes... mas eu, o Pedro, o Raposo, a malta que vinha daqui para a escola, quando subíamos a rua até à escola, chegávamos ali e éramos divididos. Para aqui para estas prateleiras é o pessoal do Casal Ventoso, para as outras prateleiras era o pessoal que vinha da parte de cima... estávamos logo marcados. O Casal Ventoso ia para este lado porque não nos podiam misturar com a malta de Campo de Ourique. Os gajos de Campo de Ourique era, por exemplo, o Pedro que tocava violino. Ainda andou lá também o neto do Almeida Garret. Então perguntavam: «Mas o que é isto? Casal Ventoso? Casal Ventoso é ali, Campo de Ourique é aqui, nada de misturar.» E marcavam de tal maneira a gente que tocavam em nós com canetinhas, para não sujarem os dedos, e abriam assim o cabelinho à gente, e se viam alguma coisa, ou piolhos ou lêndeas, mandavam-nos embora e diziam que só entrávamos no outro dia com o cabelo cortado «à careca». Eu andei na escola e só fiz cá a 4.ª classe porque, a bem dizer, me expulsaram da escola... não expulsaram, mas quase. Como eu tinha qualquer coisa dentro de mim que não aguentava aquela pressão de «Pá, tens piolho. Amanhã só entras cá com o cabelo à careca», eu não cortei o cabelo, e disse mesmo: «Eu não corto o cabelo à careca.»... «Então não entras.» Uns aceitam as coisas pacificamente, outros não, não é? A escola sempre foi muito má. Nós éramos carimbados. A malta do Casal Ventoso... é o que é agora, não é? Sempre foi uma malta que levou um carimbo nas costas. Casal Ventoso? Pum!

O Valério teria, muito provavelmente, abandonado a escola mesmo que aquele acontecimento não se tivesse verificado. Manifestou, no entanto, explicitamente que valorizava a instituição escolar no contacto que mantivemos com ele. Não foi tão-pouco necessário colocar questões a respeito da instituição para que se tivesse insurgido contra a baixa escolarização da população e para que nos relatasse as suas recordações. Nesse sentido, foi um contacto singular no Bairro. Significativamente, a sua filha foi a única pessoa conhecida e contactada que concluiu um curso superior, ainda na década de 80. Já não vive no Bairro, encontrando-se, neste momento, a concluir uma tese de mestrado.

Todavia, embora algumas pessoas se refiram a acontecimentos despoletadores de abandono e de revolta, são raras aquelas que se referem com muita intensidade e pormenor a recordações de escola. A maioria andou nesse local tão pouco tempo, e a escola teve uma importância tão residual na sua infância, que estes acontecimentos ocupam um espaço muito nebuloso na sua memória. São transmitidos como recordações vagas, quando as recordações existem.

Formas de representação no interior do sistema político

A partir de finais da década de 30 e durante todo o período do Estado Novo, a Igreja católica e a Obra das Mães pela Educação Nacional exerceram, quase

em exclusivo, a representação da população do Bairro no sistema político e junto do Estado. Enquanto instituições mediadoras, a sua respectiva importância sucedeu-se no tempo. Não se teve conhecimento de se terem registado quaisquer conflitos ou incompatibilidades entre elas. Pelo contrário, parece ter-se verificado uma complementaridade a nível dos objectivos e das práticas. Enquanto a Obra permaneceu no Bairro, a sua Casa de Trabalho procurava conduzir gente à Igreja. Foram, em muitos casos, as próprias *senhoras da Obra* que fomentaram o casamento e o baptismo católico de alguns casais que viviam juntos. Por seu lado, a Igreja realizava baptizados e casamentos de pessoas que frequentavam a Casa de Trabalho.

A população do Casal Ventoso dispôs também de alguns líderes internos por relação a diversos domínios, nomeadamente na relação com o Estado. No período do Estado Novo salientaram-se, inclusivamente, algumas pessoas que possuíam algum protagonismo na freguesia e desenvolviam formas de participação autárquica. No final da década de 30 e inícios de 40, cinco habitantes formaram uma associação designada «Amigos do Bem do Casal Ventoso». O director, que tinha o apelido *Melo* e que por esse nome era conhecido, vivia há alguns anos no Bairro, onde possuía uma mercearia. Segundo a descrição de um informador, o *Melo* veio a enriquecer com o lucro obtido nesse negócio. Obtivemos, de várias pessoas, a informação de que militava na União Nacional. O facto de ser alfabetizado, de se mover nos meandros da administração local e de conhecer informalmente muitas pessoas do Bairro tornou-o um mediador exemplar em múltiplos aspectos das vivências internas, designadamente na relação que cada habitante estabelecia com a Junta de Freguesia. Era ele quem preenchia os documentos de natureza burocrática de uma série de habitantes, encontrando-se a par de cada processo individual.³⁴

Em 1935 foi através da diligência e dos pedidos do *Melo* e da associação a que este presidia que se instalaram no Bairro alguns chafarizes. Um deles dispôs, como posteriormente sucedeu com o aniversário da Obra das Mães, de uma festa de inauguração aparatosa, com a presença de um representante do Ministério das Obras Públicas, de um membro da Assistência Nacional e de um outro da União Nacional da freguesia. Segundo uma descrição, que dista pouco mais de 10 anos sobre o acontecimento:

Pelo povo, falou o Sr. Melo, depois de no chafariz, [...] que estava todo ornamentado com verdura, terem descerrado o retrato de Sua Excelência, o senhor Presidente da República [...]

Foi essa mesma associação interna que influiu decisivamente na chegada da Obra das Mães ao Bairro. A Casa de Costura para Raparigas foi, por exemplo,

³⁴Um informador afirmou-nos, inclusivamente, que *O Melo era uma espécie de regedor*.

aberta depois de reuniões do *Melo* com a condessa de Rilvas (presidente da Obra).

Os «Amigos do Bem do Casal Ventoso» desenvolveram, mais tarde, outra iniciativa conjunta. Desta vez com a paróquia: a abertura de uma capela no Centro Paroquial e a realização da procissão de Nossa Senhora. À semelhança de outros bairros e freguesias de Lisboa, o Casal Ventoso passou a ter uma procissão própria. A imagem de Nossa Senhora foi talhada por um habitante e colocada na capela que ocupava uma grande parte do edifício do Centro. Representava Nossa Senhora de Fátima e encontrava-se rodeada de diversas imagens religiosas.³⁵

Segundo descrições feitas por um conjunto de mulheres com idades compreendidas entre os 65 e os 80 anos, uma grande parte das pessoas aderiu à procissão e colocava mantas à janela enquanto esta dava uma volta ao Bairro. Outras pessoas não aderiram mas, segundo uma delas, *nunca chamaram nomes à procissão. Nunca houve zaragatas, mesmo quando estavam bêbedos.*

As iniciativas mais ambiciosas do *Melo* e da sua associação não se realizaram. Entre elas figurava a ampliação da «Casa de Costura», com o objectivo de tornar possível a inscrição de mais raparigas, possibilitando também a inscrição de rapazes que nunca tiveram acesso ao Centro enquanto este foi dirigido pela Obra. Para alcançarem estes objectivos, realizaram uma festa na colectividade «O Casalense», mas não conseguiram angariar os fundos necessários.

O Casalense Futebol Clube é uma das mais antigas colectividades do Bairro. Situa-se no Casal Ventoso de Baixo e foi fundada em 1922. Para além da associação do *Melo*, o Casalense passou a desenvolver acções de beneficência. Ao longo das décadas de 30 e 40, realizou, uma vez por ano, o que designou de *boda*. Tratava-se de uma cerimónia de «bodo aos pobres», que tinha lugar no aniversário do Clube. Desenrolava-se em torno de uma mesa posta com bolos e refrigerantes, essencialmente patrocinada por «sócios de beneficência». Nela estava presente o representante do Governo Civil. À *boda* vinha também a banda da fragata *S. Miguel* da Marinha portuguesa e lançavam-se foguetes. Segundo um dos seus directores, na década de 40 (notícia que confirmámos num jornal desportivo da época), eram seleccionadas, pela direcção do Casalense, *as famílias e as crianças mais pobres de todas*. Vestiam-se as crianças (roupa com o valor de 1\$00) e fornecia-se às famílias uma porção de feijão, açúcar, azeite, batatas e bacalhau.

A Comissão de Beneficência realizou, para além da *boda*, festas extraordinárias. Algumas dirigiam-se a pessoas que tinham ficado desalojadas (devido a incêndios, desabamentos ou outros cataclismos), tendo servido ainda para su-

³⁵ A imagem está actualmente colocada numa das entradas do Centro Social que se encontra habitualmente fechada, sendo raras as pessoas que a vêem com frequência. É possível que muitos habitantes não tenham sequer conhecimento da sua existência.

prior despesas de manutenção do próprio Clube. A maior parte das festas era assegurada por fadistas que realizavam um espectáculo gratuito. Muitos dos cantores que actuaram no Casalense eram bem cotados. Alguns actuavam, normalmente, em casas de fado e viviam, ou tinham vivido, no Casal Ventoso ou nas imediações, conhecendo muita gente do Bairro.³⁶

Encenaram-se também alguns espectáculos de variedades, com características similares às do teatro de revista. Entre as décadas de 40 e 70, essas festividades decorreram com alguma regularidade. Uma pessoa que escreveu e encenou muitos dos espectáculos afirmou-nos que alguns dos quadros *iam para o lado da política, mas devagarinho*. Certos textos eram inclusivamente censurados. Para prever essa situação, *umas vezes dizia-se à Censura que se estava a fazer uma coisa e afinal estava-se a fazer outra e ficava cá uma pessoa fora para ver se alguém viesse*.

Durante grande parte da nossa pesquisa, formulámos a hipótese de que nenhuma associação de bairro desenvolvia práticas de oposição ao regime político. Mesmo uma organização interna como era o caso da Associação dos Amigos do Bem do Casal Ventoso encontrava-se próxima das associações do Estado e com elas perfilhava o mesmo tipo de orientações nos domínios da intervenção social e política. O Casalense, por seu lado, nunca deu qualquer exemplo de participação política manifesta, restringindo a sua actividade ao «bem-fazer» e ao desporto. No entanto, fomos-nos apercebendo ao longo da pesquisa que estas formas de protagonismo e de intervenção não eram as únicas. Pelo menos, em finais da década de 60, e através de uma outra colectividade – fundada em 1914, de nome «O Imparcial»³⁷ –, alguns grupos de intelectuais e de estudantes universitários que residiam, na sua maioria, em Campo de Ourique procuraram realizar uma campanha de alfabetização, que passou a denominar-se «Cave da Alfabetização».³⁸ Segundo o dirigente da colectividade nesse período, desenvolveram-se actividades claramente oposicionistas, que se tornaram explícitas na realização de peças censuradas. Em inícios da década de 70 (mais propriamente em 1972), o director, em conjunto com um marceneiro que era membro

³⁶ Segundo informações obtidas com pessoas da colectividade, cantaram no Casalense Alfredo Marceneiro, César Morgado, Hermínia e um lote de outros fadistas. Quando vinham cantar, alguém que tivesse um carro encarregava-se de transportá-los para a colectividade.

³⁷ O Imparcial, ou, mais exactamente, a Concentração Musical de 1914 (designação que remonta à sua fundação), está situado na Rua Maria Pia, junto ao Largo da Meia-Laranja. Neste momento tem quase exclusivamente frequentadores do Casal Ventoso. Em finais da década de 60 agregava também uma série de pessoas de áreas circundantes. Possuía um grupo de teatro, que realizou espectáculos durante várias décadas. Foi-nos dito que estes espectáculos esgotavam quase sempre, dado que os associados reservavam bilhetes para os familiares logo que o espectáculo era anunciado.

³⁸ A pessoa que dirigia a colectividade nessa altura contou-nos a forma como se terá processado a relação entre ela e esses recém-chegados: *Eu disse-lhes; mas olhem que têm de começar a pregar pregos no palco e não sei quê... Se vocês entram lá e só querem dar livrinhos à malta, isso não vai resultar nada*.

da direcção, encenou duas peças de Bertolt Brecht. Acerca da apresentação de uma destas peças, referiu:

Levámos uma peça ao Técnico e uma vez foram os estudantes que vieram aqui. A gente chegou a levar peças à censura e depois começávamos a representar outra coisa com malta à janela para ver se vinha alguém. Por acaso não aconteceu nada, mas se fosse preciso acabava a peça. Mas tudo isto com muito medo. Na altura em que veio cá o Técnico representar, os velhotes ali cagavam-se de medo. Houve gajos ali que eram da PIDE. Um deles veio ameaçar-me — «Tu nunca mais cá trazes essas coisas», não sei quê, não sei que mais — depois do espectáculo. Não aconteceu nada porque ele tinha uma grande amizade por mim. A amizade superou essa coisa, mas ameaçou-me, ali... nunca mais.³⁹

Muito provavelmente, estes eventos não foram possíveis simplesmente graças à «infiltração» de jovens oposicionistas de Campo de Ourique, mas também ao posicionamento político de alguns membros da direcção de O Imparcial. Sabemos, por exemplo, que, antes de os acontecimentos terem tido lugar, alguns habitantes do Bairro se encontravam directamente envolvidos na oposição organizada ao regime. Nalguns casos enquanto militantes do Partido Comunista. Curiosamente, as referências a essa militância, visível na distribuição de panfletos clandestinos, só foi referida para um período até à década de 40. É exemplo disso o ferro-velho com a alcunha de O *Avante* de quem já tínhamos falado a propósito da gandaia. Surgiram, no entanto, vários outros nomes de activistas referidos esporadicamente. Registámos, por exemplo, histórias, porventura com aspectos lendários, como a de um *Ti Alexandre* com a alcunha de *Meia-Leca* que teria sido deportado para Timor durante 20 anos, por ser bombista. Segundo um informador privilegiado, o *Ti Alexandre* veio de Timor com cinco filhos pretos de Timor, e a mulher, que vendia peixe e castanha, aceitou. Porém, o único caso que surge em diversos depoimentos é de um *Ti João da Varina*, que, durante a década de 40, teria sido enviado para o forte do Tarrafal. Pouco tempo antes, O Imparcial fora encerrado. Segundo nos foi dito por um entrevistado, tal aconteceu porque o *Ti João* e um sujeito com a alcunha de *Lenine* fizeram entrar aí alguns panfletos políticos:

Depois para abrir aquilo foi uma grande história. Disseram que o tal de Lenine e o Ti João tinham levado para lá aquilo, mas que já nem eram sócios que tinham sido tirados do ficheiro e não sei que mais... Era a luta para sobreviver.

³⁹Curiosamente, diversas pessoas fizeram referências a *tipos da PIDE* que teriam habitado no Bairro. Uma das pessoas que organizava festas no Casalense referiu-se a um *tipo chamado Pirão* que era da PIDE. Era um tipo fixe, ia para o bico da areia jogar com a malta a bola. Por várias vezes nos mencionaram, sem que nada tivéssemos perguntado, que uma das mulheres do Bairro era filha de um sujeito que tinha sido da PIDE. Não procurámos confirmar a veracidade destas informações.

As pessoas com atitudes manifestas de oposição ao regime tinham estado, na sua maioria, inscritas em colectividades que proliferavam em Campo de Ourique e Alcântara desde os finais do regime monárquico e que atravessaram a Primeira República. Uma particularmente importante foi o Centro de Fraternidade Republicano, que possuiu uma sede em Campo de Ourique, designada «Clube Razão e Justiça» e que se veio a desintegrar numa série de «centros republicanos», como foi o caso da Sociedade Promotora de Educação Popular.⁴⁰

Algumas pessoas do Casal Ventoso e de uma área da Rua Maria Pia, nomeadamente alguns dos dirigentes de O Imparcial, entre as décadas de 20 e 40, tinham frequentado ou sido inspirados por estas colectividades. Foram eles os responsáveis pelo surgimento de uma associação – a Cooperativa de Consumo e Expansão no Futuro – que se sediou praticamente à entrada do Casal Ventoso. Para além da alfabetização, os fundadores promoviam a leitura de obras censuradas. Durante as primeiras décadas do Estado Novo, O Imparcial possuía, inclusivamente, uma biblioteca clandestina frequentada por adolescentes, alguns dos quais acabaram por se tomar seus directores em inícios da década de 70. Estas colectividades e o próprio movimento cooperativo tiveram impacto numa população provavelmente muito circunscrita do Casal Ventoso e da Rua Maria Pia. Segundo os entrevistados, estes núcleos eram frequentados por operários especializados, nomeadamente caldeireiros e electricistas de bordo.

A partir de Outubro de 1974, o Centro Social foi ocupado por um grupo de pessoas que o autonomizou relativamente ao Centro Paroquial, prescindindo da anterior direcção do pároco do Santo Condestável. No entanto, só a partir de Maio de 75 começaram a vigorar novamente os estatutos do Centro Social do Casal Ventoso. Criou-se, então, uma Comissão Instaladora Provisória, que funcionou cerca de dois anos, até se redigirem novos estatutos. Nessa Comissão participaram alguns militantes de vários partidos de esquerda. As reuniões, segundo nos foi referido por vários intervenientes, caracterizavam-se por conflitos internos. Dois anos depois, foi eleito o presidente do Centro, que se manteve em exercício até meados de 1996. Esta liderança surgiu a partir de uma ruptura com a Comissão Instaladora e passou a apresentar-se como despartidarizada. Tratou-se de um processo complexo, de tal modo que não é possível referirmo-nos a ele assumindo as diversas posições em jogo.

O presidente do Centro referiu-nos que esta associação correu o risco de não ser financiada pela Santa Casa da Misericórdia a partir do momento em

⁴⁰Os exemplos de centros republicanos são múltiplos, quer em Campo de Ourique, quer em Alcântara. Entre eles floresceram também as cooperativas, das quais se destaca a Cooperativa Padaria do Povo, onde Bento Jesus Caraça fundou a Universidade Popular.

que ocorreu a separação do Centro Paroquial e a expulsão do pároco, tendo ficado alguns meses sem subsídio. Afirmou-nos ainda:

Quando se tomou conta disto não havia um tostão no banco, porque o padre tirou tudo. Fui arranjar fiado. Falei com o pessoal, falei com o provedor e entregámos os estatutos. Ao fim de seis meses, veio a primeira trancha. Demos metade ao pessoal, demos metade aos homens que fiaram. Quando recebemos a segunda trancha, pagámos a toda a gente e ficámos com esses oitenta contos. Isto há dezoito anos.

Após o 25 de Abril constituiu-se também uma «Comissão de Moradores». Segundo as informações de que dispusemos e que foram confirmadas por diversos informadores, a maioria dos membros eram simpatizantes do partido UDP. Essa comissão passou a manifestar como principal exigência a «criação de um bairro novo», tendo lançado vários boletins informativos⁴¹ e empreendido uma marcha até ao Palácio de Belém na qual se envolveram vários habitantes. Actualmente, com a designação de «Associação de Moradores», a comissão encontra-se praticamente inactiva, possuindo uma creche e desenvolvendo actividades de ATL (actividades de tempos livres) com cerca de cinquenta crianças.

Os conflitos entre diversas pessoas que aspiram a ser reconhecidas como mediadores do Bairro face ao Estado, embora não sejam pressentidos quotidianamente pela própria população, acabam por manifestar-se de forma difusa nos momentos em que certas entidades ou meios de comunicação social elegem uma ou outra pessoa como mediadores do Bairro ou em que alguma delas se apresenta como seu principal representante.⁴²

Assim, conclui-se que, antes do 25 de Abril, o Bairro possuía três tipos de protagonismo. Um primeiro encontrava-se ligado às actividades de «bem-fazer» e estava profundamente conectado com as orientações políticas do Estado. Um segundo era constituído por aqueles que não manifestavam qualquer posicionamento político claro. Um terceiro tipo era claramente oposicionista, embora, segundo parece, não se tenha praticamente manifestado desde a década de 40 até finais de 60. Com excepção das colectividades referidas, em nenhuma das outras parece ter existido qualquer tipo de protagonismo político. As suas actividades resumiam-se, em muitos casos, ao futebol, e, adiante-se, com algum sucesso competitivo. Um dos antigos directores de O Imparcial referia que *a malta lá de baixo era mais a malta do pontapé na bola*, querendo com isso referir-se à maioria da população do Casal Ventoso.

⁴¹ Parte destes boletins pode ser consultada na Escola Superior de Serviço Social.

⁴² Reacendeu-se, por exemplo, no momento em que a CML anunciou o «Plano de Re-conversão» do Bairro e reuniu com diversas pessoas que elegeu como «parceiros». Estas escolhas foram motivo de desacordos, embora sem expressão pública.

De facto, a hipótese de desmobilização política generalizada proposta por este entrevistado é partilhada por praticamente todos os outros. Tal não é estranho, tendo em conta naturalmente o carácter repressivo do Estado durante um largo período, mas, atendendo também a que grande parte da população desenvolveu, relativamente a dimensões como a «reivindicação» e a «representação da cidadania», comportamentos que se registam tendencialmente em contextos de «pobreza» e que são designados por alguns autores como de «destituição» e de «restrição». Eles sugerem, respectivamente, um tipo de «reivindicação nula» ou «envergonhada» e uma representação da cidadania que oscila entre a «ausência de representação» e um «sentimento fatalista de minoridade».⁴³

No entanto, defendemos que importa sempre complexificar a análise, e não tomarem-se simplesmente como adquiridas quaisquer características de uma putativa «cultura política da pobreza» baseada em elementos de apatia sem que se procurem detalhar os processos em causa.

Mais importante, portanto, do que inventariar comportamentos que já sabemos emergirem e serem mais frequentes em meios de classes populares, interessa, fundamentalmente, identificar a forma como os valores, atitudes, objectivos e recursos se articulam, dando origem a comportamentos políticos, que emergem em circunstâncias particulares. No Casal Ventoso, por exemplo, a tendencial desmobilização política coexistiu com manifestações circunstanciais de empenhamento, como terá acontecido, não só após o 25 de Abril, mas também, por exemplo, na década de 40. Na monografia que foi escrita sobre o Bairro em 1948 (Alves, p. 86) diz-se, a certa altura:

Como na sua maioria são operários, muitos da CUF, apresentam-se com ideias muito avançadas, não deixando, por vezes, de falar, pretendendo não «ter medo». [...] Vindos das fábricas, onde ouvem constantemente falar de comunismo e de proletariado, julgam que, uma vez no seu bairro pobre de tudo, até de opiniões e ideias são os «grandes conhecedores» e que só eles têm razão. Não são todos, é certo, mas não podemos deixar de dizer que a maioria assim procede. E, se não, lembremo-nos de, quando das greves do ano passado, as tabernas, as portas e ruas do Casal Ventoso estavam cheias de operários, que foram os primeiros a aceitar a greve. Sentados às portas, ou bebendo nas tabernas, aí passaram os dias da greve com uma cara alegre, e satisfeitos por tal façanha! [...] Houve [...] muitos que foram presos, sofrendo com isso mais as mulheres e os filhos que eles próprios, que chegaram a orgulhar-se diziam.

Por último, é necessário ter em atenção o facto de a tendencial desmobilização política coexistir com um claro posicionamento eleitoral de esquerda, manifestado pela população do Bairro comparativamente, por exemplo, com

⁴³V. Capucha (1992) e Ferreira de Almeida *et al.* (1992). Para um entendimento das noções de «restrição» e «destituição», consultar os quadros tipológicos apresentados em Capucha (1993, pp. 189-199).

a de Campo de Ourique. Os melhores indicadores são, sem dúvida, a existência de uma única secção partidária no Bairro, justamente pertencente ao Partido Comunista, mas também os resultados obtidos pelo partido nos sucessivos actos eleitorais.⁴⁴ Nas eleições de 85, a coligação APU, liderada pelo PCP, que, no conjunto da freguesia, obtém 21% dos votos, conquista no Bairro aproximadamente 32,3%. Por seu lado, o partido UDP, que os informadores nos tinham já referido como tendo uma forte expressão no Bairro, obtém cerca de 11% no Casal Ventoso, enquanto, para o total da freguesia (com o Bairro incluído), a sua votação é apenas de 3%. De facto, a APU é mais votada no Bairro que o PS ou o PSD, que conquistam, respectivamente, cerca de 17,6% e 13,7%, enquanto, no conjunto da freguesia, o último partido é o mais votado, obtendo 26% dos votos (é importante considerar que nestas eleições a forte votação obtida pelo PRD, que foi cerca de 20%, quer na freguesia, quer no Bairro, introduziu importantes modificações, sobretudo nos resultados habitualmente obtidos pelo PS). Já nas legislativas de 1987, nas quais o PSD obtém maioria absoluta, e conquista 45,4 % da votação na freguesia, a votação desse partido atinge cerca de 30% no Casal Ventoso, sendo a votação do PCP, segundo os cálculos realizados, de cerca de 27%.⁴⁵ Curiosamente, nestas eleições, quer o PS, quer o PRD, conseguiram, segundo as nossas estimativas, votações semelhantes, no Bairro e na freguesia (respectivamente, cerca de 19% e 7%).

Conclusão

A situação dos habitantes do Bairro, até início da década de 80, caracterizou-se pela permanência numa posição de dominação económica, simbólica e política acentuada. Na verdade, com excepção de alguns agregados, para os quais o Casal Ventoso não passou de um local de passagem rumo a melhores sítios, os que aí permaneceram encontravam-se numa situação de dependência periférica perante o mercado de trabalho, na medida em que experimentaram

⁴⁴ Estes resultados consistem em meras aproximações para o Casal Ventoso. Apenas possibilitam uma comparação tendencial dos resultados do Bairro com os do conjunto da freguesia. Tal acontece, em primeiro lugar, porque um número considerável de eleitores do Casal Ventoso se encontra distribuído por diversas secções de voto e, em segundo lugar, porque as próprias mesas utilizadas para o cálculo não excluem totalmente os votantes de outras áreas da freguesia. As mesas de voto utilizadas para o cálculo do Casal Ventoso foram desde a 18 à 22, tal como indicou a Junta de Freguesia. Se tivéssemos utilizado apenas os resultados das mesas 21 e 22, nas quais os eleitores inscritos eram quase exclusivamente habitantes do Bairro, as tendências para que apontam estes resultados seriam ainda mais acentuadas, ou seja, as percentagens de votação de partidos como o PCP ou a UDP saíam reforçadas.

⁴⁵ Se os cálculos fossem baseados exclusivamente nas secções de voto 21 e 22, o PCP continuaria a ser o partido mais votado nas legislativas de 1987, obtendo cerca 34,3% dos votos, contra 27% do PSD.

formas acentuadas de descapitalização e de desqualificação profissionais, mesmo se os compararmos com os trabalhadores residentes em áreas próximas.

As diferenças internas entre uma minoria de trabalhadores e de agregados que possuíam algumas qualificações e aqueles que não as possuíam aumentaram tendencialmente ao longo do tempo, dada a redução progressiva das oportunidades de emprego legal com que se deparou a mão-de-obra desqualificada e não especializada. Estas diferenças terão, como veremos mais à frente, importantes implicações na diferenciação dos «estilos de vida».

As actividades ilegais registadas eram geralmente desenvolvidas numa lógica de sobrevivência. Muitas vezes, enquadravam-se em esquemas pluriactivos que se constituíam numa charneira entre a legalidade e a ilegalidade, destinados à obtenção de plurirrendimentos por parte dos agregados. A excepção, começamos a encontrá-la, a partir do período da estiva, com as *famílias-seitas*. Para os seus membros tornou-se possível uma relativa independência do sistema económico legal. O correlato desta situação consistiu, porém, no accionamento dos processos de dominação do Estado através do aparelho policial e do sistema jurídico.

Por sua vez, a dominação simbólica sobre o Bairro expressou-se através de processos de estigmatização originários quer das representações globais, quer do próprio Estado, que se reforçaram e enriqueceram mutuamente. Exemplo de diversos «problemas» que se foram alterando ao longo das décadas, o Casal Ventoso transformou-se num «símbolo de problemas sociais», alguns deles existentes também em muitas outras regiões do espaço urbano.

A identificação do Bairro por parte das representações colectivas e do próprio Estado enquanto «problema em si mesmo» não teve correspondência em medidas políticas tendentes à sua resolução. Durante o período do Estado Novo, a ocultação tinha lugar paralelamente com o desenvolvimento de medidas de socorro às situações mais carenciadas e a situações designadas como «ímorais» e de «ausência de civilização». De facto, as intervenções exteriores foram realizadas com baixos investimentos e em torno de uma «lógica caritativa» cujas probabilidades de alterar os processos de reprodução social internos eram consideravelmente baixas.

Por seu lado, os canais de reivindicação e de petição da população encontravam-se consideravelmente bloqueados, tudo parecendo indicar que os habitantes tinham uma baixa participação política. Para além das organizações exteriores e das associações internas que desenvolveram formas de socorro à «miséria moral e material» e que, grande parte das vezes, ao longo do período do Estado Novo, alinharam, fosse ou não por razões pragmáticas, com o regime, registaram-se exemplos individuais de habitantes que intervinham no interior do sistema político enquanto opositores, em consonância com as posições de diversos segmentos do operariado lisboeta.

Mas, independentemente de terem tido um ou outro posicionamento, o que interessa fundamentalmente referir é que o número de protagonistas que desenvolveram formas de congregação de interesses colectivos foi muito escasso ao longo destas décadas. O mesmo acontece no período pós-25 de Abril.

Depois da progressiva redução das tensões políticas registadas em 1975, e da atenuação do peso político de associações como a Comissão de Moradores, o Centro Social e o seu director acabaram por adquirir, como veremos no próximo capítulo, uma importância quase exclusiva nas dinâmicas de representatividade interna. Todavia, esta associação declara-se como apartidária e despolitizada.

Capítulo 4

O Casal Ventoso no sistema urbano: 1980-1995

Este capítulo tem uma estrutura semelhante ao anterior, encontrando-se também dividido em dois blocos. Trata-se, no entanto, de um período uno, ou seja, não encontramos razões para proceder a uma divisão em subperíodos temporais.

Esta segunda grande fase da vida do Bairro começa nos inícios da década de 80 e prolonga-se até ao momento da pesquisa, ou seja, até meados da década de 90. Eis-nos, portanto, em plena contemporaneidade.

Habitação, aspectos demográficos e ocupações internas: do início da década de 80 a 1995 – o «período do tráfico»

Na discussão do «período das indefinições e redefinições profissionais» tínhamos já feito referência à situação laboral dos habitantes do Bairro na primeira metade da década de 80. O nosso argumento é que, no período agora em questão, não se verificaram, por relação ao tipo de actividades legais desenvolvidas, alterações significativas. Defendemos antes que a única alteração registada, pelo menos na primeira metade da década de 80, traduziu-se no alargamento da situação de precariedade laboral a um maior número de trabalhadores. Esta hipótese advém do facto de se ter registado um agravamento das taxas de desemprego a nível nacional e uma acentuação da debilidade da condição dos trabalhadores assalariados por conta de outrem. Condições que resultaram, em larga medida, da conjuntura de crise do sistema produtivo da primeira metade da década de 80 e que se traduziram na criação de postos de trabalho sob formas precárias, legais ou clandestinas, de modo a contornar os

imperativos legais quanto a despedimentos, segurança social, greve, salários mínimos e actualizações salariais.¹

Os contextos de crise penalizaram, porventura, mais a população do Casal Ventoso do que a de outras áreas da cidade, pois a proporção de trabalhadores sem qualquer qualificação e não especializados era aqui consideravelmente superior. A percentagem de trabalhadores do Bairro empregados na construção civil era aproximadamente de 39,4% em 1993,² sabendo-se que esta é precisamente uma das categorias com uma situação laboral mais precária e com menor capacidade negocial.

A partir de finais da década de 80, as tendências registadas a nível nacional terão sido, porventura, mais favoráveis, mas, nesse momento, no Casal Ventoso, a tendência de grande parte dos agregados era já outra e passava por uma maior desvinculação relativamente ao mercado de trabalho legal.

Já em início da década de 90, a progressiva diluição dos horizontes de trabalho poderá, em parte, ser considerada responsável pela alta taxa de desemprego registada no interior do Bairro (aproximadamente 24% no início de 93). A hipótese aqui colocada é, porém, a de que grande parte dos efectivos desempregados a essa data se encontraram nessa situação não necessariamente por terem sido expulsos do mercado de trabalho, mas por terem prescindido de ocupações legais. Melhor dizendo, a partir da década de 90, quer aqueles que ficaram desempregados, quer aqueles que pura e simplesmente prescindiram da sua inserção no mercado de trabalho legal, encontraram fontes de rendimento numa nova actividade ilegal disponível. Referimo-nos, naturalmente, ao tráfico de drogas.

Esta nova fonte de rendimento não promove necessariamente um desvinculamento absoluto das ocupações legais por parte das pessoas que traficam. Foram contactadas algumas que, apesar de estarem envolvidas no comércio ilegal, continuam a trabalhar em ocupações legais. Um dos informadores afirmou a este respeito que *algumas continuam a trabalhar mas é para encobrir, é para esconder. Outras continuam a trabalhar, mas é sol de pouca dura. Depressa se fartam e já só querem viver p'rá aquilo*. De qualquer forma, encontram-se habitantes que traficam e que apresentam outras motivações para continuarem a trabalhar, como: *sempre trabalhei e não consigo deixar de trabalhar, até porque gosto*, bem como alguns que, estando desempregados, não estão associados ao tráfico.

Independentemente das motivações que algumas pessoas ligadas ao comércio de drogas apresentam para continuarem a trabalhar, o tráfico permite, naturalmente, a obtenção de taxas de lucro elevadas, dado o preço que estas

¹ V. Ferreira de Almeida *et al.* (1992).

² Os dados estatísticos que utilizamos neste período são todos eles provenientes do mesmo Plano (Hidrotécnica Portuguesa, 1993) e são decorrentes de um inquérito realizado pela equipa da Hidrotécnica Portuguesa em Janeiro-Fevereiro de 1993.

substâncias atingem no mercado. Estes preços decorrem, sobretudo, da repressão exercida e dos riscos que o tráfico e que as actividades a si associadas comportam.³ Desta forma, o comércio de drogas possibilita, com raras excepções, a obtenção de rendimentos muito superiores aos que se podem auferir das ocupações legais disponíveis. Uma excepção, provavelmente a única, é constituída por aqueles que começam a traficar e que, como nos referiu um informador, *não têm sorte e são logo apanhadas no início quando começam a vender e aí dão tudo aos advogados e ainda ficam com menos do que tinham no princípio.*

Curiosamente, os rendimentos provenientes do narcotráfico não possibilitaram apenas a substituição dos salários auferidos das ocupações legais, mas permitiram também a substituição dos rendimentos obtidos em actividades ilegais desenvolvidas antes do seu surgimento. Assim, actividades como o furto ou a prostituição sofreram, na década de 80, um forte declínio no Casal Ventoso. A receptação, por seu lado, manteve-se ou acentuou-se, dado que o produto de roubos se apresenta, muitas vezes, como forma de pagamento dos consumidores, tratando-se, portanto, de uma forma de ilegalidade transversal ao tráfico. A prostituição, o assalto de lojas, de transeuntes, de farmácias, são fundamentalmente praticados por consumidores de droga que não habitam no Bairro ou que nele residem há pouco tempo. Muitos consumidores promoveram mesmo, durante o período em que o trabalho de campo foi realizado, uma nova actividade semilegalizada: a arrumação de carros em diversas artérias da cidade.

A evolução das tendências demográficas registada ao longo deste período é também ela muito difícil de avaliar, dada a escassez e baixa fiabilidade das informações disponíveis.

Embora muito possivelmente se tenha verificado uma quebra populacional no Bairro ao longo das décadas de 70 e de 80, é provável que essa quebra não tenha sido tão vertiginosa como se depreende dos dados do censo de 91. Para além de a margem de não cobertura deste recenseamento no interior do Bairro ser muito elevada, é necessário ter também em consideração que se assistiu a um grande afluxo de consumidores de droga que vieram habitar no Bairro e que não foram recenseados.

Por sua vez, o envelhecimento na base e no topo da pirâmide demográfica continua provavelmente a acentuar-se, embora o índice de envelhecimento, que é de aproximadamente 58,9%, permaneça mais baixo que o índice de 129,3% calculado para Lisboa, sendo também o mais baixo entre as diversas áreas do Vale de Alcântara (a área que regista o maior índice de envelhecimento

³ A este propósito, Ramos de Sousa refere (1992, p. 88): «A maior eficiência da repressão das actividades ilícitas cria um custo acrescido, e portanto um aumento do preço dos bens e serviços ilegais fornecidos, que torna mais atractiva a actividade criminosa para empresários que estão dispostos a exercê-la.»

de todo o Vale é a freguesia dos Prazeres, com aproximadamente 170,6%).⁴ O Casal Ventoso possui uma proporção de cerca de 11,7% da sua população com mais de 65 anos, quando, para Lisboa, a proporção calculada é de 18,6%. Pelo contrário, é a zona de toda a área do Vale, neste caso acompanhada por Sete Moinhos, que tem uma percentagem maior da sua população na faixa 0-14 anos (6 de 21,4% no Casal Ventoso, para 14,4% em Lisboa, e de 13,6% para a freguesia dos Prazeres).

Acompanhado novamente por Sete Moinhos, o Bairro parece possuir a dimensão média do agregado mais alta entre as áreas do Vale e a percentagem mais elevada de casais com três e mais filhos. A hipótese que se coloca aqui com mais naturalidade é a de que a taxa de natalidade e a taxa de fecundidade permanecem mais altas no Casal Ventoso do que a média para Lisboa. Há, no entanto, também a referir que a percentagem de pessoas que vivem sós, na sua maioria idosos, não é muito mais baixa do que noutras áreas da cidade. A situação dos idosos isolados foi-nos muitas vezes salientada durante o trabalho de campo. Isso acontece, porventura, porque as questões decorrentes da inexistência de pensões e o baixo teor das reformas se colocam no Bairro de uma forma particularmente incisiva, suscitando dificuldades de sobrevivência e a precarização do estado das habitações. De facto, é fácil constatar que estar e ter estado na periferia do sistema produtivo significa, naturalmente, estar e ter estado na periferia relativamente aos sistemas de segurança social.

O estigma, o Estado e a representação

O estigma

No clássico *Outsiders*, Becker propõe a seguinte aproximação à questão do «desvio» e da «marginalidade» (1963, p. 8):

[...] social groups create deviance by making the rules whose infraction constitutes deviance, and by applying those rules to particular people and labeling them as outsiders. From this point of view, deviance is not a quality of the act the person commits, but rather a consequence of the application by others of rules and sanctions to an «offender». The deviant is one to whom that label has successfully been applied; deviant is behavior that people so label.

⁴As áreas comparadas são as freguesias de Alcântara e Prazeres e várias áreas consideradas isoladamente da freguesia do Santo Condestável (Maria Pia Centro, A. Carvalhão, Sete Moinhos e Casal Ventoso). A comparação é realizada no «Plano de Urbanização do Vale de Alcântara», vol. 2 (Hidrotécnica Portuguesa, 1994).

H. Becker designa este pressuposto como «ponto de vista» e é precisamente enquanto perspectiva ou enfoque analítico que, no nosso entender, deve ser considerado. Se não esgota a problemática do «comportamento desviante», tem a virtude de o conceber não apenas como uma reificação (como «um determinado comportamento anormal ou censurado que um desviante produz») mas como um comportamento cuja definição depende da «fabricação» de regras e normas. Nessa medida, resulta portanto de um processo de definição histórica e cultural.⁵

Alguns autores desenvolvem este pressuposto de uma forma que nos permite compreender melhor os processos globais de produção da legitimidade, da centralidade e a própria problemática do poder. É nesse quadro que, por exemplo, Pina Cabral (1994, pp. 4-5) afirma:

Cultural creation and societal structuring are permanent processes that depend on power; the power to enforce some definitions or practices and silence others. The relationship between morals – that is, «habits of life in regards to right and wrong conduct» – and margins comes to be redefined. Morality no longer has a safe seat in «culture» or in «the social order»; marginality is no longer definable by virtue of the borders of culture or society. Right or wrong, as well as the relative centrality of a cultural or social person or process, come to depend on relative legitimacy. Thus, marginality comes to be seen as the condition of persons, objects, practices or meanings that are not legitimised by the operation of processes of hegemony.

Mais do que constatar que, na sociedade portuguesa, as práticas de consumo e de tráfico de substâncias psicoactivas não são presentemente legitimadas,⁶ é interessante investigar os processos pelos quais elas se converteram num «problema a debelar» ou mesmo numa das mais importantes «novas chagas morais e sociais».⁷

⁵ H. Becker insere-se, do ponto de vista teórico, no interior de um grupo que foi designado de diferentes formas: *control theorists*, *social reaction theorists*, *transacionalists* ou *labeling theorists*. O seu «ponto de vista» já tinha sido defendido anteriormente por outros autores, nomeadamente por Kai T. Erikson (1962). Este último afirma: «Deviance is not a property inherent in certain forms of behavior, it is a property conferred upon these forms by the audiences which directly or indirectly witness them.» Existem diversas críticas a estas teorias. Uma crítica particularmente fértil encontra-se na obra *The New Criminology* (Taylor, Walton e Young, 1992 [1973], pp. 139-171).

⁶ Apenas nos referimos ao uso e ao tráfico de substâncias psicoactivas que não são presentemente legitimados e que são objecto de condenação e sanção no interior do sistema social, político e jurídico. Não nos referimos aqui a quaisquer outros critérios de classificação, nomeadamente a critérios farmacológicos. Precisamente, a ilegalização destas substâncias não é absoluta e é produto de uma construção social e jurídica. O seu uso é legitimado em diversas circunstâncias, como, por exemplo, quando as finalidades são reconhecidamente médicas.

⁷ Expressões como «chaga», «praga» ou «inferno» são de uso frequente quando se fazem referências a estas questões, como, por exemplo, por Paulo Veiga («A balada da heroína», in *Sábado*, 28 de Janeiro de 1989, pp. 22-23). Numa entrevista ao mesmo jornalista, o director da Polícia Judiciária referiu-se à droga como o «maior flagelo mundial [...], pior que o terrorismo».

Assim, enquanto «fenómeno-problema», a droga tem suscitado a produção de um extenso rol de explicações que passam pela enunciação geralmente muito pouco sistemática das suas consequências e causas. O inventário das primeiras encontra-se provavelmente mais definido que o das segundas. Habitualmente, a «droga»⁸ é responsabilizada por uma boa parte da «corrosão do indivíduo e da sociedade» concebidos enquanto organismos que deveriam funcionar de forma saudável e harmoniosa. Nas representações globais, ela é mesmo considerada a principal causadora de outros «problemas», como, por exemplo, o da violência.⁹ Por seu lado, o rol das causas é longo e curiosamente está sempre aberto à inclusão de mais alguma. Não obstante, apesar da multiplicidade de causas, o traficante e a sua «ganância» emergem das representações colectivas como os maiores responsáveis.¹⁰ Pelo que se torna legível no discurso jornalístico, temos razões para acreditar que a imagem mental construída em torno do traficante é a de que este consiste numa espécie de «vírus do espaço exterior» que ameaça o sistema social e que deve ser «exterminado».¹¹ Traficar drogas traduz, portanto, um comportamento profundamente ameaçador e imoral. O estatuto do consumo e da venda de drogas enquanto «doenças sociais» encontra-se explicitado nos próprios termos médicos «profilaxia» e «terapia», usados frequentemente para ilustrar o combate dos técnicos especializados e das polícias contra a droga.

Os discursos sobre esta questão revestem quase sempre um carácter muito dramático e adquirem uma importância crescente no interior do sistema político. É importante, por exemplo, verificar que qualquer partido concorrente às eleições legislativas de 1995 tenha utilizado o agravamento das penalizações

⁸ Precisamente, o termo «droga» ou o «problema da droga» é utilizado de forma geral como sinónimo de «mal». Não se dissociam os diversos factores que lhe são inerentes, nomeadamente a qualidade do produto, o preço a que é consumida, o tipo de mistura, as condições em que o consumo é realizado e em que os consumidores vivem, etc.

⁹ Em *Representações da Violência* (Lourenço e Lisboa, 1992, pp. 57-58), o consumo de álcool e o de droga são considerados, pela maioria das pessoas, como as primeiras causas da violência (os dois consumos estão, neste estudo, agregados na mesma variável).

¹⁰ Em Gameiro (1988, p. 29) o vendedor/passador é considerado o grande responsável. O consumidor aparece neste inquérito, em grande medida, como não responsável. A. Carneiro refere que a explicação para a «desculpabilização dos consumidores» é a de que «os vendedores só pensam nos lucros e aliciam os jovens» (p. 29). «Ganância» foi o termo usado pelo líder do partido CDS-PP num comício realizado na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1995. Noutro trabalho (Gonçalves e Coelho, 1992), em que se pretende «analisar a representação jornalística do fenómeno das drogas, como a imprensa define e percebe, dá sentido a este fenómeno social», defende-se que a acção mais relevada na imprensa é a acção judicial. Os verbos mais frequentemente empregues são «apreender», «desmantelar», «deter», reforçados por expressões como «operação de limpeza», «caça» ou «guerra». As autoras concluem que os jornais reproduzem apenas a visão oficial das drogas.

¹¹ «Virus from the outer space», trata-se de uma frase de W. S. Burroughs, utilizada aqui fora do contexto em que foi enunciada.

como motivo fundamental da sua campanha. Um dos partidos conotados com a direita do quadro partidário defendia «30 anos de cadeia para assassinos e traficantes». O Partido Socialista (nessa altura, o partido da oposição com maior representação parlamentar), através do seu secretário-geral, afirmou que o «flagelo da droga» seria «a prioridade das prioridades» do seu governo, exigindo, também, maiores penalizações para os traficantes. Por seu lado, o Partido Social-Democrata (partido do governo) elegeu, também, a droga como *leit-motiv* da política de segurança proposta. Pode ler-se num panfleto de propaganda:

Na luta contra a droga não demos tréguas. Hoje há mais polícia na rua. A Polícia Judiciária reforçou-se no combate à droga. As penas contra os traficantes foram agravadas.

A condenação produzida no interior do sistema social e político encontra uma correspondência na criminalização de que estas práticas são alvo nos próprios mecanismos legitimadores do Estado, nomeadamente no interior do sistema judicial. A criminalização do tráfico destas substâncias é, aliás, muito consensual, sendo raras e pouco difundidas as posições discordantes.¹² A discussão acerca do tráfico de drogas, quer no interior do sistema judicial, quer no interior

¹² Em geral, essas posições discordantes não deixam de considerar um «mal» o consumo e o tráfico de drogas duras, afastando-se apenas das opções criminalizadoras como instrumento de controlo preferencial, já que consideram que essas medidas agravam a situação dos consumidores, permitindo, em simultâneo, a manutenção das grandes margens de lucro auferidas pelos traficantes. Isso aconteceria devido à «derrota» das políticas de combate e de repressão, algumas delas muito onerosas. O exemplo mais flagrante é o da *war on drugs* nos EUA, que foi iniciada durante o mandato do presidente Nixon e que atingiu o seu ponto culminante durante o mandato de G. Bush. No ano de 1988 foi acrescentada uma verba de 2600 milhões de dólares ao orçamento ordinário de 3000 milhões (em 1992 o programa de combate à droga custava cerca de 8000 milhões de dólares, e mais de dois terços eram canalizados para meios repressivos) e aprovada a *Omnibus Drug Bill*, que agravou as multas aos consumidores para 10 000 dólares, instituiu a pena de morte para os grandes traficantes e estabeleceu a intervenção das forças armadas contra o tráfico internacional. «Todo este esforço repressivo não impediu, porém, o crescimento do consumo de drogas proibidas no mesmo período, que chegou a níveis nunca vistos na história dos EUA. E inclusive, devido ao aumento da oferta, os preços das principais drogas desceram bastante (a cocaína, por exemplo, baixou mais de 50%, apesar de o seu teor de pureza ter aumentado para mais do dobro).» (Ramos de Sousa, 1992, p. 110.) É a própria Comissão das Comunidades Europeias (1992, p. 4) a concluir: «Les dispositifs mises en place ces dernières années se sont révélés incapables de mettre en échec la puissance financier des narco-trafiquants». O Parlamento Europeu (1992, p. 101), por seu lado, procurou determinar uma causa para este fracasso: «A corrupção dos governos e dos funcionários públicos (em especial na magistratura e nas forças da ordem) em benefício do tráfico de droga é simultaneamente causa e efeito da difusão do fenómeno. Isto torna a actividade repressiva particularmente difícil, nomeadamente porque as ligações entre os políticos e as organizações criminosas são muitas vezes indirectas e filtradas pelo sistema complexo de 'branqueamento do dinheiro'»

das representações colectivas, produz-se, quase exclusivamente, em torno da suficiência/insuficiência dos mecanismos e procedimentos repressivos e das penalizações existentes.¹³

Tem-se assistido também a uma progressiva distinção entre o fenómeno do consumo e o do tráfico. Enquanto os consumidores têm sido progressivamente despenalizados e porventura menos marginalizados, adquirindo o estatuto de doentes com direito a um tratamento,¹⁴ os traficantes são, por seu lado, acentuadamente criminalizados, sendo as suas práticas consideradas muito graves e equiparadas, em muitos países, ao crime de homicídio ou de genocídio.¹⁵

¹³ Alessandro Baratta (1988) defende mesmo que a política actual de criminalização das drogas é um sistema fechado e auto-reprodutivo. Baratta apresenta como ponto de partida ou como hipótese sociológica que: «[...] el 'status quo' de la política de las drogas en nuestras sociedades, es decir la política de criminalización de ciertas drogas, constituye un sistema 'auto-referencial', un sistema que se autorreproduce ideológica y materialmente [...] el sistema de la droga, la reacción social criminalizadora y marginalizadora produce por si misma la realidad que la legitima. La imagen de la 'escena' de la droga, que está en el origen de la política en este sector y que fue utilizada por parte de los 'empresarios morales' que construyeron en buena parte el problema social correspondiente» (pp. 27-28). Sobre o papel dos «empresários morais», poderá ler-se, para além de Becker, alguns outros autores, particularmente Spector e Kitsuse (1976).

¹⁴ Lazerges, por exemplo, defende a alternativa de considerar e designar o toxicómano como um doente que necessita de tratamento. Alguns autores tinham-no já considerado como uma pessoa em «situação-problema». De facto, tudo aponta para que o toxicómano seja progressivamente despenalizado. Se com o Decreto-Lei n.º 420/70, de 3 de Setembro de 1970, se tinha passado a penalizar o consumo (Lopes, 1992, pp. 105-108), a sua despenalização progressiva está já prevista nas recentes alterações legislativas, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro (Martins, 1992, pp. 29-30). Embora já o Decreto-Lei n.º 430/83 suscitasse as seguintes considerações: «[...] a certeza e a necessidade de reprimir o tráfico por um lado e a dúvida sobre o que fazer ao toxicodependente são as condicionantes de todo o decreto-lei. Se as penas severas para com o crime de tráfico de estupefacientes não suscitam dúvidas ao legislador, bem como o tratamento de tal crime a nível da criminalidade violenta, para efeitos, nomeadamente de normas do processo penal, a manutenção do crime de consumo de estupefacientes, embora com um sentido totalmente diferente do tipo referido na anterior lei, suscitou, mesmo no legislador, algumas dúvidas, tendo em conta não só as experiências de descriminalização de outros países, como também a eficácia de tal regime. Mas a necessidade de encerrar o toxicodependente como alguém que necessita de assistência médica é talvez a grande lição que o Decreto-Lei n.º 430/83 transmite a quem com ele trabalhe diariamente.» (Lopes, 1992, p. 106.) Nem todos os juristas defendem de forma clara estas alterações. Por exemplo, Pena dos Reis (1993) entende que as alterações previstas pelo Decreto-Lei n.º 15/93 fazem com que seja concedida uma menor atenção e um «desvalor legal e social do momento da distribuição a retalho da droga». Esse procedimento não seria correcto, levando-o a designar o decreto como um «diploma armadilhado».

¹⁵ Em *Teoria do Direito da Droga* (Caballero, 1992) afirma-se que, actualmente, na proibição e na penalização, o argumento moral foi substituído por um argumento sanitário e social que assenta sobretudo em duas conjecturas: a «tese da epidemia» e a «teoria da escalada». Segundo Lourenço Martins (1985), e de acordo com o preâmbulo do decreto de 1983, «tornava-se necessário preencher a lacuna que resultava do facto de Portugal haver ratificado a Convenção Única de 1961 sobre os estupefacientes [em Dezembro de 1971] e a Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas de 1971 sem que tivesse sido feita a correspondente adaptação sistemática do direito interno e de algumas das estruturas organizativas» (p. 29). Segundo o mesmo autor, «não havia [para o legislador] quaisquer dúvidas sobre a maior severidade que deviam revestir as penas a

Se a maior parte das pessoas desenvolve atitudes muito condenatórias e sancionárias acerca das questões morais do tráfico, a maioria manifesta, contudo, algumas convicções bastante difusas a propósito das formas de organização deste comércio. Entre elas, destaca-se a de que algumas cidades e zonas do país possuem áreas conhecidas como sendo habitadas por traficantes ou usadas por estes para realizarem o seu comércio. Esses «mundos da droga», para além da «droga» propriamente dita, são os mais facilmente associados à insegurança urbana.¹⁶ Grande parte dessas áreas representam, para as pessoas, locais intransitáveis, onde será fácil ou inevitável ser-se sujeito a assaltos, nomeadamente com seringas infectadas com o HIV, rapto, violação, homicídio, etc. Trata-se, portanto, de áreas em que o sentimento de insegurança se torna incontrolável.

Se, de facto, existem zonas onde se vendem drogas directamente ao consumidor, elas não são, contudo e apenas, as vulgarmente mencionadas e não possuem, necessariamente, as características que lhes são comumente atribuídas. Funcionam, por assim dizer, e antes de tudo, como uma espécie de subterrâneos ou «traseiras» da cidade,¹⁷ dado que são normalmente frequentadas por pouca gente e quase só por aqueles que estão envolvidos em jogos de oferta e de procura.

As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto possuem, portanto, alguns espaços conhecidos como as zonas onde, por um lado, vivem ou transitam grande parte dos delinquentes que são «fornecidos» à cidade e, por outro, se edificam «mundos da droga». O Casal Ventoso é muito possivelmente a mais conhecida de todas.

De facto, se, como vimos, o Casal Ventoso constituiu até à década de 80 um paradigma de uma área com um «panorama de problemas multifacetado», a partir da década de 90 este foi enriquecido com mais um: o do narcotráfico. A sobreposição de «problemas» numa mesma área, o carácter lendário do Bairro

prever contra os traficantes, especialmente quando estes actuam em grupos organizados» (pp. 29-30). L. Rodrigues e C. Antunes (1992, p. 7) descrevem assim a legislação portuguesa: «[...] it is generally punitive and includes severe penalties for traffickers (these vary according to the degree of trafficking involved and according to whether the traffickers are also users). The definition of the penalties applied to trafficking and use (as to traffic, if it involves large scale trafficking, can range from 6 to 12 years imprisonment plus a fine that can go from 50 000 to 5 000 000; if on small scale, the imprisonment can range from 1 to 4 years and the fines from Esc. 10 000 to 1 500 000 concerning traffic/use the Portuguese law foresees an imprisonment of up to 1 year plus a fine ranging from Esc. 5000 to 200 000; regarding the use, the imprisonment can be up to 3 month and fines up to 90 days).» Estas penalizações referem-se ao Decreto-Lei n.º 430/83, tendo sido substancialmente alteradas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro.

¹⁶V. em «Topografia urbana do medo» (Fernandes, 1994, p. 14). Neste artigo faz-se referência a estatísticas de diversos países comunitários que «referem que cerca de 70% da delinquência urbana é imputável à sua associação com o consumo e a venda de drogas». Faz-se ainda referência a uma recente sondagem de opinião de um jornal (*Público*, de 19 de Junho de 1994) na qual se refere que nas oito zonas mais citadas do Porto «onde se tem medo de ir» a causa mais apontada é a «droga».

¹⁷«Traseiras da cidade» ou «lugares em que a cidade se interrompe» são termos felizes utilizados em dois artigos (Fernandes, 1994, e Fernandes e Agra, 1991).

e a sua antiguidade elevaram-no, nas representações colectivas, a uma espécie de fonte endémica geradora de problemas para a cidade.

Embora o trânsito no Casal Ventoso de outras pessoas que não os consumidores de drogas duras e os respectivos habitantes seja praticamente nulo, é possível para milhares de pessoas que transitam em redes viárias importantes verem o Bairro. Esse convívio diário à distância e o facto de o Bairro surgir, nas construções mentais, como uma região onde as «pessoas normais» não entram e onde possivelmente «não podem entrar» suscitam uma acentuada curiosidade. Muitos dos automobilistas que atravessam rapidamente a Avenida de Ceuta perguntarão, provavelmente, a si mesmos «o que me aconteceria se lá entrasse?», por um instante, antes de começarem a pensar noutras coisas.

A curiosidade pública e diversas outras razões, que não estamos em condições de analisar neste livro, transformaram, particularmente durante o ano de 1994, o «problema da droga» e o Casal Ventoso em objectos mediáticos e televisivos, por excelência. O material de filmagens obtido no Bairro não foi apenas utilizado no momento em que se falava do Casal Ventoso, mas passou a servir como suporte visual noutras circunstâncias em que se abordava televisivamente o «problema da droga». Durante todo esse período criaram-se também designações poderosas com as quais se tornou possível substituir a de Casal Ventoso, dado que passaram a ser conhecidas e interiorizadas por uma grande parte dos telespectadores a nível nacional. O exemplo mais ilustrativo é a de «hipermercado das drogas». Assim, o Bairro deixou de consistir num mero exemplo para se converter progressivamente num símbolo do «problema da droga», ou mesmo numa grande parte do «problema em si».

Sobre o fenómeno de mediatização televisiva é importante ressaltar dois pontos: em primeiro lugar, os *media* reproduziram o discurso dominante, quer sobre as drogas, quer sobre o bairro do Casal Ventoso.¹⁸ Em segundo lugar, esta cobertura e difusão tem amplificado o conhecimento do Bairro de uma dimensão anteriormente confinada a Lisboa para a escala nacional. Grande parte dos portugueses, independentemente de não conseguirem situá-lo ou de nunca o terem sequer visto à distância, elaboram acerca dele uma imagem mental, por mais ténue que seja, atribuindo-lhe um lugar de relevo na produção simbólica de uma «geografia do mal».

Algumas das reportagens jornalísticas realizadas ao longo de 1994 e 1995 tiveram outros objectivos explícitos, tais como, por exemplo, o de cobrirem a visita do Presidente da República¹⁹ ao Casal Ventoso. No entanto, sucedeu-se também, num curto espaço de tempo, uma série de reportagens televisivas que

¹⁸V. «Introducción a la criminología de la droga» (Baratta, 1988) para a questão da reprodução dos discursos mediáticos sobre a droga.

¹⁹Nesta altura Mário Soares.

incidiram na problemática das drogas. Pelo menos uma delas foi realizada em associação com rusgas policiais, filmando-se a detenção de pessoas e a captura de substâncias ilícitas. Noutra reportagem foi ainda mostrado o rosto de uma mulher de cerca de 70 anos que uma brigada de polícia deteve sob suspeita. Filmou-se, inclusivamente, o interior da casa, bem como o diálogo entre a mulher, que procurava justificar a origem do dinheiro que tinha na carteira, e o agente da brigada, que ironizava acerca das respostas que eram dadas.²⁰

No dia seguinte assistimos a muitos comentários negativos a propósito da emissão desta reportagem. Uma mulher afirmou: *isso não se faz, ia ver se eles alguma vez me filmassem a mim*. Alguns dias mais tarde, quando uma equipa de reportagem do mesmo canal de televisão procurou entrar no Bairro, grande parte das pessoas fecharam-se em casa, para não serem fotografadas ou interrogadas. Uma mulher que tinha permanecido fora de casa foi entrevistada no interior de uma mercearia. *Afirmou que trabalhava, que sempre trabalhou e que nunca teve dinheiro*, mesmo sem ter sido questionada a esse respeito.

Durante a reportagem sucedeu-se uma série de eventos de curta duração, sobretudo comentários, que traduziam hostilidade. Um adolescente referiu que, se alguém lhe perguntasse *o que é que ele fazia*, ele responderia que era *enrabador de curiosos*. Por seu lado, uma mulher com cerca de quarenta anos que se encontrava no interior da sua casa assistindo à filmagem da reportagem dizia a uma outra que passava na rua: *eles estão lá em baixo e eu estou cá em cima, safate...* Pouco depois, um toxicodependente afirmou a um operador de câmara que lhe partiria a máquina se este o tentasse filmar.

Umhas semanas mais tarde, um programa televisivo procurou realizar um debate sobre a «droga». Para esse efeito, uma jornalista colocou uma mesa no centro da rua principal do Casal Ventoso, próximo da entrada do Centro Social. Embora episódios desse mesmo programa, realizados noutros locais de Portugal,

²⁰ A nossa hipótese é a de que a forma como estas reportagens foram realizadas (poderiam tê-lo sido de outra forma?), com a entrada e rápida permanência de jornalistas no Bairro colhendo imagens e fazendo delas este tipo de utilização, poderá comprometer, a prazo, a possibilidade dos cientistas sociais e mesmo de outros jornalistas poderem vir aqui a fazer um trabalho de investigação com outras características, ou simplesmente a obtenção de informações ou de registos fotográficos. Por exemplo, em meados de 1994, uma psicóloga que trabalhara no Centro Social uns anos antes deslocou-se ao Casal Ventoso de Cima, com um membro da direcção do Centro. Tinha como objectivo tirar fotografias para apresentar num congresso. A psicóloga, bem como o membro do Centro, foram agredidos por toxicodependentes, que a colocaram dentro de um café, retirando-lhe o rolo fotográfico e devolvendo-lhe a máquina. Embora tivesse fotografado algumas pessoas que, naquele momento, se encontravam a vender droga, a razão da agressão foi, segundo alegaram vários habitantes, outra. Uma mulher que assistiu ao acontecimento referiu: *As pessoas estão fartas. Ontem na televisão puseram-se outra vez a mostrar o Casal Ventoso e a primeira coisa que disseram era: Casal Ventoso, bairro de droga e de prostituição. Droga sim, agora já só cá saltava a prostituição. Onde é que há prostituição?* Muitas outras pessoas defendiam a mesma ideia de que teria existido uma relação de causalidade entre a afirmação televisiva e a agressão perpetrada.

tivessem provocado grandes ajuntamentos, no Casal Ventoso, em torno da jornalista, permaneceram, quase exclusivamente, cães e crianças. Os adultos mantiveram-se à distância. Algumas pessoas comentaram-nos posteriormente que tinham enviado as crianças e os cães para a rua deliberadamente. Alguns meses depois, a jornalista referiu-se, numa entrevista televisiva realizada num outro programa, ao facto de ter sentido medo e de ter experimentado a sensação de que a reportagem não se chegaria a realizar.

No período de realização deste trabalho não se havia assistido a comportamentos semelhantes para com jornalistas, o que leva a crer que, como será desenvolvido no capítulo 8, as representações negativas acerca dos jornalistas tinham acabado de ser construídas.

Os argumentos geralmente apresentados pelos moradores, quer por aqueles que traficam, quer por aqueles que não o fazem, para justificarem as suas manifestações relativamente à cobertura jornalística são de dois tipos.

Em primeiro lugar, parte desses habitantes pensa que essa cobertura é injusta, porque incide exclusivamente sobre o Casal Ventoso e apenas sobre a droga. Uma mulher que, muito provavelmente, não trafica referiu: *É sempre a droga, a droga, a droga, já chateia. Não vêem mais nada e nem lhes interessa.* Voltou mais tarde a referir-se ao mesmo assunto noutros moldes:

Há p'raí tanta gente a vender, tanta gente importante e tantos bairros e é sempre o Casal Ventoso a pagar... eu acho que foi sempre assim, mas então, agora, parece que não sabem falar de mais nada.

Um homem que se encontra associado ao tráfico e que vende directamente ao consumidor no Casal Ventoso, mas que conhece bem outro bairro de Lisboa, comparou os dois:

Não sei ainda porque é que andam sempre a dar em cima do Casal e não d'outros bairros onde há a mesma coisa. O que se passa para eles andarem sempre em cima do Casal a filmarem, sabe o que é? E que as pessoas do Casal não são como noutros sítios que põem os drogados a andar, deixam-os ficar por aí e já viu bem a quantidade de drogados que há.

Em segundo lugar, os moradores destacam as consequências que a estigmatização espacial implicou para a sua vida pessoal. Referem-se, quase sempre, ao confronto com o mercado de emprego. Alguns dizem que, eles próprios, e outras pessoas conhecidas, têm experimentado formas de discriminação no trabalho, narrando certos episódios. Por exemplo, uma mulher que vive na Rua Maria Pia e que trabalhou numa fábrica de malas contou o seguinte acerca do recrutamento de trabalhadores:

Algumas pessoas do Casal Ventoso tinham lá ido e eles durante muito tempo queriam toda a gente menos do Casal Ventoso. Mas houve lá duas que eram do Casal Ventoso e que

tinham dado moradas falsas fora do bairro... as moradas existiam, elas é que não viviam lá. Depois veio a saber-se, mas nessa altura viram que elas trabalhavam bem e não houve problema.

Um outro exemplo é o de um adolescente de dezasseis anos que tinha trabalhado numa oficina de reparação de automóveis durante seis meses sem que tivesse revelado, por precaução, a sua morada:

Eu fui lá e a minha mãe tinha dito para eu dar a morada da minha tia de Campo de Ourique. Depois o meu patrão acabou por saber... alguém lhe disse ou então não sei... mas ele afinal não se chateou nada, até reinava comigo e dizia assim aos meus colegas: «Cuidado que o gajo é um perigo, é do Casal Ventoso... escondam-se...»

Não se procurou confirmar a veracidade dos depoimentos relativos à disposição de determinados empregadores para não empregarem pessoas do Bairro. Não se procurou também determinar as razões dos empregadores para tais procedimentos. Todavia, a convicção de que residir no Casal Ventoso acarreta formas de segregação no trabalho é muito generalizada entre os moradores e é também comum a estratégia de dar «outra morada» onde se possa ser contactado, como, por exemplo, casas de familiares ou de conhecidos em áreas exteriores ao Bairro, nomeadamente na própria Rua Maria Pia.

As questões relativas ao trabalho não são as únicas que preocupam os habitantes. Como nos referiu um outro homem do Casal Ventoso numa conversa mantida num autocarro:

Se isto já tem má fama, vá-se lá ver agora a fama que isto não tem. A SIC só se preocupa é com as audiências, por isso é que os gajos estão sempre a dar o Casal Ventoso... é por causa da droga. E depois perguntam a um gajo se sabe alguma coisa ou se se sente mal com isto, e, se ele diz que não, não acreditam e é logo marcado.

Os habitantes sabem que «ser imputado» enquanto potencial traficante é um poderoso factor de desqualificação. Sabem também que um processo de estigmatização que incida sobre o espaço do Bairro incide também sobre cada um dos seus moradores individualmente a não ser que cada um deles oculte, quando tal se afigura possível, a sua zona de residência.

De facto, não nos é difícil crer, concordando com Goffman (1982 [1963]) que, quando uma pessoa transporta um estigma reconhecido, a margem de gestão entre a condição de «desacreditável» e de «desacreditado» se reduz consideravelmente. Para um habitante do Casal Ventoso, essa margem é particularmente curta e passa quase só pela ocultação da proveniência espacial. Queremos com isto dizer que basta alguém dar-se a conhecer como morador do Casal Ventoso a um sujeito exterior ao Bairro para que, com grande pro-

bilidade, se torne «desacreditado» e para que esse sujeito lhe passe a atribuir uma «identidade social virtual» com muitas características condenáveis. A partir desse momento, o morador deverá fazer sempre um esforço para manobrar as impressões que o outro faz acerca dele, pelo menos se estiver interessado que essa «identidade virtual» não venha a ser confirmada, transformando-se numa «identidade social real».²¹

O Estado e as organizações exteriores

Ao longo dos quinze anos a que se refere este capítulo, o Estado, bem como algumas organizações de «solidariedade social», desenvolveram diversas acções, vulgarmente designadas por «medidas de intervenção social», que, provavelmente, terão tido repercussões em alguns segmentos espaciais e sociais. É, porém, importante assinalar que, por relação ao Bairro, estas não se diferenciaram significativamente das registadas durante as décadas anteriores, ou seja, reduziram-se a formas circunstanciais e assistemáticas de «intervenção».

O único investimento em equipamentos directamente produzido pelo Estado de que se teve conhecimento foi realizado pela Câmara Municipal de Lisboa e consistiu na construção de um campo de futebol de salão e de alguns balneários desportivos num local próximo da Avenida de Ceuta onde anteriormente se localizava o *Campo da Lexívia* (antigo campo de futebol utilizado pelos moradores e pelas colectividades do Bairro).

A intervenção do Estado central e local junto das populações tem, na sua maior parte, sido mediatizada e canalizada através do director do Centro Social do Casal Ventoso. É ele quem promove pedidos de fundos a pessoas que desempenham cargos públicos ou que poderão mobilizar recursos financeiros, gerindo depois ele próprio a sua aplicação. Os financiamentos regulares de organizações exteriores resultam de acordos com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que possibilitam a manutenção financeira de uma creche, de um jardim infantil e de um centro de dia para idosos. No entanto, a maior parte da comparticipação nas despesas é feita através dos utentes e das quotas pagas pelos sócios do Centro. Alguns montantes foram também concedidos ao Centro Social, a título extraordinário, por representantes de diversos organismos, nomeadamente pelos presidentes da Câmara Municipal e por uma associação constituída pelas «esposas dos diplomatas radicados em Portugal».²² A aplicação dessas verbas permitiu ao Centro Social aumentar consideravelmente as suas instalações e adquirir uma carrinha.

²¹ Relativamente a estas questões, v. *Estigma* (Goffman, 1982, pp. 13-16).

²² Desconhecemos se estas entidades concedem ou não estes fundos a partir de decisões individuais dos seus dirigentes ou de qualquer programa de intervenção previamente estabelecido.

Por seu lado, a Junta de Freguesia fornece materiais a algumas pessoas que o solicitam com o objectivo de alterarem as suas casas, bem como algum financiamento a colectividades existentes. Essas colectividades podem inscrever-se nas competições desportivas organizadas pela Junta e pela CML.

O Centro Social candidatou-se, já na década de 90, ao Programa Horizon da Comunidade Europeia, através do Núcleo Comunitário para a Prevenção da Toxicodependência, que concebeu o projecto Amanhã. Esse projecto, que durou dois anos, iniciou as suas actividades no Bairro em 1992 e o seu objectivo sumário era o seguinte:

Preparar e capacitar um grupo de 108 jovens, através de acções de orientação e treino vocacional, para uma futura integração nos cursos «standard» de pré-profissionalização e formação profissional ou promoção do auto-emprego. Em simultâneo trabalhar os factores de exclusão e marginalidade nas famílias e população dos bairros visados. Trabalhar a promoção da saúde, os direitos e deveres de cidadania de minorias étnicas, sempre visando a sua autonomia económica e social.²³

As referências a «108 jovens» e a «minorias étnicas» justificam-se pelo facto de esse projecto não ter sido realizado apenas no Casal Ventoso, mas em mais três bairros: Merinos, Irmão Pobre e Pedreira dos Húngaros. No Casal Ventoso, ele incidiu anualmente sobre cerca de 30 jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos. Praticamente todos eles tinham abandonado a escola antes de concluírem o 2.º ciclo do ensino básico. Frequentaram, ao longo de vários meses, duas áreas de pré-profissionalização designadas no Bairro como *curso de informática e curso de canalização*, que visavam a frequência dos cursos profissionais do IIEFP, bem como actividades de «formação pessoal» (designação pela qual o grupo de técnicos se referia a um conjunto de actividades de teatro, desenho e educação física), mediante a concessão de um subsídio mensal de cerca de 40 000\$00. Segundo os próprios técnicos envolvidos, pretendia-se «treinar competências» e «melhorar os níveis de auto-estima». Os adolescentes que frequentavam esses cursos foram separados em dois grupos, designados como «grupo de informática» e «grupo de canalização». No final de cada uma das acções de formação, os adolescentes não receberam qualquer certificado de frequência ou de conclusão das actividades. Por seu lado, o contacto entre os técnicos e esses adolescentes foi quase nulo no final de cada ano, tornando praticamente impossível uma avaliação das trajectórias individuais. O facto de esses adolescentes terem abandonado a escola, na grande maioria dos casos,

²³ Não vamos referir aqui os objectivos específicos do programa e do projecto nem minuciar o seu funcionamento. Os mais interessados deverão consultar o Programa Operacional Horizon, disponível no Instituto do Emprego e Formação Profissional, do Ministério do Emprego e Segurança Social.

antes de terem concluído a «escolaridade obrigatória» bloqueou o objectivo principal de formação profissional. Já que a maioria das escolas profissionais autenticadas pelo TEFP só podem ser frequentadas após conclusão do 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico).

Das duas centenas de habitantes do Bairro interrogados a propósito do nível de escolaridade obtido até ao momento, apenas um se encontrava a frequentar um estabelecimento do ensino superior num curso de Química e apenas um outro tinha concluído o 12.º ano. Entre todos, só estes dois afirmavam querer realizar um curso universitário. Por sua vez, a única pessoa que tivemos conhecimento ter concluído um curso superior já não habita no Bairro. O mesmo acontece com a única que concluiu um bacharelato ou com uma outra que possui um curso de piloto aviador, trabalhando actualmente na TAP.

Muito provavelmente, existem mais pessoas que possuem níveis de escolaridade elevados, mas a hipótese aqui colocada é claramente a de que, mesmo entre as faixas de adolescentes em idade escolar, a taxa de abandono precoce é muito elevada e os níveis de escolarização atingidos são muito reduzidos, quando comparados com as médias registadas no concelho de Lisboa. De facto, só uma minoria da população adolescente do Bairro tinha completado a escolaridade obrigatória. A grande maioria não só ainda não completara esse nível de escolaridade, como tinha já abandonado a escola há vários anos. Um número considerável (bem maior do que aquele que tinha concluído o 9.º ano) era constituído por analfabetos ou por adolescentes que tinham completado a 4.ª classe há alguns anos e que escreviam ou liam com muita dificuldade.

Sem a obtenção da escolaridade obrigatória não é legalmente possível a frequência da grande maioria dos cursos e escolas profissionais existentes, com raras excepções. Sem o 2.º ciclo do ensino básico concluído, não existem sequer excepções. Nenhum dos adolescentes contactados foi pressionado por qualquer organização estatal a cumprir o «ensino obrigatório».

O novo «problema» inerente ao bairro do Casal Ventoso – a venda e o consumo de drogas ilegais e a visibilidade pública adquirida por este comércio – foi aquele que suscitou mais formas de intervenção estatal. Apesar de ter sido aberto um «Gabinete de Apoio aos Toxicodependentes», que começou a funcionar no Bairro no ano de 1994, bem como da instalação de um veículo da Cruz Vermelha para a doação de seringas, a intervenção foi, a partir da segunda metade dos anos 80, de natureza eminentemente repressiva, projectando-se contra os traficantes.

A intervenção de carácter repressivo mais importante é desenvolvida pela Polícia Judiciária, através da DCITE (Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes), mas, como refere Ramos de Sousa (1992, p. 103):

Assiste-se porém a alguma sobreposição de competências com outras entidades policiais e, por vezes, há deficiências de comunicação que geram alguma descoordenação entre elas.

Se é à PJ que compete a investigação de casos de tráfico de drogas, a PSP, quando actua no Casal Ventoso, não encontra nem procura apenas objectos roubados e receptados, mas também drogas e presumíveis traficantes.²⁴

Para além do trabalho de investigação policial, as polícias desenvolvem acções de busca, designadas no Bairro por rusgas, e acções de detenção. As brigadas de polícia conhecem bem o tecido habitacional e alguns agentes policiais conhecem traficantes e outros moradores do Bairro.

É provável que no interior de algumas organizações policiais e também em múltiplas instâncias, nomeadamente nas imagens produzidas por grande parte dos portugueses, a acção repressiva exercida no Bairro seja considerada insuficiente. Moita Flores, por exemplo, ilustra o que poderá consistir numa atitude muito generalizada relativamente ao Casal Ventoso:

Se atendêssemos às posições mais radicais sobre a situação social daquela malha urbana valia a pena murar, deixar-lhe sentinelas pelos cantos e definitivamente integrá-lo no parque prisional português.²⁵

Naturalmente, não cabe no âmbito deste trabalho especular ou levantar hipóteses sobre a grande ou pequena intensidade da repressão ao tráfico (comparativamente ao que ela «deveria ser»). Interessa-nos sim registar que a repressão é um dado importante nas vivências colectivas e nas próprias dinâmicas de construção da comunidade, como veremos mais tarde. Ir de cana e ficar de cana foram já experiências vivenciadas por muitos habitantes e que não se encontram afastadas dos horizontes de possibilidade que se apresentam a muitos outros. No momento em que esta pesquisa se desenrolava, por exemplo, centenas de pessoas do Bairro encontravam-se detidas em estabelecimentos prisionais.

As informações resultantes de alguns depoimentos individuais que obtivemos fazem-nos supor que as organizações do Estado que desempenham funções repressivas não são favoráveis à prossecução de modificações significativas no Casal Ventoso que promovam alterações na composição da população, nomea-

²⁴ Um subcomissário de uma esquadra de Alcântara referiu, aliás, a um jornalista do jornal *Expresso* (Rainho, 1994, pp. 28-37) que «acabava com o supermercado do Casal Ventoso em pouco mais de duas semanas. Só precisava de um juiz a trabalhar connosco [brigadas de justiça e de fiscalização da 4.ª divisão da PSP] na esquadra e a passar-nos os mandados em cima da hora». Nesse artigo, o jornalista refere ainda: «Os 18 homens que compõem a 'brigada de justiça' da superesquadra do Calvário actuam em áreas que, por vezes, são visitadas por elementos da Judiciária e por colegas do Comando Distrital. Daí resultam conflitos. Embora João Rocha (subcomissário) não o admita, é frequente os 'Furões' (equipa de justiça da esquadra do Calvário) chocarem com os 'Toms' (elementos das 'brigadas de justiça' do Comando Distrital de Lisboa), e não são raros os 'desencontros' com homens da Judiciária.»

²⁵ Esta afirmação consta de um texto de A. Moita Flores (não publicado) que foi lido numa reunião de apresentação da «Operação Integrada de Reconversão do Casal Ventoso», realizada na CML em Março de 1995.

damente realojamentos e transformações do tecido urbanístico. Tal posição dever-se-á ao facto de essas alterações poderem reorganizar ou transferir traficantes e redes de comércio de drogas para outras zonas da cidade, afectando um trabalho de investigação policial com finalidades de repressão do tráfico desenvolvido ao longo de vários anos. Provavelmente, pressupõe-se que, enquanto o Bairro não sofrer grandes alterações, os traficantes que aí actuam a ele continuarão confinados e que, portanto, o seu funcionamento poderá ser alvo de melhor controlo policial, já que é, em parte, conhecido pelas polícias.

Formas de representação no interior do sistema político

Ao longo da década de 80, o director do Centro Social assumiu claramente o protagonismo na relação com o Estado. A assunção desse protagonismo teve duas conseqüências. Em primeiro lugar, permitiu ao Centro Social expandir as suas actividades e instalações. Em segundo lugar, converteu o Centro num «ponto de ancoragem» dos diversos actores que quiseram intervir ou simplesmente entrar no Bairro com finalidades que não as de consumir drogas. A entrada dos meios de comunicação social, por exemplo, realizou-se quase exclusivamente através do Centro. Assim, em simultâneo com as imagens referentes ao «problema da droga», a televisão difundiu imagens do Centro Social a nível nacional.

O director desta associação afirma que a sua liderança tem um carácter despartidarizado, característica que aliás já vinha reivindicando desde 1975.²⁶ Referiu-se a esse posicionamento da seguinte forma:

Os partidos de direita aqui não são bem aceites. Toda a pessoa que viva aqui no Bairro que queira protestar protesta sempre e a direita é sempre a culpada. Sabe que é assim. Mas a gente não tem razão de queixa, porque já cá tivemos o ministro do Emprego e foram sempre bem recebidos. O x foi muito bem recebido. Todos os presidentes da Câmara foram bem recebidos. Já cá esteve y e a mulher de y e as pessoas ligam. Quem cá veio mais foi a mulher de y à caça de votos. Veio cá ao Centro e disse que ajudava a gente... até hoje nada. Já cá veio o x, e se a gente fez o primeiro andar pode agradecer ao x. Já cá veio a z e ajudou. Já cá veio o w, que fez as coisas lá em baixo, também já ajudou o Centro através da Acção Social, não temos razão de queixa. O t, que deu a camioneta ao Centro, também foi bem aceite. Ou seja, a gente não somos políticos. Tanto nos faz vir cá o Presidente da República como outro qualquer. Tanto recebemos um tipo da direita como um tipo da esquerda, que a gente não somos políticos. A política é para os políticos. A gente simplesmente aqui trata das crianças e dos velhotes. Não nos interessa a política, a nós só nos interessa as pessoas e o auxílio que elas possam dar.

²⁶ O presidente do Centro Social foi condecorado na CML em 1993. O resultado da votação relativa à condecoração foi, segundo ele próprio, o seguinte: *votaram a favor o PSD, o PS e o PP, absteve-se o PPM e votou contra o PCP.*

Afirma-se, portanto, que a recepção das organizações e das pessoas que se dirigem ao Centro não corresponderia a critérios de filiação partidária, mas a critérios de suposta utilidade para a própria associação.

Para além do carácter quase exclusivo deste protagonista, que se constitui enquanto canal de comunicação com o Estado e com as organizações exteriores, a pelo menos aparente «desmobilização política» é um aspecto que se parece manter dos períodos anteriores. Os temas políticos são debatidos de uma forma muito residual no Bairro. Nos procedimentos de observação, e mesmo quando se colocam directamente questões, nunca se assistiu a discussões empenhadas ou duradouras sobre temáticas desta natureza.

Por vezes, descrevem-se eventos com expressão política nos quais teriam estado envolvidas pessoas do Casal Ventoso, como, por exemplo:

A gente, muita da que está a vender no mercado de Campo de Ourique é cá do Bairro e foi essa gente que amandou os tomates ao Z quando ele visitou o mercado.

No entanto, esta afirmação, feita por uma pessoa, foi imediatamente contradita por outra:

Não senhor, o bairro de Campo de Ourique é que mandou com os tomates, não foi o Casal Ventoso, que o homem já cá veio e foi bem recebido.

A disparidade de versões encontra-se presente também noutros casos, nomeadamente numa visita de um presidente da Câmara. Enquanto uma pessoa referiu que *ele foi muito bem recebido*, outra afirmou que *ele foi corrido à pedrada*.

Nunca foi possível presenciar algum dos eventos referidos, nem sequer confirmar aqueles que foram descritos. Se tais eventos ocorreram, as versões a eles relativas são múltiplas e contraditórias.

A trajectória dos visitantes no Casal Ventoso é quase sempre a mesma: entram no Bairro, dirigem-se até ao Centro Social e são depois acompanhados pelo director do Centro ao longo de uma área por ele escolhida e cuja extensão está dependente do interesse que a direcção do Centro pensa que aquela visita terá para a sua associação. Isso tem a ver com vários motivos, fundamentalmente com os resultados obtidos em visitas anteriores realizadas pela mesma personalidade. Aqueles que visitam o Centro e que, segundo o director, *prometem coisas para o Centro e não cumprem* sofrem uma quebra evidente de cotação. De qualquer forma, todos são recebidos, todos são convidados para o almoço, quando a hora da visita coincide com a hora da refeição. Quando tal não acontece, são, pelo menos, convidados para beber café.

As reacções mais marcantes da população, relativamente a questões políticas, expressam-se nas visitas ao Bairro de pessoas que ocupam cargos estatais ou partidários. Alguns políticos são aparentemente ignorados por todos os tran-

seuntes. Outros recebem alguns cumprimentos ou «bocas» de pessoas que se encontram na rua no momento em que os visitantes se deslocam pelo Bairro acompanhados pelo director do Centro. Nunca se viu, no entanto, ninguém realizar um percurso longo ou abandonar o que está a fazer em dada altura para se encontrar ou falar com políticos. Quando as visitas são realizadas por elementos de projectos de «intervenção social»²⁷ ou por elementos da Santa Casa da Misericórdia, sobretudo mulheres, as reacções a que se assistiu foram múltiplas. A maioria mantém-se apática, conversando e esperando que a visita acabe. Alguns idosos lamentam o estado das suas casas ou falam do Bairro na generalidade, dizendo, por exemplo, *Ai viu esta vergonha?* ou *Já viu esta miséria?* Algumas pessoas lançam frases com conotações cómicas ou provocatórias, como, por exemplo, *A seguir vão p'ra Fátima* ou *Olha uma passagem de modelos!*

Quando os consumidores acampavam na encosta do Manez e aí se injectavam, defecavam e dormiam acampados em tendas, era comum as visitas serem aí concluídas. O pequeno muro que cobria a encosta e que em muitas zonas se encontrava em ruína não era suficientemente alto para que, estendendo o pescoço, as pessoas não conseguissem ver a forma como os consumidores viviam naquela área. Nesse momento, raramente se registava qualquer som. Não se ouviam comentários, nem da parte dos visitantes, nem dos consumidores, que continuavam a fazer o que estavam a fazer. Afiançando-nos nas declarações dos visitantes, tratava-se do momento mais marcante e comentado da visita.

Não obstante esta tendência geral, nem todos os visitantes são recebidos de igual forma. Alguns são alvo de maior atenção do que outros. Isso acontece porque se trata de visitas rodeadas de maior aparato e noticiadas com grande antecedência, mas, sobretudo, porque são interpretadas pelas pessoas como possuindo finalidades não eleitorais, bem como consequências eventualmente importantes para os moradores. Foi exemplo disso a incursão realizada pelo Presidente da República no âmbito da «presidência aberta», visita que foi muito comentada no Casal Ventoso nos dias que se seguiram à sua realização. Um dos acontecimentos mais referidos foi o facto de o Presidente da República ter entrado no campo de futebol de salão junto à Avenida de Ceuta e de ter rematado a uma baliza que tinha «entre os postes» uma criança equipada de guarda-redes.

Mas, mesmo neste tipo de visitas, grande parte dos habitantes não se encontra presente nas ruas. O que não obsta que o Centro Social concentre muitas pessoas no seu interior, montando inclusivamente um pequeno espectáculo de variedades. Algumas jovens interpretam canções de intérpretes nacionais de «música ligeira» e, frequentemente, simulam *videoclips* de cantores internacionais, tendo sido, por exemplo, interpretadas recentemente algumas canções de *Madona*. Os visitantes comentam, com frequência, que estas *performances* pos-

²⁷ Referimo-nos, por exemplo, às pessoas que integravam o projecto Amanhã.

suem um conteúdo sexual demasiado explícito, atendendo à idade das crianças que as executam.

Cremos que a inexistência de propaganda e de símbolos partidários no Bairro e a escassa exaltação de líderes políticos durante as campanhas eleitorais, nomeadamente na campanha para as eleições legislativas de 1995, constituem importantes indícios de que a mobilização política dos habitantes é baixa.

Por seu lado, quer dos «comportamentos políticos» da direcção do Centro Social, quer da restante população do Bairro, resulta claramente a hipótese de que a generalidade dos habitantes é selectiva no contacto com agentes políticos. Só lhes concede atenção quando entende que estes podem vir a afectar o Bairro de alguma forma. É, por exemplo, muito discutida, neste momento, a aplicação do Plano de Reconversão do Casal Ventoso.

Aproximamo-nos, portanto, para o Casal Ventoso, de uma conclusão apresentada por Janice Perlman (1976, p. 167) num estudo clássico realizado em favelas do Rio: «Politics attains high salience for them only insofar as it directly touches their lives.»

Nesse sentido, cremos que o baixo nível de entusiasmo manifestado por parte da população se deve, essencialmente, à convicção muito generalizada de que os políticos não alterarão os seus quadros de existência, mas também, em muitos casos, à de que, graças ao incremento *financeiro* induzido pelo tráfico, deixaram de precisar deles para prosseguirem as suas vidas.

A mesma ideia parece ser reforçada pelos dados referentes à participação eleitoral dos eleitores inscritos do Bairro comparativamente ao cômputo geral da freguesia. De facto, as percentagens de abstenção sofrem sempre um acréscimo quando transitamos da freguesia para o Bairro, muito embora nunca se trate de um acréscimo muito expressivo: Aut. (1985): freguesia – 40,8%, Bairro – 46,9%; AR (1985): freguesia – 19,9%, Bairro – 26,9%; PR (1986): freguesia – 21,9%, Bairro 30,8; AR (1987): freguesia – 27,3%, Bairro – 33,1%; PE (1987): freguesia – 27,3%, Bairro – 33,1%; Aut. (1989): freguesia – 44,5%, Bairro – 51,5%; AR (1991): freguesia – 33,9%, Bairro – 37,7%; PR (1991): freguesia – 39,9%, Bairro – 43,3%.²⁸

Uma informação final, mas sem dúvida relevante, é a de que, se se considerar as secções de voto que correspondem a outras áreas da freguesia, aproximamo-nos fortemente da hipótese de que este acréscimo da abstenção não é exclusivo do Casal Ventoso, mas que corresponde também a outras áreas de habitação de classes populares, nomeadamente Sete Moinhos.

²⁸ Como já tínhamos referido em relação aos resultados eleitorais no capítulo 2, os cálculos foram realizados comparando os quantitativos registados na freguesia com secções de voto que não contêm apenas eleitores do Casal Ventoso. As percentagens relativas ao Bairro só podem ser utilizadas para nos darmos conta das tendências de diferenciação. Mais uma vez, se isolássemos as secções de voto 21 e 22, que, segundo informações da Junta de Freguesia, têm quase exclusivamente inscritos eleitores do Casal Ventoso, a percentagem de abstencionistas seria mais elevada.

Conclusão

O período do tráfico, como a própria designação indica, é caracterizado essencialmente por uma alteração em larga escala ocorrida no leque de ocupações a que os habitantes do Casal Ventoso têm acesso. Essa alteração foi provocada pela introdução e difusão muito generalizada do tráfico de drogas.

Por agora interessa-nos simplesmente registar que esta actividade ilegal particularmente lucrativa passou a empregar muitos habitantes e a influir nos rendimentos de muitos agregados. Possivelmente da sua maioria. Assim, se, no período imediatamente antecedente, apenas uma minoria dos habitantes, nomeadamente os membros das *famílias-seitas*, se tinha tornado independente do mercado de trabalho legal, no período do tráfico, essa possibilidade de independência coloca-se a um contingente muito elevado.

Correlativamente, com a diluição das formas de dependência económica, intensificam-se e expandem-se as formas de dominação simbólica sobre todo o Bairro, acompanhadas de formas de dominação física sobre os traficantes e suspeitos. Os exemplos mais claros de dominação simbólica correspondem às formas de estigmatização. A dominação física é naturalmente legível nas incursões policiais que, até ao presente momento, detiveram e prenderam centenas de moradores.

Quanto àqueles que não aderiram ao tráfico, podemos afirmar que, se os trabalhadores com ofício e as pessoas com algumas qualificações melhoraram em diversos casos a sua situação relativamente ao período anterior, os trabalhadores indiferenciados viram essa situação muito provavelmente agravada, através do desemprego, da precariedade e dos baixos salários, pelo menos na primeira metade da década de 80.

Se nos concentrarmos nos adolescentes que frequentaram a escola ao longo das décadas de 80 e de 90, a hipótese que surge com clareza é a de que os níveis de abandono se mantêm muito elevados. Embora este seja um aspecto que retomaremos noutros momentos, verificamos, pois, que a probabilidade de os habitantes reproduzirem, numa próxima geração, a mesma situação por relação ao trabalho legal é muito elevada. E, se assim é, as oportunidades com que se depararão no futuro as crianças e adolescentes do Casal Ventoso serão muito semelhantes àquelas com que se confrontaram os seus pais.

As intervenções do Estado ou de quaisquer organizações exteriores votadas à promoção da escolaridade e do emprego foram praticamente inexistentes ao longo deste período. Por sua vez, a representação dos habitantes junto do Estado é, à semelhança dos períodos anteriores, assegurada exclusivamente por uma associação ou, mais especificamente, por uma pessoa. Trata-se do Centro Social e do seu director.

Capítulo 5

«Estilos de vida» – as dinâmicas centrais da diferenciação interna

A estrutura social do bairro do Casal Ventoso é constituída por uma profusão de redes sociais que se encontram em permanente transformação. Essas redes são construídas, fundamentalmente, com base no parentesco, na co-residencialidade, nas relações de amizade e de vizinhança.¹ Contudo, para além dessa estrutura, descortinámos uma outra, essencial para a compreensão das diferenças comportamentais internas. Trata-se de uma estruturação interna que se prende com diferenciações de «estilos de vida».

Neste capítulo, temos precisamente como objectivo caracterizar os «estilos de vida» da generalidade da população do Bairro no período imediatamente anterior ao surgimento do tráfico, ou seja, finais da década de 70 e primeira metade da década de 80. Todavia, esta caracterização serve também para os «não traficantes» no presente, visto que estes mantêm os «estilos de vida» que correspondiam à generalidade da população antes do incremento do comércio de drogas.

Concordamos com Hannerz (1969, p. 34) quando refere:

Life style is admittedly a vague term; this may be one of its advantages, at least it does not commit us to some well-established form of analysis [...]

No entanto, acreditamos também que o carácter vago do termo nos obriga a explicitar o seu uso em cada contexto empírico.

Em nosso entender, um dispositivo analítico do género dos «estilos de vida» permite, em primeiro lugar, conhecer as diferenças de comportamentos existentes no Bairro, sistematizando-as de alguma forma; em segundo lugar, permite compreender, evitando análises deterministas, de que forma os atributos fundamentais na vida de cada agregado se encontram relacionados entre si.

¹ Para a operacionalização do conceito analítico de *network* ou de rede social, v. a obra de J. Clyde Mitchell citada na bibliografia (1969). Aí se assinalam também diversos critérios morfológicos e interaccionais a ter em conta na produção de um estudo sobre redes sociais.

«Estilos de vida» dos agregados: definições

Nesta análise, centrar-nos-emos nos «estilos de vida» dos agregados domésticos. O estilo de vida de cada um deles encontra-se relacionado com determinados tipos de envolvimento nas redes sociais internas. Tal acontece porque existe uma correspondência entre os «estilos de vida», os relacionamentos preferenciais e as próprias zonas de *habitat*.

A opção pelo termo «agregado doméstico», em lugar de outras noções como, por exemplo, «família» ou «casa», prende-se com diversas razões de ordem teórica e com particularidades relativas ao contexto estudado.

Diversos autores, nomeadamente Pina Cabral (1991) e Pedroso de Lima (1992), reflectiram sobre o uso preferencial de cada um destes conceitos. Segundo Pedroso de Lima (1992, p. 80):

[...] «família» é um conceito simultaneamente ético – uma categoria analítica – e émico – uma categoria popular, *folk category* – pelo que o significado que lhe atribuem informantes, investigadores e leitores é obviamente obscurecido, pois não pode ser coincidente. Esta ambiguidade representa um problema de facto pois, e como afirma Eugene Hammel, se adoptarmos «família» como categoria analítica não poderemos revelar a especificidade do seu conteúdo cultural. Inversamente, se procurarmos dar conta da especificidade, utilizando a categoria popular, perderemos a dimensão analítica fundamental a qualquer reflexão comparativa. Família é, também, um conceito extremamente polissémico a um outro nível. De facto, e nas palavras de Goody, podemos usá-lo «tanto para descrever um par conjugal e os seus filhos, como os membros de uma casa, como um conjunto de parentes bilaterais ou um grupo patronímico».²

Por seu lado, o conceito de «casa» confere uma importância fundamental à co-residência. No entanto, como refere Pina Cabral (1991, pp. 115-116) a este propósito:

[...] *household* (casa) é uma categoria residencial que não favorece a observação de laços interpessoais. Mesmo quando descrevem interações individuais, os etnógrafos cujos esquemas interpretativos dão preferência a esta noção tendem a reduzir os agentes individuais ao papel de representantes de unidades residenciais e produtivas, perdendo assim a complexidade do jogo cruzado de identidades e interesses que caracteriza toda a vida social.

Acresce que, no Casal Ventoso, este conceito não seria suficientemente operativo. Em primeiro lugar porque, em grande parte dos casos, o parentesco re-

² No Casal Ventoso, por exemplo, o termo «família» não só tem uma utilização diferenciada para cada membro como o seu uso se diferencia, como veremos, de um estilo de vida para outro.

vela-se importante. Em segundo lugar, porque podem coexistir no interior de uma mesma residência diversos agregados. Finalmente, porque o próprio termo é utilizado pelos habitantes apenas e só como sinónimo de residência.

Optámos, pois, pela utilização do termo «agregado doméstico» já que ele não reúne os inconvenientes das outras duas noções. Por «agregado doméstico» pretendemos referir-nos às pessoas que partilham uma mesma residência, que têm um mesmo fundo de subsistência (neste caso um orçamento) e que estão, na maior parte das vezes, ligadas por laços de parentesco. Este termo aproxima-se muito do conceito de «unidade social primária» proposto por Pina Cabral (1991 e 1994).

O termo «agregado doméstico» poderia, contudo, impor uma certa neutralidade que não respeita o conteúdo definicional das pessoas que, no Casal Ventoso, utilizam o termo «família». De facto, quando o empregam, elas atribuem um significado particular às relações e aos vínculos que estabelecem com outras. Significado particularmente importante, pois:

A «family» is an open-ended group of people who feel that they are associated with each other because, in the past, they participated jointly in the process of social reproduction. [Pina Cabral, 1995, pp. 2-3.]

e também porque:

As an object of experience, the family presents itself in a category separate and distinct from its members, while at the same time being a practical, discursive construct built out of, as well as reflecting concrete domestic affairs. [Gubrium, 1988, p. 273.]

Procurámos assegurar a preservação do valor émico do termo «família» através da definição e do esclarecimento daquilo que esse termo representa, nos diversos momentos, para as pessoas que o utilizam, bem como nas diversas situações em que uma «ideia de família» se torna importante para as práticas e representações dos actores sociais.

Os agregados domésticos podem ser caracterizados a partir de uma série de dimensões. Daremos relevância às seguintes: o rendimento disponível, a condição dos cônjuges perante o trabalho, a participação do homem e da mulher no orçamento familiar, organização e funcionamento, as formas de relação dos cônjuges com os filhos, o relacionamento dos próprios cônjuges entre si, alguns aspectos da conduta dos membros em contextos exteriores ao foro doméstico e, por último, as suas zonas de incidência espacial.

Os «estilos de vida» propostos são definidos a partir de uma série de combinações típicas de atributos relativos a cada uma destas dimensões e constituem meros ideais analíticos. Assim, visto que cada agregado combina esses

atributos de uma forma singular, consiste apenas numa aproximação aos estilos de vida propostos na análise.

É verdade que alguns agregados aproximam-se estreitamente dos «estilos de vida» propostos. No entanto, quando os utilizamos como exemplos, pretendemos ilustrar melhor o «estilo de vida» em causa e não tanto classificar um determinado agregado.

Devemos considerar os «estilos de vida» propostos nesta análise como «combinações abertas», que não correspondem a formas estanques de cruzamento de atributos. Eles apresentam-se antes como um «contínuo» que prevê uma certa heterogeneidade. Cada agregado pode, inclusivamente, combinar esses atributos de forma diversa ao longo da sua vida, circulando através dos diversos «estilos de vida», ou seja, aproximando-se ora mais de um, ora mais de outro.³

Distinguimos três estilos de vida fundamentais no interior do Casal Ventoso: o «estilo de vida estável», o «estilo de vida instável» e o «estilo de vida ilegal». Este último será abordado apenas no próximo capítulo. Antes de passarmos à caracterização de cada um deles, propomo-nos analisar uma dimensão por relação à qual os «estilos de vida» tendem a aparecer escalonados entre si: trata-se da condição dos cônjuges perante o trabalho. Isto acontece porque, pese embora os «estilos de vida» resultem de combinações de atributos relacionados de uma forma não determinística, defendemos que o trabalho é a dimensão que mais influencia todas as outras e, simultaneamente, a que mais diferencia os «estilos» entre si. Esse dado não é estranho, pois, como refere, por exemplo, Castel (1995, p. 19), o «trabalho» e a condição perante ele consistem em vectores cruciais de integração cuja desestabilização «se repercute comme une onde de choc dans les autres secteurs de la vie sociale».⁴

Adiantamos desde já que um dos atributos mais fortemente relacionados com «o estilo de vida estável» é o da existência de um maior orçamento e de uma maior estabilidade dos rendimentos do trabalho. O «estilo de vida instável» dispõe, pelo contrário, de um maior défice a estes dois níveis. Qualquer um destes dois «estilos de vida» obtém rendimentos por relação ao trabalho. O carácter distinto do «estilo de vida ilegal» não se encontra já relacionado com questões referentes ao montante e à estabilidade dos rendimentos do trabalho

³Essa circulação pode realizar-se de duas formas: ou envolve tendencialmente todos os membros, devido, por exemplo, a modificações no modo de vida de um dos cônjuges (que poderão ocorrer com a idade ou com diversos acontecimentos), ou envolve desigualmente cada um deles. Neste último caso, alguns membros aproximar-se-iam de atributos mais próximos de um determinado estilo de vida, enquanto outros manteriam os atributos anteriores (isto pode, no entanto, consumir uma alteração do «estilo de vida» a um nível intergeracional, no momento em que, por exemplo, se criam novos agregados correspondentes a novos ciclos de reprodução).

⁴Curiosamente, as próprias representações dominantes acerca das relações da população do Casal Ventoso com o trabalho foram fundamentais para a categorização dos seus habitantes como «pobres desonestos».

legal, mas essencialmente com a própria natureza dos trabalhos realizados pelos membros do agregado. Referimo-nos, naturalmente, aos agregados que, dado desenvolverem sobretudo ocupações ilegais, se autonomizaram em parte das contingências do mercado de trabalho e das relações com o mundo do trabalho, de maneira geral.

Trabalho

O horizonte das ocupações disponíveis da população do Casal Ventoso sofreu transformações ao longo das décadas. No entanto, o aspecto mais importante a reter é que a condição da generalidade da sua população perante o trabalho não se alterou significativamente. Pelo contrário, esta população permaneceu sempre situada nas periferias da estrutura produtiva, o que significa que se encontrou sempre numa situação de grande precariedade relativamente ao trabalho e à condição salarial ou, simplesmente, que ficou excluída do mercado de trabalho oficial. Uma grande parte dela esteve, inclusivamente, sujeita a vagas de desemprego cíclicas e massivas que tiveram, sobretudo, lugar em conjunturas de crise. Estes contextos de periferização e de precariedade poderão ser também designados por formas de «exclusão» por relação ao trabalho.⁵

Todavia, o pressuposto de que se regista uma tendência de exclusão laboral da população do Casal Ventoso não pode escamotear a existência de diferenciações no interior do Bairro por relação ao trabalho e não é suficiente para as identificar. Essas diferenciações tornam-se, inclusivamente, legíveis nos desejos profissionais que as pessoas do Bairro expressam e na forma como o fazem.

⁵ A exclusão que se produz por relação ao trabalho não é a única forma de exclusão, embora se encontre, muitas das vezes, associada a outras. É urgente que, quando se utiliza o termo «exclusão», se afirme com precisão a que forma de exclusão nos pretendemos referir, por que é que se diz que «um segmento é excluído» e por que mecanismos e processos ele se encontra nessa situação. Como refere R. Castel (1995, p. 19): «Le terme d'exclusion est actuellement utilisé d'une manière très inflationniste qui est critiquable à plusieurs titres. La notion d'abord est devenue tellement massive qu'elle est complètement indéterminée. Ce n'est pas une notion analytique qui pourrait conduire des investigations précises. Elle recouvre des réalités complètement hétérogènes.» Segundo outros autores, a exclusão perante o trabalho não deverá ser tanto considerada como uma forma de marginalização, mas antes como uma forma específica de integração na organização, na hierarquia do trabalho e no próprio sistema social global. Como refere A. Vant (1986, p. 19): «C'est [...] au travers des progrès de la productivité que sont produits de nouveaux improductifs, rejetés ou exclus sauf recyclage, de sorte que la marginalité se définit comme un rapport social, c'est à dire comme un mode spécifique d'intégration dans la logique du mode de production des rapports sociaux.» Por seu lado, Godinot (1986) continua a acentuar, na senda marxista, que grande parte da população excluída do mercado de trabalho faz parte de um exército de mão-de-obra de reserva destinado a compensar a baixa tendencial da taxa de lucro.

Os habitantes que são inquiridos acerca de um «emprego desejável» afirmam que gostariam de vir a ter, ou que gostariam de ter tido, *uma profissão bonita*. Outros, porque entendem já a possuir, ou simplesmente porque ter uma profissão não faz, por agora, parte dos seus projectos, não referem ter essa pretensão. Mas, mesmo nesses casos, ter *uma profissão bonita* continua a ser um desejo que manifestam para os seus filhos, sobretudo quando se trata de rapazes.

Quando questionadas acerca do que significa ter uma *profissão bonita*, as pessoas dão, geralmente, exemplos de profissões e não referem por que é que a profissão que nomeiam é *bonita*. Isto acontece porque, embora uma *profissão bonita* possua, para aquele que a menciona, um determinado número de qualidades nem sempre consciencializadas, esse adjectivo é utilizado mais para designar um determinado tipo de profissões do que para descrever ou qualificar determinadas qualidades intrínsecas de quaisquer profissões em causa. Assim, *um emprego*, *uma profissão* ou *um trabalho bonito* correspondem, antes de tudo, a diversas designações que no Casal Ventoso são utilizadas para categorizar um conjunto de profissões. Aquelas que os entrevistados entendem ser as melhores no interior dos horizontes de trabalho que podem vislumbrar.

Ao examinarmos os exemplos de *profissões bonitas* que são referenciadas, registamos que, praticamente, todas elas correspondem a ofícios. Ter um *emprego bonito* significa, em muitos dos casos, simplesmente, «ter um ofício». Algumas vezes indica-se qual o ofício desejado, outras vezes, diz-se simplesmente «ter um ofício», um ofício qualquer.

As pessoas acham que ser um «oficial», um técnico, sobretudo se se possuir uma carteira profissional, lhes assegura, pelo menos, duas vantagens que constituem, em grande medida, a «beleza» do trabalho: por um lado, a obtenção de uma maior estabilidade no trabalho e, por outro, a obtenção de um melhor salário e de uma estabilidade salarial.

A mãe de dois homens, um deles *indemnizado da estiva* e um outro desempregado, referiu o que gostava que tivesse acontecido na vida profissional dos seus filhos, tornando legível a clivagem entre os «com ofício» e os «sem ofício» através da expressão dos seus próprios desejos:

Eu gostava que eles tivessem sido disto de automóveis... gostava porque é uma coisa que dá dinheiro. Ganham bem e é um trabalho bonito.

Acerca da «beleza» do ofício, referiu apenas: *É bonito porque se ganha dinheiro e é um bonito ofício... porque, pronto, é bonito.*

Todavia, em diversos depoimentos, a própria clivagem é reconhecida e referida com mais profundidade e com um maior grau de abstracção, originando

«teorias locais» acerca do trabalho. Por exemplo, segundo o Alberto, que possui uma carteira profissional de electricista:

A maior parte das pessoas não sabem fazer nada. Não trabalham e mesmo que quisessem não podiam. Não sabem desenrascar nada. Eu tenho a minha carteira profissional, quer ver... tenho a minha profissão. Vou trabalhar para qualquer lado que arranje.

Outros depoimentos concorrem no mesmo sentido. Um operário que possui um ofício referiu inclusivamente:

A malta não tinha ofício porque não tinha aprendido quando era mais novo. Eu tive sorte, aprendi marceneiro, mas também andei a trabalhar em loiças de alumínio, primeiro foi em loiças de alumínio. Não tinha sapatos e ia para Sacavém às 5.30. Sacrifiquei 40\$00 em Sacavém e fui ganhar 7\$50 para aprender o ofício de marceneiro. E depois mais tarde ainda fiquei nos 15\$00. Em compensação, se lá tivesse ficado, agora não fazia nada. Tinha ficado no desemprego. A minha mãe era viúva, mas mesmo assim tirou-me... Assim é que se vê o valor de uma mãe. Houve uma data de gente que não aprendeu nenhum ofício e isso é que foi o pior. Mesmo assim hoje recebo 70 000\$00, dou à minha mulher e não fica nada. A vida está má na mesma.

Mas se, para alguns, o ofício desejável é pensado em função da maximização dos dois benefícios acima referidos, para outros, encontra-se envolvida na sua escolha uma série de aspectos idiossincráticos. Um adolescente de dezoito anos, por exemplo, referiu entusiasmado, enquanto olhava para o tecto de uma casa, explicando como se poderia colocar ali um tecto falso:

Apesar de não saber quanto é que se ganha, o que eu gostava mesmo, mesmo, era de ser montador de tectos falsos... mas é preciso saber... não é qualquer um que monta bem um tecto falso.

É, no entanto, muito provável que, na maior parte das vezes, qualquer um destes aspectos (montante do salário, estabilidade ou «gosto») não tenha uma importância fundamental e que as pessoas acabem por ir aprender a trabalhar, como o mesmo adolescente referiu, *no primeiro ofício que houver*, geralmente aquele que o pai, um parente ou um vizinho consegue arranjar e que é, muitas das vezes, o mesmo que eles próprios possuem.

«Trabalho mais estável» e «melhor salário» são valores em si mesmos. Valores que, segundo os habitantes, são mais dificilmente atingíveis pelas pessoas que não possuem um ofício e que, portanto, *não sabem fazer nada*. No entanto, diversas pessoas referem que estes benefícios são também importantes para a obtenção de vantagens noutros domínios, nomeadamente na obtenção de um

ideal de estabilização da sua vida pessoal. Segundo um outro adolescente, por exemplo:

Ter um emprego bonito é ter um emprego que dê para eu ter a minha vida e para que eu esteja sossegado e depois para que um dia possa sustentar a minha mulher e os meus filhos como deve ser, que não se tenha que andar aí a pedir ou a fazer asneiras.

Curiosamente, a sua mãe, que também foi entrevistada, disse praticamente a mesma coisa: *Um emprego bonito é um emprego que dê para ele ter a vida dele e para que fique sossegado.*

Neste sentido, pode afirmar-se que a beleza de um ofício adquire também uma conotação estética e moral, pois coloca-se como condição essencial para uma vida sem «coisas feias», sem «asneiras», condutas que criam um sentimento de insatisfação e de vergonha.

Creemos que os habitantes do Bairro têm, de facto, razões para conferirem esta importância aos ofícios. Em termos gerais, ser oficial corresponde a uma elevação da pessoa de um grosso de mão-de-obra indiscriminada, subproletária (categoria a que, muito possivelmente, corresponde a maioria da população do Casal Ventoso), à condição de mão-de-obra operária especializada, diferenciação que não contém um interesse meramente académico. «Ser oficial» corresponde a uma maior estabilização da «condição perante o trabalho». Factor que permitiu a algumas pessoas diferenciarem-se, em muitos aspectos da sua vida, daquelas que experimentaram, por relação a elas, uma maior instabilidade. Por conseguinte, a «condição perante o trabalho» foi um factor crucial, embora não exclusivo, nas vivências pessoais e grupais.

Apesar de a manutenção de um posto de trabalho ser algo de problemático em determinadas conjunturas, torna-se sempre mais fácil para um oficial do que para um trabalhador indiferenciado. São três as razões fundamentais para essa diferença: em primeiro lugar, um oficial é, com mais probabilidade, um trabalhador sindicalizado; em segundo lugar, é com maior facilidade que um oficial consegue outro emprego no momento em que a empresa onde se encontra a trabalhar encerra ou a partir do momento em que perde o seu posto de trabalho. O facto de possuir uma carteira profissional consiste para um futuro empregador numa garantia de que aquele trabalhador possui as competências necessárias, pois, mesmo que um trabalhador sem carteira saiba desempenhar determinadas tarefas, essa competência só é conhecida pelo empregador anterior; em terceiro lugar, um trabalhador com carteira, nomeadamente um electricista, um canalizador ou um mecânico, pode, eventualmente, trabalhar por conta própria, exercendo a profissão individualmente ou ainda, na melhor das hipóteses, montando uma oficina sua.

A condição de oficial não comporta, todavia, meramente vantagens financeiras, mas também benefícios de ordem simbólica. Segundo os habitantes,

possuir um ofício funciona como uma espécie de garantia de que a pessoa se encontra ligada ao «mundo do trabalho», de que possui uma identidade enquanto trabalhador e particularmente enquanto operário especializado. No caso de um oficial trabalhar numa grande empresa, como algumas vezes acontece com homens do Casal Ventoso, isso confere-lhe, inclusivamente, condições para construir uma identidade operária, já que, com mais facilidade, se confrontará com o universo operário e, mesmo em alguns casos, com as elites desse meio.⁶

No momento presente, ser identificado como trabalhador no Casal Ventoso é algo que adquire particular importância. Essa identificação permite ao habitante gerir com maior facilidade o seu estigma de delinquente virtual. Melhor dizendo, ser trabalhador é qualquer coisa que se pode contrapor ao próprio facto de se viver no Casal Ventoso. Assim, alguns oficiais referem-se com frequência ao facto de possuírem um ofício e exibem a sua carteira profissional com orgulho. Um morador do Bairro que dispõe de carteira profissional afirmou inclusivamente:

Numa altura em que a polícia cercasse o Bairro e só deixasse sair para a rua as pessoas que eles soubessem que trabalhavam, eu saía sem problema nenhum. Eles sabem bem quem é que trabalha e se houvesse alguns que não soubessem puxava da minha carteira e mostrava-lhes... tá aqui [exibindo a carteira profissional].

Como já referimos, um oficial que esteja empregado pode obter uma melhor remuneração do que aquela que é obtida geralmente pela mão-de-obra indifferenciada. Tal não significa, no entanto, que seja suficiente ou considerada suficiente pelo trabalhador. Pelo menos para garantir um nível de subsistência. Os seus desejos são, como nos referiu um operário, *os de poder vir a ganhar melhor, que muitas vezes o ordenado não chega* ou, como nos afirmou um outro, o de *estar empregado numa boa empresa, que dê garantias*, pois, para um oficial, mesmo de igual ramo, a empresa em que se trabalha é, naturalmente, muito importante para o montante e para a segurança do salário auferido.

São quase exclusivamente os homens que têm acesso ao estatuto de oficial, ou seja, às profissões manuais especializadas, que correspondem a uma espécie de topo profissional para os habitantes do Casal Ventoso. É também o homem

⁶ Godinot (1986, p. 42) refere a propósito da construção de uma identidade operária pelos trabalhadores subproletários: «Les travailleurs sous-prolétaires n'ont pas les attribus du noyau dur de la classe ouvrière, notamment une véritable qualification professionnelle, ny les moyens de l'intégration dans la collectivité ouvrière, notamment la stabilité de l'emploi. Ils sont donc condamnés à justifier sans relâche une identité ouvrière qui est constamment mise en doute ou niée.» Godinot chega mesmo a referir o subproletariado como «une population qui se veut ouvrière».

que possui condições para obter maiores rendimentos e, relativamente ao agregado, é dele que os membros esperam um maior contributo orçamental para garantir o sustento. As mulheres possuem, algumas vezes, um «ofício feminino», como, por exemplo, costureira ou maleira. De qualquer forma, a maior parte das mulheres do Bairro são «mulheres-a-dias», vendedoras ambulantes, vendedoras em mercados, mão-de-obra fabril indiferenciada ou domésticas. Para as mulheres, a posse de um ofício, além de pouco habitual, não é considerada tão determinante.

Ter um ofício não é um desejo novo dos habitantes do Casal Ventoso. Pelo contrário, cremos que seria mais intenso e generalizado em inícios da década de 80 do que no período do tráfico, designadamente em meados da década de 90. Para tal não é estranho o facto de a sua obtenção se afigurar, nessa altura, mais importante do que o é presentemente para a subsistência económica de um maior número de agregados.

O «estilo de vida estável»⁷

Os agregados domésticos que mais se aproximam do estilo de vida estável são, precisamente, aqueles que mais se enquadram num «modelo dominante de funcionamento familiar». Um tipo de funcionamento que se encontra com mais facilidade em zonas exteriores ao Bairro, nomeadamente em Campo de Ourique. Não se trata de um modelo homogéneo, mas cremos poder identificar-lhe, pelo menos, um ideal comum: ele é, em larga medida, baseado na cooperação interindividual para a obtenção de vantagens individuais e colectivas.⁸

Em praticamente todos os agregados que se aproximam do estilo de vida estável o homem possui um ofício. Mais do que isso, possuir um ofício é uma condição quase incontornável para que o agregado se aproxime deste estilo de

⁷ A relação que esta categoria estabelece com os modelos dominantes de estilo de vida e de comportamento dos agregados e dos seus membros é, em alguns pontos, semelhante a uma categoria de estilos de vida que Hanna (1969, pp. 34-42) designa por *Mainstreamers*. Numa obra clássica, Hannerz (19159) definiu os *Mainstreamers* da seguinte forma: «[...] those who conform most closely to mainstream American assumptions about the 'normal' life» (p. 38).

⁸ A propósito de um modelo dominante de família que, embora referido relativamente aos EUA, representa, em nosso entender, um modelo ideal de família urbana contemporânea, Hannerz afirma (1969, p. 70): «[...] mainstream model of course, need not to be altogether true to life: whatever are the actual characteristics of most families, the authoritative family model has the character of what Birdwhistell [Birdwhistell, Ray L., 1966, «The American family: some perspectives», in *Psychiatry*, 29, pp. 203-212] has called a 'sentimental model', a particular ideal people should try to live to 'live up to' – or at least they ought to appear to do so – and in terms of which they think and feel about family life in general. As far as marriage is concerned, this model shows a strong, emotionally exclusive relationship, not to be dissolved with the partners joining in concerted action for common purposes.»

vida. Contudo, identificam-se, também, alguns casos residuais de aproximação em que o homem não se diferencia profissionalmente do resto da população pela sua especialização operária, mas por possuir ocupações ou rendimentos estáveis provenientes de outras fontes legais. Referimo-nos, por um lado, a certos artistas ou desportistas do Casal Ventoso e, por outro, a pequenos proprietários de estabelecimentos no interior do Bairro, nomeadamente mercearias ou cafés.⁹ Também podemos encontrar no interior deste tipo alguns agregados em que um dos cônjuges é arrendatário de casas, o que lhe permite auferir maiores rendimentos.

Neste tipo de agregados o homem aproxima o seu comportamento de um outro ideal dominante: o de «chefe da família», bem como dos deveres que normalmente se encontram associados à assunção desse papel – os deveres de «paternidade» e os de «conjugalidade».¹⁰ De acordo com o ideal do que deve ser um «chefe de família», o homem do «agregado estável» procura suportar financeiramente a casa e, grande parte das vezes, consegue-o. Pelo menos, assim o entendem a mulher, os filhos, os restantes membros, aqueles que o observavam e, ainda, ele próprio. Entre todos os homens, são precisamente estes os que dispõem de mais condições para se aproximarem desse «ideal», pois são as pessoas melhor remuneradas do Bairro.

A existência de, pelo menos, um emprego e de um salário fixo, suportando financeiramente estes agregados, possibilita-lhes, simultaneamente, uma relativa estabilidade financeira e de funcionamento.

⁹ Os artistas que conhecemos são todos eles músicos. Temos conhecimento da existência de um instrumentista, os restantes são todos vocalistas, nomeadamente fadistas (alguns deles bem cotados) e um intérprete de música ligeira portuguesa. Os desportistas são, todos eles, futebolistas. Pelo menos dois jogaram em clubes da 1.ª divisão nacional. Um deles representou a selecção portuguesa de futebol já na década de 80, tendo doado, inclusivamente, a camisola com que efectuou um jogo da selecção ao Casalense F. C., colectividade onde iniciou a sua prática desportiva. Essa camisola e o seu retrato encontram-se na sala do clube, emoldurados e protegidos por um vidro. Alguns merceeiros dispunham, porventura, de níveis de rendimento muito superiores aos níveis de rendimento médios no Bairro. Um informador referiu-nos a este propósito: *As mercearias fartavam-se de roubar aos clientes que eram pobres, e foi assim que muitos arranjaram fortuna. Muitos eram galegos e outros de Viseu. Vinham para aqui com o cabelo cortado à careca, com uma mão à frente e outra atrás e encheram-se aqui no Bairro.* Ao longo do trabalho de campo tivemos conhecimento da existência de apenas um vendedor e de uma única pessoa que possuía um estabelecimento comercial numa zona exterior ao Bairro.

¹⁰ Acerca do homem enquanto «chefe de família» e do seu papel no interior do agregado é interessante consultar novamente Hannerz (1969, p. 70): «There is a traditional division of labour. The man has a job and thus brings home resources, to be converted into goods and services for family consumption [...] Since status is something one gets by one's work 'out here' in the wider social structure, it is the man who is assigned a place in the ranking system, and his status reflects on his family [...] This adds up to a position of male dominance in the family which is considered right and natural, much as a husband and father should be loving and considerate, there should be no doubt that he is the head of the household.»

Os agregados domésticos que se aproximam deste estilo de vida podem distinguir-se, muitas das vezes, pelas residências, visto que estas foram precisamente as que sofreram maiores investimentos materiais ao longo dos anos. Um dos mais comuns consistiu na tentativa de individualizar e distanciar a casa de todas as outras. Algumas passaram, inclusivamente, a dispor de pequenas áreas cimentadas no exterior, convertidas em canteiros ou em pequenos terraços e separadas por uma cerca e por portões. Estes investimentos são sobretudo notórios no Casal Viúva Teles, mas também se verificam noutras zonas do Bairro, excluindo, quase totalmente, as áreas dos pátios.

O investimento na casa e a definição de fronteiras possibilitam aos agregados demarcar com mais clareza o seu espaço privado do espaço público. Por outro lado, o investimento na habitabilidade desse território permitiu o centramento dos seus membros no interior da residência. Esta deixou, em muitos casos, de funcionar como um mero abrigo, para passar a consistir num núcleo congregador dos membros do agregado doméstico, conferindo-lhes a possibilidade de desenvolverem práticas domésticas colectivas.

Quando a área da residência potencialmente habitável foi suficiente, construíram-se, muitas vezes, quartos individuais, demarcando zonas no interior da casa e permitindo o surgimento de espaços de privacidade individual muito difícil de assegurar antes da ampliação da área habitável.

Os cônjuges por nós identificados, que se encontravam nas condições referidas, casaram-se e não se conhecem nenhuns que se tivessem separado, o que nos leva a colocar a hipótese de que, tendo em conta a grande quantidade de separações e uniões que se verificam no Bairro, o casamento é mais habitual e a separação, pelo contrário, menos frequente, nos agregados que se aproximam do estilo de vida estável. Mas, para além do casamento, o relacionamento entre cônjuges deste tipo possui mais instâncias de confirmação do que a relação entre aqueles que se aproximam de outros estilos de vida. Quando, por exemplo, cada um dos cônjuges se refere ao outro, ou aos filhos, fala com mais frequência das situações de encontro ou em que se tomam resoluções conjuntas. Essas instâncias permitem reforçar o sentido que a relação faz para ambos, expressando-se, quotidianamente, quer na continuidade de práticas e rotinas desencadeadas por relação um ao outro, quer na relação com os próprios filhos. Criam-se assim condições para a aproximação dos membros do casal de acordo com a «semântica do amor» e com a fundação de uma «esfera íntima» e, naturalmente, para a própria construção de uma família de acordo com ideais dominantes.¹¹

¹¹ Acerca da construção de uma «esfera íntima», nomeadamente em relação ao seu enquadramento na semântica do amor, e a propósito da realização do amor simultaneamente enquanto modelo de comportamento e enquanto código de comunicação, v. N. Luhman (1991 [1982]).

Muitos destes agregados desenvolvem um tipo de funcionamento próximo daquele que Pedroso de Lima (1992) encontrou e descreveu para as unidades domésticas da Madragoa no período anterior à década de 70.¹² Tal funcionamento prende-se, sobretudo, com o desenvolvimento de estratégias especialmente vocacionadas para contextos de escassez, quer de trabalho, quer de fontes de rendimento. A estratégia fundamental é a da maximização da força laboral. Nenhum membro é, em princípio, dispensado enquanto força de trabalho e cada um individualmente (desde que não se encontre ocupado todo o dia com um único emprego) procura acumular diariamente actividades (pluriactividade) e remunerações (plurirrendimentos) para a manutenção da unidade. O grupo doméstico converte-se, portanto, em vários casos, num verdadeiro grupo de trabalho. Como refere Pedroso de Lima (1992, p. 61):

A dimensão mais relevante deste processo é [...] o valor relacionado com a lógica reprodutiva da pluriactividade doméstica que se transforma numa verdadeira «cultura do trabalho». Esta poderia ser definida pela própria ideia do trabalho que veicula: o trabalho como valor social, a ideia da sua escassez e da sua maximização, a consolidação dos valores da empresa familiar comum, que potencia a própria ideia de pluriactividade como diversificação de riscos e como necessidade reprodutiva.

Esta lógica, em conjugação com uma forte «ética do trabalho», favorece a integração precoce das crianças e adolescentes no mercado laboral. De qualquer forma, nestes agregados, a probabilidade de as crianças aprenderem um ofício é, porventura, maior do que noutra tipo de agregados, mesmo que tal implique a obtenção de menores rendimentos do que aqueles que se poderiam obter do seu emprego em determinadas profissões não especializadas, como, por exemplo, enquanto serventes da construção civil.

Um dos aspectos ou atributos que melhor distingue entre si os vários agregados que se aproximam deste estilo de vida é, precisamente, a forma como estes projectam o futuro das crianças e dos adolescentes. É que, apesar de a grande maioria dos jovens dos agregados próximos do estilo de vida estável sair da escola precocemente, prosseguindo uma lógica de abandono escolar precoce, que é, aliás, comum à generalidade dos agregados do Bairro, alguns investem na obtenção de capital escolar.

De facto, o número muito residual de crianças, adolescentes e mesmo adultos que tivemos oportunidade de conhecer e que prosseguiram a escola depois de concluírem o ensino primário, entrando nos 2.º e 3.º ciclos, e, mais raramente ainda, aqueles que após a conclusão do ensino obrigatório continuaram a estudar, pertencem a agregados próximos deste estilo de vida.

¹² Estas questões poderão ser aprofundadas na obra citada de Pedroso de Lima (1992). V. também P. Willis (1988).

Os cônjuges dos agregados que investem na escolaridade dos filhos possuem características muito particulares. Grande parte deles tiveram ocasião de desempenhar repetidamente processos de liderança em diversas organizações do Bairro, tendo estabelecido algumas relações com pessoas exteriores que possuíam capital cultural e escolar mais elevado. É possível, pois, que tal investimento se deva, em parte, ao facto de estes contactos terem reforçado e inculcado um «ideal de escolaridade», confrontando-os quotidianamente com sentimentos de desigualdade e de menor competência. A experiência da desigualdade não foi sentida por estas pessoas em termos meramente intelectuais. Foi, sobretudo, experimentada através do próprio sentimento de impossibilidade de alcançar determinadas posições na estrutura social e de participar social e politicamente da forma que desejavam, por não possuírem títulos escolares significativos.

Creemos assim que foram também inculcando de forma mais intensa um ideal de mobilidade social intergeracional, baseado na acumulação de capitais escolares (revelando assim a presença de disposições que são, em grande parte das análises, associadas a um *habitus* burguês). Mas é também necessário frisar que elas se sentiam em melhores condições para agir em conformidade com essas aspirações do que os agregados de outro tipo.

O reconhecimento quotidiano e interiorizado da escola como canal de mobilidade social, um maior conhecimento do seu funcionamento e a vontade de que os filhos o «utilizassem» criaram condições para que a pressão para a escolaridade tivesse sido exercida junto dos filhos com maior incidência do que o fizeram a grande maioria dos agregados do Bairro.

Alguns destes casais referem-se diversas vezes a nível de escolaridade alcançado pelos filhos, considerando eles próprios que a obtenção desse grau se trata de um acontecimento extraordinário. Um casal discutiu, inclusivamente, esse facto no momento em que foi questionado acerca de como se tinha processado a trajectória escolar dos filhos. Um deles possui um curso de piloto aviador, uma das filhas concluiu um bacharelato e os outros dois possuem o 9.º ano. Trata-se, portanto, de exemplos de escolarização quase inéditos no Bairro:

Pai – *Os meus filhos nasceram todos em casa, neste bairro, e depois cresceram, metemo-los no jardim infantil. Na altura deles frequentarem a escola primária foram para a escola. Fizeram a 4.ª classe. Eu com a dificuldade que tinha consegui metê-los na Manuel da Maia, e depois foi com a ajuda deles que conseguiram bolsas de estudo. Continuaram. A gente só tem a 4.ª classe e ainda hoje o nosso grande problema foi a gente não poder ir além daquilo que temos. Hoje sentimos essa falta. Os nossos pais também não podiam...*

Mãe – *Como nós também não podíamos para os nossos filhos...*

Pai – *A gente não podia mas a época era diferente. A época quando eu nasci de 1941 era diferente de 1970. Havia muita dificuldade, mas, como a gente nunca teve, queríamos dar aos nossos filhos aquilo que a gente nunca teve. E a prova é que eles têm estudos. A minha mulher sempre conseguiu arranjar livros. Pedia-os e as pessoas davam. As senhoras para quem trabalhava a dias...*

Mãe — *As pessoas diziam que os meus filhos eram inteligentes. Mas elas também tinham filhos que eram inteligentes, elas é que não estavam interessadas em pôr os filhos a estudar. Se os filhos pudessem levar 15 contos, é uma hipótese, naquela semana, como fazia falta, elas não se interessavam pela situação e não pensavam que mais tarde ia fazer falta aos filhos... ganhavam dinheiro e entregavam tudo aos pais. Punham os miúdos nas obras, punham quando queriam os miúdos a aprender... numa olaria, nos barros, em encadernação, em muitos ofícios... e eles chegavam ao fim do mês e traziam aquilo e não viam que mais tarde os filhos é que iam sofrer com aquilo porque não tinham cultura nenhuma.*

Quando os pais procuram referir as razões que presidiram a este tipo de trajectória escolar dos filhos, hesitam entre atribuir a responsabilidade à sua determinação pessoal ou à «vontade» dos próprios. É o caso do pai de uma rapariga que concluiu um curso superior ainda durante a década de 80 e que já não reside no Bairro. Trata-se do único caso conhecido de conclusão de licenciatura:

Eu se calhar tenho uma visão diferente das coisas e do mundo, não sei... e ainda bem que os outros têm outra, não há problema nenhum. A minha escolaridade é pouca. Eu só aprendi a ler..., foi uma escolha dela. Ela é que sempre quis estudar. Eu não a obriguei a estudar. Ela foi para a escola com 7 anos e acabou o curso com 23...

Não se torna difícil compreender que estes pais tenham tido dificuldade em diferenciar o fenómeno do investimento dos filhos na escolaridade do seu próprio investimento paterno, pois eles condicionam-se reciprocamente. De qualquer forma, cremos que são os pais os fundamentais despoletadores de um processo de escolarização. Mesmo se tomarmos como ponto de partida analítico os desejos do estudante, é muito difícil aceitar que uma criança que concluiu a 4.^a classe ou o ciclo preparatório e que, portanto, tem dez anos (ou um pouco mais, se já contar com reprovações) manifeste voluntariamente a intenção de continuar na escola se essa não for uma ideia quotidianamente inculcada a nível do agregado, passando a constituir-se enquanto disposição. Por sua vez, mesmo que a criança deseje continuar a estudar, não o pode fazer se os pais não o entenderem, sendo o inverso também verdade: se a criança declarar não querer estudar, os pais poderão recorrer a múltiplas estratégias para a pressionarem a continuar.¹³

De facto, em qualquer uma das duas situações referidas foi possível saber, através dos diversos contactos mantidos, que estes pais sempre se tinham envolvido no processo de escolarização dos filhos. No diálogo apresentado, o casal referiu os pedidos de livros *às senhoras para quem a mulher trabalhava a dias*. Noutros momentos, informou inclusivamente que procedia à explicação de al-

¹³ Na conclusão propõe-se a identificação de um conjunto de dimensões explicativas do «abandono escolar precoce» no Casal Ventoso.

gumas matérias escolares e que obrigava os filhos a um investimento regular nos estudos, exigindo que realizassem trabalhos escolares antes de saírem de casa, controlando, em suma, as suas rotinas diárias.

No caso da «licenciada», para além destas «obrigações», a socialização familiar comportou sempre muitos elementos de aprendizagem de carácter escolar, mesmo no período em que o percurso escolar não se tinha ainda iniciado. Tais práticas tornam-se legíveis na forma organizada como foram guardados, ao longo dos anos, os trabalhos realizados pela criança, bem como nos materiais de desenho e escrita que se encontram armazenados no quarto individual da estudante, que, entretanto, já não vive naquela residência e nem sequer no Bairro.

É bem provável que, muito mais do que noutros casos, estas crianças se tenham imaginado enquanto «estudantes», pelo menos durante uma parte das suas vidas, e se tenham simultaneamente visto rodeadas de condições para desenvolverem esse papel.

No entanto, a referência que os pais fazem á «força de vontade» e ao «interesse» que os filhos demonstraram para enfrentarem «o desafio escolar», instituição da qual eles próprios têm más recordações e acerca da qual não conhecem muitas histórias de «bons percursos», é, de qualquer forma, importante. Cremos, inclusivamente, que, se a trajectória escolar destas crianças começasse a ser marcada por desaires (chumbos, notas negativas em exames e faltas, ou pela expressão do seu desinteresse), seria mais facilmente interrompida por estes agregados do que por agregados de classe média. Ou seja, a margem de tolerância dos pais e dos filhos face ao «insucesso» e à expressão do desinteresse destes últimos é, mesmo para este tipo de agregados, comparativamente baixa.

As zonas do Casal Ventoso nas quais existe uma maior concentração de agregados deste tipo são, precisamente, as áreas mais próximas das fronteiras geográficas do Bairro, ou seja, as zonas cimeiras da encosta, que compreendem uma menor densidade de pátios: toda a área do Casal Viúva Teles; parte do Casal Ventoso de Cima, nomeadamente a Rua Guilherme Anjos e alguns acessos à Rua do Arco do Carvalhão; a Rua Fresca, no Casal Ventoso de Baixo.

Estes agregados mantêm frequentemente relações com pessoas de áreas exteriores ao Bairro, nomeadamente com habitantes de pátios próximos. Até meados da década de 70, alguns locais de encontro funcionaram mesmo como uma espécie de ponto de ancoragem espacial para redes sociais que congregaram agregados próximos do estilo de vida estável do Casal Ventoso e pessoas de outras zonas próximas. A colectividade O Imparcial¹⁴ é disso um bom exemplo. Segundo um associado, O Imparcial deixou, já em finais da década de 70, de

¹⁴ V. capítulo 3.

agregar uma tão grande quantidade de gente e, sobretudo, o que ele considera ser o *mesmo tipo de pessoas*:

O Imparcial tinha a assistência que tinha porque tinha uma tradição de teatro. Havia famílias. Aquilo era frequentado por famílias, estás a ver? Era eu, a minha mulher e a minha filha. O Filipe, mais a mulher, o filho e a filha. Havia lotação esgotada porque, mesmo que as pessoas não tivessem lá os lugares, estavam já reservados. Tinha poucos sócios do Casal Ventoso. Mas a malta de lá de baixo não vinha cá acima porque achava que aquilo era uma colectividade já fina. Agora maioritariamente são pessoas do Casal Ventoso.

Segundo outro associado:

A transformação deve-se a que aquilo começou a apostar no futebol. Foi campeão de amadores, e foi chamar aquela malta que se dedicava ao «pontapé na bola».

Provavelmente, entre esses locais de ancoragem para redes sociais constituídas fundamentalmente por pessoas de outras áreas e por agregados estáveis do Bairro, não se destacava apenas O Imparcial, mas também outras colectividades, como A Verdi ou Os Amigos de Apolo.¹⁵

Contam-se, entre os homens dos agregados que se aproximam deste estilo de vida, aqueles que protagonizam formas de mediação e de representação do Bairro junto de organizações exteriores, nomeadamente estatais.

Outros agregados deste tipo, sobretudo os filhos, saíram do Bairro. Como reconheceu um informador:

Há aqui pessoas decentes. Há pessoas aqui cultas, mesmo filhos do Bairro, só que estas pessoas, quando chega a altura, piram-se, vão-se embora... Quando saem são às vezes pessoas só de vinte e tal anos que arranjam casa fora...

Para alguns membros destes agregados, o Bairro não representou mais, provavelmente, que um local de passagem, no qual praticamente não estabeleceram relações com ninguém a não ser com a casa onde viviam, e pouca gente soube da sua existência. Outros, que tinham vivido sempre no Casal Ventoso e que aí estabeleceram relacionamentos, sobretudo durante a infância, deslocam-se poucas vezes ao Bairro e fazem-no quase só para visitarem algum familiar. Segundo um habitante:

O Filipe [nome alterado de um artista] vem cá visitar a mãe. Tem cá a mãe. Vem cá de quando em quando, mas a malta já não se fala. Eu já não lhe falo. Uma vez apareceu aí ao fim duma série de tempo, fui lá cumprimentá-lo, dei-lhe um aperto de mão... começa assim

¹⁵ A Academia Filarmónica Verdi foi fundada em 26 de Maio de 1872, na Rua do Arco Carvalhão e a Apolo foi fundada na mesma data. Por essa razão, algumas pessoas designaram-nas por *colectividades gémeas*.

a olhar. Também, já se sabe, é um senhor... e eu fiquei assim... Andávamos todos juntos quando éramos miúdos, mas, já se sabe, são tudo coisas que se perderam.

Não obstante, os casos conhecidos de habitantes que transferiram a sua residência para outras zonas de Lisboa foram muito escassos. E ainda menos os casos daqueles para os quais essas trajectórias de mobilidade espacial terão correspondido a percursos de mobilidade social.

Na verdade, a esmagadora maioria das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, mesmo com mais de trinta anos, declarou ter nascido no Bairro, e não se tratava, propriamente, de uma primeira geração, pois os seus próprios pais, ou mesmo avós, já aqui tinham nascido. Apesar, portanto, dos percursos de mobilidade espacial realizados, a hipótese que se coloca é claramente a de que, até ao início da década de 80, se registou uma baixa substituição da população e a de que essa baixa mobilidade espacial para regiões exteriores é, neste caso, um indicador particularmente expressivo de uma baixa mobilidade social.

Infelizmente, os dados quantitativos mais recentes de que dispomos a este respeito datam já de 1960. Nessa data, registou-se que 26,7% dos chefes de família da população residente no Casal Ventoso e em Sete Moinhos sempre tinham residido no local, e cerca de 54% nele residiam há mais de 20 anos.¹⁶

Se o estilo de vida que até agora descrevemos é desenvolvido essencialmente por agregados nos quais o homem possui ofício, conhecemos também alguns outros que, embora possuam um homem nessas circunstâncias, estão, por relação a outras dimensões, distantes dos atributos que lhes estão associados. É pois, em muitos casos, difícil definir uma clivagem clara entre o estilo de vida estável e instável, como decerto se depreenderá da leitura do próximo bloco.

O «estilo de vida instável»

Os agregados que se aproximam claramente do estilo de vida estável são, muito possivelmente, em menor número do que aqueles que se aproximam do estilo de vida instável. Ou seja, o estilo de vida instável é aquele que corresponde aos atributos que mais frequentemente se encontram entre os agregados do Bairro e que melhor os distingue do exterior.

A designação «instável» advém do facto de estes agregados terem rendimentos muito débeis e incertos e de este atributo consistir num dos condicionantes mais importantes para que se aproximem, também por relação a outros atributos, deste estilo de vida.

Embora no limite a instabilidade de rendimentos resulte do desemprego e do subemprego a tempo inteiro, o leque de profissões e de actividades que a

¹⁶ V. Menezes *et al.* (1992).

caracterizam são as indiferenciadas, desempenhadas por um universo de mão-de-obra particularmente pouco instruído e mal remunerado.

Estes trabalhadores inscrevem-se nas categorias dos «assalariados não declarados» e dos «trabalhadores por conta própria em alguns sectores de actividade». Os «assalariados não declarados», [...] distribuem-se por várias indústrias transformadoras, pela construção civil, pelos serviços pessoais e domésticos e por algumas faixas do comércio. A sua situação revela-se altamente instável, sendo marcada pelo trabalho a prazo, à tarefa, em tempo parcial ou pelo subemprego, sem quaisquer garantias de continuidade [...]» Relativamente aos «trabalhadores por conta própria», «[...] contam-se os indivíduos e famílias que têm como única fonte de recursos uma multiplicidade de frágeis actividades económicas designadamente no comércio ambulante, nas reparações ao domicílio ou em pequenos serviços de construção. Esta categoria conhece dos mais baixos padrões de escolarização, onde o analfabetismo, tal como para os agricultores de baixos rendimentos, é traço saliente.» (Ferreira de Almeida *et al.*, 1992, pp. 74-75.)

Os membros destes agregados experimentam uma situação de grande vulnerabilidade relativamente à pobreza, em alguns casos próxima dos limites de subsistência física.

Os agregados que se aproximam do estilo de vida instável vivem sobretudo em pátios. Os pátios são «mundos» particulares, onde as seguintes características do tecido do Bairro se acentuam: a exiguidade, o fechamento espacial e a sobreposição das residências existentes, bem como a frequência com que se registam fenómenos de co-residencialidade. Estas características, aliadas ao facto de a mobilidade espacial intergeracional ter sido baixa e, portanto, de os diferentes agregados que aí residiram se terem reproduzido no seu interior, criaram condições para que os laços de vizinhança se tenham tornado elementos fundamentais para a construção de relacionamentos prioritários.

De facto, a partir dos depoimentos obtidos e das observações realizadas, cremos que existem fortes razões para acreditar que os habitantes dos pátios estão envolvidos em redes sociais que têm o espaço do pátio e as relações de vizinhança que aí se estabelecem como principal suporte. É, por exemplo, habitual que, quando são questionados acerca de «quem são os seus vizinhos», os habitantes respondam: *são as pessoas lá do pátio*.

Isso não significa que os habitantes dos pátios não conheçam muitas pessoas residentes noutros locais. Pelo contrário, muitos deles estabelecem relações no resto do Bairro e estão enquadrados no interior de redes sociais que se estendem até diversas áreas da cidade e também, embora muito raramente, a outras áreas de Portugal. Conhecem-se diversos habitantes que mantêm relacionamentos noutros bairros degradados ou de habitação social para onde se transferiram parentes ou amigos, em processos de realojamento. Os bairros mais

vezes referidos foram os da Boa Vista, Musgueira, Chelas e Fonte Santa.¹⁷ Outras pessoas, porém, estabelecem também encontros com colegas de trabalho que residem, por exemplo, na Ajuda, Sacavém, Damaia ou ainda com pessoas que encontram habitualmente nas férias, nos fins-de-semana ou noutros momentos de lazer (conhecemos casos de relacionamentos estabelecidos, por exemplo, em parques de campismo da Costa da Caparica).

A nossa hipótese é, relativamente a estes aspectos, a de que muitos dos laços de parentesco, bem como dos próprios atributos deste estilo de vida, encontram mais facilmente prolongamento nesses bairros distantes do que em áreas de classes populares adjacentes habitadas por trabalhadores especializados e por agregados com outros atributos.

É provável que muitas das características dos pátios se tenham modificado, pelo menos no que respeita à visibilidade dos relacionamentos. Um morador de um deles, com cerca de 50 anos, referia que, no passado, os pátios consistiam *n'um verdadeiro espectáculo de luzes e cores onde estavam dezenas de crianças a brincar durante o dia nas escadas ou em casa umas das outras*, ou seja, um espaço eminentemente infantil. Descrições semelhantes foram realizadas por outras pessoas em diversos grupos etários. Mesmo por habitantes com pouco mais de 20 anos que apontavam para as escadarias dos pátios, descrevendo-as como um território que na sua infância tinham utilizado como prolongamento da casa. Presentemente tal não acontece. Apenas registámos alguns episódios em que bebés circulam dos braços de umas vizinhas para outras, sob olhares atentos e em que, por exemplo, uma comentava com outra, enquanto elevava um bebé no ar: *Quem é que pode fazer mal a uma coisinha assim?* Também se assistiu, por parte das vizinhas, a alguns comentários sobre dados biográficos de um bebé, como, por exemplo, a hora, a data do nascimento, o nome e a profissão dos pais, ou comentários acerca de certas «proezas» realizadas por aquele bebé específico nas diversas etapas do crescimento. As demonstrações de afecto para com os bebés são, aliás, muito frequentes e não se confinam aos pátios. Levar um bebé de casa dos avós situada no Casal Ventoso de Baixo para o Casal Ventoso de Cima é uma tarefa plena de interrupções. Um trajecto a que se assistiu e que correspondeu aproximadamente a 100 metros demorou cerca de 15 minutos e sofreu nove interrupções provocadas por vizinhos e parentes que se aproximavam para brincar com a criança.

No entanto, os fenómenos da vizinhança mítica como espaço de concórdia e de colaboração não são indiscutíveis. A proximidade espacial, a frequência e a intensidade das relações nos pátios não promovem apenas relacionamentos preferenciais. São também circunstâncias facilitadoras de conflito e de rupturas nos relacionamentos. Cremos que tal se deve, justamente e em parte, ao facto

¹⁷ O único na mesma freguesia.

de as zonas de *habitat* compreenderem pessoas que desenvolvem estilos de vida diferenciados.

O carácter muito expressivo e intenso das relações de vizinhança nestes contextos espaciais, aliado a uma série de outros factores, nomeadamente ao estilhaçamento de alguns agregados (devido ao número elevado de filhos que provocou a sua circulação por outras casas) e à co-residencialidade, exigiu-nos uma maior atenção relativamente à forma como estes habitantes constroem os limites da sua família e às situações em que a própria designação «família» é utilizada, quer pelas pessoas que se encontram dentro, quer pelas que se encontram fora do agregado.

Não obstante, as pessoas dos pátios que se referem à sua família fazem-no, grande parte das vezes, de uma forma muito semelhante aos agregados que se aproximam do estilo de vida estável e às definições mais comuns da sociedade global. Ao contrário do que acontece, como veremos, para o estilo de vida ilegal, o termo «família» é utilizado aqui, prioritariamente, para designar os membros que estão ligados pelo parentesco e que habitam uma mesma casa, como, por exemplo, o pai, a mãe, os irmãos, bem como outros parentes que têm, por vezes, uma assinalável importância na própria organização do agregado. No caso de o progenitor não viver na casa, essa designação inclui, também, o homem que mantém uma relação conjugal com a mãe.¹⁸ No entanto, é possível descortinar, ainda, uma outra escala familiar, habitualmente designada por «família extensa», constituída por avós, tios e primos que não habitam a mesma casa.¹⁹ Por seu lado, os vizinhos ou co-residentes não aparentados foram, nos casos que conhecemos, separados da família, tendo sido, algumas vezes, designados como *quase da família* ou como *pessoas que ajudam bastante a nossa família*.

¹⁸ Quando o agregado é formado por pessoas que não possuem entre si laços de parentesco, nomeadamente por um homem ou por uma mulher que possuem filhos de uma outra união, esses filhos tendem a referir-se predominantemente ao homem com o qual habitam. Não é clara a qualidade da relação estabelecida entre o progenitor e os filhos que não habitam a mesma casa, mas, provavelmente, os laços de obrigação recíprocos atenuam-se sensivelmente. Existem casos em que se verifica uma quase ausência de relação. Contudo, temos também conhecimento de outros em que, curiosamente, o progenitor se começa a interessar bastante mais pelo filho e a exprimir mais afectividade do que quando coabitavam, independentemente de os direitos e deveres se terem atenuado.

¹⁹ Pina Cabral propõe uma noção com um carácter mais analítico que a de «família extensa». Trata-se da noção de «identidade continuada» que define da seguinte forma (Pina Cabral, 1991, p. 178): «[...] sentimentos de união e de partilha de interesses que resultam de uma associação com momentos de identificação passados – isto é, com unidades sociais primárias correspondentes a momentos anteriores do ciclo de reprodução.» Para a construção de «identidades continuadas», Pina Cabral não releva tanto o aspecto da genealogia, ou seja, os «laços de parentesco ocorridos no passado». Defende antes que «aquilo que as pessoas se relembram é a história passada de laços de identificação social. Ora estes raramente se identificam com a genealogia de uma pessoa, mas antes com os sentimentos de união e comunhão de interesses que resultam da perença conjunta a unidades sociais primárias» (1991, pp. 173-174).

Por sua vez, a maior parte das pessoas que são exteriores à casa reconhecem a prioridade dos relacionamentos e os direitos e deveres recíprocos entre os membros que vivem na mesma casa, sobretudo se esses possuem laços de parentesco. Assim, muitas afirmam que não se devem imiscuir nos assuntos das outras famílias. Por exemplo, a respeito de um incesto, situação que é considerada particularmente grave, um habitante referiu:

À Sandra C. já lhe acontece isso desde pequenina... desde pequena que há várias pessoas a saberem da história. Há gente que se sente revoltada, mas não faz nada, porque aquilo é lá entre eles... É um assunto da família deles.²⁰

A par da ideia de que as questões internas da família residente numa mesma casa deverão ser normalmente resolvidas no seu interior, circula uma outra: a de que os membros de uma mesma família são, em parte, corresponsabilizados pela conduta dos outros. A pessoa em que tal responsabilização se projecta com mais intensidade é a mãe, sendo-lhe atribuída a incumbência de vigiar e de acompanhar directamente a conduta dos filhos.

Se questionarmos os membros dos agregados que se aproximam deste estilo de vida acerca da forma como idealizam o papel de homem e de mulher no interior do agregado doméstico, não encontramos diferenças do tipo de ideais expressos pelos agregados que se aproximam do estilo de vida estável.

²⁰ Apenas se teve conhecimento de dois casos de incesto e em ambos se conhecem apenas as adolescentes envolvidas e não os respectivos pais. Não temos dados que nos façam presumir que estes casos são mais habituais no Casal Ventoso do que em qualquer outro local. Temos sim alguns dados que nos remetem para a gravidade que é atribuída aos casos de incesto, nomeadamente quando envolvem um menor. Foi na rua que tivemos conhecimento de um destes casos sobre o qual eram emitidas condenações explícitas. Nele esteve envolvida uma adolescente com cerca de 16 anos (o caso tinha-se passado há já 4 anos, no momento em que tinha apenas 12 anos) e o seu pai, que tinha sido detido há pouco tempo, embora não por esses motivos. A discussão acerca do acontecimento teve lugar às duas da tarde de um dia chuvoso de Dezembro, entre três homens. Um deles transportava uma canadiana, pois tinha contraído um entorse a jogar à bola, e um outro encontrava-se sentado num muro, muito sonolento, espreguiçando-se diversas vezes. Estavam a falar há cerca de 5 minutos, discutindo um assunto relacionado com a venda de drogas. Um terceiro encontrava-se prestes a ir buscar alguns «panfletos» a casa para os distribuir por alguns consumidores que entretanto aguardavam. Este último aproximou-se, com o punho fechado, do local onde os dois primeiros se encontravam a dialogar e disse: *Vocês já souberam do D.?* O homem da canadiana fez um gesto afirmativo com a cabeça, mas perguntou *sei o quê?* O sonolento limitou-se a aguardar a resposta com uma expressão desapacientada. O terceiro homem prosseguiu: *O gajo tinha relações com a filha. Eu partia-lhe os cornos... a miúda é linda. Vocês conhecem a miúda, é mesmo querida, faz mesmo impressão.* O homem da canadiana não sabia da história e disse: *Ebbh... o gajo é um porco. Eu nunca tinha dado por nada* e continuou a murmurar coisas indecifráveis com a cara voltada para o chão. O terceiro homem afastou-se e o das canadianas, visivelmente indignado, continuou a falar do assunto com aquele que estava sentado no muro: *Tu conheces a miúda, não conheces... tive com ela hoje, tive no fim-de-semana...,* e continuava a abanar a cabeça. O homem que estava sentado no muro gritou então mais alto para aquele que se afastava, brincando: *Mas tu partes os cornos..., quem é que parte os cornos? Tu partes os cornos a alguém?*

Contudo, as práticas destes homens e mulheres correspondem menos a essas idealizações.

A forma como os papéis de género são concebidos torna-se legível nas entrevistas e nas conversas realizadas. Mas uma mera observação atenta dos locais de encontro e da forma como os membros de distintos sexos se apropriam deles é suficiente para que se elaborem hipóteses acerca de quais são as atribuições distintas de homens e mulheres no interior do Bairro.

A «paisagem» do Casal Ventoso é, sob este aspecto, muito próxima da de outros bairros populares lisboetas. Os locais de lazer como, por exemplo, as colectividades, os cafés ou a própria rua têm uma clara predominância de homens e são esses que aí permanecem durante mais tempo. Essa predominância acentua-se em determinados momentos, por exemplo, quando o pretexto do encontro é um jogo de cartas ou quando acontecem transmissões televisivas de desafios de futebol, diluindo-se em contextos de festas comemorativas, como é o caso dos Santos Populares ou do Carnaval. Em determinados locais, como tabernas, a presença de homens é quase exclusiva.

Embora se encontrem excluídas das tabernas, é possível encontrar algumas mulheres em determinados cafés ou colectividades. Muitas vezes encontram-se sentadas a conversar durante alguns instantes. No entanto, permanecem nesses locais menos tempo que os homens e, grande parte das vezes, afirmam que estão «só de passagem» e que têm de ir fazer o almoço ou limpar a casa.

Espaços públicos de outra natureza como os estendais de roupa, as mercearias, os tanques de lavagem ou outros locais de prolongamento do trabalho doméstico são exclusivamente apropriados por mulheres e tratados como domínios exclusivamente seus. Quando, por exemplo, um consumidor de drogas que vive no Bairro há cerca de seis anos, e que se definiu algumas vezes como *um toxicodependente mais asseado que os outros*, lavava as suas roupas nos tanques de lavagem, algumas mulheres diziam-lhe: *Vê lá se te crescem as mamas* ou punham em dúvida que ele conseguisse proceder à lavagem. *Isso deve cá ficar uma coisa em boas condições...* Tanto ele como as mulheres riam-se destas observações.

As actividades domésticas são exclusivamente desenvolvidas pela mulher, secundada pelas filhas. Em muitos casos, como veremos mais tarde, é também a mulher que não só trabalha como organiza o funcionamento do agregado no domínio da domesticidade, encarregando-se da relação com os filhos; como, aliás, acontece noutros contextos de Lisboa.²¹ De facto, aproximar-se do foro

²¹ V. Pedroso de Lima (1992). Este domínio da domesticidade contém, pelo menos, dois níveis: um nível económico e um nível relacional. Em primeiro lugar, são as mulheres quem administra o dinheiro do orçamento familiar, gerindo o processo de consumo e de poupança quotidiano. Em segundo lugar, são as mulheres que sabem aquilo que se passa quotidianamente em casa, mantendo uma relação mais profunda com os seus filhos até uma determinada idade (*female centred households*). De qualquer forma, isso não invalida que elas tenham, grande parte das vezes, um trabalho remunerado.

doméstico, «compondo a casa» e sendo uma «boa dona da casa» são aspectos cruciais na idealização do papel da mulher e é de acordo com esses ideais que os membros do agregado desenvolvem determinadas expectativas relativamente às condutas da mulher, enquanto mãe e enquanto esposa.²²

Por seu lado, o papel que os membros esperam que o homem desenvolva é o de «chefe de família». Embora esse papel contenha atribuições que não estão clara e homogeneamente definidas, e apesar de cada agregado e cada membro o interpretarem de forma diferenciada, cabem consensualmente ao «chefe de família», pelo menos, duas coisas: em primeiro lugar, «sustentar o agregado», ou seja, contribuir com a maior quota-parte do orçamento doméstico; em segundo lugar, tomar decisões extraordinárias ou aquelas que envolvem maiores investimentos por parte do agregado, como, por exemplo, onde deve o agregado habitar ou com quem pode ou deve uma filha namorar.²³

Muitos homens, antes de formarem um novo agregado doméstico com uma mulher, e sobretudo enquanto adolescentes, não negam e, pelo contrário, todos confirmam as atribuições fundamentais do «chefe de família». Referem mesmo, sem que lhes seja questionado, que é um desejo seu casarem e sustentarem um agregado, fazendo referência a um ideal de *sossego* e de estabilidade doméstica.

O José, que tem 19 anos, afirmou:

Bom era eu ter o meu trabalhinho, a minha vida sossegada e sem chatices e uma mulher que eu gostasse e que gostasse de mim, que não houvesse desentendimentos.

O Paulo, que tem 28 anos e possui a 4.^a classe, ilustra, de forma particularmente expressiva, esse desejo, associando-o à posse de uma carteira profissional:²⁴

A gente esperou sempre que a vida aumentasse, que a vida progredisse e que a gente fosse de hoje para amanhã alguém, mas tivemos muitos sofrimentos, isso não se vai desmentir. Às vezes tínhamos de comer, íamos pedir fiado, como muita gente tem de certeza. Ia-se pedir fiado e depois pagava-se... Agora o que eu queria era já estar casado... já tenho aquela vontade de estar casado, se tivesse um trabalho certo e um ordenado batido... Conheço tanta gente que

²² Se o seu cônjuge trabalhasse, contribuindo com todos os seus rendimentos para o orçamento familiar, a mulher dificilmente poderia não corresponder a estas expectativas, pois, nesse caso, o seu mau desempenho tornar-se-ia particularmente notório no interior do agregado e no próprio Bairro. Ela seria muito condenada pelo homem, pelos seus filhos, pela família do marido e pela generalidade dos observadores exteriores, nomeadamente pelos seus próprios parentes.

²³ Presenciámos, aliás, várias situações de rapazes que se confrontavam com o dilema de, mais dia menos dia, irem *pedir licença ao pai dela*, bem como comentários de pais e filhas relativamente a pedidos dessa natureza.

²⁴ O pai do José era estivador e a mãe foi, durante muitos anos, cozinheira num restaurante da baixa lisboeta que acabou por falir.

está a viver em casa dos pais... estar a viver sozinho com uma mulher e compreendê-la e ter um filho e isso era das coisas que eu mais adorava. E ter a carteira de electricista e estar feliz... ter uma casa, chegar do trabalho, ter a mulher em casa. Sair à noite, ir ao café com ela, ir a uma discoteca, beber uns copos... fazer a vida de casado, que é melhor que a vida de solteiro.

Ser «chefe de família» não corresponde, porém, apenas a um ideal de referência para o homem. Encontrar um «bom homem» trabalhador, e melhor ainda se este possuir um salário fixo, é uma preocupação de algumas mulheres e, fundamentalmente, dos seus pais, que, por vezes, se imiscuem na relação que a filha estabelece, fazendo diversas advertências ou mesmo impondo proibições; em suma, exercendo formas de controlo sobre o homem em causa. Um homem que estabeleceu uma relação com a mulher com quem acabou por casar em meados da década de 70 contou a esse respeito:

O meu melhor amigo é agora o pai da minha mulher, só que na altura não me gramava, porque insistia com a minha mulher que eu não trabalhava, que não fazia nenhum. Isto era assim porque me viam todos os dias durante a tarde a conversar na Meia-Laranja com os amigos e iam-lhe fazer queixa, mas eu trabalhava numa fábrica de vidro e saía às duas da tarde, porque pegava de madrugada. E então fui lá a casa pedir para namorar com a minha mulher e disse-lhe logo: «Vá lá à fabrica e pergunte quem é que trabalha lá, se sou eu se é o homem invisível.»

Algumas mulheres, como é o caso da Ana, de 29 anos, fazem referências negativas aos comportamentos do cônjuge e afirmam inclusivamente que o pai tinha razão quando fazia advertências acerca do homem com quem acabaram por ficar a viver:

Não tenho marido que me ajude, há muito tempo que não trabalha... diz que «fuma». Conheci-o numa colectividade da Cascalheira [indicação falsa]. O meu pai queria que eu namorasse com um outro rapaz e não sei quê. Quando descobriu, ficou todo chateado comigo. Aceitou bem eu ficar grávida, mas disse-me: «Ah, mas agora um filho? Mas não tens casa, não casaste...» mas depois casei e fiquei ali porque ele [pai] tinha a parte de baixo e fez a parte de cima. Um sótão com uma escada. Tudo se arranjou, a criança nasceu... agora se calhar o meu pai tinha razão, se calhar ficava muito melhor com o outro..., eu sei lá...

Algumas referências como as que são realizadas por uma outra mulher de 42 anos²⁵ são importantes, porque nos permitem simultaneamente ilustrar a intervenção do pai na relação estabelecida pela filha e antecipar um pouco a questão, que levantaremos mais tarde, relativa à não correspondência entre a

²⁵ Esta mulher vive há cerca de 20 anos no Casal Ventoso.

conduta do homem e as expectativas da mulher e dos filhos do casal, concedidas em torno da ideia do que «um homem deveria ser»:

A mulher é uma vítima da sociedade. Uma vítima dos homens. A gente só serve para trabalhar e para fazer filhos, para mais nada. Trabalho em limpezas numa sala de espectáculos. Começo a limpar cerca das 6 da manhã. O meu marido é desempregado de um estaleiro de reparação naval. Foi despedido porque era muito revolucionário, tinha ideias muito revolucionárias ou então pensava que sim. O meu marido é alcoólico de manhã à noite. Eu não tenho paciência, não tenho, porque infelizmente tive um pai alcoólico e toda a vida vivi com o meu pai. Agora caso-me e torna-me a vir um alcoólico... é de mais para mim. Conheci o meu marido num baile de Sete Moínhos. Como eu dançava bem o rock todos me pediam para dançar, e aquela do rock... fui dançando, fui dançando... tive um ano e meio a dançar com ele sem lhe falar e sem ele me falar a mim. Depois pediu-me namoro. Comecei a namorar. O meu pai descobriu que ele não queria trabalhar, que andava-me a pedir dinheiro emprestado do meu emprego, mandou acabar com tudo. E eu fiquei aborrecida com o meu pai. Eu acho que um pai ou uma mãe só tem de chamar a pessoa e dizer: «Olha, ele não presta. Largas? Passou-se isto e isto. Eu fui sabendo que ele não quer trabalhar. Está-te a explorar a ti.» Mas o meu pai chegou lá: «Ponha-se na rua que a partir de hoje não está aqui mais.» Eu tinha 16 anos, era muito criança e então fui ter com ele para ser enganada quando me juntei. Juntei-me com ele. Vim aqui morar para casa da avó dele. Dormíamos no chão da cozinha. A avó dormia no quarto. E eu já tinha a minha filha mais velha. Depois ficámos lá um ano e entretanto ele foi para a Guiné. Eu não podia trabalhar e ter a filha ao mesmo tempo, que já estava no fim da outra gravidez, e fui para ao pé dos meus pais. Levei uma vida desgraçada, sempre eu a trabalhar sozinha para os meus filhos. O que ele ganhava reventava e estragava. Eu já não sei se é de ele estar doente, se é do ambiente, se é de ele próprio ser mau, já não sei. Sempre discuti muito com ele. Os meus filhos agora dizem do pai: «Não se pode falar com ele, que ele é um bicho». Já lhe estou farta de dizer: «Tu estás a arranjar maneira...» A miúda mais nova já tem 9 anos, não é ainda nenhuma adulta e já disse: «Não julgues que eu tomo conta do pai quando ele for velho.» Eu acabo por ter pena dele, porque ele, ao fim e ao cabo, vai ser um desprezado se eu morrer. O meu marido é sócio da colectividade x. Quando não vai trabalhar está lá todo o dia. É lá que ele se embebeda.

O argumento que mais à frente explicitaremos é o de que a dificuldade de o homem sustentar ou assistir ao provimento orçamental do agregado afecta muitas vezes a sua *performance* global no interior do foro doméstico. Os homens que possuem rendimentos inconstantes participam tendencialmente menos no funcionamento do agregado do que aqueles que possuem rendimentos caracterizados por uma maior estabilidade.²⁶

Isso não invalida, porém, que alguns homens que se encontram numa situação de instabilidade e de escassez de rendimentos continuem a participar

²⁶ De facto, torna-se mais fácil para os oficiais ou para qualquer homem que possua rendimentos maiores e mais estáveis corresponder a um «ideal de chefe de família», pelo menos no que se refere ao «sustento do agregado».

do orçamento doméstico com praticamente todo o seu salário e a permanecer, grande parte do seu tempo, na exiguidade do espaço doméstico, partilhando o contexto da sobrevivência quotidiana. Nesses casos, as diferenças da sua *performance* não são claras e notórias por relação àqueles que se encontram numa situação remuneratória mais desafogada. Todavia, se intensificarmos a nossa atenção, registamos que, apesar da presença física e orçamental do homem, a sua relação com o agregado tende a atenuar-se e a deteriorar-se, passando a caracterizar-se por baixos níveis de informação acerca dos outros membros (legíveis, porventura, na própria expressão dos afectos) e por um défice de protagonismo relativamente à organização do funcionamento familiar.

É possível discernir este tipo de funcionamento do homem através da observação, mas, sobretudo, da análise das informações obtidas em entrevista. Torna-se legível nas formas como os membros do agregado se referem à ausência de protagonismo do homem na organização familiar e à própria ausência de relacionamento com os membros do agregado. Nestes casos de estilo de vida instável, os filhos do casal tendem, por exemplo, a referir-se menos à presença do pai do que naqueles que se aproximam do estilo de vida estável, a não ser na medida em que esse exerce formas de punição, quando tal lhe é solicitado pela mãe. É possível que, em muitos casos, o homem fique confinado, no interior do agregado, ao estatuto de símbolo de autoridade e ao papel de último reduto de força. Nesses casos, a sua participação é apenas solicitada nos momentos em que se pretende repor uma putativa «ordem perdida».

O caso da Sandra, que tem 17 anos, é um bom exemplo de uma certa ausência do pai relativamente às dimensões organizacionais e relacionais do agregado. A forma como se referiu nas entrevistas quase apenas à mãe e só por último ao pai foi registada em mais casos e curiosamente sempre em situações em que a limitação e a instabilidade orçamental eram mais nítidas. O pai é reformado da estiva e a mãe é empregada de limpeza. Segundo ela:

O dinheiro lá em casa foi sempre pouco. O que vale é só ser eu que estou sem trabalhar. Sou a única filha lá em casa. A minha irmã já está casada. Com a minha mãe chego a falar acerca de rapazes. Começa a dar-me conselhos dos rapazes... para eu ter cuidado... não sei quê. A minha mãe diz o que todas as mães dizem, acho eu. Diz para eu não andar com qualquer um... para ter cuidado com o que escolho. Ela só quer o meu bem, não é? Ela às vezes diz que vai dizer ao meu pai, mas depois não diz. Com o meu pai não costumo falar disso, nem de nada. Eu às vezes não vejo o meu pai, só o vejo ao jantar. O meu pai é uma pessoa que não se percebe, é muito calado. Tenho que ter mais respeito com ele... ele é muito pior que ela. A ela faço tudo... a ele não posso dizer-lhe as coisas que digo à minha mãe. Às vezes até estamos a gritar as duas e às vezes o meu pai chega e calamo-nos as duas. O meu pai põe-me de castigo, não me bate... proíbe-me às vezes de ir para a rua. [...] A minha mãe trabalha algumas vezes fora e nem devia. O meu pai também me ajuda... às vezes a levantar a mesa, mas é sempre a mesma coisa... eu faço melhor que ele... ele é homem. Acho que ele se sente mal de estar a fazer

coisas em casa. Ele é homem, assim como eu sou rapariga, lá é assim. É normal não é? O homem deve fazer o que compete ao homem e a mulher à mulher... acho eu. Há quem não ache. O homem deve fazer os trabalhos de homem e a mulher deve fazer os trabalhos domésticos... se o homem ajudar, também não há problema nenhum, não é? Deve ser a maneira como eu fui educada, mas em minha casa foi sempre assim.

Neste caso, o homem permanece, no entanto, muito tempo em casa, participando no seu orçamento com grande parte do rendimento obtido. Consiste pois num bom exemplo de uma situação que poderíamos considerar de «meio-termo» entre o investimento de alguns homens do estilo de vida estável na organização do agregado e uma situação próxima do desvinculamento. Não corresponde, portanto, a uma situação extrema que permita distinguir claramente o funcionamento dos agregados que se aproximam do estilo de vida instável.

Na verdade, o factor que permite distinguir com maior nitidez os agregados que se aproximam deste estilo de vida é o facto de o homem se encontrar mais orientado para as relações de rua do que para o interior da casa, o que significa duas coisas: em primeiro lugar, que grande parte do seu tempo pós-laboral e da sua energia, ou, nos casos de não trabalhar, grande parte do seu dia, não é investido no agregado e no desempenho do papel de chefe de família, mas antes na relação com outros homens, em tabernas, cafés de bairro, nas colectividades ou na rua. Em segundo lugar, que o seu contributo para o orçamento doméstico é menor do que o seu rendimento permitiria ou, simplesmente, do que a sua mulher e os filhos desejariam.²⁷

A baixa participação orçamental pode ocorrer ou porque o homem não tenta participar do orçamento mais do que o faz ou porque os seus rendimentos, já de si escassos, são gastos noutras actividades, como, por exemplo, nas relações que estabelece na rua com outros homens. Esta situação agrava-se a partir do momento em que prescinde do trabalho ou de outras actividades lucrativas, em que é alcoólico, ou em que gasta muito dinheiro em apostas de jogo.²⁸

²⁷ Em muitos casos, permanecer ou não em casa, contribuindo para a manutenção do agregado, é um procedimento cíclico. O desinvestimento nunca é, portanto, total. Pelo menos, não se assistiu a qualquer caso em que a participação do homem no orçamento do agregado, e no funcionamento do mesmo, fosse nula. Numa «situação limite» deste estilo de vida, o homem passaria a desenvolver as suas práticas quotidianas totalmente no exterior da casa e a sua vida decorreria paralelamente à vida familiar.

²⁸ A aposta e o endividamento ao jogo não são características particulares das práticas e da convivialidade entre homens do Casal Ventoso, mas, pelo menos, os danos que isso causa no orçamento individual e do agregado foram muitas vezes referidos. O jogo e as apostas ao jogo são muito frequentes e, segundo os jogadores, *aposta-se forte*, quer em colectividades, quer em cafés. Alguns informadores referiram-nos, inclusivamente, que é *normal ganhar o salário do mês e numa noite estoirar tudo no jogo*. Assistiu-se de facto a grandes apostas em jogos de cartas, mas também a apostas noutras situações. A vitória num jogo de futebol entre adolescentes pode valer, em alguns casos, 5000\$00 a 10 000\$00.

Nos casos em que o homem se distancia declaradamente da casa e se desvincula de uma parte substancial do provimento orçamental, o funcionamento do agregado passa a depender, em larga medida, da mulher e das suas maiores ou menores condições para o organizar e para colaborar no seu sustento, expandindo o seu papel e atribuições. Ou seja, para liderar o agregado, construindo-o sobre uma base matrifocal, continue ou não o homem a ser simbolicamente reconhecido como o «chefe da família».

Consideramos, aliás, que a privação do papel do homem no interior do agregado, dado este não assegurar os três níveis de participação (orçamental, organizacional e relacional), é, porventura, a causa principal para se registar uma tendência para a matrifocalidade²⁹ no interior do Casal Ventoso.

Nestes casos, o investimento das mulheres é diferenciado, o que conduz à existência de uma diversidade ou mesmo de um «contínuo» de situações de funcionamento possíveis.

Num extremo desse «contínuo», em que o homem se encontra ausente, a mulher emerge como principal responsável pela reprodução do agregado. Muitas vezes, contribui para uma parte substancial (por vezes a maior parte) do orçamento familiar, através do seu ordenado, sendo secundada pelos rendimentos obtidos pelos seus filhos e pelo marido. É ela quem organiza a actividade produtiva, funcionando como uma espécie de âncora do próprio grupo doméstico.³⁰

No outro extremo, encontramos uma mulher que, por múltiplas razões, também se desvincula do agregado. Este tende, então, para uma desagregação interna e para uma quase independência dos seus membros, embora, nos casos conhecidos que se aproximam desta situação, os cônjuges continuem a reivindicar um estatuto simbólico que lhes é reconhecido, parte das vezes, pelos filhos. Nesta situação, os membros funcionam apenas enquanto co-residentes em busca de uma mera garantia de subsistência física. O exemplo mais extremo disso é o de uma família que, no interior do Bairro, é conhecida pelo facto de dormir no mesmo compartimento, numa barraca enlameada com muitos ratos. Os filhos viveram, inclusivamente, durante algum tempo, numa capoeira de galinhas. Essas crianças têm, neste momento, cerca de 13 anos, utilizam pouco vocabulário, comunicando através de gemidos. Continuam no ensino pré-escolar e possuem atrasos de desenvolvimento provavelmente irrecuperáveis. Nesse caso, porém, o agregado mantém-se.

²⁹ O conceito de «matrifocalidade» é aqui empregue num sentido muito limitado. Pretende-se apenas referir que se verifica uma liderança da mulher na casa e que o homem se encontra, de certa forma, ausente, mas também, em muitos casos, que as relações familiares e de vizinhança extradomésticas são mediadas através de laços uterinos.

³⁰ Esta situação traduz uma forma particular de desigualdade na divisão do trabalho entre o homem e a mulher. Esta última tem mais horas de trabalho, dado que desempenha tarefas fora e dentro de casa, enquanto, por seu lado, o homem dispõe de um largo período de lazer.

Há outros casos em que os cônjuges se separam, ou simplesmente desaparecem, e as crianças ficam em casa de outras pessoas ou então são recolhidas por diversas entidades.

Para melhor se compreender as formas de funcionamento dos agregados em que o homem se distancia do papel de chefe de família e, simultaneamente, o próprio «contínuo» que corresponde a essas situações, apresentaremos dois casos exemplificativos.

O primeiro caso é o da «Olívia». Trata-se de um bom exemplo de um agregado cujo funcionamento é organizado quase em exclusivo pela mulher. Esta mantém, inclusivamente, uma participação determinante no seu orçamento, fazendo reivindicações, condenando o comportamento do marido e tendo como referência o que ela entende serem os «deveres» do homem enquanto marido e enquanto pai.

A Olívia nasceu no Casal Ventoso num agregado que poderemos considerar próximo do estilo de vida instável. Foi viver ainda criança, em início da década de 60, para casa de alguns familiares e regressou em meados da década de 70 ao Casal Ventoso, imediatamente a seguir ao seu casamento com um homem do Bairro. O regresso deveu-se, segundo ela, à vontade do marido. Com ele constituiu um agregado com um funcionamento que cremos estar, também ele, próximo do estilo de vida instável.

■ *Caso 1: Olívia*

O pai da Olívia era pintor de barcos. Foi preso por ter furtado alguns artigos no cais de desembarque, tendo-os posteriormente vendido. Segundo ela, *o meu pai até era uma pessoa que até costumava estar em casa sossegado.*

Depois de ter saído da cadeia, tornou-se estivador. No momento em que o pai foi preso, Olívia tinha cerca de 5 anos. Foi, com essa idade, viver para casa da avó (mãe paterna), onde residia também uma tia (irmã do pai) e respectivo cônjuge, que:

Já tinham vivido no Casal Ventoso, mas depois foram viver para Odivelas, porque, como viviam um bocadinho melhor, foram, porque não gostavam das casas do Bairro.

A sua mudança de residência deveu-se ao facto de serem muitos irmãos (ao todo oito, dos quais só seis são vivos).³¹ A respeito deles, refere:

Agora vivem todos aqui outra vez, mas somos muito desligados, pouco nos vimos. Mas também agora não há muita proximidade. Só um é que é casado, o resto são todos juntos.

³¹ Antes da década de 80, o número de filhos nestas famílias era, normalmente, bastante elevado e os rendimentos particularmente baixos. Tornava-se, porventura, mais fácil desenvolver o estilo de vida estável quando o número de filhos era mais reduzido e os rendimentos mais ele-

Um casou-se com uma mulher aqui do Bairro. Uma irmã minha casou com um rapaz do bairro da Boa Vista e depois juntou-se com um rapaz daqui. Outro irmão casou-se com uma rapariga de Chelas e já não está com ela, está a viver aqui. Uma estava casada com outro rapaz, mas já não está com ele, está sozinha com os filhos dele... eu dou-me com todos. O que não é, é aquela coisa que costuma ser entre irmãos. Dava-me muito bem com a minha irmã, mas... tem quatro filhos... mas ela fez-me uma acção e eu também me desliguei dela. Percebeu... eu não é ser mais nem menos que os meus irmãos, tenho outro pensar que eles não têm. Não sei se foi de ser criada de outra maneira... deve ser isso. E eu com certas conversas que eles fazem e têm atitudes que eu não gosto... pronto, quero viver a minha vida.

Segundo Olívia, os pais fizeram poucas referências a propósito do seu futuro e dos irmãos:

Eu sei lá... Eu essas conversas nunca tive com des. Também era tanta miséria. Eu fiz a 4.ª classe, pelo menos, que os meus irmãos não têm. Só eu é que tenho. Não sei se era de ter vivido em Odivelas... mas os meus irmãos também não davam para mais, queriam era galderice e não sei quê... eu fui trabalhar. Eu também fui criada pela minha avó, não foi pela minha mãe. Gostava mais da minha avó do que da minha própria mãe... como se costuma dizer «parir é dor e criar é amor» [...] eu gostava da minha mãe mas a minha avó é que me ajudou muito [...] a minha mãe, vou-lhe dizer, nunca me deu o valor de um tostão, nunca nos ligou nenhuma e o meu pai ainda menos. A minha avó fez-me o casamento e comprou-me o enxoval todo. A minha avó não era uma pessoa rica mas tinha para o dia a dia que às vezes a minha mãe não tinha. Andou à gandaia, uma série de anos, tinha de se levantar às 5.30 da manhã [...] ou ia ali para o Bairro Alto, para os jornais. O meu pai também não gostava muito de trabalhar e era muito mau para a minha mãe e para os meus irmãos.

Acerca do regresso ao Bairro, a Olívia diz que se ficou a dever à vontade do marido, porque, segundo ela:

É só por causa do meu marido que estou cá, apesar de saber que as casas são mais baratas. Mas já nem isso é. Foi só quando casei que vim para aqui morar. De princípio não tinha casa e fui para casa da minha mãe. A minha mãe tinha ainda dois irmãos meus e a casa era muito pequenina. Tinha duas assoalhadas e não tinha casa-de-banho, nem nada.

vados e estáveis. Uma mulher com cerca de 50 anos que referiu que toda a sua vida tinha sido miserável disse a este respeito: *Eu tive quatro filhos porque ainda era nova e tinha os olhos tapadinhos. Depois disso sabe quantos desmanches fiz? Sabe? Vinte e um, foi quantos desmanches fiz.* A quantidade de «desmanches» era, provavelmente, muito elevada entre as mulheres, embora só esta o tenha referido voluntariamente. Por seu lado, distribuir alguns filhos por casas de outras pessoas, sobretudo em casa de avós ou tios que se encontravam com uma situação financeira menos problemática, era então uma estratégia frequentemente utilizada. Grande parte das vezes, as pessoas que recebiam essas crianças residiam em locais exteriores. Aí se mantinham as crianças durante alguns anos ou, pelo menos, até ao momento em que começavam a trabalhar. Algumas das que regressavam a casa dos pais e que o faziam ainda enquanto crianças possuíam um nível de escolaridade superior ao dos irmãos.

A minha filha estava comigo e eu arranjei ali uma casa... chamavam-lhe «Pátio do Espantalho», ou lá o que é. Arranjei lá uma casa e fui para lá morar, mas depois a minha tia e a minha avó da parte do meu pai disse: «Olha, trás a menina para aqui, que a gente fica com ela.» E então a minha filha foi para lá... esteve lá uns dois anos e meio e eu vim para aqui morar. O meu marido como gostava disto aqui... tem a mãe aqui, que mora aqui já quase há 50 anos... mas são principalmente os amigos que ele aqui tem, gosta é de paródia... e a gente veio para cá morar.

No Casal Ventoso, para além da casa da mãe, a Olívia e os membros do seu agregado passaram por mais três casas. Era frequente algumas pessoas procurarem melhorar a sua situação habitacional dentro do próprio Bairro, tentando encontrar rendas mais baratas ou casas melhores:

Quando viemos para o Casal Ventoso, viemos viver para casa do meu irmão mais velho, que ele tinha cá uma casa e vivia sozinho, antes de casar com a minha cunhada. Depois arranjei uma casa lá para cima e depois a gente foi para lá. Agora moro no Casal Ventoso de Cima, que vagou lá uma casa.

Relativamente à relação com o trabalho, tanto do marido como a sua própria, e a propósito da contribuição de cada um para o orçamento familiar, a Olívia refere:

O meu marido não faz nada em casa e às vezes nem vai trabalhar. Não gosta muito de trabalhar, nunca gostou... trabalho eu, que remédio. Já trabalhei em várias coisas... até tinha um trabalho bonito e ganhava bem. Era costureira e maquinista. Fazia as duas coisas. Depois a fábrica faliu e agora vendo hortaliça no mercado de Campo de Ourique. Lá não dava era para fazer tanto em casa porque entrava às 8 e era o dia todo até às 19. Agora é só das 7.30 até às 14. Mas alguns dias ainda vou fazer limpezas. O meu marido é que é pena. É pintor de automóveis [...] ter umas mãos tão boas para trabalhar e ser um bocadinho calão. O emprego do meu marido é numa oficina em Campo de Ourique. Já lá está há muito tempo. Às vezes não lhe apetece e não vai. É a 10 minutos de casa, não é muito longe. O problema é que descontam as faltas... os patrões também não o deixam vir embora, porque não encontram ninguém para trabalhar como ele, e ele vinga-se nisso, sabe? Eu é que me queixo. Está a ver o que é eu todos os dias me levantar às 6.30 da manhã e ele ficar na cama sem estar doente? Também custa um bocadinho. E não é por nada de importante... às vezes é porque se deita tarde... os amigos dele aqui, e as conversas, as brincadeiras. Não é por mais nada.

Para melhor se compreender a relação entre os cônjuges e os filhos, concentremo-nos um pouco sobre o decorrer da própria entrevista:

– Tenho uma filha com 19 anos e outro com 15 anos, que não arranjou ainda trabalho. Está em casa. A minha filha tem 19 anos. Também trabalha num refeitório. Teve na fábrica de malas comigo, eu arranjei-lhe para lá. Depois saiu e foi para o ar condicionado. Depois acho que a firma faliu ou fechou, ou lá o que é que foi, e depois foi para um refeitório.

- O que é que gostava que eles fizessem?
- *Gostava que eles tivessem um ofício, pelo menos o meu filho. Podiam ter um ofício bonito. Eu gosto de trabalhar.*
- E a sua filha. Acha que não tem essa necessidade?
- *Acho que não. Eu falei várias vezes para ele [marido] o meter [ao filho] lá em cima ao pé dele. Mas depois havia o problema dele ficar em casa e depois o patrão o mandar ir chamar à cama. E ele não quer lá pôr o filho por causa disso. Ele também o podia lá meter. Ele arranjou lá trabalho para um miúdo lá de cima, mais depressa arranjava para o filho... e o meu filho queria ir. Ele não o pôs lá, está lá outro no lugar dele... Eu digo-lhe: «Tu assim só dás o exemplo ao teu filho.» Não tenho problema nenhum em dizer.*
- Os seus filhos estudaram até ao 1.º ano, porquê?
- *Ele não dava para a escola... não ia às aulas, andava na brincadeira, a jogar à bola e eu tirei-o. Eu já lhe perguntei se ele quer ir estudar e ele não quer ir... também assim andava a gastar dinheiro sem precisão nenhuma e pronto. Com a minha filha também foi a mesma coisa, também não quis ir estudar. Ela é que quis ir trabalhar, eu não a obriguei. Sabe que eles não davam para a escola. São crianças fracas, não davam e eu tirei-as.*
- Como é que gostava que as coisas se passassem na sua família?
- *Gostava que fôssemos uma família feliz. Que todos trabalhássemos. Gostava que o meu marido trabalhasse todos os dias. Eu escusava de ter a vida que tenho. Ter outro modo de vida. Se ele trabalhasse e se fizesse um bocadinho mais pela vida, a gente podia estar um bocadinho melhor. Até podia nem morar aqui.*

O próximo caso é um exemplo de uma situação de ausência do homem na qual a mulher não expandiu o seu papel de uma forma tão explícita como no anterior. Designamo-lo por «os segregados». Esta designação fica a dever-se à imagem mais comum que grande parte das pessoas do Bairro construíram a seu respeito, ou melhor, ao lugar que este agregado ocupa no interior do próprio Bairro, pois é considerado, como nos referiu um informador, uma *família péssima*. Isto acontece porque a sua residência tem poucas condições de habitabilidade e porque os membros possuem indumentárias particularmente envelhecidas e sujas.

Segundo referiram várias pessoas, os dois filhos adolescentes (um rapaz e uma rapariga) eram algumas vezes segregados nos relacionamentos, devido ao facto de as indumentárias não seguirem determinados gostos juvenis ou por se apresentarem sujas. A rapariga possui várias alcunhas elucidativas, como, por exemplo, *a piolhosa*.

Um homem que entrou em casa dos «segregados» comentou com outros três homens que demonstravam já conhecer a história:

Aquilo não tem condições nenhuma, faz impressão tantos piolhos. Sai com os braços todos negros... cheios de piolhos... não têm cuidados nenhuns.

Estas observações permitem-nos registar que mesmo os agregados que se aproximam de um mesmo «estilo de vida» constroem imagens uns dos outros

por relação a uma putativa maior ou menor distância de determinados ideais dominantes. Distintas imagens essas que tendem a hierarquizar-se, hierarquizando com elas os diversos agregados, o que conduz a uma espécie de «estratificação representacional» interna.

A filha do casal comenta desta forma alguns aspectos da discriminação de que é alvo entre os adolescentes do Casal Ventoso:

Às vezes vejo que as coisas começam a dar para o lado torto e nunca me calo... Porque é muito raro eu ligar às bocas que elas estão sempre a mandar, mas, quando vejo que é de mais, começo para lá a mandar vir. Nunca me calo. Eu visto como me posso e como me apetece. Quem não gosta não olha, ninguém tem nada a ver com isso. Olha... a minha mãe vai sempre à igreja buscar roupa. O meu pai nunca me comprou uma peça. Nunca. Só de Natal a Natal é que me comprava sempre um fato-de-treino.

O caso dos «segregados» é um bom exemplo de uma situação de não correspondência do marido (trabalhador indiferenciado da construção civil que, segundo a mulher, *trabalha quando há trabalho*) ao modelo de chefe de família que os membros do agregado desejam que ele desenvolva.

Quer a mãe, quer os filhos, referem-se a um «passado de felicidade» e de realização de um «ideal familiar» quando o agregado residia fora do Bairro e que teria sido destruído por diversos infortúnios. Segundo a mulher:

Eu gostava de ir outra vez para Castelo da Pedra. Eu estou sempre a dizer. Morei lá bastante tempo. Tinha lá casa. Não foi lá que eu nasci. Nasci aqui, mas tinha lá uma boa casa. Tinha tudo quanto é bom. O meu marido, com a bebedeira, andou lá à porrada, bateu no senhoria... vendeu as mobílias, vendemos tudo e viemos para cá. O meu marido era pintor da construção civil e eu trabalhava a dias para as senhoras de lá. O meu marido nessa altura ganhava melhor. Ele vendeu tudo, senão nesta altura ainda estávamos lá. Vivemos lá muitos anos, felizes.

Neste caso, a não correspondência do homem a determinados «ideais» é particularmente acentuada, já que agride frequentemente os outros membros, nomeadamente a própria mulher. Esse tipo de comportamento é muito condenado no interior do Bairro, pois, com a utilização da violência física sobre a mulher, ultrapassa-se um limite simbólico que torna mais clara a distinção entre «um bom» e «um mau marido»; ou, pelo menos, ultrapassam-se os limites que são considerados toleráveis no comportamento de um homem.³²

³² Por duas vezes foi referida a utilização de violência física sobre a mulher de uma forma que nos permite supor que este é o limite definitivo que distingue um homem com um comportamento, pelo menos, não criticável de um *mau homem*. Uma mulher com cerca de 60 anos que se referiu ao seu falecido marido dizia: *O meu marido nunca foi mau homem, pelo menos nunca me batia*. Uma outra mulher, aproximadamente com a mesma idade, referiu: *Graças a Deus nunca tive problemas ao ponto do meu marido me bater*.

Para além disso, este homem mantém uma relação com outra mulher. Embora tal facto seja lamentado pela mulher com quem vive, é interpretado por ela, e pelos outros membros do agregado, como um «descontrolo» ou como uma «exacerbação» da masculinidade, fenómenos mais ou menos «normais». Assim, ele não é tão criticado pelo facto de ter uma relação com outra mulher como pelo facto de os membros do seu agregado entenderem que o défice da sua participação se deve à existência da amante. A culpabilidade directa da relação considerada ilegítima é atribuída, pela mãe dos seus filhos, à «outra mulher».

O dado mais importante a reter neste segundo caso é, no entanto, o de que, ao contrário da Olívia, a mulher não assume de forma clara a liderança do agregado, pois nem sequer comparticipa no orçamento familiar. Os restantes membros continuam a depender inteiramente da participação financeira do homem, já que a mulher não tem um trabalho remunerado e que os filhos do casal não trabalham. Assim, embora os membros da família condenem o seu comportamento, a maior preocupação que manifestam é a de que a sua colaboração económica não se atenua ainda mais. Curiosamente, o agregado doméstico continua a existir e os seus membros continuam, inclusivamente, a desenvolver sentimentos de pertença, bem como a exprimir ideais de funcionamento organizado.

O funcionamento deste agregado será ilustrado através de trechos de uma entrevista a uma das filhas do casal que designámos por «Quita» e que tem, neste momento, 18 anos. Abandonou a escola há cerca de 5 anos, depois de ter completado a 4.^a classe.³³

O facto de a entrevista ter sido realizada a um dos filhos permite-nos perspectivar o funcionamento do agregado a dois níveis: não só avaliar a relação entre os cônjuges, mas também a relação que cada um estabelece com os filhos e como essa relação é sentida e interpretada por eles. Procuramos também dar relevo aos desejos manifestados pela adolescente entrevistada relativamente ao seu futuro pessoal. Começámos, aliás, a entrevista por aí.

■ *Caso 2: «Os segregados»*

- O que é que gostavas de vir a fazer?
- *O que eu gostava de fazer mesmo era teatro ou isso. Não era só pelo jeito, mas gosto de fazer. Fazer teatro, cantar fado e outras coisas assim. Gostava de ir à «Grande Noite do Fado» ou à «Chuva de Estrelas».*
- E costumavas ver o «Chuva de Estrelas»?

³³ Com a mãe realizámos apenas algumas conversas que nos permitiram obter algumas informações fundamentais. Por vezes mostrou uma tímida simpatia. Duas das vezes parecia assustada por o marido se dirigir para casa. Noutra referiu que tinha que ir porque ainda não tinha o almoço pronto e o marido chegara mais cedo do que previra. Tem apenas 43 anos, mas parece fisioeconomicamente mais velha. Essa sensação é agravada porque as roupas são particularmente velhas e o cabelo encontra-se quase sempre desgrenhado.

– *Estou sempre a ver. Vejo a «Chuva de Estrelas» e a «Mini Chuva de Estrelas», vejo sempre. Consegui apanhar a morada, só que não sei como é que hei-de escrever para lá.*

– *Quem é que ias imitar?*

– *Ia imitar a Lena Silva,³⁴ ou cantava «No bairro onde eu moro» ou «Nunca esquecerei meu pai» ou então «Meu pai não perdoas minha mãe». Para ser fadista é preciso ter muitos estudos e isso. Queria ser fadista, mas não com os fados das outras, inventando como eu faço. E não é só cantar fados. Se a gente quiser cantar músicas inglesas e isso, é preciso ter estudos... só fado também enjoa. Queria também cantar a Anabela, a Dulce Pontes, essas assim.*

– *Achas que vais conseguir cantar...?*

– *O que eu queria ter sido era fadista, mas nunca consegui. Nunca tive essa hipótese. Era o meu futuro. Era o que eu queria ser, só que não tenho ninguém que me dê a a mão... A única hipótese que podia dar era eu inscrever-me para o «Chuva de Estrelas». Tentar apanhar a morada. Talvez tivesse uma hipótese... como sou jovem. No «Chuva de Estrelas»...*

– *E achas que podias também cantar noutros sítios?*

– *No «Chuva de Estrelas» é que é muita gente... a gente mostra se tem talento... mostra o talento que vale. É sempre melhor o «Chuva de Estrelas».*

– *E já cantaste noutros sítios?*

– *Já, às vezes, quando há assim festas ou isso, meto-me ali na rua a cantar, depois fazem rodas. Às vezes vou a casa delas... ali onde eu moro. Também era para ir cantar na Vila Bernardina.³⁵ Era para ir, mas o meu pai não me deixou. Foi-me lá buscar. Era a última a cantar. Eles escreveram o meu nome sem eu saber, para me fazerem surpresa, mas o meu pai já estava meio bêbedo e foi-me lá buscar. Não me deixou. Diz que aquilo que eu canto não é para dar borlas aos outros... ele não gosta é da pessoa que organizou os fados. Não fala com ela. Se fosse noutro sítio deixava... O meu pai chateou-se com ela... Foi assim: o meu pai estava no café e ele já estava meio bêbedo e ela não lhe quis aviar uma mini e o meu pai começou para lá a atirar com as cadeiras e com as mesas. E ela disse ao meu pai para lá não ir mais, mas ela já sabia que o meu pai estava bêbedo e que quando o meu pai está bêbedo começa a emburrar. Depois ele armava lá sempre cegada. O meu pai chegou ao pé de mim e disse: «Vá menina vamos para casa que não vais cantar para certas pessoas.» Depois ela disse-nos assim: «Isto não é para vocês. Vocês não têm nada de estar aqui. Já que vocês não falam comigo, vão todos daqui para fora.» Depois mandou-me chamar, mas o meu pai já não quis e eu também já não queria, porque, para já, não gostei daquela atitude..., e depois eu protejo o meu pai sempre que há caldeirada no Bairro... apesar dele ser o que é.*

– *Então, e como é que te relacionas com o teu pai?*

– *O meu pai comigo dá-se muito mal. O meu pai não gosta de mim. Sou muito mal tratada. Ele para me dar ordem para fumar foi um caso sério, e mesmo assim não posso fumar à frente dele. Depois a minha mãe é que me dá ordem para fumar e dá-me ordem para namorar... Eu, se vir o meu pai meter a minha mãe fora da porta, prefiro eu ir para a rua do que a minha mãe ir. Nem que eu tenha de chegar daqui a Oeiras, dizer ao meu tio para vir buscar*

³⁴ Intérprete de fado e de música popular portuguesa muito escutada no Casal Ventoso. É comum, quer em cafés, quer em casa de habitantes, existirem diversas cassetes da Lena Silva.

³⁵ Esta Vila não faz parte do Bairro, situa-se na outra margem da Rua Maria Pia. Realiza-se aí um arraial dos santos populares com uma grande quantidade de fadistas. Alguns deles têm reputação no meio da «canção popular».

a minha mãe para a levar para Castelo da Pedra³⁶ e eu vou para a terra do meu namorado, que é de Olarinbo.³⁷ Ele vem cá de vez em quando passar aqui férias. Vem para cá de vez em quando... só que agora está no hospital. Cortou os tendões no tractor. Na semana passada, o meu pai deu-me uma grande tarefa... Quería bater à minha mãe, porque a minha mãe foi lavar e veio tarde para fazer o jantar e ele queria-lhe bater. Arrancou uma tábua do armário para lhe dar na cabeça. Só que ele teve azar, que eu meti-me à frente e ele deu-me no braço e deslocou-me o braço. Depois ele queria puxar os cabelos à minha mãe para lhe começar à joelhada na cara e eu, conforme ele vai bater nela, meto-me à frente. Empurro a minha mãe lá para fora. Ele agarrou-me a mim e, olha, pós-me a sangrar. Eu ando a proteger a minha mãe, só para a minha mãe não levar. Nem a minha mãe, nem o meu irmão, que ontem ele fartou-se de bater no meu irmão. Comecei a ver que já era de mais, meti-me à frente dele e levei eu nas costas, mas não me importei, o meu irmão não levou mais. [...] Ele não gosta de mim porque eu estou sempre a acudir à minha mãe. Qualquer coisa que a minha mãe faça tem sempre razão. Eu não gosto do meu pai. Ele é muito mau. Eu quero ir ali à sede [colectividade] ver televisão, que eu não tenho luz, não deixa. Quero ir ali beber um café, ele não deixa. Quero ir um bocadinho das 9.30 até às 10.30, ele não deixa. Mas eu já lhe disse: «quanto mais ele me prender pior para ele». Eu já quis fugir de casa. Ir para Olarinbo. Perguntei ao Zé [primo do namorado] onde é que morava o primo dele e ele disse-me que era em Olarinbo. Agarro... o meu pai bate-me mais uma vez e eu... nem lhe dou mais um dia, para a próxima que me bata vou-me embora, apanho o 51 para a estação de Santa Apolónia, da estação apanho o comboio para Olarinbo, da estação de Olarinbo apanho um táxi para um café onde ele costuma estar a jogar «snooker», vou lá até à porta dele e fico lá. Agora o meu pai já está melhor porque não bebe... não tem bebido. Deu-lhe uma congestão durante a noite por causa das cervejas. Agora, quando recebe à sexta-feira, já dá à minha mãe. Agora tem andado assim, mas às vezes varia. Agora às vezes não está. Anda com uma senhora da Muxia.³⁸ Ela já andou com o meu pai e estamos desconfiados que ela deve estar grávida.

– Queres-me contar isso?

– Ele [pai] esteve com a minha mãe desde os 15 anos. Depois ele mandou a minha mãe fora de casa e foi lá à Muxia vê-la e esteve com ela... O meu pai antes de estar com a minha mãe esteve com ela [«senhora da Muxia»], depois juntou-se à minha mãe aos 15 anos e agora sempre esteve com a minha mãe e há pouco tempo o meu pai mandou a minha mãe fora de casa mais a mim e foi ter com ela para a Muxia. Há uns dias uma pessoa virou-se com uma conversa comigo ao telefone e disse que eu ia ser irmã outra vez. E eu pensei, da minha mãe não é, que a minha mãe não pode ter filhos, que viraram-lhe o útero. Só se for dela...

– E a senhora da Muxia, conheces? É solteira?

– A senhora da Muxia é solteira, só que gosta muito de homens casados. Ela não tem marido. Ela ainda gosta do meu pai. Esteve com ele bastante tempo e já mandou duas cartas para o meu pátio, e quem as agarrou fui eu, a dizer para o meu pai ir ter com ela, que gosta dele, que tem saudades dele... e eu não dei ao meu pai, que é para o meu pai não deixar a minha mãe, rasguei as cartas. A minha mãe não sabe, não sabe nada, nem eu digo [...] A minha mãe não se há-de separar do meu pai.

³⁶ Nome fictício para designar uma povoação exterior ao distrito de Lisboa.

³⁷ Nome fictício para designar uma povoação da zona norte do país.

³⁸ Designação fictícia para um bairro de Lisboa.

– Como é que achas que o teu pai reagiria se recebesse as cartas?
 – *Acho que... Ele, já assim, maltrata a minha mãe. Chama-lhe tudo, faz-lhe tudo, bate-lhe e não sei quê. Se ele recebe as cartas e se vier um bocado bêbedo, é o suficiente para pôr a minha mãe na rua e para a pôr a ela lá em casa. Ela [mãe] também está sempre a sofrer: «Nunca morres e não sei quê [...] desgraçado, maldito» e andam, sempre os dois à porrada. Ele pega nas tábuas do armário, vai buscar frigideiras e canecas... uma confusão. Mas a minha mãe diz apesar de ele ser muito mau, ela quer estar sempre com ele, porque ele é nosso pai e é com ele que ela sempre viveu. Um dia que ele se separe dela, ela não quer arranjar ninguém. Quer estar sozinha connosco.*

– E tu, achas melhor que ele se vá embora ou que fique?

– *Não pode ir, porque a minha mãe não tem emprego certo e quem governa a casa é ele. Dá dois contos à minha mãe por dia, não chega para nada, e às vezes não dá nada. E já está com ela há muitos anos. Não era agora depois de 30 anos que ele se ia separar dela. Se ele se separasse dela eu não me importava, desde o momento que ele desse sustento aos dois [ela e o irmão]. Nós somos muito novos para passarmos por aquilo que estamos a passar. A minha mãe quase todas as noites tira da boca dela e dá-nos a nós, só para a gente não ir para a cama sem comer. Ele recebe à sexta-feira e gasta o dinheiro todo em vinho e nós somos obrigados a ir para a cama ou com uma tigela de sopa ou com sopas de café.*

– Fazes uma ideia de como é que o teu pai é com a senhora da Muxia?

– *Dizem-me que ele é diferente. Dá-lhe dinheiro. Compra-lhe roupas. Anda sempre com ela para ali e para aqui. Com ela é diferente. Ele está só à espera que ela mande uma carta. Quando ela mandar, ele vai.*

Como vimos, nos dois últimos casos, regista-se uma não correspondência do homem às incumbências que lhe são atribuídas e que surgem congregadas no papel de chefe de família. É muito comum que essa não correspondência resulte não só de um afastamento voluntário do homem da casa, mas também de uma «expulsão» realizada pela própria mulher. A hipótese que resulta da observação de várias situações é a de que, embora, por exemplo, em casos como o da Quita se distingam formas de «abandono do homem» e desvios ao papel de «marido» e de «pai», já que a sua história envolve o adultério e a agressão, sendo facilmente reconhecido como «mau homem», a possibilidade de a expulsão se registar é, porventura, menor do que no caso da Olívia, pois naquele a mulher continua a depender em exclusivo da contribuição orçamental do homem. Esse é de facto um aspecto preponderante que, apesar de todos os argumentos que ela possa utilizar, constrange qualquer eventual decisão. Outro aspecto central que inviabiliza a «expulsão» corresponde ao facto de a casa não lhe pertencer. Não obstante estes constrangimentos, a decisão poderia ser facilitada se se colocasse a possibilidade da substituição do homem por um outro, em condições de corresponder melhor aos «ideais desejados» ou que substituisse, mesmo que momentaneamente, a «imagem negativa» daquele com quem vive. Quer, portanto, a tendência do homem para a ausência e abandono, quer a tendência das mulheres para a expulsão e substituição, emergem como ele-

mentos centrais que, no Bairro, conduzem frequentemente à interrupção de uniões e à sua substituição por outras.

Conclusão

Vimos, neste capítulo, que os agregados do Bairro não desenvolvem estilos de vida homogêneos. Pelo contrário, eles distinguem-se por relação a diversas dimensões de organização e funcionamento. Vimos também que a relação entre essas dimensões não é aleatória. É possível identificar dois tipos analíticos de estilos de vida que correspondem a cruzamentos típicos entre atributos: o estilo de vida estável e o estilo de vida instável. Por sua vez, a forma como tais atributos se interligam encontra-se muito dependente de um elemento que, como aqui defendemos, possui uma importância crucial no estilo de vida dos agregados, bem como na sua reprodução intergeracional: a «condição dos membros perante o trabalho», sobretudo a do homem, que desempenha o papel de pai e, mais amplamente, o de chefe de família. A problemática do homem que se confronta de forma periclitante com o trabalho e com o seu agregado merecerá maiores desenvolvimentos no próximo capítulo. Ela permitir-nos-á compreender alguns dos aspectos cruciais da «ilegalidade» e do próprio estilo de vida ilegal antes do tráfico.

Capítulo 6

«Estilos de vida» e ilegalidade

Neste capítulo abordaremos a problemática da ilegalidade no Casal Ventoso antes do período do tráfico. Ou seja, procuraremos identificar os elementos que nos permitem compreender o desenvolvimento de condutas ilegais no Bairro antes desse momento. Na verdade, a ilegalidade é um aspecto muito referido nas representações exteriores acerca do passado do Bairro. E, embora a evidência empírica disponível não nos permita apontar claramente nesse sentido, não é de excluir a hipótese de que o desenvolvimento de condutas ilegais tenha sido consideravelmente mais acentuado entre os moradores do Casal Ventoso do que entre os habitantes da maioria dos outros bairros de Lisboa.

Neste capítulo veremos, em primeiro lugar, que a ilegalidade antes do tráfico é, em larga medida, um atributo que decorre das condições em que se encontravam os agregados do estilo de vida instável. Veremos depois, todavia, que foram surgindo no Bairro práticas ilegais desenvolvidas por uma minoria das quais se usufruíam maiores rendimentos. Os agregados que a elas recorreram possuíam atributos específicos que os diferenciavam do estilo de vida instável. Esses atributos registavam-se quer a nível do funcionamento, quer a nível dos próprios ideais de funcionamento, tornando-se legíveis, principalmente, na sua quase-autonomização relativamente ao mercado de trabalho legal e na estreita aproximação a formas de ilegalidade a «tempo inteiro». É apenas por relação a essa minoria de agregados que se torna analiticamente propício falar de um «estilo de vida ilegal».

O «homem de rua», casa sem pai e ilegalidade

Acentuando o que foi já referido no capítulo anterior, registamos que as condutas dos agregados que se aproximam do estilo de vida instável diferenciam-se dos agregados do tipo estável essencialmente em três aspectos: relação problemática do homem com o trabalho, dado que, como vimos, o «trabalho rejeita o homem» e que, muitas vezes, o «homem rejeita o trabalho»; desajus-

tamento na relação entre a conduta do homem e as expectativas que os membros do agregado produzem acerca dele com base num «ideal de chefe de família»; investimento do dinheiro e do tempo disponíveis fora de casa, na «rua» ou, mais exactamente, na relação com os pares.

As informações que obtivemos nesta pesquisa aproximaram-nos muito de posições que foram já defendidas por Elliot Liebow (1967), Hylan Lewis (1967) ou Ulf Hannerz (1969), nos trabalhos realizados por estes autores junto de classes baixas, nas quais a desvinculação do homem relativamente ao agregado doméstico e a tendência para a matrifocalidade também se registavam.

O argumento que defendemos, e que passaremos desde já a expor, é o de que estes atributos do comportamento do homem se encontram estreitamente articulados entre si. Procurar entendê-los sem dar conta das suas relações pode conduzir-nos a erros graves de interpretação.

Como já referimos, os empregos disponíveis para os homens do Casal Ventoso são raros e instáveis. Para além disso, estes homens podem ser facilmente despedidos. Acontece também que, embora alguns deles tenham trabalho disponível, não o realizam, o que acentua ainda mais as possibilidades de despedimento. Quando tal acontece, ou seja, quando um homem, apesar de estar capacitado para trabalhar e de ter emprego num determinado dia, não trabalha, apresenta uma série de justificações. Algumas prendem-se com questões relacionadas com o próprio trabalho em causa, nomeadamente com a sua dureza. Um adolescente de 15 anos, por exemplo, encontrava-se aproximadamente há um ano a trabalhar de noite numa padaria quando nos referiu: *Nunca mais lá ponho os pés*, alegando que não suportava a dureza do trabalho nocturno. *Tu sabes lá o que é trabalhar toda a noite. Puxa mesmo pelo coiro, não é brincadeira nenhuma.*

Outras razões apresentadas para justificar o facto de não se ir trabalhar num determinado dia são de ordem pessoal, como a de estar doente, a de ter um compromisso com alguém ou, simplesmente, a de «não ter vontade». Um rapaz de 18 anos referiu, por exemplo, que não iria trabalhar nesse dia nas descargas da Docapesca porque *tinha muita coisa em que pensar* e contou uma história:

Temos que ir ajustar contas com uns gajos da Buraca. Isto foi assim: havia um gajo da Buraca que andava com uma miúda de cá e ela depois deixou de andar com ele e passou a andar com um amigo meu daqui, e eles ameaçaram a miúda na discoteca, e eu mais outras pessoas temos que ir lá resolver o problema.

Por conseguinte, as razões apresentadas por um homem para não trabalhar podem dizer respeito à «natureza do trabalho efectuado» ou «a si próprio» (nomeadamente à sua «vontade» ou à «(in)disponibilidade» para realizar certo trabalho). Esses dois tipos de razões não decorrem, no entanto, em paralelo. Encontram-se antes profundamente associados.

Independentemente de se apresentarem razões pessoais para não se ir trabalhar e de estarem envolvidas nessa decisão características idiossincráticas e factores concorrentes do trabalho, a análise dessas razões terá de ter inevitavelmente em conta o tipo de trabalho em questão. «Não querer ir trabalhar» quer sempre dizer «não querer trabalhar no trabalho que se tem para fazer em troca de uma determinada remuneração». Nesse sentido, as razões de ordem pessoal que a pessoa alega para não ir trabalhar poderiam, eventualmente, ser ultrapassadas ou não se manifestar se o trabalho fosse outro qualquer.

Os empregos disponíveis no Casal Ventoso são aqueles que se situam no mais baixo patamar da hierarquia do trabalho, ou seja, são precisamente as ocupações pior remuneradas, mais duras e mais sujas e nas quais o trabalhador é facilmente substituível. Por outro lado, são aquelas em que dificilmente se poderá ser promovido e realizar uma carreira profissional. O máximo que um trabalhador manual não especializado poderá retirar do seu trabalho são algumas referências elogiosas respeitantes à sua honestidade e ao esforço por procurar viver a partir dos rendimentos do trabalho, mesmo que a sobrevivência seja difícil de assegurar.

Autores como Liebow (1967, p. 63) referem de forma muito expressiva a relação de um trabalhador com a inexistência de expectativas de carreira ou de promoção profissional:

[...] the man does not have any reasonable expectation that, however bad it is, his job will lead to better things. Menial jobs are not, by and large, the starting point of a track system which leads to even better jobs for those who are able and willing to do them. The busboy or dishwasher who works hard becomes, simply, a hard-working busboy or dishwasher. Neither hard work nor perseverance can conceivably carry the janitor to a sitdown job in the office building he cleans up. [...] Thus the job is not a stepping stone to something better. It is a dead end. It promises to deliver no more tomorrow, next month or next year than it does today.

Para um homem que pretende suportar um agregado com o seu trabalho, estes empregos disponíveis são ainda menos desejáveis. Já não apenas porque não se obtêm deles compensações de natureza financeira ou simbólica a título individual, mas porque o rendimento auferido não lhe permite suportar financeiramente o agregado e corresponder a um ideal de chefe de família, o que faz com que, também a este nível, a maior parte dos homens só muito dificilmente possa obter qualquer contrapartida simbólica.¹ Em muitos casos, quanto mais

¹ Liebow (1967, p. 130) refere a este propósito: «The primacy ascribed to financial support derives from two analytically separable sources of value: the simple use value, in and of itself, of supporting and maintaining the lives of one's wife and children; and the expressive or symbolic value associated with providing this support» e faz referência a estudos que focam estes aspectos. É o caso de um artigo de Josephine Klein (*Samples from English Cultures*, 2 vols., Routledge, 1965,

intensas e manifestas forem as expectativas dos membros do agregado para que desempenhe os seus papéis de forma ideal, mais o homem se confronta com a impossibilidade, pelo menos orçamental, para corresponder a esses ideais e a essas expectativas. Em suma, mais profundamente depara com a sua inabilidade para desenvolver idealmente o papel de «marido», de «pai» e, por relação a estes, o «papel de trabalhador».

Por outro lado, este homem sabe também que só muito dificilmente poderá melhorar a sua situação, dado que conhece os horizontes de trabalho e que sabe que não pode aspirar a ter uma situação muito diferente da que teve o seu pai ou uma grande parte dos outros homens com quem contactou ao longo da sua vida. A sua história profissional repete, enquadra e prolonga, previsivelmente, as histórias e os fracassos anteriores que sempre conheceu.

Se atentarmos na consideração de Hughes (1958, pp. 42-43), «a man's work is one of the things by which he is judged, and certainly one of the more significant things by which he judges himself», facilmente se conclui que a representação que estes homens fazem do trabalho que podem realizar se articula com a ideia que produzem acerca de si próprios. Ora, ao longo desta pesquisa, a atribuição por estes homens de um baixo prestígio relativamente às suas profissões foi notória. Aqueles que trabalham ou trabalharam em ocupações manuais não especializadas raramente se referem a elas. Quando o fazem, dizem coisas como: *trabalhar toda a vida para nada* ou *foi uma vida de trabalho sem nunca ter dimbeiro*.

Não se configura como algo de estranho o facto de os homens do Casal Ventoso não conferirem a estes empregos um valor simbólico que eles sabem que não lhes é também atribuído pelas representações dominantes, nem no interior, nem no exterior do Bairro. Na verdade, como já Merton (1957, p. 145) reconhecera, os trabalhadores manuais são estigmatizados em todas as classes. No caso do Bairro, com a agravante de muitos deles serem operários não especializados ou sem qualificação.

Assim, são muito acentuadas as condições para que os ideais de «trabalhador» e de «chefe de família» passem para uma posição pouco prioritária na escala de valores pessoais destes operários não especializados. Para se conseguir obter algum reconhecimento, melhorar a auto-imagem e não se ser confrontado com uma senda de fracassos, é, em geral, mais fácil recusar estes papéis. Neste aspecto, concordamos novamente com Liebow (1967) quando refere que a «rua»

p. 164): «The man's role is financial and his status in the household depends rather stringently on his ability as a breadwinner: his self-respect is closely tied to his financial independence.» Por seu lado, Lee Rainwater («Work and identity in the lower class», in Sam Bass Warner, Jr., *Planning for a Nation of Cities*, Forthcoming, Cambridge, p. 3) refere de forma muito expressiva: «Noting that lower class persons are constantly exposed to evidence of their own irrelevance [...]. The identity problems of lower class persons make the soul-searching of middle class adolescents and adults seem rather like a kind of conspicuous consumption of psychic riches.»

(e naturalmente os espaços que se lhe encontram associados, como os cafés e as tabernas) são contextos relacionais adequados e disponíveis em que os homens podem agir em conformidade com outras lógicas e por referência a outros ideais e expectativas:

The streetcorner is, among other things, a sanctuary for those who can no longer endure the experience or prospect of failure. There, on the streetcorner, public fictions support a system of values which, together with the value system of society at large, make for a world of ambivalence, contradiction and paradox, where failures are rationalized into phantom successes and weaknesses magically transformed into strengths [p. 214].

A rua possui no Casal Ventoso um carácter de atractibilidade evidente de luz, cor e movimento. Na rua as pessoas estão e afirmam estar na *brincadeira* ou na *paródia*. No entanto, um contexto relacional e de construção do *self* como esse não pode ser apenas entendido como algo de magnético que atrai todos os homens que conhecem gente para aí permanecerem a «tempo inteiro». Muitos deles saem para a rua porque esta se apresenta, também, como um contraponto dos cenários onde o homem assiste ao delinear do seu fracasso, quotidianamente confirmado.

Estar em casa (na maior parte das vezes estreita e sem condições de habitabilidade) significa, contrariamente, estar em contacto permanente com um contexto de «ideais estilizados» onde se confronta com expectativas a que não conseguiu corresponder. A rua devolve-lhe, pelo contrário, importância e sentido. Em primeiro lugar, confere-lhe a possibilidade de investir nos domínios em que se consegue expressar com sucesso público: o jogo, a prática e a discussão do futebol, os confrontos verbais com os outros homens. Em segundo lugar, permite-lhe construir um sentimento de «confiança» resultante da expressão de uma afectividade e de formas de confirmação que não consegue encontrar e desenvolver noutros contextos.

Em muitos casos, é mesmo possível que encontre na rua formas de valorização por parte de mulheres que não esperam tanto que ele se comporte como «bom marido» e «bom pai». Noutros, é possível que, mesmo para o seu agregado e exibindo alguns dotes de masculinidade, ele se converta numa «fachada da família», num *homem com pinta*. Neste último caso, ser-lhe-á mais fácil obter reconhecimento pelos membros do próprio agregado enquanto «homem de rua» do que procurando desenvolver atributos ideais aos quais não tem condições de corresponder.

No mínimo, as vivências de rua permitem aos homens do Casal Ventoso beber. Pelo menos em parte, a embriaguez crónica permite-lhes esquecerem-se de múltiplos ideais em que falharam, reduzindo os níveis de ansiedade e aproximando-os do que poderíamos designar como «estratégias negativas», já que

está em causa uma disposição mais ou menos consciencializada para o «esquecimento de si próprio».

Todavia, embora possa ser considerada como algo de secundário, ou melhor, como um contexto alternativo para os homens do Casal Ventoso, a rua adquire, paralelamente, uma importância fundamental para a construção da «identidade masculina» nos meios populares. Relativamente a este aspecto, aproximamo-nos das conclusões de Hannerz (1969) quando afirma que esta se trata de «a place where masculinity can be celebrated» (1969, p. 127). Um contexto no qual os ideais de um referencial masculino que são valorizados e transmitidos não são tanto os de chefe de família mas antes os traços do «ser homem» – um «homem de rua», um «homem entre homens». É neste sentido que defendemos que a rua emerge igualmente como uma instância de socialização. Ela contém, de facto, para as crianças e adolescentes do Casal Ventoso, um forte carácter de atractibilidade que entra em competição, por exemplo, com a escola e com o trabalho.²

No entanto, ao contrário das teses que incidem essencialmente sobre a importância da socialização de rua, esse contexto não poderá ser considerado apenas como um quadro socializador que conduz, por si só, a fenómenos como, por exemplo, o do abandono escolar, mas também e inversamente, como uma instância que se encontra no *terminus* de tais processos. Desta forma, a rua é um receptáculo de crianças e adolescentes que, mesmo sem terem sido por ela inicialmente atraídos, começaram desde cedo a «falhar» a escola. Dizemos falhar e não desconhecer porque, como se depreendeu das entrevistas realizadas com os adolescentes, é, em larga medida, de um «falhanço» a nível da concretização de um ideal conhecido que se trata. O mesmo se passa por relação ao trabalho. Não entrámos em contacto com nenhum adolescente que não referisse ter *desejos profissionais*. Na maioria dos casos, no momento em que estes nos foram manifestados, já não se vislumbravam possibilidades objectivas de concretização.

² Por esta razão, preferimos considerar a «rua» como um contexto relacional que, só em alguns casos, é investido pelos homens enquanto alternativa, ou em substituição de outros contextos. Contrariamente, Liebow acentua, quase exclusivamente, o seu potencial enquanto contexto de substituição: «Increasingly he [homem] turns to the streetcorner where a shadow system of values constructed out of public fictions serves to accommodate just such men as he, permitting them to be men once again provided they do not look closely at one another's credentials.» Segundo Liebow, a designação *shadow system* é muito próxima da designação *value stretch* de Hyman Rodman (1963), e ele próprio o cita (1967, p. 213): «Share the general values of the society with members of other classes, but in addition they have stretched these values, or developed alternative values, which help them adjust to their deprived circumstances.» Alguns autores referem que estas estratégias alternativas prosseguidas por relação a outros ideais que não correspondem aos papéis e práticas dominantes podem ser compreendidas enquanto «estratégias negativas». Hannerz também desenvolve estas questões em *Soul Side* (sobretudo entre as pp. 70 e 138). A sua análise diz respeito à construção da masculinidade junto dos *lower class black males*. No entanto, os resultados que obtém são relevantes para se compreender algumas das dinâmicas de construção da masculinidade que ocorrem noutras zonas de *lower classes*, nomeadamente no Casal Ventoso.

A importância da rua como contexto de socialização surge, portanto, como uma espécie de «outra face» do carácter pouco organizado do agregado instável, designadamente da ausência do homem. Ela reduz a probabilidade de os adolescentes, sobretudo os rapazes, permanecerem em casa, na escola ou no trabalho, dado que a habitação tem baixas condições de habitabilidade e que o planeamento e os investimentos no quotidiano e no futuro são muito reduzidos. Por último, trata-se do contexto onde esses homens adolescentes aprendem a construir, na ausência da «figura paterna», a sua identidade de género.

O nosso argumento é que, mais tarde, no fim da trajectória juvenil, quando aspira a formar um novo agregado, não se encontra tanto com falta de ideais relativamente aos papéis de «chefe de família» e de «trabalhador» ou, exclusivamente, com «ideais de rua». Encontra-se, antes, numa situação próxima daquela em que, muito possivelmente, se encontrara já o seu progenitor: embora conheça uma multiplicidade de ideais, as possibilidades de atingir ou de falhar cada um deles é muito desigual.

Por conseguinte, os processos de produção, ou mesmo de «transmissão cultural», não podem ser compreendidos separadamente dos aspectos dinâmicos a que temos vindo a fazer referência. A reprodução dos modelos culturais (assim como das próprias instâncias de socialização) continua a realizar-se ao mesmo tempo que se reproduzem as condições da sua produção. De facto, a posição das pessoas na estrutura social, as condições materiais de existência e os constrangimentos particulares são, também eles, reproduzidos.

Depois de termos analisado a relação do homem com o trabalho e com o agregado (relação essa que se verifica nos agregados do «estilo de vida instável» antes e depois do tráfico), estamos agora em condições de abordar, especificamente, a problemática da ilegalidade no Casal Ventoso antes do início do narcotráfico.

Como não será difícil de depreender, os homens que construíam grande parte da sua identidade na rua, e para os quais esta se apresentava como um contexto prioritário para a obtenção de confirmação, tinham uma maior probabilidade de se envolverem em práticas ilegais do que aqueles que possuíam uma relação mais estável com o trabalho e cuja identidade passava por um investimento no papel de trabalhador. Sobretudo se considerarmos que as actividades ilegais no Casal Ventoso incidiam na ilegalidade de rua, ou seja, no mais baixo patamar da ilegalidade, atendendo, quer ao espaço em que era praticada, quer aos rendimentos obtidos. Como vimos, essa ilegalidade era caracterizada, no período anterior à década de 50, pela realização de pequenos furtos, nomeadamente de animais.

A primeira ordem de razões que aproximavam o «homem de rua» destas práticas ilegais é bastante evidente. Experimentando uma relação débil com o trabalho e desapossado de outras fontes de rendimento, o homem de rua tinha

dificuldades financeiras que tornavam muito plausível o desenvolvimento de práticas ilegais para a obtenção de recursos. Esta relação entre o «não trabalho» e a exploração de «oportunidades ilegais» é tão forte que os dois factores parecem decorrer um do outro como tratando-se de uma espécie de contraponto determinista e lógico, embora saibamos que, na verdade, não o é. De facto, apesar de o «não trabalho» potenciar fortemente esse tipo de envolvimento, muitos homens de rua não desenvolviam qualquer actividade ilegal. Uma segunda ordem de razões que favorece o desenvolvimento de actividades ilegais prende-se com as próprias dinâmicas internas da rua enquanto palco de construção de «ideais colectivos». Desenvolveremos estes aspectos de forma mais explícita e ilustrativa nos capítulos seguintes, já por relação ao tráfico. Por ora, basta referir que não encontrámos na rua valores alternativos de carácter local. Encontrámos, antes, uma série de valores globais que são aí utilizados e adaptados (através de um processo de construção de representações muitas vezes inadvertido) às circunstâncias com que estes homens se confrontam. As ideias da «imoralidade» do acto ilegal são atenuadas através da introdução de «aspectos virtuosos», cuja importância é, nesse contexto, exacerbada. São exemplo disso valores e ideais globais como o de «ter coragem», «ser forte», «ser aventureiro e destemido», «ser leal», valores que são projectados sobre as condutas ilegais, facilitando-as.

Nos casos mais extremos, colocamos mesmo a hipótese de que certos homens podiam obter formas de reconhecimento através destas condutas, nomeadamente quando estas lhes permitiam obter o estatuto de «homem corajoso, forte e indomável»; quando conseguiam provocar obediência ou temor nas outras pessoas que com eles partilhavam os cenários de rua; ou mesmo quando algumas pessoas que os conheciam em contextos exteriores ao Bairro tremiam só de ouvirem os seus nomes. É ainda possível que alguns destes homens tenham obtido confirmação adoptando um estilo de conduta tipo Robin dos Bosques. Um bom exemplo de um comportamento desse género é-nos dado por um homem que, na década de 70, depois de ter furtado uma encomenda de roupas prestes a ser comercializada, distribuiu algumas peças por pessoas do Bairro. Segundo nos referiu um entrevistado que presentemente tem cerca de 30 anos, a sua casa foi uma das primeiras na qual tocou à campainha, chamando a mãe: *Oh dona Clara, não quer vir aqui buscar alguma coisita para os seus filhos?*

A hipótese de que o homem de rua pode, em alguns casos, obter confirmação da parte dos pares e de si próprio quando desenvolve actividades ilegais parece ter encontrado um bom suporte numa recente pesquisa empírica de tipo quantitativo.³ Nela se conclui que as pessoas envolvidas em actividades ilegais

³ V. Matsueda, R., *et al.* (1992).

lhes atribuem prestígio, hierarquizando-as em termos de importância.⁴ Para além disso, dois outros resultados dessa investigação, embora não salientados pelos autores, aproximam-se estreitamente da forma como defendemos que a questão da ilegalidade deve ser colocada no Bairro:

- Em primeiro lugar, os elementos de «inferioridade» e «desqualificação moral» que são atribuídos às actividades ilegais encontram-se presentes mesmo entre as pessoas que as realizam. Esses aspectos devem ser considerados na própria atribuição de maior ou menor prestígio, por parte dos «ilegais», às diversas actividades em que estão envolvidos;
- Em segundo lugar, e como o próprio estudo indica, aqueles que estão envolvidos em actividades ilegais atribuem mais prestígio a qualquer uma das actividades legais do que às actividades ilícitas.

Assim, é lícito presumir que, pelo menos nos momentos em que eram questionados a esse respeito, os homens envolvidos em actividades ilegais antes do período do tráfico se confrontavam com a ideia de que as actividades legais consistiam em ocupações mais prestigiantes. No Bairro, estas últimas consistiam mesmo em objectos de referência e de desejo, situando-se, porém, em «horizontes longínquos».

A construção da identidade do homem na rua comportava também um outro aspecto através do qual deve ser compreendido o envolvimento dos outros membros do agregado na ilegalidade: o da «privação do papel do homem» enquanto chefe de família, ou seja, enquanto providenciador de recursos e organizador da casa. De facto, essa situação era responsável por dois factores que potenciavam a adesão dos outros membros à ilegalidade. O primeiro consistia, naturalmente, na quebra e na instabilidade muito acentuada que, nesses casos, se registava nos rendimentos, favorecendo a emergência de tentativas para os multiplicar recorrendo a actividades ilegais. O segundo factor correspondia ao fortalecimento da rua enquanto instância de socialização das crianças e adolescentes desse agregado, sobretudo dos rapazes.

Nestes casos, porém, as actividades ilegais surgiam ainda de tal forma na continuidade do estilo de vida instável que acabavam por não caracterizar o estilo de vida ilegal, visto que estes agregados se relacionavam com a ilegalidade de forma desorganizada e largamente individualista. As relações que cada

⁴O «prestígio» destas actividades resulta de diversos factores que não são definidos nessa pesquisa, mas que defendemos serem fundamentais quando falamos de «prestígio ocupacional ilegal». Este prestígio não reside em valores alternativos. Pensamos, pelo contrário, que ele depende, pelo menos em larga medida, dos mesmos factores que fazem também o prestígio das actividades legais, nomeadamente o poder e a remuneração que lhe estão associados, bem como a coragem e o grau de exigência técnica.

membro mantinha com essas actividades eram realizadas por conta própria. Melhor dizendo, o desenvolvimento de actividades ilegais não é, por si só, suficiente para se identificar a existência de um estilo de vida ilegal no Bairro antes do tráfico.

O «estilo de vida ilegal» e as *famílias-seitas*

A nossa hipótese é a de que o «estilo de vida ilegal» começou a ser desenvolvido por alguns agregados do Bairro na década de 40. Ao contrário daqueles que estavam envolvidos na ilegalidade de uma forma desorganizada e sem a presença de uma liderança forte e centralizadora, um agregado que se aproximava do estilo de vida ilegal tendia a estabelecer-se de forma organizada em torno de ocupações ilegais, desvinculando-se quase em absoluto do trabalho legal. Dessa forma, apresentava-se aos seus membros como uma estrutura de oportunidades ilegais. Para a sua manutenção era necessário que a acção dos membros estivesse coordenada e concertada, que fosse resultado de um esforço colectivo, bem como de um processo de aprendizagem intergeracional de um conjunto de técnicas. Estes factores permitiram, inclusivamente, uma alteração na amplitude e qualidade das actividades ilegais desenvolvidas no seu interior. Tais actividades eram planeadas e sistematizadas, permitindo a obtenção de maiores rendimentos. Curiosamente, esta forma de construir agregados próximos do estilo de vida ilegal tornou-se possível graças à emergência de uma liderança masculina renovada, de um novo tipo de homem de rua. Tratava-se de um homem que, embora investisse, também ele, nos contextos de rua, detinha recursos financeiros que lhe permitiam emergir de novo como chefe de família, quer enquanto providenciador de rendimentos, quer enquanto organizador das actividades dos seus membros, agora em torno de ocupações ilegais.

Os contextos de rua adquiriam, para este tipo de homem, uma importância fundamentalmente económica. Do seu estatuto e prestação nesses contextos dependia o conjunto de oportunidades ilegais a que o seu agregado tinha acesso. Assim, ser homem de rua não representava para ele apenas o mesmo que para centenas de homens do Casal Ventoso. Representava, também e fundamentalmente, um papel social com obrigações e regras bem delimitadas, para o desempenho das quais tinha sido treinado durante a adolescência, sobretudo no caso de ter sido socializado num agregado com um estilo de vida ilegal.

Para desenvolver *performances* de homem de rua nestes termos, não se tornavam tão relevantes os elementos de paródia e de convivência com outros homens. Não bastava também, simplesmente, investir de forma débil em ideais e condutas como, por exemplo, ser-se forte e destemido. O investimento nestes últimos elementos, que representavam uma exacerbação da identidade mascu-

lina, deveria continuar não apenas a ser feito, mas deveria antes ser hiperbolizado e cultivado até à exaustão. Por conseguinte, o homem do agregado ilegal não deveria tentar apenas ser reconhecido como mais um homem forte e destemido no cenário da rua, mas procurar investir idealmente em ser reconhecido como «o mais forte e destemido entre todos os homens». Por esta razão, os homens do estilo de vida ilegal que obtiveram este estatuto no Bairro passarão a ser por nós designados como «imperadores de rua».

Os agregados que melhor caracterizavam o estilo de vida ilegal, no sentido em que preenchiam os diversos atributos referidos, eram aqueles que pertenciam às *famílias* ou *seitas*: organizações ilegais que surgiram no Bairro na década de 40 e que passaram a envolver algumas dezenas de pessoas, ou seja, um número minoritário de habitantes do Bairro. Como veremos, essas organizações tiveram um certo protagonismo no início do tráfico, embora, presentemente, não detenham preponderância nesta actividade.

Família ou *seita* são dois termos utilizados alternativamente, quer pelos seus próprios membros, quer pela generalidade dos habitantes, para designarem redes muito complexas de parentes que desenvolviam no seu interior sistemas de obrigações e que se encontravam organizadas para o cometimento de actividades ilegais, formando, por assim dizer, «microestruturas de oportunidades ilegais» centradas e assentes em fortes lideranças masculinas. As *famílias-seitas* constituem um bom exemplo da natureza polissémica do termo «família». Elas não podem ser compreendidas enquanto agregados isolados mas antes como organizações baseadas em concepções alargadas de família que permitiam o desenvolvimento de actividades ilegais particularmente lucrativas, bem como a redução dos riscos daí provenientes.

Ao longo das décadas, pelo menos desde a década de 40, existiram diversas famílias-seitas no Bairro. As mais significativas e citadas foram os *Padeirinhos*, os *Praganas* e os *Dragões*. Estas designações eram alcunhas familiares que decorriam frequentemente da pluralização da alcunha de um líder: era o caso dos *Dragões*. Outras vezes, a própria alcunha pessoal dos membros decorria da alcunha colectiva, como no caso dos *Padeirinhos*. A alcunha colectiva era singularizada para se fazer referência a pessoas individuais: o *Padeirinho* a, b ou c. Era também muito habitual que a *família* não fosse designada por uma alcunha colectiva, mas pela alcunha de um líder: a *família do Dragão*, a *família do Rabica*, do *Tininho* ou a do *Titó*.⁵

⁵ No Casal Ventoso existem alcunhas colectivas, mas as alcunhas individuais são mais generalizadas. Foram, aliás, poucas as pessoas contactadas que não possuíam uma ou mais alcunhas. Como regista Pina Cabral (1989, p. 160): «[...] no quadro da etnografia europeia, se podem detectar dois tipos radicalmente distintos de atribuição de alcunhas: num extremo do *continuum* está a prática tipicamente mediterrânica, onde a alcunha pessoal é mais significativa do que a al-

Não nos compete aqui realizar uma «história criminal» de cada uma destas *famílias*. No entanto, os dados recolhidos sugerem que o seu poder e supremacia no interior do Bairro se sucederam no tempo. Esta sucessão é legível no facto de as pessoas, consoante o seu nível etário, se referirem mais a uma *família* e a determinadas pessoas nela envolvidas do que a outras. Por exemplo, os habitantes com mais de 50 anos referem-se sobretudo aos *Padeirinhos*, enquanto os adolescentes se referem à *família do Dragão* (ou ao próprio *Dragão*), que adquiriu supremacia no Bairro durante a década de 70. Os *Dragões* eram sobretudo conhecidos pelo facto de realizarem assaltos particularmente lucrativos com armas de fogo: como roubos de peles, jóias ou assaltos a bancos e por serem considerados cruéis, dado que associavam estes assaltos a diversas outras práticas, tais como ameaças constantes a pessoas ou violações.

No momento presente, como nos dizia uma informante, *tudo isto acabou*, referindo-se ao facto de as *famílias* não ocuparem actualmente um espaço e um papel determinante nas dinâmicas do tráfico. O *Bando do Dragão*, por exemplo, foi desmantelado antes desse período. Por relação aos *Padeirinhos* não existem dados suficientes, mas parecem ter desaparecido enquanto organização antes da década de 80. Relativamente aos *Praganas*, veremos por que é que, não sendo actualmente preponderantes, assumiram no entanto algum protagonismo no desenvolvimento inicial do tráfico.

Embora cada uma das *famílias* se tivesse sucedido como a mais importante, existiram num mesmo período diversas *famílias* no Bairro. Segundo diversos depoimentos, verificavam-se, inclusivamente, entre elas, *rivalidades* e *vinganças*.

Os conflitos entre *famílias* resultavam frequentemente de conflitos que ocorriam inicialmente entre alguns dos seus membros. A perda em confrontos pessoais registados nos espaços públicos do Bairro podia, eventualmente, acarretar perdas de prestígio ou mesmo de supremacia de uma *família* por relação a outra, caso a *família* perdedora não procurasse repará-la. No entanto, segundo os dados disponíveis, nunca se registou um conflito muito grave ou duradouro. Isto terá querido dizer, possivelmente, que os conflitos entre membros não foram frequentes e que, porventura, se realizaram acordos tácitos no sentido de se evitarem disputas de poder entre *famílias*.

A pertença a *famílias-seitas* permitia que, colectiva e individualmente, se usufríssem vantagens. Em primeiro lugar, através do recurso a redes de agregados

cunha da família, e onde não existem alcunhas de casa enquanto tais; no outro extremo, está a situação em que os nomes de casa são a forma de nomeação mais importante.» A questão das *famílias-seitas* coloca-nos perante formas de «alcunhização» habituais que adoptam procedimentos versáteis. Não só se descortinam alcunhas individuais e colectivas, como umas e outras se articulam da alcunha individual para a colectiva e da colectiva para a individual. Evidentemente, com a utilização de uma alcunha do segundo tipo, salienta-se o estatuto de pertença de uma pessoa a uma dada *família*; as do primeiro tipo tendem a ressaltar a importância de uma certa pessoa na constituição de uma dada *família*.

domésticos, podiam desenvolver-se actividades ilegais que um só agregado nunca conseguiria realizar (decorrendo essas com maior garantia de confiança, protecção mútua e secretismo). Em segundo lugar, verificava-se um acréscimo de poder da pessoa ou do agregado no interior do Bairro. Esse poder permitia aos seus membros adquirirem o estatuto de «intocáveis», designadamente por parte daqueles que sabiam da sua pertença à *família* e do que isso significava. Como referiu um informante, *aqui havia gente em que ninguém tocava... e ai de quem tocasse*.

A garantia de um membro à intocabilidade era um dos exemplos mais flagrantes das formas de aliança e das obrigações mútuas construídas sobre determinados valores partilhados por todos. Se a segurança de um membro estivesse ameaçada, a *família* entendia que isso a implicava na totalidade. Na gíria local, o termo é mesmo esse: *não tocar*, ou seja, não atingir uma pessoa física ou verbalmente.⁶

Agir no sentido da defesa da «honra» de um membro não permitia apenas que cada um deles usufruísse de vantagens individuais, facultava também, à própria *família-seita*, a manutenção ou o reforço do seu poder por relação a todas as outras organizações do mesmo tipo. Pelo contrário, não o fazer, no momento em que um membro era ameaçado, podia acarretar alterações no estatuto da *família*, e dos seus próprios membros, no interior dos contextos onde esta era conhecida, designadamente nos meios marginais entre «polícias e ladrões», e no interior das redes de relações constituídas pelos habitantes do Bairro.

Distinguímos determinados dispositivos associados ao valor de manutenção da intocabilidade dos membros quando esta era afectada. Estes permitiam à família a reposição do *status quo* anterior à ofensa, momento em que se encontrava numa posição privilegiada. Um dos mais importantes é o da prática da «vingança». Esse dispositivo era inculcado pelos membros e sentido, inclusivamente, por eles em termos emocionais. Um membro de uma *família* referiu-se-lhe de forma muito expressiva:

Eu não sei, ficava cego... Se alguém tocava num irmão meu ou num dos meus primos, eu ficava cego. Quem quer que fosse, eu deixava de ver quem era. Eu era muito unido a eles e ainda sou, apesar de alguns já cá não viverem. Íamos para aqui, íamos para ali e defendíamos-nos sempre. Mas às vezes um ou outro fazia coisas que eu não achava certas e eu podia não concordar, não é?

Considerando a sua capacidade de mobilizarem estes dispositivos, e dado o facto de eles provocarem temor nos restantes habitantes do Bairro, não é es-

⁶ Escusado será referir que, quer para o membro «atingido», quer para a própria *família*, o critério de «ofensa» é muito subjectivo e deixa um espaço bastante alargado para a interpretação de determinados comportamentos como sendo putativas ofensas ou para a deliberação das sanções a atribuir.

tranho que, em determinados momentos, algumas *famílias* se tivessem convertido numa espécie de organizações de terror.

Um informante afirmou-nos acerca de uma *família*: *Era muita filbarada, tinham muitos filhos e primos e irmãos*. Outro referiu-nos simplesmente que *era muita gente, era muita barraca*. De facto, para além dos dispositivos anteriores, um dos factores que permitiam às *famílias meterem respeito* era o de constituírem um grupo com um peso demográfico considerável.

Estas *famílias* eram compostas por membros de diversos agregados domésticos vinculados por laços de parentesco, nomeadamente tios e primos afastados, entre os quais se mantinham relacionamentos intensos, prioritários e relativamente fechados.⁷ No entanto, eram também constituídas através do recrutamento de aliados nos quais os seus membros depositavam confiança. Entre esses constavam, em primeiro lugar, pessoas que se tinham unido a membros da *família* através de laços conjugais e, em segundo lugar, pessoas que, apesar de não terem qualquer relação de parentesco, a ela se associavam, passando a assumir, por vezes, designações parentais.

Dado que os limites e a pertença a estas famílias se encontravam mal definidos, a hipótese que aqui se coloca é a de que os seus membros, sobretudo aqueles que não possuíam relações de parentesco real, tinham de negociar permanentemente a sua pertença com todos os outros. Em algumas *famílias*, as decisões acerca de quem ficava dentro e de quem ficava fora encontravam-se centralizadas em líderes. Eram estes que se aproximavam mais do centro da rede, que possuíam um maior protagonismo na construção da *família* e a quem os membros conferiam uma maior autoridade. Por exemplo, parte da *família do Dragão* era constituída por pessoas de diversos bairros que não tinham entre si qualquer laço de parentesco. O *Dragão*, porém, bem como outros homens influentes na rede, tomavam decisões vinculativas acerca da construção da *família* e do seu funcionamento.

É por relação às *famílias-seitas* que melhor se poderia estudar a forma como se realizou a transmissão e a aprendizagem de elementos directamente votados ao desenvolvimento da ilegalidade. Não só porque eram transmitidas técnicas de cometimento da ilegalidade e porque os seus membros aprendiam o tipo de vínculos e de obrigações que possuíam entre si, mas também porque os seus homens eram instruídos no desenvolvimento do papel de imperador de rua. Estes factores de aprendizagem permitiam à própria *família-seita* manter-se intergeracio-

⁷ Temos indícios que nos apontam para o facto de se ter registado nestas *famílias* uma incidência nas relações entre primos e um alargar do círculo de «primos conhecidos» (por vezes a designação «primo» poderia, eventualmente, não traduzir um grau de parentesco real). Em inglês a expressão *cousinhood* é apropriada para designar *networks* que se constituem com base em relações por vezes densas e poderosas entre primos. V. a este propósito *The Politics of Elite Culture* (Abner Cohen, 1974), sobretudo no capítulo intitulado «The utilitarian in the moral» (p. 200).

nalmente como uma espécie de microestrutura de oportunidades ilegais. O que veio a acontecer, como vimos, pelo menos em três casos conhecidos.

No entanto, as informações recolhidas nesta pesquisa permitiram-nos sobretudo registar o tipo de imagens e de descoincidências imagéticas que os habitantes produzem acerca das *famílias*, e não tanto dar conta do seu funcionamento enquanto organizações.

Foram poucas as pessoas que referiram não conhecer os membros das *famílias*. Algumas referem-se simplesmente a aspectos de convivialidade que com eles mantinham. Como afirmou um homem com cerca de 38 anos:

Aqui dentro do Bairro sempre se deram bem. Se tinha de haver desordem era fora do Bairro. Eu era miúdo, dava-me bem com eles todos e era giro... Fora do Bairro. Aqui dentro, havia de vez em quando as rugas todas. E criavãr rivalidade uns com os outros. Isso desapareceu, já não existe. Foram dentro. Começaram a entrar para a velhice, essa coisa toda. Os familiares mais novos começaram a ter outras ideias e essa coisa toda.

Contudo, a maior parte dos depoimentos obtidos no interior do Bairro relativamente ao estatuto e à conduta das *famílias* foram realizados noutros moldes. Quase sempre se acentuou o «medo» como elemento fundamental na relação entre os habitantes e essas redes. Medo e convivialidade são assim referidos em simultâneo. As histórias citadas geralmente repetem-se, embora sejam narradas com pormenores diferentes. É muito possível que algumas delas sejam, em parte, ficcionadas, tendo adquirido mesmo um carácter lendário.

Algumas dessas narrativas são interessantes, na medida em que nos permitem ilustrar a forma como algumas *famílias* adquiriram um lugar enquanto fonte de terror nas representações do passado do Bairro. Um bom exemplo disso foram as observações realizadas por uma mulher com cerca de 70 anos, ao procurar caracterizar os *Padeirinhos* na década de 40:

Eram bons... eram malandros, eram fadistas. Só matavam ao tiro e tudo. [...] tinham a alcunha dos Padeirinhos, eram gajos da pistola. Uma vez estava lá uma taberna ao pé de mim que era da Eufémia. Um estava bêbedo e o outro bêbedo estava. Um vinha de cima e o outro estava em baixo e o Padeirinho estava com a pistola à entrada da taberna. Disse ao outro «se avanças mato-te» e o outro com a pistola para ele. Tiveram assim e o outro agarrou e deu um tiro no outro que vinha a andar para baixo bêbedo. Era vinho, era sangue, era tudo pela boca... O outro teve muito tempo preso. Eram os Padeirinhos, eram muito maus. Eram uma família muito grande. Era a maior de todas. Era só malandros. Era só fazerem mal. A gente não podia abrir a boca que quase que matavam a gente. No Casal Ventoso não se podia dizer nada. Se a gente visse alguma coisa que tivesse que falar... baterem num miúdo ou empurrarem... A gente dizia, por exemplo: «Não há direito»... sei lá, não se podia dizer nada. Aquele fez-lhe frente. Ele matou-o logo. Aqui ao pé do túnel ainda moram alguns da família dos Padeirinhos.

As histórias de tiros repetem-se noutros períodos e atravessam todas as *famílias*, embora as que envolvem homicídios não sejam frequentes, tendo sido apenas descritas três. A que mais vezes nos foi narrada ocorreu, segundo descrições, em finais da década de 70 e envolveu o Tico, da *família dos Praganas*, que é um exemplo particularmente relevante de imperador de rua e de líder de *família*, tendo-se destacado no início do tráfico, como veremos mais adiante:

Uma vez, uns rapaziños dos Praganas entraram numa discussão qualquer, eles eram muitos e ainda são muitos. Veio uma grande discussão [...] um veio que era o Tico. Agarrou e trouxe uma pistola embrulhada numa toalha. Chegou ao pé do rapaz que estava a discutir com o irmão dele. O rapaz não era daqui. Era do Casal Ventoso de Cima. Chegou ao pé do rapaz e táu... um tiro por baixo e o rapaz caiu. Pôs a pistola ao pé dele e disse: «Olha aquele malandro matou-se, palerma.» Andou-se muito tempo, muito tempo, até que se descobriu o que foi. Muita gente viu aquela tragédia, mas não se podia abrir a boca, está bem?

Esta história foi-nos narrada por diversas pessoas, sempre com algumas diferenças não muito relevantes. Segundo uma outra versão, por exemplo, a discussão só envolveu o Tico, que foi buscar a arma a casa e regressou quando o outro homem já se afastava. A arma não vinha embrulhada numa toalha, mas debaixo do casaco. Uma outra é bastante semelhante à que foi descrita, apenas se acrescentou que *a polícia nunca veio a saber realmente o que se passou*.

As histórias que são geralmente contadas por adolescentes dizem respeito, sobretudo, ao *Dragão* e à sua *família* (a única que é também designada por *bando*) e mais precisamente à sua desagregação já em início da década de 80. Aparecem essencialmente, no interior do Bairro, duas versões acerca desse desmantelamento, embora a maior parte dos inquiridos afirme não saber o que se passou. Uma das descrições diz respeito a uma violação, já que alguns membros dos *Dragões* parecem, de facto, ter sido responsáveis pela violação de mulheres em diversas zonas da cidade. Segundo um entrevistado:

Foi bem feito, porque os gajos tiveram azar e foram logo violar a mulher de um juiz, que não descansou enquanto não os viu dentro.

Outra versão diz respeito a capturas sucessivas de membros do *bando* ao longo de assaltos, que teriam culminado com uma captura decisiva ocorrida após um assalto a uma camioneta que transportava casacos de peles:

Os Dragões assaltavam sempre em sítios onde havia muita papel e foram dentro numa altura em que tentaram assaltar uma camioneta com peles. Não conseguiram, mas ainda se tentaram pirar.

As referências à família do *Dragão* são, habitualmente, as que comportam maior terror, pois, para além das violações, acentua-se a prática de agressões

relativamente às quais as pessoas afirmavam não discernir causas. Segundo um homem com 25 anos, por exemplo: *A malta às vezes estava a jogar aqui em cima às cartas [Casal Ventoso de Cima junto ao Manez – habitualmente designado por Muro da Vergonha] e chegavam eles num granda carro com pistolas... houve uma vez que estávamos ali todos a jogar e saíram uns do carro. Começam aos pontapés à mesa e a mandar as cartas todas pelo ar. Tivemos de ir lá apanhar a mesa abaixo e bico caladinbo senão comia-se nas orelhas...*

Para além de algumas destas histórias poderem ser, naturalmente, fantasiosas ou adulteradas, é possível até que não tenham qualquer relação com a família a quem são atribuídas ou mesmo com qualquer uma delas. Duas mulheres, por exemplo, mencionaram a existência de determinados rapazes que andavam em cima dos telhados como pertencendo às famílias. Uma e outra, porém, nunca os tinham visto. Baseavam-se, portanto, em descrições realizadas por terceiros e cada uma atribuía essas condutas a rapazes de famílias diferentes. A que descreveu esse assunto com mais pormenor disse:

Uma que morava lá em cima ia muito cedo para as limpezas e eles faziam pouco dela. Levavam-na para a serra do Monsanto e faziam pouco dela. Eram rapazes que foram aqui criados, das seitas... e eles andavam em cima dos telhados a espreitar os casais que estavam deitados. Eles davam-se ao luxo de espreitar as pessoas. O que é que faziam e o que é que deixavam de fazer. Calçavam ténis para andarem em cima dos telhados para verem o que é que os casais faziam e não faziam e foram aqui criados. Agora já têm p'raí 40, 50 anos, mas na altura já eram homens. Eram uns homenzinhos. Nessa altura, agora não, isso deixou de acontecer.

De facto, lá por alguns homens ou rapazes do Casal Ventoso andarem em cima do telhados, e apesar das afirmações destes habitantes, não temos razão para presumir que pertenciam às seitas. Qualquer uma destas descrições elucidando-nos mais acerca do espaço que essas organizações familiares ocupam no imaginário do Bairro do que propriamente acerca do seu funcionamento.

Os homens destas famílias passaram grande parte do seu tempo na rua, à semelhança dos que se aproximavam do estilo de vida instável. Os seus líderes mais representativos eram precisamente aqueles que se aproximavam mais do papel ideal de imperador de rua. No entanto, podiam existir, num mesmo momento, vários líderes numa mesma família, alguns com alcunhas muito expressivas relativamente às suas performances, como, por exemplo, o *Fagulhas* ou o *Assanhado*.

De acordo com o ideal de homem de rua, baseado em traços interpretados como de força ou bravura, estes líderes eram um exemplo de masculinidade exacerbada. Tratava-se de figuras temidas e intocáveis que dispunham de uma autoridade carismática e de um ascendente de poder sobre os outros homens que se encontravam nos contextos de rua.

As afirmações por nós obtidas relativamente a um certo imperador de rua particularmente conhecido não são unívocas. De acordo com alguns, ele era caracterizado como *mau* ou como *queria ser mau* ou ainda *tinha a mania que era mau*. Os juízos acerca destes homens são por vezes divergentes, mesmo tratando-se de um único entrevistado. Isto acontece porque a natureza dessas observações depende de uma série de factores. Não só dos ideais que aquele que faz a afirmação possui por referência num dado momento, mas também do grau de intimidade com o visado ou ainda dos aspectos da conduta e individualidade deste, nos quais o interrogado centrou o seu juízo. Por exemplo, por relação a um determinado «imperador», fizeram-se várias referências contraditórias, embora alguns aspectos surjam de uma forma consensual, designadamente que ele detinha poder, que era fisicamente forte e que exercia essa força sobre os outros homens. Uns argumentavam que o uso da força era, pelo menos nalgumas situações, virtuoso e justo:

Eu fiz-lhe a casa, fiz-lhe a taberna, fiz-lhe tudo. Mas era um homem que era contra certas coisas... se se chegasse ao pé de si – você era drogado, e me visse a mim a bater-lhe era suficiente para me desmanchar todo. Não gostava de ver bater num drogado. Era um burro... era enorme. Só largava quando um gajo já estivesse quase morto [...] Foi um homem que esteve preso, esteve preso muito tempo, mas era um homem que não fazia troça de ninguém. Aquilo se visse bater num drogado, ele desmanchava [...]

Outros, pelo contrário, defendiam que o exercício dessa força não passava de brutalidade gratuita: *Era uma bestinba, um malcriado. Ninguém lhe podia dizer nada inofensivo, que desatava logo a bater.*

Alguns imperadores de rua introduziram inovações na ilegalidade e conduziram a profundas alterações em certos períodos. Foi o que aconteceu, como veremos no próximo capítulo, com a assunção de um certo protagonismo no comércio de drogas.

Conclusão

O desenvolvimento de actividades ilegais e a própria emergência de um estilo de vida ilegal no Bairro antes do tráfico são fenómenos que não podem ser desvinculados das condições em que a maior parte dos agregados desenvolviam a sua vida nesse período. Na verdade, considerando simplesmente as próprias práticas da ilegalidade, registamos que elas só podem ser compreendidas atendendo à posição dependente, periférica e instável que a maior parte dos agregados ocupava no interior do sistema produtivo e do sistema simbólico. Em termos gerais, essas condutas foram as soluções e opções financeiras encontradas

por homens desvinculados do trabalho e por agregados privados das funções habitualmente desenvolvidas pelo homem.

Por sua vez, o escasso número de agregados vinculados às *famílias-seitas* foi aquele que ultrapassou as condições de dependência económica profunda. Tal foi possível por ter construído microestruturas de oportunidades ilegais assentes em fortes lideranças masculinas. Para que tal ocorresse foi necessário que o processo de reprodução social das *famílias-seitas* tenha sido realizado de forma a que essas organizações se tivessem mantido operacionais intergeracionalmente.

Capítulo 7

Narcotráfico e tendências de alteração da estrutura interna no presente

As actividades ilegais desenvolvidas no Bairro antes do período do tráfico desapareceram quase na totalidade depois do surgimento deste comércio. A alteração do quadro da ilegalidade obrigou-nos a conceber um esquema específico para dar conta das condições e motivações de adesão ao tráfico no Casal Ventoso. É que, se as formulações desenvolvidas no capítulo 5, com o intuito de descrever a adesão às actividades ilegais anteriores, nos permitem compreender certos factores de entrada de algumas pessoas e agregados no narcotráfico, não nos facultam, porém, a possibilidade de abarcar a problemática dessa adesão na sua globalidade. Isto acontece fundamentalmente porque aderiu ao narcotráfico um número de pessoas e de agregados muito superior ao que anteriormente tinha estado ligado a outras actividades ilegais. Pessoas e agregados esses que, em grande parte, nunca tinham estado associados a qualquer actividade ilegal. Por sua vez, esse vasto conjunto de intervenientes consiste numa população muito mais heterogénea em termos de sexo, idade e estilos de vida do que a que tinha estado envolvida em formas de ilegalidade anteriores. Nesta pesquisa designaremos esta população por «traficantes». Categoria na qual englobamos todas as pessoas que retiram dividendos económicos de qualquer uma das tarefas ligadas ao tráfico.

Neste capítulo procuraremos abordar a problemática da edificação de uma «estrutura de oportunidades ilegais» de larga escala em torno do tráfico de drogas no Casal Ventoso. Em primeiro lugar, descrever-se-á a forma como esta estrutura surge, as alterações fundamentais que nela ocorreram e alguns dos seus aspectos organizativos principais. Em segundo lugar, formular-se-ão algumas hipóteses sobre a forma como os habitantes se confrontam com essa estrutura e sobre as implicações que ela tem presentemente nas redes sociais e nos estilos de vida internos. Por último, confrontar-nos-emos com os obstáculos que se colocam à prossecução da actividade de tráfico no interior do Bairro. Esses obstáculos resultam de contradições internas e deverão ser, em larga medida, atenuados para que a actividade prossiga.

Estrutura de oportunidades: início, organização e mutações¹

Os primeiros focos de comércio de drogas no Casal Ventoso surgiram ainda antes do período do tráfico, mais propriamente, na segunda metade da década de 70. No entanto, durante essa década, ele possuía ainda uma dimensão muito reduzida, já que apenas um pequeno número de agregados se encontrava envolvido. As substâncias comercializadas, liamba e, mais tarde, haxixe, permitiam auferir receitas muito inferiores ao que presentemente acontece com a comercialização de heroína e de cocaína que surgiu apenas em início da década de 80.

O comércio de drogas foi iniciado por alguns protagonistas que nele vislumbraram uma boa oportunidade de negócio. O risco decorrente da criminalização consistiu (e consiste ainda), paradoxal e simultaneamente, no factor mais dissuasor da actividade e no seu factor mais atractivo. De facto, ele é o principal responsável pelo elevado preço dos produtos ilegais comercializados, o que coloca os comerciantes sob a expectativa de obtenção de elevadas taxas de lucro. Pelo menos a partir do momento em que existe procura para as substâncias ilícitas disponibilizadas no mercado.

Embora, segundo as informações disponíveis, tenha sido uma mulher a primeira pessoa a introduzir e a comercializar haxixe no Bairro, foram maioritariamente os homens os protagonistas do tráfico.² Curiosamente, o primeiro comerciante assinalado a introduzir a heroína acabou por não retirar grandes dividendos do seu protagonismo, pois teria sido morto por traficantes espanhóis a quem *deu a boca*.³

¹ Este bloco é construído sobre informações muito difusas e difíceis de controlar. Consiste, por assim dizer, num *puzzle* difícil de reconstituir. Procurámos cruzar informações de origens diversas, nomeadamente as que foram obtidas através de informadores, em fontes policiais e na própria observação. Entendemos, porém, que as condições particulares de secretismo em que este bloco foi redigido não comprometem as conclusões essenciais que nele se extraíram nem a forma como estas se entroncam no argumento central.

² Este protagonismo de uma mulher, e muitas outras situações em que as actividades ilegais se estabelecem numa base matrifocal, ganham expressão com o tráfico. Pensamos que tal se deve ao facto de este se centrar muito no foro doméstico e em relações comerciais estratégicas, e não tanto na construção de uma fachada na rua.

³ *Dar a boca* é vulgarmente utilizado para designar o facto de algum vendedor não fornecer a droga para a qual já obteve dinheiro. Neste caso, foi utilizada por um habitante, para referir o contrário: o facto de o «produto» fornecido não ter sido pago. A expressão usada habitualmente para estes casos é «dar uma banhada». A violência utilizada neste caso de homicídio e na generalidade do comércio de drogas verifica-se porque não se pode recorrer aos meios legais para a execução dos contratos. De qualquer forma, como refere Ramos de Sousa (1992, p. 87), «as grandes empresas criminosas tendem a evitar os métodos violentos que as expõem facilmente à repressão criminal».

Depois desta espécie de subperíodo exploratório da actividade, entramos no período do tráfico propriamente dito, caracterizado essencialmente pela comercialização de heroína e cocaína. No início, ou seja, no dealbar da década de 80, deparamos já com a existência de algumas dezenas de comerciantes-protagonistas. Trata-se no entanto e ainda de um número reduzido comparativamente ao quantitativo que virá a atingir na década de 90, período que corresponde a um grande acréscimo do número de intervenientes.

Ao longo da década de 80, os principais protagonistas da actividade são os membros dos agregados que se aproximavam do estilo de vida ilegal, dos quais se destacam precisamente os líderes das *famílias-seitas*. Na verdade, estes desenvolveram ao longo das suas «carreiras delinquentes», anteriores ao desenvolvimento do narcotráfico, formas de interconhecimento com pessoas ligadas a actividades ilegais. Em alguns casos, esses conhecimentos encontravam-se mesmo sobrepostos a vínculos de parentesco ou de amizade. Noutros, foram simplesmente estabelecidos ao longo de percursos pessoais que se cruzaram em actividades ilegais planeadas em conjunto e em momentos de detenção. Tais relacionamentos colocaram-nos numa posição privilegiada para contactarem pessoas ligadas ao tráfico ou para serem, por elas, contactados.

É graças a este protagonismo que os agregados próximos do estilo de vida ilegal, e particularmente as *famílias-seitas*, emergiram como unidades iniciais sob as quais se realizou a difusão do tráfico no interior do Bairro. A este facto não foram alheias as condições singulares de fechamento e secretismo que as *famílias* propiciavam, bem como o sistema de obrigações e deveres recíprocos que, como vimos, caracterizavam o seu funcionamento. Curiosamente, certas organizações que são também designadas por «famílias», parecem ter tido igual importância na difusão do tráfico noutros contextos. Dorn *et al.* (1992, p. 41), por exemplo, referem:

It is worth observing that frequently in discussing diversifiers, and their links to sideliners, the importance of family ties was emphasised by many of our respondents. A sizeable distribution operation might extend across a city, across the country or involve links with others in a different country, but in many cases the strength and security of these enterprises of ties relies on keeping power and control close to the domestic heart [...]. The characterisation of a firm as a «family concern» does not mean that activity is confined to close blood relatives, rather it is a certain ethos and set of binding values that are being referred. With the hardening of markets, the security of the real or adopted family is a safe haven for some people.⁴

⁴Embora o contexto da pesquisa se reporte ao tráfico em Inglaterra, a designação *family* aqui empregue aproxima-se da noção de *família* por nós apresentada. Como sabemos, a noção surge expressa desse modo nesta pesquisa porque corresponde à própria designação local.

Não obstante o facto de contar com vantagens evidentes, uma organização de tráfico estruturada sobre associações do tipo *família-seita* possui também inconvenientes:

Being «known to the police» in this intimate way clearly creates problems for a family such as this. They are likely to find that police attention is regularly focused upon them, even at times when they may not actually be involved in any kind of criminal enterprise. [Dom *et al.*, 1992, p. 34.]

No início do período do tráfico, esta actividade organizava-se de forma diferenciada nas diversas regiões do Bairro. No Casal Ventoso de Cima, a configuração do tráfico era atomística. Os líderes das *famílias* encabeçavam pequenas organizações que funcionavam autonomamente. No Casal Ventoso de Baixo, a região do Bairro sobre a qual dispomos de mais informações, a organização do comércio apresentava-se, pelo contrário, hierarquizada, possuía uma liderança central e adquiria um carácter quase monopolístico. Essa organização foi fundamental no desenvolvimento do tráfico no Bairro. A sua liderança ficou a dever-se ao Tico, personagem de uma *seita* a que já nos havíamos referido no capítulo anterior.⁵

A entrada do Tico no comércio de drogas ocorreu por volta de 1985 e tornou-se possível através da relação com um cunhado que tinha acesso às drogas e que habitava num outro «bairro difícil». A organização por ele liderada foi construída sobre uma concepção particularmente alargada de *família*, que incluía irmãos, sobrinhos e as próprias amantes, tendo envolvido, ao todo, cerca de 50 pessoas. Era composta por traficantes de importância diversa, mas também por um sistema de armazenistas nos quais se depositava a droga e o dinheiro obtido nas transacções. Algumas pessoas eram consideradas da *seita* simplesmente porque estabeleciam relações com o Tico. Nesse sentido, este funcionava com uma espécie de «centro de gravitação» da família.

Os vendedores, situados mais abaixo na escala hierárquica a quem era fornecida a droga, eram controlados pelo próprio Tico, que fazia exigências acerca da forma como devia decorrer o negócio. Obteve-se, por exemplo, a informação de que um dos vendedores que estava a «cortar»⁶ demasiado a substância e a

⁵ Embora o monopólio da organização do Tico fosse quase total, registou-se, pelo menos, a existência de um outro comerciante que controlava em paralelo parte do negócio nessa região. O Tico estabeleceu relacionamentos com pessoas que estiveram envolvidas em actividades ilegais ao longo da sua história pessoal. A sua presença nos arquivos policiais remonta ao roubo de uma coelha ocorrido provavelmente na década de 40.

⁶ Chama-se «corte» à mistura da droga com uma substância inerte que permite a multiplicação das quantidades vendidas e das receitas obtidas. Apenas quando se encontra cortada é que a heroína pode ser consumida. Um grama de heroína pode converter-se em 12 a 18 gramas de «cavalos», que é a substância realmente vendida ao consumidor e que corresponde à designação da «heroína cortada». Quando é pura, a heroína é branca e possui um sabor amargo. Antes de purificada, é castanha e tem um cheiro avinagrado (*brown sugar*).

vender «droga marada»⁷ foi ameaçado pelo Tico, pois, segundo ele, acabava por prejudicar o negócio de todos os outros.

As características monopolísticas desta organização são legíveis na forma como o Tico controlava a acção dos outros vendedores que procuravam colocar no Casal Ventoso de Baixo drogas que não tinham sido obtidas através das suas fontes. Com a finalidade de não serem descobertas, as pessoas que pretendiam contornar essa rede de fornecimentos, obtendo droga a partir de outros meios, procuravam cortá-la de forma a que esta passasse a possuir uma composição semelhante à droga que era fornecida pelo Tico.

Os recursos de poder que este homem possuía no interior do Bairro permitiram-lhe estabelecer até 1990 uma liderança forte e determinante no comércio de drogas do Casal Ventoso. A par das condições acima referidas, nomeadamente do acesso às fontes de fornecimento de droga exteriores ao Bairro, esse poder baseava-se no carisma mas também na coacção e no medo. Aspectos que resultavam, em parte, do exercício individual da força, embora, segundo algumas descrições, o Tico possuísse uma constituição física débil: era magro, baixo, pesava cerca de 50 quilos, não tinha um olho e faltava-lhe um rim.

Alguns habitantes referem que *o Tico era mau, mas não era ter a mania que era mau, era mesmo mau... com'às cobras*. Outros continuam a utilizar o termo *mau*, mas não concordam que essa «maldade» fosse uma qualidade intrínseca: *Ele não era mau. Queria ser mau. Queria ser o mau rapaz como as vezes se vê nos filmes*.

Independentemente de os discursos produzidos no interior do Bairro a seu respeito serem contraditórios, os depoimentos (quer sejam obtidos no Bairro, quer junto de agentes policiais) identificam os seus actos como corajosos e arrojados. São, por exemplo, referentes a ele as únicas alusões feitas ao emprego de armas de fogo contra agentes policiais, por parte de traficantes do Bairro. Segundo outras descrições, o comportamento «decidido» e «corajoso» do Tico não incidiu apenas sobre agentes policiais, mas adquiriu expressão no interior do Bairro. Foi, por exemplo, referido:

Uma vez um tipo atirou-se a uma amante. Ele entrou no café e atacou quatro tipos que estavam numa mesa à coronhada e mandou a mesa pelo ar aos pontapés.

As histórias mais abundantes referem-se, porém, aos momentos da prolongada fuga empreendida pelo Tico no momento em que incidia sobre ele um mandado de captura. Segundo um agente policial que se encontrou fortemente envolvido nesse processo, o Tico chegou a empreender uma fuga, conduzindo um automóvel a mais de 100 km horários com a cabeça rente ao chão,

⁷ Substância muito adulterada e de má qualidade.

a fim de não ser apanhado *pelas rajadas de metralhadora com que lhe estavam a varrer o carro. Ficou todo esburacado* (o carro) e ele conseguiu safar-se.

Ainda nesse período de ocultação, ocorreu a morte de um filho do Tico devido a uma *overdose*. Segundo nos foi referido, este terá então exigido uma tregua temporária, ameaçando a polícia, com a finalidade de se deslocar a Lisboa ao velório do filho. Quando tomaram conhecimento da recusa policial em corresponder à exigência, alguns habitantes do Casal Ventoso de Baixo colocaram cruzeiros construídos com tiras de pano negro nas portas das suas casas. Junto à igreja do Santo Condestável, tiveram lugar distúrbios em que algumas pessoas pontapearam e escarraram em veículos policiais.

Embora seja difícil confirmar a veracidade destes eventos, dado que eles ocorreram alguns anos antes de a pesquisa se ter realizado, o facto de estas histórias circularem é, pelo menos, revelador do prestígio do Tico no interior do Bairro.

Esta fase de controlo das *famílias* sobre a actividade do tráfico corresponde à década de 80. Uma segunda fase, que se estende até ao presente, iniciou-se na transição da década de 80 para a de 90. O seu lançamento coincidiu e foi em parte consequência de uma rusga que, em 1989, eclodiu no Bairro. Designada de «Primavera Adiada», esta rusga é um marco na memória colectiva, sendo referida muitas vezes pelos habitantes. Tratou-se de uma operação policial de larga escala. O Bairro foi totalmente cercado por um elevado contingente policial e procedeu-se à detenção de dezenas de pessoas.

A alteração fundamental que este acontecimento ocasionou na estrutura do tráfico foi a de ter provocado o desmantelamento da organização chefiada pelo Tico e a detenção de grande parte dos seus membros. Isso pôs fim à existência no interior do Bairro de uma organização extensa, hierarquizada e centralizada, conduzindo, simultaneamente, a um aumento do número de organizações de dimensões mais reduzidas a funcionar autonomamente. Por conseguinte, coincidindo com o fim dessa, o tráfico no Casal Ventoso modificou-se no sentido de uma perda de importância das *famílias* e de uma estruturação mais atomística e flexível em que os diversos segmentos não funcionam todos da mesma maneira nem de modo inalterado ao longo tempo.⁸ Estes factores foram prepon-

⁸ A tendência para a complexificação do tráfico, que se traduziu numa perda da importância das estruturas de parentesco ou de grupos do tipo família no desenvolvimento da actividade e na flexibilização do funcionamento dos traficantes, registou-se *também* noutros contextos europeus. Como documentam, novamente, Dorn *et al.* (1992, p. 41): «As the 1980's progressed, [...] other people took a different however, more individualistic path-thrusting.» E noutro momento: of course, individual traffickers and the small groups that typically make up trafficker enterprises are organized in the sense that they are pursuing strategies designed to make a profit and keep as clear of enforcement agencies as possible. But there is no person, no mafia, no cartel organising the market overall. Rather, a large number of small organisations operate fairly autonomously of each other in a manner that may be described as 'disorganized crime'. We have presented a view of drug markets as fluid, being made up of many diverse trafficking enterprises that change their *modus operandi* over time» (p. 204).

derantes na flexibilização do funcionamento dos traficantes e na própria redução do preço das drogas.⁹

No Casal Ventoso, tais modificações ficaram a dever-se ao facto de uma série de vendedores de importância intermédia que estavam dependentes de uma única pessoa que tinha o exclusivo dos contactos terem acedido, eles próprios, aos importadores que contactavam directamente com as fontes de abastecimento. Reduziram-se, portanto, os níveis de intermediação. Segundo as informações disponíveis, grande parte desses contactos foram estabelecidos nos próprios estabelecimentos prisionais, entre pessoas detidas em operações policiais.

Os importadores estabeleciam essencialmente relações com turcos para a importação de heroína e com brasileiros para a de cocaína, os quais, por sua vez, pertenciam ou tinham acesso aos cartéis.¹⁰

Actualmente, o comércio de drogas no interior do Bairro possui um formato que passaremos a tentar descrever de modo aproximado.

O momento desse comércio em que a substância circula no espaço exterior ao Bairro é uma fase que não temos condições para abordar no âmbito desta pesquisa. Sinteticamente, é possível afirmar que os importadores que actuam no espaço exterior adquirem geralmente quilos de droga que armazenam e vendem progressivamente. Para esse efeito utilizam «correios»¹¹ que despacham a droga em locais de encontro com «comerciantes de topo», que, por sua vez, a introduzem em determinados mercados localizados. Designamos por «comerciantes de topo» os intermediários que colocam a droga no espaço de venda do Casal Ventoso. Cada um desses intermediários (importadores e comerciantes de topo) não necessita de trocar impressões entre si acerca donde vem a droga e para onde ela vai.¹² Ou seja, a sua acção não se encontra necessariamente coor-

⁹ Segundo os dados disponíveis, esta tendência de abaixamento dos preços na transição da década de 80 para 90 ocorreu também a nível nacional. As informações dos consumidores contactados coincidem amplamente com a evolução do preços das drogas a retalho referidos por Machado Rodrigues e Antunes (1992). A heroína, que era comercializada entre os 12 000\$00 e os 14 000\$00, baixou, em 1990, para níveis entre os 9000\$00 e os 12 000\$00. Por seu lado, os preços da cocaína, nos mesmos anos, baixaram de 9000\$00-10 000\$00 para um nível entre os 7000\$00 e os 9000\$00.

¹⁰ Em âmbito policial foram feitas referências ao cartel de Medellín. Todavia, este cartel teve uma posição dominante no mercado mundial apenas durante a década de 80. Como refere Ramos de Sousa (1992), o cartel de Cali, que opera sobretudo a partir da cidade de Cali, na Colômbia, acaba por lhe suceder em importância, controlando o tráfico de cocaína para a Europa em 90% e para os EUA em 70%. Por sua vez, os turcos referidos encontram-se associados ao tráfico de heroína. Muitos deles operam através da rota dos Balcãs. As conexões que os comerciantes internos estabelecem com importadores e intermediários é uma fase do tráfico particularmente complexa e difícil de descrever.

¹¹ Designação dada a uma pessoa que transporta droga de um local para outro e que é remunerada apenas como transportadora.

¹² Desconhecemos se existem comerciantes de topo do Casal Ventoso que se encontrem simultaneamente envolvidos no processo de importação.

denada. Sabemos da existência de comerciantes de topo que não vivem no Bairro e que o utilizam apenas como plataforma comercial, mas também temos conhecimento de residentes e de ex-residentes que podem ser incluídos nesta categoria.

As transacções entre os importadores e os comerciantes de topo desenrolam-se, geralmente, com base na confiança. Os últimos apenas realizam o pagamento da substância a partir do momento em que a conseguem escoar. Cada comerciante não possui, necessariamente, apenas um importador-fornecedor. Ele estabelece acordos para se prevenir de droga com diversas pessoas em quem tem confiança e que se mostram interessadas em fornecê-lo. Temos, por exemplo, conhecimento de um comerciante que adquiria droga alternadamente a três intermediários-importadores. Este mesmo comerciante abasteceu-se ainda (pelo menos uma vez) num agente policial que adquiriu o produto pelos seus próprios meios e que lhe prestava geralmente serviços de informação em troca de dinheiro. Pelo menos quando residem no exterior do Bairro, estes comerciantes são coadjuvados por assalariados residentes que controlam as operações no seu interior.

Os comerciantes de topo podem receber droga através de correios empregados pelos importadores, mas também através de correios próprios. Entre estes últimos encontram-se, pelo menos algumas vezes, filhos seus ou outros adolescentes que, dada a sua idade, não são criminalmente imputáveis. Para além disso, cortam a droga e embalam-na em panfletos, fazendo-a circular para vendedores de menores dimensões, que designamos aqui por «comerciantes de casa».¹³ É a partir deste momento do circuito de distribuição que surge a esmagadora maioria dos comerciantes de droga do Casal Ventoso.

A transacção entre os comerciantes de topo e estes últimos realiza-se também com base na confiança. O pagamento é feito apenas no momento em que o comerciante de casa realiza as suas vendas. A droga é por vezes devolvida quando este entende que não possui uma boa qualidade ou que se encontra demasiado cortada. Cada transacção neste patamar envolve geralmente quantidades na ordem das dezenas ou centenas de gramas.

Desconhecemos se este tipo de transacção possui sempre uma característica de mera compra e venda ou se os comerciantes de topo possuem uma intervenção de natureza gestonária junto dos comerciantes de casa a quem realizam fornecimentos. Estas dúvidas levantam-se por ocorrerem alguns procedimentos que dificilmente seriam realizáveis sem algum tipo de centralização decisional. É, por exemplo, muito provável que, em alguns casos, o comerciante de topo decida a que horas alguns comerciantes de casa podem ou não vender,

¹³ Em alguns casos, o «comerciante de topo» e o «de casa» são papéis desempenhados por uma mesma pessoa.

já que é ele também quem define as quantidades que dispensa a uns e a outros, nomeadamente em períodos de escassez. Sabe-se, igualmente, que algumas pessoas deixaram de ser fornecidas por decisão do comerciante de topo. Porém, independentemente de existir alguma centralização a nível das decisões, registam-se, pelo menos, dispositivos de circulação de informações. Um comerciante de topo, se tem conhecimento que se encontra anunciada alguma rusga, avisa de imediato os intermediários que se encontram abaixo de si.

São os comerciantes de casa quem organiza a venda directa ao consumidor. Para prosseguirem esse objectivo, dispõem de uma série de assalariados, dividindo o trabalho entre eles e por diversas casas.

Essa actividade em cadeia é realizada, geralmente, no interior do mesmo pátio. Por vezes, existem aí casas alugadas apenas para as actividades relacionadas com o tráfico.¹⁴ A instalação de uma organização de venda num pátio permite aumentar a segurança e o fechamento, nomeadamente através da introdução de dispositivos recentes, como a colocação de portas de alumínio reforçado nas entradas, que se encontram sempre fechadas à chave.

Num artigo jornalístico (Rainho, 1994, p. 35) afirma-se:

Um pátio, por norma, tem quatro casas com tarefas distintas. Na primeira aceitam-se os produtos roubados; na segunda vende-se a droga; na terceira guarda-se o dinheiro resultante das «transas»; na quarta [...] empacotam-se os «panfletos» de heroína.¹⁵

A evidência empírica por nós obtida mantém esta hipótese, mas não a generaliza a todos os casos. É que, se de facto os panfletos são produzidos em casas diferentes daquelas em que são vendidos, muitas vezes as vendas não são sequer realizadas em casa. Por outro lado, as informações disponíveis apontam no sentido de que a droga chega, em diversos casos, definitivamente cortada e embalada a alguns pátios onde funcionam os comerciantes de casa, que, nesses casos, apenas se encarregam dos procedimentos de venda directa ao consumidor.

As pessoas incluídas nas operações de transformação do produto são assalariadas dos comerciantes de casa. Para a venda do produto ao consumidor,

¹⁴ Registaram-se muitas referências a casas que possuem preços elevados. A referência ao preço mais alto foi de 600 000\$00. Todavia, é difícil conciliar estas informações com as que apontam para a manutenção de preços de aluguer mais baratos no Casal Ventoso que na média de Lisboa. Decerto que, ao confirmarem-se as referências que indiciam um grande inflacionamento de preços, os locatários conhecem a finalidade do aluguer.

¹⁵ «Panfleto» é uma embalagem de papel de prata que contém uma dose individual de heroína cortada. Ramos de Sousa (1992) refere que «a quantidade é variável, pode ir até 250 miligramas ou mais». As referências obtidas são as de que no Casal Ventoso os panfletos podem ir de 0,05 g até 0,2 g. Quanto aos artigos roubados a que o autor faz referência, são quase sempre resultado de pagamento do produto. Trata-se, pois, de uma prática de receitação.

estes últimos contratam ainda «comerciantes de rua», que são pagos à percentagem ou que recebem uma quantia fixa pela venda de uma determinada quantidade numa zona onde as transacções desse comerciante de casa se possam realizar. Há ainda a considerar que alguns comerciantes de rua obtêm o produto à consignação. Os comerciantes de rua, ora são adolescentes expressamente contratados para este serviço, ora são consumidores que residem no Bairro.

Existem três modalidades conhecidas de venda directa ao consumidor. Na primeira, o comerciante de rua transporta já as quantidades a vender e interpela os consumidores, vendendo-as em qualquer zona do Bairro. Na segunda, a pessoa que vende recebe inicialmente o dinheiro e só depois de esperar algum tempo se dirige a casa, recolhe o produto e «despacha-o» em alguns segundos. Porém, a modalidade a que se assistiu mais vezes envolve dois comerciantes. Um indaga os consumidores sobre as quantidades pretendidas e dirige-se a uma porta para as recolher, o outro recebe o dinheiro colocando-o numa bolsa. Na maior parte das vezes, os consumidores não são imediatamente atendidos. Têm de aguardar algum tempo e são satisfeitos em conjunto, de forma a reduzir os riscos. Os gestos da transacção, bem como as conversas, reduzem-se ao mínimo.

No mais baixo patamar conta-se uma série de vendedores que, embora tenham de ser conhecidos pelo comerciante de casa, não são contratados. Eles vendem à consignação ou mediante um pagamento prévio. Por fim, identificam-se ainda outros «comerciantes autónomos», que podem realizar a venda de pequenas quantidades em qualquer ponto do Bairro, mas que transaccionam, sobretudo, noutras áreas da cidade. A sua margem de lucro resulta de um «corte» ou da divisão da própria substância já cortada em quantidades mais pequenas. Grande parte deste último tipo de vendedores autónomos são consumidores-trafficantes que vendem para financiar o seu próprio consumo.

Qualquer um destes comerciantes de rua, ou os vendedores autónomos, correm grandes riscos e necessitam de conhecer bem os consumidores. Registaram-se diversos casos em que vendedores procuraram vender acidentalmente droga a agentes policiais à paisana que se deslocavam no Bairro.

Num primeiro tipo de casos, a remuneração das vendas realizadas por cada um dos comerciantes corresponde a uma percentagem sobre a substância vendida. Essa percentagem é acordada entre o comerciante de topo e o comerciante de casa. Os comerciantes de rua são geralmente remunerados através de uma quantia fixa. As informações que obtivemos sugerem-nos que este tipo de remuneração ocorre quando a relação entre os diversos intermediários se estabelece em termos associativos, dando lugar a uma contabilidade fixa. O contacto e a dependência entre os diversos vendedores mantêm-se ao longo de todo o processo comercial. Nesses casos, a substância que o comerciante de casa e os comerciantes de rua comercializam já está cortada e embalada em panfletos, pronta a ser vendida ao consumidor desde o momento que provém do comer-

ciante de topo¹⁶. Num segundo tipo de casos, cada intermediário ao longo da escala corta a substância e estabelece, dessa forma, um preço. A droga pode ser sujeita a numerosos cortes ao longo da escala e só depois ser definitivamente embalada e vendida ao consumidor. Nestas situações, é fundamentalmente do «corte» que cada vendedor obtém um lucro.

Embora estas informações sejam, já por si, muito díspares e a sua precisão difícil de controlar, mais difícil ainda é estabelecer um rendimento médio mensal, atendendo a que grande parte das pessoas não trabalham todos os dias ou que se encontram detidas durante largos períodos (embora em muitos destes casos sejam substituídas por familiares).

Não obstante, as informações que obtivemos apontam no sentido de que os comerciantes de topo e os comerciantes de casa obtém lucros médios diários entre os 200 e os 1000 contos, o que representa, portanto, uma variação muito considerável entre um mínimo e um máximo possível. O rendimento dos assalariados e dos comerciantes de rua, ou seja, o da grande maioria da população do Bairro envolvida com o tráfico, é mais controlável, já que corresponde a uma quantia geralmente fixa sobre a qual se obtiveram informações mais seguras: oscila entre os 30 e 70 contos diários. Os vigias obtém remunerações entre os 10 e os 20 contos diários, mas geralmente são pagos em géneros e não em numerário, pois grande parte deles são também consumidores. Nesses casos, auferem geralmente 18 panfletos, que correspondem, em dinheiro, aproximadamente a 18 contos.¹⁷

Para um vigia que seja também consumidor, as quantias ou as quantidades de substância auferidas são, muitas vezes, insuficientes para o consumo, pois há casos de vigias a consumirem 2 ou 3 gramas diários.¹⁸ Essa remuneração seria apenas suficiente se um vigia realizasse diversos turnos. Todavia, poucas pessoas têm essa possibilidade, pois, para além de este emprego ter uma procura assinalável, as observações realizadas indiciam que os vigias estão em permanente rodagem, realizando apenas um turno diário.

Para que o negócio funcione bem, é necessário que o espaço esteja relativamente organizado, sabendo-se a quem pertence determinado consumidor, de forma a que a competição entre os comerciantes esteja controlada e não ocorram conflitos abertos. Assim, quando os consumidores circulam nas ruas e não se encontram numa das áreas de venda que já conhecem, podem ser atraídos

¹⁶ Este é o tipo de acção colectiva que mais se aproxima, no código penal português de 1982, de uma situação de «associação criminosa». Segundo Almeida (1992, p. 139): «Não há grupo, organização ou associação criminosa quando os arguidos apenas conjugaram esforços para a prática de diversos actos de transporte, importação, exportação e detenção de cocaína, sem que o seu acordo de vontades tenha dado origem a um campo social autónomo, uma realidade diferente e superior às vontades e interesses individuais [...]»

¹⁷ Dados salariais de Dezembro de 1995.

¹⁸ Corresponde aproximadamente a 30 000\$00 diários.

pelos mais diversos comerciantes de rua, que utilizam diversos pregões, como, por exemplo, *tacos e meias* ou *boa coca, bom cavalo*. Geralmente, essa modalidade comercial tem lugar quando a venda se processa à porta de um pátio ou à porta de casa. Nestes casos, há diversos vendedores a competirem em simultâneo por um mesmo consumidor. Mas, mesmo nesses casos, as áreas de venda estão espacialmente circunscritas e assiste-se a repreensões de comerciantes entre si: *Não tens nada que estar a vender na minha zona*.

Contudo, existem áreas no Bairro que são expressamente utilizadas para a venda. Transaccionar nesses locais é menos arriscado do que vender à porta de casa. Os consumidores conhecem essas áreas e aí aguardam. Em alguns períodos do dia, formam-se filas de espera que se adensam em determinados períodos da semana e do mês. Por sua vez, os comerciantes de rua deslocam-se até essas zonas para realizarem as suas transacções. Esses locais de venda são desejados por todos os comerciantes de casa, mas é impossível que todos possam vender ao mesmo tempo. Por essa razão, realizam-se acordos relativos à apropriação dessas áreas. A organização da venda que se traduz nessa apropriação não é sempre igual. Ela varia consoante a região do Bairro em que se processa.

Na verdade, distinguimos, pelo menos, duas regiões, que têm funcionamentos distintos.

Na região *x* os vendedores dispõem das mesmas áreas de venda, estabelecendo diversos horários para cada um. Não se teve conhecimento de alguma vez terem sido desrespeitados. Possuímos informações que nos levam a considerar a hipótese de que, quando um comerciante de casa é detido, é substituído por outro, que ocupa o seu tempo de venda. O substituto vê aí, naturalmente, uma possibilidade de aumentar consideravelmente os seus lucros.

Na região *y* existem diversos pontos de venda, cada um deles utilizado por comerciantes diferentes. De qualquer forma, esses pontos não se encontram abertos durante os mesmo blocos horários.

No interior das organizações de tráfico, e concorrendo para a estruturação da actividade, descortina-se uma série de tarefas que não estão directamente associadas ao processo de transacção das drogas ao longo da cadeia de distribuição. Algumas pessoas, por exemplo, guardam o dinheiro decorrente das receitas do tráfico, outras armazenam as próprias drogas e recebem por isso uma determinada quantia. Todavia, uma tarefa paralela à actividade de distribuição merece destaque, já que representa um pilar essencial à manutenção da actividade de tráfico no Casal Ventoso: trata-se da actividade de vigilância.

A tarefa de vigilância é assegurada por vigias colocados em locais estratégicos, relativamente às entradas do Bairro; locais onde é possível obter condições de boa visibilidade e fazer circular mensagens rapidamente. No interior do Casal Ventoso, cada comerciante de casa dispõe, pelo menos, de entre quatro e oito vigias ao serviço da sua organização. De qualquer forma, embora estes

vigiem para um determinado vendedor, a sua disposição espacial permite-lhes não ficarem enclausurados num qualquer nicho de venda. Assim, quando um sinal de perigo é localizado por cada um deles, a mensagem passa rapidamente e circula em todos os restantes segmentos. Este funcionamento provoca, portanto, uma interconecção entre os diversos subcircuitos de vigilância.

O sistema de vigilância tornou-se praticamente imune à circulação de agentes policiais fardados ou de brigadas policiais motorizadas claramente identificadas. Uma corrida rápida por um atalho bate facilmente o tempo necessário para que as viaturas policiais, quando provêm, por exemplo, do Casal Ventoso de Cima, cheguem ao Casal Ventoso de Baixo, pois, para isso, terão de percorrer toda a Rua Costa Pimenta, que dá acesso de um Casal ao outro. No caso de procurarem atingir a parte mais alta do Casal Ventoso de Baixo, terão ainda de realizar uma curva e prosseguir por uma rua estreita. Atingir, por este processo, a parte mais alta deste segmento do Bairro, antes dos vigias, torna-se praticamente impossível. A rua é bastante comprida e tem uma visibilidade muito facilitada, o que permite que quem se encontra posicionado na parte mais baixa do Casal Ventoso de Baixo possa enviar facilmente uma mensagem para a parte de cima. Na maior parte das vezes não são necessárias corridas alucinantes para que a mensagem chegue a esse local, o que só acontece quando um dos vigias vai, por exemplo, beber um café ou se afasta, por qualquer razão, comprometendo a eficácia da circulação de mensagens, ou ainda quando a entrada policial é especialmente rápida.

A sinalização, no interior do sistema de vigilância, é realizada normalmente através de um grito – *uga!*¹⁹ O *uga* encontra-se expandido, tratando-se de um sinal sobejamente conhecido no Bairro. Para além dele, pode distinguir-se um conjunto de sinalizações criadas no momento e divulgadas entre os vendedores, como, por exemplo, a abertura e o fecho de um guarda-chuva como indicação, respectivamente, das aproximações e afastamentos de um determinado agente policial já identificado.

Gritar *uga* é um procedimento praticamente rotinizado e accionado na totalidade do Bairro diversas vezes por dia, tendo-se convertido num elemento de linguagem comum. É já aplicado, por exemplo, quando se pretende prevenir alguém da aproximação de outra pessoa, mesmo que tal ocorra numa situação lúdica. Por exemplo, no momento em que um sujeito se aproxima cautelosamente de outro para lhe aplicar um «calduço».²⁰

O grito torna-se, assim, fastidioso para os vigias, que começam, então, a recriá-lo, utilizando diversas entoações e conferindo-lhe um «colorido» e uma expressividade sempre diferentes. Uma vez adquire, por exemplo, a entoação

¹⁹ O grito *uga* corresponde a uma forma rápida e abreviada de dizer «fuga».

²⁰ Um «calduço» é uma pancada com a mão aberta dada na nuca com fins, geralmente, lúdicos ou como um cumprimento.

do vulgar pregão popular; outras, os contornos incisivos das claques desportivas quando gritam o nome do seu clube. Algumas vezes, a proximidade da polícia obriga a sussurrá-lo, embora seja difícil distinguir o emissor no meio de uma rua densamente povoada, como habitualmente se apresenta a Costa Pimenta.

Instala-se, por vezes, uma grande monotonia e os vigias (principalmente a minoria que é natural do Bairro e que mais dificilmente será substituída) ouvem *walkman* e, mais raramente, jogam *Game Boy*. Podem também começar a discutir futebol e acrobacias de motas com adolescentes amigos ou parentes que, sabendo onde os podem encontrar, se sentam por lá a conversar um bocado. A atenção só redobra quando há mais trânsito rodoviário, especialmente quando os carros, na generalidade pertencendo a consumidores, são desconhecidos ou transportam muita gente.

Os vigias estão sujeitos a um grande controlo colectivo, sendo muito seleccionados. Os consumidores, por quem o papel de vigia é extremamente ansiado, estão sujeitos a frequentes substituições e a rodagens em nome da «eficiência», mas também das preferências pessoais dos contratantes, ou ainda devido ao desejo do contratante de colocar no lugar um familiar ou amigo. A vigilância e todos os aspectos organizacionais descritos são determinantes na estruturação e nas dinâmicas do tráfico. Para além deles, distinguem-se quatro tipos de conhecimentos e técnicas que foram aprendidos e difundidos ao longo do desenvolvimento da actividade e que são igualmente fundamentais no seu funcionamento.

Em primeiro lugar, conhecimentos legais. Embora muito particularizados e ténues, eles permitem que os traficantes minimizem e respondam melhor aos riscos que se lhes apresentam. Uma parte desses conhecimentos foi adquirida através do confronto directo com as polícias e com os tribunais, bem como através do contacto estabelecido com advogados. O manancial de conhecimentos resultante destas experiências foi acumulado e difundido no Bairro. Os exemplos mais básicos dizem respeito ao conhecimento, por parte dos habitantes, de alguns direitos que lhes assistem, como, por exemplo, o da necessidade de mandados para se proceder a detenções, ou o facto de as buscas apenas poderem ser efectuadas em determinados horários (entre as 7 e as 21 horas).

É também do conhecimento comum que as instâncias legais deverão restituir os estragos feitos numa casa no momento em que se procedeu a uma busca e em que não se encontrou qualquer prova. Registaram-se diversas referências a acontecimentos desse tipo. Um adolescente narrou um episódio, bem como as suas consequências:

Eles entraram lá em casa e partiram tudo. Até as paredes escavacaram. A advogada chega lá a casa, pegou num bloco e começou a anotar... Foi um candeeiro, não foi?... e punha lá, e as paredes também, não é... Tudo ali. Quando lhes mostraram aquilo que eles tinham que pagar ficaram... [colocou uma mão aberta de cada um dos lados da cabeça] com uma granda cabeça.

Outros conhecimentos de legislação levam as pessoas a accionar estratégias de prevenção. É o caso, por exemplo, da prática de «arremesso da substância para longe de si» no momento em que se julga estar prestes a ser capturado pela polícia. Por exemplo, um filho de traficantes que trabalhava como correio motorizado (deslocava-se de mota) para os seus pais, que eram comerciantes, recebia frequentemente recomendações da mãe:

Oh filho, tem cuidado. Olha para trás, olha para a frente, vê se os vês e manda a droga para longe.

Em segundo lugar, conhecimentos técnicos, sem os quais seria impossível comercializar este tipo de substâncias. As primeiras técnicas relacionam-se ainda com os conhecimentos anteriores, dado que têm como finalidade a redução dos riscos: trata-se de «técnicas para esconder a substância», que incluem o conhecimento de um repertório de locais de esconderijo possíveis.²¹ As segundas são técnicas transmitidas e aprendidas por parte dos envolvidos e prendem-se directamente com a preparação das substâncias comercializadas e com a utilização de instrumentos com essa finalidade, como, por exemplo, balanças electrónicas, balanças de precisão, picadores eléctricos, colheres, peneiras ou sacos plásticos.

Entre estas, destacam-se naturalmente as técnicas de corte. Para a sua realização é importante conhecer os produtos utilizados, alguns de origem farmacêutica, como o *Redrate*, mas também substâncias de uso mais comum como lactose, talco, açúcar, bicarbonato de soda ou quinino. Existe uma série de receitas de corte e mistura que, em alguns casos, são ocultadas pelos seus possuidores.²² A aprendizagem do corte é muito importante, pois influi de uma forma determinante, por um lado, na qualidade do produto vendido e, por outro, nos lucros obtidos. Regista-se uma afectação dos lucros não só porque um produto de melhor qualidade ganha concorrencialmente mas, sobretudo, porque tudo o que for associado à mistura aumenta as receitas da sua comercialização. Destacam-se também as «técnicas de pesagem». Trata-se de um processo particularmente importante, do qual depende o sucesso de muitos vendedores. Williams (1990 [1989], p. 83) refere, mesmo, a este propósito, que «s'asseoir derrière la balance est le premier pas décisif, indispensable pour s'élever dans le commerce de la coke». Por último, destacam-se as «técnicas de embalagem», nomeadamente o conhecimento das pratas utilizadas para embalar, do tipo de embalagens existentes e das pequenas «falcatruas» comerciais importantes nos lucros.

²¹ Existem técnicas utilizadas pelos traficantes e outras utilizadas pelos próprios consumidores para esconder a substância. Não serão dados exemplos.

²² Existem mestres do corte e da mistura. Têm receitas e conhecem os efeitos das diferentes misturas. V. *Cocaine Kids* (Williams, 1990).

É comum, por exemplo, reduzir o peso dos panfletos, que em vez de 0,2 g ou 0,1 g contêm, muitas vezes, uma quantidade inferior.

Uma embalagem como o panfleto não é um procedimento técnico totalmente acessível. É necessário possuir experiência e treino de feitura e é inegável que algumas pessoas possuem mais perícia do que outras para calcular a substância e para manufacturar os pacotes. Nós próprios assistimos a alguns adolescentes que, para demonstrarem a sua maior habilidade, exemplificavam a feitura de panfletos com farinha ou com outras substâncias similares. As pessoas que não dominem estes gestos técnicos ou que não saibam pelo menos controlá-los não terão muitas condições para prosperar no comércio das drogas.

Em terceiro lugar, destaca-se a existência de um conhecimento pessoal dos consumidores. Algumas das formas de vender o produto só puderam ser accionadas porque existe um interconhecimento prolongado entre comerciantes e consumidores. É o caso, por exemplo, do adiantamento do produto. Existem também grandes dívidas de consumidores a traficantes. O adiantamento do produto permite a utilização de determinados métodos de venda, como o da introdução de panfletos na caixa do correio, mas também de outras fórmulas mais imaginativas que não poderão ser aqui descritas.

Por quarto e último, uma certa capacidade para avaliar as evoluções do mercado. A adaptação dos comerciantes ao tipo de procura existente é legível no Casal Ventoso através da própria introdução de uma embalagem como o panfleto, que, como vimos, corresponde a uma dose individual. De facto, não se encontram panfletos em qualquer mercado e, segundo as informações disponíveis, a sua introdução representa uma sofisticação do comércio retalhista protagonizada por traficantes do Casal Ventoso. Mas a nossa hipótese é a de que o próprio acréscimo do comércio de cocaína, registado no presente, corresponde a um conhecimento das exigências da procura ou, pelo menos, da receptividade a esta «nova substância». O acréscimo do seu consumo é referido quer por traficantes quer por consumidores. Alguns deles afirmam, inclusivamente, que a progressiva degradação da qualidade de heroína no Casal Ventoso não tem correspondência na qualidade da cocaína, por relação à qual se ouviu dizer que *estava a nível das melhores do mundo* ou que *é quase pura*. Este produto é presentemente procurado pelos próprios heroinómanos, nomeadamente através do *speed-ball*.²³

É do somatório das formas de organização com o repertório de conhecimentos e técnicas assimilados e difundidos que se constitui uma estrutura de oportunidades ilegais no Casal Ventoso. Trata-se de uma estrutura construída no mais baixo patamar do comércio de drogas: o dos especialistas na venda a retalho. Dorn *et al.* (1992, p. 23) utilizam a mesma designação – *retail specialists* –,

²³ O *speed-ball* é uma mistura de heroína e cocaína.

definindo-a como «enterprises with a manager employing people in a variety of specialist roles to distribute drugs to users (an increasingly common 'street dealing' format)». É consensual entre os próprios juristas que se trata do patamar mais arriscado para os intervenientes. Pena dos Reis (1993, pp. 95-96) refere a este propósito:

[...] a experiência e a estatística indicam-nos que a maioria dos ilícitos objectos de investigação, e ou julgamento relacionados com estupefacientes, se referem à zona terminal de todo o aparelho de comércio e distribuição da «droga», isto é, recorrendo a uma analogia, no momento retalhista deste comércio. [...] esse momento do circuito de distribuição das «drogas» é, provavelmente, o momento mais exposto, o momento mais frágil do tráfico, precisamente pela multiplicidade de contactos que gera, sendo pois aquele em que o trabalho de vigilância e investigação policial se mostra mais simples e eficaz.

Por conseguinte, se tivermos em conta o horizonte das ocupações legais disponíveis, e agora também o patamar do comércio de drogas no qual se inclui a maioria dos traficantes do Bairro, é possível concluir, à semelhança de Sharff (1983, p. 47) para outro segmento urbano, que os habitantes do Casal Ventoso «perform the most insecure and menial work in the regular economy and the most insecure and risky work in the irregular economy».

A problemática do risco e da insegurança que esta actividade comporta terá importantes repercussões no Bairro. Falaremos dela ainda neste capítulo. Porém, importa, antes disso, propor sinteticamente algumas hipóteses respeitantes à forma como o tráfico concorre para novas formas de diferenciação entre os habitantes e para a alteração dos estilos de vida que se registavam antes do seu advento.

As novas formas internas de diferenciação

O comércio de droga no Casal Ventoso apresenta-se, quer aos envolvidos, quer à generalidade da população, como uma estrutura de oportunidades. Aos envolvidos ele faculta a oportunidade de obterem, de um modo rápido, rendimentos superiores aos que poderiam auferir de qualquer outra actividade legal ou ilegal. Aos moradores do Bairro o que ele faculta, antes disso, é a própria oportunidade de envolvimento.

Enquanto estrutura de oportunidades, o tráfico é extensivo, ou seja, ele oferece oportunidades de adesão consideravelmente mais alargadas que outras actividades ilegais. Tal acontece, em primeiro lugar, porque se trata de uma actividade doméstica e, em segundo, porque não envolve riscos tão constantes nem solicita tanta força física ou destreza como, por exemplo, o roubo. Nesse sentido

pode ser desenvolvido por populações que habitualmente não se envolviam noutras actividades ilegais, como, por exemplo, as mulheres ou os idosos.

De facto, se, no início da actividade, eram essencialmente os membros das *famílias* que organizavam a estrutura de oportunidades e que a ela tinham acesso, as características de domesticidade, aliadas às alterações no comércio e à própria expansão do consumo, permitiram o envolvimento no narcotráfico de muitas pessoas ou agregados domésticos que nunca antes tinham estado envolvidos em actividades ilegais. Registou-se, inclusivamente, o envolvimento de muitos agregados que se aproximavam do estilo de vida estável e de homens e mulheres que, anteriormente, possuíam profissões ou mesmo ofícios. Alguns deles mantiveram-nas, apesar do seu envolvimento no comércio ilegal.

Estes dados colocam-nos claramente perante uma dupla hipótese. Em primeiro lugar, podem distinguir-se relações entre os estilos de vida anteriores e a participação no tráfico. Os agregados próximos do estilo de vida ilegal não só foram os primeiros a aderir como aderiram à actividade logo que puderam. Em segundo lugar, o estilo de vida que os agregados desenvolviam antes da sua participação no tráfico não foi, no entanto, determinante para o seu envolvimento.

Esta hipótese foi progressivamente reforçada através das entrevistas levadas a cabo e do cruzamento de informações acerca dos entrevistados, bem como da consulta dos processos de pessoas envolvidas com o tráfico, acompanhadas pelo Instituto de Reinserção Social.

O processo de progressiva adesão à actividade por parte de pessoas que nunca antes tinham estado implicadas em actividades ilegais e que tinham profissões relativamente estáveis não passa, aliás, despercebido aos entrevistados. Um dos nossos informadores referiu a esse propósito:

Ainda ontem passei de carro ao pé de uma pessoa da minha criação e lá estava ela a vender e a falar com aqueles que vendiam... uma pessoa fica assim... [boca aberta]. São pessoas que nunca nos passou pela cabeça que se metessem nisto, que eu conheço desde miúdo, que sempre trabalharam, eles e os pais. Pessoas boas. Elas não concordavam com isto. Acharam sempre que se devia acabar com isto e nem podiam ver a malta que vendia à frente... Sabe que isto é assim. Eu passei a minha vida a trabalhar, sempre na miséria. Nunca vi dinheiro nenhum. De repente, começa a aparecer o meu vizinho que era mais pobre ainda que eu com um grande carro e a mulher cheia de ouro, lá vai ela toda lampeira [simulando sorrisos, aparência aperaltada e gestos femininos]. O que é que eu faço? Mesmo que não tenha vontade de cair, vou vender, pois claro. Sabe que o dinheiro tem muita força. É ou não é? Pois é.²⁴

Para se aderir à actividade são necessárias duas condições: «querer» e «poder» (ter essa possibilidade). A primeira condição é muito complexa e implica uma

²⁴ Este depoimento introduz-nos um aspecto que será desenvolvido mais tarde: o facto de se condenar a actividade não consiste por si só num bom indicador de que uma determinada pessoa não se encontra ligada ao tráfico e muito menos que não se virá a envolver futuramente.

série de factores que procuraremos abordar ao longo da análise, mas que serão apenas aprofundados no último capítulo. Por seu lado, «poder aderir» é uma condição que depende do capital social que cada habitante consegue mobilizar, ou seja, do facto de os habitantes possuírem, ou não, contactos com pessoas que se encontram no interior da estrutura de oportunidades, bem como da intensidade desses relacionamentos. Assim, se se descortinam algumas pessoas que não entram na estrutura de oportunidades porque não querem, conhecem-se outras que não entram porque não podem. Algumas aguardam apenas o surgimento de uma oportunidade.

As actividades para a realização das quais se torna mais fácil identificar aqueles que aguardam uma possibilidade de entrada são a vigilância e a venda à consignação. Como já referimos, o lugar de vigia é muito disputado, sobretudo pelos consumidores. Um consumidor-autóctone que sempre residiu no Bairro afirmou numa conversa: *Hoje estou feliz porque já recebi um convite para trabalhar.*

Tratava-se de um convite endereçado por um traficante para vigiar e publicitar o seu produto. A mesma possibilidade de entrada, mas, neste caso, para o sector das vendas à consignação, era ansiada por dois adolescentes que se encontravam diariamente muito próximos de comerciantes de rua. Pouco tempo antes do Verão de 1995, eles puderam finalmente iniciar a venda, tendo desenvolvido uma actividade regular, pelo menos durante os meses de Verão. O investigador cruzou-se com um deles duas semanas depois de ter começado a vender. Tinha uma expressão entusiasmada e comentava com um terceiro a quantidade de dinheiro obtido no dia anterior. O interlocutor, que é traficante e estava apressado, limitou-se a informar: *Sabes que fui buscar 20 e mandei tudo para trás.* O adolescente fez uma expressão admirada e disse: *Arranja lá pratas que é para enrolar que eu já lá vou ter.* Enquanto se afastava, o traficante ainda respondeu: *Pratas eu tenho. Arranja lá um saco, que isso é que eu não tenho.*

Seguidamente, estabeleceu-se um diálogo curioso entre o investigador e o adolescente. Era este último quem colocava a maior parte das questões, mas não dava respostas directas. Limitava-se a confirmá-las como num jogo de adivinhas. Ao longo da conversa, ia ridicularizando o «desconhecimento» do inquiridor:

- Mas tu fumas chinesas?
- *Tu não percebes nada disto, pois não? Sabes o que é que eu vou fazer?... Então, ponho pó preto dentro das pratas. O que é?*
- Cavallo.
- *Fala baixo [pôs a mão na testa]. É mesmo otário... Tenho a prata, não é? Corto aquilo em seis bocados, ponho aquilo lá dentro, não é? E depois o que é que eu vou fazer...?*
- Vender.
- *Claro, vender. Consegui ir vender e é dinheirinho ali [batendo uma vez com a mão na palma da outra mão]. E se tu quiseres dou-te 25 contos por dia e vais lá para baixo com*

esse saco [saco tipo mochila] vender. Vendes aos polícias e tudo. Eles depois põem-te umas algemas e vais de cana.

Alguns momentos depois, um veículo policial deslocou-se em marcha muito lenta. Os agentes que estavam no interior olhavam atentamente para o adolescente. O veículo abrandou ainda mais. O rapaz perguntou ao inquiridor: *Tens o B. I.?*

Mais tarde, registámos também comentários da mãe do adolescente acerca da relação do filho com outros adolescentes traficantes. Não foi, no entanto, possível apurar se ela tem ou não conhecimento do seu envolvimento ou sequer se ela própria se encontra envolvida:

Não me dou assim com ninguém. É «bom-dia», «boa-tarde». Não consigo fazer amizades com estas pessoas [do Casal Ventoso] derivado à vida que elas levam. Não aceito, não aceito... aqui é rara a pessoa que trabalha honestamente. Poucas pessoas... é mais as pessoas que vivem do ambiente que se está aqui a passar: a droga. Vivem mais dentro disso. Por isso é que estou sempre a avisar o meu filho para não acompanhar aqueles miúdos, só que é difícil, não é? São os amigos dele e ele sai à noite com eles, vai à discoteca com eles. E depois eles têm muito dinheiro, pagam-lhe tudo, porque eu não lhe posso estar a dar, pagam-lhe tudo. Ele agora já não fala em sair daqui. Até aos 14 anos queria sair daqui e não conseguia fazer amizades com ninguém, começou a frequentar a rua, agora já não quer. Mas não gostava do ambiente, é isso que me está a fazer confusão... eu dizia-lhe... eu às vezes dizia-lhe: «Se não gostas do ambiente, vai até às Amoreiras [centro comercial], sai de casa...» Ele estava sempre em casa agarrado ao computador [jogos] de manhã à noite, de manhã à noite... Ele depois começou a sair para a rua, a fazer amizades, e agora pronto, os amigos dele estão aqui e diz-me: «Se um dia tu arranjares casa eu fico com os meus avós, porque aqui é que estão os meus amigos.» Agora, a minha filha é mais nova, adorava sair daqui, mas também, lá está, é pequenina.

As pessoas que desejam entrar no tráfico produzem, muitas vezes, discursos com os quais pretendem demonstrar lealdade para com alguns traficantes bem como aptidão para desenvolverem essa actividade. Só assim é possível estabelecerem bases de confiança mútua. Assistiu-se, por exemplo, a uma situação em que uma mulher dizia a outras duas:

Eles andam a dizer que vocês andam as duas metidas uma com a outra na droga, e eu digo sempre que não têm nada haver com isso. Para se meterem na vida deles. Se um dia pudessem, se calhar também vendiam. Eu sei lá se eu não vendia.

De qualquer forma, estas lealdades não têm, necessariamente, de ser expressas verbalmente. Podem manifestar-se através de gestos, como, por exemplo, através de uma participação clara em práticas cujo desenvolvimento interessa, sobretudo, aos traficantes. É o caso do *dar à fuga*, de que falaremos no próximo capítulo.

Os processos de entrada no tráfico que envolvem todo o agregado são os mais complexos, porque dependem necessariamente da congregação da vontade das várias pessoas que o compõem ou, pelo menos, da sua tolerância para com a actividade. É, no entanto, muito provável que, quando um agregado contém membros que pretendem entrar na actividade, a pressão sobre os que não o desejam se torne muito forte.

A opinião consensual entre os informadores é a de que a pressão para a venda é, sobretudo, exercida pelas mulheres. Seriam depois estas os elementos mais intervenientes na organização das próprias operações comerciais. Um deles afirmou essa posição radicalmente:

As mulheres aqui é que estão sempre a ver o que as outras têm e dizem. Vamos mas é vender. E dizem que o marido é isto e aquilo... um estúpido, que é um otário e se for preciso largam-no para irem com um que ganhe muito dinheiro com a droga.

Por sua vez, um outro informante refere:

Eu conheço mulheres que fazem força para que as filhas fiquem prenhas com tipos da droga ou dos miúdos que vendem droga, porque são um bom partido.

Estas informações não são estranhas, pois estão, em certa medida, em consonância com a pressão exercida junto do homem para corresponder ao ideal de financiador do lar. Mesmo que essa pressão não seja, portanto, exercida de forma explícita, o homem pode senti-la de facto como uma exigência feminina. Não dispomos, porém, de dados suficientemente fortes para sugerir a hipótese de um protagonismo e de uma particular influência das mulheres neste domínio. As informações disponíveis permitem colocar antes a hipótese de que, quer o processo de entrada na actividade, quer a posterior organização dos membros em torno dela, decorrem de forma muito distinta nos diversos agregados. Por exemplo, num caso conhecido, é a mulher quem controla a actividade e a organização do negócio em casa. O homem vende na rua como qualquer outro comerciante de rua. Noutro agregado, pelo contrário, o homem participa na actividade, afastando os outros membros e controlando a própria utilização do dinheiro. Nenhum dos membros do agregado está ligado à actividade para além dele.

Curiosamente, numa situação em que se obtiveram depoimentos relativos ao processo de envolvimento do agregado na actividade, soube-se que, embora tenha sido a mulher a sugeri-lo, ele dependeu da concertação dos dois membros do casal. Esse depoimento permite ilustrar também como o processo de envolvimento é uma decisão que, muitas vezes, encerra dúvidas e do qual são ponderadas as consequências:

A ideia... eu vou explicar. Eu era pedreiro, aliás, ainda sou pedreiro. Já sou pedreiro desde os 12 anos... falaram com a minha mulher e ela falou comigo. Eu naquela altura ainda tremi

assim um bocadinho: «Isto pode ser um mar de rosas mas também pode ser uma porcaria e eu estou aqui, tenbo o meu ordenado certo.» Estava assim um bocado indeciso. Mas ela disse: «Vamos fazer isto como experiência. Eu fico a fazer isto um anito, portanto eu fico aqui, não há necessidade de ficares aqui. Só que depois viemos a ver, estar a trabalhar, estar aqui estar acolá, não pode ser.»²⁵

A vontade de algumas pessoas entrarem na estrutura de oportunidades não é expressa de forma unidireccional. São muitas vezes os próprios envolvidos a demonstrarem interesse no recrutamento de outras pessoas. Por exemplo, no caso anterior, foram uns traficantes que propuseram o negócio à mulher do pedreiro.

Registaram-se também situações em que são claramente os próprios traficantes a demonstrarem interesse no recrutamento de determinadas pessoas para a actividade. Quando desconhecem se elas estão dispostas a entrar, fazem as propostas de forma insinuante, contida e faseada. Um habitante contou a seguinte proposta que lhe foi apresentada e afirmou tê-la recusado:

Primeiro andaram assim de mansinho e eu a achar aquilo muito estranho porque é que dum momento para o outro queriam falar comigo... andavam a perguntar num mês se a minha casa era boa, se não queria mudar de carro, um mês depois era já a dizerem que o meu carro era muito velho que estava uma porcaria e a perguntarem se eu não gostava de ter mais roupas. Só uns tempos depois é que eu vim a perceber, porque aí é que me perguntaram se eu não queria guardar dinheiro na minha conta que não havia problema nenhum. Não sei para que é que me vieram com isso se já sabiam que eu ia dizer que não.

Presentemente, são muito comuns no Casal Ventoso as posições que defendem que o surgimento da actividade de tráfico provocou clivagens absolutas e inequívocas entre as pessoas. Muitos habitantes referem a existência de dois grandes grupos: o dos «traficantes» e o dos «não traficantes», afirmando, quase sempre, pertencer ao segundo. Contudo, quem produz essas oposições, posicionando-se desse lado, encontra-se, muitas das vezes, envolvido no próprio tráfico, ou seja, esse posicionamento, bem como a própria afirmação da dicotomia, são utilizados pelos traficantes para dizerem que não possuem qualquer relação com a actividade. Uma posição deste tipo foi defendida, por exemplo, por uma mulher de 25 anos:

Aqui existem aquelas pessoas que vendem drogas e as que não vendem como eu. Elas não se dão umas com as outras. São dois mundos separados.

Outros habitantes referem, inclusivamente, a sua experiência pessoal como exemplo de separação entre esses *dois mundos*. Devido ao tráfico, ter-se-iam veri-

²⁵ A profissão deste homem foi alterada, no entanto, trata-se também de um oficial com uma remuneração semelhante à de pedreiro.

ficado rupturas com relacionamentos do passado. É o caso de um homem com cerca de 30 anos:

Os meus amigos, que eram meus amigos, amigos cem por cento, já não me dou quase com nenhum. Toda esta coisa da droga... o mal deles todos foi isso. Não dava para me continuar a dar com eles porque eles estavam-me a tentar desencaminhar para aquilo que eu não queria ir. Eles mudaram de melhor para pior. Se eles andavam bem e não sei quê, e agora vendem ou são toxicodependentes ou estão a avisar, não podem. Os meus amigos passaram, agora, a ser pessoas mais altas que as da minha geração. Tenho mais amigos mas é gente toda para cima da minha idade, com trintas, quarentas, cinquentas. Mas, atenção, aqui dentro do sítio; porque fora do sítio, em Sacavém, tenho amigos da minha idade. Uns já se casaram e isso, e não se metem em nada disto. Conbeci-os de pequenino porque íamos todos acampar juntas. Foi uma tia minha que se dava bem com uma família de Sacavém, apresentou-a aos meus pais, que começaram a andar com eles também. Íamos para a Costa acampar. Os meus pais nessa altura não tinham férias e eu ficava lá com eles os meses de férias. Quando é os casamentos convidam a gente para os casamentos e a gente vai. Às vezes vou lá a Sacavém ter com eles. Nos parques de campismo da Costa vamos nos fins-de-semana mas principalmente nas férias. Os meus dois melhores amigos de lá são empregados de armazém.

Apesar destes depoimentos, a evidência empírica não sustenta as posições que defendem que estas categorias correspondem a dois grandes tipos autónomos de redes sociais. Ou seja, não confirma a ideia de que existem redes sociais constituídas apenas por traficantes e outras constituídas em exclusivo por não traficantes. Na verdade, grande parte deles possuem entre si bases de relacionamento, nomeadamente vínculos que valorizam, como sejam o parentesco, a vizinhança e a amizade. Por outro lado, conhecem-se não traficantes que se querem envolver com o tráfico, assim como traficantes que deixam de traficar, mesmo que temporariamente. A clivagem existente é, portanto, muito menos intensa do que estes depoimentos internos fazem supor.

No entanto, mesmo sendo tendencial, essa clivagem existe. Um dos factores mais importantes para o seu desenvolvimento prende-se com o facto de parte dos traficantes e dos não traficantes desejar manter-se à distância. Alguns traficantes afastam-se dos segundos porque estes os confrontam com condenações de natureza moral. Por sua vez, alguns não traficantes, sobretudo aqueles que não querem entrar na actividade, constituem redes sociais que tendem a excluir os primeiros.

Outro factor determinante nesta clivagem prende-se com a própria alteração de algumas das condições de existência dos traficantes. Actualmente, eles estabelecem os seus relacionamentos prioritários sobre bases associativas dirigidas para uma finalidade clara: comercializar drogas e daí obter rendimentos. Isso possibilitou um certo desvinculamento e uma crescente independência relativamente ao mercado de trabalho legal. Promoveu, além disso, a emergência de novos problemas, prioridades, necessidades e até de novos «inimigos».

Por sua vez, distinguimos, no interior do Bairro, um conjunto residual de pessoas não traficantes que mantêm relacionamentos prioritários entre si, embora cada uma delas, individualmente, possa estar integrada no interior de redes mais amplas que incluem pessoas envolvidas no tráfico. Este conjunto de habitantes constitui-se, em larga medida, em torno de uma organização do Bairro – o Centro Social – e é constituído pela direcção, por alguns funcionários e frequentadores. É aqui que a tendência para a exclusão dos traficantes é mais acentuada. A convergência de não traficantes nesta organização resulta de dois factores. Em primeiro lugar, do facto de o Centro Social consistir na única possibilidade de oferta de trabalho legal no interior do Bairro, tendo proporcionado emprego a algumas dezenas de habitantes. Em segundo lugar, porque o recrutamento de trabalhadores é feito através de um conhecimento personalizado, admitindo-se somente pessoas que a direcção supõe não estarem associadas ao tráfico ou terem deixado de estar.

O Centro Social é constituído por um edifício central com dois andares e dois anexos muito próximos. Na entrada do edifício central destaca-se uma sala principal, onde existe um bar, uma lareira que funciona no Inverno, e que contém uma placa alusiva à visita do Presidente da República,²⁶ bem como um retrato deste. Nessa sala, várias dezenas de velhos do Bairro relacionam-se diariamente e vêem televisão. O piso térreo possui ainda um refeitório, uma cozinha e, no primeiro andar, salas de creche para crianças em diversas idades. Um dos anexos possui uma série de salas de ATL, e o outro, um lar com lotação para quatro pessoas.

Durante o dia, as creches albergam centenas de crianças e o Centro de Dia recebe dezenas de idosos. À hora do almoço, grupos de crianças chegam da Escola Primária n.º 6 e entram nas salas. Ao mesmo tempo, uma série de idosos vem até à cantina para almoçar. A essa hora, a grande lotação do Centro torna-se particularmente perceptível.

É entre as pessoas que mais estão envolvidas com o Centro Social, sobretudo entre a sua direcção, que os discursos antitráfico se tornam mais explícitos, adquirindo uma forte componente axiomática. Por contraposição ao tráfico, actividade do «mal» por excelência, o Centro propõe uma «visão do bem»: um ideal de *vida honesta*, o esforço para o atingir, bem como o objectivo crucial da própria associação, que é, como refere frequentemente o seu director, o de *protecção das nossas crianças e dos nossos velhos*. Foi nesse sentido que a associação se envolveu, por exemplo, num projecto que incluía cursos pré-profissionais, de canalização e informática, por forma que, depois deles, um grupo de adolescentes pudesse frequentar os cursos profissionais do Instituto do Emprego.²⁷

²⁶ Trata-se do ex-presidente da República Mário Soares.

²⁷ Todavia, esses adolescentes nunca poderiam frequentar os cursos do Instituto, dado que o critério de admissão é o patamar da escolaridade obrigatória, que a grande maioria não atingiu (v. capítulo 4).

A par desses objectivos, o Centro desenvolve, através de educadoras de infância, uma série de actividades de «correção de hábitos» das crianças em idade pré-escolar, nomeadamente de sensibilização à higiene.

As actividades internas do Centro, a sua extensão, organização, bem como o facto de as pessoas envolvidas se encontrarem, na sua maioria, desvinculadas do tráfico, tornam-no, para os seus dirigentes, bem como para grande parte dos habitantes, uma espécie de representante ou incorporador dos valores morais globais no interior do Bairro, uma instância personificadora dos ideais de «resistência moral». Mas é o próprio edifício azul-claro de dois andares, à frente do qual é proibido vender ou chutar, protegido por grades nas janelas com a finalidade de prevenir assaltos ou qualquer tipo de agressões, que se destaca no coração do Bairro como uma espécie de «templo do bem». Frequentemente pintado e retocado, sobretudo quando aparecem *graffiti*, ele emerge, pois, como uma imagem ordeira e boa perante o «caos» e o «mal» em volta.

O advento da estrutura de oportunidades ilegais não provocou, somente, alterações nos relacionamentos prioritários e na configuração das redes sociais, mas também nas vivências dos agregados que se envolveram no tráfico. De qualquer forma, mais do que alterações, podemos registar aqui, novamente e apenas, tendências. Desenvolvê-las seria prematuro, já que a actividade é recente e que grande parte das pessoas que nela se envolveram o fizeram já durante a década de 90.

As informações de que dispomos permitem-nos colocar algumas hipóteses gerais. A primeira já foi enunciada: as pessoas que entraram no tráfico não se aproximavam todas homogeneamente do mesmo estilo de vida antes de tal envolvimento ter ocorrido. A segunda hipótese é a de que, embora as rotinas se constituam, para todos eles, em torno da actividade, o que tende a assemelhar muitas das suas vivências quotidianas, os traficantes desenvolvem estilos de vida heterogéneos.

Neste sentido, procuraremos esboçar alguns aspectos que deverão ser tidos em conta para que se possam identificar, no futuro, os diversos estilos de vida dos traficantes.

Em primeiro lugar, o estilo de vida anteriormente desenvolvido pelos agregados que se encontram ligados ao tráfico é um dos factores cruciais para a compreensão das diferenças de estilos de vida que eles desenvolvem no presente.

Em segundo lugar, é fundamental considerar a quantidade de rendimentos auferida. Isso depende, por sua vez, da posição que o agregado ocupa na hierarquia do tráfico; do facto de estar totalmente envolvido com a actividade ou de nela se encontrarem apenas alguns dos seus membros, e finalmente da existência ou não de membros detidos em estabelecimentos prisionais.

Em terceiro lugar, importa identificar as atitudes perante o tráfico, nomeadamente se as pessoas o encaram como uma actividade transitória ou permanente e como se representam a si mesmas enquanto traficantes.

Em quarto lugar, interessa conhecer a forma como os envolvidos investem os lucros obtidos. Registam-se casos, por exemplo, em que o dinheiro é investido em actividades de lazer, tais como refeições dispendiosas, dormidas em hotéis ou noutros bens de consumo não lucrativos (por exemplo, veículos motorizados). Pelo contrário, há quem efectue investimentos nas condições habitacionais, realizando obras na casa ou adquirindo mesmo novas habitações. Outros ainda realizam investimentos em actividades lucrativas legais; grande parte das vezes com uma finalidade de branqueamento e de ocultação das fontes de rendimento. Adquirem-se, por exemplo, cafés, mercearias ou minimercados, algumas vezes em zonas exteriores ao concelho de Lisboa. Outro investimento habitual é o da colocação de táxis na praça.²⁸

Em quinto lugar, é importante ter em conta o facto de estes agregados traficantes envolverem de forma diversa os filhos adolescentes na actividade e projectarem de modo diferenciado o futuro destes. Este aspecto é um importante indicador da forma como os diversos traficantes se posicionam relativamente aos mecanismos de mobilidade social.

Grande parte dos agregados envolvidos no tráfico, porventura a maior parte, envolve também nele as suas crianças e adolescentes. Os filhos são utilizados, como já o referimos, enquanto correios mas também como mão-de-obra na produção de panfletos. Esses adolescentes não frequentam geralmente estabelecimentos de ensino. Adquirem-se, por vezes, bens de consumo infantil dispendiosos. Os mais visíveis talvez sejam os carros automáticos conduzidos por crianças com idades inferiores a 12 anos, réplicas de modelos da *Porsche* ou da *Ferrari*. Registaram-se também, no entanto, casos em que se procuram manter os fi-

²⁸ Registam-se também casos em que as pessoas utilizam contas de outras para depositarem o dinheiro ganho, ou mesmo casos em que colocam os bens adquiridos por si no nome de outras pessoas. É, de qualquer forma, muito difícil saber qual o tipo de instrumentos de reciclagem de fundos que são utilizados. As informações obtidas apontam no sentido de que os grandes instrumentos financeiros de branqueamento de capitais ainda não são utilizados. Relativamente à reciclagem dos fundos, a nível internacional, poderá ler-se o relatório intitulado *La géopolitique mondiale des drogues* (CEE, 1992), onde se conclui, essencialmente, o seguinte: «Les dispositifs mis en place ces dernières années dans la totalité des pays développés se sont révélés incapables de mettre en échec la puissance financière des narco-trafiquants» (p. 4). Tal deve-se, em grande medida, ao anonimato total dos detentores do capital de sociedades e à protecção rigorosa do segredo bancário. O Parlamento Europeu (1992) concluiu, por seu lado: «A corrupção dos governos e dos funcionários públicos (em especial na magistratura e nas forças da ordem) em benefício do tráfico de droga é simultaneamente causa e efeito da difusão do fenómeno. Isto torna a actividade repressiva particularmente difícil, nomeadamente porque as ligações entre os políticos e as organizações criminosas são muitas vezes indirectas e filtradas pelo sistema complexo de branqueamento de dinheiro» (p. 101). «As empresas imobiliárias e outros organismos procedem também, alguns, ao branqueamento de dinheiro proveniente da droga, dado que o branqueamento processa-se, não só através de instituições de crédito mas também através de sectores económicos e comerciais tradicionais; ex.: indústrias do turismo, construção e imobiliário, sector hoteleiro e transportes, mercado da arte» (p. 103).

lhos afastados do negócio e, sobretudo em 1995, conheceram-se mesmo alguns exemplos de frequência escolar declarada. De facto, algumas crianças, filhas de traficantes, não só andavam na escola como frequentavam colégios privados.²⁹

As informações disponíveis sugerem que, muito embora se registem alguns escassos casos de reconversão de capitais (nomeadamente situações de escolarização que poderão indiciar desenvolvimentos futuros), o processo de reprodução ensaiado pelos traficantes mantém-se por agora semelhante, relativamente à escola e ao trabalho legal, àquele que se registava anteriormente. Ou seja, parece evidente que, no final do processo, os filhos dos traficantes se manterão na mesma posição e nas mesmas condições estruturais que os pais. A diferença reside sobretudo no facto de muitos adolescentes disporem de mais dinheiro para a formação de um novo agregado, ou porque estão ligados ao tráfico ou porque acumularam capital económico graças a um envolvimento anterior.

Voltaremos a discutir estes aspectos no capítulo de conclusão. Na próxima secção analisaremos os obstáculos que se colocam ao desenvolvimento do tráfico enquanto actividade.

Obstáculos e contradições do narcotráfico

Presentemente, colocam-se obstáculos à realização do tráfico no Casal Ventoso, obstáculos esses que dificultam a adesão individual a esta actividade e que comprometem a sua manutenção enquanto actividade colectiva. Tais obstáculos resultam de dois tipos de contradições. A primeira consiste numa contradição entre «crenças» e «práticas» e advém da circulação da ideia de «inferioridade moral» no interior do Bairro. A segunda corresponde a um conjunto de contradições entre o aumento das oportunidades de entrada no tráfico e a diminuição do sentimento de segurança dos que nele estão envolvidos.

a) Circulação da ideia de «inferioridade moral»

Numa manhã de Fevereiro, o investigador descia as escadas do Bordas dialogando com uma mulher que transportava uma criança pela mão e que caminhava vagarosamente. Comentavam entre si o facto de aquela ser uma manhã particularmente fria, quando comparada com as restantes manhãs do ameno Inverno daquele ano. Uma outra, mais velha, aproximou-se. Tinha uma expres-

²⁹ É possível que este fenómeno de frequência escolar não traduza, necessariamente, um investimento na escolaridade dos filhos, ou mesmo, em último caso, um investimento intergeracional de capital económico em capital cultural, social e simbólico. Poderá resultar antes de outros objectivos, como, por exemplo, o de possibilitar a libertação da tutela dos filhos durante o dia. Todavia, trata-se de formas de investimento de capital que deverão ser investigadas no futuro.

são ensonada e chegou enroscada em muitas camisolas sobre as quais trazia um avental. Agarrou o rosto da criança e beijou-o com intensidade. Deu-lhe mais alguns segundos de atenção e começou também a falar do estado do tempo. Primeiro revelou qual tinha sido a temperatura registada por um termómetro que colocara dentro de casa e de um outro que tinha pendurado numa parede exterior. Em seguida, referiu-se às temperaturas que *eles deram* para o resto de Portugal. A conversa prosseguiu entre as duas. Esqueceram as pessoas em volta. O investigador disse «bom dia» e prosseguiu a descida.

No fim das escadas, muitos adolescentes e alguns homens novos, sobretudo vigias e alguns amigos, conversavam. Outros iam até ao café. Saíam pouco tempo depois com batatas fritas e latas de *Coca-Cola*. Quando o investigador se aproximou da entrada do café, por entre o som de uma máquina de *flippers*, o *Morcego* chamou-o, gritando o seu nome. Encontrava-se alguns metros mais abaixo, junto à curva, segurando um carro-de-mão cheio de tijolos. *Morcego* é uma das alcunhas dadas no Bairro a um rapaz que é também designado de outras formas. Uma delas é simplesmente *Macaco* ou, mais concretamente, *Macaco Australiano*. Qualquer uma destas alcunhas foram atribuídas devido ao facto de se tratar de um adolescente negro.³⁰

O *Morcego* tinha sido contratado por um homem para acartar materiais de construção a fim de se proceder à construção de uma área plana cimentada no local onde existia há cerca de dez anos uma casa entretanto demolida. A zona tinha passado recentemente a servir de lixeira. O encarregado da construção, que também se encontrava presente, desconhecia qual o tipo de utilização que iria ser dado àquele espaço: talvez um pequeno parque de estacionamento, talvez um recinto a utilizar numa festa *com fadistas para ser passada na televisão, com a presença da esposa do Presidente da República e políticos*.

O *Morcego* afirmava, por seu lado, que não fazia ideia de *para que é que esta merda serve*. Entretanto pousou o carro-de-mão no chão e encaminhou-se na direcção do investigador. Estava visivelmente entusiasmado, porque ia aparecer no *Record, numa g'anda fotografia*.³¹ O Jacinto, que era a pessoa mais velha que se encontrava próxima daquele local, intrometeu-se na conversa e disse:

Claro que apareces no jornal, tu és preto, as letras do jornal são pretas. Tu apareces no jornal todos os dias.

Esse foi o primeiro de uma série de comentários acerca do *Morcego*, dado que as pessoas que se encontravam próximas da obra estavam particularmente

³⁰ *Macaco Australiano* surge com uma precisão que permite distingui-lo de um mulato que é alcunhado de *Macaco Soviético*.

³¹ O *Record* é um jornal desportivo. A razão do seu aparecimento prendia-se com o facto de ter participado num campeonato de futebol amador.

interessadas na forma como ele executava o trabalho. Lançavam piadas em voz alta que as pareciam divertir, a elas, tanto quanto ao próprio, a última das quais foi: *trabalha preto*. Nesse instante, o *Morcego* despiu a camisola, ficando apenas com uma camisa-interior de alças e com luvas de operário da construção civil. Agarrou no carro-de-mão repleto de tijolos e deu duas voltas sobre si mesmo, simulando o som de um automóvel. Alguns amigos e a restante assistência começaram a bater palmas. Um deles teve inclusivamente o que parecia ser um ataque de riso, dobrando-se com as mãos na barriga.

Entretanto, o Jacinto chamou o investigador: *Oiça lá, queria falar consigo*.

A conversa que se seguiu acabou por alterar o acontecimento, retirando momentaneamente o *Morcego* do centro das atenções. A mudança não foi imediata, porque as pessoas que continuavam atentas às peripécias do *Morcego* encontravam-se a alguma distância e não puderam ter acesso à conversa que o Jacinto iniciara em voz baixa:

O meu filho disse-me que você queria tirar fotografias, mas veja lá que é preciso ter cuidadoinho, e, se quer o meu conselho, é melhor não tirar fotografias e ter cuidado com as perguntas que faz. Ninguém é livre de levar um enxerto ou mesmo comer um balázio... comigo é nunca fiando... não somos nenhuns Rambos... Apanhar os traficantes e o trabalho da polícia, nós não temos nada a ver com isso... eu não sou nenhum Rambo. Há certas pessoas aí que você conhece que têm a mania de dizer que aquele é traficante, o outro é traficante quando vem aí a polícia e apontam com o dedo, armados em heróis... têm a mania que são Rambos, mas não são.

Enquanto o investigador se preparava para justificar que as fotografias, e a generalidade do seu trabalho, não representavam qualquer risco para ninguém, o Jacinto começou a falar alto para que as outras pessoas o ouvissem. A chamada de atenção resultou. O *Morcego*, por exemplo, largou o carro e ficou a ouvir com um sorriso e com as mãos nas ancas:

Fazia falta, sabe o que era? O Salazar, que na altura do Salazar eu dormia no jardim, punha os sapatos ao meu lado e quando acordava ainda lá estavam os sapatos. Devia era haver um governo forte, não é isto, não é deixarem-nos sair para ir ter com a mulher. Eles apanham dez anos têm que ficar dez anos... não é isto. E porque é que não apanham vinte anos...?

Um dos rapazes que observava a cena disse, esboçando um sorriso: *Deviam metê-lo lá dentro era a você*.

Jacinto prosseguiu dirigindo-se então a esse novo interlocutor sem o fitar directamente. Mantinha-se numa posição lateral, olhando algumas vezes para o chão e outras para nenhum sítio em particular. Deixava o olhar perder-se:

É claro que se me perguntassem conhece este e aquele, eu digo que não, que não conheço ninguém, que trabalho e que por isso não tenho tempo para conhecer pessoas. Mas julgas que a polícia não tem lá tudo, o teu nome, o que é que tu fazes, o que é que deviam fazer...

Foi o Jacinto a concluir a conversa que ele próprio iniciara:

Eu não tenho nada a ver com o que cada um faz ou deixa de fazer. Eles têm a vida deles, eu tenho a minha...

Parou, e as pessoas em redor que estavam atentas ao discurso começaram a desmobilizar a atenção.

O encarregado da obra disse ao Morcego: *Então, vai lá buscar cimento.*

Jacinto é um não traficante que, neste caso, ensaiou algumas formas de condenação do tráfico no interior do próprio Bairro. Fê-lo na presença de espectadores, alguns dos quais se encontravam envolvidos no tráfico de variadas formas.

De facto, os não traficantes consistem na fonte que mais profundamente, e num maior número de situações, condena o tráfico no interior do Bairro. Um bom indicador, aliás, de que uma pessoa é um não traficante é o facto de, como aconteceu com o Jacinto, condenar o tráfico ou os traficantes perante uma grande audiência, pois, se tal condenação não passasse de uma simulação e se a pessoa que a produz estivesse também associada ao comércio ilegal, arriscar-se-ia a ser identificada como traficante perante pessoas a quem queria aparentar o seu não envolvimento e a ser considerada «cínica» por muitos outros.

Pelo contrário, se a condenação for realizada a sós com o investigador, a probabilidade de os traficantes criticarem o tráfico torna-se muito acrescida e, portanto, as críticas que as pessoas fazem acerca da actividade deixam de ser um indicador credível de não envolvimento.

Não se registam muitos episódios em que presumíveis não traficantes condenem os traficantes junto de uma grande audiência, como aconteceu no caso do Jacinto, e, quando isso acontece, as críticas são geralmente veladas. Um bom exemplo é o de uma mulher com cerca de 70 anos que, na presença de outras três, numa saída do Bairro, dizia a uma outra com cerca de 40 anos:

Pois, eu vi-te entrar de táxi. Se eu tivesse dinheiro também ia de táxi, só que não tenho.

A outra «defendia-se» dizendo que também não tinha dinheiro e que só tinha vindo de táxi porque estava atrasada. Ao que a mulher mais velha respondeu:

Também havia gente que dantes só comia massa com chouriço e que agora está sempre no marisco em Alcântara.

Nas críticas realizadas em público não é habitual alguma pessoa atingir um traficante em particular. Na sua maior parte nem sequer se criticam os traficantes, mas apenas o tráfico na sua totalidade ou, simplesmente, a «droga».

O único caso registado em que um não traficante acusou, em termos pessoais e em público, um homem de estar envolvido no tráfico ocorreu à porta de um café. O não traficante, que tem cerca de 50 anos, dirigiu-se a esse presumível traficante da mesma idade e, depois de terem conversado em voz baixa durante alguns segundos, afirmou em voz alta, estendendo inclusivamente o dedo indicador: *Tu vendes*. O outro permaneceu alguns momentos com uma expressão atónita e disse: *Mas o que é isto a dizer que eu vendo?... Vai mas é...* E antes de concluir a frase o «acusador» respondeu:

Tu não podes ficar ofendido. Tu vendes. Não estou a dizer mentira nenhuma. Se não vendesses, podias ficar ofendido, mas, como vendes, tens é de ficar calado.

O acusado retirou-se então do local da discussão. O tipo de acusação realizada, bem como a forma como se processou, foram possíveis devido ao facto de o acusador ser uma pessoa prestigiada no interior do Bairro.

Algumas vezes, as condenações não se exercem sobre o tráfico ou sobre os traficantes de maneira geral, mas incidem sobre determinados tipos de traficantes, nomeadamente sobre aqueles que, segundo o acusador, se encontram mais envolvidos na actividade ou que ocupam posições hierárquicas mais elevadas nas organizações do tráfico. É, aliás, por relação a estes aspectos de diferenciação hierárquica e de desigual envolvimento na actividade que os habitantes do Casal Ventoso constroem ideias acerca do que poderíamos designar por «responsabilização moral diferenciada».³²

As únicas situações em que os traficantes criticam outros traficantes em público ocorrem segundo os moldes de «atribuição diferencial da culpa» e da «responsabilidade». Uma delas teve lugar numa conversa onde estavam envolvidas cerca de 15 pessoas e foi efectuada por duas raparigas pertencentes a agregados domésticos onde, presumivelmente, se trafica. Tais críticas ocorreram, justamente, num contexto em que se encontravam outros adolescentes. De facto, essa condenação não incidiu igualmente sobre todos os traficantes, mas sobre

³² Por vezes, a atribuição diferencial da «culpa» é um dispositivo utilizado por pessoas que estão envolvidas no tráfico e que pretendem declarar-se menos culpadas ou demonstrar que estão contra a actividade. É também utilizado pela generalidade dos habitantes que projectam, desta forma, a culpabilidade para fora do Bairro. Relativamente a este último aspecto, devemos acrescentar que as representações acerca do topo da hierarquia são bastante difusas. Grande parte dos habitantes projectam-no para o exterior, mencionando a existência de importantes ligações a «poderosos» actores externos, a quem atribuem, inclusivamente, o facto de o tráfico no Casal Ventoso não ter sido desmantelado. Os próprios agentes implicados no transporte de droga para o Bairro são, em muitos casos, colocados fora dele: já *não pertencem ao Bairro, vivem na Costa ou nunca foram de cá, só cá estão há pouco tempo*. Alguns informantes argumentam, para sustentar estas opiniões, que os traficantes do Bairro não teriam competência nem meios *para irem lá fora buscar a draga: Eles foram aliciados como são as crianças e como não tinham nada foram atrás*. Acerca dos processos de atribuição causal, v., por exemplo, *Causal Attribution* (Hewstone, 1989).

aqueles que, no interior do Bairro, são designados por *magnatas*.³³ Segundo uma adolescente que utilizou o termo:

Magnatas são aqueles que ganham muito dinheiro da droga e depois começam aí a mostrar aquilo que têm e que não têm e muitos gabam-se daquilo que têm.

A condenação dos *magnatas* foi prosseguida pela outra adolescente nos seguintes termos:

Há gente que vendeu para sair do Bairro e para juntarem 17 000 contos, 20 000 contos e comprarem um andar fora do Bairro, e esses eu ainda compreendo. Agora os outros estão dependentes do dinheiro, como uns em droga, e querem sempre mais, mais... e parece que não vêem que estão a matar os filhos dos outros. Uma filha aí de uma senhora que vende ainda me dizia no outro dia: «Eu tenbo aquela casa fora do Bairro porque a minha mãe vende, senão eu não podia ter casa nenhuma».

Um adolescente que se encontra associado ao tráfico respondeu então:

Mas quais magnatas? Vêem aqui alguns magnatas? Lá porque as pessoas estão num bairro e começam a andar com colares de ouro e anéis de ouro ou compram um carro novo, andam logo a vender droga, é? Olha mas é para ti e deixa mas é os outros. Há mas é invejosos, invejosos é que há, não é magnatas.

A partir desse momento, o colectivo envolvido na discussão cindiu-se. Começaram a introduzir-se ameaças físicas, o que deu lugar a um conflito incontroável. Algumas das pessoas deixaram, inclusivamente, de se relacionar durante um largo período.

Em entrevistas, ou, melhor, em situações em que não há assistência, e em que se torna particularmente importante controlar as impressões que o interlocutor produz acerca de si, os depoimentos de condenação das drogas tendem a acentuar-se, quer por parte dos traficantes, quer por parte dos não traficantes. Por exemplo, uma mulher que habita no Casal Ventoso de Cima falava ao investigador da seguinte forma:

Elas [mulheres traficantes] são umas porcas, umas vacas. Elas têm grandes carros e boas roupas cheias de ouro. Às vezes eles [consumidores] chegam com 900\$00, faltam 100\$00 para o caldo... enriquecem à conta deles e mesmo assim dizem: «Vai arranjar ou julgas que ando a roubar? Qualquer dia queres que te dê o cu... Quando estão na cadeia chibam os outros e depois saem. Apanham penas pequenas, subornam e têm bons advogados.

Quando são os próprios traficantes a discursar sobre questões relativas à dimensão moral do tráfico tendem também a criticá-lo, por vezes de uma forma

³³ Trata-se obviamente de uma adulteração oral do termo «magnates».

veemente. Quando o fazem, auto-excluem-se da actividade, referindo-se ao tráfico como uma «actividade dos outros».

De qualquer forma, recolheram-se também opiniões negativas acerca do tráfico, proferidas por pessoas que têm conhecimento que o investigador sabe do seu envolvimento. É o caso de uma rapariga com 18 anos que manifesta, inclusivamente, uma *vontade* de denúncia que não será, provavelmente, concretizada:

Vivo já aqui em baixo. Estou farta disto. Já deito o Casal Ventoso pelos olhos, não posso ver isto. Estou duas horas fora daqui ou de manhã ou à tarde na praia [a entrevista foi realizada nos meses de Verão]. Chega a hora de entrar aqui, dá-me uma dor de cabeça tão grande que só me apetece desaparecer daqui para fora. Não me sinto bem com as coisas que aqui acontecem. Passo às 9 horas na rua e vejo os desgraçados levarem porrada. Vejo eles todos a sangrar, são ameaçados, são roubados, são tudo... Se eu chegasse um dia a ser polícia, isto ia tudo, não escapava nem um. Eu denunciava tudo. Bastava que eles não soubessem. Não precisavam de saber que eu era polícia. Bastava apanhar um para ficar radiante da vida. Apanhando o piorzinho isto acaba. Mas é como eu digo mesmo... apanhando o piorzinho isto acaba tudo, mas é que acaba completamente. O único problema é que os polícias também estão feitos. [...] Eu fui assistir ao tribunal, porque era a mãe de uma amiga minha que tinha ido dentro. Por muito que me tivesse a custar estava a dar o apoio à filha... conheço-a desde pequenininha e a miúda às vezes vem desabafar as coisas comigo... Pois é isso que eu digo... Eu às vezes tenho medo de denunciar certas pessoas, porque depois envolvo muita gente nisso. Consoante eu denunciar a pessoa maior vai tudo atrás dela. Vai desde o Casal Ventoso de Cima até ao fundo. Vão todos. Começa aí a haver rusgas, vai tudo.

Uma outra rapariga envolvida critica também o tráfico e os traficantes. Apresentamos aqui excertos de uma entrevista em que conta uma história de homicídio não confirmado, na qual, provavelmente, falsifica muitos dados, misturando-os com informações reais:

— Eu às vezes, quando fico aí enervada com o pessoal da rua, digo «qualquer dia estás lixado...», eu sei como é que te hei-de apanhar, e não sei quê... começo aí com essas coisas, eles começam a topar constantemente. Eu às vezes tenho mais medo de sair para a rua do que de outra coisa qualquer.

— E o que é que eles te dizem?

— Quando eu digo que eles estão lixados, eles dizem: «Atreve-te. A gente sabe como é que te há-de fazer. A gente já tem tudo programado, tanto para ti como para qualquer outro.» Mais que se eu sair da minha porta e qualquer dia denunciar... é só sair à porta da minha casa e fechar a porta, ir a subir o degrau, levar ali uma trancada e não me levantar mais. É certinho. Já aconteceu a muitos, não me havia de acontecer a mim? Uma rapariga aí nova que era a Eduarda. Tinha 16 anos. Os pais começaram a vender... tudo bem. Depois os pais deixaram de vender porque ninguém lhes fornecia a droga para eles venderem, começou-se a chibar. Quando ela se chibou... ia a descer as minhas escadas no outro dia, a seguir é que a encontraram a ela, caída nas escadas.

— Morta?

– *Sim, morta... esfaquiadinha, parecia uma peneira... por acaso não vi. Só vi quando ela já ia toda tapada para dentro da ambulância. Que eu nem conseguia sair as escadas para olhar para ela, que era uma das minhas amigas. Já aconteceu há três anos isso. Só que ainda ficou aqui dentro, isso. Só que eu sei quem foi a pessoa que fez isso. Sei só pelos passos que eu ouvi ontem. No dia em que isso aconteceu eu ouvi os passos de uma pessoa a subir. Não sabia que isso tinha acontecido mas ouvi os passos. Sei a hora que ela morreu... Eu ouvi esses passos à mesma hora que isso aconteceu. Há dias eu ia a subir as minhas escadas e a pessoa que ia a subir à minha frente tinha os mesmos passos, iguaizinhos. O tom de bater os pés, era a mesma coisa ao que aconteceu há três anos à Eduarda... A ambulância a chegar e o coração dela a parar, já não conseguiram fazer nada.*

– Por que é que eles deixaram de lhe fornecer droga?

– *Porque não queriam fornecer, estava-lhes a dar mais lucro a elas do que a eles todos juntos. Não sei o que é que elas faziam para lá, o que é que juntavam ao produto... os gajos [consumidores] pegaram naquilo e nunca mais largaram. A primeira porta a que iam bater era aquela. Era ali que eles iam pedir sempre. Os outros chamavam: «Olha... anda cá, tá aqui boa»; e eles: «Não quero nada disso, tens aí uma boa porcaria.» Davam meia-volta e iam ter com a outra. Eles queriam descobrir o que ela misturava na droga. O que é que misturava na droga para eles quererem sempre aquela. Elas misturavam uma coisa que ninguém sonha o que era... mas também não interessa... só que se alguém viesse a descobrir... [risos]. É que era uma coisa tão estúpida... é a coisa mais fácil que há aí à venda. Uma coisa que existe em qualquer casa de qualquer pessoa doente... A mãe está presa. Foi presa o ano passado. Depois da filha morrer, começou a vender outra vez. Pediu ali a uns gajos do Casal Ventoso de Cima e começou a vender outra vez. Foi presa o ano passado. Apanhou 8 anos.*

Em diversos depoimentos é o próprio Bairro que é identificado como um espaço de destruição, sendo a droga apontada como causadora desse declínio. Tal processo de estigmatização do Casal Ventoso produzido no seu interior patente, por exemplo, no depoimento de um homem com cerca de 50 anos:

O Bairro todo acabou por se perder por causa da droga e não há nada a fazer. Que essas pessoas não pensam. É como se tivessem palas nos olhos como os cavalos, só olham em frente. A droga fez perder o Bairro.

Ou ainda no depoimento de uma mulher um pouco mais nova:

Continuamos aqui porque fomos aqui nascidos e criados. Há pessoas que saem daqui para fora porque estão fartas deste ambiente, não é? Porque o Casal Ventoso era o que não é agora, por isso a gente gostava de cá estar. Antigamente a gente deitava um lençol cá fora no Verão quando estava calor e era muita gente que fazia isso, trazia-se um lençol para fora de casa e era uma data de gente a dormir na rua com um rádio ao lado a ouvir.

De toda esta produção discursiva conclui-se que os habitantes do Bairro, mesmo alguns dos que estão envolvidos no tráfico, conhecem, produzem, assimilam e difundem no seu interior as condenações que as instâncias de «moralidade global», através sobretudo dos *media*, produzem e emitem acerca do tráfico. Fazem-no como se elas traduzissem e revelassem as suas posições pessoais.

Esses discursos prolongam, no interior do Bairro, as formas de estigmatização produzidas no exterior. Por vezes, emerge mesmo a posição de que a sociedade global, através do sistema judicial, tem o «direito» de descobrir e sancionar os traficantes. Inversamente, não se detectaram, nesta pesquisa, quaisquer instâncias discursivas ou juízos favoráveis ao tráfico. Ou seja, não se assiste, no interior do Bairro, à produção de formas de contra-representação e de contralegitimidade por relação às representações hegemónicas.³⁴ Em alguns depoimentos procura-se «justificar» o tráfico através da ideia de pobreza. De qualquer forma, essas justificações são sempre colocadas a par da condenação da actividade.

Assiste-se pois, no Casal Ventoso, a uma dissonância entre as crenças que as pessoas manifestam ter relativamente ao tráfico e ao facto de nele se encontrarem envolvidas ou de, pelo menos, estarem envolvidas muitas das pessoas que conhecem.

Ao condenarem a actividade, os traficantes procuram, sem dúvida, representar o papel de «pessoa honesta» e, através desse desempenho, surpreender positivamente a assistência ou o interlocutor. Procuram, na terminologia de Goffman, engendrar perante ele uma «impressão de realidade». O problema que se coloca, neste caso, é o de saber até que ponto eles sentem e concordam com os juízos que manifestam.

Não sendo, de forma alguma, nosso objectivo avaliar, em cada caso particular, o grau de crença de cada pessoa relativamente àquilo que diz ou faz, procuraremos todavia, no capítulo 9, propor hipóteses relativas à forma como deve ser pensada a questão do confronto dos traficantes com os juízos condenatórios de natureza moral que eles próprios emitem. Elas permitir-nos-ão compreender parcialmente os aspectos relativos ao que, para usar a terminologia de Goffman, corresponderia à problemática da «sinceridade *versus* cinismo» dos traficantes quando proferem afirmações contra o tráfico.

b) Acentuação dos riscos que se colocam ao desenrolar da actividade

A manutenção de procedimentos de secretismo é uma das condições fundamentais para que o tráfico seja possível. A sua quebra aumenta os riscos da actividade, logo, desencoraja a participação das pessoas e dificulta a sua adesão.

³⁴ A nossa hipótese é a de que noutros contextos de grande incremento do narcotráfico, como, por exemplo, nas regiões produtoras de droga da Colômbia, se assiste à formação de um complexo de legitimação da exportação de droga. Forjam-se, portanto, mecanismos de contralegitimidade progressivamente reconhecidos e incorporados pelos grupos envolvidos. Assiste-se ao alinhavar de formas de contra-representação, projectadas contra um Estado que se considera ser um «aliado do exterior», nomeadamente dos Estados Unidos da América. A produção e o comércio de droga adquirem, portanto, o estatuto de uma «arma económica e política» disponível e eficaz (Chaves, 1996).

Ora, o Casal Ventoso constitui um contexto em que a ilegalidade se encontra muito exposta. Torna-se, portanto, muito difícil ocultar o envolvimento na actividade perante as outras pessoas do Bairro, nomeadamente perante os não traficantes e perante os próprios consumidores. De qualquer forma, na perspectiva dos traficantes, importa manter o secretismo relativamente a certos procedimentos, tais como abastecimentos, horários, ligações, garantindo sobretudo que esses segredos não serão difundidos (inadvertida ou voluntariamente) junto das instâncias policiais.

Para além dos consumidores exteriores, as denúncias eventuais provêm de todos os lados: decorrem dos próprios habitantes, tanto de não traficantes que não concordam com a actividade como de traficantes que vejam nesse processo uma forma de diminuir a concorrência. Mas a maior de todas as ameaças é suscitada pelas investidas policiais no interior do Bairro.

Como vimos, algumas das incursões policiais com um carácter mais rotineiro acabaram por ser eficazmente neutralizadas por procedimentos de vigilância e de defesa construídos, aperfeiçoados e rotinizados quotidianamente. Esses procedimentos conferem aos traficantes, e às pessoas que se querem envolver no tráfico, uma sensação de relativa confiança por relação à forma como se encontra organizada a defesa da estrutura de oportunidades ilegais. Contudo, o combate ao tráfico, actualmente exercido no Casal Ventoso por parte dos aparelhos policiais, é realizado em moldes cada vez mais abundantes, eficazes e sentidos como ameaçadores para as pessoas que nele se encontram envolvidas.

Uma das novas técnicas é a utilização de polícias à paisana, que utilizam disfarces e se movimentam a pé ou de mota. Esse procedimento obriga os vigias a uma maior atenção, à memorização desses agentes, à intensificação de formas de desconfiança para com os compradores desconhecidos e a uma maior colaboração entre a população na identificação de possíveis agentes policiais. Mas a ameaça extrema provocada por agentes policiais é representada pela presença de agentes infiltrados,³⁵ que procuram ganhar confiança e multiplicar os contactos, tentando penetrar nas próprias redes sociais e na dinâmica comunitária. Este tipo de agentes obteve resultados positivos de um ponto de vista policial e a sua presença é quotidianamente sentida no interior do Bairro. Alguns habitantes que foram questionados por pessoas com quem mantiveram durante largo tempo uma relação íntima de diálogo só mais tarde souberam que, na verdade, tinham sido interrogados por agentes policiais. Por seu lado, alguns vendedores tentaram vender droga a agentes desse tipo, tendo sido detidos. Como

³⁵ «Agente infiltrado» é um agente que, simulando uma falsa identidade, procura ter acesso às redes sociais internas. Segundo a *definição* de Ramos de Sousa (1992, p. 94): «*Undercover agent* em inglês é um agente policial que se insinua junto dos autores e cúmplices do crime, ocultando a sua qualidade e identidade e ganhando a confiança destes, a fim de obter informações e provas contra eles [...]»

resposta, a entrada de pessoas desconhecidas no Bairro é seguida ao longo dos circuitos de vigilância, até ser internamente definido o que procura cada desconhecido neste espaço (embora não seja, naturalmente, possível identificar todos os desconhecidos, dada a elevada afluência diária de consumidores).

Presentemente, algumas ameaças colocadas ao tráfico são consideradas «tecnicamente incontroláveis». É o caso de algumas escutas telefónicas. Mas, para além destas, os traficantes consideram que estão sujeitos a uma panóplia de empreendimentos de vigilância policial imaginativos e tecnologicamente avançados. Por exemplo, numa tarde de Verão de 1994, dois jovens de 17 anos aproximaram-se do investigador enquanto olhavam cautelosamente o céu. Ambos nasceram no Bairro e qualquer um deles vendia droga na altura. A mãe de um deles encontra-se num estabelecimento prisional a cumprir uma pena por posse de droga. O segundo, que tem também familiares detidos, disse:

Estás a ver aquele balão? [referia-se a um dirigível publicitário que circula geralmente na zona de Alcântara durante o Verão]... tem umas máquinas fotográficas e anda para trás e para a frente a fotografar o Casal Ventoso todo. Não há nem um bocadinho que fique por tirar [por fotografar].

Procurou-se apurar se outras pessoas pensavam o mesmo acerca do *balão*. De facto, todas as que foram interrogadas confirmaram a existência de máquinas fotográficas no dirigível que permitiriam registar as zonas de concentração de consumidores e assinalar os vendedores do Bairro.

No entanto, segundo os habitantes, não é apenas através de um dirigível que os «agressores exteriores» projectam o seu olhar mediado sobre o Casal Ventoso. Uma pessoa que acabara de se pronunciar acerca do aumento do tráfico no pátio onde habita gritava, tentando articular as palavras enquanto as hélices de um helicóptero se sobrepunham ao som da voz:

Agora é só um helicóptero, mas eles costumam sobrevoar o Bairro com dois. Um que vai mais depressa e filma o bairro e outro que vai mais devagar e fotografa aquilo que o outro deixa escapar.

Acerca desta forma de «ameaça» foram também questionadas outras pessoas, que confirmaram essa opinião.

Para além destes procedimentos recentemente utilizados pela investigação policial, quer sejam eles reais ou imaginados pelos habitantes, descortinam-se no Bairro certos rumores que acentuam a inquietação e que são importantes na construção de um certo imaginário persecutório. O mais importante encontra-se relacionado com a circulação da notícia de que está prevista uma rusga policial gigantesca. Como referia um homem de 48 anos: *É igual ou maior que a Primavera Adiada... só não se sabe o dia e a hora*. Este rumor foi repetido por várias

peçoas, inclusivamente por consumidores que residem há alguns anos no Bairro. A sua generalização provoca temor e discussões sobre aquilo que a polícia saberá ou não acerca da organização das redes de tráfico.

Na verdade, entre rumores de técnicas policiais avançadas e a evidência de que existe um considerável rol de detidos e condenados, as pessoas envolvidas no tráfico sentem-se cada vez mais confinadas a um espaço urbano sitiado. Consideram, em suma, que o Casal Ventoso é um local ultravigiado e controlado por actores externos que nele pretendem penetrar a todo o custo e obter informações, com um único objectivo: deterem traficantes e desmantelarem redes de tráfico.

É fácil a um observador minimamente atento aperceber-se que, em determinados momentos, se multiplicam no interior do Bairro procedimentos de desconfiança e que se estabelece uma atmosfera de tensão generalizada que impossibilita, inclusivamente, contactos essenciais à pesquisa. Esta situação pode ser designada de «insegurança invertida», já que se trata de um tipo de insegurança experimentado por agentes considerados causadores de insegurança no interior do sistema social.

Das contradições explicitadas nas últimas páginas advêm obstáculos centrais que os habitantes deverão resolver por forma a que o tráfico prossiga. Eles podem ser sintetizados em duas questões centrais:

- Como conciliam as pessoas o desejo de aderirem a esta actividade com o facto de interiorizarem que aquilo que fazem representa para a sociedade global uma forma de inferioridade moral, concordando muitas delas com esse tipo de juízo e não apresentando quaisquer tipos de valores alternativos, nomeadamente valores pró-tráfico?
- De que forma conciliam as pessoas estes aspectos de interiorização da inferioridade moral da actividade com o desejo ou, pelo menos, com a disposição de contribuir para a manutenção da estrutura de oportunidades? Colocando a questão noutros termos: como é que é possível entender que os habitantes (incluindo os não traficantes), não só reduzam a um mínimo as possibilidades de delação e de rompimento do secretismo, mas desenvolvam mesmo formas de acção que perturbam as intervenções policiais, reduzindo os riscos do tráfico?

Embora comecemos desde já a alinhar uma resposta à primeira questão, só o faremos de modo mais detalhado no capítulo final. Quanto à segunda, procuraremos responder-lhe já nos próximos dois capítulos.

Conclusão

Ficámos a conhecer alguns aspectos fundamentais acerca da estrutura de oportunidades ilegais associada ao tráfico. Um dado particularmente importante a reter é o de que a sua formação não resultou de uma participação massiva dos habitantes, tendo ficado a dever-se a alguns protagonistas pertencentes a agregados do estilo de vida ilegal. Muito provavelmente, são também estes os agregados que aderem mais facilmente a essa estrutura. Outro dado a ter em conta é o seguinte: se no início do período do tráfico (princípio da década de 80) a actividade ilegal envolvia quase em exclusivo agregados deste tipo, presentemente o cenário é bem diferente. Na verdade, e graças à expansão da procura, o número de intervenientes aumentou. É, porém, só a partir do início da década de 90 que se regista um aumento acentuado do número de participantes. Grande parte dos agregados que se associam ao tráfico nunca tinham estado envolvidos em quaisquer actividades ilegais. O aumento brusco dos agregados traficantes fica a dever-se a uma alteração registada na organização da actividade. Em inícios de 90, esta passa a organizar-se de um modo muito segmentado. As organizações comerciais internas funcionam de uma maneira mais autónoma entre si e por relação aos fornecedores exteriores.

As informações obtidas foram igualmente importantes para compreendermos de uma forma mais aprofundada algo que já havíamos assinalado no capítulo 3: o tráfico possibilitou aos seus intervenientes uma ruptura com aspectos de dependência económica. Grande parte dos agregados puderam desvincular-se e autonomizar-se relativamente ao mercado de trabalho legal.

Por sua vez, os dados disponíveis relativamente aos processos de reprodução social permitem-nos levantar claramente a hipótese de que, na sua maioria, os agregados traficantes estão a reproduzir intergeracionalmente as mesmas condições estruturais de que dispunham antes do tráfico: baixos níveis de escolaridade e baixa qualificação profissional. Todavia, a acumulação financeira, os investimentos legais realizados e alguns casos residuais de escolarização poderão, no futuro, vir a alterar este quadro.

O funcionamento da estrutura de oportunidades ilegais confronta-se com contradições de natureza moral, ou seja, com o facto de a ideia de inferioridade e condenação moral estar difundida no interior do Bairro e de não existirem aí valores pró-tráfico. Tal acontece, para além do mais, num contexto em que se acentuam as ameaças policiais. Na verdade, estas contradições não são mais do que o próprio resultado da dominação simbólica no interior do Bairro e da forma como esta se concretiza em termos práticos e simbólicos.

As contradições colocam obstáculos à actividade, no sentido em que conduzem a fortes possibilidades de delação e de ruptura do secretismo. Quando estes aspectos são sentidos pelos intervenientes, abalam a confiança e con-

frontam-nos com sentimentos de risco. Não obstante, para que a actividade se mantenha, é necessário e conveniente que estes obstáculos se atenuem.

Ora, como veremos de seguida, não só estes obstáculos são, de facto, muito atenuados, como são desenvolvidas práticas antipoliciais, onde se incluem até não traficantes que condenam o tráfico. É, portanto, necessário questionarmos: como é possível desenvolverem-se acções deste tipo apesar das contradições referidas?

Procuraremos responder a esta questão já a seguir. Mas, antecipando um pouco a resposta, afirmaremos, muito sinteticamente, que tal se torna possível porque existe no Casal Ventoso uma comunidade que permite desenvolver essas práticas. Ao desenvolverem-nas, as pessoas confirmam e (re)constróem a comunidade. Reciprocamente, tal comunidade reconstruída age sobre as contradições a que fizemos referência e tende a resolvê-las parcialmente. É neste sentido que podemos afirmar que, simultaneamente, a comunidade «é» e «faz» no Casal Ventoso.

Capítulo 8

A construção da comunidade num contexto de narcotráfico

É frequente, em asserções de natureza diversa, quer estas tenham um carácter científico ou jornalístico e quer adoptem ou não formulações próximas do senso comum, encontrarmos o bairro do Casal Ventoso designado como comunidade. Em muitos destes casos, a utilização do conceito é feita com um propósito meramente designatório. Ou seja, com o seu uso pretende-se apenas designar o Bairro enquanto localidade definida por fronteiras, abarcando também a população que nele se encontra a residir, quer esta se apresente a mesma ao longo de décadas, quer tenha sofrido profundas alterações. Este tipo de utilização do termo comunidade é equivalente à utilização de outras designações, tais como «unidade populacional» ou «unidade espacial e residencial». Nesse sentido, o termo é usado praticamente como um sinónimo de «bairro» (mas também poderia ser equivalente a «cidade» ou «aldeia», dependendo o seu uso da natureza relativamente fixa das fronteiras administrativamente consignadas do território que se pretende designar). Este tipo de utilização do termo comunidade não só não explora as suas implicações analíticas, enquanto conceito, como pode ainda suscitar problemas analíticos. O mais premente e habitual resulta da sobreposição automática de três tipos de noções de comunidade referidas por Newby (1980): a comunidade como uma localidade fixa e com fronteiras definidas; a comunidade como um sistema social local; a comunidade como um tipo de relacionamento (fazendo emergir a noção de «espírito de comunidade» ou de «comunhão» entre pessoas que podem até não se conhecer). Ao condenarmos a sobreposição apressada destas noções, não queremos, porém, prescindir analiticamente de nenhuma delas. Pelo contrário, cremos que qualquer uma se revela útil para compreender a questão da comunidade no Casal Ventoso. A sua articulação deverá, contudo, ser problematizada com base numa proposta de conceptualização das «dinâmicas de construção da comunidade».

Se não o fizermos, arriscar-nos-emos a concluir apressadamente que estas noções resultam sem equívocos umas das outras e que a sua intercausalidade é um

dado adquirido e evidente. Como consequência, ocorre uma naturalização de noções como as de «fronteira», «comunhão», «integração» e «fechamento», ou mesmo a utilização de um conceito reificado de «cultura comunitária» ou de «cultura de bairro». Os mitos que se encontram associados a estas últimas noções, e na generalidade ao conceito de comunidade, são múltiplos. Anthony P. Cohen (1985) salienta três que são muito habituais: o mito do igualitarismo, o mito da simplicidade e o mito do conformismo inevitável. Particularmente importantes são os dois últimos, que, segundo Cohen, resultam do seguinte pressuposto: «people are somehow passive in relation to culture: they receive it, transmit it, express it, but do not create it» (p. 36). Nesse caso, essa putativa «cultura interna» seria considerada una: sistemática e unívoca, como se os agentes sociais não fossem também eles próprios criadores de formas culturais.

Neste capítulo procuraremos considerar a comunidade como algo de dinâmico, penetrando nos seus processos de constituição. Para isso, começaremos por centrar-nos no *dar à fuga*, prática desenvolvida com o objectivo de resolver alguns dos problemas provocados pelas incursões policiais. Acompanhar o desenvolvimento desta prática possibilitar-nos-á também penetrar no interior dos processos de construção da comunidade no Casal Ventoso. Tal acontece, por um lado, porque, para o *dar à fuga* poder ser desenvolvido, tem de preexistir uma comunidade. Por outro lado, porque, quando ele é accionado, a própria comunidade é reconstruída.

Antes de procurarmos expor este argumento, apresentaremos uma definição de comunidade que nos permitirá estabelecer um quadro analítico para a interpretação dos estudos de caso detalhados em seguida.¹

Definição de comunidade

Por comunidade pretendemos designar um conjunto de sentimentos de pertença e de representações colectivas (comunidade idealizada) que se constituem por referência a um conjunto de vivências colectivas, práticas e relações sociais (comunidade de práticas).² Os sentimentos e representações são responsáveis pela constituição e manutenção dessa comunidade de práticas, dado que sustentam os princípios que lhe subjazem, estabelecendo obrigações e deveres recíprocos através da inculcação de determinados valores, nomeadamente da valorização

¹ Consideramos que um trabalho de definição é imprescindível quando se utiliza o conceito de comunidade, pois, para além dos «problemas analíticos» apresentados no início deste capítulo, existe um património definicional de comunidade muito vasto nas ciências sociais. No artigo «Definitions of community: areas of agreement», que data já de 1955, Hillery (1955) considera a existência de não menos que 94 definições disponíveis na literatura.

² A respeito de comunidade de práticas, v. Pina Cabral (1995).

de determinados laços e vínculos preferenciais e da construção de expectativas de comportamento interpessoais. Mas, da mesma forma que essas representações colectivas possibilitam a existência e a reprodução de um conjunto de vivências e de práticas, são, elas próprias, negociadas, actualizadas e construídas através dessas vivências, designadamente através dos contextos de negociação que as relações sociais propiciam. As vivências tendem a espacializar-se, a incluir e a excluir pessoas, sendo que os próprios sentimentos de pertença se projectam sobre determinados espaços e sobre determinados grupos e pessoas.

A comunidade poderá adaptar-se a novas condições e inovações (externas e internas). Tal potencialidade ocorre através da reconstrução, por um lado, do universo das práticas comunitárias e, por outro, das próprias representações, por forma a manter e a tornar mais eficaz a aquisição de bens colectivos que são os mesmos, ou que se sobrepõem a bens desejados individualmente. A adaptação a novas condições, nomeadamente a novas actividades dirigidas para a obtenção de bens colectivos, produz-se a partir do potencial criativo das relações sociais para (re)criarem as rotinas, a tradição, o passado e as próprias fronteiras.³ Deste último ponto, conclui-se que as formas culturais comunitárias estão, pelo menos, tão sujeitas (conjuntamente com a cultura global) a criações e recriações produzidas pelas pessoas através da interacção social, como a serem impostas, à semelhança de um corpo durkheimiano ou de uma superestrutura marxista.⁴

Para além das mudanças, é importante considerar também que, mesmo as próprias interpretações, afirmações ou rejeições que os membros de um dado grupo produzem relativamente às práticas e às representações comunitárias são diversas. No caso do Casal Ventoso, algumas pessoas que habitam no Bairro podem ser excluídas ou excluir-se (mesmo que parcialmente) de algumas das dinâmicas comunitárias. Inversamente, outras que não residem no Bairro podem ser abrangidas e participar nessas dinâmicas.

Resumindo os aspectos cruciais desta definição, procuraremos pensar a comunidade partindo do pressuposto de que ela é um processo que se constrói e que deve ser analisado no interior de uma dialéctica entre quadros de interacção social, que designamos por comunidade de práticas, e determinados sentimentos de pertença, bem como representações e idealizações colectivas acerca dessas práticas, vínculos e fronteiras. Designamos estes últimos aspectos por comunidade idealizada, ou melhor, por comunidade de representações. Esta dialéctica é produzida no interior das interacções sociais, nomeadamente através das negociações de sentido que as práticas e as vivências colectivas possibilitam.⁵

³ Calhoun (1980) reconhece que a tradição tem uma maleabilidade relativa, podendo passar a corresponder às exigências de uma nova situação através da acção de pessoas empreendedoras.

⁴ Esta formulação de cultura corresponde, em parte, à que é defendida por C. Geertz (1973).

⁵ A relação entre as dimensões práticas e representacionais da comunidade encontra-se particularmente bem explorada no artigo de Calhoun (1980). A propósito do conceito de comuni-

Dar à fuga: a prática

Os habitantes do Casal Ventoso envolvidos no tráfico, ao procurarem responder a problemas colectivos, neste caso às formas de perseguição policial, desenvolvem determinadas práticas. Elas enriquecem e actualizam o património ou repertório de práticas que é conhecido por todos os habitantes do Bairro, mesmo por aqueles que não se encontram directamente envolvidos no tráfico e por aqueles que não as executam.⁶

O *dar a fuga* consiste numa prática de natureza defensiva que funciona como um prolongamento do quadro de vigilância e que é accionado quando esse sistema falha. Trata-se de uma forma de pressão exercida por dezenas de habitantes sobre agentes policiais que acabaram de deter um ou mais filhos *do Bairro*. As pessoas cercam-nos e tentam aproximações consecutivas com o objectivo imediato de protegerem e libertarem os detidos. Embora essas aproximações sejam realizadas individualmente, a movimentação é desenvolvida em conjunto, assemelhando-se, visualmente, ao movimento das marés ou ao jogo infantil do «toca e fuge». Quando finalmente algumas dessas pessoas, ou simplesmente a pressão de todos, conseguem libertar o detido, todos os envolvidos correm ao seu lado, interpondo-se entre ele e os agentes policiais e impedindo, dessa forma, que este seja novamente apanhado ou baleado. Quando o detido se encontra em segurança, os envolvidos na libertação introduzem-se em casas ou aguardam em locais mais distantes prevenindo possíveis disparos.

Esta é a forma central adoptada no *dar a fuga*, o que não impede que ele adquira características sempre diferentes cada vez que é accionado. Essas alterações, que fazem a singularidade de cada *dar à fuga*, dependem dos meios que os agentes policiais e a população dispõem e podem mobilizar em cada circunstância. Por exemplo, como veremos a seguir, no caso 2, a população utilizou pedras para libertar um *filho do Bairro*, no caso 3 não foi necessário, no caso 4 não foi possível.

Nesta pesquisa, e para efeitos interpretativos, o *dar à fuga* adquire o estatuto analítico de «caso alargado» ou de «situação social».⁷ Consiste, portanto, num conjunto de eventos ricos, já que actua, simultaneamente, no interior do sistema social

dade, Calhoun refere: «Even as secularized however, the concept has remained ambiguous. The relationship between community as a complex of social relationships and community as a complex of ideas and sentiments has been little explored» (p. 107).

⁶Cada pessoa ou grupo de pessoas que se encontra envolvido na actividade de tráfico desenvolve práticas individuais. Porém, para que seja possível mantê-la num contexto de maior controlo policial, o grupo desenvolve práticas colectivas, que se renovam e transmitem, constituindo um repertório técnico em permanente transformação.

⁷A propósito de «situação social» e de «caso alargado», consultar, sobretudo, dois autores: Max Gluckman e J. Clyde Mitchell.

e cultural, traduzindo o desenrolar e a mudança das relações sociais entre as pessoas e entre os grupos envolvidos.⁸ Como refere B. Sousa Santos (1983, p. 13):

[...] o método do caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática social sectorial [...]. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interacções que o constituem.

É precisamente por se tratar de um caso alargado que o *dar à fuga* permite penetrar nos mecanismos sócio-culturais presentes no processo de construção da comunidade.

Começaremos por descrever um «caso de vigilância», já que o *dar à fuga* se encontra profundamente ligado com esses procedimentos, consistindo numa espécie de *terminus* do sistema de vigilância. Seguidamente apresentar-se-ão diversos casos de *dar a fuga*.

■ *Caso 1: aspectos de vigilância*

Faz parte das rotinas do Bairro que um ou outro veículo da polícia pare no Casal Ventoso de Cima e aí permaneça alguns minutos enquanto os vendedores aguardam, simplesmente, que ele se vá embora. Nessas alturas, no Casal Ventoso de Baixo, os vigias e outras pessoas comentam pormenores a respeito do carro. Foi isso que aconteceu numa tarde de Julho de 1994. Era um dia de calor intenso e podiam observar-se do Bairro extensas filas de carros nos acessos à Ponte 25 de Abril.

Muitas pessoas, sobretudo crianças e adolescentes, deslocavam-se em fato de banho, afirmando ir à procura de alguém com quem teriam combinado deslocar-se até uma piscina próxima ou até à Costa da Caparica. O chafariz do Bairro, junto aos tanques de lavagem, vertia água ininterruptamente. Vários consumidores aproximavam-se. Bebiam água ou lavavam a cara. Algumas crianças, depois de esperarem, faziam o mesmo. Estava a falar há algum tempo com M quando um veículo policial se imobilizou no cimo da Rua Costa Pimenta (M é um adolescente nascido no Bairro, que fez há pouco 18 anos, tendo começado a vigiar há 10 meses, quando ainda tinha 17 anos). Aproveitou para comentar: *É o carro mais lindo que a bófia tem, todo branco com uns pneus muit'a grossos.*

Referiu-se também à marca e disse que um amigo tinha um carro parecido. Depois de ter feito mais algumas alusões, o carro começou a avançar. M fez então alguns sinais na direcção em que se encontrava outro vigia, abanando os braços sobre a cabeça. Pouco depois, voltou a fazer outro sinal – o gesto vulgar dos dois polegares na vertical –, dizendo que estava tudo bem. Passaram cerca

de cinco minutos quando outro vigia, que não é do Bairro, se aproximou, preocupado com um outro carro que avançava devagar com cinco pessoas no interior. Este vigia era consumidor. Chegou ali a coxear, limpando o suor da testa com um guardanapo de papel. Era visível o esforço que tinha feito para ali chegar. M olhou lá para dentro: *Deixa estar, está limpo, eu conbeço dois gajos que vão lá dentro.*⁹ Começou a suspirar de enfado e perguntou-me:

Por que é que não vais para a praia? Pegas na tua miúda e vais até Montechoro. Eu é que já não tenho o cartão, senão emprestava-to.

Algum tempo depois, foi rapidamente buscar um *walkman*. Quando voltou, sentou-se no chão, tirou uma caneta do bolso. Disse: *Parker* e examinou-a durante alguns segundos, esticando o braço na direcção do sol e agarrando-a com dois dedos como se a utilizasse para fazer pontaria. Começou a desenhar uma mota num papel que tinha encontrado, mostrando-a a seguir:

Tás a ver esta mota? Era igual à que eu tinha. O meu irmão rebentou-a toda, senão ias ver se não ia a Montechoro este fim-de-semana... e não tenho licença. Também se os bófiás me mandassem parar não tinham aceleração para aquilo... era «prego a fundo»... nem me viam.

Confirmei que M tinha ido a Montechoro um fim-de-semana e que o cartão era um bilhete normal de acesso que é dado a todos os turistas. Explicou-me que estava à espera de arranjar dinheiro para pagar os custos de reparação da mota:

O arranjo da mota é mais de 500 contos. Perguntou depois para que é que eu estava ali em vez de ir até a praia ou ao Onda Parque, tomar um banhinho. Eu é que estou a bulir,¹⁰ senão ia. Este sábado é certinho. Agora se tu não tens nada para fazer e podes estar aqui a falar vai mas é até à praia.

Para além da existência de vigias a funcionarem desta forma e que consistem, sem dúvida, na face mais visível da vigilância (bem como das técnicas a que nos referimos em páginas anteriores), o sistema de vigilância e a sua eficácia são garantidos por disposições colectivas para vigiar. Essas disposições são particular-

⁸ V. Gluckman (1958).

⁹ *Estar limpo* é um termo utilizado para designar um veículo ou um espaço sem agentes policiais.

¹⁰ É frequente o uso do termo «bulir» como sinónimo de «trabalhar» ou para designar o cumprimento de uma tarefa que implica esforço. É utilizado por uma pessoa para se referir à actividade de vigilância, como o foi neste caso, mas também à actividade de tráfico, propriamente dita. É habitual, por exemplo, alguns consumidores chegarem ao Bairro e perguntarem: *O Yjá está a bulir?* Procuram assim informar-se se Yjá iniciou a actividade comercial desse dia.

mente legíveis nos momentos em que a entrada da polícia é suficientemente rápida ou dissimulada. Pelo menos, o suficiente para provocar distorções nos ritmos normais de circulação de mensagens. Quando isso acontece, os procedimentos algo monótonos acima descritos são quebrados por situações de pânico e o *uga* transforma-se, então, num grito quase colectivo. Os ritmos habituais de deslocação são alterados, as conversas interrompidas e algumas pessoas deslocam-se apressadamente para os locais onde se encontram familiares em risco.

Poucos minutos depois da conversa descrita, três mulheres que estavam sentadas na rua, em cadeiras de praia, com quatro bebés no colo, viram que a uma distância de cerca de trinta metros se aproximava um *Fiat Uno* branco com quatro agentes policiais no interior. Foram elas próprias a gritar *uga* num tom estridente: *Merda, não vêem nada* disseram, controlando a atenção dos vigias. O consumidor que vigiava mais à frente estava, no entanto, atento. Apenas esperou para ver se o carro se decidia a avançar e respondeu: *Calma. É preciso é ter calma.*

■ *Caso 2: dar à fuga – o insucesso*

Em meados do mês de Setembro de 1994 romperam, provenientes do Casal Ventoso de Cima, pela Rua Costa Pimenta, três carros-patrolha com as sirenes ligadas. Um deles era facilmente identificável como veículo policial, transportando diversos agentes uniformizados no interior. Os outros dois eram vulgares e velhos. A movimentação foi muito rápida, apesar de a rua ser estreita, surpreendendo as pessoas que aí se encontravam. A curva que se sucedeu fez com que depressa os tivéssemos perdido de vista. Entretanto, as aparentes rotinas do Bairro foram alteradas. A população nas ruas multiplicou-se, pois surgia em cadadupa de diversos pátios e do interior de casas em direcção à Rua Fresca – uma rua constituída por escadas, ladeada por casas, que permite obter um acesso rápido da zona mais baixa ao local mais elevado do Casal Ventoso de Baixo. Gerou-se uma situação confusa. O barulho tornou-se ensurdecedor, numa amálgama de gritos e sirenes. Os carros da polícia atravessavam a grande velocidade o «coração» do Casal Ventoso, sem que tivesse sido dado qualquer aviso e sem que fosse possível saber para onde se dirigiam. As trocas de palavras eram extremamente rápidas e as indicações da população bastante contraditórias. *Vão lá para baixo para a Avenida de Centa* ou *vão lá para cima...* Alguns segundos depois já se sabia que os carros tinham parado junto aos contentores do lixo e do Casalense. Ninguém sabia, no local em que me encontrava, na Rua Costa Pimenta, do que se tratava, se de uma rusga autorizada a alguma casa ou de alguma captura na rua. A única indicação que circulava, enquanto os acontecimentos se precipitavam, era a de que *isto foi, de certeza, denúncia*. Geraram-se situações de pânico, sobretudo de mulheres que tinham os filhos no segmento do Bairro atingido. Umas com medo de capturas, outras com receio de previsíveis con-

frontos. Dezenas de pessoas começaram a galgar as escadas da Rua Fresca, onde se encontrava já muita gente aglomerada.

No cimo das escadas, um homem era mantido algemado por alguns agentes policiais não fardados, enquanto um outro, com a ajuda da população em volta, conseguiu fugir, sendo de novo capturado. No momento em que os reforços policiais chegaram ao local, foram atingidos com pedras. O confronto durou poucos segundos. Escutaram-se alguns tiros e os agentes começaram a agredir as pessoas que se entrepunham. Aos primeiros disparos, vagas sucessivas de pessoas começaram a descer as escadas a grande velocidade. A acção foi muito rápida e não durou mais do que três, quatro minutos. Entretanto, enquanto as últimas pessoas que corriam alcançavam o último patamar das escadas, começaram a suceder-se os primeiros comentários.

Algumas mulheres que estendiam roupa, ou que se mantinham a assistir aos acontecimentos na janela do primeiro andar das casas ou do Centro Social, podiam relatá-los para os que se encontravam nas ruas. Nessa altura, a polícia já comandava os acontecimentos e por isso os comentários referiam-se todos à «violência das agressões policiais»: *Estão a dar pancada na nuca das pessoas e o rapaz vai algemado e todo a sangrar. Olha a pancada que estão a dar no homem...*

Os comentários das mulheres eram proferidos através de gritos que rompiam o burburinho, tornando-se facilmente audíveis. Eram, no entanto, duas mulheres, ambas nascidas no Bairro, que lideravam a argumentação e que acabaram por formar dois blocos, totalmente compostos por mulheres, que se concentravam à sua volta. Uma delas tecia comentários de forma estridente:

As pessoas que agrediram a polícia fugiram, os traficantes fugiram e as pessoas que estavam lá perto levaram tareia. Deram-lhes três tiros certos... [nos traficantes].

Dizia isto enquanto simulava uma arma com a mão. Uma outra mulher confirmava este juízo: *Pois é, os que atacaram a polícia deviam lá ter ficado até ao fim.* A mulher que liderava o outro bloco tinha acabado de sair do pátio onde residia. Gritava tão alto que acabou, várias vezes, por perder a voz. Essa mulher comercializava droga. No momento em que os acontecimentos tiveram lugar encontrava-se em casa, expressando agora o pânico que parecia possuí-la. Os gritos manifestavam revolta e indignação projectada contra a polícia:

Chamem a SIC! Pois a SIC não vem cá filmar isto, mas vem cá filmar os traficantes, isso é que vem, agora a porrada que eles dão, o que eles fazem, não. Anda toda a gente a comer à conta disto, dentro e fora do Casal, e eles só vêm filmar é os traficantes.

Repetiu a última frase várias vezes, enquanto entrava e voltava a sair da entrada do pátio. Os dois grupos de mulheres encontravam-se a menos de uma dezena de metros um do outro, embora simulassem não se ouvir mutuamente.

Alguns minutos depois, os argumentos, praticamente decalcados da «mulher do pátio», circulavam pelo Bairro, mesmo em zonas relativamente distantes. Por várias vezes, e por várias pessoas, o argumento foi repetido, enfatizando-se a «agressão policial» e a «ausência da SIC».

Os acontecimentos tinham tido lugar no Casal Ventoso de Baixo. Alguns minutos depois, os últimos polícias abandonaram o Bairro. Um grupo do Centro Social que esteve envolvido na discussão voltou ao trabalho, na cozinha. As mulheres do outro grupo continuavam à entrada do pátio, onde mais algumas se vieram juntar. Falavam baixo. A conversa era agora apenas entre elas. Falavam do homem que tinha sido apanhado e condenavam a mulher que tinha produzido, naquela ocasião, comentários negativos acerca dos traficantes. Um comprador passou por mim e disse-me que o *gajo* (que tinha sido detido) *era bem porreiro*.

Entretanto, o resto do Bairro, nomeadamente o Casal Ventoso de Cima, continuava com o movimento comercial normal. É possível que tivesse continuado sempre, apesar dos incidentes no Casal Ventoso de Baixo.

Numa sala em que entrei pouco tempo depois dos incidentes estavam reunidos cerca de vinte homens. Entre eles figuravam alguns vigias e alguns vendedores. Provavelmente faziam o balanço do que sucedera: resolvendo os problemas de substituição das pessoas detidas e precavendo-se relativamente à descoberta da zona de venda. A minha entrada acabou por perturbar a conversa. Calaram-se, olhando-me fixamente, enquanto esperavam que resolvesse ir-me embora. A única mulher que estava presente, disse: *O que é que foi, pá? É da casa...* Continuaram a conversa, mas era visível a perturbação que continuava a causar, e pensei que era melhor sair. Um dos vigias era acusado, à entrada desse recinto, de não ter *corrido a avisar*. Não se tratava de um natural do Bairro, mas sim de um consumidor residente. Argumentava que não tinha tido tempo. Por seu lado, o acusador dizia que ele *tinha tido tempo: ... em cima da hora, mas tinhas tido tempo, não tens é tomates*.

No dia seguinte, o vigia já não se encontrava no posto habitual de trabalho. Provavelmente, tinha sido despedido.¹¹

No Casal Ventoso de Baixo eram agora os adolescentes que se encontravam juntos em grupos e que comentavam os acontecimentos. Num ajuntamento estavam sete adolescentes encostados a um carro, em frente dos tanques de lavagem da roupa. Dois tinham 18 anos, os restantes tinham idades compreendidas entre os 15 e os 18. Um deles tinha 12 anos e era irmão de um dos mais velhos. Eram praticamente todos vigias ou pequenos vendedores de rua. Inicialmente, trocaram algumas histórias relativas à heroicidade de alguns actos

¹¹ Perguntei a algumas pessoas o que tinha acontecido a esse vigia, mas todos me afirmaram não saber. Tratava-se de um toxicod dependente que apresentava sinais crescentes de debilitação.

contra a polícia e acerca de quem foi capaz das proezas mais extraordinárias. O mais novo apontava para um dos mais velhos e disse:

O Pedro deu tanta porrada... Outro disse-me que o que lhes valeu foram os cassetetes e as pistolas, senão ias ver... rebentávamo-los todos.

O Cacholas, um dos que têm 18 anos, respondeu:

Quais cassetetes? O pior eram as pistolas, não eram os cassetetes. Disso não tenho medo nenhum.

Todos pareceram concordar que o maior problema eram, de facto, as pistolas.

A alguns metros de distância conversavam outros três adolescentes. Estavam a arfar por causa da correria. Alguns segundos depois, chegaram mais dois de mota, que não tinham assistido ao que se passara. O «pendura» saltou e, enquanto tirava o capacete, perguntou *Então...?* O condutor permaneceu sentado.

Chegaram ainda mais dois, descendo a escada onde tinha acontecido a fuga. Uma rapariga desceu com eles e, antes de se afastar, referiu-se ao agente à paisana que, na versão corrente, tinha sido responsável pela captura dizendo: *O Mouro não é nenhum otário. Esse não é da Lourinhã...*¹²

Ouviam-se alguns comentários relativos ao armamento usado pela polícia e à forma como cada um tinha reagido em relação a isso. Entre eles estava B, um adolescente baixo e com uma aparência débil, que normalmente participa muito activamente em qualquer discussão. Começara, finalmente, a ouvir a conversa, pois, até esse momento, permanecera a falar, à distância, com um homem com cerca de 50 anos. Ficou algum tempo calado e depois disse, exaltando-se muito repentinamente: *Eu só queria ter uma metralhadora... matava-os todos.*

Isso provocou alguns risos. Não muitos, porque o momento era de tensão. Habitualmente as pessoas riem-se muito quando B diz qualquer coisa. B, e um outro adolescente, que o costuma acompanhar, provocam muitos risos sempre que intervêm nalguma discussão. Alguém me disse que *sem eles, o Casal Ventoso era como um jardim sem flores*. B prosseguiu: *O primeiro a matar... sabem quem é que eu matava...?* (Os segundos de intervalo que se seguiram geraram alguma expectativa e as pessoas calaram-se; tinha-se a sensação de que os mais atentos tentavam adivinhar a quem é que B se iria referir): *O Mouro e o Marreco, esses dois. Havia um senhor que andava fardado e agora anda à civil...* Outro adolescente disse-me pessoalmente: *Eu detesto a polícia, detesto... são maus para a gente. Geraram-se*

¹²Otário é um termo frequentemente empregue no Bairro, mas não é, de forma alguma, interno. Literalmente, trata-se de um animal crustáceo. Neste contexto, corresponde a um sinónimo de parvo ou estúpido, «Não ser da Lourinhã» é uma expressão com um significado semelhante a uma mais comum: «não ser saloio».

algumas conversas paralelas. Quando estas começaram progressivamente a esmorecer, ficou no ar uma frase que, embora nos tivesse parecido descontextualizada, foi das últimas a ser proferida e, como uma espécie de conclusão, parece ter gerado uma concordância generalizada, antes de o grupo começar a desfazer-se: *Quem quer ficar no Casal Ventoso fica, quem não quer vai-se embora... é mesmo assim.*

Pouco depois, começaram a circular versões acerca da proveniência dos carros da polícia e acerca da forma como os vigias não tinham dado por nada e *tinham sido engrupidos outra vez pelo Mouro.*

O Mouro trata-se de um agente policial que actua no Casal Ventoso há já alguns anos e que é conhecido praticamente por todos. A versão que passou a correr é a de que fez quase tudo sozinho, o que representou uma derrota para o sistema de vigilância. A denúncia – era esta a história que circulava – teria sido feita por um consumidor de heroína. Apanhado pelo Mouro, o consumidor fora obrigado, na esquadra, a «dizer a quem tinha comprado». O Mouro vestira então a roupa do consumidor, utilizando a sua mota. Fizera seguidamente perguntas no Bairro acerca do local onde se encontrava o vendedor denunciado. Este foi apanhado com o *produto* e, nesse momento, teriam partido os reforços, constituídos por agentes em carros da polícia que, segundos depois, estariam envolvidos na batalha campal acima descrita.

■ *Caso 3: dar à fuga – o sucesso*

Num dia de Abril de 1993, começaram a ouvir-se disparos junto da mesma zona onde se verificou a captura descrita no caso anterior. Nessa altura, iniciava eu um diálogo com um adolescente que imediatamente interrompeu a conversa e disse: *Vem aí a bôfia aos tiros... que bom, temos caldo!*

Desenrolou-se novamente uma corrida colectiva pelas escadas acima até ao local. Aí encontrava-se *um polícia que estava tão bem disfarçado que parecia mesmo um drogado.* *Quem é que dizia que aquilo era um polícia,* comentou-me outro adolescente que se encontrava no local. O agente policial apoiava o joelho sobre o corpo de um rapaz de 16 anos apanhado com *produto*. A casa à qual pertencia a droga que ele transportava para o espaço de venda fora imediatamente fechada. O agente policial referido disparava tiros para o ar, enquanto outro que o acompanhava, igualmente à paisana, pedia reforços por um intercomunicador. Debaixo do seu joelho e imobilizado, o adolescente gritava: *Não quero ir dentro, não quero ser preso...* No decorrer dessa cena, o adolescente libertara alguns conjuntos de notas que se espalharam pela rua. Um consumidor começou a apanhá-las avidamente, o que provocou risos. Dezenas de pessoas tentavam aproximar-se do agente policial. Quando se aproximavam demasiado de si próprio ou do colega, o agente disparava alguns tiros para o ar. Nesses momentos, as

peçoas afastavam-se, mas rapidamente se voltavam a aproximar. Surgiu, pouco depois, o Pistola, um consumidor conhecido. Não nasceu no Bairro, mas já aí vive há alguns anos, vigiando para a organização na qual trabalha o rapaz detido. Empurrou o agente com força, gritando: *Dispara em mim que tenho a tua idade e larga o puto. Foge puto...* Este último, levantando-se rapidamente, correu pelas escadas da Rua Fresca. À sua volta correram dezenas de pessoas que impediram os dois agentes posicionados no cimo de disparar. Assim que o rapaz conseguiu chegar ao fundo das escadas, as pessoas que corriam entraram nas casas (muitas através de janelas) ou colocaram-se em corredores de acesso, evitando qualquer possível disparo. Alguns segundos depois, chegaram reforços policiais, que não intervieram.

As pessoas concentraram-se para assistir à saída da polícia, acenando e rindo. Começaram, inclusivamente, a ouvir-se gargalhadas quando um carro da polícia ficou, por instantes, entalado num buraco e com dificuldade em subir a rua, extremamente íngreme. Enquanto isso, uma velha surgiu com uma criança de apenas alguns meses à porta de casa gritando repetidas vezes a mesma frase: *Mas isto é o Texas, para andarem aos tiros? Vão disparar p'ó Texas.*

Segundo informações que obtive posteriormente, soube que a fuga continuara através de um pátio até à Avenida de Ceuta. As conversas entre adolescentes que ocorreram a seguir eram especialmente efusivas. Contavam-se histórias acerca da actuação de cada um deles, mas, sobretudo, comentava-se o comportamento do Pistola: *O Pistola é que foi um granda homem; tu tinhas alguma vez coragem para fazer o que fez o Pistola, não?* Um outro participante chegou e comentou: *A Marcia estava branca, agora já tá boa, foi lá a mãe buscá-la.* Todos pareciam saber por que é que a Marcia estava branca. Resolvi perguntar e disseram-me que o adolescente capturado, quando a mãe fora presa, tinha estado uns meses em casa dela e *era como se fossem irmãos.*

Encostei-me a um carro e continuei a conversar com alguns adolescentes que permaneciam no local. Pouco depois, outro vigia começou a gritar com uma falta de paciência notória: *Uga! Vem aí a bófia outra vez.* A rua estava vazia. Começara a chover.

■ *Caso 4: a defesa impossível e o desespero*

Numa incursão policial que teve lugar em 1993, na Vila M. E., a surpresa foi total. O sistema de vigilância não se tinha apercebido de que os carros não identificados transportavam dezenas de agentes à paisana. Estes encontravam-se já à entrada da Vila quando algumas mulheres que circulavam na Rua Costa Pimenta começaram a correr com a intenção de congregar apoio, gritando *uga*. Os agentes policiais que estavam ainda dentro dos carros saíram. Desmobilizaram o início do ajuntamento com tacos de *baseball* e impediram que alguém

gritasse. A mais breve insinuação de grito era impedida com uma «tacada». Permaneceu durante essa rusga um silêncio surpreendente, perturbado por alguns gritos no interior do pátio. Vários agentes policiais mantinham-se à entrada do pátio, enquanto outros começaram a subir para os telhados ou a entrar dentro das casas. O dispositivo estava demasiado armado (utilizando-se metralhadoras, pistolas e os dissuasores tacos de *baseball*) para que a população pudesse intervir. No seu conjunto, a rusga apareceu investida de uma aparência extremamente organizada.

Neste caso, não foi possível à população sequer assistir, sendo obrigada a permanecer afastada. Ouviam-se apenas vagos insultos e lamentos distantes, incompreensíveis. Sucederam, também, alguns desmaios. As pessoas que choravam ou desmaiavam eram socorridas por outras, imediatamente.

A comunidade de representações como sustentáculo do *dar à fuga*

A realização de práticas como a do *dar à fuga* tem como condição de possibilidade a existência de vínculos interpessoais e sentimentos de pertença que as pessoas possuem, ou acreditam possuir, entre si. Eles sustentam um sistema de direitos e obrigações e coincidem temporalmente com a invenção, difusão e assimilação desta prática.

O parentesco, a vizinhança e a amizade, ou seja, os três tipos de vínculos que, segundo Tonnies (1955 [1887]), estabelecem os pilares da união em *Gemeinschaft*, dão uma boa ideia dos diversos tipos de vínculos que os agentes sociais valorizam e sobre os quais poderão basear-se práticas deste tipo.

A construção dos vínculos interpessoais e a sua valorização por parte dos habitantes do Casal Ventoso, enquanto laços prioritários, são favorecidas por uma série de circunstâncias. Em primeiro lugar, pelo facto de a posição homóloga dos habitantes na estrutura social tornar semelhantes muitos dos seus esquemas de percepção, de significação e de linguagem, bem como muitos dos seus problemas e experiências. Em segundo lugar, pelo facto de estes habitantes manterem entre si uma proximidade espacial prolongada que é, inclusivamente, reforçada pelo seu carácter intergeracional, pela baixa mobilidade espacial verificada e pelo desenvolvimento de formas internas de endogamia. Por último, destaca-se a construção de um «universo comum de sentido». Universo que é composto por uma história e uma mitologia, trabalhadas a partir dos materiais da memória filtrados pelas novas circunstâncias em que os «produtores de mitologia» se encontram. Nele se fazem referências a personagens e a acontecimentos significativos para a relação entre as pessoas que os conhecem e que, em larga medida, não existem para quaisquer outras, mesmo para as que habi-

tam em áreas adjacentes ao Bairro. É muito difícil, por exemplo, encontrar alguém no espaço exterior que conheça a *Aleijadinha*, o *Alfredo Cego*, a *Quarenta e Três* ou ainda personagens como o *Macaco Australiano* ou o *Macaco Soviético*, às quais já fizemos referência. Pessoas que, no interior do Bairro, são conhecidas por todos e que por todos são citadas diariamente. Este universo auto-referencial e exclusivo faz com que, fora das fronteiras do interconhecimento, os habitantes do Bairro penetrem num espaço de anonimato e de desvinculamento. Pelo contrário, no interior das redes relacionais internas, eles adquirem o estatuto de personagens. São conhecidos de uma forma personalizada, historicizada e quase sempre designados por uma alcunha. Tal é patente, por exemplo, nos momentos em que os habitantes cantam fados à desgarrada. Nas suas letras, narram-se passados individuais, exacerbam-se traços caricaturais e produz-se uma análise detalhada e irónica de situações associadas a determinadas pessoas. Algumas delas ficam verdadeiramente ofendidas com as cantigas e procuram responder nervosamente de forma semelhante.

Mesmo na Rua Maria Pia e noutras áreas circundantes, este universo não é partilhado. Não se conhecem aí diversas pessoas que foram citadas nos anteriores capítulos e que tiveram grande importância enquanto protagonistas na construção das vivências colectivas, como, por exemplo, os líderes das *famílias-seitas* ou outras que têm ou tiveram uma particular importância como representantes do Bairro (é o exemplo do *Melo*). O mesmo se regista com acontecimentos e com dinâmicas intergrupais que só são conhecidos e referidos no interior do Casal Ventoso. É um bom exemplo disso a propalada *rivalidade* entre as colectividades Unidos F. C. e o Lisboa F. C.¹³

O universo comum de sentido permite a habitantes, que podem até não se conhecer entre si, estabelecerem vínculos e construir sentimentos de pertença em torno de uma concepção alargada de vizinhança. Assim, os sentimentos de pertença não são apenas, nem de uma forma preponderante, construídos com base no interconhecimento. Muitos habitantes produzem sentimentos desse tipo por relação ao próprio espaço do Bairro. Poderíamos mesmo designar esses sentimentos por bairristas ou por «bairrismo», embora tais termos não sejam frequentemente utilizados no Casal Ventoso.

¹³ Esta *rivalidade* é amplamente referida por diversos habitantes. Trata-se de um fenómeno aparentemente estranho, devido ao facto de estas colectividades distarem apenas cerca de 20 metros e de não corresponderem a qualquer clivagem espacial interna. Foram inclusivamente dirigidas, durante um largo período da sua existência, por irmãos. De facto, a *rivalidade* parece ter sido totalmente construída em volta de acontecimentos competitivos, como, por exemplo, a realização das melhores festas de Carnaval e de final do ano, mas, fundamentalmente, em torno de participações no campeonato amador de futebol. Estas colectividades possuíram, ao longo de décadas, duas das melhores equipas de futebol amador de Lisboa. Neste momento, estão praticamente vazias e as actividades desportivas são quase inexistentes.

No Casal Ventoso, a produção dos sentimentos de pertença de âmbito espacial é favorecida por dois factores. Em primeiro lugar, destaca-se o facto de o Bairro possuir uma composição social e um tecido habitacional que o distingue de uma grande parte das áreas adjacentes. Em segundo lugar, o próprio facto de ter sido sempre delimitado por agentes exteriores que procuravam localizar no espaço diversos aspectos negativos das vivências colectivas.¹⁴

O bairrismo é um fenómeno da identidade sócio-espacial que se constrói essencialmente em torno de oposições a outras regiões urbanas. Assim, quando se desenvolvem sentimentos de pertença, produzem-se, reciprocamente, formas de distinção face a outros espaços e populações.

Curiosamente, os bairros por relação aos quais os habitantes do Casal Ventoso constroem sentimentos de distinção e de oposição pertencem, em larga medida, ao *slum*. De facto, a hipótese que emergiu da observação realizada é a de que a oposição, no Casal Ventoso, constrói-se, sobretudo, sobre bases de similaridade classista com bairros que *também têm má fama*, e não tanto sobre formas de diferenciação de classe. É o caso da oposição produzida por relação aos bairros da Boa Vista, Musgueira, Chelas, Cambodja, Pedreira dos Húngaros ou a algumas áreas da Buraca. O bairro de Campo de Ourique, por exemplo, é raramente referido pelos habitantes do Casal Ventoso como referencial de oposição. Quase só é introduzido no discurso quando as pessoas são questionadas a esse respeito. Um adolescente que foi indagado numa entrevista colectiva referiu:

Campo de Ourique e só velhas e são nojentas..., chamam logo a bófia. A gente vai a passear na brincadeira, no meio da rua, diz um palavrão e começam logo a ser ordinárias e a gente: «O qu' é que você quer? Vão mas e para o... alho.» Se a gente for reparar, elas ainda podem ser piores. A gente pode estar num grupo como este, assim muito bem a falar, estar sentado assim lá no bairro e elas vêm-nos cá fora e mandam-nos com um balde de água e mandam alhos e bugalhos. Aquila é só velhas e vêm com paus atrás da gente.

Um outro adolescente completou:

Elas acham que a gente deve respeitá-las por elas serem mais velhas, mas elas é que não respeitam a gente. O Casal Ventoso não é falado pelas pessoas que moram cá, mas pelas pessoas que vêm cá e que ficam cá.¹⁵

¹⁴ Importa também sublinhar que o regionalismo intra-urbano, designado por «bairrismo», consistiu num aspecto do imaginário dos bairros populares lisboetas construído, em parte, pela própria autarquia ao longo de diversas décadas.

¹⁵ Relativamente a estes aspectos, concordamos com Chamboredon e Lemaire (1970, 1971) quando referem que, em situações de co-presença interclassista, os conflitos entre adultos e jovens, geralmente interpretados como conflitos geracionais, correspondem, muitas vezes, a conflitos entre adultos de classes médias e jovens de classes populares. As divisões de idade ocultam e travestizam o fundamento central destes conflitos: as oposições sociais.

O tratamento do Casal Ventoso e de outros bairros do *slum* como «problemas», nos meios de comunicação social, permite que a população do Casal Ventoso conheça o lugar que lhe é atribuído nas representações dominantes e quais as outras regiões que partilham esse mesmo lugar e estatuto. As populações dessas regiões são, portanto, colocadas em proximidade, frente a frente, como num espelho, por relação ao qual podem identificar e construir as suas diferenças e similaridades.

Habitualmente, a população do Casal Ventoso constrói os elementos de oposição a partir da ideia de que existem certos traços mais preponderantes entre a população do Bairro. Esses traços mais preponderantes são considerados positivos e estão, em larga medida, associados à construção da identidade masculina enquanto homem de rua. Os elementos que a constituem são, por exemplo, a maior força física ou o maior arrojo dos seus habitantes em disputas físicas.

Pelo contrário, a comparação tende a acentuar a ideia de que a incidência do tráfico no Casal Ventoso seria menor do que a importância que lhe é atribuída no exterior, dado que essa actividade, como vimos, é considerada negativa. De facto, muitos habitantes referem que ali se vende tanta ou menos droga do que em diversos outros bairros. Procura-se, com essas comparações, argumentar a injustiça da condenação do Casal Ventoso por relação a outras «regiões-problema». Como nos referiu um homem:

É sempre o Casal Ventoso isto, o Casal Ventoso aquilo, passam a vida a dizer alhos e bugalhos, e os outros? Quando é que se ouve falar dos outros? De quando em vez lá se vem a dizer que há droga noutros bairros. Mas o Casal Ventoso é sempre... droga. Ouve-se falar de droga... é sempre o Casal Ventoso. E a Buraca? e Chelas? e as Galinbeiras..., vive lá um tio meu, eu sei bem o que é que aquilo é.

Certos bairros como a Serafina, Boa Vista, Musgueira e algumas zonas da Fonte Santa são conhecidos pelas pessoas do Casal Ventoso, não apenas através de referências mediadas pelos meios de comunicação social e pelos discursos que circulam na cidade, mas também através de relacionamentos directos entre os habitantes. Em alguns desses bairros estendem-se as próprias redes sociais do Casal Ventoso. A construção da diferença e da oposição por relação a estas zonas, sobretudo por relação aos bairros da Boa Vista e da Fonte Santa, é realizada, portanto, em situações de interacção e era já largamente produzida em períodos anteriores ao do tráfico. Um bom exemplo é o de um caso relatado por dois homens com cerca de 70 anos. Estes deram como exemplo de bairrismo um terceiro homem com cerca de 50 anos: *Ele até perdeu um olho por causa de ser bairrista.* Quando o próprio se referiu a esse acontecimento, confirmou que tinha *perdido o olho* numa batalha campal que decorreu no bairro da Boa Vista na década de 60 durante um desafio de futebol e disse a esse propósito:

Havia sempre trolha. Havia gente com pernas e braços partidos. Era giro. Isso é que era bairrismo.

De facto, diversos acontecimentos, particularmente desafios ou torneios de futebol, foram importantes para os habitantes do Casal Ventoso produzirem sentimentos de identificação com o Bairro e para, correlativamente, construírem e expressarem formas de oposição relativamente a outras regiões urbanas ao longo do tempo. Para além do *olho perdido* no desafio entre o Lisboa F. C. e o Unidos da Boa Vista, as referências a jogos de futebol que terminavam em *rixas, porrada, corridos à pedrada*, são múltiplas. Neles participavam, não só as respectivas equipas, mas largas claques de apoio.

Presentemente, grande parte dos acontecimentos registados, em que se expressam formas de oposição a outras zonas, são essencialmente descritos por adolescentes. É certo que os jogos de futebol permanecem como momentos importantes, mas destacam-se também, por exemplo, as simples deslocações pela cidade, nomeadamente idas à discoteca, que envolvem grupos de adolescentes de diversas zonas. Como refere T (que esteve presente no caso 2):

A gente vai para a discoteca ao domingo.¹⁶ Os outros começam a armar-se em espertos, os outros... os pretos... lá por serem do Jardim das Amoreiras. Há logo pèra com a gente. Pensam que nós somos de um bairro qualquer, que nós somos uns quequinhos. Eles afanam lá os miúdos quequinhos e julgam que nós, por irmos à discoteca e vestirmos assim, somos miúdos quequinhos, mas a gente não é quequinhas. A gente é pimba, pimba... [gesto de socos]. Uma vez no Jardim da Estrela fizeram-me uma rodinha para me roubar e roubaram-me o fio... porque eram muitos. Fui com a polícia buscar o fio, mas não os apanhámos. Mas, se apanhasse aqui no Bairro o preto que me tinha roubado, matava-o.

Um outro adolescente respondeu: *A malta do Jardim das Amoreiras ainda se vai juntar mais à gente para dar porrada nos da Pedreira dos Húngaros.* Ao que T retorquiu: *Qual Jardim das Amoreiras, ainda se fosse a malta da Fonte Santa...*

Quer este diálogo, quer outras informações disponíveis, são indícios que permitem colocar a hipótese de que as características étnicas das populações começam, de facto, a ter importância na diferenciação entre zonas homólogas de um ponto de vista classista, mesmo quando os habitantes não se encontram em situação de co-presença.

Quer os vínculos a que as pessoas conferem significado, quer os sentimentos de pertença, estão na base do surgimento de um leque de direitos e obrigações no Casal Ventoso no qual se inclui a prática do *dar à fuga*. Na verdade, esta prática permite o reconhecimento imediato de um direito e de uma obrigação: um *filho do Bairro* deve participar na libertação de outros *filhos do Bairro* e pode esperar o mesmo envolvimento por parte dos outros. A prática do *dar à fuga*

¹⁶ A discoteca a que faz alusão é bastante frequentada por adolescentes do Casal Ventoso, sobretudo nas *matinés* de fim-de-semana. Encontra-se situada num local de excelente acessibilidade e é apropriada por jovens de zonas muito diversas da cidade e de áreas suburbanas.

não é desencadeada nos momentos em que as pessoas não reconhecem o estatuto de *filho do Bairro* à pessoa detida.

O acordo tácito sobre quem é ou não *filho do Bairro* é muito complexo. É que, embora os *filhos do Bairro* sejam definidos internamente como *aqueles que foram nascidos e criados no Casal Ventoso*, essas dimensões não são suficientes como definição analítica. Na verdade, ter nascido no Bairro não é uma condição suficiente para se obter esse estatuto e, inversamente, não se apresenta como uma condição *sine qua non*.

A compreensão desta noção de carácter émico é, porém, fundamental se se procurar saber de que forma o conjunto de habitantes residentes no espaço do Bairro é abrangido pelo conjunto de direitos e obrigações. Assim, é importante referir que existem exemplos de pessoas que se encontram fora das fronteiras do Bairro e que reúnem melhores condições para usufruírem do estatuto de *filho do Bairro* do que outras que habitam no seu interior. H, por exemplo, habita numa área do bairro de Sete Moinhos. Contudo, passear com H no interior do Casal Ventoso, onde é designado por muita gente simplesmente por *puto maluco*, é suficiente para que compreendamos que este reúne todas as condições para possuir o estatuto de *filho do Bairro*. A forma como se refere às suas relações com as pessoas do Casal Ventoso e, por outro lado, o modo como aí se movimenta, sobretudo em áreas não edificadas, habitadas por consumidores – revelando a sua supremacia sobre eles –, são reveladores da forma como se sente integrado nas redes sociais internas e de como entende que pode contar com a protecção dos habitantes. De facto, quando questionámos um homem que foi designado uma vez por *rei do bairrismo* acerca do estatuto de H, este referiu:

Apesar de não viver mesmo cá, é como se vivesse. Eu pelo menos conheço muito bem o pai dele, que também não vive cá, damo-nos muito bem. Qualquer um deles é filho do Bairro.

O melhor exemplo do contrário é o do *Viola*, que foi vítima de homicídio. Este homem habitava na Rua do Arco do Carvalhão, no interior da área do Bairro, num prédio inserido entre outros que se encontram nas margens espaciais do Casal Ventoso, mas que não possuem qualquer semelhança com o restante tecido residencial do Bairro, tendo sido apropriados por membros das pequenas burguesias. Como referiu um habitante:

Desde pitinho que ele se dava com a malta daqui. Jogava à bola. Ensinava aí os putos a jogar yô-yô, na altura dos yô-yôs. Até era um tipo estimado, e no entanto...

Na verdade, o assassinio do *Viola* foi o único caso conhecido de homicídio perpetrado no interior do Bairro, no período do tráfico, por habitantes do Casal Ventoso. Ocorreu durante a noite no momento em que o *Viola* ia comprar droga, com o objectivo de proporcionar um assalto, e contou com o emprego

de uma navalha e de um caixote do lixo. Embora o *Viola* se tenha arrastado durante algum tempo ao longo da Rua Costa Pimenta, muitas pessoas alegam não o ter visto, porque *foi durante a noite*. Outras referem-se, porém, a encobrimento. A justificação apresentada por um informador é a de que *os outros eram de cá, os outros eram filhos do bairro, mas o Viola, embora se desse cá bem e muita gente gostasse dele, não era de cá ou era como se não fosse; agora lá por que é, é que eu não sei*.

Um olhar sociologicamente avisado não terá, no entanto, dificuldade em sugerir a hipótese de que a diferenciação classista manifestamente existente impedira que o *Viola* fosse integrado, pelo menos tanto quanto o foram, por exemplo, os executores do homicídio, na comunidade de representações e nas próprias redes de sociabilidade prioritárias.

A dúvida que se coloca, relativamente a este caso, é a de saber se, em qualquer outra circunstância, o *Viola* não seria considerado *filho do Bairro*. Por exemplo, se os agressores tivessem sido agentes policiais. Os dois exemplos apresentados revelam-nos que alguns habitantes são mais *filhos do Bairro* que outros e que essa categoria étnica é suficientemente aberta para se alterar em conformidade com as situações em causa.¹⁷

O *dar à fuga* e a prossecução de interesses pessoais e colectivos

Como refere Calhoun (1980, p. 91), «collective goods and collective responsibility are closely related in community organization». De facto, para além de se integrarem num sistema de direitos e obrigações, as pessoas participam no *dar à fuga* porque esta prática responde de forma directa a problemas simultaneamente individuais e colectivos, relacionados com aspectos de perseguição policial, que se colocam aos habitantes.

Assim, visto que quando os habitantes agem no *dar à fuga* obedecem a imperativos e obrigações morais e procuram, ao mesmo tempo, obter vantagens simultaneamente individuais e colectivas, torna-se muito difícil distinguir exactamente quais são as motivações que estão em causa para cada um dos intervenientes. Um bom exemplo dessa sobreposição de interesses é dado pelas mulheres que interferiram na substituição dos vigias (caso 1). Quando o fizeram, estas podiam ter presente, além de tudo, que a área de venda afectada pela intromissão policial era a sua e que isso as poderia prejudicar também em termos pessoais.

¹⁷ Naturalmente, é necessário ter em consideração que, quanto mais poder uma pessoa possui no interior das redes de sociabilidade internas, mais pode esperar encontrar-se numa posição central, quer para ser reconhecida como *filho do Bairro*, quer para intervir de forma mais eficaz na escolha daqueles que poderão usufruir desse estatuto.

Certas participações no *dar à fuga* estão mesmo totalmente condicionadas pela prossecução de interesses individuais. Distinguiram-se, por exemplo, casos em que as pessoas, sabendo que nem elas nem ninguém com quem estabelecem vínculos mais próximos podem ser prejudicados por determinado «ataque» policial, nem sequer se intrometem. Foi o caso de um adolescente que tinha concluído a leitura do jornal *A Bola* num café há cerca de 10 minutos e que permaneceu com uma expressão ensonada fitando a porta de saída. Quando se anunciou repentinamente uma rusga bastante movimentada, levantou-se e esfregou as mãos, dizendo: *Ai que bom, temos caldo* (caso 4). Durante essa rusga comportou-se como um mero espectador ao lado de outros que, aparentemente descontraídos, comentavam o acontecimento.

De qualquer forma, a diversidade de estados emocionais registados entre aqueles que participam no *dar à fuga* é, ela própria, um indicador expressivo de que as questões pessoais envolvidas em cada uma dessas práticas são múltiplas. Se alguns experimentam no *dar à fuga* momentos de grande tensão, envolvendo-se de forma muito emocional, outros apresentam-se sorridentes, encarando a situação essencialmente como um jogo.

Quando os interesses pessoais consistem nas motivações mais importantes para o envolvimento no *dar à fuga*, os intervenientes não se envolvem nele apenas por razões defensivas, ou seja, simplesmente porque sentem que têm algo a perder se não o fizerem. O *dar à fuga* permite também ao participante «ganhar», no sentido em que pode obter, a prazo, uma multiplicidade de benefícios da sua participação. Embora, por exemplo, não se conheçam exactamente quais as motivações que estiveram na base da actuação voluntariosa do Pistola (caso 2), torna-se claro, nos diálogos que se seguiram, que este obteve um acréscimo de capital simbólico. Nesse caso, o capital foi convertido numa maior segurança de emprego no tráfico, pois, como já referimos, os vigias consumidores correm frequentemente o risco de serem preteridos e despedidos. É mesmo possível que o Pistola, graças à sua *performance*, se tenha aproximado da obtenção do estatuto de *filho do Bairro*, embora não tenha nascido no Casal Ventoso.

As situações em que uma participação activa e visível no *dar à fuga* pode proporcionar a obtenção de ganhos pessoais são, aliás, múltiplas. É o caso de um traficante a quem deixou de ser fornecida droga por parte da organização a que pertencia e que, mesmo assim, participou na libertação de uma pessoa que estava associada a essa organização. Tal intervenção colocou-o em melhor posição para obter de novo um fornecimento de droga no futuro. Por sua vez, um jovem que pretendia começar a vigiar para uma organização integrou-se vivamente num esquema de vigilância no momento em que entravam no Bairro veículos policiais. O seu esforço foi maior do que o dos próprios vigias contratados e a sua intervenção permitiu que se tivessem tomado providências atempadamente.

Assim, dado que a visibilidade, a avaliação e o sancionamento da conduta das pessoas se encontram garantidos, graças ao forte controlo social que é exercido no interior da comunidade de práticas, as vantagens que se podem individualmente usufruir da participação são, portanto, muitas e variadas. Tantas quantas as que se pode esperar da obtenção de um estatuto favorável junto dos pares.

Deste modo, emergem algumas consequências teóricas para se compreender o «agir no interesse do todo ou do outro». Aspecto que consiste, em larga medida, na concepção base da comunidade de representações. Esta noção comporta por vezes equívocos. Reflectamos, portanto, um pouco sobre ela. «Agir no interesse do todo» não significa que os membros não desenvolvam objectivos e expectativas pessoais, eliminando-os e incorporando antes uma consciência colectiva. Não significa sequer que os seus interesses diferenciados, e mesmo contraditórios, se encontrem sujeitos a dispositivos de coordenação, sustentados em formas de autoridade. A «acção no interesse do todo» não surge, assim, nem como um fenómeno irracional, nem como uma concertação das partes (o que não impede a presença deste tipo de fenómenos). Emerge, sobretudo, enquanto convicção generalizada de que a prossecução de interesses pessoais será mais facilmente atingível pela prossecução de interesses colectivos e, naturalmente, pela manutenção de regras, princípios e formas de acção dirigidas para esses objectivos. Assim, a distinção weberiana entre uma orientação comunitária para a acção, baseada no sentimento subjectivo e irracional dos actores, e uma orientação societal, baseada numa motivação racionalmente ajustada de interesses individuais, deverá dar lugar a um outro pressuposto. Nele afirmamos que é uma condição da existência da comunidade que os bens colectivos que os actores prosseguem sejam, simultaneamente, os bens desejados individualmente, ou que, pelo menos, as práticas mobilizadas para a aquisição de determinados bens colectivos convirjam ou se sobreponham às práticas mobilizadas para a aquisição de bens individuais. O pressuposto no qual se defende que as pessoas, ao responderem a imperativos morais e perseguindo bens colectivos, se orientam simultaneamente para a obtenção de bens pessoais está profundamente ligado a uma outra noção: a de que as orientações comunitárias e associativas para a acção estão profundamente sobrepostas e não são, propriamente, contrárias.¹⁸

¹⁸ Esta não é uma ideia nova e encontra-se presente desde as primeiras utilizações sociológicas do conceito de comunidade. Por exemplo, em Tönnies (1955 [1887]), distinguem-se duas orientações para a acção através de dois conceitos: *Gemeinschaft* (no qual se mobiliza uma ideia de acção colectiva com base em vínculos de natureza afectiva e sentimental) e *Gesellschaft* (que corresponde a formas de associação de natureza contratual). Estes dois conceitos encontram-se, no entanto, sobrepostos em determinadas realidades empíricas, nas quais se torna evidente a relação de formas de união *Gemeinschaft*, com formas de associação *Gesellschaft*. Distinguem-se, nesses casos, determinados padrões híbridos, nomeadamente uma concepção de «associação em *Gemeinschaft*» fundada sobre um trabalho em comum, um *métier* comum (que originaria crenças comuns), e uma outra onde se distingue a existência de «emanações de *Gemeinschaft*» no seio de relações de carácter associativo, como sejam o amor, a lealdade, a honra e a amizade.

Não pretendemos, assim, simplesmente argumentar, tal como acontece com Nisbet (1984 [1966], p. 107), que «même des relations économiques fondées sur le contrat ont tendance, si elles se prolongent, à devenir de plus en plus marquées par un esprit communautaire», bem como não queremos simplesmente defender que «une relation sociale dont le sens normal consiste en une communalisation peut être orientée en totalité ou en partie dans le sens d'une rationalité en finalité, du fait de la volonté de tous les membres ou de quelques-uns d'entre eux» (p. 108).¹⁹ Afirmamos antes que a orientação comunitária para a acção e a orientação societal se sobrepõem e se implicam mutuamente através de formas de acção colectiva que se dirigem para a obtenção de bens colectivos. Ao participarem dessas práticas e ao obedecerem a imperativos morais, os intervenientes procuram atingir também bens pessoais que individualmente valorizam.

***Dar à fuga* como prática simbólica: a confirmação e actualização da comunidade de representações**

Mesmo que, com a realização do *dar à fuga*, não se alcance o objectivo de libertação ou qualquer um dos outros objectivos em jogo, obtém-se, pelo menos, uma redução da sensação de risco comportada pelas formas de perseguição policial, o que ajuda a manter os índices de motivação e de confiança. De facto, as pessoas sentem que possuem recursos de poder e alguma capacidade de reacção, mesmo quando estão colocadas perante situações de supremacia tão explícitas quanto a de detenção.

O dado mais importante a reter é, porém, o de que a realização do *dar à fuga* afecta sempre a comunidade de representações. Isto acontece porque, ao mesmo tempo que é condicionado pelos vínculos e pelos sentimentos de pertença, ele permite igualmente confirmá-los, reforçando os imperativos de obrigação mútua progressivamente interiorizados.

Em boa verdade, a confirmação dos laços e vínculos que se estabelecem entre as pessoas do Casal Ventoso ocorre em qualquer processo de interacção quotidiano, designadamente nos próprios procedimentos de vigilância colectiva (caso 1). Contudo, visto que o *dar à fuga* é uma prática accionada em «situações limite» (em que um ou mais sujeitos são detidos, ou estão prestes a sê-lo), ele promove ocasiões óptimas para uma confirmação exacerbada dos vínculos e dos sentimentos de pertença. Nesse evento, estes aspectos podem ser expressos de uma forma incisiva, rápida, concentrada numa região espacial e temporalmente delimitada.

¹⁹ Citação feita por Nisbet da tradução americana de *Wirtschaft und Gesellschaft* (Oxford University Press, Nova Iorque, 1947, p. 42).

É principalmente nas ocasiões em que se instala o cepticismo relativamente à possibilidade de se atingirem os objectivos explícitos do *dar à fuga* que o seu carácter simbólico se torna particularmente evidente. No caso 2, por exemplo, são os próprios intervenientes a referir que aqueles que são libertados pelo *dar à fuga* e cujo paradeiro se encontra ocultado só dificilmente manterão a situação de liberdade por muito tempo. Um habitante que já acolheu um fugitivo frisou esse aspecto em moldes muito expressivos, referindo-se ao adolescente do caso 2 e à generalidade das pessoas sobre as quais incidem mandados de captura:

Quando eles [os polícias, naturalmente] querem mesmo, mesmo apanhar um gajo, vão buscá-lo nem que seja ao fim do mundo... nem que seja na China, nem num buraco....

Para além disso, nos momentos em que o efeito de libertação não é produzido, ou em que foi totalmente abortada qualquer possibilidade de intervenção colectiva, a confirmação dos vínculos continua, por vezes, a ser possível. No caso 4, por exemplo, se os desmaios e os comportamentos convulsivos de choro corresponderam a manifestações de tristeza, não podem ser entendidos, no entanto e apenas, como expressões de dor individuais e desgarradas. Aqueles que manifestaram o seu sofrimento de forma pungente acabaram por transportar para o exterior do pátio «invadido» pela rusga os confrontos e os medos experimentados no seu interior. Na impossibilidade de socorrer os que se encontravam dentro do pátio, tornaram-se, eles mesmos, os principais alvos de ajuda, congregando à sua volta demonstrações colectivas de auxílio. Continuou-se, desse modo, a permitir que os membros do grupo expressassem vínculos, sentimentos e preocupações comuns.²⁰

Mesclado, portanto, de interesses sobrepostos e largamente simbolizado, o *dar à fuga* acaba por constituir uma verdadeira «cerimónia de libertação» que adquire um carácter eminentemente simbólico e que responde a funções organizacionais. Se não consiste propriamente num «drama» padronizado, rotinizado e anunciado, os seus dispositivos dramáticos são, porém, bastante claros. Ele pode, portanto, ser entendido enquanto «drama», considerando a definição de Abner Cohen (1974, p. 157):

A drama is a limited sequence of action, defined in space and time, which is set aside from the ordinary flow of purposeful social activity. In this sense the drama is

²⁰ Se as tentativas de intervenção que culminam em manifestações de choro e de tristeza ocorressem em contextos de isolamento, elas não consistiriam em técnicas de significação e não interviriam de forma nítida nos processos sócio-culturais. Mas, a partir do momento em que são assistidas e se desenvolvem no contexto de um «drama», interferem na produção sócio-cultural. Como refere Abner Cohen (1974, p. 207), dando exemplos: «A dress, a song, a poem can be an original artistic work in its own right, but when considered within the context of a drama, it is an aid used to enhance the dramatic effect, and can in that sense be regarded as a technique [...]»

not an imitation of life, but a selective composition. Ordinary social life consists of complex processes of events, involving a multiplicity of actors, themes, variables, issues and purposes in a never-ending sequence. The drama on the other hand selects a few elements that are not obviously related in ordinary life, indeed that are often contradictory, and integrates them within a unity of action and of form, a «gestalt» that temporarily structures the psyches of the actors and transforms their relationships. The more disparate the parts, the more intensive the drama.²¹

O carácter dramático do *dar à fuga* surge com particular clareza se o compararmos com um outro acontecimento isolado que não possui, por si só, uma acentuada espessura dramática: o «dar de fuga». Esta expressão, utilizada em diversos contextos populares, equivale simplesmente a «pirar-se», «dar de frosques» ou «fugir». Todavia, quando este «dar de fuga» ocorre no interior do *dar à fuga*, a sua natureza altera-se. Tal acontece porque o *dar à fuga* caracteriza, antes, uma acção colectiva em que o grupo concede ou oferece a fuga a uma pessoa, ou melhor, oferece essa pessoa à fuga, visto que, como se constata, o termo *fuga* é aqui utilizado como substantivo. O fugitivo corre, sendo essa corrida secundada por dezenas de pessoas que o envolvem, interpondo-se entre ele e os agentes policiais, impedindo-os de disparar ou de o recapturarem. Essa corrida em conjunto assemelha-se a uma fuga colectiva. Actores e fugitivos diluem-se num mesmo corpo, onde se torna impossível distingui-los, mas no qual cada participante realiza uma *performance* dramático-simbólica perante todos os outros. Destacam-se, inclusivamente, as intervenções de alguns «heróis» e, porventura, de alguns «mártires» (embora não se tenha tido conhecimento de nenhum caso específico).²²

Para finalizar, é necessário referir ainda dois dados fundamentais a propósito da relação dinâmica entre o *dar à fuga* e a comunidade de representações. Em primeiro lugar, ele permite demonstrar a todos que o sistema de obrigações continua importante, apesar de as pessoas estarem ligadas ao tráfico, bem como distinguir os membros que participam presentemente nesse sistema e os que

²¹ Abner Cohen (1974) aproxima a sua concepção de «drama» da noção de «método do caso alargado» de Gluckman ou do «drama social» de Turner, mas distingue-o, na medida em que o seu uso é mais restrito. Concordamos com o autor quando refere que a noção de «drama» pode ser utilizada «in order to highlight a number of issues involved in the analysis of sociocultural causation» (p. 156). Contudo, a utilização que fazemos nesta pesquisa do *dar à fuga* enquanto drama altera os termos em que esta é produzida pelo autor. Se, através do seu *dramaturgical approach*, Cohen procura, essencialmente, dar conta da relação dialéctica que se produz entre *power relationships e patterns of normative culture*, pensamos que, no nosso caso, a concepção de drama é útil para se compreender a forma como as acções dirigidas para a obtenção de determinados objectivos individuais e colectivos se encontram relacionadas com a actualização de padrões culturais de ordem moral.

²² Em Abril de 1996, ocorreu um *dar à fuga* em que algumas mulheres sofreram ferimentos. Todavia, segundo a sua própria versão, elas não se encontravam integradas na *fuga*, mas estavam simplesmente a passear.

dele se auto-excluem. Em segundo lugar, e enquanto cerimónia, ele permite a sacralização de vínculos entre pessoas que só se encontravam ligadas através de formas de associação contratual geradas pelo tráfico.

Por estas duas razões, os vínculos e os sentimentos não só são confirmados abstractamente como são também actualizados em função de uma nova realidade.

Conclusão

As condenações do tráfico e as próprias contradições internas entre crenças e práticas de que tratámos no capítulo 6 não impedem que os habitantes do Bairro realizem o *dar à fuga*, interferindo, dessa forma, sobre as acções policiais e colmatando parcialmente os obstáculos delas resultantes.

De facto, se considerarmos só os seus efeitos imediatos, constatamos que o *dar à fuga* contém vantagens colectivas e individuais facilmente perceptíveis. É o caso das que obtém o sujeito libertado e os outros participantes, quanto mais não seja, através da defesa da área de venda ou, simplesmente, da satisfação acarretada pela libertação de alguém com quem se estabelecem relações afectivas.

Vimos também que o *dar à fuga* se situa num lugar analiticamente privilegiado para compreender grande parte das dinâmicas comunitárias. Começámos precisamente por descobrir que, se as vantagens pessoais são aspectos muito importantes para a participação na actividade, a condição básica de realização do *dar à fuga* prende-se com a existência de uma comunidade de representações. Na sua base, encontram-se vínculos que as pessoas valorizam e que são favorecidos pela construção de um «universo de sentido interno» que, em larga medida, não é partilhado fora do Bairro. De facto, é o sentimento de pertença construído em torno de uma concepção de vizinhança alargada que se encontra na base do desenvolvimento de uma prática colectiva deste tipo.

Estes sentimentos de pertença mantêm um conjunto de direitos e obrigações entre *filhos do Bairro*.

Todavia, o *dar à fuga* não pode apenas ser considerado como o resultado lógico de uma preexistente comunidade de representações. Ele deve ser encarado também como um elemento que se projecta sobre aspectos das vivências colectivas resultantes do tráfico, concorrendo, nesse sentido, para a própria construção da comunidade no presente, mesmo que esse processo não seja consciencializado pelos agentes. Nos momentos em que é desenvolvido, ele confirma a existência da comunidade de representações. O mesmo é dizer, actualiza-a por relação às novas circunstâncias com que se deparam os habitantes do Bairro.

Capítulo 9

Transformação da comunidade de representações

Neste capítulo procuraremos analisar a forma como a comunidade de representações é transformada.

Começaremos por nos centrar sobre a questão da rehierarquização de valores. Seguidamente, abordaremos a problemática da construção das fronteiras comunitárias no presente. Antes de nos concentrarmos nestes aspectos, principiaremos por apresentar uma exposição, já bastante conclusiva, do argumento a fim de que o conteúdo do capítulo se torne mais facilmente perceptível.

Acerca de valores e de fronteiras

A importância que o *dar à fuga* adquire na construção da comunidade de representações não se esgota na actualização dos vínculos e das obrigações interpessoais que descrevemos no capítulo anterior. Com a sua realização emerge uma série de cenários de interacção que permitem aos habitantes adaptarem e transformarem as representações colectivas, ou melhor, (re)negociarem os valores e as fronteiras comunitárias. Por relação a estes aspectos, os cenários de interacção, transversais à realização do *dar à fuga*, são particularmente ricos. Todavia, estes aspectos de transformação estão presentes numa multiplicidade de situações de interacção que ocorrem actualmente no Bairro.

Os processos representacionais que conduzem à construção de valores e à produção de fronteiras permitem reduzir os obstáculos morais e operacionais que referimos no capítulo 6 e, por isso mesmo, tendem a facilitar o tráfico. Isto acontece porque esses valores e fronteiras são incorporados nas próprias dinâmicas dessa actividade, permitindo que os traficantes não tenham de se confrontar, a todo o momento, com as questões de ilegitimidade da actividade e de ruptura do secretismo, ou seja, não precisem de estar permanentemente a negociar estes aspectos entre si e com os não traficantes. Ao ficarem disponí-

veis, ao nível da comunidade de representações, esses valores e fronteiras são tendencialmente apropriados pelos traficantes, mas, em larga medida, são partilhados e interiorizados por todos os habitantes.

Os valores e as fronteiras da comunidade não são representados igualmente por todas as pessoas e, mais uma vez, a maior clivagem encontra-se entre a categoria dos traficantes e a dos não traficantes, pois cada uma delas tende a produzir e a assimilar de forma distinta a comunidade de representações. De facto, no interior de uma mesma comunidade, a realidade está sujeita a interpretações diversas por parte dos seus membros, interpretações que dependem das circunstâncias distintas em que esses membros se encontram.

No Casal Ventoso, as discordâncias intracomunitárias são particularmente claras a nível da construção da fronteira. De facto, entendemos que a fronteira comunitária é largamente simbolizada, que não se encontra demarcada à partida de forma estática e que não é percebida igualmente por todos os seus membros.¹ Indo mais longe, podemos referir que a própria existência de certas fronteiras é posta em causa, pois, se é assumida e percebida por alguns habitantes, torna-se imperceptível para outros. No entanto, a representação e a percepção das similaridades e das distinções relativamente ao exterior têm, de alguma forma, de ser concebidas, pois, como refere A. P. Cohen (1985, p. 20):

If the members of a community come to feel that they have less in common with each other than they have with the members of some other community, then, clearly, the boundaries have become anomalous and the integrity of the «community» they enclose has been severely impugned.

Muitas representações de fronteiras são construídas por referência a elementos já existentes antes do tráfico, como, por exemplo, acontece com a que é produzida por relação à *bófia*. Contudo, elas são apropriadas e adquirem actualidade porque respondem as novas circunstâncias com que os seus construtores se deparam. Como refere ainda A. P. Cohen (1985, p. 99):

[...] the past is being used here as a resource in a number of ways. The manner in which the past is invoked is strongly indicative of the kind of circumstance which makes a «past-reference» salient.

A adaptação a novas condições produz-se, portanto, a partir do potencial criativo das relações sociais para (re)criarem as rotinas, os sentidos e a própria tradição. Na verdade, esta possui uma maleabilidade relativa, podendo corresponder às exigências de uma nova situação através da intervenção de pessoas empreendedoras (Calhoun, p. 1980).²

¹ V. A. P. Cohen (1985).

² Para essa maleabilidade concorre o facto de o «passado comunitário» (onde se inclui a própria noção de «fronteira») ser largamente simbolizado. A simbolização do passado permite que

(Re)trabalhar os valores e as representações

O primeiro valor presente na comunidade de representações já foi referido e pode ser enunciado da seguinte forma: «proteger um *filho do Bairro*». É por relação a este valor que se produz o *dar à fuga*. Contudo, ele não é interiorizado nem serve como referencial para a acção de todos os habitantes. Muitos não o assimilam nem o defendem quando sabem, por exemplo, que um determinado *filho do Bairro* em causa é traficante. Alguns chegam a censurar, inclusivamente, a própria prática do *dar à fuga*. Um homem expressou essa crítica claramente num depoimento:

Eu não gosto de ver um filho do Bairro ir parar à cadeia e acho que ninguém gosta. São miúdos que nós conhecemos, que vimos crescer. Mas também não é andar aí a correr atrás da polícia quando ela anda a cumprir o dever dela. As pessoas é que se meteram por caminhos errados, por onde não se deviam ter metido.

Outro valor é, porém, aceite por todos os habitantes de forma consensual: *não chibar* ou *não bufar um filho do Bairro*. Ao contrário do anterior, que defende a obrigação de libertar um sujeito de uma situação de apuros, este apenas define que os outros habitantes não o devem colocar em situações desse tipo, sobretudo através do que possam dizer a seu respeito. Agir em conformidade com este último valor não exige, portanto, uma participação positiva dos *filhos do Bairro* na protecção de um outro *filho do Bairro*, mas fundamentalmente obriga a uma participação negativa, a uma acção pela não acção. A sua centralidade é legível no facto de as próprias pessoas que condenam o tráfico se referirem frequentemente ao facto de não serem *chibos* e, portanto, de não denunciarem ninguém. Por exemplo, ao responder à questão «se sabe quem são os traficantes, porque não os denuncia?», um dos homens que mais se assume frontalmente contra o tráfico, estabelecendo por vezes conflitos verbais com traficantes, respondeu simplesmente, parecendo ter ficado espantado com a questão: *Mas acha-me com cara de chibo?*

Embora o valor *não chibar* tenda a exaltar um tipo de participação menos intensa na defesa de uma dada pessoa, ele é especialmente importante na manutenção da eficácia das actividades de tráfico, pois consiste na própria base valorativa que sustenta a necessidade de secretismo.

Na verdade, como era já reconhecido por Simmel a propósito do secretismo e das sociedades secretas (1950, p. 355), a instrução dos intervenientes na arte do silêncio é fundamental:

[...] socialization offers each of them psychological support against the temptation of disclosure.

a sua utilização pela comunidade não seja produzida em termos meramente «tradicionalistas», mas antes como resposta às necessidades, exigências e objectivos actuais.

A par desse autocontrolo, encontram-se também no Bairro formas de controlo social directo da acção do outro que são exercidas por aqueles que mais têm a perder com a quebra do secretismo. Manifestam-se em muitas ocasiões. Um dos exemplos claros do seu exercício ocorreu no ano de 1994 quando uma habitante foi convidada por uma jornalista de um canal de televisão para prestar um depoimento acerca da interrupção voluntária da gravidez. O seu contacto fora sugerido à jornalista por uma pessoa exterior ao Bairro que a conhecia. Depois de diversas hesitações, esta aceitou, embora o seu embaraço fosse notório. Antes da saída do Bairro, a jornalista recebeu instruções da mulher relativamente à forma como se deveria comportar enquanto aí permanecesse e, fundamentalmente, quanto à resposta que deveria dar se fosse interpelada a propósito da sua identidade:

Se alguém lhe perguntar o que é que vai fazer comigo, diz que é uma amiga minha que vai comigo ao médico... ao hospital. Eu já estive aí a avisar as pessoas que ia de tarde sair com uma amiga.

No momento em que se preparavam para partir, duas mulheres com mais de 60 anos vieram de facto questioná-la: *Onde é que tu vais?* Ao que ela respondeu, simplesmente: *Vou ao médico com esta minha amiga*, fechando atrás de si a porta do carro. Algumas pessoas não disfarçavam a sensação de estranheza provocada por aquela resposta e expressavam a sua perplexidade através de gestos. Na viagem de automóvel até ao estúdio de televisão, as demonstrações de nervosismo da habitante tornaram-se crescentes. Começou várias vezes por referir que tinha *medo* de ser reconhecida nas filmagens através da imagem ou da voz. Pouco tempo depois disse:

Eu vim com esta roupa [indumentária usada em acontecimentos extraordinários] e toda a gente conhece esta minha camisa de renda. Só eu é que tenho uma e outra rapariga lá de cima. Se calhar começam a notar, vêem-me na televisão, reconhecem-me pela camisa e sabem que eu hoje saí consigo e começam a juntar as coisas.

Apesar de a jornalista lhe ter garantido que a voz iria ser adulterada e que, quer a camisa, quer o rosto, seriam ocultados, a preocupação continuava, tendo-se prolongado após as filmagens:

É que ninguém lá no Bairro pode saber e está tudo desconfiado. O problema é que me podem conhecer, o meu marido também, que vê sempre o programa, mas esse sabe que eu não vou dizer nada... acho eu. As pessoas por causa do aborto não é o problema, que não se ralam, mas acham que, se eu venho cá dizer isto, também posso dizer outras coisas.

A jornalista referiu-lhe seguidamente que lhe agradecia ter vindo dar uma «contribuição às mulheres», ao que a mulher respondeu: *Pois isso é que é, se não*

fosse isso eu não tinha vindo... Vim cá mesmo foi para dar uma contribuição às mulheres.

Os «males» que podem advir do *chibanço*, bem como a sua imoralidade, são ensinados em momentos de interacção. A propósito dele contam-se, inclusivamente, diversas histórias que passam a circular no Bairro. Uma delas foi registada no dia seguinte ao do caso 3. Ainda na sua sequência, duas pessoas comentavam entre si terem ficado felizes com a libertação do adolescente. Uma delas afirmava:

O Santo estava todo acagaçado. A mãe e o irmão dele, já no dia antes, tinham apanhado quatro anos de cadeia por terem mandado as culpas um para o outro por causa dos panfletos [que os agentes policiais tinham confiscado]. Começaram: «Ah, isso foi o meu filho... Ah, isso foi a minha mãe...», e o juiz disse: «Então, para não serem estúpidos, leva quatro anos cada um.»

Esta versão *sui generis* da leitura de uma sentença comporta, para além de julgamentos morais, um aviso. Quem a proferiu mostrou-se chocado com aquele comportamento de delação mútua que ocorreu, para além do mais, entre membros de uma mesma família. Mas demonstrou, para além disso, que o *chibanço* tinha sido contraproducente para cada um deles: ao invés de «o crime não compensa», nela se defende que «a delação não compensa», e demonstra-se porquê.

Controlar o «silêncio» é algo que as pessoas do Bairro fazem em qualquer circunstância, designadamente quando são indagadas acerca do paradeiro ou da morada de alguém e o inquiridor não foi claramente identificado. Nessas ocasiões, a resposta habitual é *não sei quem é* ou *não sei onde mora*. De qualquer forma, o melhor indicador de que o *não chibar* se encontra bastante difundido reside possivelmente na sua generalização como forma de ofensa central no interior do Bairro. De facto, acusar alguém de *ser chibo* representa uma ofensa particularmente grave, não se aplicando, ao contrário do que acontece em áreas exteriores, apenas como sinónimo de delação, mas a muitas situações de outro tipo. O objectivo, com o seu uso, pode ser meramente o de «ofender» alguém ou o de brincar de forma provocatória. Por sua vez, um bom indicador da sua eficácia simbólica reside no facto de, segundo informações policiais, as denúncias terem sido, ao longo destes anos, muito escassas.

Embora *ser chibo* e denunciar seja um procedimento incorrecto que desvaloriza a pessoa que o pratica, é muito difícil avaliar se continua a dispor de igual eficácia simbólica quando se encontra desvinculado da noção de *filho do Bairro*. Nesses casos é muito provável que, de facto, a sua eficácia se atenuie. Uma história de *chibanço* reforça essa hipótese. Diz respeito a um traficante natural do Alentejo que se instalara no Bairro apenas para traficar e que *facturava*

montes de papel. Foi contada por um consumidor que se desloca ao Bairro nos últimos dez anos e confirmada por um habitante, com cerca de 40 anos, nos seguintes termos:

Era um gajo porreiro, sim senhora, mas havia malta que não podia vê-lo facturar o que facturava, mas o maior problema é que ele não era filho do Bairro. Veio de fora e não foi há muito tempo. Pelo que contam, eu não sei, havia gente aqui que não descansava enquanto não o visse dentro.

Curiosamente, esta história vem reforçar uma outra hipótese: embora os casos de *chibanço* sejam residuais, eles são perpetrados, na maior parte das vezes, por traficantes que podem obter daí vantagens pessoais. Ou seja, são realizados por razões concorrenciais, e não propriamente por aspectos de carácter moral, como se poderia eventualmente esperar, dada a emergência das contradições internas que foram assinaladas no capítulo 6.

É muito possível que valores como *proteger* e *não chibar* adquirissem já proeminência antes do início do tráfico. O mesmo se passa com um terceiro valor que pode ser resumido nos seguintes termos: *ter coragem*. Ao contrário dos anteriores, este prende-se, mais directamente com um ideal de conduta, e menos com obrigações difusas de carácter interpessoal associadas à constituição de um conjunto de direitos e obrigações. *Ser corajoso* e, por conseguinte, *não ter medo*, ou, pelo menos, ser reconhecido pelos pares como possuindo estas características, é importante para a obtenção de prestígio.

Numa conversa entre dois adolescentes e um adulto, ocorrida numa entrevista colectiva onde estiveram presentes adolescentes (traficantes e não traficantes), bem como dois adultos, o valor *ter coragem* emergiu a fim de se fazerem distinções entre pessoas conhecidas. Mencionaram-se mesmo algumas como modelos de coragem. A conversa principiou com uma referência a um consumidor, alcunhado de *Ciclista*, que não era nativo do Bairro e que, segundo alguns habitantes, teria cometido homicídios na encosta do Manez:

Adulto – *Há um mês havia aí um gajo que nós tínhamos de ter cuidado ao passar. Acho que matou ali dois ou três gajos... ali no Manez. Tinha uma navalha apontada... atada na ponta d'uma vara..., aquele que não lhe dava o que ele queria, cortava-o. A população ainda fez queixa à polícia. Ele durante o dia não fazia nada e falava bem às pessoas. Dizia-me sempre: «Bom-dia, Sr. X.» À noite é que aquilo acontecia..., ele variava. Só se podia matar com um ferro quando ele estivesse a dormir, ou isso. Só com uma pistola é que se conseguia matar. Foi apanhado lá no Manez pela Judiciária.*

Adolescente 2 – *As pessoas acagaçam-se...*

Adolescente 1 – *Eu não é para me estar a gabar, mas, se o meu pai fosse vivo e ele fizesse aquilo, já tinha levado.*

Adulto – *Ah, não havia metade das coisas que há aqui... [não se referia ao tráfico].*

Adolescente 1 – *Ou se o Carolinho morasse ainda aí, já estava a levar.*

Adulto – *O pai dele era muito amigo e não tinha medos. Matou-se num desastre. Ele é que se matou. Dois dias antes tinha comprado uma quinta, tinha comprado um «Lancia», já vinha com os copos...*

Adolescente 1 – *Uma vez um gajo que era daqui, era da bófia e tinha o cartão, chegou ao pé do rapaz a dizer que era polícia e tirou-lhe o dinheiro todo. O rapaz conhecia o meu pai, e o rapaz pronto... estava a rressacar. O meu pai foi atrás dele. Apanhou-o cá em baixo, deu-lhe uma pèra e depois foi dar o dinheiro ao rapaz...*

Adulto – *E ele agarrava num pau e tudo o que aparecia à frente, ia tudo atrás.*

Adolescente 2 – *A malta daqui agora também tinha medo do Ciclista... o gajo tinha mesmo uma cara de bandido...*

Adulto – *Sim... com a navalha na ponta d'um pau, quem é que se chegava ao pé dele...?*

Adolescente 1 – *Mas naquele tempo não havia medos. Devia ser no tempo em que parava ali o meu pai e o Carolinho. O Carolinho agarrava nele e desmanchava-o todo.*

Adulto – *Ah, sim, não havia nada disso...*

Ter coragem trata-se de um valor suficientemente aberto e que, portanto, pode ser engenhosamente combinado com uma grande variedade de propostas e objectivos pessoais e colectivos. Poderia ser associado, inclusivamente, ao próprio desejo de delação. Nesse caso, o valor *ter coragem* (de denunciar) sobrepor-se-ia aos valores *proteger* ou não *chibar* (um *filho do Bairro*). Todavia, o registo dos momentos em que o valor *ter coragem* é convocado coloca-nos perante a hipótese de que ele se encontra, sobretudo, associado a práticas ligadas ao tráfico, nomeadamente ao valor de *protecção de um filho do Bairro*. Qualquer pessoa que participe, por exemplo, no *dar à fuga* sabe que, quanto maior for a coragem demonstrada, mais valorizada será a sua actuação. Mesmo por pessoas que, não defendendo o *dar à fuga*, valorizam a demonstração de coragem.

A actuação do Pistola (caso 3) é um bom exemplo de uma conduta corajosa, pois ele não usou qualquer estratégia contida de aproximação. Limitou-se a empurrar o agente e a ordenar laconicamente: *foge puto*. Como tivemos oportunidade de descrever, o Pistola foi imediatamente valorizado pela sua conduta, sendo mencionado e exaltado na conversa mantida entre os adolescentes e nas interacções que se sucederam ao caso. Estes depressa converteram o seu comportamento num paradigma. Eventualmente, poderiam ter convertido o próprio Pistola num modelo, embora isso fosse difícil, já que este apresenta uma imagem muito degradada.³

Não foi possível detectar, nesta pesquisa, qualquer referência explícita à venda de drogas enquanto acto corajoso, ao contrário das múltiplas considerações a propósito da sua imoralidade. Contudo, é bem provável que o estatuto de «corajoso» se estenda a comportamentos e a pessoas implicados na própria

³ Depois de se ter procedido à inquirição de algumas pessoas a respeito do Pistola, uma delas afirmou que *é um drogado todo a cair de podre que vive no Casal Ventoso de Cima*.

actividade de tráfico. É também muito provável que algumas pessoas que manifestaram particular arrojo na forma como se associaram a essa actividade (o Tico é um bom exemplo) adquiram o estatuto de personagens paradigmáticas. Certos *magnatas* poderão constituir mesmo modelos de coragem e, nesse sentido, ser destacados como referências socializadoras para os seus pares. Não nos alongaremos mais por agora a este respeito. A questão da relação entre a *coragem* e o tráfico será afluída de novo no último capítulo.

Os valores que aqui referimos – defender um *filho do Bairro*, *não chibar* e *ter coragem* – não são valores estranhos à sociedade global e podem mesmo servir como referência para a conduta em múltiplas situações exteriores ao Bairro. A originalidade do seu uso na comunidade de representações construída pelos habitantes do Casal Ventoso consiste no facto de eles surgirem articulados com as práticas associadas à actividade de tráfico. No entanto, essa articulação estabelece uma concorrência com outros valores e obrigações, nomeadamente com aqueles onde se propala a condenação do tráfico. Por exemplo, os valores em que se enunciam princípios de protecção (ou pelo menos de «não denúncia») para com as pessoas do Bairro contradizem, em muitos casos, os valores que defendem como princípio que se «devem enviar os traficantes para a cadeia».

A conclusão decorrente da evidência empírica é a de que este tipo de contradições é parcialmente resolvido no interior do Bairro, através de formas engenhosas de rehierarquizar os valores. Neste caso, um valor como, por exemplo, *não chibar* surge no topo da hierarquia. Por conseguinte, independentemente de os valores de condenação do tráfico estarem presentes e de não existirem valores ou princípios directamente favoráveis à actividade, a «protecção de um *filho do Bairro*» é uma acção geralmente mais valorizada do ponto de vista moral do que a «condenação de um traficante» e pode obscurecer este último princípio em muitos momentos da vida. Ou seja, uma pessoa pode, simultaneamente, não ser traficante, condenar o tráfico e acreditar que deve «proteger» ou, pelo menos, «não denunciar» um *filho do Bairro* traficante.

É muito provável que esta forma de hierarquizar ou trabalhar os valores seja um processo mais linearmente aceite e interiorizado pelos habitantes envolvidos no tráfico ou por aqueles que com esses estabelecem relações afectivas. Pelo menos, são estas as pessoas que possuem razões mais intensas para desejarem que o estatuto de *filho do Bairro* adquira proeminência por relação a outros princípios, de forma a poderem prosseguir o seu trabalho com confiança ou, simplesmente, para não sofrerem desgostos. Para estas, além de tudo, o *não chibar* não se trata apenas de um valor, mas também de uma acção retributiva. Ou seja, não se denunciar mutuamente representa uma troca que os traficantes estabelecem tacitamente entre si.

Se a sociedade global não é alheia a este tipo de valores quando considerados isoladamente não é também indiferente às próprias formas de os hierar-

quizar ou de sobrepor determinados afectos relacionados com vínculos, ou entendidos como tal, a valores interiorizados (o que corresponde, também, a um confronto de lealdades e de afectos). É habitual que, em zonas exteriores ao Casal Ventoso, os valores de condenação do tráfico e de denúncia sofram também, em diversas situações, uma depreciação relativa quando comparados com outros valores, ou com certos aspectos, como, por exemplo, a defesa de determinadas obrigações familiares.

No Bairro, o tipo de acções ou de não acções registadas na pesquisa empírica torna claro que estes processos de reierarquização de valores ou de depreciação relativa são muito generalizados, difundidos e praticados pelos habitantes.

(Re)construir as fronteiras

As fronteiras físicas do Bairro, tal como são definidas pelos habitantes, correspondem de forma bastante consensual às que propusemos no início desta pesquisa, embora algumas das pessoas que vivem em zonas próximas dos seus limites reconstruam a imagem da fronteira por forma a poderem referir, por exemplo, que vivem na Rua Maria Pia, Guilherme Anjos ou Rua do Arco do Carvalhão, e não no Casal Ventoso.

As fronteiras que mais nos interessa aqui dar conta são, porém, as que se inscrevem na comunidade de representações e que afectam, facilitando, a actividade de tráfico. O argumento que aqui se expõe é o de que, em larga medida, elas se projectam sobre os diversos tipos de pessoas que colocam problemas à actividade. Tal como acontece com os valores, também elas são construídas, confirmadas e retrabalhadas nos cenários e nos processos de interacção.

O primeiro tipo de fronteiras estabelece-se entre os próprios habitantes, nomeadamente entre traficantes e não traficantes. Esse facto resulta de estes grupos não partilharem, em larga medida, os mesmos objectivos, problemas e, por vezes, os próprios contextos de interacção. Se os traficantes têm interesse na manutenção de um certo fechamento do Bairro que lhes permita obter uma diminuição dos riscos, sendo isso possível porque a sua actividade se encontra desvinculada do sistema de oportunidades legais, os não traficantes, pelo contrário, estão dependentes da integração nesse sistema. Nesse sentido, necessitam de uma maior abertura do Bairro ao exterior.

Ora, aqueles que mais promovem essa abertura são, novamente, as pessoas que se encontram concentradas em torno do Centro Social. Para além das actividades realizadas pelo Centro e dos discursos que se obtêm dos seus dirigentes, o princípio de «abertura à cidade» é particularmente legível em determinados eventos. Um bom exemplo diz respeito à criação, por parte do seu director, de uma Marcha Popular do Casal Ventoso em 1987. Com ela procurava conduzir-

-se o Bairro a uma participação nas Marchas de Lisboa. Como será facilmente legível, as letras das marchas apontam no sentido de um «bairro sonhado»: um bairro popular, trabalhador e honesto que recuperaria, e ao qual seria devolvida, a existência benigna que, segundo muitos habitantes, teria possuído *d'antes*.⁴

«Marcha do Casal Ventoso» (adultos)

*Ai venham ver, venham ver
O que isto é
É Casal Ventoso
A dar ao pé;*

*Da Meia-Laranja
Ao Arco do Carvalhão
é tudo Casal Ventoso
E é a tradição;*

*E o povo diz, assim
Vamos ouvir cantar
A nossa marcha
Que é dum bairro popular;*

*Ai venham ver
Campo d'Ourique
P'ra depois irem dizer
Como vai a moda chique;
Não tem vaidade, porém
É mocidade também,
Só tem amor, luz e cor
E o povo diz, assim
Vamos ouvir cantar
A nossa marcha
Que é dum bairro popular.*

«Marcha infantil»

*Esta marcha que aqui vai
Com arquinhos e balões*

⁴ A Marcha Popular Infantil foi realizada no dia 12 de Junho de 1987 e as salas do Centro possuem fotografias dessa iniciativa. As crianças transportavam arcos e balões. É quase exclusivamente o Centro Social que nos Santos Populares realiza actividades comemorativas. Grande parte das pessoas do Bairro frequenta arraiais exteriores, nomeadamente em áreas próximas, pois existem alguns, bem como «noites de fado», em Campo de Ourique ou mesmo na Rua Maria Pia.

*É a marcha dos miúdos
Que vibrem os corações;*

*Lei vai a marcha
Mais o seu par
S. João, S. Pedro
Andam sempre a dar, a dar
Não digas sim
Não digas não
Que a marcha do Centro
Faz sempre um vistão;*

*Oh noites de Santo António
Oh Lisboa a apregoar
Tu fazes um bairro novo
Para a gente morar.*

Este tipo de abertura às festividades da cidade não sofre oposição por parte dos traficantes. De todas as fronteiras estabelecidas – e que favorecem o tráfico –, a que os traficantes produzem por relação aos não traficantes é a mais difícil de demarcar. Se entre estes dois grupos se estabelecem, por um lado, relacionamentos, registam-se, por outro, formas de distanciamento que se acentuam quando os não traficantes os condenam explicitamente no interior do Bairro. Esta clivagem interna deverá, portanto, ser analiticamente concebida como uma fronteira elástica. Ela emerge ou dilui-se, consoante as circunstâncias.

De facto, os argumentos habitualmente usados pelos traficantes relativamente àqueles que se insurgem directamente contra si dá bem conta desta elasticidade, desta oscilação constante entre o fortalecimento e o esbatimento de fronteiras. Se um primeiro argumento se constitui, como já vimos, sobre o valor *não chibar* e se com ele se procura acentuar a proximidade simbólica e a diluição das fronteiras entre os dois grupos, sugere-se, noutras situações, um argumento oposto ainda não referido: o valor de «não intromissão». Ele é legível em diversos momentos e encontra um bom exemplo no seguinte depoimento de um traficante com cerca de 20 anos:

Eu estou farto de gajos que têm a mania que andam a dizer que este vende, que aquele vende. Não sei o que é que eles têm haver com isso. Por que é que não levam a vida deles e não chateiam? O que é que eles têm haver com o que se passa na vida dos outros? Ouve um [não traficante] que já me quis tramar e outros que vão lá para a televisão dizer que aqui há traficantes. Lá está, não se metem na vida deles e mais... só se lembram do presente, não olham para o passado nem para o futuro.

O valor de não intromissão entra em contradição com o valor *não chibar*, pois, se este último convoca princípios de solidariedade entre os *filhos do Bairro*, aquele ergue fronteiras, faz apelo a princípios de individualidade, de autonomia, de privacidade. Confere à actividade o estatuto de actividade privada. Contudo, apesar da aparente contradição, qualquer um deles acaba por ter um efeito semelhante: a facilitação do tráfico.

Em certas ocasiões, a clivagem entre os traficantes e os não traficantes acentua-se e a fronteira torna-se particularmente densa. Isto aconteceu, por exemplo, quando um adolescente traficante (caso 2) reivindicou o Bairro como um exclusivo dos traficantes: *Quem quer ficar no Casal Ventoso fica, quem não quer vai-se embora. É mesmo assim*. Foi neste mesmo caso que as formas de conflitualidade manifestas se tomaram mais explícitas. Nele se formaram, inclusivamente, dois grupos de pessoas que trocavam argumentações e insultos, embora simulassem ignorar-se.

De facto, o caso 2 é particularmente rico. Ele permite também exemplificar e detectar a fronteira mais nítida que se estabelece no Casal Ventoso: a que é construída por relação às entidades policiais. Naturalmente ela é a que mais se adequa à prossecução da actividade e que permite resolver alguns dos problemas cruciais dos traficantes. No final desse caso, vimos, por exemplo, como na reunião de adolescentes foram trocadas impressões sobre a coragem que cada pessoa teria demonstrado por relação ao contingente policial e sobre as supostas condutas condenáveis dos agentes. Foi também possível que determinados adolescentes identificassem, perante todos os outros, quais os agentes policiais que representavam as referências mais ameaçadoras. Através dessas identificações, é o próprio património de conhecimentos utilizado pelo sistema de vigilância que sai reforçado. A fronteira torna-se, portanto, mais densa por relação às pessoas que representam perigos maiores.

Qualquer caso de *dar à fuga* apresenta-se sempre como uma ocasião para manifestar e confirmar a fronteira por relação à polícia. Mas é também através das histórias que circulam e são contadas no Bairro acerca das relações com agentes policiais que se constrói grande parte do imaginário de separação. É o caso de um adolescente de 19 anos que contava uma história na presença de um grupo de jovens da mesma idade. Estes sorriam, pois o acontecimento era narrado com gestos exemplificativos:

Um dia chegam-me lá a casa de manhã... eu ainda 'tava a dormir, que tinha estado a trabalhar até tarde. Vão lá, iam a entrar em casa... o meu tio contou-me que iam a meter a cabeça dentro da porta e ele ou pensava que era um ladrão ou o que era, pegou num pau e deu na cabeça dele com toda a força, o gajo até ficou a ver estrelas. Depois vão, uma puxa-me pelos cabelos, eu ainda 'tava a chonar, e começa-me a fazer perguntas. Eu estava abanado, só lhe disse: «Oíça lá, eu estive a trabalhar, não sou como certas pessoas.»

A necessidade de manutenção do secretismo faz, por seu lado, com que o recurso às intervenções policiais para se resolverem questões internas seja

muito reduzido. Num acontecimento registado em Outubro de 1994, a referência à «não oportunidade» das intervenções policiais foi explícita. Uma série de pessoas avolumaram-se em torno de uma rapariga de avental que chorava, pois uma mulher tinha acabado de lhe acertar com um tubo de ferro quando ela saía de casa. A rapariga segurava uma toalha branca na cabeça que a mãe aconchegava. A toalha começou progressivamente a encher-se de sangue. A mãe permanecia calada e era a avó quem gritava na direcção por onde a agressora tinha desaparecido:

A x tem a mania que é a rainha do comércio. Vem bater a uma rapariga tão novinha por causa de homens... Ela que já fez uma quantidade de desmanchos. É uma vaca. Isto era bem feito é que se chamasse a polícia.

Quando acabou de dizer isso, duas pessoas contestaram: *Ah, isso não*. Um homem com cerca de 40 anos que vestia uma camisa de seda vermelha propôs uma alternativa:

A polícia não. Se fosse eu ia era lá abaixo ao z [local de residência da agressora] e fazia-lhe o mesmo. Levava um ferro... um ferro ou uma pistola... ou uma caçadeira.

A mãe, que nada dissera, entrou no pátio e a porta fechou-se. A avó continuou à entrada, segurando a cabeça da neta e gritando: *Boca de c. ... já fez não sei quantos desmanchos* e respondeu ao homem: *Não a polícia não, eu fazia-lhe era a folha...⁵*

O facto de a fronteira construída por relação às entidades policiais ser aquela que se apresenta erigida com maior nitidez relativamente ao exterior não acontece apenas porque os traficantes a constroem e confirmam quotidianamente, mas porque ela se generaliza a grande parte dos não traficantes. De facto, uma parte destes partilha a mesma imagem negativa acerca dos agentes policiais. Tal não invalida que algumas pessoas, mesmo certos traficantes, tenham afirmado: *gosto de polícias* ou, mesmo, *gostava de ser polícia*. Um adulto não traficante, por exemplo, referindo-se a dois adolescentes, disse:

Eu sei porque é que x e y não gostam da polícia, eu sei... Mas eu cá gosto, eles nunca me fizeram mal nenhum... mas eles também sabem porque é que não gostam. Ainda no outro dia, ali fora do Bairro estavam os polícias nas motas, começam aos pontapés, começam a dizer asneiras em voz alta... Eu tive vergonha..., palavra que tive vergonha de ser do Casal Ventoso...

Para além de alguns não traficantes participarem no *dar à fuga*, registam-se também acontecimentos em que diversos habitantes, independentemente do seu envolvimento ou não envolvimento no comércio ilegal, reagem colectivamente contra as presenças e exigências policiais. Por exemplo, num dia de 1994 concen-

⁵ Fazer a folha significa agredir de forma muito violenta ou mesmo matar.

travam-se numa rua do Bairro várias dezenas de mulheres. Algumas delas estão envolvidas no tráfico, mas outras não são traficantes. Tratava-se de uma comemoração organizada pelas educadoras de infância do Centro Social para o Dia da Mãe. A festa incluía as crianças do Centro e as respectivas mães, mas a ela assistiam muitas outras mulheres. Um carro com três adolescentes naturais do Bairro procurava forçar a passagem por entre o ajuntamento. As mulheres reagem dizendo aos gritos que eles não podiam passar, mas os adolescentes insistiam. A situação parecia, inclusivamente, diverti-los, dado que riam à gargalhada. Nesse momento, um veículo policial parou atrás do carro dos adolescentes e uma mulher com cerca de 50 anos, num estado de aparente descontrolo, aproximou-se desse veículo, queixando-se da insistência dos rapazes. A seguir sofreu um desmaio, tendo sido socorrida e acalmada por outras mulheres presentes. Os agentes policiais, depois de terem ordenado aos adolescentes que saíssem do carro, deram ordem para que entrassem de novo e que prosseguissem o seu caminho rapidamente. Um dos agentes começou então a conversar com uma das mulheres. No momento em que referiu que aquela festividade não podia ter lugar na rua, essa mulher, que para além de ser não traficante se insurge com frequência contra o tráfico no interior do Bairro, virou-se de costas começando a cantar a música popular: *Oh Malhão, Malhão*, sendo secundada por dezenas de outras que começaram a dançar efusivamente umas com as outras, formando pares. Os agentes policiais não disseram mais nada e prosseguiram o seu caminho.

O facto de grande parte dos não traficantes afirmarem «não gostar da polícia» cria condições para que esta fronteira se generalize e se torne consensual. Grande parte dos depoimentos que se manifestam contra a polícia são, aliás, produzidos por pessoas que muito presumivelmente não estão envolvidas no tráfico. Uma mulher referiu-se, por exemplo, à entrada de agentes policiais em sua casa, lamentando não ter tido, na altura, um comportamento mais ostensivo:

A polícia entrou-me em casa e se eu não tivesse aberto a porta arrombavam-ma. Eu tenho medo. Mas não se pode mostrar medo, senão eles fazem pior, e então perguntei: «Então, isto é assim...» e começaram a revistar as coisas... e só depois é que me lembrei que lhes devia ter dado o saco do lixo para eles verem e depois ter dito para eles despejarem, que eu não sou nenhuma criada deles.

Por seu turno, um outro homem com 55 anos critica os agentes policiais por considerar que eles manifestam uma atitude negativa relativamente ao Bairro, na sua totalidade:

É preciso ter criado aqui os filhos e depois é que se pode sentir essas coisas. Para quem não tem estas raízes não pode sentir nada disto. São tudo coisas exteriores que olham para aqui com os olhos de que «está aqui um montão de animais». Passo ali, está um polícia a dar uma tarefa num drogado. Passo noutro lado, dois polícias estavam a falar com dois tipos drogados

e a seguir vejo que os gajos estão-se a injectar, os polícias estavam a dez passos de mim e eu disse alto, que era para eles ouvirem: «Então, mas que raio de merda é esta?» E eles: «Então...» mas os polícias não disseram nada. «Mas os polícias não moram aqui. Quem mora aqui sou eu. Não quero isto aqui.»

Quando estavam ali as seringas (a carrinha de doação de seringas situada na Meia-Laranja), eu perguntei: «Eu é que tenho de levar com este lixo todo? Os drogados são uns infelizes, são uns desgraçados, mas eu não tenho de levar com os gajos. Quer ver? Vou-lhes perguntar: 'De onde é que você é?' 'Sou do Barreiro.' 'De onde é que você é?' 'Sou da Ajuda.' Tá a ver? Não são do Casal Ventoso. Então, por que é que eu tenho de levar com eles... eu que nasci aqui, vivi aqui e cresci aqui?»

Um polícia viu um gajo drogado ali ao pé de Campo de Ourique a cambaleiar e o polícia, como parecia mal andar um gajo todo com a pedrada, não se chegou ao pé dele e perguntou: «De onde é que tu és? És de Braga ou de onde?» Disse: «Ouve lá, não te quero aqui. Toca a andar para o Casal Ventoso.» Um amigo meu perguntou-lhe: «Mas você perguntou se ele era do Casal Ventoso? Mas por que é que o Casal Ventoso tem de levar com a merda dos drogados, dos polícias, disse tudo? Por que é que o senhor não lhe perguntou de onde é que ele era e não o mandou para a terra dele? Ali é um caixote do lixo?» Isto também é o que lhes ensinam na polícia... que no Casal Ventoso são todos marginais. Também não conhecem o Casal Ventoso. Isto é-lhes dado a beber pelos comandantes deles: «Eh pá, vão para o Casal Ventoso, qu'aquilo são tudo marginais.» É o que lhes é dado a beber.

Associados a estes depoimentos, surgem outros em que se sugere a culpabilização de agentes policiais pelo próprio tráfico:

As pessoas esquecem-se, por vezes, que os polícias são grandes culpados do que aqui se passa. São eles que a metem cá dentro, e depois às vezes estão feitos com uns, e para aqueles tudo bem, não fazem nada. Para os outros é que se armam em heróis e apanham este e aquele. Às vezes os tipos da polícia que apanham mais traficantes são os piorzinhos.

Mais uma vez, é um não traficante quem sugere a culpabilização da polícia:

Só quem não quer é que não vê. Os polícias não cumprem as funções para que foram criados. São os maiores corruptos e por causa deles é que não se tem mão nisto. Ainda no outro dia vou ali em cima e está uma mulher que vende a gritar com um polícia: «Vai-te embora chulo, já na semana passada te dei duzentos, ainda queres mais? Julgas que eu ando a roubar para te sustentar?»... A dizer isto a um polícia, hem! Anda tudo a comer à conta disto.

Curiosamente, e como decerto nos recordamos, *comer à conta disto, dentro e fora do Casal Ventoso*, foi também a expressão utilizada pela mulher traficante do caso 2. Independentemente da veracidade ou não destes depoimentos, o aspecto analiticamente relevante, para efeito do presente argumento, é o de que eles fazem sentido para as pessoas e ficam disponíveis a nível da comunidade de representações.

A este tipo de argumentações produzidas relativamente ao presente sobre-
põem-se outras constituídas por relação ao passado. Nelas se enuncia que a cli-
vagem entre os habitantes do Casal Ventoso e os agentes policiais corresponde
a algo de tradicional:

*Era da praxe [disse um homem com 60 anos, sorrindo], quando a bófia entrava...
malta que se punha em cima dos telhados. Era cada pedrada, tudo a mandar pedras.*

Ao que um outro acrescentou:

*E conta-se que uma vez entraram aí três ou quatro polícias que, conforme aqui entraram
todos fardados com armas, saíram daqui todos nus e sem pistolas, mas isso foi há muito tempo.*

As narrativas do passado provocam interrogações de muitos habitantes acer-
ca do presente. Algumas pessoas mostram-se surpreendidas e indignadas pelo
facto de certos acontecimentos não se repetirem. Isso é notório num depoi-
mento de um adolescente de 15 anos:

*Dantes não havia nada disto, dantes... eu ainda não tinha nascido, a polícia não entrava
aqui dentro... não punham aqui os butes... Agora não têm respeitinho nenhum. Entram aí
quando querem. Rebentam com as portas com eixos de camião ou com as pistolas... rebentam
a porta toda. No outro dia fui ver uma porta que eles tinham rebentado, aquilo já não era
porta não era nada.*

Para a construção de uma «tradição» de confronto com a polícia não con-
correm apenas narrativas de confrontos colectivos, mas também histórias pes-
soais, como, por exemplo, a que foi narrada por um homem que viveu a maior
parte do período da sua infância na década de 40:

*Estava ali sentado e tinha vindo do trabalho, lá da Brasil [fábrica de confeitaria e pas-
telaria em Campo de Ourique] e era um hábito. Chegava ali ao murozinho e sentava-me
sem sapatos, em cima do muro. Chegou um polícia ao pé de mim: «Então... sem sapatos?»
Que foi uma lei que o Salazar inventou contra a malta pé descalço e disse que eu tinha de
andar de chinelos, senão era 2\$50 de multa, que naquela altura era muito dinheiro. A multa
mais barata era 2\$50. De maneira que eu estava sentado no muro e o polícia: «Cá para
baixo.» E eu: «Está bem.» «São 2\$50 de multa.» Eu vim a casa falar com a velhota, pôr a
lancheira e tal. Aquilo, como era um hábito, sentei-me outra vez no muro. «Tá a fazer pouco
da polícia?» E o sacana do polícia, que era assim um polícia novito na altura: «Então já não
disse para sair dal?» «Ah, desculpe. É a distração. É o hábito.» «Agora, vais pagar 2\$50.»
«Ó senhor guarda, está a brincar comigo. Então, o meu pai morreu. 2\$50 faz-me falta para
eu comer mais a minha mãe.» «Ah sim, então vens comigo para a esquadra.» E aí vai um
puto para a esquadra, e mal lá cheguei deram-me um bailarico. Por isso é que eu odeio os po-
lícias. Caramba, não posso com eles. Não sou contra a lei, mas sou contra a polícia. Não os*

gramo nem um bocadinho... os polícias, acho que são todos iguais. Entrei lá na esquadra, tinha 12 anos, consciente que não fiz mal nenhum. Eu não matei, não roubei, nada... Levou-me para a esquadra. O gajo até ia à minha frente e eu vinha atrás. A malta passava, num dia de verão, às 5.30 h da tarde, e diziam: «Então, o que é que aconteceu, pá?» «Sei lá, estava sentado no muro e o polícia quer que eu vá para a esquadra.» Aquilo para mim até à esquadra foi uma paródia. Na esquadra é que acabou a paródia. O gajo foi ao graduado, ou o que é aquela merda... começa a contar a história. E eu: «Alto aí, desculpe lá. Você não está a contar assim. Isso não foi nada assim.» «Cale-se.» E eu: «Eh» «Então de onde é que ele é?» «Casal Ventoso.» «Ah, Casal Ventoso, vê-se logo. Casal Ventoso? Pais é! Senta-te aqui.» Sentei-me ali. [...] Disse-lhe: «Eu só vim porque não tinha feito mal nenhum. Se soubesse que era para fazerem isso que estão a fazer, eu não tinha vindo para a esquadra, tinha fugido.» Ficaram danados comigo, foi aí que me mandaram lá para dentro: «Não queres pagar 2\$50, pois não? Então agora vais pagar 96\$00.» Fiquei lá dentro. Duas horas depois, aparece a minha velhota a chorar e eu disse: «Você não paga 96\$00 nenhuns», para já, não tínhamos. O chefe chega ao pé de mim e perguntou: «Não tens 96\$00? Então mas o que é que tu fazes?» «Trabalho na Brasil.» «Trabalhas na Brasil?» ... o chefe devia ser dos copofónicos... «Então conheces o Chico?» «Conheço. É o irmão do patrão.» «Então vai-te lá embora.» Isto depois de duas horas e da velha a chorar. Fiquei com um ódio aos gajos...

Se a construção da fronteira por relação às entidades policiais mobiliza representações do passado e da tradição, outras fronteiras são totalmente construídas no momento presente. O exemplo mais claro é o da que é erigida por relação aos jornalistas televisivos. Ela é tão recente que o processo da sua construção coincidiu, inclusivamente, com o período de permanência do investigador no Bairro. No momento da realização dos primeiros programas televisivos acerca do Casal Ventoso foi possível assistir a entrevistas e à presença de muitas pessoas na rua que aceitavam ser filmadas. No entanto, a sucessão de reportagens transmitidas conduziu a uma modificação das reacções.

Segundo as opiniões das pessoas, os jornalistas difundiram no exterior uma imagem negativa do Casal Ventoso. Tal foi agravado porque os programas onde as reportagens foram transmitidas são habitualmente vistos e comentados por muitos habitantes. Nos dias anteriores à transmissão, os habitantes discutiam entre si, com curiosidade, a data de emissão; nos dias que se seguiram, as reacções modificaram-se e muitos deles comentavam que não se devia deixar entrar mais jornalistas no Bairro.

Um bom exemplo do tipo de argumentos construídos em torno dos jornalistas é, também ele, documentado no caso 2. Uma mulher que fora particularmente afectada pela captura gritava. As opiniões que proferia acerca da SIC foram rapidamente difundidas e repetidas no interior do Bairro. Nelas se acentuava que a reportagem do canal de televisão era injusta, porque apenas incidia sobre os traficantes do Casal Ventoso.

Através de frases como esta, e de múltiplos procedimentos argumentativos deste tipo, bem como da sua difusão a nível da comunidade de representações,

constrói-se a fronteira e acentua-se que as entidades relativamente às quais essa fronteira é construída são inimigos exteriores. Para além do mais, refere-se que esses agressores exteriores, consubstanciados sobretudo nas entidades policiais, têm pelo menos uma parte da culpabilidade do comércio de drogas. A questão da corrupção é a mais referida, mas registam-se também argumentos de outra natureza, como, por exemplo:

Nós não os chamamos para cá [consumidores]: Eles vêm cá porque querem. A polícia é que anda a dizer na televisão que a droga do Casal Ventoso é a melhor, que é a mais pura, por isso vem tudo cá comprá-la.

O processo de condenação dos inimigos exteriores é particularmente curioso e fértil em termos analíticos. Corresponde, na verdade, a uma condenação dos condenadores, ou, antes, das entidades normativas centrais. Embora não dê lugar a uma produção muito detalhada e sistemática de argumentos, funciona através de opiniões que ficam disponíveis e que as pessoas podem utilizar para diluir e (re)projectar a responsabilidade na direcção das próprias instâncias que as responsabilizam.

Estas opiniões são produzidas através de processos de argumentação engenhosos, criados, negociados e interiorizados colectivamente. O seu carácter de socialização mútua é legível no próprio facto de essas opiniões serem proferidas, por muitos habitantes, em termos similares e, muitas vezes, utilizando as mesmas palavras. Por vezes, o processo de condenação dos inimigos exteriores incide mesmo sobre outras esferas. Como referiu uma mulher, que muito presumivelmente não é traficante, numa entrevista:

Quem tem culpa da droga é quem cá a mete. São do governo, não é? Eu acho que são do governo, pessoas grandes. Se não a metem, deixam passar... Toda a gente sabe, não é?

A população consumidora é, por sua vez, o último referente exterior com base no qual se constroem fronteiras. É por relação a ela que esse processo se torna mais complexo e difícil de analisar. Isso acontece, em primeiro lugar, porque esta não é homogénea: não consiste, portanto, numa população mas em populações. Em segundo lugar, porque as atitudes dos habitantes relativamente aos consumidores são particularmente diferenciadas e mesmo paradoxais.

Descortinam-se três tipos de consumidores no Casal Ventoso (só por relação ao último é que a fronteira se produz de forma clara):

- 1) Consumidores autóctones: são em grande número. Não se registou qualquer diferença entre o estatuto que lhes é atribuído e o que é conferido a qualquer outro *filho do Bairro*. Vários agregados no interior do Bairro, nomeadamente os ligados ao tráfico, possuem membros consumidores. Detectaram-se inclusivamente casos de morte por *overdose*, ou por doenças

contraídas durante as práticas de consumo, nomeadamente SIDA ou hepatite.⁶ Em Março de 1995, por exemplo, uma mulher associada ao tráfico, que se encontrava a cumprir uma pena num estabelecimento prisional, foi surpreendida pela morte de dois filhos por *overdose* ocorrida no espaço de uma semana. Todos os casos por nós conhecidos de consumidores deste tipo são homens;

- 2) Consumidores que apenas vêm ao Bairro abastecer-se: estes consumidores utilizam muitas vezes o espaço do Bairro para consumir. Trata-se de uma população pelo menos aparentemente muito diversa. É constituída por alguns consumidores esporádicos e por consumidores diários. A maioria deles é anónima e enquanto permanece no Bairro é pouco notada. No entanto, surgem também algumas pessoas com indumentárias novas e automóveis dispendiosos (especialmente consumidores de cocaína) ou mesmo alguns casos de consumidores identificados pelos habitantes que são bem cotados no campo artístico ou desportivo. Muitos habitantes referem mesmo a presença de advogados ou médicos⁷ no interior desta população;
- 3) Consumidores não autóctones que habitam no Bairro: são na esmagadora maioria heroinómanos. Alguns destes consumidores são *vigias* ou encontram-se mesmo integrados no tráfico como comerciantes de rua. Outros estão, simplesmente, integrados nas redes sociais internas. Registaram-se também casos de algumas toxicodependentes que passaram a viver com comerciantes, mantendo com eles relações sexuais em troca de *produto*. Um deles referiu, depois da partida da toxicodependente que com ele viveu durante dois anos:

Isto agora anda um bocado mal, porque a mãe da miúda que vivia comigo veio cá buscá-la para ir para uma clínica e, já se sabe, era a mulher que eu gostava...foi há três semanas.

A maior parte destes consumidores não se encontra, porém, integrada nas dinâmicas internas do Bairro. Muitos vivem debaixo de pontes, em casas em ruínas, debaixo de tapumes, e todas as suas vivências se organizam em torno do consumo.

Por relação à fronteira com os consumidores, descortinam-se alguns aspectos similares aos que se encontram presentes na construção de fronteiras para com os agressores exteriores. De facto, os consumidores não autóctones são sentidos pelos habitantes como uma ameaça. Para os traficantes, eles representam o

⁶Os dados de que dispomos indicam que estas doenças são muito habituais no Bairro. Muito possivelmente a maioria dos consumidores que aí vivem, sejam eles autóctones ou não, são se-ropositivos.

⁷V. Rainho (1994).

maior perigo de delação, dado que têm acesso, embora de forma ténue, às dinâmicas comerciais. Para os não traficantes, os consumidores são, pelo menos, portadores de doenças e de insegurança no interior do Bairro. São frequentes, por exemplo, os furtos de roupa e, com menor frequência, os assaltos à mão armada. Por vezes, assistiu-se também a consumidores utilizando roupa estendida para limpar suor ou sangue, injectando-se em lugares de passagem ou utilizando fontanários públicos para lavarem *as bombas* ou as tampas utilizadas na feitura do *caldo*.⁸ Registou-se, por exemplo, um caso em que dois consumidores assaltaram um nativo não traficante durante a noite. Na manhã seguinte foram localizados e sofreram duras agressões físicas, como retaliação.

À semelhança das fronteiras anteriores, a que é produzida em torno dos consumidores mobiliza também aspectos próximos da condenação dos condenadores e formas de projecção da responsabilidade. Estes elementos são identificáveis em opiniões como a que foi proferida por um homem de 30 anos:

Eles vêm para cá porque querem, depois começam a injectar-se em frente às crianças e largam as seringas infectadas à porta das casas.

Um outro homem culpabiliza também os consumidores:

Eles é que dão fama ao Bairro. No Casal Ventoso há tanta droga como nas Galinbeiras ou na Pedreira dos Hangaros, só que eles lá correm com eles, e aqui não, deixam-nos andar p'raí a cair.

De qualquer forma, o que interessa destacar na relação com os consumidores, ou melhor, com o grupo de consumidores não autóctones que habitam no Bairro é que, mais do que uma fronteira, os habitantes produzem, por relação a estes, uma clivagem representacional que se constitui enquanto diferença de estatuto social. Tal facto remete-nos novamente para a existência de formas internas de estratificação representacional, no interior das quais estes consumidores constituem o estrato mais baixo.

As atitudes dos habitantes em relação a eles são muito ambíguas e oscilam entre dois tipos: as «discriminatórias» e as «compassivas». Atitudes que, embora pareçam paradoxais, têm em comum o facto de se projectarem sobre pessoas que se pensa ocuparem uma situação inferior e que, no movimento da sua projecção, confirmam e produzem essa subalternidade.

Em diversas referências, assistimos à acentuação dos elementos de compaixão. Foi o caso de uma mulher com cerca de 40 anos que referiu:

Às vezes eles vêm assim, coitadinhos, pedir algodão. Há alguns que eu tenho medo. Entrou-me uma vez um em casa... e eu tive muito medo, mas os outros, coitadinhos, muito sujos,

⁸ *Bombas* é o mesmo que seringas. As «tampas» são tampas de garrafas de plástico, utilizadas para preparar o *caldo*. Por sua vez, esta última designação corresponde à mistura injectável.

não têm nada. Eles vêm pedir frutas, às vezes até leite, e eu dou. Tem que ser às escondidas do meu marido, que não concorda nada com isto... uma vez até dei um fato-de-treino.

Uma outra mulher, de 43 anos, que também revela «ter pena», diferenciou os consumidores entre si. Enquanto falava com o investigador, apontava com um dedo, indicando aqueles que designava por *mais finos*:

Olhe aquele, aquele, está ver? Tenho tanta pena dos drogados... famílias finas arruinadas. Alguns drogados trazem os próprios pais para comprarem droga com eles. Ontem estive a falar com a filha de um médico, e era tão bonita, tinha um filho de 7 anos e esteve-me a contar as desgraças da vida dela...

Os comportamentos discriminatórios são também muito frequentes. Alguns são desencadeados colectivamente. Foi o caso da expulsão de muitos consumidores perpetrada por habitantes no início de 1995. Estes encontravam-se acampados em tendas na encosta do Manez e acabaram por se abrigar na encosta de Sete Moinhos, fora da área limítrofe do Bairro. A maior parte dos comportamentos de segregação são realizados por adolescentes, que podem assim, além de tudo, demonstrar o seu carácter destemido e corresponder a um ideal de masculinidade.

Uma caminhada com um adolescente pelo Bairro é suficiente para que várias situações de segregação ou mesmo de agressão ocorram. Por exemplo, um passeio em que o investigador acompanhou dois adolescentes iniciou-se precisamente no local e no momento em que três rapazes acabavam de dismantelar a barraca do *Suíço* com um pedregulho. O *Suíço* é a alcunha de um consumidor, que saltou rapidamente para o exterior com uma expressão assustada. A barraca era constituída por um tapume horizontal que consistia no tecto e que assentava sobre dois conjuntos laterais de tijolos empilhados. Apenas permitia acolher uma pessoa deitada. Num dos lados, pendia um lençol roto, que servia de entrada, e, no outro, erguia-se um pequeno muro preexistente com cerca de 50 cm de altura. A pedra partiu o tapume e este caiu-lhe em cima. Os rapazes correram pelas *Escadinhas da Morte*, no Casal Ventoso de Baixo. H gritava e ria com as mãos na cabeça: *Ih, tá lá gente dentro.*

Foi precisamente com H, de 17 anos, que o passeio fora combinado. O outro rapaz, que nele também participou e que tem a mesma idade, é muito silencioso. Durante todo o passeio permaneceu absorto. Era H quem tomava todas as iniciativas. A caminhada tinha como objectivo deslocarem-se a um ginásio de culturismo que H frequenta no bairro da Cascalleira, próximo do Viaduto Duarte Pacheco, no qual o outro rapaz pretendia inscrever-se.

A maior parte do trajecto incluiu insultos a consumidores. Cinco minutos depois de a caminhada se ter iniciado, já no Casal Ventoso de Cima, cruzaram-se com Z, que vendia drogas. A cerca de 10 metros de distância, um consu-

midor lavava uma seringa esguichando água na direcção contrária àquela onde H e Z se encontravam. Z, que tem a mesma idade de H, gritou: *Ouve lá, o que é essa merda?* Ao que o consumidor referiu: *Fogo, achas que isto te acerta? Estou tão longe.* Embora não estivesse vento, H gritou: *Mas tu não vês que o vento trás isso para aqui, pá? O vento bate na água e isso ainda vem-se entranhar na pele.* O consumidor afastou-se e Z explicou: *Eles não fazem nada a ninguém. Dás-lhe uma pancada na nuca e o gajo fica logo em coma, se não morrer...* O investigador solicitou explicações acerca do golpe e Z forneceu-as: *Um gajo injecta-se no braço, não é? E as veias vêm dar ao cérebro e passam pela nuca e aí tu dás-lhe uma pancada na nuca* (esticou a mão com os dedos unidos). *Fica arrumado.*

H, o outro rapaz e o investigador deslocaram-se então até à Mina⁹ e depois, já na zona exterior, continuaram a caminhar pela encosta de Sete Moinhos, da qual o Casal Ventoso é bem visível. A encosta principia com arbustos e ervas de baixa estatura. Pouco depois, começam a aumentar de tamanho. É nessa altura, e por entre rochedos, que se começam a avistar algumas pessoas que se deslocam cambaleantes. Vê-se uma ou outra escondida nos filamentos de uma rocha ou por detrás dos arbustos mais altos. Algumas dezenas dormem em barracas muito semelhantes à do *Suíço*, outros montam tendas de campismo que geralmente se encontram sobrelotadas. Quando se avistou uma delas, oculta sob o arvoredo, H contou:

Quando era há mais tempo e era chavalinho tomava banho lá em baixo na Mina mais uns amigos. Depois vínhamos para aqui e estendíamos as toalhas de praia na terra do monte e deitávamo-nos aqui a chonar ao sol. Às vezes até adormecíamos.

Na área em volta avolumavam-se diversos tipos de lixo. Quando se aproximaram de uma zona com muitos dejectos humanos, onde o mau cheiro se intensificou, avistaram uma outra tenda a poucos metros. Enquanto o outro rapaz continuava com as mãos enfiadas nos bolsos, H esgueirou-se por trás de um pequeno rochedo, murmurando:

Vês aquela tenda? No outro dia estava lá uma gaja a levar na... Viu-se de noite porque estava lá uma vela e ali mais atrás estava um gajo a cagar.

Já perto do cume da encosta, mas dissimulados pelo rochedo e pela vegetação, cinco consumidores *chutavam* heroína, de cócoras. Podiam ouvir-se os carros que atravessavam a Avenida Duarte Pacheco a alta velocidade. Aquela zona era, no entanto, invisível. H ficou muito excitado, dizendo: *Parece que estão a cagar.*

⁹ Trata-se de uma fonte com a aparência de um pequeno tanque que, para muitos habitantes, consiste num dos limites norte do Bairro, à entrada da Rua do Arco do Carvalhão.

Pegou numa pedra e arremessou-a com força naquela direcção. Os consumidores estavam a cerca de 20 metros. A pedra embateu nos rochedos e caiu no chão. A única mulher que se encontrava entre eles perguntou: *Então isso faz-se? Foste tu que mandaste a pedra? Já viste que me podias ter acertado?* H sorriu enquanto continuava a caminhar na sua direcção até ao cume da encosta: *Eu sabia que não ia acertar. Era só para ameaçar.*

Já no alto da colina, avistava-se em toda a largura a Avenida Duarte Pacheco e, do lado oposto, a ponte de caminho de ferro de Alcântara. Dois consumidores caminhavam ao longo da linha de comboio. Um deles habita numa barraca semelhante à do *Suíço*, constituída por três tapumes. O resto do tempo vive debaixo dessa ponte. Como espólio pessoal possui um cobertor, um par de cada artigo de roupa, umas calças suplementares e uma camisola grossa que dobra e guarda dentro da barraca. Nas noites em que não chove, coloca um par de ténis alinhado no exterior. Possui também um banco, que limpa cuidadosamente quando alguém se quer sentar. Tem 35 anos, não mais de 1,70 m. As barbas e o cabelo atingiram um grande cumprimento. Através deles vislumbram-se apenas os olhos.

Algumas centenas de homens partilham com este a zona árida do Bairro. Ocupam casas em ruína, a ponte do caminho de ferro ou alguns canaviais. Constroem barracas com materiais de desperdício, como tapumes, lençóis rasgados ou bancos partidos, permanecendo nessas habitações durante vários anos. Muitos deles encontram-se dispersos por outras zonas da cidade, geralmente no interior de carros abandonados.

A maioria destas pessoas não detém qualquer património, capital, capacidade reprodutiva e a sua esperança de vida é baixa.

Na verdade, uma grande parte da paisagem desta zona de retaguarda do sistema urbano é constituída por estes consumidores residentes não autóctones, bem como pela expressão visual dos seus modos de subsistência.

Se procurássemos desenvolver a partir de agora uma outra pesquisa, na qual os consumidores de heroína surgissem de uma forma destacada, um bom ponto de partida seria certamente, à semelhança do que procurámos fazer com os habitantes autóctones do Bairro, situá-los no interior do sistema social.

Se assinalámos que, pelo menos antes do tráfico, dificilmente encontraríamos pessoas numa situação mais periférica que os habitantes do Casal Ventoso, registamos agora, em plena década de 90, que os heroínómanos passaram em parte a ocupar essa posição no interior do Bairro. Eles encontram-se, de facto, numa situação de dominação interna, quer em termos económicos (dado que se encontram dependentes da substância comercializada e muitos deles do próprio trabalho enquanto *vigias* ou comerciantes de rua), quer em termos simbólicos, pois os habitantes do Bairro produzem, por relação a eles, formas de estigmatização. Estas últimas coexistem, paradoxalmente, com o

facto de os traficantes necessitarem desses consumidores para obterem rendimentos.

Independentemente do significado que os grupos de heroinómanos atribuem aos seus comportamentos e da eventual satisfação que possam extrair deles, encontram-se tão descapitalizados, tão estigmatizados, tão dependentes de uma substância cara, e do dinheiro para a obter, que as suas condutas são desenvolvidas à margem das formas legítimas de obtenção de rendimentos. Devido a elas, muitos deles serão, com uma grande probabilidade, detidos. Neste sentido, podemos afirmar que, embora sejam menos condenados nas representações colectivas que os traficantes, estes consumidores não ocupam presentemente apenas o lugar simbolicamente mais periférico no interior do Bairro, mas também no interior do sistema urbano. Essa situação acentua-se sobretudo entre aqueles que dispõem de níveis de escolaridade e de horizontes profissionais semelhantes aos que encontrámos entre a própria população autóctone do Casal Ventoso.

Conclusão

Neste capítulo falámos das transformações da comunidade de representações que têm lugar no período do tráfico. Vimos que estas acabam por adaptá-la ao comércio ilegal e às contradições morais que o dificultam.

Sem voltar a referir de forma extensiva elementos que desenvolvemos neste capítulo e que serão aprofundados na «Conclusão», interessa, no entanto, reter três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, estes processos de transformação não ocorrem através da produção de valores alternativos locais, mas a partir de valores globais que são trabalhados e rehierarquizados; em segundo lugar, estes processos são desenvolvidos nas instâncias de negociação e difusão de sentido em que consistem os momentos de interacção; por último, eles não são deliberados, correspondem antes às consequências inadvertidas que resultam do facto de as pessoas procurarem responder, através de práticas e de processos argumentativos, às circunstâncias em que se encontram.

O resultado final destes processos de transformação é a construção de representações e fronteiras que tendem a facilitar o tráfico, pois dão resposta a parte das contradições de que falámos no capítulo 6.

A aceitação, a difusão e a exacerbação da importância de um valor como o *não chibar*, bem como da fronteira erguida por relação às polícias, são factores de facilitação do tráfico particularmente importantes, pois consistem nos mais fortes garantes do secretismo e do cumprimento das regras que lhe subjazem.

Capítulo 10

Conclusão

Procurámos, neste livro, compreender a forma como o bairro do Casal Ventoso e os seus habitantes se encontram integrados no sistema sócio-cultural global e qual o tipo particular de dependência que experimentam por relação a esse sistema. Referimos logo no início que, mais do que um objectivo, tal intento consistiu num imperativo analítico, já que só dessa forma foi possível compreender os aspectos básicos de produção das estruturas internas do Bairro, a construção da comunidade e das identidades pessoais, bem como o próprio mecanismo motivacional que preside à entrada das pessoas no tráfico. É certo que em alguns períodos, e para determinados segmentos internos, produziu-se uma relativa autonomia e fechamento. Todavia, como se depreenderá da leitura da pesquisa, e como decerto sairá reforçado da própria conclusão, essa autonomia e fechamento só podem ser compreendidos enquanto processos.¹

O ponto de partida para entendermos o surgimento do Bairro no interior do sistema urbano nos inícios do século XX passou pela definição da posição dos habitantes no interior da estrutura social. As pessoas que residiam no Casal Ventoso, um local reconhecidamente sem condições de habitabilidade, possuíam uma semelhança fundamental entre si: dispunham de um horizonte ocupacional similar, quer em termos hierárquicos, quer em termos espaciais.

¹ Este pressuposto aproximou-nos das perspectivas de diversas pesquisas que se sucederam aos trabalhos pioneiros de O. Lewis (1961). Referimo-nos às obras fundamentais de H. Lewis (1967), E. Liebow (1967) e U. Hannerz (1969). Por relação a Hannerz, salientamos a conclusão do clássico *Soul Side*, intitulada «Mainstream and ghetto in culture». Embora partilhemos as críticas que muitas destas obras fizeram aos trabalhos de O. Lewis, defendemos que muitas vezes elas foram excessivas. Não apenas porque acreditamos que se verifica uma presença de elementos de «transmissão cultural» na reprodução das condições de pobreza, mas também porque o próprio O. Lewis fizera já referência ao facto de os elementos macroestruturais se encontrarem na base da própria «cultura da pobreza». Como reconheceu o próprio Hannerz (1969, p. 179), a propósito da noção de cultura da pobreza de O. Lewis: «The kind of culture of poverty, according to Lewis is something which occurs particularly in a class-stratified, highly individuated capitalist society with few or none of the characteristics of a welfare state.»

Tratava-se, na sua maior parte, de trabalhadores em sectores periféricos das profissões manuais com uma situação de emprego precário e de baixos rendimentos que desenvolviam as suas actividades no Vale de Alcântara.

Até ao período do tráfico, e com excepção de alguns operários que possuíam officio e para os quais, em muitos casos, o Bairro se apresentou como um local temporário de residência, destacou-se um vasto leque de habitantes que veio habitar no Bairro e que dele não saiu porque não tinha condições financeiras para suportar e manter arrendamentos no exterior. Consistia, pois, num conjunto de trabalhadores que se encontravam numa situação remuneratória precária e particularmente baixa. Para além de terem ficado a residir no Bairro, aí realizaram os seus processos de reprodução.

A estiva, a generalidade das tarefas pesadas das docas, bem como a venda ambulante, são exemplos típicos de ocupações nas quais a maioria dos habitantes se empregaram. Contudo, a principal ocupação até à década de 50, distinguindo claramente o Casal Ventoso de outras zonas habitacionais de classes populares, era a gandaia. Tratava-se de uma verdadeira indústria doméstica de aproveitamento do lixo proveniente das actividades de produção e consumo primordialmente realizadas pelos «outros». De facto, se em todas as zonas de habitação popular esta actividade empregava algumas pessoas, no Casal Ventoso ela generalizou-se, assimilando grande parte das mulheres, crianças e adultos desempregados. Ora, se muitos membros das classes populares se encontravam na periferia do sistema produtivo, aqueles que *andavam à gandaia* encontravam-se, justamente, no limite material e simbólico desse sistema: rejeitados pelo sistema ocupacional, os agregados sobreviviam do «lixo privado».

Até ao período da estiva, alguns agregados do Casal Ventoso ultrapassaram a fronteira das oportunidades legais, começando a desenvolver ocupações ilegais. A maior parte dessas não permitia, contudo, a obtenção de rendimentos substanciais, dado que se situava também na periferia da ilegalidade.

Desta forma, podemos afirmar que as pessoas e agregados do Casal Ventoso ocupavam um leque de ocupações no mais baixo patamar ocupacional, quer legal, quer ilegal. Em todos os casos conhecidos, os rendimentos dessas actividades eram obtidos na situação periclitante de se procurar atingir o limiar da sobrevivência fisiológica, uma *bread-line*,² na qual se incluía também o furto de produtos alimentares. Em suma, sobretudo até ao período da estiva, a maioria dos agregados do Bairro dependia de dispositivos votados à obtenção de plurirrendimentos desenvolvidos no interior de um triângulo de sobrevivência no qual se incluía o trabalho legal desenvolvido nas periferias do sistema produtivo,

² Villaverde Cabral (1977) utiliza o termo para se referir às condições de vida dos operários em «vésperas da República». Trata-se de uma noção bastante expressiva para se compreender a situação da maior parte dos agregados no Casal Ventoso.

as ocupações ilegais (também elas periféricas) e, finalmente, uma recorrência a dispositivos de emergência, dos quais destacamos a penhora, a mendicidade, a compra a fiado e a distribuição da «sopa dos pobres».

A partir do período da estiva, mais exactamente a partir da década de 40, grupos internamente conhecidos pela designação de *famílias* ou de *seitas*, compostos por algumas dezenas de habitantes, foram-se especializando e organizando em torno de actividades ilegais. Soubemos da existência de pelo menos três *seitas*, que se alternaram em termos de supremacia ao longo do tempo. Embora o número de pessoas envolvidas nessas organizações fosse minoritário, elas acabaram por desempenhar um papel importante no surgimento do tráfico.³ O facto de estes grupos de pessoas e de agregados se encontrarem organizados em torno de lideranças centrais, bem como o de conferirem importância aos vínculos que possuíam entre si, permitiu-lhes edificarem uma espécie de microestruturas de oportunidades ilegais. Com excepção dos membros das *seitas* que se autonomizaram por relação à estrutura produtiva, e que provavelmente obtiveram lucros consideráveis, a grande maioria dos habitantes do Casal Ventoso encontrava-se despossada de quaisquer tipos de capitais.⁴

Chegados às vésperas do período do tráfico, ou seja, à primeira metade da década de 80, a relação dos habitantes do Bairro com a estrutura produtiva continua a manter a mesma característica fundamental que se registava nos períodos anteriores: precariedade relativamente ao trabalho e à condição salarial, característica que permanece aliás a mesma para os não traficantes na actualidade.

Procuremos sintetizar de seguida os aspectos que, antes e depois do período do tráfico, estão na base dos estilos de vida centrados no trabalho legal.

Temos a referir que, embora os ideais de «trabalhador honesto» e de «chefe de família» sejam conhecidos, servindo como referência aos homens do Bairro, a relação desses homens com as práticas associadas a esses ideais é muito diversa. De facto, se alguns lhes correspondem com maior intensidade, outros afastam-se muito deles. Esta maior ou menor correspondência não se manifesta, porém, aleatoriamente. Encontra-se, antes, relacionada com diversas condições objectivas. Ora um dos factores que mais contribuem para uma maior correspondência é a qualificação do homem perante o trabalho, sobretudo a posse ou não de um ofício, de uma carteira profissional. Essa condição permite obter oportunidades profissionais menos precárias, melhor remuneradas e, simulta-

³ É possível que algumas pessoas tenham inclusivamente vindo habitar no Bairro por terem ingressado nas *seitas*, embora não tenhamos tido conhecimento de qualquer caso específico.

⁴ Como tem acentuado Pierre Bourdieu, encontrar-se privado quase na totalidade de capital económico, cultural e simbólico significa perder no interior dos diversos campos sociais nos quais os capitais são simultaneamente recursos de poder e a coisa em jogo (Bourdieu, 1987, 1989). Quem se encontra totalmente desprovido de quaisquer capitais tem fortes probabilidades de perder no «jogo social», bem como de reproduzir a sua situação intra e intergeracionalmente.

neamente, ter acesso a profissões às quais é conferido algum prestígio, pelo menos nos meios operários.

Por sua vez, a posse ou não de um ofício afecta também a construção da identidade do homem enquanto chefe de família e, com ela, o próprio funcionamento do agregado. A relação do homem com a estrutura produtiva consiste pois numa dimensão crucial para o desenvolvimento de um determinado estilo de vida por parte do agregado na sua totalidade. Em larga medida, é em torno dela que mais se diferenciam os estilos de vida dos agregados do Bairro antes do tráfico e dos próprios não traficantes no momento presente.

Distinguimos dois estilos de vida que se referem à esmagadora maioria dos agregados: o «estilo de vida estável» e o «estilo de vida instável». No estilo de vida estável encontramos, tendencialmente, um homem que possui um ofício e, com ele, uma maior estabilidade laboral e salarial, que tem mais possibilidades de se autoconfirmar no interior dos ideais do trabalho, da honestidade e do papel de chefe de família. No estilo de vida instável encontramos, por sua vez, a maioria dos agregados do Bairro. São aqueles onde se regista um défice de participação do homem, pelo menos enquanto providenciador de recursos. Grande parte desses homens ausentes não são oficiais. Dispõem antes de um trabalho precário ou, simplesmente, obtêm rendimentos baixos de ocupações várias. Sabendo que a sua situação dificilmente pode melhorar, esses homens não encontram pois, nem no trabalho, nem em casa, mais do que contextos que os confrontam quotidianamente com a ideia de fracasso pessoal e com grandes níveis de ansiedade, ou seja, que os colocam mais intensamente perante a possibilidade de rejeitarem o contexto familiar. Inversamente, eles encontram-se em melhores condições de corresponder a outros tipos de ideais e vivências que também conhecem e que se encontram edificados em torno de um outro papel: o de «homem de rua». É, na verdade, a este papel que se podem conformar com melhores garantias de serem confirmados pelos outros e por si próprios, reduzindo os níveis de ansiedade. O seu investimento na rua pode ser de vários tipos. Pode ser negativo no sentido em que não se produz por relação a um ideal de construção do *self*, mas de «esquecimento de si mesmo», através, por exemplo, do consumo de álcool em grandes quantidades. Pode ainda ser realizado de um modo essencialmente positivo, através de práticas ou ideais tais como o de «estar na paródia» ou o de ser reconhecido por todos como uma «pessoa divertida», desejada nos convívios. O homem da rua distancia-se do trabalho, já que a sua relação com este é preferencialmente a de «não trabalho».

Antes do período do tráfico, estes aspectos adquiriram uma particular relevância no desenvolvimento de actividades ilegais. De facto, a construção do *self* por referência a ideais e oportunidades disponíveis na rua, bem como a ausência de provimento orçamental, faziam com que estes habitantes se envolvessem mais em actividades ilegais do que os homens do estilo de vida estável.

No caso dos agregados que se aproximavam do «estilo de vida ilegal», era já totalmente a partir da rua que os homens adultos assumiam a chefia do seu agregado. Os rendimentos provenientes das ocupações ilegais permitiam-lhes voltar a desempenhar o papel de chefe de família, sendo aceites e reconhecidos como tal pelos restantes membros do agregado. Assim, ao contrário do que se passava no caso dos agregados instáveis, a própria sobrevivência do agregado ficava, em larga medida, dependente da *performance* do chefe de família enquanto homem de rua. No contexto das *seitas*, estes homens apresentavam-se, não simplesmente como mais um homem de rua, mas, por assim dizer, como verdadeiros «imperadores das ruas».

A minoria de agregados do Bairro que compunham as *famílias-seitas* transmitiam o papel de homem de rua aos seus filhos. Alguns deles foram mesmo treinados nos princípios de bravura, coragem, impiedade e uso da violência. Estas organizações socializavam, portanto, os adolescentes e as crianças no interior da sua lógica de funcionamento. Só assim se tornava possível manterem-se operacionais enquanto microestruturas de oportunidades ilegais.

Por conseguinte, defendemos que os processos de reprodução social no Bairro antes do advento do tráfico devem ser entendidos a partir da seguinte perspectiva: ao mesmo tempo que conhecem os ideais e papéis contraditórios existentes no Bairro, as crianças e adolescentes obtêm competências e recursos objectivos que influem determinantemente nas condições de que dispõem para realizar cada um deles.

Globalmente, e com raras excepções que foram registadas em agregados que se aproximavam do estilo de vida estável, as condições em que a reprodução social se realizou acabou por deixar a geração seguinte na mesma posição estrutural em que se encontrara a geração antecedente, confrontando-se dessa forma com os mesmos dilemas, opções e soluções. Neste sentido, as condições tendenciais para as pessoas formarem e virem a fazer parte de um agregado com um estilo de vida semelhante àquele que tinham abandonado eram muito acentuadas.⁵

Procurando ilustrar com mais detalhe esta ideia, podemos afirmar que, a partir do momento em que a pessoa deixa o seu agregado e constrói outro, vê-se confrontada com: *a)* um conjunto de ideais contraditórios que conhece; *b)* um conjunto de oportunidades existentes; e *c)* um conjunto de oportunidades que se encontram bloqueadas, quer porque não tem possibilidades

⁵ Esta conclusão acaba por entroncar na tendência de carácter geral assinalada por Ferreira de Almeida *et al.* (1992, p. 77): «A convergência de múltiplos factores de exclusão torna não só difícil a fuga, mesmo a longo prazo, à pobreza, como cria grandes probabilidades desta se reproduzir geracionalmente, quer dentro da própria categoria, quer estabelecendo fluxos com as categorias dos desempregados, dos jovens de baixas qualificações à procura de primeiro emprego, ou dos assalariados de baixos rendimentos.»

objectivas de as alcançar, quer porque não domina os *enjeux* necessários para as accionar.⁶

Na verdade, durante a pesquisa confrontámo-nos com pessoas que, valorizando ideais dominantes tais como, por exemplo, o de trabalhador ou o de chefe de família, conhecem e interiorizam uma miríade de outros ideais possíveis. Desta forma, elas constroem tendencialmente as suas vivências, correspondendo aos poucos ideais que lhes são acessíveis ou, alternativamente, adoptando estratégias que lhes permitem, pelo menos, corresponder a alguns dos ideais centrais. É neste contexto que devemos entender a construção da identidade de homem de rua e a própria existência de um contexto de socialização deste tipo no qual os homens permanecem na idade adulta. Como refere Liebow (1967, p. 222):

[...] the street corner man does not appear as a carrier of an independent cultural tradition. His behavior appears not so much as a way of realizing the distinctive goals and values of his own subculture, or of conforming to its models, but rather his way of trying to achieve many of the goals and values of the larger society, of failing to do this and of concealing his failure from others and from himself as best he can.

Defendemos pois que seria analiticamente simplista tentar explicar fenómenos como o «não trabalho», a desarticulação do agregado e o desenvolvimento de práticas ilegais, a partir de teses que exacerbassem a presença de conjuntos de ideais e valores desviantes que as pessoas aprenderam e interiorizaram enquanto adolescentes. Ao longo do processo de socialização, ideais como o de «escolarização» ou de «obtenção de um ofício» não se encontram ausentes. Além disso, o que se torna igualmente importante assinalar é a presença de constrangimentos financeiros, a ausência ou desconhecimento de estratégias, as clivagens entre as competências disponíveis e os saberes escolares exigidos.

⁶ Hannerz (1969) discute a noção de «cultura da pobreza» de O. Lewis (1961). Concordamos amplamente com a sua crítica quando refere que a noção de «cultura da pobreza», enquanto *a whole way of life*, não distingue claramente entre cultura e meio, entre causas e consequências, dificultando em muito a realização de uma análise dinâmica: «The holistic culture concept has a long venerable tradition in anthropology, of course, but as a tool of dynamic analysis it is of very limited utility» (1969, pp. 179-180). A ideia de que a cultura da pobreza é parte de uma herança cultural e que ela se causa a si mesma tem alguns elementos correctos, todavia, a tendência para interpretar «ideas as the culture of poverty and cultural deprivation so as to imply that the way of life of the poor is self-perpetuating, there has obviously been a new need for analyses showing both how opportunities taken for granted by the majority are blocked to the poor and how the modes of action of the poor in many cases are realistic adaptations or at least understandable reactions to the particular situations they are in» (Hannerz, 1969, p. 181). Podem reconhecer-se tipos de comportamento recorrentes em contextos de pobreza, como, por exemplo, relações informais entre vizinhos, alta incidência de alcoolismo, o uso da violência, uniões consensuais, exacerbação da masculinidade, etc.

Em suma, as incapacidades e falhanços acumulados não permitem propriamente a realização de parte dos desejos que as pessoas formulam para si mesmas e dos ideais que conhecem.

Creemos que este tipo de perspectiva permite a realização de uma análise dinâmica que possui duas vantagens. Em primeiro lugar, permite pensar a pessoa no Casal Ventoso, não como um produto finalizado, mas como um projecto reflexivo. Se se relaciona com ideais e com aspirações transmitidas no processo de socialização, tais ideais não são homogeneamente partilhados no interior do Bairro. Não são também unívocos nem deterministas. São antes desigualmente assimilados, multirreferenciais, concorrentes e contraditórios. Em segundo lugar, chamamos a atenção para a situação contextual em que os sujeitos se encontram; uma situação que possui oportunidades e constrangimentos estruturais que afectam profundamente a possibilidade de se realizarem os ideais e vivências difundidos.

A problemática da escolarização não foi abordada em profundidade nesta pesquisa. Ficou todavia claro que, para além da baixa qualificação profissional, um dos factores conducentes à manutenção intergeracional dos habitantes do Casal Ventoso na mesma posição estrutural é o abandono escolar precoce. Mesmo nas duas últimas décadas, o número de pessoas que concluíram a escolaridade obrigatória é residual no Casal Ventoso. Uma larga maioria abandonou a instituição quando concluiu a 4.^a classe, ou mesmo antes. Só uma minoria ultrapassou a fasquia do ciclo preparatório e os que prosseguiram para níveis superiores são em número muito reduzido.

A escola é hoje um dos principais canais de mobilidade, reconhecimento social e obtenção de auto-estima. Para além da tendencial melhoria das condições e rendimentos do trabalho, quem continua na escola e obtém títulos escolares pode investir em ideais tais como o de «subir na vida», «ser ou ter sido um bom estudante», ou «ser inteligente e culto». O abandono escolar precoce é responsável, portanto, pela manutenção de múltiplos bloqueamentos de oportunidades. Sem a escolaridade obrigatória, não se pode aspirar a uma profissão prestigianete, exceptuando alguns dos casos em que se possui um ofício. As informações obtidas acerca desta questão aproximam-se muito dos resultados conseguidos noutros estudos realizados em bairros de classes populares.⁷

À semelhança da perspectiva que defendemos há pouco, para se compreender uma questão tão ampla e multivariada como é a do abandono escolar precoce, uma ideia vaga de transmissão e inculcação cultural é insuficiente. É necessário, sim, proceder-se a uma análise dinâmica que evite o enfoque excessivo em aspectos particulares, tais como o da ausência de uma ideia de «gratificação diferida» ou a ausência de aspirações e disposições escolares. De facto,

⁷ V. L. Soczka e P. Machado (1990) acerca da Musgueira. Consultar também S. Grácio e S. Miranda (1977) ou A. Benavente e A. Pinto Correia (1981).

embora entre as crianças do Bairro possa registar-se um défice de disposições escolares, essas não se confrontam apenas com défices desse tipo, mas também com um desconhecimento do funcionamento da instituição, com a ausência de competências (próprias e dos seus familiares) e com as reduzidas esperanças subjectivas de alguma vez as poderem vir a alcançar.⁸

Assim, embora os ideais da escolaridade estejam menos difundidos no Bairro que noutras regiões, os aspectos acima referidos são também eles reforçados e confirmados pelos falhanços e humilhações sucessivas que os jovens do Bairro vão experimentando ao longo da sua trajectória escolar. Para além disso, a ideia de incompetência e a noção de *handicap* cultural destas crianças e adolescentes são fortemente interiorizadas pelos agentes educativos. Um qualquer falhanço (avaliativo ou de conduta) funciona geralmente como confirmação da representação prévia destes jovens como «previsíveis falhados».

Paralelamente a estes cenários escolares, as crianças e os adolescentes possuem como alternativa o grupo de amigos, no qual são raros os frequentadores da escola. Este confronta-os com as «aliciantes» possibilidades que uma infância ou uma adolescência sem escola deixam em aberto. Possibilidades essas que não são apenas as de «brincar», mas também as de ganhar dinheiro (para si ou para o agregado), pois já o facto de deixarem de ser um encargo financeiro é em si importante.

A decisão de abandono, mesmo antes da conclusão do «ensino obrigatório» (ou seja quando a criança tem entre os 10 e os 12 anos), é sentida com maior ou menor dramatismo e muitas vezes secundada por diversos argumentos. O mais habitual é o de que, um dia, se irá estudar à noite.

Na medida em que são os progenitores que detêm, em exclusivo, a incumbência de organizarem o processo de escolarização dos seus filhos e que o Estado ou outras organizações exteriores não usam no Bairro quaisquer estratégias de persuasão ou de pressão para o cumprimento da «escolaridade obrigatória», nem lhes apresentam alternativas curriculares adaptadas ao seu tipo de competências, são também os progenitores os responsáveis centrais pelo abandono escolar precoce no Casal Ventoso. Em primeiro lugar, e a montante, porque

⁸ A literatura sociológica sobre esta temática é muito vasta. Como refere Villaverde Cabral (1983, p. 68): «São afinal coisas sabidas e é quase inútil insistir numa constatação universal, segundo a qual os filhos das famílias trabalhadoras, particularmente das famílias operárias, têm em geral menos êxito na escola do que os filhos das classes médias altas. São igualmente conhecidas algumas razões disso: qualquer que seja a terminologia, a transmissão do saber obedece sempre a 'códigos restritos', para empregar o vocábulo de Bernstein.» Bourdieu e Passeron (1978) identificam também o aparelho escolar como reproduzidor das relações de produção, dado que os filhos das classes operárias partem com um «*handicap* cultural». Numa obra do mesmo ano, K. Roberts (1978) refere: «There is no dispute that children measured intelligence correlates positively with social class» (p. 107); «Children from the lower classes learn fewer words, cannot express themselves as well and this causes the development of their intelligence to lag behind [...]» (p. 117).

são os principais responsáveis pela não inculcação de disposições e competências escolares adaptadas ao sistema educativo. Em segundo lugar, porque no momento em que a criança ou o adolescente, geralmente com idade inferior a 12 anos, revelam vontade de abandonar a escola (o que, na maior parte dos casos, ocorre no final da instrução primária) não geram uma pressão suficiente para a continuidade nem desenvolvem estratégias com essa finalidade.

É interessante registar que as justificações apresentadas pelos progenitores para o abandono dos filhos coincidem geralmente com as justificações destes últimos. A mais habitual é a de que *não têm cabeça para a escola*. Esta convicção é confirmada pelos desaires escolares e pela vontade de desistência afirmada pela própria criança. De qualquer forma, o desconhecimento dos *enjeux* do funcionamento do sistema educativo, o insucesso repetido, a vontade ou necessidade de que o filho participe na obtenção de rendimentos, ou, pelo menos, a vontade de que este não se converta em despesa para o agregado, são os factores mais importantes. O abandono escolar pode ser sentido com maior ou menor dramatismo por parte dos pais. Alguns ainda explicam aos filhos que seria importante prosseguirem a escolarização. Contudo, essa referência resume-se ao que tanto pais como filhos designam por *conselho*. Raramente esse *conselho* é dado mais que uma vez.

Através da história do Bairro, tal como aqui a traçámos, a população manteve-se no mesmo contexto de baixa ou quase nula qualificação profissional, com níveis de escolaridade muito baixos e, correlativamente, com uma condição precária e de baixa remuneração perante o trabalho. Isto apesar das diferenciações internas mencionadas.

Após o período de generalização do narcotráfico, em finais da década de 80 e inícios de 90, a situação financeira alterou-se para muitos agregados que traficavam há mais tempo ou que dispunham de uma melhor posição no comércio. Alguns deles iniciaram, inclusivamente, um processo de acumulação de capital económico, tendo procedido a investimentos legais dos quais poderão vir a obter dividendos no futuro. De qualquer forma, grande parte dos agregados do Bairro não realizaram, até agora, consideráveis acumulações de capital. Para além, naturalmente, dos não traficantes, encontramos também nesta situação uma série de pessoas associadas ao tráfico. Entre estes, destacamos: os que se encontram envolvidos nesta actividade há pouco tempo; os que adquiriram património, como casa ou carro, ou realizaram obras de melhoramento na habitação, não tendo ficado depois disso com muito dinheiro disponível, apesar de terem passado a dispor de uma maior quantidade de bens patrimoniais; os que são detidos pouco tempo depois de se envolverem na actividade, despendendo o seu dinheiro com advogados antes de terem obtido lucros consideráveis; e, finalmente, os consumidores-traficantes ou aqueles que possuem membros consumidores no agregado.

Se é bem possível que a posição na estrutura social dos traficantes que acumularam capital económico se venha a alterar,⁹ não tivemos, porém, conhecimento de casos claros de reinvestimento de capital na educação dos filhos e muito menos de nobilitação social. Por conseguinte, a hipótese aqui defendida é a de que, mesmo os traficantes que têm obtido lucros consideráveis permanecem numa situação precária e periférica por relação aos canais legítimos de obtenção de capitais.

Se nos centrarmos precisamente na problemática do investimento escolar, quer dos filhos dos traficantes, quer dos não traficantes, veremos que continua a ser muito baixo o número de adolescentes do Casal Ventoso que, em plena década de 90, completam a escolaridade obrigatória ou mesmo o ciclo preparatório.

É, por agora, muito difícil e prematuro avaliar as relações que o narcotráfico estabelece com o processo de abandono ou de continuidade dos adolescentes na escola. Dos dados recolhidos, as hipóteses apontam em direcções opostas. Se, por um lado, é possível presumir que o aumento de rendimentos dos agregados encaminhe mais crianças para a escola, é também muito possível que as oportunidades de realização de dinheiro que se deparam aos agregados, e aos próprios adolescentes, compitam com os «tempos» e com as já baixas expectativas escolares. As oportunidades de incremento de capitais suscitadas pelo tráfico poderão ainda reforçar um novo argumento que se encontra muito difundido entre os adolescentes do Bairro: nele se defende que a escolarização conduz presumivelmente ao desemprego e que representa, portanto, uma «perda de tempo».

Se nos concentrarmos, por sua vez, no mercado de trabalho legal, é muito possível que a situação dos adolescentes sem escolaridade se tenha vindo, inclusivamente, a deteriorar, comparativamente à que os seus pais experimentaram em décadas anteriores. Isto acontece porque, actualmente, sem a obtenção do patamar da escolaridade obrigatória não se podem obter certificados profissionais, frequentar os cursos do Instituto do Emprego ou as escolas profissionais. Sem formação e enquanto mão-de-obra indiferenciada, as oportunidades de obtenção de trabalho são crescentemente reduzidas, dado que as actividades destinadas a trabalhadores não especializados, como é o caso da estiva ou da gandaia, se tomam cada vez menores. Tal acontece, paradoxalmente, num momento em que, de forma inversa, as aspirações de obtenção de dinheiro e de bens de consumo aumentaram muito, tanto a nível nacional como, certamente, no interior do Casal Ventoso.¹⁰

⁹ P. Sorokin (1964) já tinha assinalado as «organizações produtoras de fortuna» como um canal de mobilidade social.

¹⁰ Como refere Giddens em *The Class Structure of the Advanced Societies* (1979), as oportunidades de mobilidade intergeracional ascendente da classe operária concentram-se na categoria dos trabalhadores manuais qualificados. Em *Sociology* (1993 [1991]) afirma, por sua vez, que as oportunidades de emprego para os trabalhadores não qualificados se deterioraram consideravelmente.

É compreensível que se registre alguma curiosidade por saber quais seriam as consequências que uma supressão da actividade de tráfico viria a ter para os agregados que dela se encontram dependentes. Contudo, é também evidente que a resposta a esta questão terá de ser dada tomando em conta a existência de uma multiplicidade de situações. No entanto, quaisquer que elas sejam, deveremos sempre partir de um pressuposto geral: as condições estruturais perante o trabalho legal não se alteraram na década de 90 por relação ao período anterior ao tráfico. Ou seja, os agregados que não acumularam, até ao momento, capital económico encontram-se numa situação semelhante àquela em que estavam antes de o tráfico se ter iniciado. Assim, é muito provável que os traficantes comesçassem a desenvolver os estilos de vida dos não traficantes, que, como referimos ao longo da pesquisa, são os mesmos que a generalidade dos habitantes desenvolviam já antes de o tráfico ter surgido. As excepções encontramos-as, em primeiro lugar, entre aqueles que, possuindo capitais acumulados, saberão utilizar como fundo de maneo em investimentos rentáveis ou na mobilidade social intergeracional. Em segundo lugar, naqueles que dispõem de condições para continuarem a traficar noutros locais.

Antes de iniciarmos uma nova etapa das conclusões, concentremos por momentos a nossa atenção sobre a mobilidade espacial intergeracional registada entre os habitantes do Casal Ventoso.

Concluimos antes de tudo que ela é baixa. Os segmentos da população mais envelhecidos do Bairro são, em grande parte, os mesmos que se tinham para aqui deslocado nas primeiras décadas do século e que a maioria da população é sua descendente em terceira ou quarta geração. Somos portanto obrigados a presumir que uma parte dos camponeses desenraizados e dos subproletários que aportaram a Lisboa nos inícios do século, bem como os seus descendentes, podem ser encontrados nesta zona do Vale de Alcântara. Este facto converte o Casal Ventoso num espaço privilegiado e incontornável para a história do subproletariado de Lisboa desde o início do século xx à actualidade. O que é particularmente importante de um ponto de vista histórico e sociológico, considerando que, como assinala Villaverde Cabral (1983), este subproletariado sofreu um processo de fragmentação que o torna muito difícil de localizar, devido à ultrapassagem das conjunturas e aos processos de recomposição social.

O tráfico de heroína e de cocaína começou a ser desenvolvido no início da década de 80 por um reduzido número de pessoas que desenvolviam já outras actividades ilegais, sobretudo pelos líderes das *famílias*. Nesse sentido, podemos considerá-lo uma inovação, introduzida por alguns protagonistas. A partir desse momento, passaram a deslocar-se ao Bairro centenas de consumidores e um mercado ilegal de estupefacientes foi progressivamente instalado no seu interior. O Casal Ventoso converteu-se, por assim dizer, numas «traseiras da cidade»

onde é possível, com relativa imunidade, desenvolver duas práticas ilegais: consumir (comprar e administrar) e vender drogas.

Para além da existência de uma oferta e de uma procura, desenvolveram-se múltiplos processos de fornecimento, circulação e vigilância, bem como técnicas de transformação das substâncias comercializadas. Criou-se, pois, uma estrutura de oportunidades ilegais. Ao longo da década de 80, esta encontrava-se limitada a um escasso número de pessoas e agregados. Já em inícios da década de 90, porém, sofreu um grande impulso, devido ao crescimento do consumo e a uma reorganização do comércio que permitiu a um maior número de habitantes aproximarem-se das fontes de abastecimento. Qualquer uma destas condições provocou o surgimento de mais organizações e ofereceu um crescente número de oportunidades de entrar na estrutura aos que o desejavam. Uma estrutura de oportunidades ilegais é, aliás, isso mesmo: uma estrutura que possibilita o desenvolvimento da actividade em termos práticos e que, simultaneamente, permite a entrada de muitas das pessoas que o desejem.

A construção desta estrutura criou condições para que muitas pessoas e agregados do Bairro ficassem economicamente dependentes de um circuito ilegal de consumidores e fornecedores, tornando-se menos dependentes das oportunidades legais, bem como de outros tipos de actividades ilegais que uma minoria desenvolvia anteriormente. Por relação a esta nova actividade, formaram-se duas categorias de pessoas e agregados, que são, no entanto, internamente heterogéneas: a dos traficantes e a dos não traficantes.

Muitos habitantes do Casal Ventoso autonomizaram-se por relação ao mercado de trabalho, ficando sujeitos, como, aliás, a totalidade do próprio Bairro, a processos de «dominação física» e «simbólica» por parte do Estado, dos *media* e da sociedade global. Estes processos de dominação são hoje mais intensos do que os registados em décadas anteriores, funcionando mesmo como uma espécie de correlato da crescente autonomia económica. Os principais exemplos de dominação física são, naturalmente, as intervenções dos agentes policiais que executam rusgas e a detenção e aprisionamento de pessoas. A dominação simbólica é legível nas múltiplas formas de estigmatização do Bairro discerníveis a nível global, que converteram o Casal Ventoso, através dos *mass media*, num símbolo do mal e os traficantes nos seus principais arautos.

Descortinámos, contudo, outro tipo de dominação, cuja natureza se torna mais inteligível pela utilização do termo «hegemonia»: o discurso de condenação do tráfico é interiorizado no interior do Bairro e no interior do próprio processo de construção do *self* dos seus habitantes». ¹¹ Isto acontece porque não

¹¹ Pina Cabral (1994) refere a «hegemonia» como um tipo de dominação em que «the dominated participates in his own domination» (p. 5). Noutra momento, refere, porém, que «it must be understood that the smothering imposed by hegemony is only relative» (p. 11).

existem nem «contravalores», nem «contra-representações», ou seja, porque não existe um aparelho simbólico autónomo e alternativo em defesa da actividade de tráfico. De facto, muitos traficantes internalizam, naturalizam e reproduzem o mundo e a ordem social que condena o tráfico, sobretudo nos momentos em que são confrontados com situações que lhes recordam que esta actividade representa uma forma extrema de «inferioridade moral». Assim, embora as pessoas procurem não ir presas, estão geralmente prontas a reconhecer que o Estado tem o direito de as prender.¹²

Em nossa opinião, o processo de socialização por relação às normas e aos valores no Casal Ventoso não é incompleto, nem necessariamente débil. Não se realiza sequer por relação a valores diferentes dos dominantes ou contra estes.¹³ A dominação simbólica, que consiste na interiorização da ideia de condenação e inferioridade da actividade de tráfico, continua a existir, impedindo, só por si, algumas pessoas de quererem participar na estrutura ilegal.

Somos então obrigados a formular a seguinte questão: como pode manter-se no Bairro uma estrutura de oportunidades ilegítimas, apesar de os participantes terem interiorizado a ideia de que o tráfico é um acto que revela «inferioridade moral», que é condenável e que deve ser sancionado? Que nos terá ensinado esta pesquisa relativamente ao facto de os não traficantes não denunciarem os traficantes, de se proceder a um fechamento do Bairro por relação aos agentes policiais, ou mesmo de se desenvolverem técnicas de defesa colectivas? Em suma, como se constrói uma comunidade adaptada ao tráfico num contexto de dominação simbólica?

Para podermos responder a estas questões, somos obrigados a ter presentes duas ideias: por um lado, sendo os valores antitráfico interiorizados, eles não são os únicos valores centrais existentes no interior do Casal Ventoso; por outro lado, não anulam a possibilidade de se construírem representações internas com base noutros valores igualmente centrais, que identificaremos um pouco mais à frente. Não colocando os valores antitráfico em causa, nem se projectando

¹² Esta concepção de dominação como «naturalização do mundo social» está presente em M. Mann (1986), F. Chazel (1983), Foucault (1984) ou, mesmo, em Bourdieu (1987, 1989 [1984]). Este último, na tradição weberiana, refere-se inclusivamente à noção de *violência simbólica legítima*, referindo-se ao Estado como detentor desse monopólio (Bourdieu, 1989). Contudo, o que está em causa neste caso é a distinção entre a noção de dominação como «naturalização do mundo social» (ou seja, a interiorização dos «comportamentos legítimos» e das próprias noções de «ilegitimidade») e a participação nessa ordem reconhecida. A nossa posição é a de que deveremos distinguir com mais rigor a «interiorização da validade e da legitimidade da dominação» e o desenvolvimento dos «comportamentos legítimos». Na verdade, a «normatividade central» pode ser interiorizada e os comportamentos ilegítimos continuarem a ser realizados.

¹³ Esta concepção é, em certa medida, contrária à do «desvio» em Parsons: «Parsons regarded the process of socialization to values and norms incomplete. This incomplete process could result in the phenomenon of deviance, when individuals take on behaviours and outlooks that are at odds with the dominant cultural orientations of society.» (Smelser, 1992, p. 8.)

directamente contra eles, essas representações tendem a atenuar os efeitos de dominação. Tais representações são, essencialmente, de dois tipos: ou se centram na ideia de que os habitantes do Bairro possuem vínculos e obrigações prioritárias entre si, ou sobre a convicção de que existem certas entidades por relação às quais se devem construir fronteiras colectivas.

Identificámos já anteriormente o processo de produção argumentativa que se encontra na base dessas representações: trata-se essencialmente de colocar entre os dois tipos de valores a proposição «mas». Em primeiro lugar, surge o valor que afirma a «inferioridade do tráfico» e, imediatamente a seguir, os vínculos e condenações reconhecidos e confirmados no Bairro. Por exemplo, numa situação de detenção, ouvem-se pessoas argumentar, utilizando dispositivos engenhosos, que «não consideram que é errado aprisionarem-nas, *mas* que mais errado é serem levadas por determinados agentes policiais que são considerados imorais», «serem detidas, enquanto outras que elas entendem terem responsabilidades acrescidas na actividade de tráfico permanecem livres», ou «irem presas em virtude de terem sido *chibadas* por algum *filho do Bairro*». Neste último caso, elas consideram que «é grave traficar, *mas* que é bem mais grave ser denunciado por uma pessoa com a qual pensam possuir vínculos e obrigações».

Estes são apenas alguns exemplos entre as múltiplas possibilidades de combinação e retrabalho de valores e argumentos que encontrámos. Eles permitem-nos compreender como é que os habitantes do Casal Ventoso podem elaborar formas de argumentação que facilitam a construção da comunidade em torno do tráfico, mesmo não possuindo um défice de socialização perante os valores centrais, nem sequer valores de referência alternativos. De facto, nestes processos argumentativos apenas se contrapõem valores centrais como «não traficar» a outros valores centrais, tais como «não denunciar uma pessoa com a qual se acredita possuir vínculos prioritários», «ter coragem» ou ainda a ideias que se encontram muito difundidas em toda a sociedade, como, por exemplo, «ser-se contra jornalistas» ou «contra agentes policiais corruptos». As representações colectivas que emergem destes procedimentos argumentativos são suficientes para se estabelecerem condições básicas para o desenvolvimento da actividade, apesar de existir um quadro de dominação simbólica interiorizado.

Esta forma engenhosa de retrabalhar os valores e as atitudes não é iniciada sempre de novo por pessoas isoladas. Ela só é possível porque se converte num património representacional colectivo que se encontra disponível no Casal Ventoso, que faz sentido, e que é utilizado e compreendido, quer pelas pessoas que estão, quer pelas que não estão envolvidas na estrutura ilegal de oportunidades. Tal património consiste, pois, numa parte importante da comunidade de representações existente no Bairro.

Como vimos, a comunidade de representações é preexistente ao tráfico. É o facto de as pessoas entenderem possuir direitos e obrigações entre si que

lhes permite produzir determinadas práticas colectivas das quais destacamos a vigilância e o *dar à fuga*. Por sua vez, é com base nas interações que têm lugar no decurso dessas práticas que as representações e argumentos são construídos e difundidos de uma forma que facilita a actividade ilegal colectiva, no presente contexto de dominação.¹⁴ Uma parte considerável desse processo de construção comunitária e a sua adaptação às novas circunstâncias são inadvertidamente realizadas pelas pessoas envolvidas. Como refere M. Foucault,¹⁵ de uma forma muito ilustrativa:

People know what they do; they frequently know why they do what they do; but what they don't know is what they do does.¹⁶

Chegados ao *terminus* da conclusão, cremos que o processo de construção comunitária ficou suficientemente ilustrado. No entanto, parece-nos importante, para finalizar, apresentar uma síntese das características fundamentais da comunidade de representações que foi progressivamente construída a par da actividade de narcotráfico, facilitando o funcionamento desta enquanto actividade colectiva:

- 1 – Os elementos representacionais que facilitam o tráfico não só se encontram dependentes do processo central de produção da cultura como

¹⁴ «As representações sociais são um produto das interações e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, reflectindo a situação desse grupo, os seus projectos, problemas e estratégias. Este [...] critério põe assim em evidência os fenómenos de constituição social das representações, e entende-os como resultado da actividade cognitiva e simbólica de um grupo social.» (J. Vala, 1993a, p. 357). Num texto mais recente, o mesmo autor refere-se às representações como consistindo em verdadeiras «teorias práticas» e «teorias sociais» (1993b, p. 913): «[...] as representações sociais não são meros enunciados sobre a realidade, mas teorias sociais práticas sobre objectos relevantes na vida dos grupos. Enquanto teorias, são organizações de crenças, atitudes e explicações; enquanto teorias práticas, são organizadoras da acção; enquanto teorias sociais, são produzidas no quadro das comunicações quotidianas suscitadas pelas identidades sociais.»

¹⁵ Citado por Ortner (Ortner, 1984, p. 157).

¹⁶ Acerca dos resultados e consequências das práticas, nomeadamente do *dar à fuga* e da multiplicidade de práticas de interacção que ocorrem no interior do Casal Ventoso, as nossas conclusões aproximam-nos da perspectiva de Ortner (1984, p. 157): [...] That although actors intentions are accorded central place in the model, yet major social change does not for the most part come about as an *intended* consequence of action. Change is largely a *by-product*, an *unintended* consequence of action.» De resto, como se depreenderá de uma leitura atenta dos últimos dois capítulos desta pesquisa e da própria conclusão, o nosso posicionamento teórico é, em larga medida, próximo das «practice theories» que procuram relacionar termos como: prática, *praxis*, acção, interacção, actividade, experiência, *performance* com agente, actor, pessoa, *self*, sujeito. A propósito deste paradigma, refere de novo Ortner (1984, p. 146): «The newer practice theorists, share a view that 'the system' [...] does in fact have very powerful, even 'determining', effect upon human action and interaction is thus not a matter of denying or minimizing this point but expresses rather an urgent need to understand where 'the system' comes from – how it's produced and re-produced, and how it may have changed in the past or be changed in the future.»

se encontram integrados nesse sistema. Isso acontece por três tipos de razões:

- a) Em primeiro lugar, porque o valor central de condenação do tráfico é mais forte;
 - b) Em segundo lugar, porque as representações que lhe servem de atenuante são produzidas a partir de um trabalho engenhoso de hierarquização de valores centrais e não com base em valores alternativos;
 - c) Em terceiro lugar, porque essas representações são inteligíveis para pessoas que vivem fora do Bairro. Em alguns casos, elas são aí utilizadas de forma semelhante ao que se passa no seu interior, mesmo por pessoas que nunca estiveram sequer envolvidas em actividades ilegais. O valor «não denunciar» é especialmente valorizado no exterior quando aquele que quebrou uma norma é, por exemplo, da família. Por seu lado, as representações negativas acerca de agentes policiais, de consumidores de droga ou de jornalistas são muito acentuadas em diversas situações.
- 2 – As representações que facilitam o tráfico não possuem um estatuto indiscutível no interior do Bairro, nem são interiorizadas e partilhadas por todos os habitantes de forma semelhante. Como vimos, muitos deles opõem-se, limitando-se pura e simplesmente a não as aceitar. Certos habitantes não defendem, por exemplo, que se deva proteger um *filho do Bairro no dar à fuga* e não partilham as mesmas representações acerca dos agentes policiais. O valor que parece gerar um consenso mais abrangente é o de *não chibar um filho do Bairro*. A sua aceitação é, todavia, suficiente para que o risco da actividade se atenuar consideravelmente.
 - 3 – As representações facilitadoras do tráfico possuem algum carácter socializador, na medida em que são difundidas e interiorizadas. Todavia, elas são construídas, discutidas e modificadas quotidiana e colectivamente.
 - 4 – O conjunto de representações não é algo que possibilite ou que procure legitimar o tráfico através de um conjunto de proposições sistemáticas. Não consiste, portanto, num texto elaborado e organizado como se se tratasse de uma teoria social e moral. Por vezes, os valores mobilizados são, eles próprios, contraditórios. Viu-se, por exemplo, que podem ser utilizados simultaneamente argumentos de solidariedade interna (como por exemplo *não chibar*) e argumentos de autonomia e de privacidade (como o de *não ter nada a ver com o que se passa na vida dos outros*). Não é, portanto, necessário que os argumentos sejam coerente e sistematicamente adoptados. É simplesmente necessário que eles façam sentido para aquele que os ouve e para aquele que os diz.

Capítulo 11

Do interior da cidade para a teoria sociológica: perguntas e respostas acerca do Casal Ventoso

Este capítulo tem como objectivo responder a duas questões.

Primeira questão: como se poderá conceber que, sem se criarem valores alternativos e sem se produzirem contravalores, se construa uma comunidade de representações que facilita o tráfico? Trata-se de uma interrogação que esteve sempre presente nos últimos capítulos e que foi inclusivamente abordada na «Conclusão» (capítulo 10). Parte da resposta já foi, por isso mesmo, esboçada. Trata-se agora de lhe conferir maior profundidade analítica.

A segunda questão que ficou por responder é a seguinte: porque traficam os habitantes do Casal Ventoso, sabendo-se que os valores de condenação do tráfico circulam no Bairro e que muitos traficantes afirmam inclusivamente discordar e condenar a actividade?

Para respondermos à primeira interrogação, seremos obrigados a propor uma perspectiva alternativa às que utilizam o conceito de subcultura delincente. A resposta à segunda questão passa essencialmente pela rejeição das concepções de sujeito unitário.

Uma alternativa à concepção de subcultura delincente

De um ponto de vista analítico, a resposta à primeira questão depende da discussão do próprio conceito de «cultura». Justamente, só poderemos identificá-la se não concebermos a cultura como uma reificação: como algo que existe por si, autonomamente da prática e da reflexão dos sujeitos, emergindo como um corpo sistemático e não contraditório por relação ao qual eles conformam a sua consciência. De facto, as concepções reificadas de cultura são frequentemente utilizadas, quer para se pensar o complexo cultural como uma coisa glo-

bal (como um único corpo), quer como um conjunto de complexos separados. Neste último caso, encontrar-nos-íamos perante culturas autónomas produzidas por oposição ou por referência a um corpo cultural central e por vezes claramente delimitadas espacialmente. Utilizando estas concepções seria, pois, possível chamar cultura a tudo e encontrar «culturas diferentes» em todo o lado. As pessoas, por seu lado, conformar-se-iam ou à cultura global ou a uma cultura local isolacionista e, no caso do Bairro, isoladamente desviante. Os habitantes seriam analiticamente concebidos como instâncias unireferenciais, socializadas com base em princípios sistemáticos e não contraditórios. Nesse sentido, poderia deduzir-se que, alternativamente, eles experimentariam um défice de socialização; que se encontrariam numa situação dúbia ou contraditória por relação a essa cultura ou, simplesmente, que seriam anómicos. Ora, nenhum destes argumentos se revela satisfatório.

Pelo contrário, propomos que a melhor forma de se compreender a produção cultural no Casal Ventoso passa pela constatação de que se sobrepõem quatro instâncias de produção cultural: *a)* os elementos culturais centrais; *b)* os elementos culturais partilhados pelas pessoas que se encontram na mesma posição estrutural e que partilham recursos semelhantes, habitualmente designados por «culturas de classe»;¹ *c)* a comunidade interna de representações; *d)* a construção do *self*. Por relação ao primeiro aspecto, *a)* podemos referir que o processo central de produção cultural é muito complexo, produzindo uma tendência para a centralidade, para a legitimação de objectos, práticas e sentidos e para a ilegitimação de outros.² Por seu lado, *b)* os elementos culturais decorrentes da posição na estrutura social foram abordados na problemática dos estilos de vida; relativamente ao terceiro aspecto, *c)* registámos que a comunidade de representações é produzida no Casal Ventoso através de um trabalho de hierarquização dos valores globais; por último, *d)* afirmámos que o *self* se produz através de processos reflexivos resultantes do confronto do sujeito com os diversos ideais e valores disponíveis em cada um destes níveis.

¹ Como vimos, muitos destes elementos são aprendidos e outros consistem em meras adaptações a circunstâncias objectivas. É importante identificá-los e distingui-los na análise.

² Estes processos de «centralidade cultural» encontram-se em transformação. Novas representações e formas de argumentação são introduzidas permanentemente. Esta perspectiva devolve-nos a evidência de que o processo de ilegitimação de práticas (como as do consumo e tráfico de drogas) se encontra localizado no tempo, quer no sistema social, quer no aparelho jurídico. Presentemente, a produção de valores e de leis por relação ao tráfico é realizada no interior de uma sociedade que participa num processo global de «condenação». A mudança das representações construídas por referência aos consumidores permite-lhes reconstruir as suas práticas, bem como a sua apresentação no interior da própria cidade. Em larga medida, eles sabem que a sua imagem presente nas representações colectivas, o seu estatuto de doente, lhes permite esperar atitudes de «tolerância», se não mesmo de «compaixão», por parte das pessoas. O contrário acontece com os traficantes que viram as representações produzidas acerca de si serem agravadas no sentido da condenação e do ódio.

A sobreposição destes quatro níveis deve ser entendida do seguinte modo: os processos centrais irradiam valores, normas, ideais, crenças, símbolos e representações para a totalidade do universo social. Embora se encontre alguma unidade e sistematicidade a nível dos valores centrais, a teia que se produz não é absolutamente sistemática e possui muitos interstícios. É pois possível que os traficantes sejam etiquetados como inferiores, sancionados enquanto «criminosos», e que eles próprios interiorizem essa ideia e se sintam de facto inferiores e criminosos. Todavia, existem nesta cultura central outros valores, como, por exemplo, o de que «se devem amar os familiares» ou o de que se deve «ter coragem», que lhes permitem responder de forma consentânea com a manutenção da estrutura de oportunidades ilegais. A constelação cultural central possui, portanto, uma complexidade e uma assystematicidade suficientes para que, em determinados contextos e por relação a oportunidades e acontecimentos particulares, as pessoas construam processos de argumentação e quadros representacionais mais ou menos partilhados que não se constituem contra ela, independentemente dela, mas no seu interior, exacerbando uns aspectos e menorizando outros. Argumentando, em suma, no campo que é deixado em aberto à «imaginação social».³

No entanto, e indo um pouco mais longe, devemos acrescentar que a cultura global não só não é absolutamente sistemática e regulamentadora até ao pormenor do pensamento e das representações sociais que as pessoas produzem em contextos particulares, como se revela mesmo contraditória. Descortinam-se, por exemplo, profundas contradições de valores centrais como a que opõe a «poupança» ao «consumismo» ou o «trabalho» ao «hedonismo». Como refere Smelser (1992, p. 25):

It seems that any systematic effort on the part of an investigator to depict a society's culture will inevitably yield a significant measure of incoherence – incompleteness, illogicality, contradiction – in his or her rendition. To choose only one example, that any culture will present a number of contradictory adages or sayings («look before you leap» and «he who hesitates is lost») as part of its repertoire. Similar discrepancies will appear in a culture's moral system and ideologies.

Este argumento aproxima-nos das teses de Clifford Geertz, mas defende, no entanto, que existem valores mais centrais que outros, quer para a construção

³ Ao contrário do que possa parecer à primeira vista não cremos que esta concepção seja irreconciliável com as perspectivas estruturalistas. De facto, a noção de que a cultura possui um pequeno número profundo de princípios interligados, tratando-se fundamentalmente de um sistema de classificação que opera a partir de conjuntos de oposições, não é inconciliável com o facto de a relação entre esses pares de oposições ser suficientemente aberta e não se encontrar suficientemente hierarquizada para que não possa operar ou ser (re)construída diferenciadamente em função das questões particulares que se colocam aos sujeitos ou aos colectivos.

de um grupo de pessoas que partilha uma mesma comunidade de representações, quer para a construção do sujeito individual. É em torno desses valores e representações que os processos de dominação se tornam possíveis. Neste caso, o valor mais determinante é naturalmente «não traficar».⁴

É fácil percebermos agora por que razão, ao trabalharmos e identificarmos estes fenómenos de construção de um património de representações que facilita a actividade de tráfico, não recorremos a noções como a de «subcultura delinquente». Em primeiro lugar, isto acontece, porque defendemos que este conceito não possui aqui qualquer utilidade analítica, pelo que não se justifica a sua utilização. Como refere E. Liebow (1967, p. 209), citando Glawdin:

Defining the multiproblem population as a subculture is only [...] useful only if it can bring us closer to a solution.

Assim, apesar de muitas obras de destaque nos terem ensinado bastante sobre a problemática do desvio utilizando os conceitos de «subcultura desviante» ou «subcultura delinquente», cremos que, presentemente, a sua utilização em pesquisas científicas se encontra muito comprometida.⁵ O facto de ser ambíguo e

⁴ A propósito da perspectiva de Geertz, Ortner (1984, p. 130) refere: «Culture is not some abstractly ordered system, deriving its logic from hidden structural principles, or from special symbols that provide the 'keys' to its coherence. Its logic – the principles of relations that obtain among its elements – derives rather from the logic or organization of action, from people operating within certain institutional orders, interpreting their situations in order to act coherently within them.» Esta perspectiva é bem resumida por Smelser (1992, p. 16) quando refere a propósito de Swidler: «Swidler develops a notion of culture as a reservoir, or a tool kit of values, ideas, beliefs, symbols and arguments to be activated selectively according to different interests of actors and according to different situations. Such a formulation virtually defies characterization according to specific content and even suggests that too much coherence of culture would likely constitute a liability from a strategic point of view.»

⁵ Não é este o momento para discutirmos a relevância teórica indiscutível de obras produzidas em relação, sobretudo, a contextos urbanos norte-americanos e que são muito inspiradas pela teoria da anomia mertoniana. É o caso das obras de Cloward e Ohlin (1960). Pois, embora se coloque uma importância particular na transmissão de «estilos de vida desviantes», estes autores relevam a importância da posição que as pessoas ocupam na estrutura social e por relação à estrutura de oportunidades legítima e ilegítima. Outras aproximações à noção de subcultura frutuosas para a compreensão do Casal Ventoso são as de Albert Cohen, mas não propriamente em *Delinquent Boys* (1955). Nessa obra, o autor argumenta que as subculturas delinquentes são produto do conflito entre a cultura da «working class» e da «middle-class». Devido à «frustração de status», os adolescentes reagiriam colectivamente contra os *standards*, com os quais seriam incapazes de se equiparar. Num processo de *reaction formation*, eles inverteriam os valores das classes médias, formando uma cultura maliciosa, hedonista, de curto prazo, não utilitária e destrutiva. Na verdade, não encontramos razões para crer que esses processos sejam determinantes no desenvolvimento do tráfico no Casal Ventoso. As obras subsequentes de Cohen (1965, 1971) são mais importantes para a nossa pesquisa e aproximam-se, na sua base, das concepções que defendemos para o Casal Ventoso. Depois de o próprio Albert Cohen (1971) referir criticamente que Shaw e McKay «considèrent les déviants comme des types de personnes différents de non-déviants» (p. 187), afirma: «Le sous-culture délinquant est, comme je le suggérais, un cas particulier d'une

de ser tão abrangente quanto o próprio conceito de cultura faz com que se possa colocar no seu interior o que se quiser e que as abordagens de senso comum o comecem a utilizar por razões de facilitação e de rapidez de discurso. O conceito é por isso muitas vezes empregue sem que se defina analiticamente o seu processo de construção e as dimensões em causa, não constituindo nesses casos nada mais do que uma cómoda pseudo-explicação para o comportamento. Já Elizabeth Bott (1957, p. 218) referia muito explicitamente a este propósito:

I do not believe it is sufficient to explain variations [...] as cultural or sub-cultural differences. To say that people behave differently or have different expectations because they belong to different cultures amounts to no more than saying that they behave differently – or that cultures are different because they are different.

A explicação de senso comum que utiliza conceitos como «subcultura delinquente», *ghetto* ou noções afins, enfatizando a pretensa singularidade e fechamento de uma dada realidade, pode provocar inclusivamente uma profunda alteração da natureza dos próprios fenómenos que se pretendem compreender. Uma utilização ambígua e vaga deste conceito para explicar fenómenos comportamentais que o observador entenda serem bizarros ou negativos não conduz a um entendimento, mas tão-só a uma pseudo-explicação que não faz mais do que começar a análise pela estigmatização de certos grupos sociais, contribuindo para ela.

Assim, as teses que, muitas vezes sem dizerem aquilo a que se referem, enfatizam a ausência de valores ou uma putativa especificidade de valores internos para darem conta do envolvimento no tráfico são, sem dúvida, mais simples, deterministas e generalizadoras, mas erram no essencial: esquecem que o Bairro se encontra no interior da cultura global e que partilha com qualquer outro segmento urbano características como as da multirreferencialidade e a existência de contradições.

solution collective à un problème commun [...] S'il n'y avait pas le fait que sa signification est partagée et ratifiée par une communauté d'individus pensant de même, il lui manquerait l'estampille de la légitimité et elle ne pouvait pas fonctionner comme une critère de statut au sein du groupe et comme une base pour le respect de soi» (p. 213). Na generalidade, concordamos com Matza e Sykes, embora consideremos que as suas propostas encerram por vezes contradições. Matza e Sykes (1957) rejeitam as assunções de subcultura em que os «delinquentes» tendem a pensar o seu comportamento como moralmente correcto, bem como que os seus valores sejam uma inversão do sistema central de valores. A sua perspectiva subcultural subscreve que os participantes quebraram a lei, conformando-se com valores que são excepções, extensões ou modificações da cultura convencional (Matza e Sykes, 1961). Em geral, esta perspectiva sugere que as culturas desviantes são mais fracas que a cultura convencional, mas que o comportamento é determinado pela participação naquelas.

Por que se trafica no Casal Ventoso? Uma alternativa sociológica às concepções de sujeito unitário

Para respondermos à segunda questão, propomos um esquema de resposta. Ele deverá ser entendido como um corpo analítico central, que permite, por um lado, dar conta do processo motivacional de adesão ao tráfico e, por outro, integrar a multiplicidade de casos diferenciados de adesão a esse comércio ilegal. Embora esteja inacabado, cremos que tem, contudo, a virtude de permitir acolher de modo sistemático as contribuições teóricas e empíricas que acrescentem valias analíticas, quer para a compreensão do tráfico enquanto conduta colectiva, quer enquanto conduta individual.

A resposta mais evidente é a de que as pessoas traficam para obterem dinheiro. De facto, os habitantes obtêm consideravelmente mais dinheiro do tráfico do que poderiam obter da esmagadora maioria das actividades legais. Se este é um bom começo, trata-se, no entanto, de uma resposta largamente insuficiente, pois o dinheiro é uma coisa generalizadamente desejada em toda a sociedade e, contudo, presume-se que a maior parte das pessoas, fora do Casal Ventoso, não se encontram implicadas no tráfico. Outra resposta que se deduz da informação recolhida, e que é complementar a esta, é a de que as pessoas do Casal Ventoso traficam porque existe uma estrutura de oportunidades constituída. Eis-nos novamente perante uma boa forma de aproximação à resposta. Ela contém, além de tudo, uma vantagem: centra-se na questão da adesão ao tráfico no interior do Bairro. De qualquer forma, se podemos presumir que algumas pessoas que vivem fora do Bairro se envolveriam no tráfico se dispusessem de uma estrutura de oportunidades (ou seja, se tivessem oportunidade para tal), cremos que a resposta ainda não é suficiente, dado que, no próprio Bairro, nem todas as pessoas que podem querer entrar no tráfico e algumas acabam mesmo por deixar de traficar depois de algum período de envolvimento. Logo, embora cada um destes aspectos consista numa aproximação, nenhum deles permite conceber um esquema que nos dê conta do processo de «estar disposto» a envolver-se no narcotráfico.

O primeiro passo para construir um esquema de resposta a esta questão passa primeiro por formulá-la em termos analíticos. Para tal, defendemos que devem procurar articular-se três horizontes conceptuais: *a*) a «teoria da associação diferencial», de E. Sutherland; *b*) a problemática da construção do sujeito enquanto *social self*; por último, *c*) uma concepção de cultura que contemple os pressupostos teóricos expostos em detalhe no ponto anterior.

A teoria da associação diferencial permite colocar os alicerces iniciais do nosso esquema de resposta. Edwin Sutherland (E. Sutherland, 1966; Taylor,

Walton e Young, 1973; A. Cohen, 1971) defende que uma pessoa se torna delinvente devido ao facto de as interpretações que favorecem a violação da lei se sobreporem, ou superarem, as interpretações desfavoráveis a essa infracção:

The theory does not say that persons become criminals because of associations with criminal behavior patterns; it says that they become criminals because of an overabundance of such associations, in comparison with anti-criminal behavior patterns. [Sutherland, 1966, p. 85.]

Como lembram Taylor, Walton e Young (1973) a propósito desta teoria:

Crime is [...] acquired in an identical fashion to non-criminal behaviour.

É precisamente devido a estes pressupostos que cremos que, apesar do seu grau de generalismo, esta teoria possui uma grande valia analítica, dado que o sujeito que viola a lei não se encontra absolutamente submergido por racionalizações, atitudes e representações que favorecem esse comportamento. Os modelos ou padrões favoráveis a essa conduta incluem as técnicas comportamentais («techniques of committing the crime, which are sometimes very complicated, sometimes very simple», Taylor, Walton e Young, 1973, p. 126) e todo um manancial de motivos, racionalizações e atitudes. Se as técnicas comportamentais se prendem directamente com a própria existência de uma estrutura de oportunidades, o segundo tipo de elementos está dependente da percepção do sujeito e dos seus mecanismos de reflexão. A teoria da associação diferencial permite colocar o cerne da questão da delinquência nos mecanismos decisionais e motivacionais do sujeito, colocando-o perante uma miríade de possibilidades de escolha que ele conhece melhor ou pior e com as quais se identifica em maior ou menor grau. Falta, no entanto, dizer que sujeito é esse e quais os referentes por relação aos quais a sua conduta é afectada.

A concepção de sujeito que deve ser articulada com a perspectiva de Sutherland é a do sujeito enquanto possuidor de um *self*.

As perspectivas teóricas que concebem a pessoa enquanto *self* não são absolutamente convergentes. Contudo, as concepções de Mead (1963 [1943]), Pemán (1993), Giddens (1987 [1984]; 1993 [1989]; 1993 [1991]), Goffman (1974; 1982 [1963]; 1993 [1959]), bem como as sínteses conceptuais de Burkitt (1991) e muito especialmente de J. Turner (1988), são suficientemente intersec-táveis para que as possamos utilizar na nossa abordagem de uma forma complementar. J. Turner (1988) explana, aliás, de forma muito interessante essa complementaridade, realizando uma síntese singular, depois de descrever diversos modelos motivacionais.

Como sabemos, as orientações teóricas em torno da noção de *self* são originárias de H. Mead. Na obra *Mind, Self and Society*, Mead refere a consciência como a capacidade de se ser objecto para si mesmo. É esse o pressuposto fun-

damental da noção de *self*. Afirmar que uma pessoa possui um *self* quer dizer que ela consiste num «objecto social» para si própria. É um «objecto» no sentido em que pode julgar-se, falar e dirigir-se a si própria enquanto *internal environment*, como faz por relação aos outros objectos, consistindo, portanto, numa instância auto-reflexiva.⁶ A segunda noção – a da «condição social» desse objecto que se é para si mesmo – pode ser resumida pela dupla afirmação de que consistimos num «objecto avaliável» por nós mesmos como qualquer outro objecto social e que, para realizar essa avaliação, dispomos de conhecimentos e de categorias que são, também eles, interiorizados e aprendidos na vida social. Como refere Charon (1989 [1979], p. 65):

When we say that the self is a social object, we are saying first of all that an individual comes to see self in interaction with others. One's self like all else, is pointed out and defined socially. The individual becomes an object to himself or herself because of others.

O *self* constrói-se por relação a todos os grupos, instituições de referência, atitudes, valores, ideais e representações que cada um destes grupos ou instituições produzem. Desta forma, podemos afirmar que um sujeito possui *social selves* distintos, tantos quantos as instâncias de referência produtoras de discurso que interiorizou, com as quais se confronta e das quais participa. Estes diferentes *selves* adquiriram na literatura várias designações: *persona*, *social self*, *situational self* ou ainda *moi*, *me*, *mi-mismo*, etc. O facto de possuir estes *selves* situacionais permite ao sujeito agir em contextos diferenciados e construir uma impressão de si mesmo, ou seja, criar uma ilusão de realidade perante os outros através das suas habilidades expressivas. Estas formas de expressão corporizam-se em *performances*, quer dizer, nas imagens do *self* que são projectadas para os outros (Goffman, 1993 [1959]). Os *selves* situacionais adquirem, em larga medida, traços de manipulação das impressões dos outros. Todavia, se é possível estabelecer essa manipulação, isso quer dizer que as pessoas possuem um rol de conhecimentos, práticas e sentidos que lhes permitem representar; ou seja, o *self* situacional integra a estrutura da mente, é parte daquilo que passaremos a designar por *self* total.⁷

A multiple personality is in a certain sense normal [...] the various elementary Selves which constitute, or are organized into, a complete Self are the various aspects of the structure of that complete Self answering to the various aspects of the structure

⁶ Segundo Mead (1962, p. 135): «The *self* has a character which is different from that of the physiological organism proper. The *self* is something which has a development; it is not initially there at birth but arises in the process of social experience and activity, that is it develops in the given individual as a result of his relations to that process as a Whole and to other individuals within that process.»

⁷ Como defende Burkitt (1991, p. 205), pensamos que é muito importante nesta análise compreender que «the different aspects of self are not regions that exist within us, but the places that our acts occupy within the social relations which become internal to the self.»

of social process as a whole; the structure of the complete Self is thus a reflection of the complete social process [Mead, 1962 (1934), p. 144].

Ao colocar questões acerca da sua prestação em determinados contextos: «porque faço (fiz) aquilo?», «porque sou (fui) assim?» ou simplesmente «o que farei?» (questões que não têm de ser necessariamente organizadas de um modo sistemático, no interior de si próprio), a pessoa realiza um processo auto-reflexivo. Nele mobiliza aquilo que conhece e interiorizou enquanto *self* total. Esse processo reflexivo afecta a própria confiança, suscitando ressonâncias a nível da generalidade do conceito que se faz de si próprio. As consequências que determinada produção reflexiva tem a nível básico da auto-identidade são sinalizadas para o sujeito enquanto medo, ansiedade ou, inversamente, enquanto auto-estima ou auto-orgulho, factores fundamentais na monitorização da conduta.

Muitas das condutas que produzimos tendem para uma certa rotinização e estão menos sujeitas a processos de reflexão. Estão, por assim dizer, confirmadas e avaliadas, por nós próprios e pelos outros, antes de terem sido realizadas. Outras acções, porém, só muito dificilmente estão sujeitas a formas de rotinização. Isto acontece porque são objecto de intensas avaliações realizadas pelos outros e, simultaneamente, de processos de reflexão que por nós são realizados na medida em que possuímos o outro dentro de nós e nos olhamos através do seu olhar como se consistíssemos, enquanto instâncias de reflexão, num outro para nós mesmos.

É nas acções que realizamos enquanto *selves* situacionais (que é o mesmo que dizer, nas acções que interpretamos e julgamos em conjunto com os outros no interior dos contextos que com eles partilhamos) que podemos ou não obter confirmação de que estamos a agir de acordo com o que acreditamos ser correcto.⁸ Basicamente, podemos afirmar que a obtenção de autoconfirmação, quer esta seja resultado do outro nos processos de interacção, quer seja resultado do processo de reflexão que produzimos acerca da nossa conduta e de nós mesmos, consiste no princípio orientador da própria acção e, como refere Giddens, do próprio processo de monitorização reflexiva. É, aliás, em larga medida, para se obter autoconfirmação que dependemos a própria energia da acção.

A autoconfirmação vem responder a uma série de «necessidades» que os seres humanos possuem universalmente. A mais imediata é a da redução do medo e da ansiedade. Se estes forem reduzidos, o sujeito pode obter níveis superiores de auto-estima. A sua redução é o sinal que nos é dado, através do processo reflexivo, de que consideramos que a situação é segura, que estamos a agir bem e que fazemos da nossa acção e de nós próprios um conceito positivo.

⁸ Consideramos que esta ideia é intersectável com as perspectivas de P. Ricoeur (1992 [1990]) relativamente à noção de *self*, embora estas sejam desenvolvidas num âmbito diferente: «Concept of internal good, [...] thus provides an initial support for the reflexive moment of self-esteem to the extent that it is in appraising our actions that we appraise ourselves as being their author» (p. 177).

Curiosamente, esta noção de «redução da ansiedade» encontra-se presente em múltiplos modelos teóricos de motivação, nomeadamente nos modelos interaccionistas, no modelo proposto por Turner (1988) e no modelo psicoanalítico de Giddens (1984; 1993 [1991]). Pelo menos nos dois últimos, aponta-se claramente no sentido de que os níveis de ansiedade ou, inversamente, de auto-estima obtidos em cada situação social e nos processos auto-reflexivos afectam o «núcleo do *self*,⁹ dado que afectam as necessidades de obtenção de um sentimento de confiança e de segurança ontológica. Necessidades que são, para Giddens, inconscientes.

As condutas mais arriscadas, no sentido em que podem conduzir a elevados níveis de ansiedade, são aquelas em que se corre o risco de não se ser confirmado pelos outros ou por si próprio ou o de ser mesmo sancionado ou condenado. Elas podem gerar conflitos no interior do *self* total e quebras de auto-estima ao nível do próprio núcleo do *self*. Não obstante, algumas condutas arriscadas podem gerar o contrário: através delas, o sujeito pode obter melhores chances de confirmação e de obtenção de auto-estima do que através de comportamentos de menor risco que não lhe permitem ultrapassar as limitações e os constrangimentos que ele pensa ter no momento presente. O nosso argumento é o de que o comércio de drogas no Casal Ventoso é uma acção deste tipo, pois, se, por um lado, confronta o sujeito com um acréscimo de ansiedade, confronta-o, por outro, com a possibilidade de, através do risco, e gerindo níveis de ansiedade, obter uma maior autoconfirmação. O tráfico não pode, portanto, ser compreendido enquanto uma acção isolada para a obtenção de confirmação imediata, mas enquanto um aspecto que se encontra integrado num processo motivacional global. A questão que urge colocar é pois: qual o lugar da actividade de tráfico no processo de obtenção de autoconfirmação por parte do sujeito?

⁹O conceito de «núcleo do *self*» é a tradução que nos parece mais adequada para a noção de *core self* proposta por J. Turner (1988). Esta concepção aproxima-se da noção de «núcleo do *self*» ou mesmo de «identidade pessoal» proposta por Giddens, bem como da noção de «*I*» tal como é explorada por Mead. Porém, a noção de *core self* de Turner é a que mais se aproxima daquilo que queremos dizer. Entendemos o *core self* como o autoconceito e a autodefinição identitária que o sujeito faz de si próprio num dado momento do tempo, tendo, para esse efeito, de construir uma coerência biográfica, de se referir a si próprio enquanto «eu»: «Eu sou...» e naturalmente referenciar-se ao seu *total self*. Turner define do seguinte modo o *core self* (1988, pp. 200-201): «People's self-conception is a crucial force in interpersonal affairs. I argue that humans possess a core-self conception composed not only of cognitive definitions but also of powerful feelings and emotions about themselves. Usually, these emotions are buried somewhat beneath the surface of consciousness, although, they vary in their level of awareness of these most fundamental self-feelings. Thus contrary to some interactionist positions, the core self is not conceptualized as a linguistic construct; if anything, it is a feeling construct and consists of a field or configuration of self-feelings about oneself as an object [...] I visualize this core of self-feelings as transsituational; people carry them from context to context as part of their emotional baggage.» Afastamo-nos desta noção apenas no sentido em que pensamos e defendemos que Turner deveria ter distinguido, por razões analíticas, as noções de *core self* e de *total self* («núcleo do *self*» e «*self* total»).

Só é possível compreendermos este processo de obtenção de confirmação se situarmos os *selves* situacionais e o total *self*, bem como o outro generalizado que aprecia o sujeito (e por referência ao qual ele se julga a si próprio), por relação à «constelação cultural». Essa é uma constatação óbvia, dado que o processo de reflexão sobre si próprio que o sujeito realiza e a forma como o outro o avalia são construídos em torno dos elementos culturais interiorizados.

Vimos já anteriormente que, por um lado, é profundamente mistificador falar de «cultura global» *versus* «cultura local», enquanto coisas reificadas, autónomas e não contraditórias, e que, por outro lado, os traficantes constroem o *self* e desenvolvem a sua reflexão num universo multirreferencial em que os valores centrais e dominantes verbalizados e interiorizados parecem não coincidir com a prática em que estão envolvidos. É necessário acrescentar agora que, para se colocar a questão «por que é que traficam?» em termos analíticos, não podemos utilizar noções tão amplas como a de cultura. De facto, essa noção é demasiado abrangente e simultaneamente vaga para que a possamos instrumentalizar, pelo menos nas situações em que os sujeitos são expostos a contextos dinâmicos e multirreferenciais, agindo no interior destes. Algumas perspectivas parecem apontar nesse sentido, aconselhando a segmentação do conceito de «cultura» em unidades analíticas ou eixos de análise mais circunscritos:

The concept of culture should, as far as possible, be disaggregated into discrete parts (values, beliefs, ideologies, preferences) and, correspondingly, not be treated as a global entity [Smelser, 1992, p. 24].

Ora, para se compreender a adesão das pessoas ao tráfico de drogas no Bairro, devemos justamente segmentar o conceito. Desta forma, passaremos a perspectivar a questão por relação a duas dimensões culturais particularmente importantes nas dinâmicas contemporâneas de construção do *self* no Casal Ventoso: por um lado, *os valores e as representações relativas ao tráfico*, por outro, *os ideais de vida e os ideais de pessoa*.

Qual será então, antes de tudo, a forma analítica de colocar a questão, «por que é que as pessoas traficam no Casal Ventoso»? A proposta é a seguinte: *Como se constrói o sujeito por relação às representações colectivas referentes ao tráfico e aos ideais de pessoa e de vida difundidos no interior do Bairro, por forma a que as disposições favoráveis para o ingresso nessa actividade se apresentem mais abundantes que as disposições desfavoráveis, permitindo-lhe, dessa forma, obter autoconfirmação?*

Valores e representações relativos ao narcotráfico

Ao longo da pesquisa, vimos que não existem valores nem sequer representações emancipadas no interior do Casal Ventoso que sejam directamente favoráveis ao tráfico. Observámos, porém, que está em construção uma série de re-

apresentações que, não se projectando directamente sobre ele, incidem em princípios básicos do seu funcionamento, facilitando-o enquanto actividade colectiva.

Ora, o nosso argumento a partir de agora é o de que essas representações sociais internas são assimiladas pelos habitantes do Bairro enquanto património do *self* total. Isso permite que elas sejam mobilizadas no interior do processo reflexivo que conduz as pessoas a estarem dispostas a desenvolver o tráfico. Essas representações podem, portanto, funcionar como atenuantes por relação às disposições desfavoráveis.

Este argumento acaba por interceptar, não obstante as diferenças terminológicas, algumas das ideias fundamentais de D. Matza acerca da forma como os infractores tornam inteligíveis as suas condutas e atenuam a ansiedade provocada pelos actos ilegítimos num mundo e por relação a um *self* normativamente hostis. Estas ideias encontram-se particularmente presentes nas suas primeiras obras e artigos (D. Matza, 1961, 1964, 1957). Nelas Matza apresenta uma *naturalistic perspective* através da qual reflecte sobre a relação entre crenças e acção, defendendo que os delinquentes neutralizam o código moral da sociedade através do uso de «técnicas de neutralização»:

We call these justifications of deviance behaviour techniques of neutralization; and we believe these techniques make up a crucial component of Sutherland's definitions favourable to the violation of law. It is by learning these techniques that the juvenile become delinquent rather than by learning moral imperatives, values or attitudes standing in direct contradiction to those of the dominant society [Skyles e Matza, 1957].

Por seu lado, Taylor, Walton e Young (1973, p. 176), que expõem a perspectiva de Matza de forma muito didáctica, referem:

They are phrases or linguistic utterances used by the deviant to justify his action. Their importance lies in the fact that they are not merely *ex post facto* excuses or rationalizations invented for the authorities' ears, but rather phrases which actually facilitate or motivate the comission of deviant actions by neutralizing a pre-existing normative constraint.¹⁰

Os mesmos autores (Taylor, Walton e Young, 1992 [1973], p. 177) sintetizam, inclusivamente, as cinco técnicas fundamentais de neutralização normativa propostas por Matza: *denial of injury*; *denial of responsibility*; *denial of victim*; *condemnation of the condemners*; e *appeal to higher loyalties*.

¹⁰ Como refere J. Vala a propósito do novo primado das representações: «As representações não são já, ou não são apenas, mediações, são factores constituintes do estímulo e modeladores da resposta, na medida em que dominam todo o processo.» (Vala, 1993a, p. 335.)

Ora, qualquer uma das quatro últimas técnicas mencionadas corresponde, em larga medida, a elementos da comunidade de representações que estão presentes no Bairro. Por exemplo, a negação da responsabilidade é legível na utilização da escala hierárquica entre traficantes como forma de difundir e projectar a responsabilidade. A negação da vítima e a negação dos condenadores encontram-se directamente associadas ao processo de construção da própria fronteira comunitária: a primeira constitui-se sobre as imagens negativas produzidas acerca dos consumidores e a segunda com base nas representações que incidem sobre agentes policiais e jornalistas. Por seu lado, o apelo a lealdades mais elevadas produz-se em torno da comunidade como sistema de direitos e obrigações, consubstanciando-se, sobretudo, no «não chibar».

Dado que no Casal Ventoso estas técnicas correspondem a representações colectivas, passaremos a designá-las e a considerá-las, não apenas como «técnicas de neutralização», mas antes como «representações atenuadoras».

Em primeiro lugar, o seu carácter de atenuação reside no facto de estes princípios possuírem um potencial argumentativo que se contrapõe às condenações do tráfico. Em segundo lugar, no facto de eles serem suficientes para se responder a grande parte das contradições morais que se colocam ao desenvolvimento da actividade no quotidiano. Esta última característica das representações atenuadoras faz com que, em termos cognitivos, elas se apresentem como elementos suficientes para que os traficantes funcionem sem que tenham de se estar sistematicamente a interrogar a propósito de valores. Elas possuem pois um potencial de bloqueio dos procedimentos reflexivos e da consciência discursiva. Tal funcionamento permite que muitos traficantes se centrem mais na própria prática e que, em certa medida, tendam a naturalizá-la. Neste sentido, podemos afirmar que o tráfico adquire, para muitos traficantes, o estatuto de rotina, pese embora a rotinização desta actividade seja consideravelmente mais frágil do que aquela que ocorre nas práticas legítimas realizadas em *front regions*.¹¹

Quando dizemos que a comunicação moral é reduzida a um mínimo por relação à conversa que muitos traficantes mantêm no interior de si próprios, referimo-nos também às conversas que eles mantêm entre si. É em relação a este último aspecto (a comunicação interpessoal) que o silêncio se manifesta mais claramente em largos períodos do quotidiano. De facto, é notório que a discussão entre traficantes a propósito do tráfico é praticamente inexistente: o comércio de drogas é, geralmente, uma acção, e não tanto um debate de ideias.¹²

¹¹ Tanto J. Turner (1988) como Giddens (1987 [1984]; 1994 [1991]) se aproximam muito da ideia de rotinização a que nos referimos. Para uma definição das noções de *front e back regions*, v., naturalmente, Goffman ou Giddens (1987 [1984]).

¹² O próprio «secretismo» enquanto exigência de funcionamento favorece esta situação. Quanto mais raras forem as conversas internas e externas ao sujeito, melhor será para o funcionamento do tráfico.

O Bairro torna-se, portanto, um meio bem mais seguro do que qualquer outra região que não disponha de representações atenuadoras difundidas e assimiladas para que muitos traficantes mobilizem uma consciência prática, neutralizando tendencialmente os aspectos discursivos:

A consciência prática é a âncora cognitiva e emotiva dos sentimentos de segurança ontológica característicos de largos segmentos da actividade humana em todas as culturas [...] A atitude natural põe entre parênteses perguntas sobre nós mesmos, os outros e o mundo-objecto, que devem ser inquestionados de modo a prosseguir-se com a actividade quotidiana [Giddens, 1994 (1991), p. 32].

Contudo, as representações atenuadoras não funcionam para todos os habitantes como elementos eficazes na emergência de uma consciência prática. Registámos vários exemplos de traficantes ou de outras pessoas que querem entrar no tráfico e nos quais irrompem frequentemente elementos de reflexividade. Os exemplos mais extremos são os daqueles que, embora possam entrar na estrutura ilegal, não o querem fazer; bem como o de outros que, tendo estado envolvidos no tráfico, saíram ou apenas traficaram num determinado dia, excepcionalmente. No entanto, existem também exemplos de traficantes que se confrontam com elementos de reflexividade e que, inclusivamente, censuram o seu comportamento. Tais elementos, mesmo que não o inviabilizem, são pelo menos suficientes para que esses traficantes sintam a sua conduta como inferior e, em último caso, para que se sintam eles próprios inferiores, dadas as suas condutas.¹³ Isto acontece porque experimentam uma forma de inconsistência entre uma parte do *self* total, do qual fazem parte as condenações globais, e o *self* situacional, constituído enquanto traficante ou simplesmente enquanto habitante do Bairro. Estas formas de inconsistência provocam ansiedade e consistem num estado de desequilíbrio que as pessoas procuram resolver:

[...] people typically seek to maintain consistency among these core feelings, while at the same time they attempt to sustain consistency between this core self and their various situational selves.¹⁴ [J. Turner, 1988, p. 202.]

A ansiedade experimentada pelas pessoas que sentem uma clivagem entre as crenças relativas à conduta e os seus próprios actos é muito particular. Se ela apenas afecta a relação do sujeito com a sua conduta, poderá ser designada por

¹³ Goffman (1982 [1963]) refere a propósito da interiorização dos valores globais e no seguimento dos pressupostos que até aqui temos vindo a explorar: «[...] os sistemas de honra separados parecem estar decadentes. O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos» (p. 16).

¹⁴ Este é um dos exemplos da sobreposição entre a noção de *core self* e de *total self* realizada por Turner (1988). Na nossa proposta, a noção de *core self*, tal como é aqui empregue por Turner, deve ser entendida por *self total*.

culpa. Se, abstraindo-se do próprio acto, ela se projecta no autoconceito, atingindo a própria confiança básica, propomos, com base em A. Giddens, uma outra designação: a de *vergonha*.

A culpa é uma ansiedade produzida pelo medo da transgressão, quando os pensamentos ou actividades do indivíduo não coincidem com expectativas de um tipo normativo. [...] A mecânica da culpa foi muito explorada na literatura psicanalítica, mas no respeitante a problemas de auto-identidade, a vergonha que tem sido menos discutida, é mais importante. Alguns autores argumentaram que enquanto a culpa é um estado de ansiedade privado, a vergonha é pública. Porém este não é o modo mais adequado de distinguir as duas, uma vez que ambas nas suas formas mais pronunciadas, dizem respeito a figuras introjectadas [...] A vergonha depende de sentimentos de insuficiência pessoal, e estes podem incluir um elemento básico de constituição psicológica de um indivíduo desde muito cedo. A vergonha deve ser entendida em relação com a integridade do *self* enquanto que a culpa deriva de sentimentos de infracção. [...] A vergonha ataca a confiança básica de forma mais corrosiva do que a culpa. [...] A vergonha e a confiança encontram-se muito ligadas uma à outra, uma vez que uma experiência de vergonha pode destruir ou ameaçar a confiança. [Giddens, 1994 (1991), pp. 57-58.]

De tudo o que foi dito, poderíamos ser levados a concluir que existe no Bairro um grupo de traficantes que produzem a sua acção essencialmente em torno das representações atenuadoras, desenvolvendo uma consciência prática, e um outro para o qual os princípios representacionais internos funcionariam menos como mecanismos de atenuação, encontrando-se num confronto mais permanente com o valor de condenação do tráfico. Estes últimos estariam sujeitos a procedimentos de reflexividade, desenvolvendo formas de culpabilização ou mesmo de vergonha.

No entanto, não é correcto, de um ponto de vista analítico, dividir os traficantes em dois grupos claramente diferenciados. Ou seja, não existem dois grandes tipos de traficantes a «pensarem» e a sentirem as suas condutas de modo absolutamente diferenciado: o dos traficantes totalmente «cínicos», que estariam ligados à primeira categoria, e o das pessoas totalmente «verdadeiras», que, neste caso, seriam apenas os não traficantes. Como refere Goffman (1993 [1959], p. 31):

[...] o indivíduo que é apanhado pelo seu próprio desempenho e o indivíduo cínico em relação a este último são [...] termos finais de um *continuum*.

Qualquer uma destas categorias deve ser considerada como uma situação polar ideal-típica, que, porventura, não abarca casos reais. Entre elas estende-se um «contínuo moral» de situações intermédias.

A nossa hipótese é a de que, num dos extremos desse contínuo, precisamente entre aqueles que se confrontam essencialmente com uma consciência

prática, se encontram as pessoas que, antes da expansão do narcotráfico, estavam próximas do estilo de vida ilegal, sobretudo os membros das *seitas*. Para eles, o tráfico apresentar-se-ia como uma forma de substituição, quer a nível das vivências, quer da consciência, de actividades ilegais que já desenvolviam anteriormente. Eventualmente, é possível encontrarmos pessoas que entendem que o tráfico, mais que tudo, consiste num acto de «coragem». Nesses casos, elas poderiam chegar mesmo a obter confirmação directamente do tráfico. Não possuímos, todavia, exemplos específicos deste tipo.

No outro pólo do contínuo distinguem-se os traficantes que nunca antes tinham estado ligados a qualquer actividade ilegal, que condenam o tráfico permanentemente mas que, apesar disso, aderiram a ele.

É possível que se consiga, no futuro, produzir uma tipologia por relação a este contínuo, detectando a maior ou menor proximidade dos traficantes por relação a cada um destes pólos, ou seja, entre aqueles que desenvolvem essencialmente uma consciência prática por relação à actividade e aqueles que estão sujeitos à irrupção sistemática de elementos reflexivos. Poderá vir também a descobrir-se que a situação das pessoas nesse contínuo moral não é apenas causada pelo seu estilo de vida anterior, mas por uma série de outros factores, como, por exemplo, a duração do seu envolvimento no tráfico ou o facto de terem ou não experimentado situações de morte ou doença de pessoas com as quais estabelecem vínculos e que tenham sido imputadas ao consumo de drogas.

No entanto, a noção de contínuo proposta não permite apenas dar conta da posição «definitiva» que as diversas pessoas ocupam entre estes dois pólos. A circulação ao longo deste contínuo é garantida pelo próprio funcionamento do *self*, bem como pelos diversos contextos com os quais este se vai confrontando. É neste sentido que podemos afirmar que o traficante do Casal Ventoso se encontra no interior de um meio multirreferencial e que ele mesmo consiste num meio multirreferencial para si próprio.¹⁵ Por um lado, ele depara-se com contextos de interacção que lhe permitem accionar uma consciência prática. Por outro lado, enfrenta situações em que as condenações se tornam incisivas. É o que se passa quando se depara com os *media* (e com o que estes dizem a respeito

¹⁵ De facto, não existem propriamente barreiras entre «consciência prática» e «consciência discursiva». Giddens (1994 [1991]) refere-o explicitamente: «[...] não há barreiras cognitivas que separem as consciências discursiva e prática [...]» (p. 31). Antes disso, afirmara: «As convenções sociais produzidas e reproduzidas nas nossas actividades quotidianas são reflexivamente monitoradas pelo agente como parte do «ir andando» nos variados cenários das nossas vidas. A consciência reflexiva, neste sentido, é característica de toda a acção humana [...] Todos os seres humanos monitoram constantemente as circunstâncias das suas actividades; trata-se de uma característica própria de fazer aquilo que fazem, e essa monitoragem tem sempre características discursivas. Por outras palavras, os agentes são normalmente capazes, se lhes for pedido, de fornecerem interpretações discursivas sobre a natureza do comportamento e das razões para o comportamento em que estão envolvidos.» (Giddens, 1994 [1991], p. 31.)

da actividade) ou com formas internas de condenação. Neste tipo de situações em que as pessoas o condenam e lhe explicam a sua inferioridade, o traficante não é confirmado, podendo experimentar formas próximas da vergonha.

De qualquer modo, não é apenas nos contextos de interacção que o sujeito obtém confirmação, mas nos próprios processos internos de reflexão. Embora estes últimos se encontrem muito ligados aos primeiros, é também verdade que os traficantes transportam para os contextos de interacção o seu *self* total e um autoconceito preexistentes. Assim, não é forçoso que, na interacção que o confirma enquanto traficante, ele obtenha, de facto, confirmação.

Isso pode acontecer por dois tipos de razões. Em primeiro lugar, porque a confirmação dos pares pode ser experimentada pelo próprio de uma forma ambígua. Ambiguidade que resulta do facto de a avaliação positiva que é realizada por eles dizer apenas respeito a um *self* situacional, quando, na verdade, o *self* total contém também os elementos que lhe explicam que o acto é «censurável», «inferior», e que ele não deveria agir daquele modo. Quando o sujeito é colocado nesta situação, distinguem-se aspectos pelos quais é confirmado e outros relativamente aos quais experimenta ansiedade. É caso para afirmar que:

[...] presumivelmente todos os homens, uma vez socializados, são potenciais «traidores de si mesmos». O problema interno desta «traição» torna-se, porém, muito mais complicado se acarreta ademais o problema de saber qual «eu» está sendo traído em algum momento determinado, problema criado logo que a identificação com diferentes outros significativos inclui diferentes outros generalizados. [Berger e Luckmann, 1973 (1966), p. 224.]

Em segundo lugar, pode registar-se a situação extrema, na qual o sujeito traficante é tão intensamente confrontado com elementos reflexivos originários dos valores globais condenatórios que acaba por ser afectado no seu núcleo do *self*. Dessa forma, enquanto traficante, ele estará constantemente confrontado com altos níveis de ansiedade, construindo um baixo autoconceito. Este facto atenuará a possibilidade de vir a desenvolver uma consciência prática em torno da actividade no futuro. Ser-lhe-á, então, penoso realizar o tráfico, mesmo que essa realização ocorra no interior de procedimentos rotinizados. Isto acontece porque elementos como a auto-estima ou a vergonha (que se encontram no núcleo do *self* enquanto sentimentos acerca de si próprio) são, em larga medida, transaccionáveis de situação para situação:

I visualize this core of self-feelings as transituational; people carry them from context to context as part of their emotional baggage. [...] people enter interactions with a relatively stable level of self-esteem, which has been acquired in past socialization and which is the organizing principle of their core emotions and feelings about themselves. [J. Turner, 1988, pp. 201-202.]

Nestes casos, a presença de outras pessoas que se encontram na mesma situação pode contribuir mesmo para o aumento da sua ansiedade. O próprio Goffman refere-se brevemente a esse facto no clássico *Estigma* (1982 [1963], p. 118):

Quer mantenha uma aliança íntima com os seus iguais ou não, o indivíduo estigmatizado pode mostrar uma ambivalência de identidade quando vê de perto que eles comportam-se de um modo estereotipado, exibindo de maneira extravagante ou desprezível os atributos negativos que lhe são imputados. Esta visão pode afastá-lo, já que, apesar de tudo, ele apoia as normas da sociedade mais ampla, mas a sua identificação social e psicológica com esses transgressores o mantém unido ao que repele, transformando a repulsa em vergonha e, posteriormente, convertendo a própria vergonha em algo de que sente envergonhado.

Ideais de pessoa/ideais de vida

Como vimos, as pessoas que estão envolvidas no tráfico, bem como as que pretendem envolver-se, encontram-se por relação aos valores numa situação muito diferenciada entre si. Enquanto algumas desenvolvem essencialmente uma consciência prática em torno da actividade, outras confrontam-se com elementos reflexivos, podendo, em último caso, experimentar sentimentos de vergonha. Vimos também que este contínuo, que diz respeito simultaneamente às pessoas e às formas de consciência, depende, em larga medida, das situações com que umas e outras se vão deparando quotidianamente.

No entanto, confrontamo-nos com uma evidência: independentemente de a conduta ser arriscada e do tipo de sentimentos experimentados pelos intervinientes (nomeadamente a ansiedade e a vergonha), o narcotráfico continua a fazer sentido para muitos habitantes do Bairro.

Desta forma, embora as representações atenuadoras acrescentem alguma coisa à nossa resposta, elas não consistem nos factores motivacionais mais básicos. Devem antes ser entendidas mais como «princípios facilitadores» do que como «princípios mobilizadores» para a conduta. Por seu lado, o tráfico não deve ser entendido como o fim de um percurso, como uma conduta última, mas como um meio que se articula, antecede e possibilita aquilo que os sujeitos desejam obter e ser.

Por conseguinte, encontramos-nos perante a constatação de que o acto de traficar converge com o projecto de vida individual, independentemente da forma mais ou menos estruturada que esse projecto adopte para cada pessoa, bem como do momento no futuro que esta possui como referência.¹⁶ Todo o

¹⁶ Machado Pais refere-se às noções de «projecto» e «trajecto» e às suas relações com o «tempo» em *Culturas Juvenis* (1993, p. 195): «De acordo com as mais recentes teorias do *curso de vida*, o *tempo presente* é não apenas determinado por experiências acumuladas do passado, mas também matizado por aspirações e projectos de futuro. Em consequência, os indivíduos têm sido considerados como detentores de poder de decisão, como portadores de projectos. Nesta perspectiva, o presente aparece

acto que é desenvolvido por referência a *ideais de pessoa* e *ideais de vida*, e, portanto, no interior de um projecto orientado para os atingir, deve ser considerado, pois, por relação à forma como a conduta presente tem implicações no futuro e nas condutas futuras. Aproximamo-nos, portanto, da concepção fenomenológica de Schutz (1970, p. 141):

[...] the act that will have been accomplished, is the starting point of all our projecting. I have to visualize the state of affairs to be brought about by my future action before I can draft the single steps of my future acting from which that state of affairs will result. Metaphorically speaking, I have to have some idea of the structure to be erected before I can draft the blueprints.

Outro dos aspectos fundamentais a ter em conta acerca dos ideais com que o sujeito se confronta é o de que se trata de elementos culturais que ele partilha com o *outro generalizado*, designadamente com os seus *grupos de referência*. Melhor ainda, os ideais são seus porque são os ideais de algum «outro» com o qual o sujeito se confronta e se identifica. É por referência a eles que pode obter reconhecimento, quer a partir daqueles que avaliam a sua *performance*, quer a partir de si próprio. Atingi-los permite-lhe manter uma concepção positiva de si mesmo, reduzir a ansiedade e obter um dado nível de auto-estima.

Na sociedade contemporânea, os horizontes fundamentais por relação aos quais o sujeito pode projectar e construir os seus ideais de pessoa e ideais de vida, e daí obter auto-estima, são essencialmente quatro: o mundo do trabalho, a instituição escolar, o quadro familiar e os contextos de lazer.

Ora, ao longo desta pesquisa, vimos que, para a grande maioria dos habitantes do Bairro, os dois primeiros canais se encontram estruturalmente bloqueados para a obtenção de confirmação, restando, para esse efeito, os últimos dois. No Casal Ventoso, o quadro familiar e o lazer não consistem, portanto, em mais dois tipos de canais para a obtenção de auto-estima. Eles são antes, em larga medida, os únicos.

Antes do trafico, as ruas do Bairro eram o espaço mais importante para esse efeito. Contudo, o seu advento possibilitou o investimento noutros contextos de apresentação. Esses contextos são muito diversos e podem ir desde a casa ou outros locais de privacidade em que a pessoa se encontra sozinha até locais de apresentação colectiva. Entre estes últimos pode encontrar-se um número vasto, como, por exemplo, restaurantes, discotecas ou zonas turísticas. Por seu lado, a rua viu alteradas, presentemente, parte das suas características. A utilização de objectos como carros, motas ou roupas adquire uma importân-

de certo modo condicionado por projecções ou antecipações do futuro, sendo os trajectos avaliados em função dos seus projectos, suas estratégias, suas tácticas, suas capacidades de previsão do futuro. A própria noção de *horizonte temporal* aparece referida a um conjunto de experiências do *passado* e de antecipações do *futuro* que um indivíduo põe em jogo para orientar as suas condutas.»

cia fundamental nas formas de apresentação. Estes elementos correspondem a objectos de desejo fetichizados, mas consistem igualmente em indicadores a partir dos quais aquele que os possui pode autoconfirmar-se e obter confirmação dos outros, dado que tanto ele como os outros entendem que possuí-los é sinal de que certos ideais de vida estão a ser atingidos. Pelo contrário, não os possuir é um indicador de que não se está a viver bem e de que se é alguém sem valor.

Quer o fenómeno de adesão da população do Bairro aos novos contextos de apresentação de si, quer os próprios ideais de apresentação vigentes, correspondem a certos ideais de vida específicos. De facto, para os habitantes do Casal Ventoso, corresponder a estes ideais significa aproximarem-se da ideia de que estão integrados na «festa colectiva» veiculada através dos ideais inscritos na moral hedonista contemporânea, a que já se referiu Bourdieu:

La nouvelle logique de l'économie substitue la moral ascétique de la production et de l'accumulation, fondée sur le calcul, une morale hédoniste de la consommation, fondée sur le crédit, la dépense, la jouissance. Cette économie vent un monde social qui juge les hommes a leurs capacités de consommation, à leur *standing*, à leur style de vie, autant qu'à leurs capacités de production [1979, p. 356].

É sobretudo entre os adolescentes que os contextos de lazer exteriores ao Bairro têm vindo a acentuar a sua importância como locais de apresentação. Por exemplo, muitas das formas de estes adolescentes construírem uma fachada são realizadas nas ocasiões em que se deslocam a locais de consumo e lazer. São comuns, por exemplo, as viagens a centros comerciais que incluem o visionamento de todos os filmes que se encontram nas múltiplas salas, gastos sistemáticos e avultados em roupas, consumo de diversos produtos em lojas juvenis, despesas em estabelecimentos de venda de hambúrgueres ou pizarias.

Essas deslocações realizam-se, grande parte das vezes, em automóveis ou motas de elevada cilindrada, que são objectos desejados, adquiridos e utilizados na apresentação de si em locais de aglomeração onde se podem encontrar outros adolescentes, tais como as entradas de escolas secundárias, salas de jogo, mas, sobretudo, discotecas. Outro transporte habitualmente utilizado é o táxi. É curioso referir que este meio de transporte é muitas vezes utilizado para *dar bandeira*. Trata-se da designação que é conferida a uma forma de conduta que não tem qualquer finalidade para além do divertimento e da chamada de atenção dos transeuntes para o próprio efeito de se estar divertido.

É evidente que as representações que estes adolescentes produzem destas formas de estar e de se apresentarem são muito complexas e qualquer uma delas, se fosse devidamente interrogada, revelar-se-ia um acontecimento intenso e rico em informação. No entanto, o que se torna importante por agora reter é que qualquer uma destas formas de apresentação e de construção de um ideal de si necessita de somas consideráveis de dinheiro.

Presentemente, os contextos de lazer exteriores são também frequentados por adultos, sobretudo homens, que investem igualmente na posse de carro e no usufruto desses locais de lazer, que se traduz muitas vezes na exacerbação do consumo alimentar. Se esta era já uma disposição saliente no «materialismo prático» dos meios populares (Bourdieu, 1979, p. 205), adquire presentemente, no Bairro, uma particular incidência, a avaliar pelos hábitos de refeição dispendiosos.

Muitas destas formas de estar não visam, porém, a obtenção de reconhecimento com base nos outros, mas a partir de si próprio. É por essa razão que os fenómenos de apresentação de si não têm necessariamente de ser realizados perante auditórios, mas podem antes ser efectuados noutras instâncias, nomeadamente no diálogo mantido consigo próprio nos momentos de intimidade. Essas situações necessitam igualmente do investimento de dinheiro. Nos contextos íntimos, os gastos podem ir desde a compra de casa, realização de melhoramentos na habitação e aquisição de diversas tecnologias (nomeadamente várias televisões e computadores, geralmente utilizados com finalidades recreativas) até ao armazenamento puro e simples de dinheiro. Estes últimos episódios acontecem sobretudo entre faixas etárias mais elevadas. Registámos, por exemplo, uma história curiosa que circula no Bairro: a de que um dado *velho enriqueceu e guardou o dinheiro todo no quintal com uma pá e agora ninguém sabe onde é que o dinheiro está.*

Se as formas de apresentação que permitem às pessoas do Casal Ventoso obter confirmação dependem geralmente do investimento de dinheiro, elas não são todas realizadas da mesma forma. Algumas aproximam-se mais de um conjunto de gostos e modos que podem encontrar-se, com mais probabilidade, em meios populares. Outras assemelham-se a hábitos de apresentação, por assim dizer, burgueses.¹⁷ No entanto, o que interessa salientar é o facto de, em muitos contextos de co-presença, as pessoas sentirem que não dispõem de modos competentes de apresentação de si. Que, embora ali estejam e, eventualmente, desejem estar e apresentar-se, aquele não é o lugar em que as suas habilitações expressivas e competências lúdicas lhes permitem usufruir de uma boa imagem. Muitos habitantes do Bairro sentem, portanto, que podem perder a face nessas interações, experimentando formas elevadas de ansiedade. Goffman (1982 [1963]) refere as consequências que este tipo de situações pode ter no comportamento dos que com elas se confrontam:

Surge no estigmatizado a sensação de não saber aquilo que os outros estão pensando dele [...] a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um para a outra, tornando manifesta assim uma modalidade fundamental na qual a interação face-a-face pode tomar-se muito violenta [p. 27.]

¹⁷ Esta é uma matéria muito explorada na sociologia e existe uma extensa bibliografia, da qual destacamos naturalmente a obra de Bourdieu (1979).

Embora esta não seja a oportunidade para desenvolver este assunto, é curioso registar o caso específico dos adolescentes. Não obstante muitos deles se aventurarem até locais de lazer classialmente desajustados à sua posição, acabam na generalidade por frequentar espaços nocturnos onde a sua presença se torna menos arriscada, mas que se apresentam, muitas vezes, como réplicas de locais de diversão mais elitizados. É muito possível que estes sítios se apresentem aos olhares competentes como locais onde os *décors*, a música escutada e as *performances* constituam uma espécie de réplicas de mau gosto. Todavia, ao olhar dos adolescentes do Bairro, é aqui que se pode obter confirmação, encontrar os amigos e, talvez mesmo, beleza e prazer.

A localização dos espaços de lazer juvenil alternativos procurados pelos adolescentes do Bairro é muito expressiva, dado que alguns dos mais frequentados se situam territorialmente nas traseiras de uma zona de lazer *vie en rose* que surgiu na Lisboa da década de 90.

Regressemos agora à questão formulada no início deste capítulo.

Para atingir os únicos ideais de pessoa que muitos habitantes do Bairro podem alcançar, o dinheiro é o recurso fundamental. Neste sentido, à semelhança do que acontece relativamente aos espaços de lazer, também ele não surge aqui como mais um recurso para a obtenção de auto-estima, mas, em larga medida, como o único. É com base nesta hipótese que deve começar a elaborar-se uma resposta para o facto de a probabilidade de adesão ao tráfico ser maior no Casal Ventoso do que noutros locais. A partir do momento em que o tráfico existe enquanto oportunidade, ele torna-se aqui dificilmente dispensável para o projecto de vida pessoal. Se adicionarmos a este elemento básico de resposta a existência das representações atenuadoras e, eventualmente, dois factores que não referimos nesta pesquisa, como seja a presença de um «sentimento inferior de risco» e a posse de um «nível transaccionável de auto-estima» menor no Bairro do que aquele que se regista em muitos segmentos urbanos,¹⁸

¹⁸ De facto, temos como hipótese que o risco de traficar é percebido de forma diferente por um habitante do Casal Ventoso do que, por exemplo, por alguém que tenha um cargo na administração pública. Para o primeiro, isso equivalerá apenas ao cumprimento de uma pena de prisão. Por mais violenta que esta experiência seja, o habitante do Casal Ventoso terá tendencialmente menos a perder em consequências colaterais do que o segundo. Quanto ao segundo aspecto, pensamos que é muito provável que a auto-estima, enquanto elemento transaccionável de experiência para experiência, seja inferior para os habitantes do Casal Ventoso. Isto acontece não só devido às experiências em que é confrontado com a inferioridade do seu estatuto, mas também porque essas experiências podem ocorrer desde a infância. Como refere J. Turner (1988) a propósito desta questão: «The level of motivational energy produced by needs for self-confirmation and affirmation is an inverse and additive function of the level of self-esteem by that person, the degree of consistency in self-feelings and cognitions of that person, the ability to avoid use of defense mechanisms, and the degree of concordance between self-references and the response of others» (p. 204).

cremos ter enunciado os elementos que favorecem o desenvolvimento desta conduta no Casal Ventoso.

Estes elementos são suficientes para justificarem a assunção do risco de tráfegar e para se sobrepor ao medo ou à vergonha que o desenvolvimento desta actividade desencadeia em diversas pessoas.

Recordemo-nos, aliás, que a vergonha pode resultar de diversas circunstâncias em que o *ego* não obtém reconhecimento e confirmação de si.¹⁹ Ora, se, de facto, o envolvimento no narcotráfego pode desencadeá-la, também é verdade que, se o habitante do Bairro não aderir a esta actividade, poderá muito bem ser levado a experimentar vergonha a outros níveis. Na verdade, esta também pode ser causada pela incapacidade de se obterem recursos que permitam à pessoa viver de acordo com determinados ideais de vida. Melhor dizendo, que lhe impossibilitem «viver bem», em conformidade com o que ela própria e os outros dizem que viver bem pode ser. É mais uma vez Goffman (1982 [1963]) quem nos refere com grande expressividade, e por relação aos Estados Unidos, a relativa extensão da vergonha no mundo social:

[...] num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com sucesso nos esportes. Todo o homem americano tende a encarar o mundo sob essa perspectiva, constituindo-se isso, num certo sentido, em que se pode falar de um sistema de valores comum na América. Qualquer homem que não consegue preencher um desses requisitos ver-se-á, provavelmente – pelo menos em alguns momentos –, como indigno, incompleto e inferior [...] [p. 139].

À semelhança de Goffman, diversos autores já tinham salientado que certos ideais, tais como o de chefe de família, se encontram difundidos globalmente e que dependem da obtenção de dinheiro para a sua realização. Matza e Skyes (1961), por seu lado, chamaram a atenção para uma série de ideais que se podem adicionar a este:

The search for adventure, excitement and thrill is a subterranean value that [...] often exists side by side with the values of security, routinization and the rest.

¹⁹Não resistimos a citar novamente Giddens (1994 [1991]) a propósito da vergonha e da auto-estima, dado que a sua definição é muito ilustrativa: «A vergonha é um lado negativo do sistema de motivações do agente. O outro lado da vergonha é o orgulho, ou auto-estima: a confiança na integridade e valor da narrativa de auto-identidade. Uma pessoa que acarinha com sucesso um sentimento de orgulho do *self* é alguém capaz psicologicamente de sentir que a sua biografia é justificada e unitária. Alimentar sentimentos de orgulho tem efeitos que vão mais longe do que a simples protecção ou realce de auto-identidade, por causa das relações intrínsecas entre a coerência do *self*, a sua relação com os outros e a sensação de segurança ontológica em geral» (p. 59).

[...] that delinquent may not stand as an alien in the body of society but may represent instead a disturbing reflection or caricature. His vocabulary is different, to be sure, but kicks, big time spending and rep have immediate counterparts in the value system law abiding. The delinquent has picked up and emphasized one part of the subterranean values that coexist with other, proclaimed values possessing a more respectable air [pp. 716-717].

Algumas pesquisas realizadas presentemente por relação à «juventude portuguesa» parecem apontar no mesmo sentido:

[...] não deixa de ser relevante o facto de uma quantidade apreciável de jovens (designadamente das classes médias e superiores) acabar por projectar o futuro a partir daquilo que, no presente, mais desfrute lhes dá. Neste sentido, esperam «viver o futuro da mesma forma que o presente». As coisas boas que esperam vir a acontecer-lhes é levarem uma «vida boémia», «desanuviar à noite», «fazer coisas diferentes», «viajar», «gozar férias» [...] Atitudes hedonistas perante a vida podem mesmo encontrar-se, distintamente, entre alguns jovens de condição social superior «jet-set underground» – não obstante a oposição familiar. [Machado Pais, 1993, pp. 199-200].

Eis-nos, pois, no final deste percurso, regressados aos pressupostos fundamentais de um dos primeiros sociólogos a desenvolver as problemáticas habitualmente designadas por «questões do desvio». Referimo-nos, naturalmente, a Merton (1957, 1964) e à clivagem por ele registada entre os «objectivos definidos culturalmente» e os «meios institucionais» de que dispõem os diversos segmentos sociais para os atingir. Na verdade, acreditamos que, independentemente de todas as críticas realizadas à abordagem mertoniana,²⁰ e dos caminhos transversos que por relação a ela percorremos, Merton tinha já situado a questão do desvio de uma forma particularmente ilustrativa para compreender o tráfico no Casal Ventoso.

Defendemos que a questão central em muitos dos meios descapitalizados é a de que as pessoas não desejam apenas ter «pão para a boca». Têm múltiplos desejos, aspirações e ideais de vida. Nalguns casos tão exigentes como os que se encontram nas próprias classes médias, independentemente de corresponderem ou de serem transmutados pelos gostos e modos das classes populares. Regista-se, contudo, nestes contextos uma grande clivagem entre os ideais de vida e os dispositivos e meios institucionais para os obter, característica que é, aliás, quase universal. Porém, nestes casos, o desfasamento entre os dois factores é mais acentuado, tornando-se quase insustentável, pois gera situações de ansiedade muito profundas na pessoa que as atravessa, dado que ela só dificilmente pode

²⁰ V., por exemplo, a síntese crítica realizada por Taylor, Walton e Young (1973).

desenvolver um autoconceito positivo. Nesse sentido, a partir do momento em que a escola ou o trabalho se encontram bloqueados, quer enquanto canais de obtenção de confirmação, quer enquanto canais de obtenção de recursos que podem ser investidos noutros contextos de confirmação, as pessoas investem, com grande probabilidade, em actividades das quais podem obter confirmação indirectamente, como é o caso do narcotráfico. Tal acontece fundamentalmente, como vimos, quando existe uma estrutura de oportunidades ilegais disponível. Uma afirmação de J. Turner (1988) é muito ilustrativa deste fenómeno:

Social structure must, at the micro level, be able to confirm self; and if such is not the case, then individuals will seek to change or leave a structured interaction [J. Turner, 1988, p. 202].

Permita-nos agora o leitor que procuremos reduzir esta resposta a uma formulação simples, que se arriscaria mesmo ao simplismo, se juntos não tivéssemos trilhado este percurso analítico: se os habitantes do Bairro procuram obter o desejo universal de autoconfirmação e se os ideais que procuram atingir são, em larga medida, partilhados pelos normais (como diria ironicamente Goffman), parece-nos que o tráfico poderá ser entendido como um meio anormal, arriscado e socialmente condenado de atingir um determinado tipo de normalidade que é, em larga medida, o único de que muitas delas podem participar.

Acreditamos que esta hipótese de resposta deverá ser confrontada com outros contextos de venda directa de droga ao consumidor, situados em centros urbanos; locais que, como referimos atempadamente, se encontram na zona mais arriscada e hierarquicamente mais baixa da actividade de tráfico. Acreditamos também que só o confronto com análises deste tipo, a sua problematização e, porventura, reformulação permitirão que as intervenções sociais em «bairros degradados» sejam realizadas com alguma sistematicidade, considerando que não pretendem alimentar-se de formas de desconhecimento ou de mistificações colectivas, reduzindo-se a um carácter cosmético com meras ressonâncias mediático-políticas.

Se essas intervenções contarem unicamente com o mero realojamento ou apenas com a abertura de ruas que permitam «terminar com o *ghetto*», devemos ter presente que apenas se conseguirá demover daquele local o tráfico. Não temos razões para crer que daí advenham necessariamente consequências para a clivagem entre objectivos e meios que os habitantes experimentam e para a redução dos elevados níveis de ansiedade que eles transportam consigo, heranças de um século de dominação económica e simbólica, como traçamos neste estudo.



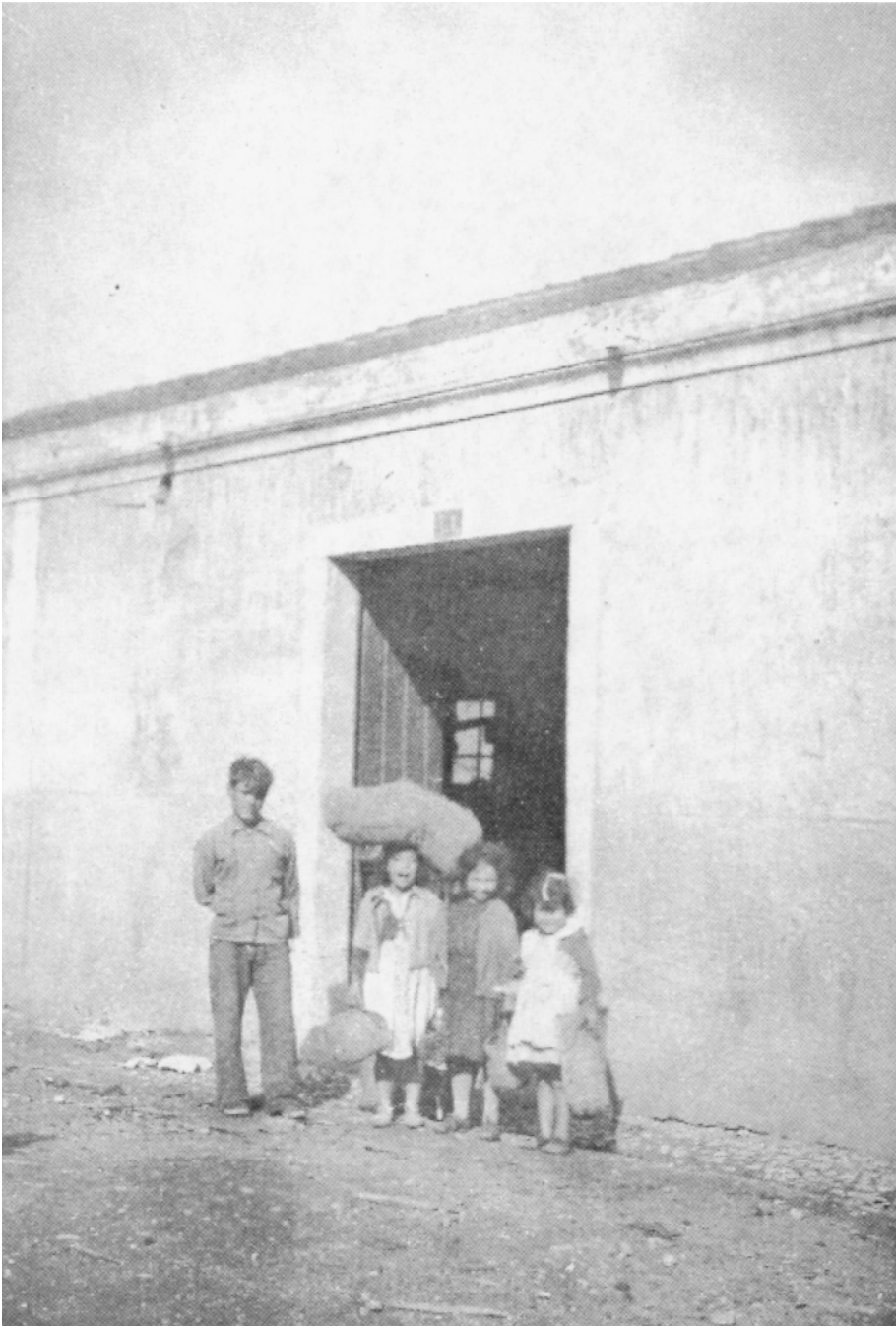
Estivadores descarregando sacos de carvão no Cais do Sodré. 1907.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico.



Lavadeiras na ribeira de Alcântara junto à Ponte Nova. 1917.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico.



Grupo de crianças que andam à gandaia no Casal Ventoso. Década de 40.

Fonte: Biblioteca do Instituto de Serviço Social (Alves: 1948).



Panorâmica da zona industrial e do Vale de Alcântara obtida a partir do Casal Ventoso. 1950.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico.



Transporte de família desalojada. 1960.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico.



Panorâmica do Casal Ventoso a partir da Avenida de Ceuta.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico.



Ajuntamento de habitantes e de consumidores de droga em frente do Centro Social do Casal Ventoso após a demolição de grande parte do bairro abaixo da Rua Costa Pimenta.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico.

Bibliografia

1. Geral

- Almeida, Carlos R. (1992), «Das tripas cocaína», in *Sub-Júdice*, n.º 3, Maio-Agosto, pp. 139-148.
- Argyle, Michael (1994), *The Psychology of Social Class*, Routledge, Londres.
- Bachelard, Gaston (1957), *La politique de l'espace*, PUF, Paris.
- Bandura, A. (1986), *Social Foundations of Thought and Action*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Baratta, Alessandro (1988), «Introducción a la criminología de la droga», in *Comunidad y Droga. Monografías*, n.º 3, pp. 27-44.
- Barbosa, Inácio V. (1981 [1865]), «A zona industrial de Lisboa Ocidental», in *Arqueologia Industrial do Bairro de Alcântara*, Companhia Carris de Ferro, Lisboa, pp. 21-23.
- Becker, Howard (1963), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, The Free Press, Nova Iorque.
- Bell, Colin, e Newby, Howard (1982), *Community Studies: An Introduction to the Sociology of the Local Community*, George Allen & Unwin, Londres.
- Benavente, Ana (1978), «Resultados escolares e origem social – de 200 alunos de escolas primárias de Olivais Sul», in *O Professor*, n.º 70, pp. 4-20.
- Benavente, Ana, e Pinto Correia, A. (1980), *Obstáculos ao Sucesso na Escola Primária*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.
- Berger, Peter, e Luckmann, Thomas (1987 [1966]), *A Construção Social da Realidade*, Vozes, Rio de Janeiro. Título original: *The Social Construction of Reality*, Allen Lane, Londres.
- Bertaux, Daniel (1977), *Destins personnels et structure de classe*, PUF, Paris.
- Bott, Elizabeth (1957), *Family and Social Network*, Tavistock Publications, Londres.
- Bourdieu, Pierre (1978 [1972]), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge University Press, Cambridge. Título original: *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Librairie Droz, Genebra.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction – Critique sociale du jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris.
- Bourdieu, Pierre (1987), *Choses dites*, Les Éditions de Minuit, Paris, pp.147-166.
- Bourdieu, Pierre (1989 [1980]), «A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região», in *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa, pp. 107-132. Título original: «L'identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur idée de région», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 35, Novembro, pp. 63-72.
- Bourdieu, Pierre (1989 [1984]), «Espaço social e génese das 'classes'», in *O Poder Simbólico*, Difel, Lisboa, pp. 133-161. Título original: «Espace social et genèse des 'classes'», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 35, Novembro, pp. 3-15.
- Bourdieu, Pierre (1993), «La démission de l'État», in *La misère du monde*, Éditions du Seuil, Paris, pp. 219-228.
- Bourdieu, Pierre, e Passeron, Jean Claude (1970), *La reproduction*, Les Éditions de Minuit, Paris.
- Brake, Michael (1985), *Comparative Youth Culture*, Routledge & Kegan Paul, Londres.
- Burkitt, Ian (1991), *Social Selves: Theories of the Social Formation of Personality*, Sage, Londres.
- Burns, Tom (1992), *Erving Goffman*, Routledge, Londres.

- Caballero, Francis (1992), «Teoria do direito da droga», in *Sub-Júdice*, n.º 3, Maio-Agosto, pp. 75-94.
- Cabral, João Carlos (1989), «Habitação e informalidade», in *Os Clandestinos em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 51-67.
- Calhoun, C. J. (1980), «Community: toward a variable conceptualization for comparative research», in *Social History*, vol. 5, n.º 1, Janeiro, pp. 105-129.
- Capucha, Luís (1992), *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, ISCTE, Lisboa (tese de mestrado policopiada).
- Capucha, Luís (1993), «Modos de vida e cidadania num bairro social: o caso do direito à habitação», in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas do Encontro de Vila do Conde*, APS, Lisboa, pp. 189-200.
- Castel, Robert (1995), «L'avènement d'un individualisme négatif», in *Magazine Littéraire*, n.º 334, Julho-Agosto, pp. 18-22.
- Castells, Manuel (1972), *La question urbaine*, Maspero, Paris.
- Castells, Manuel (1984), *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, 3.ª ed., Editorial Presença, Lisboa. Título original: *Problemas de Investigación en Sociologia Urbana*.
- Centro de Estudos Territoriais (1992), *Uma Aproximação às Identidades de Lisboa*, CET-ISCTE, Lisboa (policopiado).
- Chamboredon, J.-C. (1985), «Construction sociale des populations», in *Histoire de la France Urbaine. La Ville d'Aujourd'hui*, vol. 5, Éditions du Seuil, Paris, pp. 441-472.
- Chamboredon, J.-C., e Lemaire, M. (1970), «Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», in *Revue française de sociologie*, XI, pp. 3-33.
- Chamboredon, J.-C. (1971), «La délinquance juvénile. Essai de construction d'object», in *Revue française de sociologie*, XII, pp. 335-377.
- Champagne, Patrick (1993a), «La vision médiatique», in *La misère du monde*, Éditions du Seuil, Paris, pp. 61-79.
- Champagne, Patrick (1993b), «La vision d'État», in *La misère du monde*, Éditions du Seuil, Paris, pp. 261-269.
- Charon, Joel (1989 [1979]), *Symbolic Interactionism*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Chaves, Miguel (1996), «Questões sobre a produção de legitimação e da justificação em contextos de narcotráfico», in *Dinâmicas Multiculturais: Novas Faces, Outros Olhares*, vol. II, ICS, Lisboa, pp. 35-46.
- Chaves, Miguel (1997), «Estrutura de oportunidades ilegais e formas de argumentação no Casal Ventoso», in *Toxicodependências*, n.º 2, Junho, pp. 7-13.
- Chaves, Miguel (1998), «Dar à fuga no Casal Ventoso: sujeito e comunidade» (a publicar in *Análise Social*).
- Chaves, Miguel (1999), «O estigma como espelho: notas sobre a deterioração de uma identidade territorializada» (a publicar in *Fórum Sociológico*).
- Chazel, François (1983), «Pouvoir, structures et domination», in *Revue française de sociologie*, n.º 24, pp. 363-393.
- Chombart de Lawe, P. H. (1970), «Hypothèses sur la genèse et le rôle des aspirations et des besoins», in *Aspirations et transformations sociales*, Chombart de Lawe (ed.), Éditions Anthropos, Paris, pp. 16-30.
- Cloward, Richard, e Ohlin, Lloyd (1960), *Delinquency and Opportunity: a Theory of Delinquent Gangs*, Free Press, Chicago.
- Cloward, Richard (1959), «Illegitimate means, anomie and deviant behavior», in *American Sociological Review*, vol. 24, pp. 164-176.
- Cohen, Abner (1974), *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*, University of California Press, Berkeley.

- Cohen, Albert (1955), *Delinquent Boys: the Culture of the Gang*, Free Press, Chicago.
- Cohen, Albert (1965), «The sociology of the deviant act, anomie theory and beyond», in *American Sociological Review*, vol. 30, pp. 5-14.
- Cohen, Albert (1971 [1966]), *La déviance*, Éditions J. Duculot, Gembloux. Título original: *Deviance and Control*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Cohen, Anthony. P. (1985), *The Symbolic Construction of Community*, Ellis Horwood, Chichester.
- Comissão das Comunidades Europeias (1992), *La géopolitique mondiale des drogues*, Observatoire Européen des Drogues et des Toxicomanies, Paris.
- Dorn, Nicholas, Murji, Karim, e South, Nigel (1992), *Traffickers. Drug Markets and Law Enforcement*, Routledge, Londres.
- Downes, D. (1966), *The Delinquent Solution*, Routledge, Londres.
- Dunleavy, Patrick (1980), *Urban Political Analysis*, MacMillan Education, Londres.
- Erikson, Kai T. (1962), «Notes on the sociology of deviance», in *Social Problems*, n.º 9.
- Fernandes, Luís (1995), «O sítio das drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos», in *Toxicodependências*, n.º 2, pp. 22-30.
- Fernandes, Luís, e Agra, Cândido da (1991), *Uma Topografia Urbana das Drogas*, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga/Centro de Ciências do Comportamento Desviante, Porto.
- Ferrão, João (1985), «Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981)», in *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, pp. 565-604.
- Ferreira de Almeida, João, et al. (1992), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta, Oeiras.
- Firth, R. (1951), *Elements of Social Organization*, Routledge, Londres.
- Foucault, Michel (1984), «Le pouvoir, comment s'exerce-t-il?», in *Michel Foucault. Un Parcours Filosofique*, Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (eds.), Gallimard, Paris, pp. 308-321.
- Freedman, J. L., e Sears, D. O. (1965), «Selective exposure», in *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 2, L. Berkowitz (ed.), Academy Press, Nova Iorque, Londres.
- Frémont, Armand (1980 [1976]), *A Região, Espaço Vivido*, Livraria Almedina, Coimbra. Título original: *La région, espace vécu*, PUF, Paris.
- Gameiro, Aires (1988), «As drogas vistas por...», in *Hospitalidade*, n.º 204, Instituições de Psiquiatria do Instituto S. João de Deus, pp. 28-35.
- Gans, Herbert J. (1962), *The Urban Villagers*, The Free Press of Glencoe, Nova Iorque.
- Garfinkel, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Geertz, C. (1973), *The Interpretation of Cultures*, Basic Books, Nova Iorque.
- Giddens, Anthony (1973), *The Class Structure of the Advanced Societies*, Hutchinson University Library, Londres.
- Giddens, Anthony (1987 [1984]), *La constitution de la société*, PUF, Paris. Título original: *The Constitution of Society*, Polity Press, Cambridge.
- Giddens, Anthony (1993 [1989]), *Sociology*, 2.ª ed., Polity Press, Cambridge.
- Giddens, Anthony (1994 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta, Oeiras. Título original: *Modernity and Self-Identity – Self and Society in the Late Modern Age*, Polity Press, Cambridge.
- Godinot, Xavier (1986), «Le sous-prolétariat, pierre de touche de la démocratie en Europe», in *Marginalité sociale. Marginalité spatiale*, Éditions du CNRS, Paris, pp. 35-47.
- Goffman, Erving (1974), *Frame Analysis*, Harper and Row, Nova Iorque.
- Goffman, Erving (1982 [1963]), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4.ª ed., Zahar Editores, Rio de Janeiro. Título original: *Stigma – Notes of the Management of Spoiled Identity*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- Goffman, Erving (1993 [1959]), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Relógio D'Água, Lisboa. Título original: *The Presentation of Self in Everyday Life*, Anchor Books.

- Gonçalves, Maria, e Pinto Coelho, Maria (1992), *Imprensa e Droga*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
- Gottfredson, R., e Hirshi, T. (1990), *A General Theory of Crime*, Stanford University Press, Palo Alto.
- Grácio, Sérgio, e Miranda, Sacuntala (1977), «Insucesso escolar e origem social. Resultados de um inquérito-piloto», in *Análise Social*, n.º 51, pp. 721-726.
- Gubrium, Jaber (1988), «The family as project», in *The Sociological Review*, vol. 36, n.º 2, pp. 273-296.
- Guerra, Isabel, e Matias, Nelson (1989), «Elementos para uma análise sociológica do movimento clandestino», in *Os Clandestinos em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 92-123.
- Hannerz, Ulf (1969), *Soulside*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- Hannerz, Ulf (1980), *Exploring the City: Inquiries toward an Urban Anthropology*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- Harré, Rom (1984), «Some reflections on the concept of ‘social representation’», in *Social Research*, vol. 51, n.º 4, pp. 927-938.
- Harrison, Paul (1992), *Inside the Inner City. Life under the Cutting Edge*, Penguin Books, Londres.
- Havel, Jean-Eugène (1957), *Habitat et logement*, PUF, Paris.
- Hebdige, Dick (1979), *Sub Culture: the Meaning of Style*, Methuen, Londres.
- Hewstone, Miles (1990 [1989]), *Causal Attribution. From Cognitive Processes to Collective Beliefs*, 2.ª ed., Basil Blackwell, Oxford.
- Hillery (1955), «Definitions of community: areas of agreement», in *Rural Sociology*, vol. 20, n.º 2, pp. 111-123.
- Hughes, Everett (1958), *Men and Their Work*, The Free Press of Glencoe, Nova Iorque.
- Hunter, Albert (1974), *Symbolique Communities: The Persistence and Change of Chicago’s Local Communities*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Insko, C. A. (1967), *Theories of Attitude Change*, Appleton-Century Crofts, Nova Iorque.
- Janne, Henri (1970), «Remarques sur les notions de besoin et d’aspiration», in *Aspirations et transformations sociales*, Chombart de Lawe (ed.), Éditions Anthropos, Paris, pp. 35-39.
- Jodelet, Denise (1989), «Représentations sociales: un domaine en expansion», in *Les représentations sociales*, Denise Jodelet (ed.), PUF, Paris.
- Kroeber, A. L., e Parsons, Talcott (1958), «The concepts of culture and of social system», in *American Sociological Review*, vol. 23, pp. 582-83.
- Kroeber, A. L., e Kluckhohn, S. (1952), «Culture – critical review of concepts and definitions», in *Papers of the Peabody*, Museum of American Anthropology and Ethology, vol. 47, n.º 1.
- Kukatas, C., e Pettit, P. (1990), *Rawls: ‘A Theory of Justice’ and its Critics*, Polity Press, Cambridge.
- Lequin, Yves (1983), «Les citadins et leur vie quotidienne», in *Histoire de la France Urbaine. La Ville de l’âge industriel*, vol. 4, Georges Duby (ed.), Éditions du Seuil, Paris, pp. 273-356.
- Lewis, Hylan (1967), *Culture, Class and Poverty*, Cross-Tell, Washington.
- Lewis, Oscar (1961), *The Children of Sanchez*, Random House, Nova Iorque.
- Lewis, Oscar (1966), *La Vida. A Puerto Rican Family in the Culture of Poverty: San Juan and New York*, Random House, Nova Torque.
- Liebow, Elliot (1967), *Tally’s Corner. A Study of Negro Streetcorner Men*, Little, Brown and Company, Boston.
- Lojkin, Jean (1981), «Some aspects of recent research in Lille», in *City, Class and Capital. New Developments in the Political Economy of Cities and Regions*, Michael Harloe e Elizabeth Lebas (eds.), Edward Arnold, Londres.
- Lourenço, Nelson, e Lisboa, Manuel (1992), *Representações da Violência Urbana*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa.
- Luhman, Niklas (1991 [1982]), *O Amor como Paixão*, Difel, Lisboa. Título Original: *Liebe als Passion*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt.

- Lyman, S. M., e Scott, M. B. (1970), «Territoriality: a neglected sociological dimension», in *A Sociology of the Absurd*, Lyman e Scott (eds.), Appleton-Century-Crofts, Londres.
- Macedo Rodrigues, Carlos (1989), «Eficiência e equidade na produção de espaço clandestino», in *Os Clandestinos em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 69-91.
- Machado Pais, José (1993), *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- Madureira Pinto, José (1991), «Considerações sobre a produção social da identidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Junho, pp. 217-231.
- Mann, Michael (1986), *The Sources of Social Power*, vol. I, *A History of Power from the Beginning to 1760*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Martins, Lourenço (1986), «Seminar for drugue control and law enforcement administrators in Latin America and Caribbean», relatório apresentado por Lourenço Martins no referido seminário, Março, Madrid.
- Matsueda, R., Piliavin, I., Gartner, R., e Polakowski, M. (1992), «The prestige of criminal and conventional occupations: a subcultural model of criminal activity», in *American Sociological Review*, vol. 57, pp. 752-770.
- Matza, David (1964), *Delinquency and Drift*, Wiley, Nova Iorque.
- Matza, David (1969), *Becoming Deviant*, Prentice Hall, Nova Iorque.
- Matza, David (1971), «Poverty and disrepute», in *Contemporary Social Problems*, R. K. Merton e R. Nisbet (eds.), Harcourt, Brace and World, Nova Iorque, pp. 601-656.
- Matza, David, e Sikes, Gresham (1957), «Techniques of neutralization: a theory of delinquency», in *American Sociological Review*, vol. 22, pp. 664-670.
- Matza, David, e Sikes, Gresham (1961), «Juvenile delinquency and subterranean values», in *American Sociological Review*, vol. 26, pp. 112-119.
- McGuire, W. J. (1965), «Attitudes and opinions», in *Annual Review of Psychology*, n.º 17, pp. 475-514.
- Mead, Herbert (1962 [1934]), *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Mendes, Fernando (1989), «Traficantes de droga: caracterização de um grupo heterogéneo», *Temas Penitenciários*, n.º 1, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Lisboa.
- Merton, R. K. (1964), «Anomie, anomia and social interaction», in *Anomie and Deviant Behavior*, M. B. Clinard (ed.), Free Press, Nova Iorque, pp. 213-242.
- Merton, Robert K. (1957), *Social Theory and Social Structure*, The Free Press, Nova Iorque.
- Miller, W. B. (1958), «Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency», in *Journal of Social Issues*, vol. 14, pp. 5-19.
- Mitchell, J. C. (1985), *Cities, Society and Social Perception. A Central African Perspective*, Clarendon Press, Oxford University Press, Oxford.
- Moscovici, Serge (1961), *La psychanalyse, son image et son public*, PUF, Paris.
- Moscovici, Serge (1962), «L'attitude: théories et recherches autour d'un concept et d'un phénomène», in *Bulletin du CERP*, vol. 11, n.º 2, Abril-Junho, pp. 177-191.
- Moscovici, Serge (1979), *Psychologie des minorités actives*, PUF, Paris
- Mouraz Lopes, José (1992), «Nova legislação sobre droga: breve comentário», in *Sub-Júdice*, n.º 3, Maio-Agosto, pp. 105-108.
- Newby, Howard (1980), «Community: study section 20 in Block 3. Comparison and change», in *The Open University. Social Sciences: a Second Level Course. An Introduction to Sociology*.
- Nisbet, Robert (1984 [1966]), *La tradition sociologique*, PUF, Paris. Título original: *The Sociological Tradition*, Basic Books, Nova Iorque.
- Ortner, Sherry (1984), «Theory in anthropology since the sixties», in *Society for Comparative Study of Society and History*, vol. 26, n.º 1, pp. 126-165.

- Parlamento Europeu (1992), «Droga e crime organizado», in *Sub-Júdice*, n.º 3, Maio-Agosto, pp. 95-104.
- Parsons, Talcott, e Shills, E. (1990), «Values and social systems», in *Culture and Society. Contemporary Debates*, J. C. Alexander e S. Seidman (eds.), Cambridge University Press, Cambridge, pp. 39-47.
- Pearlman, Janice (1976), *The Myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*, University of California Press, Berkeley.
- Pedroso de Lima, Antónia (1992), *A Família e a Unidade Doméstica na Madragoa. Valores e Práticas de 1930 a 1990* (policopiado).
- Pemán, Maria (1993), *Personalidad, Socialización y Comunicación: el Pensamiento de George Herbert Mead*, Universidad Libertarias, Prodhufi, Madrid.
- Pena dos Reis (1993), «A nova lei da droga: um diploma armadilhado», in *Revista do Ministério Público*, n.º 54, Abril-Junho, pp. 91-111.
- Peterson, P. (1991), «The urban underclass and the poverty paradox», in *The Urban Underclass*, C. Jenks e P. Peterson (eds.), The Brookings Institute, Washington.
- Pina Cabral, João de (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A Visão do Mundo Camponesa do Alto Minho*, Dom Quixote, Lisboa.
- Pina Cabral, João de (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Difel, Lisboa.
- Pina Cabral, João de (1994), «Morals and margins. An introduction», apresentado no III EASA Conference – Workshop «Morals and Margins», Oslo.
- Pina Cabral, João de (1995), «Au Portugal: reconstruire sa généalogie, garder la maison», in Marianne Gillestad e Martine Segalen (eds.), *La famille en Europe. Parenté et perpétuation familiale*, La Découverte, Paris.
- Pina Cabral, João de, e Lourenço, Nelson (1993), *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Instituto Cultural de Macau, Lisboa.
- Ramos de Sousa, João (1992), «Léxico», in *Sub-Júdice*, n.º 3, Maio-Agosto, pp. 79-110.
- Rawls, John (1993 [1971]), *Uma Teoria da Justiça*, Editorial Presença, Lisboa. Título original: *A Theory of Justice*, Harvard University Press.
- Redfield, Robert (1955), *The Little Community*, University of Chicago Press, Chicago.
- Ricouer, Paul (1992 [1990]), *Oneself as Another*, University of Chicago Press, Chicago. Título original: *Soi-même comme un autre*, Éditions du Seuil, Paris.
- Rioux, Jean-Pierre (1982 [1972]), *A Revolução Industrial*, Publicações Dom Quixote, Lisboa. Título original: *La révolution industrielle*, Editions du Seuil, Paris.
- Roberts, Kenneth (1978), *The Working Class*, Longman, Londres.
- Rodman, Hyman (1963), «The lower-class value stretch», in *Social Forces*, XLII, n.º 2, Dezembro, pp. 205-215.
- Rodrigues, Maria João (1985), «O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos», in *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, pp. 679-735.
- Roncayolo, Marcel (1983), «La production de la ville», in *Histoire de la France urbaine. La ville de l'âge industriel*, vol. 4, Georges Duby (ed.), Éditions du Seuil, Paris, pp. 73-155.
- Sanders, Peter (1983), *Urban Politics. A Sociological Interpretation*, Hutchinson University Library, Londres.
- Schmid, Michael (1992), «The concept of culture and its place within a theory of social action: a critique of Talcott Parsons's theory of culture», in *Theory of Culture*, Richard Munch e Neil Smelser (eds.), University of California Press, Los Angeles, pp. 88-121.
- Schutz, Alfred (1970), *On Phenomenology and Social Relations*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Sharff, Jagna W. (1983), «The underground economy of a poor neighborhood», in *Cities of the United States. Studies in Urban Anthropology*, Leith Mullings (ed.), Prentice Hall, Englewood Cliffs, pp. 20-49.

- Shaw, Clifford R. (1930), *The Jack-Roller*, University of Chicago Press, Chicago.
- Shaw, Clifford R., e Mackay, Henry (1942), *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, Chicago University Press, Chicago.
- Silva Ribeiro, Jorge da (1992), *Fatores Psico-e-Sócio-Económicos do Problema da Droga*, Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, Cascais.
- Simmel, Georg (1964), *The Sociology of Georg Simmel*, K. Wolff (ed.), The Free Press, Nova Iorque.
- Simmel, Georg (1971 [1908]), «How is society possible?», in *Georg Simmel on Individuality and Social Forms*, D. Levine (ed.), University of Chicago Press, Chicago, pp. 6-22.
- Smelser, Neil (1992), «Culture: coherent or incoherent», in *Theory of Culture*, Richard Munch e Neil Smelser (eds.), University of California Press, Los Angeles.
- Soczka, Luis, e Machado, Paulo (1990), *Os Trajectos Escolares das Crianças de Um Bairro Degradado de Lisboa – Contributos para Uma Leitura Sócio-Ecológica das Respostas Escolares na Musgueira Sul*, Relatório 78/90-GES, LNEC, Lisboa.
- Sorokin, Pitrim (1964), *Social and Cultural Mobility*, The Free Press, Nova Iorque.
- Sousa Santos, Boaventura (1983), «Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 11, pp. 9-60.
- Spector, M., e Kitsuse, J. (1976), *Constructing Social Problems*, Menlo Park, Cummings.
- Sutherland, Edwin H., e Cressey, Donald, R. (1966), *Principles of Criminology*, J. P. Lippincott, Philadelphia.
- Swidler, A. (1986), «Culture in action: symbols and strategies», in *American Sociological Review*, vol. 51, pp. 273-288.
- Tajfel, H. (ed.) (1978), *Differentiation between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Behavior*, Academic Press, Londres.
- Tannebaum, F. (1938), *Crime and the Community*, Girm, Boston.
- Taylor, Ian, Walton, Paul, e Young, Jock (1973), *The New Criminology. For a Social Theory of Deviance*, Routledge & Kegan Paul, Londres.
- Tonnies, F. (1955 [1887]), *Community and Association*, Routledge & Kegan Paul, Londres. Título original: *Gemeinschaft und Gesellschaft*.
- Turner, Jonathan H. (1988), *A Theory of Social Interaction*, Stanford University Press, Stanford.
- Vala, Jorge (1993a), «Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social», in *Psicologia Social*, Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (eds.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 353-384.
- Vala, Jorge (1993b), «Representações sociais na psicologia social», in *Análise Social*, n.ºs 123-124, pp. 887-919.
- Valadas de Lima, Aida (1985), «O rendimento em Portugal ao longo da última década», in *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, pp. 499-526.
- VANT, André (1986), «Géographie sociale et marginalité», in *Marginalia sociale. Marginalia spatiale*, Editions du CNRS, Paris, pp. 13-25.
- Veiga, Paulo (1989), «A balada da heroína», in *Sábado*, 28 de Janeiro, pp. 22-23.
- Vieillard-Baron, Hervé (1992), «La risque du 'ghetto', dans l'agglomération parisienne», in *Acta Geographica*, n.º 89, pp. 3-30.
- Villaverde Cabral, Manuel (1977), *O Operariado nas Vésperas da República*, Editorial Presença/GIS, Lisboa.
- Villaverde Cabral, Manuel (1983), *Proletariado – O Nome e a Coisa*, A Regra do Jogo, Lisboa.
- Villaverde Cabral, Manuel (1994), «Equidade, economia e cidadania: crescimento económico e equidade social no Portugal democrático», in *Análise Social*, n.º 127, pp. 227-243.
- Weber, Max (1987 [1922]), «Tipos de comunidad y sociedad», in *Economia y Sociedad*, Fondo de Cultura Económica, México. Título original: *Wirtschaft und Gesellschaft*, J. C. B Mohr, Tubinga, pp. 289-314.

- Whyte, William F.(1955), *Street Corner Society*, The University of Chicago Press, Chicago.
- Williams, Terry (1990 [1989]), *Cocaine Kids*, Gallimard, Paris. Título original: *The Cocaine Kids*, Addison-Wesley.
- Willis, Paul (1983), *Learning to Labour. How Working Class Kids get Working Class Jobs*, Saxon House, Londres.
- Worsley, Peter (1970), *Introducing Sociology*, Penguin Books, Harmondsworth.
- Young, Michael, e Willmott, Peter (1990 [1957]), *Family and Kinship in East London*, Penguin Books, Londres, 1.ª ed., Routledge & Kegan Paul, Londres.

2. Específica sobre o Casal Ventoso

- Alves, Maria (1948), *O Casal Ventoso: Um Bairro à Parte*, Escola Superior de Serviço Social, Lisboa (monografia dactilografada).
- Castello-Branco, Fernando (1981), *Upgrading of Substandard Housing in Portugal. Planning Strategies for the Technical Improvement of Marginal Settlements (Case Study: The Casal Ventoso)*, Universidade de Santa Úrsula, Rio de Janeiro (policopiado).
- Hidrotécnica Portuguesa (1993), *Plano de Urbanização do Vale de Alcintara*, vols. 1 e 2, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- Menezes, Marluce, et al. (1992), *Bairro do Casal Ventoso. Elementos para Uma Caracterização Sócio-Ecológica*, Grupo de Ecologia Social, LNEC, Lisboa.
- Rainho, Victor (1994), «Assalto ao Casal Ventoso», in *Expresso – Revista*, n.º 1119, 9 de Abril, pp. 28-37.

3. Relacionada com a cidade de Lisboa

- Barata Salgueiro, Teresa (1992), *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Lisboa.
- Barata Salgueiro, Teresa (s. d.), «Habitação operária em Lisboa», in *Separata da Revista de Arquitectura*, pp. 74-77.
- Câmara Municipal de Lisboa (1907-1911), *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Levantada à Escala de 1/1000*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (1950), *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Levantada à Escala de 1/1000*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (1989), *Lisboa de Frederico Ressano Garcia: 1874-1909* (Catálogo da Exposição), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Conselho dos Melhoramentos Sanitários (1903), *Inquérito aos Pateos de Lisboa: 1902*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Conselho dos Melhoramentos Sanitários (1905), *Inquérito aos Pateos de Lisboa: 1905*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Costa, Teresa Sabido (s. d.), *Levantamento de Dados para a História Local do Bairro de Campo de Ourique da Cidade de Lisboa*, Junta de Freguesia de Campo de Ourique, Lisboa (policopiado).
- Folque, Filipe (1856-1858), *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Que Foi Levantada à Escala de 1/1000 em 1856-1858*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- Gabinete Técnico de Habitação (1961), *Inquérito Habitacional aos «Bairros de Barracas» e Construções Abarracadas Existentes na Área Administrativa da Cidade de Lisboa*, Gabinete Técnico de Habitação/Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- Girão, Amorim (1945), «Origens e evolução do urbanismo em Portugal», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 1, pp. 41-77.

- Janeira, A. Luísa, e Lobo Antunes, C. (1983), *Marcas de Indústria no Ambiente de Alcântara*, Barca Nova, Lisboa.
- Lopes Vieira, A. (1982), *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- Machado Rodrigues, Luíza, e Antunes, Carla (1992), *Update on the Drug Situation in Great Lisbon 1989-1990* (revised form), Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, Ministério da Justiça, Lisboa.
- Madeira Rodrigues, Maria (1979), «Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista», dissertação para concurso de professor da disciplina de História Geral da Arte, Lisboa.
- Matias Ferreira, Victor (1987), *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Redondo, Belo (1929), *A Cidade Maldita*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa.
- Teotónio Pereira, Nuno (1994), «Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário», in *Análise Social*, n.º 127, pp. 509-524.
- Vieira da Silva, A. (1941a), «Os limites de Lisboa», in *Revista Municipal de Lisboa*, n.º 5, pp. 2-15.
- Vieira da Silva, A. (1941b), «Os limites de Lisboa», in *Revista Municipal de Lisboa*, n.º 6, pp. 11-23.
- Vieira da Silva, A. (s. d.), *As Freguesias de Lisboa – Campo de Ourique*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

4. Questões metodológicas

- Becker, Howard (1970), «Practitioners of vice and crime», in *Pathways to Data*, R. W. Habenstein (ed.), Aldine, Chicago, pp. 30-49.
- Burgess, Robert G. (1982) *Field Research: a Sourcebook and Field Manual*, Allen & Unwin, Londres.
- Burgess, Robert G. (1984), *In the Field. An Introduction to Field Research*, Routledge, Londres.
- Denzin, N. (1970), *Sociological Methods: a Sourcebook*, McGraw Hill, Londres.
- Ferraroti, Franco (1983), *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, Librairie Méridien, Paris.
- Gluckman, Max (1958), «Analysis of a social situation in modern Zululand», in *The Rhodes Livingstone Paper*, vol. 28, pp.1-75.
- Gubrium, Jaber (1988), *Analyzing Field Reality*, Sage, Londres.
- Iturra, Raul (1986), «Trabalho de campo e observação participante», in *Metodologia das Ciências Sociais*, J. Madureira Pinto e A. Santos Silva (eds.), Edições Afrontamento, Porto.
- Mitchell Jr., Richard G. (1993), *Secrecy and Fieldwork*, Sage, Londres.
- Mitchell, J. C. (1969), «The concept and use of social networks», in *Social Networks in Urban Situations*, Manchester University Press, Manchester, pp. 1-50.
- Sousa Santos, Boaventura (1981), «Science and politics: doing research in Rio's squatter settlements», in *Law and Social Enquiry: Case Studies of Research*, Robin Luckhman (ed.), Scandinavian Institute of African Studies/Uppsala International Center for Law in Development, Nova Iorque, pp. 261-289.
- Van Velsen, J. (1967), «The extended-case method and situational analysis», in *The Craft of Social Anthropology*, A. A. Epstein (ed.), Tavistock Publications, Londres, pp. 129-152.

Índice remissivo

A

abandono escolar, 25, 81-82, 107-108, 114, 128-131, 160, 271-274
actividades ilegais (anteriores ao narcotráfico), 61-62, 66-68, 93-96, 155-156, 160-161, 172, 191, 266-271, 276-277
adaptação (teses de), 25-26
adolescentes «em risco», 19-22
agregado doméstico (noção de), 116-117
amostra
 bola de neve, 27-28
 não probabilística, 27
análise dinâmica, 26, 270-272
análise situacional, 218-219
animação cultural, 20
anomia, 284, 304
ansiedade, 287-289, 291, 294-299, 303, 305
apresentação de si, 300-302
argumentos e justificações internas, 16, 209, 222-224, 230, 272-274, 277-280, 283
aspirações, 26, 65-66, 139, 271-272, 274, 299, 304-305
 escolares, 130-131, 160-161, 271
 profissionais, 120, 138, 157, 161-162
associação de moradores, 88, 92
associação diferencial (teoria da), 286-287
atitudes, 22-23, 89, 257, 260, 279-280, 287
atribuição causal, 205
audiência, 204, 209, 292-293

austeridade económica, 25
autoconceito, 287-288, 294-295, 297, 304
auto-estima, 107, 289-294, 302-303
Avenida
 de Ceuta, 20, 33-34, 64
 Duarte Pacheco, 32, 262

B

bairrismo, 228-230
Bairro
 Boa Vista, 229-230
 Cambodja, 229
 Campo de Ourique, 32, 40, 42-44, 49, 57-60, 62, 65, 67, 69, 72-73, 75-76, 81, 86, 110, 230, 250
 Chelas, 64, 134, 229
 Estefânia, 40
 Fonte Santa, 59, 62, 134, 230
 Janelas Verdes, 41
 Musgueira, 64, 134, 271
 Pedreira dos Húngaros, 107, 229
 Sete Moinhos, 32, 62, 67, 96, 114, 132, 232, 261
 Xabregas, 41
 Benjamim Cid, 45-47

C

capital, 200-201, 267, 274-275, 304
 cultural, 200-201

- económico, 200-201, 274-275
 escolar, 127-128, 200-201, 271
 simbólico, 200-201, 234
 social, 192-193
 casa (noção de), 116-117
 Casal Ventoso
 acessos, 33, 46-47, 54-55, 78-79
 aspectos demográficos, 34-35, 54, 70-71, 95-96
 edificação, 44-51
 limites físicos, 32-33, 232, 249, 263
 localização, 19, 21, 31-37
 tecido residencial, 31-32, 44-51, 56-57, 64-65, 70
 Cemitério dos Prazeres, 44-45, 57, 59
 Centro de Saúde, 29
 Centro Social do Casal Ventoso, 19-20, 24, 28, 80, 86, 92, 106, 110-111, 113-114, 198-199, 233, 250, 254
 «chefe de família»
 não desempenho do papel 27, 141-142, 166-167, 152, 158-159, 162, 267-269
 papel de, 27, 124, 137-139, 141-143, 148, 152-154, 156-157, 162-163, 267-268
 cinismo, 295
 classes
 populares, 76, 113, 133-134, 266, 271-272, 300-301, 304
 burguesas, 40, 43, 76, 302
 laboriosas, 40, 76
 médias, 41, 304
 CML, 30, 40, 46-47, 50, 77, 89, 106-107, 109
 colectividades de bairro, 29, 80, 84-88, 125, 130-131, 228
 competências
 escolares, 272-273
 profissionais, 107
 comunidade, 214, 228, 234-239, 241-242, 255-256, 264, 266, 277-279, 281-283, 287-288
 conceito de, 215-218
 confiança, 288-292, 294-295
 conjugalidade, 125-126, 151-152
 consciência
 discursiva, 290, 293, 296
 prática, 290-296
 consequências inadvertidas da acção, 264, 279
 consumidores de droga, 19, 30, 95, 100, 112, 184, 188, 193, 226-227, 246-247, 258-264
 contínuo moral, 295-298
 controlo social, 227-228, 243-244
 co-residencialidade, 63-64, 115, 117, 133-135
 crenças, 209, 283
 contradição entre práticas e, 28, 202-209, 213-214, 239-240
 culpa, 294-295
 cultura, 281-287, 291
 conceito de, 291
 de classe, 26-27, 30
 marginal, 23, 26-27
- D**
- dar à fuga*, 216, 218-239, 242-243, 247-247, 253-254, 278-281
 declínio industrial, 64-65, 69-71
 défices de significado, 22-26
 delinquência, 22, 75-76
 denúncia, 222, 224, 245-247
 dependência
 dos idosos, 70
 dos jovens, 64-65, 70
 situação de, 24, 90-91, 172-173, 213, 265
 desemprego, 39, 64-65, 68-69, 93-94, 114-115, 119-120, 132, 156, 266
 desenvolvimento industrial e tecnológico, 38-42, 44-45, 58, 67-70
 desvio, 22, 25-26, 96-97
 detenções, 95, 222, 236, 277
 disposições, 22, 220, 271-272, 291-292
 desviantes, 22
 escolares, 129, 271-272
 dominação, 90-91, 277-279, 284

- económica, 91, 153, 172, 261, 305-306
 simbólica, 90-91, 114, 213, 261, 277-280, 305-306
 drama social, 237-238
- E**
- endogamia, 227
 entrevistas, 30
 colectivas, 29-30
 formais, 29
 informais, 29-30
 semidirigidas, 30
 Escadinhas
 da Morte, 33, 36, 261
 do Bordas, 19, 79
 espaço
 público, 125, 134, 137, 159
 privado, 125, 134
 especialização profissional, 64-65, 68-69, 91, 94, 119-120, 124, 128, 157-158, 274
 estabilidade/instabilidade de emprego, 69, 119-125, 132, 137-138, 140-141, 153, 156-157, 161-162, 172-173, 266, 268
 Estado
 intervenção do, 77-80, 86, 91, 106, 108, 273
 relação com o, 82-83, 86-89, 91, 106, 110-112, 114, 131
 estigma (conceito de), 71-72, 96-97
 estigmatização, 71-77, 91, 101-106, 114, 119, 158, 208-209, 228, 263, 285, 297-298, 302
 estilo de vida, 267-269, 274
 estável, 118-119, 124-132, 135-136, 191-192, 268-269
 ilegal, 118-119, 135, 153, 155-156, 164-173, 192, 213, 296
 instável, 118-119, 132-153, 155-156, 161
 noção de, 115-118, 153
 transformação do, 191-192, 197-201
 estiva, 58, 64, 66-68, 266, 274
 Estrada da Circunvalação, 42, 45-46
 estrutura de oportunidades ilegais, 165-166, 169, 172-173, 175, 191, 199, 212, 267, 275, 277-278, 284, 286-287, 294, 305
 estrutura produtiva, 38-39, 40-41, 58, 70, 93-94, 113, 267, 274
 posição na, 70, 93-94, 113, 266-268, 273-274
 estrutura social (posição na), 79, 93-94, 114, 118-122, 172, 191, 200-201, 213, 227, 265, 269, 271, 274, 282
ethos de trabalho, 26
 exclusão
 laboral, 119-120
 económica, 26, 91
 noção de, 119-120
 expectativas, 89-90, 140, 156-159, 217, 237, 295
- F**
- família
 conceito de, 116-117, 134-153
 modelo dominante de, 124-125
famílias-seitas, 67, 91, 114, 164-173, 178-179, 180, 191-192, 228, 267-269, 296
 fecundidade, 54, 70, 96
filho do Bairro, 218, 231-234, 243, 245-246, 248-249, 251-252, 280
 noção de, 231-232
 Fontes Pereira de Melo, 39
 formação profissional, 20, 107-108
 freguesias
 Ajuda, 134
 Alcântara, 31, 41-43, 45, 55, 62, 87
 Alto do Pina, 42
 Campolide, 31, 42
 Prazeres, 31, 42-43, 96
 Santo Condestável, 31, 42, 80
 Santa Isabel, 31, 42
- G**
- gandaia, 59-62, 64-65, 75, 266, 274
 ganhar acesso (às redes sociais), 28
 Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, 32, 34
 genealogias, 29

gestão urbanística, 39-40
«gratificação diferida», 23, 271

H

habitus, 27, 128
hegemonia (noção de), 97, 276
hepatite, 259
história oral, 29
horizontes de trabalho, 39, 42, 57-59, 62-63, 118-120, 123-125, 132-133, 156-158, 192-193, 198, 265, 274

I

ideais, 22, 125, 158, 267-270, 282-283, 287-288, 299-300, 305
 globais, 25
 de vida, 291, 297-303
identidade social, 22, 228-229
 étnica, 231
 real, 106
 virtual, 106, 123
 de género, 160-161, 163-166, 230, 270
IEFP, 20, 199, 274
Igreja Católica, 83-84, 87
informadores-chave, 27, 63
inquérito por questionário, 28
instituição escolar, 30, 77-78, 80-83, 107-108, 114
Instituto de Reinserção Social, 30
interacção social, 217-219, 236, 241, 249-250, 264, 279, 296-297, 301-302
interesses pessoais/colectivos, 233-235
intervenção social, 20, 22, 77-80, 83-85, 91, 106-109, 273
investigador (estatuto do), 28-29

J

jornalismo (no Casal Ventoso), 101-103, 110

L

Largo da Meia-Laranja, 19, 36, 46, 79, 139, 250

Legião Portuguesa, 79
legitimidade, 97, 241, 277, 280, 282
 contralegitimidade, 209

Lisboa

crescimento, 37-41, 50
migrações para, 37-41, 45, 53-56
transformações recentes, 20-22

M

manipulação das impressões, 209, 288
Marchas Populares, 73, 250-251
marginalidade (noção de), 96-97
masculinidade, 160, 164-165, 173, 230, 261
 exaltação da, 25
matrifocalidade (tendência para a), 25, 142, 156
medo, 289, 303
mendicidade, 60, 67, 267
mercado de habitação, 38-47, 55-56
 clandestino, 48-51
método do caso alargado, 218, 238
«miséria dos campos» (fuga a), 39
mobilidade
 social, 54, 114, 128-129, 131-132, 200-201, 272, 274-276
 espacial, 54, 108, 131-132, 145-146, 227, 266, 274-275
modelos assertivos, 22
monitorização reflexiva, 290, 296
Monsanto, 43-44
multirreferencialidade, 285-286, 290-291, 296

N

narcotráfico, 274
 adesão ao, 175, 191-202, 213, 265, 286-305
 expansão e difusão, 32, 94, 113-114, 177, 191, 213, 275
 início, 172, 176-177, 213, 275-276
 obstáculos e contradições do, 202-214, 239, 241, 264, 294

- organização do, 176-191, 210, 213, 275
rendimentos e salários, 95, 114, 176, 183-187, 200, 273-274
- O**
- Obra das Mães pela Educação Nacional, 80-81, 83-84
observação directa, 27-29
ofícios, 90-91, 119-124, 128, 132, 266, 268, 271
operariado (áreas residenciais do), 39-44, 47, 55-56, 76, 122-123, 158, 268
outro generalizado, 290, 297, 299
- P**
- participação política (dos habitantes), 75, 84-92, 110-114
«passagem ao acto», 23
pequeno-burguesias, 41, 232-233
Plano Integrado de Reconversão do Casal Ventoso, 21, 32, 113
pobreza (problemática e representação da), 25-26, 73-75, 77, 79-80, 85, 89, 96, 133
poupança, 25
projecto de vida, 23, 30, 119, 299, 302
- Q**
- qualificação/desqualificação profissional, 64-65, 67-68, 70, 91, 94, 114, 119-120, 132, 268, 271, 273-274
Quinta do Cabrinha, 21
- R**
- redes sociais, 28, 115, 193, 197-199, 227, 230, 232-233
reflexividade, 271, 281-282, 287-291, 293-298
representações atenuadoras, 291-295, 298, 303
representações do Estado (acerca do Casal Ventoso), 77, 91
representações dominantes
acerca das drogas, 98-99
acerca do Casal Ventoso, 229-230
acerca do tráfico, 97-100, 109
representações dos habitantes
acerca do Casal Ventoso, 106-107, 148, 208, 230
acerca do tráfico e dos traficantes, 162, 179, 196-200, 202-210, 251, 277, 291
acerca dos jornalistas, 103-105, 257, 279, 280, 287
da polícia, 252-259, 264, 279-280, 287
das fronteiras, 217, 241-242, 249-250, 252-254, 257, 259-260, 264, 287
do passado, 217, 242-243, 255-257
dos consumidores, 258-261, 280, 287
representações sociais, 24, 71-77, 91, 102, 111, 216-217, 241, 243, 260, 264, 277-280, 282-284, 287-288, 291, 300
repressão do tráfico, 108-110, 114
reprodução social, 91, 114, 128-130, 144, 161, 172-173, 200-201, 213, 266, 269-270, 273-274
Ressano Garcia, 40-41
Rosa Araújo, 40
rotinização, 288-289, 294, 297
Rua
Costa Pimenta, 21, 33, 187-188, 219, 221, 226, 233
de Campo de Ourique, 40, 43
do Arco do Carvalhão, 43, 46, 79, 96, 131, 232, 249, 250, 262
Fresca, 19, 130, 221, 226
Guilherme Anjos, 32, 46, 79, 130, 249
Maria Pia, 19, 32-33, 42-46, 48, 57, 60-62, 76, 79, 85, 87, 96, 104, 150, 228, 241, 249-250
Saraiva de Carvalho, 44
- S**
- secretismo, 24, 26-27, 167, 209-210, 212-213, 241, 243-244, 252-253, 264, 293
self, 269, 276-277, 280, 282, 286-297, 303-305

- contextos de construção do, 159
 ideal do, 268
 núcleo do, 290-291, 294, 297
 situacional, 288-289, 291, 294, 297
 total, 289-292, 294, 297
- sentimentos
 de diferenciação, 229-231, 233
 de pertença, 217, 227-228, 230-231, 236-239
- SIDA, 101, 259
- sistema de direitos e obrigações, 177, 217, 228, 231-232, 236, 238-239, 245-246, 280-281, 293
- sistema urbano, 37-38, 50, 264-265
- socialização, 25-26, 128-130, 165, 172-73, 247, 258, 269, 271, 277, 282, 297
 (re), 22-23
 contextos e modelos de, 25, 160-164, 270
 défices de, 26
- «sopa dos pobres», 60, 73-74, 267
- subproletariado, 122-123, 275
- subcultura
 alternativa, 25
 da pobreza, 26, 265, 270
 de bairro, 23, 27, 216
 delinquente/desviante, 27, 281-282, 284-285
- substâncias psicótópicas, 93, 97-98, 176, 178-179, 183, 191, 260
- T**
- técnicas de neutralização, 287-288
- terciarização, 69
- trabalho legal (oportunidades de), 64-65, 90-91, 93-94, 104, 114, 118
- tradição, 217, 242, 255-257
 delinquente, 26-27
- transmissão cultural (teses de), 25-26, 161, 265, 271
- U**
- universo comum de sentido, 227-228, 238-239
- V**
- Vale de Alcântara, 21, 31-32, 40, 42-45, 64-65, 95-96, 266, 275
 crescimento do, 42-45
 localização do, 21, 31-32
- valores, 23-24, 89-90, 122, 126, 241-244, 246-252, 264, 281-284, 286, 288, 291, 293-295, 297, 302
- alternativos e diferenciados, 23-26, 264, 281, 277-279, 286, 291
 défice de, 26
 dominantes e globais, 24, 162, 247, 264, 278-280, 282-284, 290, 294
 ilegítimos, 26
 reierarquização de, 245-246, 264, 277-279, 282
 sistema de, 26, 279-280, 303-304
- Ventura Terra, 47
- vergonha, 121-122, 294-295, 297-298, 302-303
- vigilância, 186-188, 193, 210-211, 218-221, 226, 234, 236, 252-253, 279
- vínculos prioritários, 167-169, 197-198, 217, 227, 232, 236-237, 239, 241, 248-249, 277-278
- vizinhança, 115, 133-135, 197, 227-228, 239

Índice de autores

A

Agra, C., 101
Almeida, C., 185
Alves, M., 46, 54, 62, 74, 89
Antunes, C., 64, 101

B

Bachelard, G., 32
Barata Salgueiro, T., 38, 40, 42
Baratta, A., 100, 102
Becker, H., 96-97, 100
Benavente, A., 271
Berger, P., 297
Birdwhistell, R., 124
Bott, E., 285
Bourdieu, 74, 79, 267, 272, 277, 300-301
Burkitt, I., 287-288
Burroughs, W. S., 98

C

Caballero, F., 100
Cabral, J. C., 50, 70
Calhoun, C. J., 217-218, 233, 242
Capucha, L., 89
Castel, R., 118-119
Castello-Branco, F., 44
Castells, M., 37
CEE, 200

Chamboredon, J.-C., 25-26, 76, 229
Champagne, P., 71
Charon, J., 288
Chazel, F., 277
Cloward, R., 25, 284
Cohen, A., 216, 242
Cohen, Ab., 168, 237-238
Cohen, Al., 284, 287
Comissão das Comunidades Europeias,
99

D

Direcção Municipal de Reabilitação Ur-
bana, 34
Dorn, N., 177, 190

E

Erikson, K., 97

F

Fernandes, L., 101
Ferreira de Almeida, J., 89, 94, 132, 269
Foucault, M., 277, 279
Fremont, A., 32

G

Gabinete Técnico de Habitação, 54, 64,
67, 80

Gameiro, A., 98
 Geertz, C., 217, 283-284
 Giddens, A., 274, 287, 289-290, 293-296, 303
 Girão, A., 38
 Gluckman, M., 218, 220, 238
 Godinot, X., 119, 123
 Goffman, E., 105-106, 209, 287-288, 293-295, 298, 301, 303, 305
 Gonçalves, M., 98
 Grácio, S., 271
 Gubrium, J., 117
 Guerra, I., 49-50

H

Habermas, J., 78
 Hannerz, U., 24, 26, 115, 124-125, 156, 160, 265, 270
 Hewstone, M., 205
 Hidrotécnica Portuguesa, 30, 34, 94, 96
 Hillery, 217
 Hughes, E., 158

K

Kitsuse, J., 100
 Klein, J., 157
 Kukatas, 77

J

Janeira, A., 42, 64

L

Lazerges, 100
 Lemaire, M., 76, 229
 Lewis, H., 156, 265
 Lewis, O., 25-26, 265, 270
 Liebow, E., 25, 156-158, 160, 265, 270, 284
 Lisboa, M., 98
 Lourenço, N., 98
 Luckmann, T., 297

Luhman, N., 126

M

Macedo Rodrigues, C., 49-50
 Machado Pais, J., 298, 304
 Machado Rodrigues, L., 181
 Machado, P., 271
 Madeira Rodrigues, M., 40-41
 Mann, M., 277
 Martins, L., 100
 Matias Ferreira, V., 37
 Matias, N., 49-50
 Matza, D., 285, 292, 303
 Mead, G. H., 287-290
 Menezes, M., 30, 32, 34, 54, 64, 67, 71, 80, 132
 Merton, R. K., 158, 284, 304
 Meyreles, A., 43
 Miranda, S., 271
 Mitchell, J. C., 115, 218
 Moita Flores, F., 109

N

Nisbet, R., 236

O

Ohlin, L., 25, 284
 Ortner, S., 279, 284

P

Parlamento Europeu, 99
 Parsons, T., 277
 Pearlman, Janice, 113
 Pedroso de Lima, A., 117, 127, 137
 Pemán, M., 287
 Pena dos Reis, 100, 191
 Pettit, P., 77
 Pina Cabral, J., 16, 97, 116-117, 135, 165, 216, 276
 Pinto Coelho, M., 98
 Pinto Correia, A., 271

R

Rainho, V., 109, 183
Rainwater, L., 158
Ramos de Sousa, J., 95, 99, 108, 176, 181,
183, 210
Rawls, J., 77
Ricoeur, P., 289
Roberts, K., 272
Rodman, H., 160
Rodrigues, L., 101
Rodrigues, M. J., 70

S

Sabido Costa, T., 40, 42
Sharff, J., 191
Sykes, G., 285, 292, 303
Simmel, G., 243
Soczka, L., 271
Sorokin, P., 274
Sousa Santos, B., 50-51, 219
Spector, M., 100

T

Tannebaum, F., 26
Taylor, I., 97, 286-287, 292, 304
Tonnies, F., 227, 235
Turner, J., 287, 290, 293-294, 297, 302, 305
Turner, V., 238

V

Vala, J., 279, 292
Vieira da Silva, A., 43, 73
Villaverde Cabral, M., 67, 268, 272, 275

W

Walton, P., 97, 286-287, 292, 304
Williams, T., 189
Willis, P., 127

Y

Young, J., 97, 286-287, 292, 304

